



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa,

Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora

O Homem Novo do fascismo italiano e do Estado Novo português

Pietro Tessadori

Tese orientada pelos Profs. Doutores António Costa Pinto e Goffredo Adinolfi

Doutoramento em História

Especialidade Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

2014



UNIVERSIDADE
DE LISBOA

ISCTE  IUL



PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa,
Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora

O Homem Novo do fascismo italiano e do Estado Novo português

Pietro Tessadori

Tese orientada pelos Profs. Doutores António Costa Pinto e Goffredo Adinolfi

Doutoramento em História

Especialidade Dinâmicas do Mundo Contemporâneo

2014

Tese financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), fundos nacionais do Ministério da Ciência Tecnologia e o Ensino Superior (MCTES),

Referência SFRH/BD/60799/2009

RESUMO

O objetivo deste trabalho é perceber como o ideal do Homem Novo em Itália consegue impor-se numa fase de crise geral do sistema liberal a nível europeu e como o conservadorismo tradicionalista do Estado Novo reveja o exemplo de Mussolini, aproveitando da insatisfação geral que se propaga com a I Republica Portuguesa.

A ideia de regeneração geral que fomenta protestos na Europa, em Itália se consolida com o *Mito della Giovinezza*, por meio de uma renovação total, procurada por Mussolini, purificadora do carácter dos italianos. O fascismo implanta um amplo programa de “pedagogia” guerreira, para inculcar nos “recém-nascidos”, o sentimento de orgulho pela *italianità*, transformando a ideologia de regeneração da elite intelectual, num mito revolucionário de massa. Mussolini, com a contribuição dos jovens fascistas, procura constituir um Novo Império que, à sua imagem e semelhança, repropunha o culto do Novo *Condottiero* Imperador de uma Nova Roma *Caput Mundi*, de que ele mesmo é o emblema vivo, ao qual os Italianos Novos, Novos Legionários da Italia fascista, devem mostrar uma fé de “eterna” devoção, até pronta ao sacrifício extremo.

Em Portugal, o Estado Novo, ao começo surge timidamente sem nome, procurando criar as sólidas bases, que lhe permitam de diferenciar-se do “caos” da I Republica Portuguesa. Salazar, o qual vê nos sólidos valores da tradição a Renovação Moral do País, interpreta o conceito de Homem Novo, orgulhoso e nostálgico das fabulosas descobertas do Império Português, na moldura do cidadão obediente ao Chefe, funcional ao imobilismo da sociedade e à preservação do elitismo de governo. A salvaguarda da “Raça” Lusitana pode acontecer apenas por meio de um Homem Novo civilizado e civilizador, um ato de fé patriótica completamente entregue ao sentido de colaboração cívica da Pátria. Um bem cumprir apresentado, por Salazar, como uma Lição Moral de participação cívica e ao mesmo tempo espiritual, ao Bem Comum da Nação Portuguesa.

Palavras Chave: Homem Novo – *Condottiero* – Chefe – *Mito della Giovinezza* – Renovação Moral

SINTESI

L'obiettivo di questo lavoro é comprendere in che misura l'ideale di Uomo Nuovo in Italia riesca ad imporsi in una fase di crisi generale del sistema liberale in Europa e come il conservatorismo tradizionalista dello Stato Nuovo riveda l'esempio di Mussolini, approfittando dell'insoddisfazione generale che si diffonde contro la I Repubblica Portoghese.

L'idea di rigenerazione generale alla base delle proteste in Europa, in Italia si consolida grazie al Mito della Giovinezza, che Mussolini ricerca nella rinnovazione totale purificatrice del carattere degli italiani. Il fascismo sviluppa un ampio programma di "pedagogia guerriera", per inculcare ai "nuovi nati", il sentimento di orgoglio nell'italianità, trasformando l'ideologia di rigenerazione dell'elites intellettuale, in un mito rivoluzionario di massa. Mussolini, grazie al contributo dei giovani fascisti, cerca di costruire un Nuovo Impero che, a sua immagine e somiglianza, riproponga il culto del Nuovo Condottiero Imperatore di una Nuova Roma *Caput Mundi*, del quale rappresenta l'emblema vivente, al quale gli Italiani Nuovi, Nuovi Legionari dell'Italia fascista, devono dimostrare una fede religiosa di "eterna" devozione pronta perfino al sacrificio estremo.

In Portogallo lo Stato Nuovo, all'inizio sorge timidamente senza nome, cercando di creare le solide basi, che gli permetteranno di differenziarsi dal "caos" della I Repubblica Portoghese. Salazar, che vede nei valori solidi della tradizione la Rinnovazione Morale del Portogallo, interpreta il concetto di Uomo Nuovo, orgoglioso e nostalgico delle favolose scoperte dell'Impero Portoghese, nella cornice del cittadino obbediente al Capo, funzionale all'immobilismo della società e alla protezione dell'elitismo di governo. La salvaguardia della "Razza" Lusitana può avvenire solo col contributo di un Uomo Nuovo civilizzato e civilizzatore, con un atto di fede patriottica completamente dedicata al senso di collaborazione cívica per la Patria. Un dovere virtuoso rappresentato da Salazar, come una Lezione Morale di partecipazione cívica e allo stesso tempo spirituale, al Bene Comune della Nazione Portoghese.

Parole Chiave: Uomo Nuovo – Condottiero – Capo – Mito della Giovinezza – Rinnovazione Morale

Agradecimentos

Aos meus Orientadores Professores Doutores António Costa Pinto e Goffredo Adinolfi pelas preciosas sugestões.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia por ter apoiado e financiado a minha Tese de Doutoramento.

Aos Professores e colegas do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História com os quais tive a oportunidade de discutir criticamente o meu percurso de investigação.

ÍNDICE

Introdução

1 Propósitos de trabalho.....	1
2 Percurso de pesquisa.....	2
3 Nota metodológica.....	6
4 Apresentação.....	8

PRIMEIRA PARTE

Capítulo 1

Crise do sistema liberal na Europa

1.1 O ideal do Homem Novo na Europa.....	11
1.2 Duas ditaduras em comparação: salazarismo autoritário e conservador, fascismo revolucionário e futurista.....	22
1.3 Renovação Moral em Portugal, Mito da <i>Giovinezza</i> em Itália.....	35
1.4 Relações perante a Igreja Católica.....	51

Capítulo 2

Consolidação papel educacional do partido em Itália

2.1 <i>Opera Nazionale Balilla</i>	81
2.2 <i>Gioventù Italiana del Littorio</i>	91
2.3 Mobilização e espírito de sacrifício dos jovens.....	108

Capítulo 3

Consolidação do papel educacional do Ministério da – Instrução Pública/Educação Nacional – em Portugal

3.1 Ensino escolar: educação vs instrução.....	119
3.2 Educação religiosa de base.....	129
3.3 Dinamismo da Mocidade Portuguesa na escola.....	137
3.4 Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar: relatórios médicos escolares.....	146

SEGUNDA PARTE

Capítulo 4

Construção ideológica do Homem Novo em Portugal

4.1 Família, célula básica da sociedade.....	157
4.2 Formação moral.....	165
4.3 Educação da vontade.....	174
4.4 Preparação na escola sob o aspeto moral e intelectual.....	180
4.5 Corporativismo nas cidades, ruralismo nas aldeias.....	185

Capítulo 5

Papel primário no enquadramento da juventude em Portugal

5.1 Acção Escolar Vanguarda.....	195
5.2 Legião e Mocidade Portuguesa.....	214
5.3 Relação inicial entre Mocidade Portuguesa e <i>Hitlerjugend</i>	234

Capítulo 6

Processo de cristianização da Mocidade Portuguesa

6.1 Contestação dos católicos.....	253
6.2 Relação complementar entre Acção Católica e Mocidade Portuguesa.....	265
6.3 Reforma do Ensino Liceal: Cristianização da Escola.....	274

Conclusões

7.1 Processos ideológicos.....	289
7.2 Instâncias de atuação.....	301

Fontes	315
---------------------	-----

Bibliografia	319
---------------------------	-----

INTRODUÇÃO

1 Propósitos de trabalho

Desenvolvendo uma análise crítica dos métodos utilizados concretamente, quer por Salazar, quer por Mussolini, procuramos de traçar neste trabalho de tese, uma comparação do ideal de Homem Novo nos dois regimes. Nesta análise, iremos ter devidamente em conta que, embora por muitos aspetos estruturais, que envolvem, por exemplo, o corporativismo económico-social e a educação juvenil, sendo o Estado Novo inspirado diretamente pelo padrão organizativo do fascismo italiano, porém, não se pode deixar de considerar na atuação quotidiana, um *modus operandi* bastante diverso.

O objetivo principal deste trabalho é o de esclarecer a maneira pela qual, as organizações político-sociais à disposição do fascismo italiano e do salazarismo português tinham operado, na tentativa de plasmar ideologicamente as novas gerações, para edificar concretamente o ideal de um Homem Novo. Este trabalho de comparação nasce da vontade de destacar semelhanças e diferenças úteis, para compreender até que ponto o salazarismo tinha sido concretamente influenciado pelo regime italiano de Mussolini. Pensa-se que a análise do mito do Homem Novo, pode servir para verificar de que modo o culto do líder, foi utilizado, para concretizar a ideologia político-pedagógica dos dois regimes, no interior das estruturas dedicadas às respetivas juventudes.

Neste percurso de comparação inicial, parece importante destacar, em Itália o Mito da *Giovinezza*, que reside no mito de fundação do partido fascista, enquanto que em Portugal é importante ressaltar os elementos de base do conceito de Renovação Moral, que se fundam sobre os valores morais da tradição lusitana. Para razões de síntese, aproveitando o facto de o caso italiano ter sido amplamente debatido em âmbito académico, no início procura-se efetuar um trabalho de comparação que, no contínuo se concentrará maioritariamente sobre o caso português. Em Portugal começa a delinear-se uma nova imagem de educação, inspirada nas correntes pedagógicas conservadoras e religiosas, claramente contrárias àquelas liberais de matriz laica e progressista. Evidenciando o estudo do conceito de Homem Novo, através do papel das estruturas paramilitares que apoiam a educação da juventude, no específico, torna-se intenção útil analisar a contribuição dada pela Mocidade Portuguesa, ao centro da reforma educativa,

acompanhando nela o papel moral desenvolvido durante as suas atividades relativamente ao processo educação vs instrução, procurado por Salazar no interior da escola. Além disso seria interessante perceber de que modo o ideal de Homem Novo em Itália consegue impor-se numa fase de crise geral do sistema liberal e de que maneira o conservadorismo tradicionalista lusitano revê o exemplo de Mussolini, aproveitando a insatisfação geral que se propaga com a jovem República Portuguesa.

A ideia de regeneração geral que fomenta protestos na Europa, consolida-se em Itália por meio de uma renovação total do carácter dos italianos, renovação esta procurada ardentemente por Mussolini. O fascismo implanta um amplo programa de pedagogia nacional, para inculcar nos “recém-nascidos”, o sentimento de orgulho pela *italianità*, transformando a ideologia de regeneração da elite intelectual, num mito revolucionário de massa. Em Portugal, o Estado Novo surge, no começo, timidamente sem nome, procurando de criar as sólidas bases, que lhe permitissem de diferenciar-se do “caos” da I Republica Portuguesa. Salazar, que vê nos sólidos valores da tradição a renovação moral do País, interpreta o conceito de Homem Novo, na moldura do cidadão obediente ao seu Chefe, orgulhoso e nostálgico das fabulosas descobertas portuguesas, que se realizaram durante o passado histórico.

A sacralização da política no fascismo italiano e a forte inspiração católica no regime de Salazar serão ponto de reflexão para individuar em que medida, a materialização do ideal de Homem Novo, se impõe nos dois regimes. Tendo em conta o diferente uso do conceito religioso, torna-se factualmente interessante juntar à componente estritamente pedagógica, o aspeto concernente ao adestramento paramilitar destinado às novas gerações, que, no conjunto dos dois regimes, foi dedicado ao completar estético do ideal de Homem Novo.

2 Percurso de pesquisa

É nossa intenção analisar, nos dois regimes, a maneira com que foi suportada a educação do espírito, considerando as organizações juvenis, entre as quais *Gioventú Italiana del Littorio* em Itália e Organização Nacional Mocidade Portuguesa em Portugal, para evidenciar em que medida os propósitos de doutrinação percorram dois percursos diferentes. Em Itália a *Gioventú Italiana del Littorio* nasce para dar sólidas bases ao partido, aliás com a sua criação as organizações juvenis passam das dependências do Ministério da Educação Nacional para as do *Partito Nazionale*

Fascista, ao contrário do que acontece em Portugal, onde o controlo político do Estado Novo sobre os jovens parece concentrar-se fora do partido, no interior do sistema do ensino português. Não é um acaso, que embora o Manifesto da União Nacional defina o objetivo principal do partido no de «interessar superiormente a mocidade no estudo e conhecimento dos assuntos históricos, administrativos, financeiros, económicos, sociais e coloniais de Portugal», as iniciativas oficiais neste sentido, tenham sido sempre tomadas no interior do Ministério da Educação Nacional e nunca nas estruturas do partido.

Para perceber a originalidade¹ do Estado Novo, na construção ideológica do Homem Novo, analisar-se-á o crescimento em Portugal do conservadorismo tradicionalista, que aproveita a fragilidade de uma jovem República, onde o exemplo revolucionário de Mussolini, que se impõe num período de crise do sistema liberal, surge reformulado e adaptado por Salazar, por via de uma “renovação” política, pouco baseada sobre os ideais revolucionários, mas, ao invés, inspirada pelos sólidos valores da tradição. Durante alguns anos, Salazar teve a fotografia de Mussolini em cima da sua secretária, mas cedo a tirou, definindo o ditador italiano excessivamente vaidoso e apesar de ser contrário ao liberalismo político, nunca qualificou o Estado Novo como fascista ou totalitário².

¹ PINTO, António Costa, 2012, “Partido único, governo e decisão política nas ditaduras da era do fascismo”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, p. 218. “Nas transições para o autoritarismo que ocorreram durante os anos 20 e 30 do século XX não existe uma correlação estrita entre as rupturas abruptas e violentas com a democracia em Portugal e em Espanha e a assunção *legal* do poder na Alemanha e na Itália. Salazar, que chegou ao poder depois de um golpe de Estado, e Franco, cuja ascensão foi o resultado de uma guerra civil, tiveram ambos muito mais espaço de manobra do que Mussolini ou Hitler, que assumiram o poder por vias *legais* e com o apoio de uma direita conservadora menos inclinada para aventura radicais. Porém, o tipo de transição não parece explicar a extensão da ruptura com as instituições liberais e o carácter inovador das instituições criadas pelas ditaduras subsequentes. As diferenças entre os regimes situam-se no papel do partido e na sua relação com o líder, que dominou o processo de transição, e não na natureza da transição”.

² FERRO, António, 2003, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Prefácio de Fernando Rosas, Lisboa, Parceria A. M. Pereira – Livraria Editora, p. 50. “Não duvido da obra moralizadora de Mussolini. Digo que certas afirmações e atitudes na ordem moral são impostas por Mussolini ao Fascismo, não são impostas pelo Fascismo a Mussolini. Ele quer assim e podia querer o contrário sem se contradizer. Pelo contrário, os limites dentro dos quais pretendemos trabalhar, são impostos pelos princípios fundamentais do Estado Novo português à nossa acção, à acção dos governantes. As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos onnipotente.

– Mussolini, digo eu, é um grande homem mas não se é impunemente da terra de César e de Maquiavel”.

Salazar é apresentado como um Chefe paternal, mas austero, eremita “casado” com a Nação, Salvador da Pátria, colando ao regime uma forte componente católica, por meio da qual protege permanentemente a doutrina ideológica do Estado Novo, defendendo a moral e os bons costumes. Um regime muito conservador que apenas procura controlar o processo de modernização do país, para não deixar ameaçar os valores religiosos, culturais e rurais da sociedade portuguesa, que são encorajados em oposição ao modelo capitalista por um lado e por outro lado, ao comunista. Pensámos útil aprofundar neste rumo, a construção ideológica do Homem Novo, que tem que ser indagada diversamente no que diz respeito ao caso italiano, não apenas pela maior longevidade do regime de Salazar, mas pelas orientações diferentes, que os dois regimes dão à educação juvenil. Ao passo que, em Itália, se tenta de mobilizar as massas, exigindo aos jovens o sacrifício extremo ao Estado, sacrifício pelo qual se deve estar pronto a dar até mesmo a vida. Em Portugal mantém-se o *status quo*, desmobilizando a massa, exaltando a virtuosidade da vida rural, e apresentando a vida de cidade como autêntica ameaça à integridade moral do povo português. Uma vez levada a cabo a função “esponja” da Acção Escolar Vanguarda, das forças juvenis guiadas pela direita radical, que muito preocupava Salazar pelos seus intentos revolucionários propostos, o regime incentiva o crescimento, mais equilibrado de um ponto de vista ideológico, da Mocidade Portuguesa dando-lhe maior prestígio, relativamente à Legião Portuguesa de clara inspiração fascista. Por outro lado define, por meio da Reforma do Ensino Liceal operada pelo Decreto-Lei n.º 27 084 de 14 de Outubro de 1936, a Mocidade Portuguesa, como suporte de importância especial à educação física, moral e cívica da juventude, com a obrigação para todos os jovens, estudantes ou não, de fazer parte da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina. Para completar o estudo da evolução ideológica do Homem Novo, é minha intenção apontar, no interior do ensino escolar, a correlação existente entre Mocidade Portuguesa e a devoção pela disciplina e pela hierarquia, para a qual contribui moralmente, também, o ensino religioso. A Mocidade Portuguesa, desde o começo fortemente criticada pelos nacionalistas católicos, pelos frequentes encontros de intercâmbio com a juventude alemã da *Hitlerjugend*, estabelece finalmente a sua paz moral e religiosa, na relação complementar com a Acção Católica.

Já, através da reforma de 1937, por meio do Ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco, os valores morais, nacionalistas e religiosos adquirem um papel fundamental no endereçar da orientação conservadora da escola e da Mocidade

Portuguesa. Será importante verificar se é neste contexto que a construção ideológica do Homem Novo se substancia no regime de Salazar, ou seja, no controlo ideológico do sistema educacional, no qual se constata uma educação baseada sobre os valores nacionais, tais como o grande passado histórico, o grande império colonial português, a tradição, a boa moral, o serviço à comunidade e à pátria, a desconfiança pelo capitalismo e pelo comunismo, em defesa de uma solução económica de pequena iniciativa privada, para preservar o corporativismo nas cidades e o ruralismo nos campos, verificando a mudança do parecer favorável da Igreja Católica ao longo da ditadura.

Em Itália a pesquisa documental concentrar-se-á no Archivio Centrale dello Stato di Roma, que abrange uma ampla coleção de fundos fascistas, no Archivio Centrale dello Stato di Piacenza, onde se pode encontrar o fundo Podestá Bernardo Barbiellini Amidei³, o inventor do protótipo da *Opera Nazionale Dopolavoro*, no Istituto della Resistenza di Bergamo e no Istituto Lodigiano per la Storia della Resistenza e dell'Età Contemporânea, para obter uma perspectiva ideológica mais ampla em complemento à visão dos arquivos fascistas. Em Portugal, no Arquivo Histórico do Ministério da Educação, onde julgamos importante pesquisar a estrita relação existente entre o Liceu e a Mocidade Portuguesa, pela razão de que, em 1936, Carneiro Pacheco (Ministro da Educação), em nome da ofensiva do Estado Novo e a benefício da Educação Nacional, consagra com urgência, a formação integral da juventude, por meio de uma educação pré-militar, em que a Mocidade Portuguesa se torna o órgão presente em todos os liceus do país, para reforçar aquele espaço ideológico útil a uma educação física e moral dos jovens. Portanto, torna-se necessário analisar, os documentos à disposição no Ministério da Educação, nos quais estão contidos os vários fundos das direções gerais dos diversos graus de ensino, tal como estão, também, os fundos da Junta Nacional de Educação e os da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina. Reconhecemos adequado pesquisar, também, as referências relativas ao conceito de Homem Novo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, principalmente no

³ MILZA, Pierre, 1999, *Mussolini*, Paris, Fayard, p. 605. “Mais surtout, c’est avec la création du *Dopolavoro* que le fascisme a innové. La première initiative visant à organiser les loisirs ouvriers avait été lancée en 1923 à Ponte all’Olmo, dans la province de Plaisance, par le comte Bernardo Barbiellini Amidei, chef des fascistes du lieu. Après avoir mis à sac en 1921 les sièges des groupes socialistes locaux, Amidei avait obtenu des agrariens de la région les fonds nécessaires pour constituer des syndicats fascistes dans lesquels furent enrôlés tous les *anciens subversifs* qui voulaient bien accepter la loi du plus fort, et auxquels fut confiée la tâche d’organiser *l’assistance et l’élévation sociale* des travailleurs”.

fundo Oliveira Salazar; deste modo, estudando o arquivo pessoal do ditador, que foi o ligante⁴ de todo o regime, é possível compreender a essência das políticas educativas desenvolvidas pelo Estado Novo, no interior do qual o controlo do ditador português era total sobre todas as matérias.

3 Nota metodológica

Este trabalho de tese, fundado sobre o parâmetro comparativo, tenta esclarecer, dentro das estruturas educativas destinadas à juventude, os propósitos de enquadramento ideológico úteis ao desenvolvimento concreto do conceito idealístico do Homem Novo. Partindo de uma comparação inicial do conceito de Homem Novo, no fascismo italiano revolucionário e futurista e no salazarismo português autoritário e conservador, é nossa intenção salientar os mecanismos que, nos dois regimes, tinham concretizado, ou tentaram de concretizar, a evolução do ideal de Homem Novo. Por meio de uma abordagem à política educativa destinada aos jovens, o percurso analítico concentrar-se-á, maioritariamente, no que respeita às tentativas de codificação ideológica operadas pelo regime português, muito mais longo do que o regime italiano. O objetivo deste trabalho é o de identificar as analogias e as diferenças existentes na formulação do conceito de Homem Novo, quer no fascismo italiano quer no salazarismo português, por meio dos pontos de rutura, continuidade, inspiração e materialização do conceito, que no ideal de Homem Novo Português, se destacam através dos aspetos desviantes próprios à originalidade lusitana. Propomo-nos, também, verificar como a matriz histórica, a essência de base do integralismo lusitano e o nacionalismo mais moderados dos católicos se tornam úteis ao regime, para educar o novo cidadão no respeito pela tradição e pela observância das hierarquias sociais. Por esta razão, parece-nos importante descrever os mecanismos utilizados para afirmar o

⁴ REBELO, José, 1998, *Formas de legitimação do poder no salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras, pp. 132-133. "A saudação trocada na Mocidade Portuguesa em que a pergunta Quem vive?, se responde Portugal! Portugal! Portugal! Salazar! Salazar! Salazar! é um bom exemplo desse processo de identificação. O mesmo se poderá dizer do episódio seguinte contado por António Ferro.

A meio de uma das suas entrevistas, Salazar é interrompido pelo telefone. Do lado de lá encontra-se o governador ou um dos vice-governadores do Banco de Portugal. O tema da conversa é a taxa de câmbio para o dólar. Salazar propõe um valor que o seu interlocutor julga demasiado elevado. Mas de nada vale, a este, protestar de uma forma mais ou menos veemente. De acordo com o relato de António Ferro, Salazar corta, cerce, qualquer hipótese de contestação: Qual não é razoável..., exclama o chefe do governo português, Não posso perder esse dinheiro. Os senhores são mais ricos do que eu.

Os senhores são mais ricos do que eu: a expressão, ou melhor, este uso do eu surpreende visivelmente o contador/entrevistador que, automaticamente, rememora a máxima atribuída a Luís XIV *L'État c'est Moi*".

carácter tradicionalista no interior do Estado Novo, que na escola constituem o aparelho educativo destinado à doutrinação ideológica dos jovens, doutrinação que tem que preceder o aspeto nocional dedicado à instrução científica, considerada pelo regime secundária, porque classificada como raciocínio estéril e pouco útil para se conseguir a formação dos caracteres das novas gerações.

A abordagem da História Cultural entende-se como a mais adequada para perceber o conjunto dos sentidos simbólicos que vão a compor este conceito nos dois regimes. Os aspetos mais interessantes que se querem aprofundados rodeiam a diferente ideia de hierarquização, que se pode encontrar no fascismo italiano em relação ao Estado Novo português, situação, esta, que determina uma condição juvenil cheia de conteúdos culturais diversos nos dois países. Por um lado, temos o nacionalismo desmobilizador de Salazar centrado na tradição, nas instituições corporativas, na família, na religião e no patriotismo conservador, todos elementos importantes para devolver Portugal à glória do passado. Por outro lado, temos o nacionalismo futurista de Mussolini ligado à recusa sistemática do antigo, do erudito, da atitude professoral e do medo pelo perigo, na tentativa contínua de mobilizar as massas.

A investigação do ambiente e dos sentidos culturais será aprofundada em termos interpretativos, por meio dos conceitos que na ação quotidiana se explicam com maior força ideológica a nível social. Portanto, parece importante não subestimar, para complemento de análise, uma abordagem sociopedagógica, que pode ajudar a compreender as escolhas que os chefes adotaram nas suas atitudes ditatoriais e pela qual se pode observar que Mussolini utilizou um método de disciplinamento agressivo nas suas batalhas de conquistas, ao passo que Salazar se serve do protecionismo cívico, para preservar os equilíbrios da ordem constituída no *status quo*⁵.

⁵ MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010, *Salazar uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote, pp. 250-251. “O lugar de Portugal no mundo é há muito alvo de debate entre os círculos intelectuais do país. Emergiu a velha disputa – da qual subsistem ainda hoje ecos – entre aqueles que desejavam um maior envolvimento nos assuntos europeus e os que consideravam tal envolvimento uma receita desastrosa, contrapondo a dimensão ultramarina do país. Os partidários deste último grupo alegam que um país pequeno e periférico como Portugal nunca poderá esperar ter uma influência decisiva nos destinos europeus e que a tentativa de o fazer levará à subordinação a um país mais poderoso. O melhor será, pois, voltar as costas à Europa, conforme há séculos o sugerem, e explorar, colonizar ou negociar com o resto do mundo. No século XX, o primeiro grupo tinha passado a ser equacionado – aproximadamente – com uma política democrática, enquanto o segundo era dominado por nacionalistas que acreditavam que Portugal, com a ajuda das suas colónias, poderia vingar por si próprio. Salazar foi tendendo cada vez mais para este campo. O seu desejo era de paz na Europa (que poderia exigir alguma revisão do Tratado de Versalhes) para que Portugal pudesse desenvolver-se ao seu ritmo. Conforme afirmava amiúde, o nacionalismo português não era agressivo; o país não tinha quaisquer pretensões irredentistas fosse

Por isso, além do auxílio da bibliografia existente sobre o período do fascismo e do Estado Novo, trabalharemos nos arquivos em que pretende-se utilizar os documentos que provêm principalmente de fundos, os quais permitem de individuar a orientação ideológica dos dois regimes, que se substancia nos projetos educativos destinados aos jovens.

4 Apresentação

Neste percurso de comparação será importante destacar os traços salientes que marcam o ideal de Homem Novo, em Itália e em Portugal. Por isso pensámos em estruturar este trabalho de investigação em duas partes.

Na primeira parte, no capítulo um, analisar-se-ão as consequências ideológicas provocadas pela crise do sistema liberal na Europa, as quais são aproveitadas por meio de mitos fundadores, como o do Mito da *Giovinezza* em Itália e o da Renovação Moral em Portugal, úteis para interpretar a nível primordial as peculiaridades ideológicas dos dois regimes, que encaram e moldam, o mito do Homem Novo de forma autoritária e conservadora em Portugal e de forma revolucionária e futurista em Itália. Assim, tendo em consideração estes aspetos, pensamos ser oportuno concluir o primeiro capítulo, evidenciando as relações que o salazarismo português e o fascismo italiano instauraram com a Igreja Católica. Em Portugal esta relação torna-se útil, por um lado, para acrescentar aquele cariz autoritário e conservador útil a Salazar para apresentar a sua ditadura como a prolongação natural dos valores morais da tradição lusitana e por outro lado, para evitar aquele cariz ideológico totalitário que, por meio de um pluralismo limitado, permite ao ditador português de classificar o Estado Novo, como Estado de Direito baseado na Moral. Em Itália, a relação que o regime instaura com a Igreja Católica ressalta a necessidade do fascismo em se apresentar como Estado Ético capaz de se tornar, a si próprio, uma “religião” que, com os seus ritos e rituais, tenta substituir-se gradualmente à religião católica, apresentando-se aos jovens como uma verdadeira Religião de Estado. Por estas razões, a primeira parte continua com o capítulo dois, no qual analisar-se-á o papel pedagógico do *Partito Nazionale Fascista* em Itália, entrando

sobre quem fosse, nem precisava de mais recursos coloniais. Em Setembro de 1935, numa longa nota oficiosa, publicada quando a guerra entre a Itália e a Abissínia estava iminente, Salazar falava sobre cumprir os deveres de Portugal relativamente à Sociedade das Nações no caso de uma acção comum contra o agressor, mas também afirmava: *Somos sobretudo uma potência atlântica [...] a linha tradicional da nossa política externa, coincidente com os verdadeiros interesses da Pátria portuguesa, está em não nos envolvermos, podendo ser, nas desordens europeias*”.

no específico dentro das organizações juvenis, como a *Opera Nazionale Balilla* e a *Gioventù Italiana del Littorio*, as quais serão funcionais, por um lado, para boicotar a obra de doutrinação católica para com as novas gerações e por outro lado, para mobilizar constantemente, de forma agressiva os jovens italianos, em vista de uma nova *escalation* bélica. Por sua vez, no capítulo três, será necessário salientar, o papel educacional do Ministério da Instrução Pública em Portugal que, em 1936, assume o nome de Ministério da Educação Nacional, instituição esta que, no contexto escolar, por meio da Mocidade Portuguesa, reforça aquela matriz patriótica defensiva, património cultural transversal, que na sociedade portuguesa, em nome do Bem Comum, tem o dever de animar o sentimento cívico-nacionalista de cada português.

A segunda parte desta investigação concentrar-se-á no caso português, muito mais longo do caso italiano, onde, no capítulo quatro serão destacadas as estruturas ideológicas de base, como a família considerada a célula básica da sociedade, a formação moral, a educação da vontade, o aspeto moral e intelectual na escola e o corporativismo nas cidades confrontado com o ruralismo nas aldeias, todos elementos que julgamos funcionais ao desenvolvimento ideológico dos princípios contidos na Constituição Corporativa de 1933. Estes elementos tornam-se fundamentais para perceber em que medida, tal como explicaremos no capítulo cinco, os princípios corporativos são maiormente representados pela genuinidade completamente lusitana da Mocidade Portuguesa, organização que será preferida pelo Estado Novo, relativamente à Legião Portuguesa e à Acção Escolar Vanguarda, ambas de clara inspiração fascista. Por isso no capítulo seis, após ter examinado o teor dos protestos católicos, devido ao medo de a Mocidade Portuguesa poder contribuir para acrescentar, no Estado Novo, o alegado cariz totalitário, por meio dos frequentes intercâmbios com a *Hitlerjugend*, evidenciaremos, de um ponto de vista doutrinário, o papel suavizante e moderador com que a Mocidade Portuguesa contribui para a ditadura estado-novista. Papel suavizante e moderador que a Mocidade Portuguesa cumpre através da complementaridade ideológica que, no meio da sociedade, consegue desenvolver na relação com a Acção Católica Portuguesa e na escola, por meio da Reforma do Ensino Liceal, através do papel de acompanhamento dos valores cristãos na moldura nacionalista do patriotismo universalista lusitano, contribuindo concretamente para aquela formação espiritual da futura elite que, quase inteiramente, provinha do contexto liceal, no qual a Mocidade Portuguesa teve, ao longo da ditadura, um papel ideológico praticamente exclusivo.

I

CRISE DO SISTEMA LIBERAL NA EUROPA

1.1 O ideal do Homem Novo na Europa

O ideal de Homem Novo nasce na Europa no começo do século XX, como solução ética e moral para a crise do sistema liberal, que visa alcançar uma transformação capaz de originar uma nova sociedade. A exigência de integridade espiritual, na formação do Homem Novo, tornou-se um assunto de base comum nos variados movimentos intelectuais, que incentivavam a formação de uma cultura europeia completamente renovada através do mito palingenético da morte, de um renascimento por meio de um sacrifício extremo, em que uma nova concepção metafísica, entendida como fé e orientação para uma vida nova, visava um sentimento de comunhão espiritual dos indivíduos na coletividade⁶.

O conceito de Homem Novo difunde-se por meio de uma interpretação apocalíptica da modernidade, o otimismo trágico dos movimentos intelectuais europeus consideram seriamente que a possibilidade de regeneração possa acontecer por meio de um combate violento entre forças antagonistas, única alternativa para superar a decadência de uma sociedade símbolo de um mundo há muito tempo velho⁷. Os conflitos e os antagonismos da modernidade eram o alvo tomado por estes movimentos, para denunciar o inevitável fim de um Mundo Velho que já não fazia sentido para muitas pessoas e devia deixar espaço para um Mundo Novo, que estava já em construção, por meio de uma nova mística fundada sobre a religião da nação, que podia cuidar do Homem Novo entregando-lhe o sentido da vida na sua plena totalidade. Todos os movimentos de vanguarda, que aspiravam à criação desse Homem Novo, animavam-se de um sentido quase religioso, cujo teor acrescentava aquele cariz apocalíptico e de renascimento palingenético, que estava na base espiritual de um Mundo Novo que

⁶ GENTILE, Emilio, 2002, *Il mito dello Stato Nuovo. Dall'antigiolittismo al fascismo*, Roma-Bari, Laterza.

⁷ BERGHAUS, Gunther, 1996, *Futurism and politics. Between anarchist rebellion and fascist reaction (1909-1944)*, Nova Iorque – Oxford, Berghahn Books, p. 109. "It becomes apparent that the fusion of Futurism and Arditism indeed went beyond an alliance of personalities who tried to give each other mutual support in the propagation of their political view points. We can assume that both groups shared a common world view and ideology. The symbiotic relationship between both movements found expression in their cult of heroism, combat and action, their mystical veneration of violence as a new form of political battle. They were united in their disgust of the existing social and political order and value-system based on moderation, common sense and tradition. This explains the anti-bourgeois phraseology to be found in the manifestos of both movements".

desejavam criar. Esta conotação metafísica e abrangente aproximava a arte da política, criando um mito de renovação que, movimentos como o futurismo, o expressionismo, o abstratismo e o construtivismo, entre outros, declaravam necessário ao superar das barreiras formais da velha classe liberal, entre política e cultura, para reafirmar as energias morais e intelectuais de cada nação⁸. Por estes movimentos, o poder regenerador da cultura tinha de renovar a sociedade inteira, reconstruindo o sentido verdadeiro de uma Sociedade Nova capaz de renovar também aquela percepção espiritualista que, por meio da integridade moral, pudesse fomentar a rebelião dos jovens contra os sentimentos demoliberaes que sufocavam e abafavam as novas energias juvenis, em nome de um moralismo meramente materialista. Para conseguir este esforço de regeneração, muitos jovens europeus sentiam-se prontos a sacrificar-se, persuadidos por um ódio para com a época do racionalismo julgado hipócrita e conservador, com o objetivo de levar a cabo o nascimento de um Mundo e um Homem Novos.

O progresso que o homem europeu tinha difundido no mundo, ao lado das descobertas científicas e tecnológicas, tornou-se necessário para as vanguardas como o futurismo⁹, não para exaltar a racionalidade do pensamento e da vida cómoda, mas para o professar de uma fé que, no menosprezo do perigo e com energia e coragem, se apropriava da exaltação da velocidade, como, por exemplo a de um carro potente com o qual se podia desafiar com ardor, esforço e magnificência o perigo da morte que, por meio da beleza da luta interior, teria arrasado as forças ignotas submetendo-as ao homem. O motim que teria transformado radicalmente e irreversivelmente o mundo, podia apenas chegar somente através de uma conquista contínua de novas metas, que na perpetuação da luta permitia alcançar com sucesso as proezas e os desafios mais difíceis. Por isso movimentos como o futurismo viam com agrado a regeneração espiritual de uma Europa velha, que só com uma regeneração trazida por uma guerra

⁸ GRIFFIN, Roger, 1991, *The nature of fascism*, Londres e Nova Iorque, Routledge, p. 59. "In this respect Futurism was child of the same age which gave rise to fauvism, expressionism, abstractionism, surrealism and constructivism. What set it apart from such aesthetic movements was that from the beginning the inauguration of a futurist age was inextricably bound up with the call for national regeneration. The legacy of Italy's imperial, religious or cultural past was regarded by futurist as a dead weight preventing her from becoming a technologically advanced, militarily strong national community. Liberalism, which embodied the 'pastist' mentality had to go".

⁹ *Ibidem*. "A fourth political grouping which promoted interventionism in 1914 had an even less orthodox pedigree than the neo-syndicalists: the Political Futurist. In 1909 their leader, Marinetti, had achieved international fame with the publication in Paris of the Futurist Manifesto announcing a radical break with all tradition (*passatismo* or *pastism*) in the name of an art which would celebrate the dynamism of the modern machine age".

teria podido desencadear aquela energia coletiva capaz de destruir um Mundo Velho e por fim criar um Homem Novo sempre pronto para a ação, qual genuíno, autêntico poeta nos sentimentos e audaz infalível nos acontecimentos. A fé desinteressada na ideia triunfante da guerra, qual excitação capaz de glorificar prodigiosamente o Homem Novo, dá uma visão generalizada e absurdamente otimista da necessidade de um conflito bélico, única solução capaz de interromper a paralisia de uma sociedade, que corrompe os povos dando-lhes a ilusão de uma falsa civilização projetada pelo engano quotidiano da ciência, ilusão que impede aquela regeneração das almas que dever ser racional, mas só na sua irracionalidade¹⁰. Uma profunda reforma da sociedade que liberta os homens de tudo o que impede cada pessoa de participar do universal, para suprimir o egoísmo do indivíduo e despertar aquelas virtudes heroicas que dão a possibilidade de renovar idealmente o carácter do Homem Novo, por meio da eficácia regeneradora da guerra, única prova verdadeira para purificar com vitalidade genuína a paz futura. A guerra é considerada aquela condição natural pela qual o combate extremo torna-se útil ao impor daquela evolução suprema, a que os povos devem recorrer para melhorar a unidade do sentimento nacional¹¹. A degeneração do hedonismo aniquila irremediavelmente a sociedade endereçada a uma decadência, que se funda sobre as desigualdades das massas e sobre a alienação materialista, que produz apatia e encoraja comportamentos imorais. A guerra é a única que pode compactar a sociedade oferecendo às pessoas aquela emancipação que estrutura e reforça um vínculo firme, que evita a dissolução do Estado empobrecido pelo interesse egoístico-individualista, que ameaça o sacrifício pessoal para um ideal autenticamente livre de corrupção. Não admira, portanto, que num clima de protesto contra os velhos sistemas de dominação, a guerra fosse considerada a apoteose da vitalidade por trazer consigo efeitos benéficos, apesar de serem violentos, para a regeneração verdadeira de um Homem Novo. A regeneração devia ser longa e sacrificada, única garantia capaz de salvar a alma de um Homem Novo acompanhado espiritualmente por uma estética nova, que ressurg

¹⁰ *Ibidem*. "The mythic core at the heart of such ideas was again unmistakably palingenetic: Political futurism was the irrational and activist commitment to the violent destruction of the old world and the creation of a new society whose form was as yet ill-defined".

¹¹ ROSAS, Fernando – OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), 2006, *As ditaduras contemporânea*, Lisboa, Colibri, p. 10. "As ditaduras no sentido moderno do termo, emergindo não como despotismos imperiais ou quase imperiais, mas como movimentos de massas da Esquerda ou da Direita, tiveram de esperar pela chegada da era do sufrágio massificado. Foi na Europa de entre guerras, por entre o caos criados pelos impérios em desagregação e, mais tarde, pela própria crise da democracia, que os ditadores proliferaram".

esplendidamente após a guerra criando os pressupostos morais de uma época recém-nascida, que no sangue de atos heroicos tem purificado um Novo Destino¹². Regenerado na totalidade da sua essência espiritual, o Homem Novo Europeu vai enfrentar as grandes dúvidas existenciais com estímulo e força interior firme, sabendo que o preço que tem de ser pago já foi saldado, imolando, sem hesitações, recursos vitais para a construção de uma Nova Civilização, exuberante nos fragmentos da sua disciplinação interior, livre de qualquer arcaísmo prejudicial.

Os dinamismos das energias espirituais interiores tornam-se forças quebradoras da coragem iniciática de quem se propõe com a sua contribuição individual, como artífice de uma nova organização coletiva, simples, essencial, sintética, dentro de uma religião do espírito sem dogmas e livre de espalhar as paixões nascidas do cataclisma regenerador. A catástrofe deve ser profunda e radical, semelhante a uma Apocalipse Bíblica, o Homem Novo Europeu, assim regenerado, marca o fim de uma era milenária, a que se segue uma nova era, onde ao antigo se substitui um novo cosmos, que revoluciona todas as coisas e todas as ideias, o espírito e a matéria tornam-se um todo junto, a alvorada dos tempos novos renasce como uma nova “religião”, cheia de pessoas ativas na sua “fé” para um novo líder cheio de heroísmo¹³. Como um raio auroral de vida ressurgida com nitidez sobre as nuvens do materialismo imoral cheio de horrores éticos. A redenção do Homem Novo Europeu nasce por uma regeneração que prefigura uma Nova Ordem, onde a política e a cultura vivem em simbiose, para demolir as ilusões que destroem o começo da primavera propiciatória a um novo mundo virgem, mundo em prol do qual a guerra é inevitável, para nele atender o desejo de reconstruir do começo uma sociedade nova, liberta de protagonismo individualista, de desvios do poder político, de desespero por uma existência inútil delirante na anomia de uma sociedade moralmente e materialmente corrupta. O difundido entusiasmo com o qual foi acolhido em 1914 o início da guerra na Europa era o de um entusiasmo real, que apesar de não ser unânime mostrava como a ocasião do começo da guerra tinha sido saudada por milhões de pessoas como uma grande aventura, sobre qual se podia repor as

¹² MALAGODI, Olindo, 2005, *Il regime liberale e l'avvento del fascismo*, Soveria Mannelli, Rubbettino.

¹³ GENTILE, Emilio, 2007, “Mussolini as the Prototypical Charismatic Dictator”, em PINTO, António Costa – EATWELL, Roger – LARSEN, Stein Ugelvik, *Charisma and fascism in interwar Europe*, Londres, Routledge, p. 114. “The charismatic leader is always transformed into a myth through the symbolic transfiguration of his person into an emblematic hero; this process can reach the point where a cult of personality is instituted. Myth is a constitutive aspect of the charismatic personality. In many cases it heralds the development of charismatic authority”.

esperanças de renascimento de uma nova sociedade sagrada nos ideais e pura nas almas de quem teria sobrevivido. Aliás um enorme sacrifício, mas no entanto, libertador das ânsias que oprimiam os povos; um êxtase de massa que percorria transversalmente a sociedade, passando por cidadãos comuns e por intelectuais, tudo envolvido num conjunto para confirmar uma União Nova que, por meio da grande prova da guerra, teria superado as divisões deletérias da sociedade¹⁴. O sentimento nobre retemperado na fornalha ardente punha fim às condições miseráveis de uma sociedade doente que, no fogo purificador, exaltava a profundidade interior do Homem Novo Europeu, forjado por uma missão civilizadora mundial, que recuperava com um arranco acrobático, o gosto pela vitória conseguida com ligames de irmandade e solidariedade humana entre diferentes classes sociais.

Os Jovens Novos eram aqueles que, estando convencidos de possuir qualidades morais e valores éticos superiores, ter-se-iam sacrificado pela revolução espiritual das almas fecundando novamente a semente ancestral da vida. Daí, a experiência bélica era o verdadeiro caminho a seguir para se poder revelar o destino de um Homem Novo Europeu que, na luminosidade do ser supremo, temperado pelo clima guerreiro, teria destruído as cadeias indecorosas de uma velha Europa. Por isso, na redenção da Europa, a promessa de renascimento passava pela criação de um Homem Novo Europeu eficaz regenerador que, na renovação palingenética superior da humanidade, pedia fortemente o explodir da guerra¹⁵.

¹⁴ ROCCO, Alfredo, 1927, *La trasformazione dello stato: dallo stato liberale, allo stato fascista*, Roma, Anonima Editrice.

¹⁵ SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *O futurismo italiano. Estética, ideologia, fascismo*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 24. “E, já agora, eis o que em 1908, sob a inspiração de Nietzsche, escrevia o socialista anarquizante Benito Mussolini: *Virá uma nova espécie de [homens] livres fortalecidos pela guerra, na solidão, no grande perigo, espíritos dotados de um género sublime de perversidade, espíritos que nos libertarão do amor pelo próximo...* . E Papini, volto a ele para fechar com chave de ouro, não tardará a escrever o chocante artigo *Amamos a Guerra!* (saído na já citada revista *Lacerba*, em Outubro de 1914): *Somos demasiados. A guerra é uma operação malthusiana. Há a mais do lado de cá e há a mais do lado de lá que se acotovelam. A guerra equilibra as partes. Origina o vazio para que se respire melhor. Deixa menos bocas à volta da mesma mesa. E põe a andar uma infinidade de homens que viviam porque tinham nascido; que comiam para viver, que trabalhavam para comer e maldiziam o trabalho sem coragem de recusar a vida. [...] Não nos atirem à cara, à guisa de perorata, às lágrimas das mães. Para que é que servem as mães, a partir de uma certa idade, se não para chorar? Quando foram engravidadas não choraram: há que pagar o prazer. [...] A guerra, por fim, é vantajosa para a agricultura e para a modernidade. / Os campos de batalha durante muitos anos produzem mais do que antes sem a despesa do adubo. Que lindas couves comerão os franceses no lugar onde se amontoarão os soldados alemães e que gordas batatas este ano se cavarão na Galícia!... / Amemos a guerra e saboreemo-la como apreciadores enquanto dura. A guerra é medonha – e per ser medonha e tremenda e destruidora devemos amá-la com todo o nosso coração de machos”.*

E guerra foi!

A I Guerra Mundial ou Grande Guerra veio a ser considerada o primeiro conflito moderno da História, porque combatida com métodos e arsenais novos. As grandes perturbações levantadas por este conflito, não eram apenas relativas à perda de vidas humanas, que sem contar com os civis e só entre os soldados, fez mais de dez milhões de vítimas, eram relativas também à construção de um Mundo Novo e de um Homem Novo, pelo quais eram caídos três Impérios seculares (austro-húngaro, russo, turco-otomano) e quatro monarquias (Rússia, Turquia, Áustria e Alemanha), impondo uma situação que tinha decretado o proliferar-se de novas repúblicas baseadas no sistema democrático e parlamentar. Mas, estas situações, em aparência idóneas para o trazer de novos ventos de paz e aproximação entre os povos, escondiam um sistema político em que a maioria dos participantes ativos em parlamento eram ex-combatentes da Grande Guerra¹⁶, ou seja, pessoas que conservavam um ódio vivido durante o conflito, que ao invés de fomentar novos rancores teriam o dever de criar uma nova sociedade livre nas ideias e nas ações, uma civilização moderna que, na sua regeneração, teria crescido por meio de sentimentos nobres e entusiásticos no acolher da era de uma Nova Humanidade. Paradoxalmente a formação de Estados, que se tinham libertado da dominação alheia, acrescentava favoravelmente à atividade política conflitual¹⁷ dessas pessoas, que participaram da Grande Guerra, uma situação que fomentava a formação de Estados que num nacionalismo exasperado¹⁸, erguiam as bases que davam um “Novo Sentido” ao mundo para o qual tinham contribuído a criar nos campos de batalha. Em oposição a este fenómeno nacionalista difuso contrapunha-se o nascimento do primeiro país comunista da história, através da imposição do partido único que incitava a classe operária doutros países a revoltar-se contra o sistema capitalista dos patrões. Claramente, o nascimento na Europa de movimentos comunistas contrapunha as diferentes correntes de esquerda e de direita em conflitos, que chegavam a lutas sociais

¹⁶ Gentile, Emilio, 2008, *L'apocalisse della modernità. La grande guerra per l'Uomo Nuovo*, Milão, Mondadori.

¹⁷ GENTILE, Emilio, 2005, *The origins of fascist ideology, 1918-1925*, Nova Iorque, Enigma Books, p. 40. “The revolutionary significance – positive or negative – of the war was not the issue for everyone, and was confirmed by its result: the war destroyed centuries-old well established monarchies, created new states, brought about national and social revolutions, led to a crisis in the values and rules of collective life, and seriously threatened the economic and political structure of liberal bourgeois society. It was also the training ground for new forms of political struggle by spreading a new view of life and human relations”.

¹⁸ BATTENTE, Saverio, 2005, *Alfredo Rocco. Dal nazionalismo al fascismo, 1907-1935*, Milão, Franco Angeli.

devido às diferentes visões políticas, sobre a interpretação dos instrumentos necessários à demolição ideológica de um Mundo Velho em favor da criação de um Mundo Novo¹⁹. A construção ideológica de um Homem Novo gerava *a priori* contraposições ideológicas que contribuía para desestabilizar as ordens nacionais recém-nascidas das cinzas da Grande Guerra, que em princípio pensava-se rápida, uma vez que a maioria dos governantes tinham previsto o fim do conflito para o Natal do mesmo ano, em que começara. Mas, as razões pelas quais tinha nascido a necessidade de criar um Homem Novo Europeu, ao invés de trazerem certezas, trouxeram consigo inquietação e novas dúvidas, pelo medo de se poder aproximar um outro destino nefasto. O Homem Novo Europeu tinha nascido órfão, ou melhor, o progresso moral desejado para justificar a decisão extrema de um conflito mundial não tinha alcançado os objetivos de renovação espiritual, que deveria ter triunfado para o bem de uma Humanidade Nova. O otimismo catastrófico, sobre qual se tinham criados os pressupostos palingenéticos de um Mundo Novo, devia ter em conta os fermentos de luta política patológica, que repropunha os mesmos modelos agressivos necessários, para a renovação da vida de um ponto de vista heroico dedicado a uma causa nobre, em que as forças individuais se uniam para alcançar o prazer de uma glória coletiva²⁰. Ou seja, a eliminação do que era velho preludia ao verdadeiro renovamento somente após ter passado uma grande crise geral. Uma extrema prova existencial, experienciada nos campos de batalha, teria sido o combustível que teria reformulado as ações do Homem Novo Europeu. Daí que, uma renovação social compacta e disciplinada teria permitido de infundir aquele carácter guerreiro, que por meio da disciplina permitia de fundir as singularidades do indivíduo na coletividade magnética de uma nova transformação social²¹. Assim acontece para

¹⁹ ADINOLFI, Goffredo, 2010, “O constitucionalismo e o regime fascista”, em LIMONCIC, Flávio – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 350. “Massificando a sociedade, a Primeira Guerra Mundial surtiu um efeito secundário, em grande parte inesperado: a introdução das massas no jogo político”.

²⁰ MILZA, Pierre, 2004, “Mussolini, figure emblématique de l’«homme nouveau»”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *L’homme nouveau dans l’Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, Paris, Fayard, pp. 84-85. “La guerre est à peine achevée que déjà celui qui va devenir le *Duce* du fascisme, en attendant d’être celui de l’Italie tout entière, a en tête de fonder une nouvelle société sur le modèle du combattant. Il va désormais s’appliquer à en incarner les vertus et à résumer en sa personne la mutation accomplie par des dizaines de milliers de jeunes gens qui ont grandi dans l’atmosphère lénifiante de l’Italie giolittienne et que l’épreuve des armes a transformés en héros”.

²¹ GENTILE, Emilio, 2007, “Mussolini as the Prototypical Charismatic Dictator”, em PINTO, António Costa – EATWELL, Roger – STEIN, Ugelvik Larsen, 2007, *Op. Cit.*, p. 113. “The charismatic leader is accepted as a guide by his followers who obey him with veneration and devotion because they consider that he has

que, mais uma vez, os jovens fiquem novamente preparados para morrer por uma causa palingenética de regeneração; a virtude cívica, o patriotismo e o internacionalismo proletário repropõem modelos conflituosos, sobre os quais forjar um Homem Novo pronto para o mito do martírio enfatizado na sua beleza idealista. A luta pela nobre existência, concebida por valores idealistas superiores, distingue o animal do homem, este último, porém, para lembrar-se de sê-lo deve transformar-se em animal feroz, mas ciente do seu destino de regeneração humana na sociedade. Alguém tinha, portanto, a tarefa de conduzir o Homem Novo na passagem da revelação palingenética até o momento da desilusão racional, para re-simbolizar uma nova concepção irracional capaz de recompor os fragmentos de uma razão que, na prepotência ideológica do dever moral, tinha concentrado as tentativas foles e falhadas no reconstruir, através da destruição, algo de idealisticamente Novo! A visão espiritual que devia originar-se do desdobramento radical de uma educação trágica e ao mesmo tempo entusiasta por uma vida heroica tornava a chamar a glória de uma epopeia que, da catástrofe, não só se devia regenerar, mas além disso, se devia alimentar novamente, para repropor aquela ameaça dourada de caducidade da condição humana, condição fundamental para regenerar palingeneticamente uma Sociedade Nova.

Em Itália o mito do Homem Novo surge essencialmente das opções ditatoriais que visam quebrar a velha hegemonia da classe política liberal, típica daquele mundo burguês, que no produto individualista cria um homem egoísta incapaz de ativar-se pelo melhoramento coletivo da sociedade. Contrariamente, o Homem Novo do fascismo deve ser dinâmico, forte, eficiente e firme, pronto para qualquer sacrifício²², enaltecido moralmente por um vigor autárquico, filho de uma educação que procura o consenso e a mobilização de massa ao serviço de um Estado ético, onde o *duce* encarna o papel do renovador da sociedade civil, o Chefe do povo italiano, o fundador do Império, o mito

been invested with the task of realizing an idea of the *mission*; the leader is the living incarnation and mystical interpreter of the mission”.

²² GRIFFIN, Roger, 1991, *Op. Cit.*, p. 73. “For example, the original *squadrista* myth of the reckless, self-sacrificing front-line soldier as the ideal type of the new Italy was perpetuated in the martial ethos of the youth organizations, the lionization of the Militia volunteers who were sent to support Franco’s troops as the flower of the nation and the countless military parades which punctuated civilian life. It was also used to justify the conquest of Ethiopia and the mobilization of millions of troops to fight in France, North Africa, the Balkans, Russia and finally in Italy itself between 1939 and 1943”.

vivo, que por meio da sacralização da política²³ cria nas consciências dos italianos, uma fé incondicionada nos dogmas do fascismo. Mussolini quer criar novas gerações, mais numerosas, mais fortes fisicamente e moralmente, desenvolvidas espiritualmente no fascismo apresentado como religião, verdadeiramente capazes de ousarem na ação para enfrentarem uma nova época de guerra e de conquista. O Homem Novo Italiano deve entregar-se totalmente ao culto do fascismo, que constrói a imagem de um *duce* com mil rostos²⁴, omnipresente além do limite do espaço e do tempo: a sua figura origina-se na Roma Imperial, como modelo romano torna-se a síntese da personificação do grande *condottiero* que guia o seu povo para a conquista do mundo²⁵. Por isso o fascismo alimentava incessantemente aquele grande fogo palingénético que as cinzas da Grande Guerra não conseguiram extinguir completamente, os elementos puramente estéticos da guerra retomavam o domínio sobre as mentes de quem, na fé de uma Nova Religião de Estado, teria seguido uma nova liturgia de símbolos e de rituais. De facto o fascismo trazia esteticamente tudo isso, enquanto causa nacional em forma de mito que, por meio de um valor ético, se apresentava como algo em que o social e o estético se juntavam numa conceção religiosa da política. Esfera pública e esfera privada juntando-se teriam alcançado aquela comunhão de valores coletivos que não conseguiam exprimir-se por causa do interesse individual. O culto político torna-se aquela força simbólica, que *ex-novo* cria uma nova conceção de Estado²⁶. Mitos e símbolos de teor coletivos cheios de

²³ GENTILE, Emilio, 1996, *The sacralization of politics in fascist Italy*, Cambridge, Massachusetts, e Londres, Harvard University Press, p. 137. "An anonymous informer wrote in a secret report: Fascism is a religion, a religion that has found its God".

²⁴ MILZA, Pierre, 2004, "Mussolini, figure emblématique de l'«homme nouveau»", em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *Op. Cit.*, p. 77. "On ne s'étonnera pas que dans un régime qui exalte l'action, l'énergie, les vertus viriles et guerrières, soient mis en valeur, prioritairement, les traits et les qualités physiques du dictateur. L'exhibition du corps à demi dénudé, puissant, rompu à toutes les tâches et à tous les exercices physique, fait partie des moyens utilisés par lui pour poser en personnage hors normes. Les documents iconographiques abondent d'un Mussolini torse nu, s'activant aux travaux des champs, battant le blé au milieu des paysannes romagnoles, maniant la pelle et la pioche sur un sentier de fouilles ou de construction ferroviaire, chaussé de skis sur les pistes de Cortina d'Ampezzo ou effectuant son footing dans le parc de la Villa Torlonia, son domicile privé à Rome, ou sur la plage de Riccione, avant d'aller se plonger dans les eaux de l'Adriatique".

²⁵ GENTILE, Emilio, 2001, *Il culto del littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*, Roma-Bari, Economica Laterza.

²⁶ GRIFFIN, Roger, 2007, *Modernism and fascism: the sense of a beginning under Mussolini and Hitler*, Londres, Palgrave Macmillan, pp. 192-193. "The watershed for relations between the two philosophers was the outbreak of the First World War, for while Croce opposed the interventionist campaign to persuade the government to side with the Entente powers, Gentile instinctively supported it. Through his own highly philosophical vision of national reawakening, he saw Italy's participation in the war as a formative moment in the completion of the Risorgimento, a position fully articulated in *Politics and Philosophy*, written soon after the armistice. This synthesized the spirit of avant-garde

homenagem a quem combateu na Grande Guerra e que tinha doado a vida pela pátria italiana²⁷. As grandes cerimónias comemorativas improvisavam representações “teatrais” de massa em que o indivíduo dificilmente teria podido ignorar a expressão de uma Nova Civilização Patriótico-Nacionalista, na qual o Homem Novo Italiano, enriquecido pelo espírito de disciplina e dedicação à coletividade nacional, teria renovado aquela atitude de abnegação necessária à sublimação idealista do sacrifício extremo, em nome de uma pedagogia guerreira²⁸ que na lembrança dos caídos da vitória mutilada, teria proposto um sentimento legítimo de desforra, uma predisposição totalitária que, enquadrando o indivíduo nas massas, regenerava um povo desde sempre contraditado por rivalidades regionais e provincianas até entre uma aldeia e outra, através de uma nacionalização compacta que prometia de enaltecer a Itália no teto do mundo.

Em Portugal o Estado Novo surge diferentemente do fascismo, sem nome, titubeante, buscando de afirmar-se sobre princípios sólidos que o diferenciam

cultural criticism, interventionism, and actualism by offering an interpretation of contemporary history as a conjuncture of conditions in which Giuseppe Mazzini’s dream of a populist *national religion* to bind Italians together – so cruelly betrayed by the Cavourian liberal tradition – could finally become reality in an *ethical state* in which the atomization and egoism of modern society would be transcended. Once fascism had made its decisive shift to the right in the course of 1921 by abandoning negotiations for a *pacification pact* with socialists along with its anticlericalism and republicanism, Gentile convinced himself it offered the historical vehicle necessary for the realization of his vision of a new ethical order. This conviction was further strengthened when in October 1922 Mussolini was appointed head of state after his threatened coup against liberal Italy as leader of the black shirted *Action Squads*, the *March on Rome*.

The highly public conversion to fascism of one of Italy’s two most famous philosophers was rewarded with a series of key positions in Fascist cultural politics that earned him the (misleading) reputation of *the philosopher of Fascism*. As Minister of Education, member of the Fascist Grand Council, and director of numerous cultural initiatives and institutions – notably the *Enciclopedia Italiana* and the National Fascist Institute of Culture – Gentile campaigned tirelessly for Italy to become a truly *totalitarian* state in which Fascism functioned as a secular theology. The *political religion* he propounded would provide the basis of Italy’s cultural renaissance by spiritually forming a generation of *New Man* whose lives embodied the transcendent ethical principles of the state, thus enabling the New Italy to fulfil its civilizing mission on behalf of humankind”.

²⁷ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Nazionale Arditi d’Italia/b. 5, 2 de Novembro de 1928, «Tutti noi dobbiamo sentire il dovere di unirli e portare i nostri fiori, simbolo delle nostre anime, alla Lapide dei gloriosi Caduti, dare a Loro il nostro saluto di guerra che é anche il saluto della fratellanza piú verace fra noi e Loro, fra la vita e la morte».

²⁸ MATARD-BONUCCI, Marie-Anne, 2004, “L’homme nouveau entre dictature et totalitarisme (1922-1945)”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *Op. Cit.*, p. 15. “Ainsi, la figure du guerrier s’imposa en temps de paix et plus encore pendant la guerre où elle finit par occulter les autres formes de représentations. En Italie, comme le montre Emilio Gentile, le *citoyen-soldat* s’imposa très tôt comme la représentation idéale de l’homme nouveau fasciste. L’exaltation du passé antique et de la romanité ne fut pas seulement destinée à appuyer les ambitions territoriales de l’Italie mais surtout à valoriser un type d’homme et de civilisation guerrière. De façon significative, avec le temps, le Duce dálaissa de plus en plus la tenue de bourgeois pour endosser l’uniforme militaire”.

marcadamente da I República portuguesa. O salazarismo, desde o começo, apresenta-se como um regime estritamente elitista, em que Salazar se torna o Chefe legítimo que, por dever de sacrifício pelo amor ao seu país, para alcançar a salvação de Portugal, pede em troca uma obediência cega dos portugueses, através de um espírito anti-partidário animado por um nacionalismo cívico e patriota. Por isso é, que é só com a moderação dos processos, que Salazar quer construir a sua ditadura, que ele mesmo define delimitada pelo Direito e pela Moral Cristã. A noção de Homem Novo Português, que se evidencia na ditadura salazarista, é uma recusa ao recurso irracional de divinização do Estado, que não se quer substituir, como o fascismo em Itália, à religião, mas que quer limitar o sentimento religioso dentro de uma moldura nacionalista. O dever de ser português torna-se uma constante patriótica pela qual se pode construir uma imagem de um Homem Novo, que no redescobrimento das tradições rurais de um Portugal arcaico, se pode redescobrir a si mesmo, por meio daquelas virtudes cívicas e morais, que foram prejudicadas com o advento da I República Portuguesa. Neste caso a regeneração da sociedade portuguesa não passa por uma atitude sacrificial de jovens prontos a dar a vida pela Nação, mas contrariamente a Mussolini, que pretendia uma devoção religiosa, que podia chegar até ao sacrifício extremo do indivíduo pela causa nacional coletiva, Salazar pede um sacrifício cívico sem desperdício de vidas humanas; a causa nacional deve ser apoiada por uma colaboração coletiva, onde o Homem Novo é um indivíduo que age pelo bem comum da Nação Portuguesa²⁹. O Homem Novo Português deve preservar-se si mesmo para poder preservar Portugal, ser homem reflexivo, mais que homem de ação, ser brando e moderado nos costumes, sem alcançar excessos comportamentais perigosos pela integridade física, ou seja, deve tornar-se um cidadão modelo que deve continuar a ser a testemunha viva da Grande História do Império Português³⁰. Por isso, o mito da “Raça” Portuguesa permite de criar idealmente um universalismo pacífico de que o Homem Novo Português é portador no mundo, aliás

²⁹ PINTO, António Costa, 2004, “«L’homme nouveau» salazariste: Élités et centres de socialisation politique dans l’Etat nouveau portugais”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *Op. Cit.*, p. 123. “L’Homme nouveau du salazarisme des années trente, vivan essentiellement à la campagne, était probablement celui de la *leçon de Salazar* des manuels scolaires, modelés par la *reconquête catholique*: respectueux et croyant en Dieu, travailleur et heureux de son rôle social dans la *production nationale*, fier de sa patrie ancienne, veillant sur sa femme et ses enfants”.

³⁰ MATARD-BONUCCI, Marie-Anne, 2004, “L’homme nouveau entre dictature et totalitarisme (1922-1945)”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *Op. Cit.*, p. 15. “Au Portugal, c’est dans la figure mythique du colon que l’homme nouveau était invité à continuer la geste des *navigateurs, des saints et des chevaliers*”.

aquela Renascença Moral tão procurada por uma grande parte dos europeus, que ingenuamente depositavam na guerra a esperança de regeneração palingenética do Homem Novo, em Portugal, concretiza-se na atuação de um projeto patriótico protecionista baseado numa cultura multiétnica³¹ que, por meio de uma “Raça” Universal Portuguesa, pode englobar e abranger, num conjunto único cultural, pessoas que pertencem a raças diferentes.

1.2 Duas ditaduras em comparação: salazarismo autoritário e conservador, fascismo revolucionário e futurista

Ao examinarmos o desenvolvimento inicial das duas ditaduras podemos reparar, logo de início, uma diferença substancial de base entre os dois personagens que se tornarão os líderes do fascismo e do salazarismo. Já em 1919 Mussolini, que provém de uma área política socialista, premedita a intenção de criar um novo movimento revolucionário chamado de fascismo, onde a ação militante é antes de tudo a base de partida de um movimento que na origem não tem uma doutrina bem definida, mas que através da constituição dos *Fasci Italiani di Combattimento* quer adquirir um controle territorial organizado por esquadras capazes de batalhar em qualquer contexto, desde as grandes cidades até as pequenas aldeias. A Marcha sobre Roma em 28 de Outubro de 1922 pode ser considerada uma mimese “teatral” de um movimento reacionário ciente da sua força de esquadras, que tem construído uma rede militante capaz de reprimir não a ordem constituída que assujeitará depois, mas começando pelas instituições locais, constituindo um sistema de tipo federal, em que uma hierarquia de fascistas com diferentes poderes, por meio de milicianos, manda e controla uma porção mais ou menos vasta de território. Pode-se dizer que o fascismo antes de ser doutrina é ação que

³¹ PINTO, António Costa – MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2000, “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, em PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madri, Sequitur, p. 241. “O discurso sobre a *especificidade* do colonialismo português já estava presente no discurso oficial dos anos trinta, coexistindo com o *imperial*, mas ele transformou-se em dominante quando, prevenindo-se perante o início da época de descolonização, Portugal e a suas colónias, agora designadas como *províncias ultramarinas*, passarem constitucionalmente a formar um mesmo Estado *uno e indivisível*, sem qualquer traço de dominação formal da metrópole. A *nação* transmutava-se assim em *pluri-continental e pluri-racial* e o ser português tornava-se inclusivo, étnica e culturalmente, com o cimento unificador da civilização cristã”.

surge de baixo, onde estão constituídas aquelas bases sólidas que lhe permite fortificar de seguida o Estado ético ditatorial³².

Se tomarmos em consideração as características do salazarismo parece que Salazar, pelo menos em 1926, quando assume pela primeira vez o cargo de Ministro das Finanças³³, não tem a intenção de se tornar o Chefe de um povo que enfrentará uma das mais longas ditaduras do século XX. De facto, em 1926, depois de ter sido, por um curto período, Ministro das Finanças, Salazar volta a ensinar na Universidade de Coimbra e só a 27 de Abril de 1928 tomará novamente o cargo anterior. É somente neste momento que Salazar parece ter a intenção de se tornar Chefe de uma Nação, que estava atravessando uma profunda crise financeira e sobretudo, que parece ter a visão clara de quanto deviam ser lentos e graduais os métodos para alcançar o seu objetivo³⁴. Por isso, nas origens do salazarismo podemos evidenciar um desenvolvimento de propósitos do Professor de Coimbra que, no que respeita ao fascismo, nada tem de comum com a ação de esquadra; de facto, não é o aspeto revolucionário enriquecido pelo elemento futurista³⁵ que, menosprezando o perigo e valorizando o sacrifício extremo, põe as bases do seu exórdio ditatorial. As bases de apoio inicial de Salazar são aquelas de um governo, em que a única modificação que se pode chamar revolucionária,

³² SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *Op. Cit.*, pp. 39-40. “Segundo a análise muito pertinente de De Felice, enquanto os *futuristas constituíam socialmente e ideologicamente uma unidade bastante homogénea, eram em grande parte de origem burguesa e tinham quase todos uma cultura de nível liceal ou universitário, os arditi, pelo contrário, constituíam um agrupamento muito heterogéneo do ponto de vista da origem social e da cultura. Socialmente provinham de quase todas as classes sociais (geralmente eram filhos de pequena burguesia, de artesãos ou de operários), culturalmente o seu nível, salvo raras exceções, era muito baixo*. É claro que Mussolini continuava a cortejar esta excelente tropa de choque, que daria uma não desprezível operacionalidade aos seus *fascios de combate*, espreitando o momento mais propício para explorar em seu favor estes desfasamentos”.

³³ LÉONARD, Yves, 1998, *Salazarismo e fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito, p.17. “Apesar de não ter contado com uma marcha sobre Roma e com um pronunciamento, a conquista do poder por Salazar foi o resultado de um processo tão longo e obstinado quanto paciente e prudente. Nomeado pela primeira vez para Ministro das Finanças nos dias que se seguiram ao golpe de Estado militar do 28 de Maio de 1926, Salazar ocupará este cargo por um período de tempo reduzido, preferindo voltar a ensinar na Universidade de Coimbra”.

³⁴ *Ibidem*. “As primeiras palavras proferidas em publico, por Salazar após a ocupação do cargo a 27 de Abril de 1928, são bem reveladoras da determinação que o anima: *Sei muito bem o que quero e para onde vou mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegará altura de mandar*”.

³⁵ O futurismo, é um movimento artístico e literário que surgiu oficialmente em 5 de Fevereiro de 1909 com a publicação do *Manifesto Futurista* pelo poeta italiano Filippo Marinetti no jornal italiano a *Gazzetta dell'Emilia* de Bolonha.

é a de administrar com parcimónia e severidade os recursos de um Estado na bancarrota³⁶.

Enquanto o corporativismo fascista nasce pela exigência de conter e controlar as riquezas de um industrialismo capitalista, o corporativismo estado-novista torna-se o substrato socioeconómico pelo qual se dá legitimidade autoritária a um Estado ditatorial que no conservadorismo rural ostenta as suas tradições mais antigas e sagradas³⁷. Não admira que o partido criado por Salazar, a União Nacional³⁸, fosse um partido fortemente burocrático e desmobilizador que completava politicamente aquele sistema socioeconómico fortemente autárquico, que ajudava o regime a congelar a sociedade portuguesa isolando-a do resto da Europa³⁹. Estamos perante as duas situações fortemente contrapostas, em que o antiliberalismo e o antimarxismo que abrange estas duas ditaduras se exprimem com medidas completamente diferentes; as exuberâncias dos métodos fascistas, que prepotentemente tomam o domínio na Itália, fundam as raízes na vontade de protagonismo de uma faixa juvenil rancorosa para com uma vitória mutilada, ilegítimamente e prepotentemente imposta à Itália ao fim da I Guerra Mundial. Daí as diferentes conceptualizações de um Homem Novo Italiano e de um Homem Novo Português. No fascismo é interessante verificar aquele aspeto primordial de ação militante⁴⁰, que permite a expoentes do futurismo como Marinetti e Papini de

³⁶ LÉONARD, Yves, *Op. Cit.*, p. 22. “Em contrapartida, a ditadura sem ditador do 28 de Maio de 1926, heterogénea e sem grande unidade, acabará por gerar um ditador não-militar oriundo dos meios católicos. Crítico implacável desta I República exangue, Salazar, sustentado pelo apoio dado por militares como Carmona e amparado pelo sucesso aparente da sua política económica e financeira, consegue de facto, captar de forma muito lenta uma grande parte dos desiludidos”.

³⁷ ROSAS, Fernando, 1986, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 30. “Esse predomínio do mundo rural explicaria, entre outras razões, o peso da política tradicional de equilíbrio financeiro, e a estratégia deliberada de contenção da industrialização até o fim da guerra assim reforçando, o *ruralismo e patriarcalismo*”.

³⁸ PINTO, António Costa, 1992, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 105. “A UN foi uma emanção de Salazar, criada e organizada por decreto governamental, dominada pela administração, adormecida e revitalizada conforme a conjuntura”.

³⁹ LÉONARD, Yves, *Op. Cit.*, p. 140. “Com efeito, de todos os regimes autoritários e fascistas surgidos entre as duas guerras, o salazarismo será um dos poucos a saber durar sem mudar verdadeiramente de natureza. Ao colocar Portugal sob uma capa de chumbo, ao prolongar o longo reinado do silêncio iniciado entre as duas guerras, ao anestesiar as forças vivas do país e ao esmagar o comunismo, Salazar esforçar-se-á por fazer de Portugal um país *fora do mundo*, um *porto de paz* na Europa, ainda que atormentado pelos horrores da descolonização. No fundo, uma forma de idealizar a suposta singularidade de um país e de um regime cada vez mais *orgulhosamente sós*”.

⁴⁰ GRIFFIN, Roger, 1995, *Fascism*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press, p. 45. “Vittorio Veneto and the coming to power of Fascism represent the realization of the minimum Futurist programme (which has a maximum programme yet to be achieved) launched fourteen years ago by a group of

redesenhar aquele mapa cultural que exortava ao concreto cumprir dos princípios idealistas do nacionalismo irredentista *dannunziano*⁴¹; o futurismo que professa a ousadia, a audácia, o menosprezo pelo perigo, a velocidade e o sacrifício pela pátria vem acolhido pelo fascismo como elemento catalisador que converte a ação militante fascista do exórdio na doutrina de amanhã. Estas atitudes dão forma à doutrina, identificando o ser fascista, a verticalidade da sociedade, a retórica dos edifícios fascistas e dos monumentos com os discursos altos-sonantes do *duce*, a que se seguem as demonstrações impulsivas e impetuosas dos fascistas da primeira hora⁴². Doutro lado, encontramos um ditador meticuloso, frio, calculista, pouco propenso a demonstrações clamorosas e o seu estatuto de professor impõe-lhe que selecione e examine apuradamente uma elite de pessoas de confiança, sóbrias e morigeradas. Ao contrário do fascismo que procura o envolvimento das massas, a necessidade de Salazar é contrária àquela de Mussolini, ou seja, não mobilizar, mas manter as pessoas paradas numa sociedade onde a ditadura deve ainda estabilizar-se⁴³.

daring young men who put forward convincing arguments to indict the whole nation, brought low by a senility and mediocrity which made it afraid of the foreigner.

This minimum programme asserted Italian pride, unlimited confidence in the future of the Italians, the destruction of the Austro-Hungarian Empire, everyday heroism, love of danger, violence rehabilitated as a decisive argument, the glorification of war, sole hygiene of the world, the religion of speed, of novelty, optimism, originality, the access of the young to power to combat the parliamentary, bureaucratic, academic, and pessimist spirit.

Our influence in Italy and the world has been and remains enormous. Italian Futurism, typically patriotic, which has generated countless Futurism abroad, has nothing to do with their political positions, such as the Bolshevism of Russian Futurism which has become the official art of the State.

Futurism is a genuinely artistic and ideological movement. It intervenes in political struggles only in hours of grave danger for the nation.

We were the first of the first interventionists [...] we created the first associations of the *Arditi* and many of us were member of the first *Fasci di Combattimento*".

⁴¹ *Ibidem*, p. 36. "The people of the free city of Fiume, ever mindful of its Latin fate and ever intent on realizing its legitimate wishes, has decide to renew its governing principles in the spirit of its new life, [...] offering them for fraternal election by those Adriatic communities which desire to put an end to all procrastination, to shake off oppressive subjugation, and rise up and be resurrected in the name of the new Italy.

Hence, in the name of the new Italy, the people of Fiume, constituted in justice and in liberty, solemnly swears to fight to the last with all its force to maintain against any opponent the integrity of its land with its mother country, the upholder and perpetual defender of the Alpine territory which bears the sign of God and Rome".

⁴² GENTILE, Emilio, 2007, *Fascismo di pietra*, Roma-Bari, Laterza.

⁴³ MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e cultura popular (1993-1958)*, Lisboa, ICS, p. 53. "O nosso grande problema [...] é o da formação das *elites* que eduquem e dirija a Nação. A sua fraqueza a deficiência é a mais grave crise nacional. Só as gerações, em marcha, se devidamente aproveitadas nos fornecerão os dirigentes – governantes, técnicos, professores, sacerdotes, chefes de trabalho, operários especializados – indispensáveis à nossa completa renovação. Considero até mais urgente a constituição de vastas *elites* do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas *elites* enquadrando as massas".

Parece que o fascismo se apropria do pensamento intelectual futurista, para dar força à sua doutrina ideológica, após a ação militante na base da repressão sistemática da sociedade italiana, ao passo que o salazarismo contrapõe um pensamento conservador e tradicionalista às tentativas de veleidades da direita radical portuguesa inspirada no fascismo que, com Salazar, parece concordar plenamente apenas nos aspetos primordiais do lusitanismo, tal como o integralismo lusitano, de património cultural transversal e comum a todos os portugueses, que viam no bolchevismo o perigo que ameaçava concretamente as tradições nacionalistas de um país, que por meio do lusitanismo tinha construído durante oito séculos de história a sua glória e fortuna. Também nas palavras de António Ferro, em 1923, podemos individuar aquele cariz futurista que vem reproposto pelo regime de Mussolini, para dar alma e corpo ao Homem Novo Italiano: «ao despedir-me do Presidente do Conselho, eu sinto crescer a minha admiração pelo homem novo, o homem sem retórica, avarento de palavras, esbanjador de gestos e de acção. Benito Mussolini é o grande mestre da política moderna. Atravessamos um século dinâmico, um século de corridas, um século Grand – Prix...»⁴⁴. Mas enquanto o fascismo, que inicialmente se impõe como movimento de esquadrão armado, uma vez que toma o poder deve mediar com os poderes fortes da economia e com o peso autoritário da Igreja Católica, o Estado Novo de Salazar, mais que mediar, deve unir num pensamento único as várias almas do regime, por isso é necessário desenvolver um processo lento e meticuloso, onde o elemento patriótico, representando o orgulho nacional, funciona como colante para cimentar o orgulho nacionalista comum em cada português. Não é por acaso que o autoritarismo salazarista se auxilia dos elementos conservadores que se espelham na construção ideológica do conceito de Homem Novo Português, que na renovação das tradições ruralistas revivem os clamores retóricos de um fantástico passado, em que o nacionalismo lusitano se pode acrescentar àquele universalismo cultural que distingue a essência espiritual do vastíssimo Império Português⁴⁵. Talvez seja mesmo neste ponto que se amplificam as

⁴⁴ FERRO, António, 1927, *Viagem à volta das ditaduras*, Lisboa, Edição da Empresa “Diário de Notícias”, p. 74.

⁴⁵ PINTO, António Costa – MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2000, “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, em PINTO, António Costa (coord.), *Op. Cit.*, p. 240. “Os temas mais importantes do nacionalismo historicista do Estado Novo foram introduzidos e desenvolvidos pelo Integralismo Lusitano e pelo movimento católico nos anos dez. As suas principais constantes, codificadas pelo discurso oficial e difundidas pelo aparelho de propaganda escolar, a partir dos anos trinta, remetem para a reinvenção de uma nação moldada historicamente pelo império e pelo catolicismo; para uma natureza *orgânica* e corporativa da sua organização social e política, que o liberalismo quase destruiu no século XIX e que se

diferentes interpretações factuais que marcam os dois regimes na conduta ditatorial, provavelmente é a própria ausência de um império colonial que determina uma política de mobilização totalizante⁴⁶, política que Mussolini demonstrará acentuadamente pela necessidade de construir rapidamente e rigidamente um efémero Imperio Italiano no corno de África. Contrariamente em Portugal temos uma situação oposta, ou seja, a necessidade de fortificar uma política protecionista autoritária e conservadora a nível nacional, que parasse os propósitos de mudança estrutural da sociedade portuguesa, situação que bem se adapta às prerrogativas defensivas de uma política estrangeira, que ao contrário do fascismo não deve criar um Império mas assim preservá-lo. Assim, o imobilismo da sociedade estado-novista, suportado pela ideia de Império colonial português, baseia as suas raízes em algo que vem apresentado como natural e que tinha sempre existido. A defesa e a proteção dos valores universalistas portugueses multirraciais e pluricontinentais começam na redescoberta dos valores tradicionais, que caracterizam o mundo rural, onde tinham tido início os sentimentos genuinamente lusitanos, que enalteceram Portugal no mundo. Pelo contrário, em Itália, a italianidade exprime-se numa nova era de romanidade, uma nova emancipação patriótica, que se mobiliza e se nobilita com vigor por meio de acontecimentos coevos, que fazem eco a nível internacional, como, por exemplo, a transvoada oceânica por obra de Italo Balbo acolhido nos Estados Unidos por milhares de pessoas, os numerosos sucessos internacionais em muitos tipos de desportos entre quais em particular o futebol da Itália duas vezes consecutivas campeã do mundo, os pactos lateranenses, as expedições ao Polo Norte, a constituição do Império, a mesma Marcha sobre Roma que consagra e dá oficialmente início à ascensão ao poder do regime fascista de forma espantosa por um ponto de vista mediático.

O próprio Mussolini mesmo admitia que, em Milão, a 23 de Março de 1919, quando tinha convocado a reunião pela fundação dos *Fasci di Combattimento*, ainda não tinha bem claro nenhum plano doutrinal específico a seguir, a única “doutrina” que

impunha restaurar; para uma nação hierarquizada e coesa em volta de uma chefia forte; em resumo, para um *um Deus, Pátria, Família* e Autoridade, que deveriam ser os valores primeiros do renascimento nacional que então se iniciava”.

⁴⁶ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, Propaganda para arrecadação de ouro, para o financiamento da intervenção colonial, com foto de Mussolini contornado por um anelo dourado com a escrita em incisão: «ORO ALLA PATRIA 18 NOVEMBRE – 1935», que olha com desejo de conquista para África Oriental Italiana (proclamação da criação do Império Italiano com a instituição da AOI – Eritreia, Etiópia e Somália Italiana, em 9 de Maio de 1936).

tinha em mente era aquela da ação⁴⁷. Talvez não seja um acaso que entre os convidados estivesse presente Marinetti, o poeta, escritor, dramaturgo, fundador do movimento futurista em Itália e que apesar de ter manifestado, mais de uma vez, as suas dúvidas em relação a Mussolini, considerado por ele contraditório e oscilante nas ideias e no estado de humor, como muitos futuristas via no fascismo um legado de afinidade, por coincidir perfeitamente com as expectativas do futurismo, na conceção anti tradicionalista e revolucionária que no orgulho da italianidade propunha um Homem Novo pronto a sacrificar-se pela Itália com comportamentos heroicos. É possível avançar a hipótese, que mesmo nesse momento decisivo para os destinos do fascismo, Mussolini fosse propenso a abraçar o movimento futurista, pelo menos a nível primordial e vice-versa, de facto, muitos futuristas sustentavam que o fascismo e o futurismo ter-se-iam tornado uma coisa única, porque os dois eram animados pelo mesmo espírito, o Espírito da Itália Nova ou seja dos combatentes⁴⁸. Não esqueçamos que o fascismo nasce da crise socialista de Mussolini, que faz do *interventismo* italiano o seu cavalo-de-batalha; daí a sobreposição ideal com o futurismo completar-se-á na aversão total ao bolchevismo que teria podido difundir-se também em Itália. Mas se pensarmos novamente nas palavras de Mussolini, que durante a fundação do *Fasci di Combattimento*, não esconde não ter ainda definido a doutrina do fascismo, provavelmente estamos perante a um homem que se dá conta da necessidade de traduzir na prática o estilo de combate intervencionista que estava na base do *fiumanesimo dannunziano*⁴⁹, que dava garantias maiores ao interpretar aquele nacionalismo baseado na ação necessária ao fascismo para preparar a Marcha sobre Roma, precedida por um minucioso controlo territorial por obra das

⁴⁷ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Para a compreensão do fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada Sociedade Editora, p. 20. “Quando no já tão longínquo Março de 1919 convoquei em Milão nas colunas do *Popolo d’Italia* os sobreviventes intervencionistas-combatentes que me haviam seguido desde a constituição dos *Fascios de Acção Revolucionária*, em Janeiro 1915 – não havia qualquer plano doutrinário específico no meu espírito. De uma só doutrina tinha tido experiência viva: a do socialismo desde 1903-1904 até o inverno de 1914; quase um decénio. Experiência de filiado e de chefe, não experiência doutrinal. Mesmo naquele período, a minha doutrina foi sempre a doutrina da acção”.

⁴⁸ CIOLI, Monica, 2011, *Il fascismo e la «sua» arte. Dottrina e istituzioni tra futurismo e Novecento*, Florença, Editrice Olschki.

⁴⁹ ADINOLFI, Goffredo, 2008, “António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, ICS, p. 125. “Os acontecimentos de Fiume (1919-1922) foram absolutamente centrais na história italiana nos primeiros anos após a Primeira Guerra Mundial. Numa operação espectacular, o poeta italiano e um grupo de homens, conquistam a cidade que os tratados negavam. A partir desse momento, D’Annunzio lança o mito da vitória mutilada e da necessidade de que a Itália, ainda que país vencedor, alinhasse contra os tratados de paz que lhe retiravam a posse do importante porto istriano”.

esquadras fascistas coordenadas pelos *arditi*⁵⁰. Obviamente uma vez alcançado o poder o resultado não teria sido idêntico ao querido por D'Annunzio para Fiume, que após ter marchado e conquistado⁵¹ os territórios *fiumani* fundava a *Reggenza Italiana del Carnaro*, chamada também Sociedade Livre de D'Annunzio⁵². A contribuição *dannunziana* podia ser útil para Mussolini para fortificar nos fascistas da primeira hora aquela ação capaz de subverter, de um lado, os equilíbrios da velha classe liberal, do outro lado reprimir as aspirações de bolchevismo dos socialistas revolucionários italianos. De facto, a proximidade ideológica de Mussolini com o futurismo torna-se mais concreta, após um período que se pode definir de má compreensão e que vai trazer o afastamento dos futuristas que, em 1920, após o congresso de Milão vão acusar o fascismo de quase chegar a ser monárquico e conservador. Mas nesta cisão, paradoxalmente, é o fascismo que parece sair reforçado das conotações primordiais do futurismo, porque na convicção da opinião pública é o futurismo que se tem renegado si mesmo, tornando-se um movimento animado por um revolucionarismo confundido por traços bolchevizantes⁵³. O fascismo estava a realizar, em concreto, aquilo que o

⁵⁰ MILZA, Pierre, 1986, *Le fascisme*, Paris, MA Editions, p. 19. "Les *arditi* (= les courageux) désignaient pendant la première guerre mondiale les unités de corps francs de l'armée italienne spécialisées dans les missions périlleuses et spectaculaires. Leur courage légendaire, que rappelait leur devise *me ne frego* (= je m'en fous), leur goût pour l'aventure, leur sense de la parade et leur chemise noire contribuaient à donner d'eux l'image d'une véritable élite. Pour ces têtes brûlées, le retour à la vie civile n'alla pas sans mal. La fondation en Janvier 1919 de l'Association nationale des Arditi d'Italie leur permit de ressouder les liens de solidarité nés dans le feu des combats. D'orientation anti-libérale et anti-marxiste, l'association ne se faisait l'écho d'aucune doctrine bien définie. Aussi les *arditi* s'engagèrent-ils dans l'action politique en ordre dispersé. Certains s'inscrivirent aux premiers Fasci, tandis que d'autres, séduits par le syndacalisme révolutionnaire de De Ambris, suivaient d'Annunzio à Fiume. La fin de l'épopée dannunzienne les laissa désemparés, à nouveau en butte aux affres de la démobilisation. En juillet 1921, l'Association rompit officiellement avec le fascisme, en excluant notamment de ses rangs Bottai et De Vecchi. Pourtant le gros de ses troupes avait rejoint Mussolini. Enrôlés dans les *squadre*, les *arditi* allaient mettre leurs méthodes militaires au service de la violence fasciste"

⁵¹ D'Annunzio, após a Primeira Guerra Mundial, torna-se intérprete da vingança pela vitória mutilada e em 1919 lidera um exército nacionalista voluntário de 2600 italianos, tomando a cidade de Fiume, forçando a retirada das tropas aliadas americanas, britânicas e francesas que a ocupavam ilegalmente, em respeito ao acordo celebrado em caso de vitória final da guerra, entre Itália e Tríplice Entente (Reino Unido, França e Império Russo).

⁵² GENTILE, Emilio, 2005, *Op. Cit.*, p. 138. "Under D'Annunzio's leadership the city quickly deteriorated externally as well as internally due to diplomatic problems and precarious economic conditions, the annexation changed under the influence of men and ideas into the opening act of a new social and political human order that did not just involve Italians but all peoples oppressed by imperialism. Thanks to D'Annunzio and the atmosphere of enthusiasm and excitement that he was able to create and keep alive around him during action, Fiume was transfixed into a spiritual reality that included all peoples craving liberty, justice, wealth as opposed to the *material reality* of the interests of the dominant powers who controlled the economic empire and political world economy".

⁵³ SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *Op. Cit.*, pp. 58-59. "Nos escritos marinettianos não abundam as referências a Marx e Lenine ou mesmo à Revolução de Outubro. E a grande maioria dela encontra-se

futurismo tinha prometido só em palavras: a modernidade, a italianidade e a potência teriam regenerado o Italiano Novo, enquanto que, Marinetti cismado pelos remorsos da atividade política futurista chegava a fazer da antipolítica o seu cavalo-de-batalha, declarando que a regeneração do Homem Novo passava pela amizade e pelo amor⁵⁴. Assim na sequência do desaparecimento gradual do futurismo, que em 1918 tinha proposto um movimento de tipo antirreligioso, com a criação do padre futurista, consolidava-se o fascismo que absorbia os seus trechos, mas nesse caso com pretensão de fé religiosa. Assim, logo a seguir à Marcha sobre Roma, o fascismo podia liberar aquelas atitudes primordiais do futurismo, que coincidiam perfeitamente com a intenção de inculcar nos jovens uma liturgia baseada num nacionalismo pátrio, liturgia que apresentava o fascismo como religião de Estado. Ou seja, o fascismo, após ter absorvido as energias revolucionárias de um futurismo na beira anárquico-política e com um líder deixado sozinho, por causa da saída do movimento dos últimos futuristas, torna-se intérprete daquele realismo político que o futurismo não conseguiu concretizar também por causa do seu idealismo fortemente exasperado do conceito de italianidade: «Marinetti se apresenta com conteúdos exacerbados e formas hiperbólicas. Divindade da Itália; os antigos Romanos superaram todos os povos da Terra: o italiano é hoje insuperável. O último dos Italianos vale pelo menos mil estrangeiros. A língua italiana é a mais bela do mundo; As paisagens italianas são as mais belas do mundo. Para compreender a beleza de uma paisagem italiana são necessários olhos italianos, isto é olhos geniais. A Itália tem todos os direitos pois mantém e manterá o monopólio absoluto do génio criador; Tudo que tem sido inventado foi inventado pelos italianos; Por isso qualquer estrangeiro deve entrar em Itália religiosamente, nenhum povo pode igualar: o génio criador do povo italiano, a elasticidade improvisadora de que sempre dão provas os italianos; a força a agilidade e a resistência física dos italianos, o ímpeto, a violência e o furor com o qual os italianos sabem combater; a paciência, o método e o cálculo dos italianos ao fazer uma guerra; o lirismo e a nobreza moral da Nação italiana ao nutri-la de sangue e dinheiro italianos! Vos deveis construir o ORGULHO

concentrada *Para além do Comunismo*, um pequeno texto de pouco mais de uma dúzia de páginas [...]. A começar pelo título: não *contra o comunismo mas para além do comunismo*, isto é, há que superá-lo no sentido do seu aperfeiçoamento, da sua adaptação às condições concretas da situação e da psicologia italianas. Não há que rejeitá-la em bloco, preconcebidamente, ignorando e descartando as suas conquistas políticas e sociais. O combate deve ser conduzido contra o internacionalismo antinacionalista, contra o colectivismo anti-individualista, contra a burocracia antidescentralizadora, contra a massificação antielitista”.

⁵⁴ GENTILE, Emilio, 2009, *La nostra sfida alle stelle: futuristi in politica*, Roma-Bari, Laterza.

ITALIANO sobre a indiscutível superioridade do povo italiano em tudo»⁵⁵. Até o conceito de italianidade apresentado pelo fascismo, como pressuposto ideal para a regeneração do Italiano Novo, torna-se mais reflexivo e menos fanático do que o do futurismo. Como dirá Marinetti em 1924: «o Fascismo nascido do Intervencionismo e do Futurismo nutriu-se de princípios futuristas»⁵⁶, também Benedetto Croce, no mesmo ano, afirmará que «para quem tenha a noção das conexões históricas, a origem ideal do fascismo encontra-se no futurismo; naquela ousadia de descer à rua, de impor a sua maneira de ver, de tapar a boca aos adversários, de não ter medo de tumultos e confusões, naquela sede do novo, naquele ardor para quebrar todas as tradições; naquela exaltação da juventude que foi própria do futurismo e que falou ao coração dos desmobilizados das trincheiras, indignados com as escaramuças dos velhos partidos e com a falta de energia de que davam provas frente às violências e aos ardis antinacionais e antiestatais»⁵⁷. Sem dúvida o fascismo fará suas as prerrogativas futuristas favoráveis ao militarismo, ao patriotismo, ao amor pela guerra e pelo sacrifício extremo em nome da ideia fascista e o orgulho pela italianidade ao qual se vai associar a vontade de expansionismo além dos confins nacionais, a luta anti burguesa de base e a recusa do parlamentarismo democrático⁵⁸. Mas, com certeza, a apropriação destas prerrogativas por parte do fascismo será menos retórica e redundante⁵⁹ no que

⁵⁵ SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *Op. Cit.*, pp. 55-56.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 73.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, Lisboa, Nova Arrancada Sociedade Editora, p. 12. “O Estado fascista, forma mais alta e poderosa de personalidade, é força, mas força espiritual. Esta concentra em si todas as estruturas da vida moral e intelectual do homem. Não pode limitar-se a simples funções de ordem e de tutela, como pretendi o liberalismo. Não é um simples mecanismo que limita a esfera das chamadas liberdades individuais. É forma, norma interior e disciplina de pessoa na totalidade, penetra na vontade como na inteligência. O seu princípio, inspiração central da personalidade humana vivendo em sociedade, entra nas profundidades e instala-se no coração do homem de acção, do pensador, do artista, do sábio: alma da alma”.

⁵⁹ *Ibidem*, p.6. “O Fascismo é uma concepção histórica segundo a qual o homem só é aquilo que é, em virtude do processo espiritual para que concorre no grupo familiar e social, na nação e na história, na qual todas as nações colaboram. Daí o grande valor da tradição nas memórias, nas línguas, nos costumes, nas normas da vida social.

Fora da história, o homem nada é. Por isso, o fascismo se ergue contra todas as abstrações individualistas de base materialista tipo século XVIII e contra todas utopias e inovações jacobinas. Não julga possível a *felicidade* sobre a terra, como a desejava a literatura economicista do século XVIII e, portanto, repete as concepções teleológicas que vêm em certa época da história, a organização definitiva do género humano. Isto significa colocar-se fora da história e da vida, que é um contínuo fluir e devir. Politicamente, o fascismo quer ser uma doutrina realista; na prática, aspira a resolver apenas os problemas que surgem por si, historicamente permitindo a sua própria solução. Para agir entre os

respeita à atitude futurista e sobretudo menos contraditória, passando do período em que prevalece o intervencionismo baseado na ação, de matriz *dannunziana*, ao período de desenvolvimento do regime pós Marcha sobre Roma, onde a ideologia futurista, “mitigada” e bem delimitada pelos conteúdos pedagógicos fascistas, será a base doutrinária por meio da qual Mussolini construirá aquela agressividade político-educativa para preparar religiosamente o Italiano Novo para a sua regeneração total⁶⁰, através da purificação extrema da guerra para dar novamente à Itália e aos italianos aquela alegada honra há demasiado tempo perdida.

Em Portugal, não obstante os esforços intelectuais de origem futurista e modernista, que se podem destacar no começo do século XX, na proximidade aos anos '30 podemos notar o difundir de um tradicionalismo cultural de base que adquire importância na sociedade portuguesa, processo contemporâneo ao de estabilização do Estado Novo⁶¹. Salazar não esconde, contudo, as afinidades com o fascismo, mas apresenta com uma abordagem mais cautelosa a natureza do Estado Novo e a autoridade de base que abrange as duas ditaduras e as levam a duas direções bem distintas; enquanto que, em Itália, o fascismo procura de impor aos italianos um Estado ético de tipo “religioso”, Salazar recusa-o categoricamente. Em Portugal Salazar procura controlar e forjar com extrema cautela⁶² um povo de brandos costumes. A ditadura de Salazar parece interiorizada por meio de direções opostas relativamente ao fascismo italiano, este último, fortalecido pelo controle territorial adquirido e uma vez no poder, podia operar sem muitos distúrbios, enquanto que Salazar devia operar um procedimento inverso ao fascismo, ou seja, se na aparência, o caciquismo local podia ameaçar o difundir-se do pensamento estado-novista, pela dificuldade em se substituir

homens tal como na natureza, é preciso entrar no processo da realidade e tornar-se senhor das forças actuautes”.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 19. “Em síntese, o Fascismo não é somente promulgador de leis e fundador de institutos, mas educador e promotor de vida espiritual. Pretende refazer, não as formas da vida humana, mas o homem, o carácter a fé. Para alcançar este fim, necessita de disciplina e de autoridade que penetrem nos espíritos, dominando-os incontestavelmente. O seu emblema é, pois o feixe dos Lictores símbolo de unidade, de força e de justiça”.

⁶¹ CABRAL, Manuel Villaverde, 2000, “A Estética do Nacionalismo”, em PINTO, António Costa – TEXEIRA, Nuno Severino (coords.), *A Primeira República Portuguesa. Entre liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, p. 200. “Embora seja evidente que o impulso estético em direcção à modernidade colocou o novo movimento em contradição com a atitude predominante tradicionalista do nacionalismo português, também é claro que o futurismo só conseguiu reconciliar a vocação cosmopolita da modernidade com o apelo ao engrandecimento nacional de modo precário e breve”.

⁶² FERRO, António, 1933, *Salazar. O homem e a sua obra*, p. 78. “A ditadura para realizar a sua obra tem de ser calma, generosa, um tudo nada transigente, vagarosa até. Ela perderá em tempo, mas ganhará em eficácia e solidez: uma Ditadura de Direito sem dar grandes asas ao poder pessoal”.

aos notáveis locais, que desde sempre gozavam da estima da gente do lugar, em concreto esta situação podia ser uma arma eficaz de estabilização⁶³ do regime, no sentido tradicionalista, nas mãos de Salazar. Não é de esquecer que, não obstante a inspiração fascista, as prerrogativas de transição do Estado Novo se assentavam num sistema de governo que professava a imutabilidade daqueles valores que faziam parte da tradição lusitana. Daí a necessidade de integração do povo no Estado orgânico querido por Salazar passava por um ruralismo arcaico, de que ele se envaidecia de possuir nas suas origens pessoais: «Que pena me faz a mim filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvadas frescos e arvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza!»⁶⁴. Como se pode notar é possível imaginar como a imutabilidade do ruralismo se pode tornar num instrumento eficaz pelo qual é possível propor, nos centros mais pequenos de Portugal, uma captura do consenso através da identificação que os camponeses podiam fazer pensando no facto de terem crescido no mesmo contexto e por isso de terem os mesmos valores morais de Salazar, apesar de um ser professor universitário e Chefe de uma Nação, mas que ostentava com orgulho as suas raízes rurais. Nesta situação pode-se individuar um cariz conservador que Salazar quer imprimir ao seu regime autoritário. Se neste contexto compararmos o salazarismo com o fascismo notamos de imediato dois pontos em forte contraposição, que indissolúvelmente distinguem os dois regimes. Enquanto que, no fascismo, Mussolini encarna o Homem das qualidades excepcionais inalcançáveis, Salazar apesar de ser ele, também, um Homem insuperável nos seus dotes excepcionais, cria, em si mesmo, um mito com o qual cada camponês, filho do campo, pode identificar-se humanamente pensando na sua infância. Tudo isso contribui para criar na sociedade salazarista uma saudade ruralista pela qual é necessário repropor os esquemas tradicionais, onde a repetição dos comportamentos sociais rurais ficam na base do viver diário. Aliás, enquanto que, na cidade, a ditadura salazarista procura

⁶³ RAMOS, Rui, "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real", em *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 (1.º), p. 125. "Marcelo Caetano quis descrever a mudança como a passagem do cacique de Oitocentos para a preponderância dos funcionários públicos. Andou próximo. O influente, sob o Estado Novo, é o *homem da Situação*. A sua *influência* é mais *institucional* (normalmente, faz parte da Administração, da UN ou dos organismos corporativos) e assenta na distribuição dos dividendos de um poder político monopolizado".

⁶⁴ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 45.

impor uma ideologia proposta a partir do alto⁶⁵, nos campos, são os próprios camponeses que, identificando-se com Salazar, o Homem do campo⁶⁶, a partir de baixo contribuem para cristalizar com sucesso o salazarismo que, sobretudo nas aldeias, deve tomar em conta os caciques enraizados nos territórios⁶⁷. Por isso o imutável contexto ruralista, apesar de não mudar aparentemente nas estruturas, consegue mudar nos conteúdos, ou melhor, apesar de não mudar os conteúdos rurais, estes se re-funcionalizam nos sentidos culturais, em favor da estabilização da ideologia salazarista e do regime do Estado Novo. Este ruralismo cultural origina inevitavelmente o retroceder⁶⁸ ideológico da vida de cidade, portadora por natureza de novidades insidiosas e perigosas à estabilidade do Estado Novo. Podemos, por isso, afirmar que sobretudo no começo da sua existência, a estabilidade do regime se assenta em dois sentidos opostos, que apertam os espaços vitais de quem não concorda com Salazar. Do alto, sobretudo nas cidades, por meio do autoritarismo⁶⁹ que se acentua a nível ideológico com os órgãos de censura e de propaganda, a nível social com a repressão da polícia política, a nível económico com o corporativismo. Enquanto que, o cariz conservador do regime se afirma a partir de baixo sobretudo nos campos, através de Salazar, que encoraja a repetição e consolidação daqueles comportamentos arcaicos⁷⁰, de um contexto rural virtuoso considerado, com grande homenagem, a origem de partida da alma da cultura exploradora portuguesa, que tem feito, de um ponto de vista histórico, Portugal grandioso, através dos grandes descobrimentos e do seu vastíssimo

⁶⁵ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar. (A escola primária salazarista 1926-1939)*, Lisboa, Editorial Presença, p. 95. “Discreto e apagado, Salazar preferia juntar à sua volta professores universitários e burocratas sem rosto”.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 141. “Afinal de contas, o próprio Salazar era *um filho do campo*, com saudades do *murmúrio das águas de rega* e da *sombra dos arvoredos*”.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 140. “Décadas a fio as classes dominantes rurais tinham-se queixado de que a única função real da escola primária consistia em roubar braços aos campos e criar um exército de trabalhadores urbanos descontentes e perigosos. Em 1927, um pai *ansioso* escrevia ao jornal católico *a Voz* a lamentar-se de que a escola contribuiria provavelmente para fazer do filho um *revolucionário civil*, mas nunca um *lavrador*”.

⁶⁸ MELO, Daniel, *Op. Cit.*, pp. 44-45. “Na concepção salazarista, a identidade do popular tem uma matriz rural evidente. A identificação pessoal do ditador com esse legado é por ele convocada: *No espírito do rural que eu sou – de raiz, de sangue, de temperamento –, apegado à terra, fonte de alegria e do alimento dos homens*. A cultura popular urbana é quase ignorada nos seus discursos, e quando se refere ao recreio urbano fá-lo de forma depreciativa”.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 45. “A crítica da mundividência urbana tem, implícita, a negação do indivíduo como cidadão, como senhor de si mesmo e do seu destino”.

⁷⁰ *Ibidem*. “A referência à ruralidade advém, também, desta apetência pela conservação ou restauração de uma ordem antiga, mentalmente historicizada, e que tem as suas raízes na reacção à evolução recente do regime político português, especialmente no período da I República (mas também, latente, uma desvolarização do liberalismo novecentista)”.

Império⁷¹. Deste modo se “circundam” os caciques locais, a partir do alto, com o autoritarismo burocraticamente institucionalizado e a partir de baixo, com o conservadorismo de origem rural enraizado culturalmente nas pessoas; apesar de não serem substituídos nos lugares de poder periférico, os notáveis locais vêm-se “submergidos” pelo consenso popular rural difundido “silenciosamente” em apoio ao novo regime. Salazar lacra assim, o todo com o partido único União Nacional, por meio do cariz burocrático e desmobilizador controla e vigia também os campos, abrindo novas sedes onde, frequentemente, os caciques ingressam com tarefas de responsabilidade; assim a União Nacional torna-se a cereja no topo do bolo, que permite a Salazar continuar aquele lento processo de congelamento estratificado da sociedade portuguesa.

1.3 Renovação Moral em Portugal, Mito da *Giovinezza* em Itália

A Renovação Moral em Portugal, tal como o Mito da *Giovinezza* em Itália, podem ser considerados os mitos de fundação das ditaduras italiana e portuguesa. Mas, enquanto que o fascismo começa o seu caminho para alcançar o poder com a Marcha sobre Roma de forma impulsiva e agressiva, o salazarismo começa um lento processo muito mais reflexivo para erguer a complexa estrutura ideológica do Estado Novo. Em Itália o Mito da *Giovinezza* surge desde início como o hino mobilizador dos jovens fascistas da primeira hora bem organizados em esquadras⁷². Em Portugal Salazar faz o seu exórdio “só” para administrar financeiramente um Estado em ruína de um ponto de vista económico. A retomar novamente o encargo deixado dois anos antes, Salazar esclarece imediatamente as motivações que o levaram a aceitar o sacrifício tão difícil de dedicar-se inteiramente à causa nacional: «Não tem que agradecer-me ter aceitado o encargo, porque representa para mim tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, severamente cumprido»⁷³. A raiz nacionalista, sobre a qual Salazar apoia as bases do

⁷¹ *Ibidem*. “Que pena me faz saber aos domingos os cafés cheios de jovens, discutindo os mistérios e problemas de baixa política, e ao mesmo tempo ver deserto esse Tejo maravilhoso, sem que nele remem ou velejem, sob o céu incomparável, aos milhares, os filhos deste País de marinheiros!”.

⁷² SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *Op. Cit.*, p. 69. “O culto do progresso mecânico e da velocidade, da máquina, o elogio permanente e obsessivo da juventude (o hino do fascismo chamava-se precisamente *Giovinezza* (*Juventude*), a necessidade da generalização da ginástica e dos desportos nas escolas e nos tempos livres dos trabalhadores, o mito do homem viril que gosta de *viver perigosamente*, patriota e soldado, sempre pronto a dar a vida, se necessário, pela pátria”.

⁷³ LÉONARD, Yves, *Op. Cit.*, p. 19.

Estado Novo, prefigura um enquadramento ideológico, em que o Homem Novo Português, obediente aos deveres cívico-nacionais, torna-se testemunha viva de uma memória histórica coletiva, dentro da qual pode fundir o seu orgulho patriótico, para preparar a regeneração de uma sociedade ferida quase mortalmente pela colisão das forças partidárias em jogo, durante a experiência deficitária da I República Portuguesa⁷⁴. Para enobrecer e desenvolver este espírito cívico de cariz histórico-nacionalista, parece crucial favorecer um contexto idealista no qual cada português, para além das convicções políticas mais ou menos moderadas (obviamente não marxistas ou estritamente liberais) possa identificar-se no modelo político cultural proposto por Salazar. O ressurgimento de um Portugal Novo devia contar com o apoio alargado de cidadãos *super partes*, animados por um dever cívico anti-partidário espiritualmente renovador de uma sociedade liberta dos interesses individuais, para reconstruir moralmente uma Nova Sociedade Portuguesa.

O tema recorrente da construção de um Novo Estado regenerado torna-se o assunto chave sobre qual Salazar justifica a transição do governo militar do 28 de Maio para o governo do Estado Novo, nascido oficialmente a 5 de Julho de 1932; aliás, como uma legitimação recorrente na retórica salazarista⁷⁵, o primeiro governo de Salazar propõe-se qual continuação natural do governo nascido do golpe militar de 1926, para ganhar crédito alargado entre os apoiantes de um Estado autoritário, que se tem mostrado capaz de empreender com sucesso o processo de ressurgimento nacional. A identidade nacional torna-se o rumo e o sentido cultural a encostar a este projeto de repristinação da ordem moral dentro da sociedade portuguesa, um programa cultural etnológico no qual enfatizar o conceito de reaportuguesamento⁷⁶, dentro do qual um Homem Novo Lusitano valoriza a sua condição popular ligada às tradições rurais de uma grande terra sagrada, enriquecida da vocação cultural universalista do ser português. O mesmo Salazar era o exemplo vivo daquela portugalidade que se propunha quer na pátria, para redescobrir o orgulho de ser português, quer no estrangeiro, para acrescentar prestígio internacional àquele projeto de nacionalismo patriótico. Ele, que

⁷⁴ PINTO, António Costa, 2000, "Portugal no século XX: Introdução", em PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madri, Sequitur, pp. 14-20.

⁷⁵ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milão, Franco Angeli, p. 45.

⁷⁶ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 49. "A nova realidade a que se faz referência está contida num novo conceito-chave, que transmite simultaneamente a ideia de uma convocação simbólica da identidade cultural e da sua implicação na acção prática: o *reaportuguesamento*".

provinha de uma família humilde de uma pequena aldeia portuguesa, com sacrifício, devoção e amor à pátria, representava o Homem da Providência capaz de constituir concretamente aquele remédio virtuoso, económico e cultural de Portugal. Chefe incontestável, o único capaz de guiar o país nos valores, que podem despertar um nacionalismo apaixonado legitimador do regime. A matriz identitária devinha o elo no qual forjar a oficialidade de uma ideologia, que se baseava numa identidade particular e ao mesmo tempo universal, de uma nação europeia, que por meio dos Descobrimentos revelava a especificidade da Alma Portuguesa única no mundo. A Renovação Moral de Salazar propõe o modelo cultural de uma das nações mais antigas de Europa, que partindo das virtudes da sociedade rural portuguesa, através do Estado Novo construiu a «grandeza do Novo Portugal do Dr. Salazar»⁷⁷. Para este projeto são chamados a participar todos os portugueses! Este projeto de união orgânica da Nação a nível económico-institucional (subordinação generalizada ao Ministério das Finanças) completa-se através de um organicismo coletivo ideológico, onde a identidade nacional de cidadania portuguesa justifica a necessidade de uma orientação autoritária por um Chefe, que funda o seu carisma através de uma pedagogia nacionalista educadora a que cada português se deve conformar. O mesmo partido, União Nacional, nascido em 1930 chamava-se assim não por acaso, ele devia representar o partido a-partido⁷⁸ por antonomásia, onde deviam confluír as vocações anti-partidárias de todos os portugueses, felizes por servir a pátria, em nome de um civismo nacionalista pronto a compactar-se organicamente de forma harmoniosa, por meio de uma união nacional patrioticamente sã⁷⁹. Esta união nacional visava, de um ponto de vista ideológico, uma Renovação Moral dos portugueses, que se legitimava, por meio do fortalecimento do conceito da tradição; paradoxalmente o progresso mensurava-se pelo amor nostálgico do passado, como se pode notar no Decálogo do Estado Novo de 1934: «A tradição não

⁷⁷ *Ibidem*, p. 40.

⁷⁸ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, Lisboa, ICS, p. 30. “Em 1930 foi criada por decreto-lei a União Nacional, um *antipartido* destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime”.

⁷⁹ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Op. Cit.*, p. 42, nota de rodapé n. 45. “A União Nacional é a União Sagrada, a única verdadeira, a de todos os bons cidadãos e de associações patrióticas existentes ou futuras, que livre e nobremente se filiem nela para combater as causas subsistentes de antigas decadências, curar os males feitos pelos partidos e pelas seitas durante um século e pela guerra, e desviar os perigos das correntes revolucionárias. Exige pureza de doutrina, isenção de paixões e fidelidade de coração, *Nota do ministério do Interior, Diário da Manhã*, 27 de Maio de 1932”.

é mais do que a soma dos progressos realizados, e o Progresso não é outra coisa senão a cumulação de novas tradições»⁸⁰.

Este espiritualismo cultural de tipo tradicionalista apoia e sustenta disciplinadamente uma Ordem Nova, que para fortificar-se se autorrealiza através da contribuição de um Homem Novo, que no respeito das tradições manifestas o seu amor a Portugal, onde as raízes rurais interpretam aquele sentimento de identificação simbólica que, no reaportuguesamento da sociedade, redescobre aqueles valores nobres nos quais Salazar constrói os equilíbrios primordiais de um governo autoritário, em que o conceito de Estado coincide com o da Nação Portuguesa. Por isso, a renovação social instaura-se de um ponto de vista moral no respeitar daqueles dogmas de cariz nacionalista como: «Tudo pela Nação, nada contra a Nação», onde Salazar propõe si próprio no prefácio do livro de António Ferro, que recolhe as entrevistas feitas ao Chefe do Estado Novo no fim de 1932. Salazar propõe-se como um chefe que ama o seu país com profunda paixão e por isso, está disponível a sacrificar-se trabalhando solitariamente, renunciando a uma vida cómoda para levar a cabo o processo de renascimento de Portugal: «A obra educativa a realizar, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspira-se num são nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal no seu passado de grandeza heroica, no seu presente de possibilidades materiais e morais, adivinhá-lo no seu futuro de progresso, de beleza, de harmonia. Só se ama o que se conhece, mas para se conhecer é já necessário um princípio de amor. Repito: é preciso amar e conhecer Portugal»⁸¹.

A Constituição de 1933 proclamava oficialmente a instituição do Estado Novo e Salazar, como Presidente do Conselho, definiu o seu projeto nacionalista de um ponto de vista autoritário e corporativo, sem descuidar aquele moderado acento católico⁸² na condição de completar de um ponto de vista ideológico, a ligação com o passado e a tradição que, pela moral de uma Nação heroica, não se podia esquecer da obra de evangelização cristã desenvolvida em nome de Deus e de Portugal. O Estado Novo propõe uma Renovação Moral na sociedade portuguesa de tipo nacionalista, católica e

⁸⁰ Ó, Jorge Ramos do, 1999, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 28.

⁸¹ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, pp. XXXV-XXXVI.

⁸² PINTO, António Costa, 2008, *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, p. 35. "Salazar conservou sempre alguns traços centrais, que derivaram do magma cultural do qual proveio: o integralismo católico, de matriz tradicionalista e antiliberal, num contexto de laicização e modernização acelerada que para ele simbolizava a república implantada em 1910".

tradicionalista ligada historicamente a um passado, património cultural de todos os portugueses, enquanto algo de imprescindível que destaca um povo inteiro, em que a correspondência de sentido se alarga, ou seja, o conceito de Estado coincide e equivale com o de Nação que, por sua vez, coincide e equivale com o de Povo⁸³. A nova soberania nacional coincide com a própria Renovação Moral, que os próprios portugueses são chamados a construir conjuntamente dentro de um Estado-Nação organicamente organizado, onde o conceito de pertença cultural lacra os propósitos de doutrinação, em nome dos valores considerados tipicamente portugueses úteis à Renascença de Portugal: «O Estado empenhar-se-ia em explicar aos portugueses a *identidade de si: Grande Missão* tem esta instituição, ainda que só lhe toque o que é nacional, porque tudo o que é nacional lhe há-de interessar. Elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que é e realmente vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora, como unidade independente no concerto das nações; clamar, gritar incessantemente o que é contra o que se ‘diz’ ser, repor constantemente as coisas no terreno nacional, referi-las sempre à Nação [...] é necessidade inadiável que devia ser satisfeita, que há-de sê-lo com a colaboração dos maiores valores portugueses dispostos a trabalhar nesta cruzada, e com alegria, com sentimento, com alma»⁸⁴. Por isso, a emancipação da pessoa destaca-se, de um ponto de vista cultural, por meio de um sentimento de pertença a um povo que, de um ponto de vista histórico, é miticamente enaltecido por Salazar que, em troca desta emancipação cultural coletiva, que *a priori* não exclui nenhum português, pede a obediência cega de cada um a uma Nação que na tradição se renova a si própria, com ordem orgânica e prestígio identitário, pena a exclusão de ser considerado um português digno herdeiro do grande património cultural lusitano. Neste contexto inicial, em que o Estado Novo se vai estabilizando, seja de um ponto de vista institucional, seja ideológico, a presença de Salazar é aquela de um Chefe praticamente desconhecido dos portugueses, que além de aparecer em público raramente, se apresenta na rádio com discursos pouco envolventes de um ponto de vistas emocional, mas, por isso mesmo, a

⁸³ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 48. “O povo não constitui uma comunidade na qual reside a soberania da nação, é a própria nação. A equivalência de identidades, enunciadas por conceitos tão diversos (povo e nação, serve para renunciar à determinação política da diferença, da divisão social em classes distintas”.

⁸⁴ Ó, Jorge Ramos do, 1999, *Op. Cit.*, p. 30. “O campo cultural começará a ser reorganizado para materializar, de forma absolutamente lícita - é isso o que o presidente do Conselho nos acaba de dizer -, uma doutrinação sistemática e tentacular sobre a sociedade civil”.

sua presença-ausência, no começo do Estado Novo, poderia ter construído, entorno da figura do novo Presidente do Conselho, uma atmosfera de mistério criando o mito de um homem que, com a sua amável dedicação ao trabalho, em pouco tempo tinha conseguido regularizar a situação financeira de Portugal. Não é por acaso que, em 1933, ano da oficialização do Estado Novo, por meio da promulgação da Constituição Corporativa, se começa a chamar o “recém-nascido” regime português com o nome de salazarismo. Parece que desde o início o objetivo de Salazar era o de apresentar-se aos portugueses, como um homem moderado e severo, cuidado e escrupuloso no cumprir com máxima diligência e atenção o seu trabalho ao serviço da Nação Portuguesa⁸⁵. Esta atitude, de um Chefe responsável e sempre pronto a sacrificar-se pelo seu país, devia permear a imagem pública de forma a que cada português tomasse exemplo em Salazar no cumprir das tarefas pessoais, para contribuir com trabalho e dever cívico para o ressurgimento da Pátria. A decadência de Portugal apenas podia ser interrompida com o reaportuguesamento da sociedade, este papel era favorecido pelo motivo que Salazar sublinhava e no qual, apesar de ter militado no passado no partido Centro Católico Português, ele se apresentava como um civil, que se tornou Chefe de governo pela nomeação da figura *super partes* do Presidente da República Óscar Carmona. Esta situação favorecia a imagem de um Chefe alheio às lógicas de partido, que erguendo-se *super partes* chegara ao poder não por interesses pessoais, mas para sanar financeiramente Portugal, além de, também, contribuir para sanar moralmente a conduta dos Portugueses Novos⁸⁶.

Por ocasião do décimo aniversário da entrada de Salazar no Governo com as pastas das Finanças, numerosas foram as sessões comemorativas⁸⁷ presididas pelos

⁸⁵ GIL, José, 1995, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, p. 30. “É verdade que o tema do sacrifício é constante; mas sacrifício, para Salazar, não significa morte: indica um comportamento permanente de privação, de restrição. Propõe-se aos portugueses que restrinjam progressivamente as suas ambições, as suas aspirações, os seus desejos (os seus prazeres, etc.)”.

⁸⁶ *Ibidem*, pp. 30-31. “Ora, segundo a lógica da salvação, o sacrifício deve culminar num acto único, redentor, que preencha ao mesmo tempo diversas funções: cortar com o passado (abandono do *homem velho*), inverter e converter as forças *negativas* que devem mudar de natureza e direcção, e provocar o renascimento (aparecimento do *homem novo*). Este acto exige uma morte para que o processo resulte. Onde a encontramos, na prática e no discurso do salazarismo? Onde encontramos a morte simbólica do português que deve *purificar* a sua *raça*?

Avancemos a seguinte hipótese: a morte simbólica dos portugueses reside no anonimato, isto é, na sua invisibilidade enquanto indivíduos. É necessário que desapareçam para que surja o novo ser regenerado – a Nação – e será graças à Nação que adquirirão uma nova visibilidade”.

⁸⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, Professor efetivo do 2º grupo, «Vos estais reunidos na sala nobre do vosso Liceu para

reitores dos liceus portugueses, onde se salientava o renascimento moral, económico e social da sociedade portuguesa por obra do Dr. Salazar que, com adjetivos de teor místico, punham em evidência a investidura providencial que conduziu o ditador não violento⁸⁸ ao papel de guia indiscutível da salvação do País⁸⁹.

A imagem de um Chefe enviado pela Providência, reforça-se na sua profunda fé católica, que unida ao amor à Pátria e ao redescoberto orgulho nacionalista do seu povo, cumpre mais um lema tão importante na ideologia do Estado Novo: «Deus, Pátria, Família»⁹⁰.

assistirdes a uma palestra de homenagem a Sua Ex^ª. O Senhor Presidente do Conselho e Ministro das Finanças no dia do 10^º. Aniversário da sua gerência desta última pasta. Estais vós presentes e estão presentes todos os professores desta casa, com o Senhor Reitor e os Senhores Directores de Ciclo na mesa da presidência; providencialmente, para Salazar e para mim, o brilho de sua presença a esta sessão vai suprir e exceder a pobreza da minha linguagem e a sua falta de eloquência.

Vos crianças hoje, amanhã homens, empolgados pela doutrina e pelas realizações do chefe, por ventura até seus continuadores, haveis de lembrar-vos de que assististes na sala nobre do Liceu a uma modestíssima conferência, proferida não importa por quem, a qual foi ouvida por todo o corpo docente deste estabelecimento de Educação, numa ostensiva manifestação educativa de civismo, num preito de sincera, bem merecida e gratíssima homenagem, em honra do Dr. Salazar.

Infantes da Mocidade Portuguesa acarinhei o chefe com o vosso reconhecimento».

⁸⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, Reitor Liceu Central João de Deus, «Salazar é então, e será ainda, um grande e perfeito ditador, mas a sua Ditadura é humana e não violenta, é inteligente e por isso não é brutal. Dentro dela cabem todos, todos os homens bons, sérios e honestos, todos aqueles que queiram entrar no bom combate. Não é um ditador à maneira de Hitler, nem à moda de Mussolini, de verbo inflamado e ardente que arraste as multidões, que as domine e que a subjugue».

⁸⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, Reitor Liceu Jaime Moniz, «Salazar...eis o homem que ninguém vê, mas que toda a gente conhece. Salazar...eis o chefe a quem a Providência num dos momentos mais críticos da nossa Nacionalidade confiou os destinos de Portugal e que com o aplauso e completa satisfação da maioria esmagadora dos Portugueses de boa fé, de boa vontade e de olhos bem abertos à clarividência dos factos se impõe pela grande obra realizada e pela confiança absoluta de nós todos na obra a realizar. Salazar...mas porque foi que Salazar conseguiu iluminar-se perante a Nação...mais, perante o mundo, com auréola de Messias, de mentor de povos, chefe egrégio, de caudilho por excelência de todos os portugueses, de super-homem, de ídolo até? Dizei-me: entre os governantes do passado e o chefe do presente quem preferis? De pé firme, corpo apumado, braço e mão bem estendidos em saudação, Respondei-me à minha pergunta, vibrante de entusiasmo – Quem manda? Quem vive? Salazar o predestinado nascera para governar, para mandar; foi o escolhido, o eleito, para reencontrar Portugal, a alma antiga portuguesa à qual deu a vida, vigor novo, nova ceiva também, a mesma que corria nas veias da Ínclita geração, dos nobres infantes, dos santos e dos heróis que pejam toda a nossa história.

Salazar tem uma missão que parece sagrada e é quasi divina – A missão de nos salvar».

⁹⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, Reitor Liceu Central de Sá de Miranda, «Às 10 horas realizou-se, no Salão do Teatro deste Liceu, uma sessão para os alunos do 1^º ciclo, em que foi conferente o professor de educação moral e cívica Aloísio Avelino de Sousa. Este espraiou-se em considerações justificativas de festa que se realizava em Braga e em todas as terras do País. Enalteceu a obra do Sñr. Dr. Oliveira Salazar, homem que providencialmente assumiu a gerência da pasta das Finanças num dos momentos mais críticos da vida nacional. Salientou a nossa situação actual e estabeleceu o confronto entre o que fomos e o que actualmente somos.

A restauração cultural da nacionalidade portuguesa renova e reforça o conceito de “Raça”, dentro do qual um país na deriva financeira e moral consegue levantar-se novamente, redescobrimo aquele papel heroico de um ponto de vista histórico, que Portugal tinha tido no passado no mundo. Mas a obra de Salazar não se limita apenas ao reabilitar Portugal, enobrecendo o prestígio de uma Nação com um grande passado histórico; a ser enobrecida conjuntamente com o País é a própria Nação entendida como “Raça Portuguesa”, pela qual a Renovação Moral de Portugal é uma Renascença da Pátria e de patriotas. O Super-Homem Salazar, dotado de qualidades excepcionais guia os Homens Novos Portugueses no restaurar de uma Nação, que se nobilita de novo através da sua “Raça” e vice-versa, um conjunto orgânico, interativo e recíproco, que se reforça na renovação da tradição⁹¹, para se difundir como uma mancha de óleo na sociedade⁹². Estes conceitos de reaportuguesamento, tão caros a Salazar, assentam num conjunto de valores praticamente atemporais, que associados à Moral Cristã e à contínua necessidade de resgate moral de Portugal no mundo, encontrarão um espaço *evergreen* na ditadura salazarista, aliás um processo de Renovação Moral perene, a proteger e reforçar porque em contínuo perigo, um projeto que, os Novos Portugueses, todos

Demorou-se especialmente em considerações sugeridas pelo quadro com a legenda “DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA – A TRILOGIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL”.

Aconselhou os alunos a que seguissem o exemplo de Salazar, acrescentando que a sua obra se impõe não só pelo que diz respeito aos progressos materiais mas ainda pelo que se refere ao novo clima moral criado pela honestidade, pela seriedade e pela vida austera do Chefe.

As últimas palavras do conferente foram coroadas de prolongadas palmas».

⁹¹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 47. “Sem negar a influência de ensinamentos alheios na política interna, Salazar considera a cultura portuguesa como a sua primeira e original fonte de conhecimento, nomeando a história, a tradição e a psicologia colectiva do povo como seus elementos constitutivos. A tradição é aqui encarada como lição da história, ou seja, uma forma peculiar de história *popular* que legitima uma leitura ideológica. Enquanto paradigma da acção, justifica as opções políticas. A tradição converte-se, por via de um processo de historicização – que a transforma, paradoxalmente, em realidade estática, atemporal (a tal história popular) – num instrumento ideológico”.

⁹² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, Reitor Liceu Nacional de Mirandela, «Relembremos, um pouco, o passado. Não o passado heroico da fundação da Nacionalidade, não o passado grandioso da era dos Descobrimentos, em que Portugal conduzia o Mundo, não as lutas ingentes da Restauração. Mais perto. Neste século. Como era Portugal, como vivia?

A minha geração conheceu o desanimo. Chegamos a descreer do futuro da nossa Pátria, do destino da nossa Raça.

Passaram dez anos. Quasi se não reconhece no Portugal de hoje, o pobre Portugal de ontem. O País, que os jornalistas de quasi todo o mundo, citavam a toda a hora, depreciativamente, como modelo de desordem, tornou-se digno da admiração e do respeito do mundo. Com que orgulho vemos isto, nós, os que chegamos outrora a desanimar.

É um milagre? Não, é a obra de um homem excepcional, de um homem que pôs ao serviço do renascimento da Pátria toda a sua dedicação e todas as enormes faculdades de uma inteligência nitidamente superior. Fazíamos mal em desanimar. A nossa Raça não morre nem morrerá. Não pode morrer uma Raça que produz homens como o Salazar».

unidos, devem preservar quotidianamente contra a desagregação moral, que tem levado ao facciosismo partidário e pessoal, causa do fracasso ético e financeiro da I República Portuguesa⁹³.

Para Mussolini o experimento totalitário de regeneração do povo italiano parte do pressuposto de mobilização juvenil, mobilização esta de que o fascismo precisa para radicar na sociedade italiana, aquele sentimento patriótico-nacionalista capaz de se substituir e esmigalhar um sistema político e ao qual destinar o menosprezo e o rancor dos jovens, que deviam ver no fascismo uma Nova força política, capaz de derrotar a corrupção de uma classe política demasiado velha e inadequada, para propor novas mudanças. A força do fascismo aparece, na capacidade de Mussolini de apresentar um movimento que, no culto da romanidade antiga, propõe um modelo de governo que considera iguais todos os italianos e que, como ele mesmo afirma, devem sair dos municipalismos da própria fação⁹⁴, para recolherem, todos juntos aquela herança do antigo passado, útil ao voltar a dar prestígio à Itália no mundo⁹⁵. O Mito da *Giovinetza* recolhe dignamente esta herança, densa de renovação palingenética, que visa a uma nova primazia da Península Itálica no mundo. A mística da Nação a que o fascismo quer aspirar, não pode prescindir do mito de uma Nova Roma Imperial, que por meio de Novos Jovens Legionários constrói as bases para um Novo Mítico Destino Nacional⁹⁶. Quem melhor que os jovens podia oferecer ao regime fascista aquela superioridade ética genuinamente feliz, apta a representar a ressurreição de um mito histórico, por meio de uma experiência coletiva comum e capaz de reevocar a imagem de uma identidade que, antes de se querer cultural, se quer espiritualmente densa de significados. Em relação ao projeto fascista de criação de um Homem Novo necessário para o mudar de carácter dos

⁹³ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, pp. 49-50.

⁹⁴ GENTILE, Emilio, 2007, *Fascismo di pietra*, Roma-Bari, Laterza.

⁹⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, *Il Popolo d'Italia*, Anno XII, 13 de Maio de 1934, «**La guardia alla Mostra della Rivoluzione.** Ancora vibranti dell'indimenticabile mattinata a Villa Torlonia e accessi d'entusiasmo per l'amore avuto e per le parole rivolte dal Duce, i vincitori dei Littoriali della cultura e dello sport hanno compiuto oggi il rito in cui si afferma con tanta evidenza la volontà fascista di ogni ceto e generazione della nuova Italia: la guardia armata alla Mostra della Rivoluzione».

⁹⁶ GENTILE, Emilio, 2005, *Op. Cit.*, p. 56. "Even the disappointments of foreign policy magnified by the myth of the *mutilated victory*, were attributed to the mistakes of members of Parliament incapable of defending Italy's rights while other nations were dividing the spoils of war. According to a newspaper of the *Arditi* Italy could not be represented by men who didn't know how to stand up for its rights against France, America, England and Yugoslavia: All the fighters are tired of your policies: let the new man who haven't become moldy in the halls of *Montecitorio*, or among the scraps of paper of the ministries, take your place: let new man take over who have done their thinking and gathered strength in the trenches. The *new man* would destroy the old Italy to create a new, more beautiful and more powerful one".

italianos, o fascismo representava, em si mesmo, um Estado ético de natureza espiritual que, prometendo uma revolução moral contínua, era capaz de oferecer aos jovens uma nova dimensão social, pela qual exprimir o próprio mal-estar. A construção ideológica do Homem Novo Italiano exprime-se por meio de critérios culturais retóricos, cujo espírito fascista deve repropor aqueles dotes exemplares do jovem em camisa negra, que para realizar-se necessita de revolucionar *in toto* o carácter e os costumes dos Italianos Novos. Era preciso propor um projeto totalitário cuja experiência vitoriosa do fenómeno organizado das esquadras, raiz do sucesso do fascismo, viesse reelaborado a nível conceptual sob os auspícios de uma Nova Fé, uma ideologia simbólica que encontrasse concretização no desempenho diário do fascista perfeito. Mas, para tal alcançar, era necessário o refazer dos italianos, daí uma afirmação totalizante, de quem não só havia a obrigação de combater o antifascismo, mas de ser ele mesmo o emblema representante daquela estirpe mediterrânea, que havia renascido das cinzas das batalhas, nas quais os heróis da I Guerra Mundial⁹⁷ tinham oferecido a própria vida.

Para levar a cabo este projeto era necessário a eliminação de todos aqueles esquemas de uma Itália do passado prisioneira das demagogias demoliberais, que tinham provocado o declino moral de uma Nação humilhada nos seus ideais virtuosos. O problema da regeneração dos italianos, não se esgotava na metamorfose de uma Sociedade Nova, o desafio que o fascismo lançava era o de recriar uma Nova Civilização, na qual a época fascista devia coincidir com o início da Era Fascista e a criação do Homem Novo com a palingénese do Mito da *Giovinezza*. A necessidade de mitificar o passado, era funcional para tornar uma massa de jovem saudosa para com um passado prestigiado, passado que lhes permitia de espreitar um futuro glorioso da Pátria, rico e cheio de honras. O Mito da *Giovinezza* nasce pela necessidade de plasmar, guerreiramente, as atitudes morais e físicas de quem, dentro da religião fascista, teriam representado a síntese do verbo que se faz carne, onde o culto da religião de Estado propõe um aparelho orgânico de jovens dinâmicos, símbolo de uma política nacionalista, que não se contenta com a educação física e moral, mas a eles pede aquela devoção religiosa, que permita ao *duce* do fascismo de conquistar as Almas dos Novos Filhos da Lupa. Por isso, era necessário disciplinar atentamente todos os jovens que, com entusiasmo, tinham tomado parte na Marcha sobre Roma, para depois se concentrar nas forças juvenis *tout curt*. De facto, o regime fascista desde logo tinha conseguido

⁹⁷ DE FELICE, Renzo, 1978, *Explicar o fascismo*, Lisboa, Edições 70.

impor-se a nível territorial, por meio das esquadras organizadas, cuja contribuição dos jovens foi determinante, provavelmente porque, cansados do fechamento do velho sistema liberal, consideravam o fascismo um elemento renovador capaz de responder àquela exigência de mudança necessária dentro da sociedade⁹⁸. O fascismo tinha ganho terreno sobre o liberalismo por meio de uma capacidade organizativa concreta, ideologicamente associada a um conceito de renovação, onde os jovens tomavam parte porque eram chamados a ser simbolicamente o elemento sustentador e além disso, o fascismo oferecia-lhes um papel ativo de protagonismo⁹⁹, relativamente a quem os confinava a uma posição pré-estabelecida, onde *a priori*, deviam conformar-se passivamente.

O elemento palingenético torna-se, pelo fascismo, o elemento catalisador, que protagoniza a vida social e política dos jovens dentro de um projeto educativo, pelo qual o novo regime reforça a ênfase revolucionária dos Novos tempos que estão a chegar, e aos quais é imprescindível o apoio dos Jovens Italianos Novos.

O problema juvenil, desde logo, ocupa as maiores preocupações do fascismo; a fé fascista deve ser alimentada nas novas gerações, criando nelas um espírito novo, integralmente ao serviço de uma Nova Religião de Estado. Daí crer significa obedecer, obedecer significa combater: «Credere, Obbedire, Combattere», ou seja, a fé que, na disciplina, redescobre o ardor da batalha revolucionária, que o fascismo tinha começado com a Marcha sobre Roma e à qual os jovens são chamados, para revitalizar as filas de um regime recém-nascido, com inspirações místico-totalitárias. A emancipação espiritual dos jovens é a do perpetuar o sacrifício palingenético da Grande Guerra, de forma a que este não tenha sido em vão, sacrifício em que o sentimento de italianidade entra para fazer parte do mito de representação da Guerra Renovadora, qual elemento purificador da consciência coletiva de uma sociedade desamparada nos princípios e nos valores, onde os jovens se tornam o símbolo daquela rutura ideológica que opera na sociedade italiana a Renovação Moral da Nação.

O Mito da *Giovinezza* fortifica a agregação simbólica em torno de uma identidade coletiva que se realiza concretamente por meio de uma Nova Ordem Social,

⁹⁸ GENTILE, Giovanni, 1925, *Che cosa é il fascismo. Discorsi e polemiche*, Florença, Valecchi Editore, p. 52.

⁹⁹ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/Presidenza Comitato Provinciale, 1927-Anno V/b. 14. Proposta de nomeação, a presidente provincial da *Opera Nazionale Balilla* de Piacenza, de um jovem fascista ex-combatente, pelo presidente nacional Renato Ricci.

onde a militarização juvenil converge no detonar de uma participação política que mobiliza a sociedade inteira, contrapondo não só o Novo com o Velho, ou seja, o espírito renovador do fascismo face às velhas concepções liberais, mas onde também, dentro do próprio fascismo, os jovens são chamados a representar o elo forte que falta para o regime fazer o salto de qualidade que, a partir do movimento estritamente de esquadras, possa dar a centelha para os sentimentos patrióticos de uma Nova Geração forjada Religiosamente no Culto do Lictores. A *Giovinezza* é apresentada como uma condição *sine qua non* pela qual o sacrifício e o sentido de ser disciplinado na fé fascista se concretizam por meio de um estilo de vida apaixonado pela ação, uma virtude extraordinária que deve fazer parte da quotidianidade do Homem Novo de camisa negra. A *Giovinezza*, hino da “fé” fascista torna-se o mito em torno do qual é possível construir um modelo ideológico integrante das virtudes viris e morais do fascista Novo, no qual, com desinteresse pessoal, amadurece um sentido de pertença fanática a um Estado também jovem, para uma luta política empreendida contra uma Itália Velha, que deve ser combatida por meio de uma solidariedade entre classes diversas e que apenas as novas gerações podem radicar, através da predisposição ética livre de velhos prejuízos de atávica concepção. Portanto para construir uma sociedade nova era necessário partir da criação de um Homem Novo, que era possível alcançar apenas forjando o carácter das novas gerações, nas quais os jovens fascistas representavam o percurso começado, antes pelos mártires da Grande Guerra, prosseguido com a experiência de camaradagem das esquadras depois, ou seja, o protótipo totalitário no qual concentrar e desenvolver um regime Novo, livre de velhas lógicas de partido, onde o indivíduo¹⁰⁰ se protagonizava dentro das massas, que eram emancipadas pelo regime, por meio de solicitações de mobilização e às quais eram com frequências chamados a fazer parte. Neste contexto, os jovens representavam aquele ideal de humanidade renovada que permitia o rescrever da História; a sua contribuição tornava-se necessária em prol da grandeza da Nação Italiana no Mundo. O fascismo é fornalha de provas difíceis de superar, onde podem participar, com orgulho, apenas os jovens capazes de

¹⁰⁰ GRIFFIN, Roger, 1995, *Op. Cit.*, p. 7. “There is nothing in principle which precludes an employed or unemployed member of the working classes or an aristocrat, a city-dweller or a peasant, a graduate, or someone educationally challenged from being susceptible to fascist myth”.

combater com fanatismo pela revolução da Nova Ideia que, se necessário for, não recusa nem o recurso à violência¹⁰¹.

O Mito da *Giovinezza* baseia-se no ímpeto rebelde, com trechos às vezes violentos, de uma juventude que o fascismo quer conformar a um projeto de disciplinamento de massa, no qual cada jovem deve prestar devoção absoluta. Os Italianos Novos são forçados na fé absoluta no fascismo, devoção que apenas os jovens podem interpretar com um sentimento puro, de pertença coletiva, livre de interesses materialistas e totalmente preocupados em contribuir para o destino glorioso da Nação. Daí que, a exaltação das massas juvenis se torna o *leit-motiv* da política pedagógica do regime onde a pureza juvenil entra numa conceção virtuosa que no *arditismo* faiscante de paixão pelos destinos da Itália, propõe uma base idealista na qual construir o edifício da própria fé incondicional para com o Estado fascista. Este último instrumento em torno do qual e por meio do qual é possível alcançar esta pureza ideológica, que só os jovens podem interpretar fazendo surgir eles mesmos um verdadeiro Mito da *Giovinezza*, perpetuando, assim, um Estado eternamente jovem e no qual eles são a Alma e o Corpo de uma Nova Ordem Social. Não é um acaso que o Mito da *Giovinezza* cruze o inteiro arco existencial do regime que, por vinte anos, interpreta a necessidade de envolver, mobilizar e conquistar as simpatias do elemento juvenil, emancipando-o desde logo, como acontece pela nomeação de deputados enviados na *Camera dei Fasci* em 1924, onde num total de duzentos e vinte, cento e quarenta e seis fascistas têm uma idade inferior aos quarenta anos, sem contar todos os jovens enviados a completar a fascização dos campos, que andavam a substituir sistematicamente as velhas classes

¹⁰¹ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 21. “Os anos que precederam a Marcha sobre Roma foram anos durante os quais as necessidades de acção não toleram investigações ou elaborações doutrinárias completas. Lutava-se nas cidades e nas aldeias. Discutia-se e – o que era mais sagrado e importante – moria-se. E sabia-se morrer. A doutrina completa com divisões de capítulos, de parágrafos e floreios de elucubração, podia faltar; mas havia algo de mais decisivo a substituí-la: a fé. Todavia, quem se lembrar de consultar os livros, os artigos, os votos dos congressos, os mais longos e mais curtos discursos, quem souber indagar e escolher, descobrirá que os fundamentos da doutrina foram lançados no mais aceso da luta. É justamente nesses anos que o pensamento fascista se ergue, se aperfeiçoa e se encaminha para uma organização. Problemas do indivíduo e do Estado, da autoridade e da liberdade, políticos e sociais e os mais especificamente nacionais; a luta contra as doutrinas liberais, democráticas, socialistas, maçónicas, populares, foram conduzidas contemporaneamente com as *expedições punitivas*. Mas, porque faltou *sistema*, os adversários de má fé negaram ao Fascismo toda a capacidade de doutrina, apesar desta, ainda que tumultuosamente, ir surgindo, primeiro, sob o aspecto de uma negação dogmática violenta, como sucede com todas as ideias que despontam, em seguida, sob o aspecto positivo de uma construção que nos anos de 1926, 1927, 1928 encontrou a sua concretização nas leis e nos institutos do regime”.

dirigentes com novos exponentes de comprovada e entusiástica fé fascista¹⁰². Mas como se pode constatar, não era apenas a entrega a sujeitos juvenis de cargos efetivamente influentes dentro do aparelho estadual fascista, que proclamava a necessária perpetuação da revolução em camisa negra, por meio da contribuição imprescindível das jovens gerações. Se tomarmos em consideração o Estatuto do *Partito Nazionale Fascista* em 1929 podemos relevar que no seu prólogo, se sublinha a enormíssima importância do contributo pedagógico destinado aos jovens, para oferecer força vital à perpetuação do regime fascista. Será o próprio partido, que em Outubro de 1930, com a Constituição dos *Fasci Giovanili di Combattimento*, começará aquele processo de enquadramento juvenil agressivo, que se coroará com a criação da *Gioventù Italiana del Littorio*, em Outubro de 1937, por meio da qual o *Partito Nazionale Fascista* tornar-se-ia o único responsável pela educação totalitária das forças juvenis¹⁰³.

A ideia de palingénese fascista é uma fornalha de jovens fascistas forjados no mito de uma eterna revolução incumprida, onde os jovens são o elemento determinante para alcançar a unificação espiritual de uma Nação que no orgulho da italianidade percorre o mito da latinidade sapiente, capaz de dominar e governar no passado o Mundo Antigo; uma regeneração idealista sobre a qual proclamar novamente a primazia Latino-Mediterrânea no Mundo inteiro. Daí que, a ideia de *Giovinezza* enriquece-se daquele sentido de heroísmo e camaradagem, que o regime queria inculcar nos jovens, necessário para constituir concretamente um exército de soldados prontos para o sacrifício extremo para com a Pátria. A Nova estirpe fascista renova-se por meio do Mito da *Giovinezza*, ele mesmo em contínua renovação; para desenrolar a atividade de educação política juvenil é necessário um processo em constante evolução, em que a moral fascista sai da retórica somente por meio da contribuição dos jovens que acreditam realmente nos preceitos de uma doutrina como se esta fosse uma verdadeira

¹⁰² GENTILE, Emilio, 1995, *La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo Stato nel regime fascista*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.

¹⁰³ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, Foglio d'Ordini del PNF n. 187, Anno XVI, 29 de Outubro de 1937, «Roma – Palazzo del Littorio – **PARTITO NAZIONALE FASCISTA** – COMANDO GENERALE DELLA GIOVENTÙ ITALIANA DEL LITTORIO – **ORDINE DEL GIORNO N. 1** – Per ordine del **DUCE** assumo da oggi il comando della Gioventù Italiana del Littorio. Ai comandanti, ai dirigenti, alle giovani camicie nere il mio cameratesco saluto. I fascisti di tutta Italia guardano al formidabile esercito, che inquadra oltre sette milioni di giovani di Mussolini, con l'orgoglio e la certezza dei nuovi gloriosi eventi, nella continuità della RIVOLUZIONE FASCISTA. Il motto: «CREDERE – OBBEDIRE – COMBATTERE» é la consegna che osserveremo con fedeltà ed onore. Il giuramento al quale siamo votati impegna tutti – comandanti e gregari – a servire con indomabile ardore la RIVOLUZIONE FASCISTA e il **DUCE**, fondatore del NUOVO IMPERO DI ROMA. Il Comandante Generale, Achille Starace».

religião. São os próprios que renovam a política educativa do fascismo com abnegação, fé e sacrifício pessoal, são eles mesmos que renovam constantemente e convalidam para “sempre” o Mito da *Giovinazza*, na inteira duração do regime, por meio de uma constante mobilização, com trechos de grande agregação de camaradagem, que desemboca na exaltação do heroísmo fanático veiculado pelos propósitos de identificação identitária amparada na moldura de um conjunto ideológico de um Estado ético, o qual ostenta retóricos, mas eficazes, repertórios culturais com pretensão sagrada, que apresentam como naturais os conteúdos doutrinários¹⁰⁴, que o fascismo quer impor às novas gerações, no processo de criação de um Homem Novo religiosamente fascista.

Para desenvolver a obra de enquadramento totalitário dos jovens é, portanto, fundamental operar o constante *re-styling*, de um ideal educativo que regula e plasma as mentes de quem, neste âmbito, é mais vulnerável. Verificar a fé dos jovens fascistas significa enquadrá-los sob um objetivo comum e um mito comum. O destino de uma Grande Nação, como a Itália, depende do valor de quem deve ser continuamente solicitado na fé, para contribuir ao levar a cabo a incumprida revolução fascista. O sentimento juvenil¹⁰⁵ encontra espaço de pertença numa comunidade de fé patriótica, onde o Mito da *Giovinazza*¹⁰⁶ possui aqueles dotes específicos exaltados da retórica do fascismo; o jovem cidadão-soldado oferece aquela harmonia, aquela beleza, aquela paixão, que são riquezas necessárias para o despertar nos jovens, por meio do vigor físico e moral, o gosto pelo desafio, que encoraja a luta para a primazia, funcional ao culto glorioso da Pátria, alcançável só através da exaltação do fascismo como *corpus* religioso¹⁰⁷. O espírito fascista instrumentaliza aquele mecanismo de experimentação da tenacidade que, em desprezo pela vida cómoda, nas manifestações e nos

¹⁰⁴ GENTILE, Emilio, 2001, *Il culto del littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*, Roma-Bari, Economica Laterza.

¹⁰⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, *Il Popolo d'Italia*, Anno XII, 13 de Maio de 1934, «Mussolini sorride e saluta romanamente. Ma gli applausi e le grida si fanno piú insistenti, finché Egli non torna a parlare. Si fa silenzio perfetto e Egli rivolge loro brevi parole per dire che questa mattinata luminosa di sole e ardente di passione rimarrá incancellabile nei cuori di tutti i presenti, che sono dedicati alla Causa della Patria e al trionfo sempre piú grande della Rivoluzione».

¹⁰⁶ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria GUF/b. 13, *Il Popolo d'Italia*, Anno XII, 13 de Maio de 1934, « **FESTA DI GIOVINEZZA A VILLA TORLONIA. Il Duce premia fra ardenti manifestazioni d'entusiasmo** i littori della cultura , dell'arte e dello sport per l'anno XII».

¹⁰⁷ GENTILE, Giovanni, 1925, *Manifesto degli Intellettuali Fascisti. Il Fascismo e lo Stato. Di qui il carattere religioso del Fascismo*.

comportamentos homologados e uniformizados repropõe simultaneamente milhões de jovens, que ecoam como um único estrondo de trovão o hino da *Giovinezza*.

A preparação espiritual dos jovens, pouco contaminadas por ideologias antecedentes ao fascismo, torna-se campo fértil para fortificar aquelas franjas batalhadoras, que no futuro serão úteis durante a *escalation* bélica¹⁰⁸. O Mito da *Giovinezza* e o Mito da Guerra Purificadora confluem para renovar os valores da consciência coletiva de uma sociedade em crise no refundar-se palingeneticamente, em que as novas gerações se mobilizam, por meio de um combate apresentado miticamente, em que o sacrifício extremo torna-se o meio pelo qual os jovens fascistas resgatam a honra da Itália no mundo; uma educação essencialmente espiritual que concretiza o mito, por meio do sacrifício total de si mesmo, com a entrega da própria vida ao amor pela Itália. Aliás oferecer a própria vida à Itália é a honra suprema, que sublima o mito na realidade, que concretiza uma fé professada diariamente, onde a pedagogia totalizante do fascismo destinada aos jovens, cria um clima de camaradagem de trincheira, uma obediência cega integralmente convencida da necessidade de regenerar, aqueles princípios virtuosos, capazes de transformar os italianos, em Homens Novos criadores e dominadores de civilidades.

Esta continuidade com o passado vive de novo a força vitoriosa dos legionários romanos, que “hoje” são representados pelos jovens fascistas em camisa negra, prontos para ri-eternizar a grandeza de Roma, a cidade eterna que se regenera espelhando-se na *Giovinezza* de uma juventude, ela também pronta a eternizar-se a si mesma, no mito da palingénese fascista. A História de Roma *caput mundi* é retomada pelo fascismo que, em nome da Nova Italianidade¹⁰⁹, pede aos jovens para alimentar a paixão para uma

¹⁰⁸ GENTILE, Emilio, 2004, “L’«homme nouveau» du fascisme. Réflexions sur une expérience de révolution anthropologique”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, 2004, *Op. Cit.*, p. 53. “Dans un langage simple et plus politique, le modèle de l’Italien nouveau, fondé sur cette conception totalitaire de l’homme, était représenté par la figure idéale du citoyen-soldat, éduqué selon le commandement unique et infrangible de la religion fasciste: *Croire, obéir, combattre*. Ainsi, *citoyen et soldat se fondent de manière indissoluble dès les premières années de conscience passant, pour ainsi dire, dans le sang des jeunes pour créer tout un peuple organisé en une société guerrière refondue et agaçant avec un seule méthode et ligne directrice: l’éducation intégrale du citoyen dès les premières années forme ainsi naturellement le soldat conscient de la mission et défenseur de la gloire de la Patrie et du Regime*”.

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 42-43. “Au début du XX siècle, le mythe de la régénération nationale fut repris par les nouvelles générations qui rêvaient d’une Italie plus grande, susceptible de jouer un rôle de premier plan dans la construction de la civilisation moderne, et se rebellant, pour cela, contre *la petite Italie* de Giolitti, méprisée comme réincarnation du *vieil homme de Guichardin*. Le mouvement nationaliste, le groupe des intellectuels de *La Voce*, le futurisme, les différents courants du radicalisme national

Nova Romanidade¹¹⁰, por meio do italianismo puro que, na sua missão histórica, elevará espiritualmente as gestas de quem tomará parte com coragem e devoção extremas. A palingénese moral e física do Italiano Novo celebra a fecundidade de um povo eternamente jovem, cuja vitalidade ao serviço da Pátria, com amor sem fim, se torna útil para extirpar da sociedade italiana tudo aquilo que se considera velho e deletério, para o cumprimento da purificação espiritual de uma Nova Geração capaz de construir com ardor extremo a Nova Jovem Italianidade Fascista.

1.4 Relações perante a Igreja Católica

Na construção ideológica do Homem Novo em Itália e em Portugal é funcional analisar a relação existente entre os seus regimes e a Igreja Católica. Especificamente verificar se o desenvolvimento do conceito de Homem Novo se reforça por meio de uma presumível instrumentalização do conceito religioso como suporte da educação juvenil. A personalização do poder dos dois ditadores insere-se naquela ótica de negociação orientada, que pode ter influído no processo de apropriação dos sentidos

partagèrent le mythe de la régénération et le transformèrent en un projet de révolution totale, spirituelle, culturelle et politique, pour abattre le régime libéral, considéré comme une pauvre chose par rapport aux idéaux de grandeur et de modernité dont avaient rêvé les patriotes du Risorgimento. De plus, ces mouvements développèrent le mythe de l'Italien nouveau pour l'intégrer dans celui, plus vaste, de l'homme nouveau, qui avait connu un développement notable au cours du XIX siècle et à l'aube du XX. Un mythe nourri des conceptions de l'humanité future diffusées par les nouvelles religions laïques, des prophéties séculières de Marx et de Nietzsche aux mouvements artistique et culturels de l'avantgarde moderniste. Le mythe de l'homme nouveau doit beaucoup à l'influence de tels mouvements sur ceux qui devinrent les principaux artisans de la révolution anthropologique fasciste, Mussolini compris. Pour eux, le mythe de l'Italien nouveau exprimait la volonté d'accélérer la modernisation du pays; l'industrialisation devait être accompagnée d'un processus de rénovation intellectuelle et morale des Italiens, à travers l'élaboration d'un nouveau nationalisme, un nationalisme moderniste se manifestant dans le mythe de l'*italianismo*: l'Italie régénérée et modernisée détiendrait une primauté nouvelle dans la civilisation moderne du XX siècle. Le nationalisme moderniste était caractérisé par l'enthousiasme pour la modernité, perçu comme une explosion d'énergies et de vitalité sans précédent dans l'histoire et par un sens tragique et activiste de l'existence, rejetant néanmoins toute attitude nihiliste. La modernisation serait accompagnée d'une *révolution de l'esprit* destinée à former la sensibilité, le caractère et la conscience d'un *Italien nouveau* capable d'affronter les défis de la vie moderne et de résister aux effets négatifs de la crise de la société traditionnelle qui aggravaient, en Italie, les défauts hérités d'une révolution nationale inachevée".

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 56. "L'élaboration du modèle de l'Italien nouveau, pendant les années trente, fut essentiellement la conséquence de la conception totalitaire de la politique, le mythe fasciste de l'homme nouveau étant intrinséquement lié à celui de l'État totalitaire. La déclinaison la plus connue de l'Italien nouveau, inspirée du légionnaire romain, n'était pas une restauration répondant à la conception totalitaire de la politique, moderniste et non traditionaliste. Le fascisme utilisait le mythe du Romain antique comme moyen d'émulation et de propagande, surtout après la conquête de l'Empire: pour créer les Romains de la modernité, une race d'hommes nouveaux capables, comme l'avaient fait les Romains dans l'Antiquité, de créer une civilisation impériale fondée sur l'organisation totalitaire de l'État".

ideológicos tão procurados pelas aspirações de consolidação hegemónica dos dois regimes. A crise do sistema liberal favorece a formação de uma aliança ideológica, entre Igreja e Estado ditatorial, que se exprime numa união que, por um lado, quer evitar a fragmentação social e por outro lado, a desintegração dos valores tradicionais, que podem ser recuperados e reconstituídos apenas por meio de uma renovação moral do espírito de cada pessoa; sobretudo no que diz em respeito aos jovens nasce a exigência de confluir as experiências individuais dentro das organizações paramilitares, que podem ser convertidas em situações dotadas de sentido de adesão a uma única “fé” patriótica. Provavelmente, o papel da religião torna-se o de contribuir para a estabilidade social dos regimes, em troca de benefícios e proteção dos interesses clericais, como no caso do fascismo italiano¹¹¹, sem esquecer o aspeto moralista e de justiça social, que alicerça a posição ideológica sustentada pelo Estado Novo¹¹².

O processo de persuasão religiosa contrasta, por um lado, com o sistema liberal fador de uma exclusão social, que alimenta o individualismo materialista e por outro lado, contrasta com o processo de coletivização comunista que, interpretando a urgência em colmar as desigualdades sociais, alimenta as contestações para com a ordem constituída. Neste contexto, torna-se útil desenvolver um sistema económico corporativo que defenda a economia nacional do perigo de marginalização extrema dos interesses capitais e que, ao mesmo tempo, ponha um limite ao poder de reivindicação contratual dos trabalhadores. Por isso, também a Igreja vê positivamente um sistema económico que evita o individualismo liberalista e o conflito de classe, procurando homogeneizar a integridade de um poder que procura consenso e estabilização. Parece que a escolha dos regimes em se relacionarem com a Igreja Católica tenha sido uma escolha forçada, a partir do momento em que a questão moral se torna uma questão social. A luta anti-burguesa que Mussolini havia, mais de uma vez reivindicado na base

¹¹¹ PINTO, António Costa, 2012, “Partido único, governo e decisão política nas ditaduras da era do fascismo”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, p. 220. “Embora Mussolini tenha conquistado o poder como líder do *Partito Nazionale Fascista* (PNF), o subsequente desmantelamento do regime democrático foi lento e a reduzida influência social e política do partido e/ou vontade política de Mussolini levaram-no a aceitar compromissos com o rei, com as forças armadas e com outras instituições, como a Igreja Católica”.

¹¹² BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Salazar – Cerejeira a ‘força’ da Igreja, Cartas inéditas do Cardeal – Patriarca ao Presidente do Conselho*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 22. “Durante todo o Estado Novo, de formas e intensidades diferentes, as elites católicas vão apoiando as políticas de Salazar e as suas filosofias de Estado. Os doutrinadores católicos empenham-se em cristianizar o corporativismo, e no jornal *O Trabalhador* aparece a seguinte observação: *O regime corporativo português é declaradamente filho da democracia cristã. Neste contexto, o clero chega a afirmar, pretende-se tornar cristão o corporativismo português, para que dure e seja justo*”.

do seu fascismo, tal como o espírito de proteção paternalista que Salazar pensava de dar ao Estado Novo, necessitavam de uma aparência de justiça social, que no equilíbrio das diferenças sociais era direcionada para o alcançar do funcionamento harmónico da sociedade. Quem melhor que a Igreja podia contribuir para sancionar ideologicamente o conjunto de regras constituídas caídas em crise no começo do século XX¹¹³. Esta rutura ideológica, para garantir uma ação social estabilizadora, é apagada, também com o auxílio da religião católica, mas embora se dê uma partilha de valores entre Estado e Igreja, não se consegue evitar uma atitude de conflito, quer em Itália, quer em Portugal, que se manifesta não tanto por razões ideológicas de base, mas mais por questões de gestão material das novas gerações. Junto às estruturas recreativas dedicadas ao tempo de pós-trabalho nasce a necessidade de vigiar as organizações do tempo livre dos cidadãos. Em particular o dos jovens torna-se um ambiente privilegiado para tutelar e regular ideologicamente, por isso a Igreja olha com interesse as várias agregações juvenis a enquadrar no seu contexto paroquial. Mas, obviamente, tal como aconteceu em Itália, Mussolini não podia permitir que os jovens fugissem ao controlo direto do Estado, enquadramento que foi gerido por meio de organizações públicas como: *Ente Nazionale dell'Educazione Fisica* (1923), *Opera Nazionale Dopolavoro* (1925), *Opera Nazionale Balilla* (1926), enquanto que sob a estrita dependência do *Partito Nazionale Fascista* foram colocados os *Gruppi Universitari Fascisti* (1925), *Fasci Giovanili di*

¹¹³ LOPES, Joana, 2007, *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*, Porto, Ambar, pp. 95-96. “No início do século XX, os leigos tinham na Igreja um papel eminentemente passivo: eram mero público receptor de rituais que o clero ia administrando, ao longo das vidas das pessoas e dos povos. Foi durante o pontificado de Pio XI (1922-1939), que gostava de ser conhecido como o *Papa de Acção Católica*, que foram criados em Itália, se estruturaram e se foram propagando por todo o mundo, movimentos de leigos integrados na acção da Igreja. A Acção Católica foi conhecida para que estes *participassem* na acção apostólica exercida pelo clero, mediante *mandato do Episcopado*, para que deixassem de ser meros espectadores e ajudassem a hierarquia da Igreja a evangelizar as sociedades. Desde o início, procurou abranger jovens e adultos de ambos os sexos, de todos os meios sociais e laborais. O movimento não se limitou a Itália. Um belga – o padre Cardjin – fundou no seu país, por volta de 1925, a Juventude Operária Cristã, com o propósito de incitar os jovens trabalhadores a observarem e compreender o meio operário em que viviam, para nele poderem operar as transformações consideradas necessárias. Usou um lema que passou simultaneamente, um método – *Ver, Julgar, Agir*. Com ele, criou uma dinâmica totalmente inovadora que viria a ter uma influência considerável na alteração de mentalidades e de comportamentos.

Esta necessidade de instituições que incluíssem os leigos na actividade de evangelização da Igreja não surgiu por acaso: ela foi-se revelando a medida que ia crescendo a dificuldade de os padres penetrarem nos meios sociais mais influentes, fortemente dominados pelas correntes agnósticas do século XIX e do século XX e pela Maçonaria.

Em Portugal, a Acção Católica foi fundada em Novembro de 1933. Na sua preparação, esteve especialmente envolvido D. Ernesto Oliveira, Arcebispo de Mitilene, que, para efeito manteve estreitos contactos com o padre Cardjin”.

Combattimento (1930) e a *Gioventú Italiana del Littorio* (1937). Mussolini não tinha confiança na velha classe dirigente, sobretudo na escola não podia permitir docentes ainda favoráveis aos ideais culturais típicos do sistema liberal. Com os Acordos de Latrão, de 1929, Mussolini lacra o respeito e o consenso com aquela parte da Itália católica e conservadora que, em nome da tradição e na submissão à autoridade e às hierarquias, se junta ao consenso em torno do antiparlamentarismo, do antiliberalismo e do medo pelo bolchevismo¹¹⁴. De facto, Mussolini, por meio do acordo religioso, pouco ganha no seu intento mobilizador, enquanto que em Portugal, os propósitos ideológicos de uma Igreja conservadora se adequam maioritariamente à ditadura estado-novista que, diferentemente do fascismo, para manter inalterado o *status quo* de um país detentor de um vasto Império, não tem qualquer interesse em mobilizar as massas¹¹⁵. É preciso tomar em consideração a heterogeneidade da ditadura estado-novista que, partindo de uma base do nacionalismo, funda as suas raízes, provavelmente, no integralismo lusitano¹¹⁶ e se preocupa com o apagar das inspirações revolucionárias da direita radical e, ao mesmo tempo, procura no seu interior as várias correntes monárquicas e

¹¹⁴ SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1997, *A experiência fascista em Itália e em Portugal*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, pp. 52-53. “Em Itália, com a eternização da Questão Romana, que parece não incomodar minimamente nem o rei nem os seus governos liberais, e em Portugal, com a implantação da República e com a radicalização do anticlericalismo, existe uma idêntica realidade pouco propícia à manutenção da influência desde sempre exercida pela Igreja junto do Estado e no seio da sociedade civil. Reagindo a esta situação de desfavor, e aproveitando a crise do após guerra – descontentamento das classes médias, medo do bolchevismo, agitação social, incapacidade do sistema representativo-parlamentar, colapso financeiro, etc. – a hierarquia católica aceita apadrinhar a ascensão de um regime que, não se afastando demasiado da doutrina político-social (o corporativismo), da sua tradição conservadora e antimodernista, da sua postura de liberdade tutelada, lhe proporcione a possibilidade de recuperação da influência, dos privilégios e o do respeito que sempre usufruía. Esse regime é o fascismo.

Criado em Itália por Benito Mussolini, vai dar excelentes resultados para a igreja, para a monarquia, para todas aquelas correntes ideológicas que gravitam na órbita do nacionalismo, do tradicionalismo, do conservadorismo, do antimodernismo, do antirracionalismo, do antiparlamentarismo, do antiliberalismo, do anti-socialismo”.

¹¹⁵ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 46. “Foi no Mussolini dos anos 1920, disciplinador do partido fascista, conciliador com a Igreja Católica, apologista da *ordem*, em suma, o ditador *autoritário* do compromisso com a direita reacionária italiana que um segmento das elites autoritárias portuguesas se identificou. Mesmo assim, o salazarismo e o fundamental da sua elite política não se identificaram com Mussolini enquanto chefe carismático, e muito menos com o seu partido”.

¹¹⁶ MARTINS, Hermínio, 1998, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS, p. 28. “O facto de o integralismo ter permanecido vivo durante mais de cinquenta anos demonstra que esta doutrina se enraizou solidamente nas elites portuguesas, como um tipo de subcultura estável, que foi transmitida de geração em geração, como se se tratasse de uma seita hereditária”.

republicanas úteis ao equilíbrio social do Estado Novo¹¹⁷. A estruturação que Salazar dá ao Estado Novo é a de uma cuidadosa sistematização das várias almas que compõem o substrato ideológico da sociedade portuguesa que, durante a ditadura militar, entre o ano de 1926 e o de 1928, ao invés de melhorar a situação económica do país provocaram um ulterior gasto monetário¹¹⁸.

A recusa do individualismo social, aliás, da soberania do indivíduo sobre o Estado, o limite da propriedade privada relativamente ao interesse público e o recuperar dos valores morais como valores normativos, orientam o Estado Novo na procura de uma harmonia social que baseia a sua força na manutenção da ordem constituída. Como sublinha Bruno Cardoso Reis: «Salazar em finais de Abril de 1928 da pasta das Finanças foi ela própria fruto de uma estratégia definida e disciplinadamente executada. Em que, aliás, o peso do catolicismo político foi decisivo»¹¹⁹. Utilizar os canais católicos como instrumentos de persuasão coletiva foi uma estratégia útil para a consolidação do poder de Salazar, que era aclamado frequentemente na primeira página do diário católico *Novidades*, especialmente na ocasião da sua entrada no governo, saudada como uma «escolha felissíssima¹²⁰». Mas, não só a nível pessoal como também

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 29-30. “Se tivesse sido descurada, a questão monarquia-república teria podido destruir a unidade das forças armadas. A lógica da situação levou à ribalta política um católico, o general Carmona, que se tornou chefe formal do governo militar e, portanto – em seguida a uma *consulta* popular –, presidente da República. O general Carmona nunca foi mais do que um *primus inter pares*, porque, no interior da organização do Estado militar, o poder nunca foi apanágio de qualquer sector ou chefe. De uma certa maneira, Carmona representou um factor de equilíbrio entre as facções monárquicas e republicanas: nenhum general monárquico se tornou primeiro-ministro durante a ditadura militar, mas a esses foram dados, como compensação, outros postos-chave (o Ministério do Interior, ou da Guerra)”.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 30. “Quer por inexperiência, quer por uma sensação de fraqueza política que induziu a despesas excessivas, o governo militar não fez senão agravar a já precária situação financeira pública herdada da República liberal. Para prevenir a bancarrota do Estado, o governo procurou um empréstimo externo, neste caso aconteceu que a única fonte disponível foi a Sociedade das Nações, cujas condições foram consideradas inaceitáveis pelo governo militar, talvez exorbitantes, quer do ponto de vista da debilidade política interna, quer do da dignidade patriótica. Foi-se, assim, obrigado a aceitar o conselho financeiro de Oliveira Salazar, com direito de veto sobre todas as despesas públicas.

O perito obteve bons resultados nas reformas orçamental, monetária e do crédito. Com o apoio do exército, puderam impor-se novas contribuições, e esta escolha, juntamente com o veto sobre as despesas, demonstrou-se amplamente suficiente para alcançar o equilíbrio do orçamento, para liquidar a dívida flutuante, para estabilizar a moeda, etc. Todavia, os *salvadores financeiros* raramente conseguem traduzir a sua experiência e os seus êxitos em resultados políticos duradouros – e ainda menos servir-se deles como alavanca para o poder pessoal supremo. Entre 1928 e 1930 Salazar conseguiu consolidar a sua posição de poder não só como técnico, mas também como dirigente político. Já a caminho de 1930, gozava de um poder político maior do que qualquer outro, embora tivesse permanecido, nominalmente, apenas como ministro das Finanças até ao seu acesso à Presidência do Conselho de Ministros, que teve lugar em 1932”.

¹¹⁹ REIS, Bruno Cardoso, 2006, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, ICS, p. 78.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 79.

sob um aspeto de legitimidade mais ampla, como afirma Rita Almeida de Carvalho: «o catolicismo conferia unidade moral às nações e um bom relacionamento com a Santa Sé representava também uma fonte de prestígio internacional»¹²¹.

A visão católica dentro da sociedade salazarista procurava construir uma atitude defensiva de valores úteis para evitar os desvios morais da religiosidade, enquanto que o Estado Novo invocava a necessidade de uma «defesa moral da Nação»¹²², onde a imagem de uma Pátria gloriosa tinha que ser suportada, por uma condição de devoção moral e espiritual cristã puramente patriótica fundada num espírito tradicionalista. A identidade católica de cada português tinha que ter como exemplo a beleza moral e intelectual de um Chefe que, com a sua “doutrina” conseguiu “curar” Portugal quer economicamente quer espiritualmente, dando continuidade às dinâmicas tradicionais que simbolizavam a Nação; de facto, «para a massa esclarecida do povo português dizer-se alguém católico era equivalente a dizer-se salazarista»¹²³.

Por diferença ao fascismo italiano, onde Mussolini tem a prerrogativa do laicismo ético do Estado fascista (em prol do qual, por exemplo, é preciso doar até a aliança nupcial), Salazar evita de obstaculizar um catolicismo social capaz de alimentar na sociedade estado-novista, uma matriz conservadora útil ao suporte institucional do regime. Sobretudo, nos primórdios da ditadura, o universo católico torna-se um importante instrumento de educação, que, primeiro no contexto familiar e depois na sua ação educadora, dentro do aparelho escolar, pode moldar, desta forma, a infância e a adolescência da juventude num sentido patriótico-nacionalista. Salazar, no período entre guerras, propõe um nacionalismo católico, que com o apoio da Igreja cria uma simbiose entre conservadorismo nacionalista e catolicismo social¹²⁴. A Igreja também não subestima o lado vantajoso desta simbiose procurada pelo ditador de Coimbra, pela razão de que, a recuperação do seu prestígio moral, dentro da sociedade, pode ser alcançada por meio da ajuda do poder político. O perigo da secularização da sociedade

¹²¹ CARVALHO, Rita Almeida de, 2013, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates - Círculos de Leitores, p. 15.

¹²² GREGORIO, Nídia – GARRIDO, Alvaro – LOPES, Pedro Santos, 1992, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaio sobre a Universidade de Coimbra*, Faculdade de Letras de Coimbra, p. 84.

¹²³ GONSALVES, Firminiano Cansado, 1975, *A traição de Salazar*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 9.

¹²⁴ ALMEIDA, Pedro Tavares de – PINTO, António Costa, 2006, “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”, em ALMEIDA, Pedro Tavares de – PINTO, António Costa - BERMEO, Nancy, *Quem governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS, p. 27. “Salazar alicerçou o seu poder numa legitimidade racional-legal desvirtuada, raramente fazendo uso de apelos carismáticos. O seu catolicismo tradicionalista, combinado com uma formação jurídica e financeira, diferencia-o dos outros ditadores europeus deste período”.

favorece a criação de um movimento social democrático cristão que tão bem “casa” com o corporativismo económico desejado por Salazar em Portugal¹²⁵. Mas Salazar embora fosse de precedência católica e eleito como deputado¹²⁶ em 1922 como membro do Centro Católico Português, não tinha alguma intenção de sacrificar o Estado Novo à legitimação católica absolutista. A elite católica provinha dum período muito difícil, o da I República Portuguesa, em que o tratamento recebido aproximava-se ao de aversão à religião. Somente em 1928, com a entrada de Salazar no governo, é que os católicos portugueses começam a beneficiar de uma restauração ideológica de um Estado, que associa os seus valores de apoio aos princípios religiosos. Ao mesmo tempo, as pretensões de enquadramento religioso no campo sócio-educativo preocupam bastante os católicos que, após um início encorajante, temem que Salazar possa desenvolver uma política totalitária que, não obstante, apoiando-se ideologicamente na religião católica, como acontece na Itália e especialmente na Alemanha, possa submeter a Igreja aos fins éticos do Estado ditatorial¹²⁷. Um controlo total de Salazar sobre as instituições poderia converter as aspirações dos católicos, que teriam de renunciar a um equilíbrio de forças, que dentro do Estado Novo iria faltar. Por esta razão, os católicos, principalmente nos anos '30, não poupam ataques ao nacional-socialismo alemão, culpando-o de, nas suas aspirações totalitárias, ter aniquilado a Igreja, em nome de um paganismo de Estado sem ética moral. Principalmente, o Cardeal Cerejeira denuncia na sua mensagem de Natal de 1937 a ameaça, sempre maior, de um Estado que percorrendo as pegadas do fascismo pode oprimir as consciências «no culto exclusivo da raça ou da nação,

¹²⁵ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 e do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomenes, *Op. Cit.*, p. 35. “Salazar conservou sempre alguns traços ideológicos centrais, que derivaram do magma cultural, num contexto de laicização e modernização acelerada que para ele simbolizava a república implantada em 1910. Foi um ultraconservador no sentido mais literal do termo. Defendeu com intransigência a recusa liminar da democracia e da sua herança ideológica, baseado numa visão *organicista* da sociedade, de matriz tradicionalista católica. Geriu o país consciente da inevitabilidade dessa modernização, mas pensando sempre na sobrevivência e no bem-estar do que estava ameaçado por ela. Tudo o resto foi derivado ou veio por acréscimo. E este acréscimo não foi pouco, já que, ao contrário de outros ditadores, era ainda professor de finanças e tinha ideias claras sobre a gestão do dever e do haver de um Estado”.

¹²⁶ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 250. “A representação parlamentar do CCP é consideravelmente reforçada com a eleição de novos deputados onde pontificam, a partir de 1922, nomes como os de José Maria Braga da Cruz ou António de Oliveira Salazar”.

¹²⁷ BRANDÃO, Pedro Ramos, *Op. Cit.*, p. 52. “Cerejeira sabia que num sistema deste tipo a Igreja deixaria de ter um papel activo e perderia todo o seu poder, e isso assusta as elites católicas, tudo fazendo para que Salazar nunca enverede por uma linha dura como Hitler e Mussolini”.

esmagando as legítimas liberdades da pessoa humana e adorando a força»¹²⁸. Como afirma Pedro Ramos Brandão, o laicismo republicano tinha expulsado Deus da escola e até ao ano de 1930, o ensino religioso continuava a ser proibido nas escolas públicas. Esta situação impedia a Igreja de se impor adequadamente a nível educativo; a construção de uma classe de cidadãos que, na visão cristã da política, fundasse os princípios morais, era uma prerrogativa a manter viva, ainda por cima no contexto da instrução pública. Especificamente, os católicos denunciavam a ausência de moral que passara a existir na escola com o início da I República Portuguesa e da mesma forma, na procura ateuista do comunismo, em prejuízo da religião, bem como a ênfase nacionalista do fascismo, que sufocava a moral e o idealismo altruísta católico, não permitindo à Igreja exprimir-se em pleno nas instituições educativas e assim poder ensinar a Doutrina Cristã às novas gerações. A Igreja Católica continuava a sofrer os efeitos do Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911 de «Separação do Estado das Igrejas»¹²⁹, e não obstante as várias normas introduzidas com o sidonismo, os grupos católicos, sobretudo monárquicos do integralismo lusitano, a partir de 1914 estavam em luta contra o anticlericalismo difuso, que a I República tinha instaurado em Portugal.

Embora sendo favorável aos princípios da religião cristã, Salazar já em 1930, com a criação da União Nacional, aproveita para pôr fora da lei todas as organizações políticas, entre as quais, também, as católicas, aliás, a União Nacional torna-se a única organização política que está autorizada a existir. Salazar tinha crescido numa família extremamente religiosa e de condição bastante modesta que, após o ingresso do filho no Seminário de Viseu, aspirava a que este, um dia, se tornasse padre. A sua conduta morigerada e zelosa deu-lhe a oportunidade de ser um dos alunos preferidos do Diretor do Seminário e no ambiente de estudo, pela sua devoção à causa católica, foi chamado

¹²⁸ *Ibidem*, p. 22.

¹²⁹ TORGAL, Luís Reis, 2004, "A Igreja e o Estado no regime de Salazar entre a *separação*, a *concordata* e a *polémica*", em *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1ª República ao limiar do século XXI, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003*, Vila Nova de Famalicão, Museu Bernardino Machado, Editora Ausência, pp. 98-99. "Art 25.º *Qualquer ordem, congregação ou casa religiosa regular considera-se propriedade eclesiástica, edifícios ou templos em última instância propriedade do Estado. Para além das boas intenções de separação e de liberdade religiosa (por exemplo o artigo 3º), este documento propendia naturalmente....., proibia-se a publicação de quaisquer bulas pastorais e outras determinações da cúria romana, dos prelados ou de outras entidades sem o beneplácito estatal (artigo 181.º)*".

Padre Salazar¹³⁰. Quando, em 1905, se inscreve na Faculdade de Teologia, nos seus primeiros textos escritos, não esconde um radicalismo católico que, em nome da fé, incita os estudantes crentes ao «deslumbramento pela paixão de Cristo»¹³¹ aprendendo a «desconfiarem de algumas atitudes dos republicanos»¹³². Contudo, em 1910, ao invés de prosseguir os estudos religiosos para se tornar padre, decide de entrar na Universidade de Coimbra, matriculando-se no curso de Direito, continuando a luta contra o anticlericalismo da I República¹³³, convencido também desta maneira, de poder servir os ideais da Igreja e ser útil aos votos religiosos. Mesmo assim, é neste período que começa a fazer parte do Centro Académico da Democracia Cristã, no qual milita também o Padre Manuel Gonçalves Cerejeira e com o qual compartilha também, além de uma amizade destinada a prolongar-se no tempo, os mesmos ideais de liberdade religiosa, que conduzem ao primeiro protesto ativo contra as limitações aos cultos, que o Estado republicano procura de impor à Igreja Católica. O renascimento católico, pelo qual Salazar combate nesta altura, baseia-se na conceção de que os ideais da Doutrina Social da Igreja Católica podem contribuir para resolver os problemas políticos da sociedade, reconhecendo uma hierarquização do poder que encontra prioridade no que respeita à realização dos fins e dos interesses de cada pessoa. O eixo social do Estado Novo precisa de ser sustentado pelo cristianismo, para pôr em ordem e legitimar a finalidade do bem comum. Mas, como sublinha António Teixeira Fernandes: «Sob roupagens católicas estava em vias de emergir um governo autoritário. O Doutor

¹³⁰ NOGUEIRA, Franco, 1977, *Salazar, vol. I. A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida Editora, p. 19. “Logo nos primeiros anos de seminário, passa a ser conhecido por padre Salazar, título que não lhe desagradava”.

¹³¹ Brandão, Pedro Ramos, 1998, *Pressões da Igreja Católica Portuguesa em Salazar através do Cardeal Cerejeira*, Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, p. 25.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 36. “Salazar, após se ter matriculado no curso de Direito em regime livre para mais rapidamente acabar os seus estudos, começa a dar-se com um grupo de jovens católicos que, nos anos 1910-1911, se organizava numa tentativa de se opor e de reagir ao anticlericalismo da República e ao cerceamento da liberdade de culto. Tudo isto em volta de uma instituição católica, donde saíram pessoas com destaque público futuro, o Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), onde se destacava Manuel Gonçalves Cerejeira. Tinham características próprias como serem combativos, serem possuidores de um ideal e de uma fé ardente.

Salazar nesta altura, era conhecido dentro deste grupo de estudantes católicos como aquele que dominava a filosofia cristã e nela se impregnava profundamente e pelo facto de ler exaustivamente as encíclicas de Pio X. Era igualmente um conhecedor de matérias relativas à acção católica e à formação dos sindicatos cristãos.

Em 1911-1912, a Academia vivia uma certa exaltação e lutas ideológicas, nas quais Salazar e Cerejeira se tornam amigos íntimos, além de companheiros de ideal. Ambos frequentavam as casas de elites aristocráticas locais, como os Serras e Silva e os Perestrelos”.

Oliveira Salazar, em discurso de 30 de Julho, denuncia *as deficiências, abusos e vícios graves do individualismo, do socialismo e do parlamentarismo* e, do outro, *acentua-se a passividade dos Estados e a impotência dos Poderes Públicos no jogo das funções constitucionais*. Conta-se ele entre os que crêem que findou para sempre a época da *democracia parlamentarista*. Se a ditadura surge, é precisamente para pôr termo à *desordem nacional*, sendo *um dos expoentes dela o parlamentarismo e a desregrada vida partidária*. A ditadura aparece ainda como *indecisa, titubeante, irregular na marcha e na acção*, mas, com ela, ter-se-á saído de *uma das maiores desorganizações que em Portugal se devem ter verificado na economia, nas finanças, na política, na administração pública*. Pretende-se, por isso, com a acção governativa, colocar o país *no caminho da salvação e do ressurgimento*. Apresenta-se deste modo, a si mesmo, como grande salvador da nação»¹³⁴. Por esta razão Salazar achava fundamental a intervenção ideológica da Igreja Católica para sustentar a vida política da Nação, porque estava convencido de que cada poder constituído tinha de dotar-se de uma base religiosa e moral. Interessante, neste ponto, é entrar no cerne deste conceito que Salazar consegue conciliar com o poder político. Como afirma Luís Reis Torgal, Salazar «aceitava fundamentalmente a obediência dos católicos à Republica, podendo ser inclusivamente candidatos, republicanos ou monárquicos, como defendia também que eles poderiam e deveriam ter uma política própria, dado que os candidatos pugnarem portanto pelas liberdades da Igreja mas não pela cristianização das leis»¹³⁵. Já nos primórdios do pensamento salazarista em Coimbra, pode-se avisar uma demarcação decisiva e ao mesmo tempo interdependente entre poder do Estado e poder Temporal, uma correlação bilateral que, por um lado, não pode sair no estatismo ateísta e por outro lado, no estatismo teocrático. Parece que esta base religiosa e moral que Salazar quer colocar no meio da sociedade estado-novista, funciona como ponto de equilíbrio capaz de pacificar e ligar os vários pensamentos que entram na constituição de uma sociedade politicamente variegada por diversas correntes, mas, ao mesmo tempo, este ponto central não pode ser a agulha da balança. Como o mesmo Salazar disse: «o Centro não

¹³⁴ FERNANDES, António Teixeira, 2001, *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*, Porto, Rainho e Neves, p. 42.

¹³⁵ TORRAL, Luís Reis, 2004, "Igreja e Estado no Regime de Salazar entre a *separação*, a *concordata* e a *polémica*", em *Op. Cit.*, p. 103.

pode prescindir de candidatos próprios»¹³⁶, isto é, que Salazar, embora reivindicasse a necessidade de uma “liberalização” do pensamento católico nas estruturas sociais do Estado, desde o primeiro momento da sua atividade político-cristã, nunca esteve interessado na formação de um Estado católico. Não obstante, a ambiguidade que sempre caracterizou as declarações de Salazar e a propaganda do Estado Novo¹³⁷, pode-se encontrar neste assunto uma coerência total da atitude que Salazar sempre teve em relação ao papel que a Igreja Católica tinha que ter no interior da sociedade estadonovista. Uma coerência prosseguida durante toda a ditadura, desde o primeiro Congresso da União Nacional em 1934, quando Salazar declara as aspirações dum Estado Novo pouco totalitário e que, a nível social com a introdução da Constituição Corporativa de 1933, se está organizando economicamente num corporativismo definido cristão, mas, apenas moralmente, porquanto praticamente com a instituição da União Nacional e a criação dos Sindicatos Nacionais, além de desaparecer qualquer organização política, desaparecem também os sindicatos dentro dos quais os operários católicos se estão organizando¹³⁸. Não surpreende também a resposta que Salazar deu ao seu caro amigo Cardeal Cerejeira, como sublinha António Costa Pinto: «Ficou conhecida para a história o episódio entre Salazar e o seu íntimo amigo e companheiro de juventude, chefe da Igreja Católica portuguesa, durante o *Estado Novo*, o cardeal Cerejeira, quando este último lhe escreveu, lembrando-lhe que ele era primeiro-ministro, porque *emissário dos amigos de Deus*, respondendo-lhe Salazar, num discurso, que ele estava ali *por nomeação legal do Presidente da República*. Por outro

¹³⁶ *Centro Católico Português – Princípios e Organização*. Tese apresentada em 1922 por António Oliveira Salazar ao II Congresso do Centro Católico Português em Lisboa. Dois participantes muitos activos deste Congresso foram Salazar e Cerejeira. De facto Salazar embora provinha do CADC de Coimbra, por um breve período pertenceu em qualidade de deputado ao Centro Católico Português.

¹³⁷ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Ai Confini del Fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milão, Franco Angeli, pp. 100-110.

¹³⁸ REZOLA, Maria Inácia, “Católicos, operários e sindicatos”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, p. 108. “O novo regime é, de forma geral, bem acolhido pelas elites católicas que cedo irão integrar os quadros do regime. Salazar parecia oferecer garantias à maioria dos católicos de, pela posição e pelo ascendente no governo vir a resolver as pretensões católicas em matéria de política religiosa e em matéria de política social. Não será pois de estranhar a atitude colaborante da Igreja com o novo regime.

Um segundo factor que nos leva a falar no início de uma nova fase na vida do movimento operário católico prende-se com a saída da nova legislação tendente a constituir o Estado Corporativo. Isto porque a criação dos Sindicatos Nacionais representa, de imediato, o fim do sindicalismo livre e consequentemente a desmobilização dos católicos que estavam a organizar-se sindicalmente”.

lado Salazar, quando criou o seu partido único, apelou de imediato à dissolução do seu próprio partido do centro católico, o que provocou alguma tensão interna»¹³⁹.

Podemos afirmar que a atitude de Salazar era a de um católico que, em face ao Estado, conservava, com a Igreja, uma pequena matriz republicana, útil para manter com ela uma relação de colaboração não invasiva¹⁴⁰. Esta relação que Salazar impõe entre Estado Novo e a Igreja Católica explicaria aquela atitude “republicana” que Salazar conserva a respeito de alguns temas caros à Igreja, tais como a possibilidade de divórcio no caso dos casamento cívicos, ou a possibilidade de isenção do ensinamento religioso na escola pública, que se oferece aos pais dos alunos que fizerem tal pedido. A lógica política de colaboração dos católicos, prevista por Salazar no Estado Novo, distingue os católicos em bons, ou seja, os que contribuem para o prosseguimento da política nacional e os menos bons, quando interessados a inserir-se na vida política do Estado por meio da Igreja¹⁴¹. De facto, a oposição católica vai crescer após esta atitude de Salazar que continua ao longo da sua ditadura; talvez no início do Estado Novo os católicos não tivessem percebido que Salazar, apesar de ser porta-voz dos direitos das liberdades da Igreja, não tinha algum propósito em clericalizar politicamente o Estado. Uma vez dissolvido o centro católico, Salazar controlava os vários grupos subordinando e instrumentalizando as opiniões por meio de órgãos de censura, conseguindo, desta forma, limitar os protestos que provinham da área democrata-cristã. Como evidencia Manuel Braga da Cruz: «Tais resistências começaram por existir internamente no próprio Centro Católico, por parte de sectores inconformes com o menosprezo que

¹³⁹ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 e do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, pp. 40-41.

¹⁴⁰ ROSAS, Fernando, 2012, *Salazar e o poder. A arte de saber durar*, Lisboa, Edições Tinta da China, p. 263. “A Constituição de 1933, fruto que fora, como vimos, do compromisso genético do Estado Novo, no tocante às relações do Estado com a Igreja, ia até onde, aparentemente, podia ir: mantinha o regime de separação do Estado e da Igreja e reafirmava o carácter laico do Estado e do ensino público”.

¹⁴¹ TORGAL, Luís Reis, 2004, “Igreja e Estado no Regime de Salazar entre a *separação*, a *concordata* e a polémica”, em *Op. Cit.*, pp. 104-105. “Na entrevista famosa a António Ferro de 1932-1933, da que já extraímos as ideias anteriormente apresentadas, Salazar afirma desassombadamente que, apesar ter sido um dos fundadores do Centro Católico – que, como vimos tinha uma intenção política – entendida que ele poderia transformar-se e passar a ter uma *acção puramente social* e referia-se assim, ao *partido único* do regime, em fase de construção: *A União Nacional fez-se, precisamente, para destruir o espírito de partido ou de facção, esteja onde estiver. Os católicos desejarem colaborar com o seu patriotismo na vida política da Nação, sabem portanto, qual melhor caminho a seguir*”.

Salazar, agora no poder, lhe votava e com a sua própria dissolução enquanto organização política»¹⁴².

Começa a delinear-se em 1933 uma aversão a Salazar, primeiro por parte dos democráticos que acusam os católicos de ter traído a democracia a partir do momento que passam a suportar Salazar, depois pelos próprios católicos, que começam a considerar a Igreja subordinada ao interesse nacionalista do Estado Novo. Efetivamente Salazar não tinha nunca escondido a vontade de centralização do poder, tudo tinha que ser subordinado aos interesses do Estado Novo e esta exigência claramente, além de atuar como censura, atuava como um controlo social que dificilmente permitia a organização coletiva de movimentos estranhos à causa do regime. Já em 1933 o Cardeal Cerejeira¹⁴³, por meio de uma carta enviada ao Presidente da República, lamentava-se do carácter anti-confessional que fundava o Estado Novo, o qual, embora não abandonasse os princípios ideológicos pertencentes ao mundo católico, se apresentava juridicamente como um Estado laico. Também neste caso podemos perceber nas palavras do ditador, por meio de uma entrevista de António Ferro a Salazar, como o conceito religioso era funcional para o não conotar politicamente, mas sim moralmente o Estado Novo: «Eu sei, evidentemente, que os grandes homens, os grandes chefes, os grandes ditadores não se embaraçam com preconceitos, com fórmulas, com preocupações de moral política. Para consolidarem o seu poder pessoal, para o aumentarem, são capazes de todas as audácias, de todas as mutações, de mudar o próprio regime, como fez Napoleão, em meia dúzia de horas, ficando com a sua consciência tranquila.....

E numa queda brusca, reentrando no ritmo habitual da sua voz quieta, como que a desculpar-se:

¹⁴² CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, Nota de rodapé nº 6, p. 19.

¹⁴³ REIS, Bruno Cardoso, “O Catolicismo e o Estado Novo na História Religiosa Contemporânea”, p. 272, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XXI, 2009, pp. 263-282. “Será, em todo o caso, preciso esperar por 1932 para ver Salazar assumir a chefia do governo, e por 1933 para o seu modelo de regime se ver consagrado.

Mas o que importa é que, em termos das relações da Igreja Católica com o regime que assim ia emergindo como um Estado Novo, tudo ficará ainda pendente durante anos de um acordo mais global. Uma Concordata. Ora as negociações concordatárias – com o papado naturalmente com um protagonismo fundamental, mas com o cardeal patriarca Cerejeira a ter um papel de relevo – só após muitas hesitações e pressões se iniciaram, em 1937. E apenas viriam a estar concluídas em 1940, salvas *in extremis* de um de vários percalços que ameaçaram descarrilá-las. Portanto, pode dizer-se que entre 1926-1940 se vai construindo, num clima de relativa acomodação, mas não sem algumas dificuldades, um estado novo nas relações entre o catolicismo e o Estado português”.

– Mas – lá vai uma confissão impolítica – eu não aspiro a tanto... Sou um simples professor que deseja contribuir para a salvação do seu País, mas que não pode fugir, porque a sua natureza não lho permite, a certas limitações de ordem moral, mesmo no campo político.....»¹⁴⁴. O apelo de Salazar aos portugueses de boa vontade e de boa fé encarna o pensamento do ditador face à Igreja Católica, a sua mensagem é clara: a ação política do Centro Católico, não pode coexistir dentro das instituições do Estado Novo, a moral religiosa pode exprimir-se apenas sob forma de ação social. Salazar exige da Igreja Católica a colaboração dela para legitimar o objetivo do bem comum, mas mesmo assim, como afirma Manuel Braga da Cruz, este sustentamento resulta à vantagem de um Estado *Catolico*¹⁴⁵, isto é, o catolicismo que sustenta as bases ideológicas do Estado Novo não vem declarado como religião de Estado. A consagração da separação do Estado Novo da Igreja Católica e de qualquer outra religião ou culto¹⁴⁶ exige-se para alcançar os fins de estabilidade social e até para poder reconhecer a liberdade de expressão pública, ou particular, de todas as religiões, quando compatíveis com os bons costumes e com a integridade física das pessoas¹⁴⁷. Por outro lado, como sublinha Manuel de Pinto Ferreira, o mesmo artigo 45 da Constituição da República Portuguesa permitia aos crentes de qualquer religião de «organizar-se livremente, de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo, por essa forma, associações ou organizações a que o Estado reconhecia existência civil e personalidade jurídica»¹⁴⁸. Por esta via, a Igreja Católica, além de ser reconhecida juridicamente, pode organizar-se livremente estruturando a sua hierarquia e a disciplina conforme à estruturação eclesiástica. A inversão de tendência, relativamente às sanções e aos impedimentos cívicos que a I República tinha imposto à religião em geral e à Igreja Católica em específico, era reforçada com o art. 47: «preceituava-se que nenhum templo, edifício, dependência ou objecto de culto afecto a uma religião poderia ser destinado pelo Estado a outro fim»¹⁴⁹. Pensamos que nos artigos 45, 46 e 47 estejam a essência da relação que Salazar quis consolidar entre Estado Novo e Igreja Católica. Mas, ainda que quase a totalidade dos portugueses fossem católicos, é claramente um culto de religião, em geral, que não podia limitar o adiantar as exigências da Nação. De facto Salazar, mais

¹⁴⁴ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁴⁵ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, p. 92.

¹⁴⁶ Art. 46º Constituição da República Portuguesa de 22 de Fevereiro de 1933.

¹⁴⁷ Art. 45º Constituição da República Portuguesa de 22 de Fevereiro de 1933.

¹⁴⁸ FERREIRA, Manuel de Pinho, 2004, *A Igreja e o Estado Novo*, Porto, Fundação Spes, p. 168.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 169.

de uma vez, tinha feito notar aos católicos, que embora a História fosse cheia de confrontos entre Estado, Clero e Cúria Romana, nunca se tinha verificado acidentes entre Nação e Igreja, nunca se verificou uma rebelião coletiva contra a fé, por meio da Nação, por isso, «explicava Oliveira Salazar – olhando o comportamento da Igreja com os Estados ao longo da História, verificava-se ela seguir permanentemente uma determinada política fundada em princípios imutáveis, mas suscetíveis de se amoldarem às circunstâncias especiais da vida dos povos»¹⁵⁰. Não surpreende que ao alcançar a Concordata esta fosse condicionada por Salazar, em nome da exigência prioritária em prosseguir um acordo que, entre as partes, fosse vantajoso para a ordem constituída pelo Estado Novo, garantindo também uma formação patriótica do clero destinado a cobrir as mais altas cargas eclesiásticas.

A luta pelo poder político que a Igreja Católica tinha empreendido contra a I República que, por meio do Decreto-Lei de 20 de Abril de 1911¹⁵¹, deixou de considerar a Religião Católica como Religião de Estado, limitava a liberdade da Igreja, além de ser despojada dos seus bens eclesiásticos. Com a Concordata assinada no Vaticano a 7 de Maio de 1940, a Igreja Católica conquista o reconhecimento jurídico por parte do Estado e o seu ordenamento interno regulado pelo Direito Canónico, por meio do qual pode constituir associações com efeito civil e em parte, recuperar alguns bens subtraídos pelo governo republicano. Reconstituída oficialmente a liberdade religiosa, como afirma Fernando Rosas: «a Concordata de 1940 formaliza um regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja, mas com subordinação funcional da Igreja Católica aos objetivos políticos e ideológicos do Estado Novo»¹⁵². A Igreja parece desenvolver um papel de legitimação ideológica do regime, o qual servindo-se dos alicerces atemporais da religião, procura congelar os ideais conservadores do Estado Novo¹⁵³. De facto conjuntamente aos benefícios fiscais, a Igreja Católica pode entrar novamente no contexto educativo da escola e o ensino religioso torna-se assim um instrumento ideológico, que Salazar utiliza para reforçar nas novas gerações, os princípios

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 351.

¹⁵¹ Art. 2º da Lei de Separação do Estado das Igrejas: “Todas as confissões religiosas incluindo a Igreja Católica são autorizadas pelo Estado como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português”.

¹⁵² ROSAS, Fernando, “Estado e Igreja em Portugal: do Salazarismo à Democracia”, em *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, nº 33, dez. 1999, p. 25.

¹⁵³ CARVALHO, Rita Almeida de, *Op. Cit.*, p. 612. “Trata-se de uma *Concordata de separação*, porque não restabelece a confessionalidade do Estado, embora se concedam alguns privilégios à Igreja Católica podendo até falar-se numa *colaboração estreita* entre o poder religioso e o poder secular”.

nacionalistas e conservadores, lacrados na Moral Católica. Como salienta João Miguel Almeida: «A Igreja Católica tem toda a liberdade desde que a não exerça contra o regime; se a Igreja acaso tomasse posição contra o regime, essa atitude seria contranatura e antinacional, pois o regime é a institucionalização da Nação e a Nação é naturalmente, desde a sua génese há oito séculos, cristã e católica. A representação da Igreja é simétrica a auto-representação do regime: também para os estadonovistas seria antinatural tomar posição contra a autêntica Igreja e a autêntica Nação»¹⁵⁴. Além da relação privilegiada de livre expressão que a Igreja Católica beneficia dentro do Estado Novo, o mesmo autor põe em evidência, também, o papel da Concordata, útil ao equilíbrio da sociedade estado-novista: «o cardeal – patriarca é uma presença assídua nas comemorações de carácter ideológico como um instrumento da *frente nacional* que estabelece as áreas específicas de actuação e os modos de colaboração entre o poder temporal e espiritual. O acordo, dado o carácter católico da Nação e nacional do regime, é apresentado como correspondendo à *ordem natural das coisas*»¹⁵⁵.

Em troca, a Igreja, além de receber o reconhecimento jurídico e a proteção do Estado, alarga a sua influência nas colónias e a sua competência assistencial nas Misericórdias, reforçando, no imaginário coletivo aquela tradição nacional, que se concretiza na Doutrina Social da Igreja durante a História de Portugal. A legitimação ideológica não pode prescindir do ensino religioso nas escolas públicas e privadas, de facto, o objetivo de cristianizar a escola portuguesa, bem se associa à exigência em contrapor o novo credo estado-novista, aos ideais republicanos e liberais a remover no contexto escolar¹⁵⁶. O ensino precisa duma formação moral que procura a valorização

¹⁵⁴ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, p. 31.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 31-32.

¹⁵⁶ PINTO, António Costa – MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2000, “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, em PINTO, António Costa (coord.), *Op. Cit.*, pp. 240-241. “O ciclo Fundação-Expansão-Restauração dominou quase exclusivamente a memória histórica oficial, sendo obviamente reorganizado na sua etapa final: após um século de decadência em que o laicismo, maçonaria e liberalismo dominaram, só a chegada do Estado Novo providencial inaugurava uma nova fase de renascimento nacional. A depuração dos heróis construídos pelo magna nacionalista de finais do século XX, reflectiu-se sobretudo na eliminação de quase todos os que remetiam para período liberal e mesmo para alguns do Antigo Regime (com o grande problema do Marquês Pombal que ocasionou inúmeras polémicas e hesitações) e na divinização dos símbolos medievais e dos descobrimentos. Nuno Alvares Pereira, o Infante D. Henrique, D. João II, adquiriram tons mais religiosos e dilatadores da fé e do império, este último entretanto despojado de qualquer valor material ou comercial. Ao mesmo tempo que se davam passos importantes para a construção e ritualização do espaço sagrado de Fátima acentuavam-se os milagres históricos, quer os mais guerreiros, como o de Orique, quer os mais sociais, caso dos da realeza feminina. Restauraram-se também os elementos rejeitados pelo nacionalismo

do sentido religioso para inculcar nos alunos a vontade prática cristã¹⁵⁷. Isto sem esquecer que a Concordata nasce num contexto de aproximação entre Estado e Igreja, que reivindica a necessidade de criar as condições sociais favoráveis à consagração dum Estado corporativo, animado por um sentimento patriótico-religioso de base dos portugueses. Como salienta António Costa Pinto: «A estreita associação igreja/estado no salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político Igreja/regime, desde o corporativismo ao antiliberalismo e anticomunismo»¹⁵⁸.

Mas, tal como aconteceu em Itália, as relações com a Igreja, apesar da Concordata, não foram muitas serenas. No acordo entre Estado fascista e Vaticano a imagem de Mussolini saiu reforçada, além de internacionalmente, sobretudo, a nível nacional, com a aquisição dos votos dos católicos para completar politicamente a legitimação do *Partito Nazionale Fascista*, legitimação que o *duce* procurava por meio do Plebiscito¹⁵⁹, como bem evidência John F. Pollard, quando descreve as relações entre Vaticano e Mussolini, que se torna o interlocutor direto, após a morte imprevista do advogado Pacelli, até àquele momento, o intermediário da negociação em curso. Após o acordo com a Igreja, uma vez alcançado o consenso católico necessário ao Plebiscito, Mussolini não hesita expor-se à *Camera* e ao *Senato* declarando aspetos da sua oposição claramente anticlerical conformemente ao pensamento da sua corrente política. Da

republicano e alvo de batalhas ideológicas durante a República liberal, com destaque para a Inquisição e as Ordens religiosas”.

¹⁵⁷ CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *António Oliveira Salazar – Manuel Gonçalves Cerejeira. Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo dos Leitores, Nota de rodapé nº 4, pp. 245-246. “Nos termos do artigo 21.º da Concordata portuguesa de 1940, 1 – O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina moral cristã, tradicionais do País. Consequentemente, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares e médias aos alunos cujos pais, o quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção. 2 – Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores e de correcção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos. 3 – Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela, em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas”.

¹⁵⁸ PINTO, António Costa, 1992, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 127.

¹⁵⁹ POLLARD, John F., 1985, *The Vatican & Italian fascism 1929-1932. A study in conflict*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 57. “The 1928 law also laid down that the *Plebiscite* had to take place not later than the end of April 1929. This explain Mussolini’s anxiety to complete the negotiations for the Lateran Pacts as soon as possible in the New Year. In this way he was able to ensure, that his ere a text diplomatic triumph would have the fullest impact upon the electorate and he was also able to make use at the Vatican’s pledge to mobilize Catholic vote on his behalf”.

mesma forma, Giovanni Gentile¹⁶⁰, num artigo da *Educazione Fascista*, afirma que o acordo por meio da *Conciliazione* é apenas um requisito útil à implantação estável do Estado fascista. O mesmo rei, no discurso de inauguração do Parlamento, tinha mostrado a sua perplexidade pelo desenvolvimento concreto da Concordata, que precisava da promulgação dos decretos de atuação para alcançar uma eficácia verdadeira. O mito de regeneração total dos italianos, organiza-se em nome da “religião” do Estado fascista, em que a Igreja, por um lado e a Monarquia, por outro, se tornam, praticamente, o apoio de base da unidade política e moral útil para erguer a estrutura sobre a qual se vai apoiar o regime¹⁶¹ de Mussolini, que se preocupa em inserir no sistema educativo os sacerdotes que simpatizam com a ideologia fascista. Também em Portugal, as perplexidades maiores dos católicos originavam-se no âmbito educativo. Tal como sublinha Rita Almeida de Carvalho, seis anos depois da Concordata, o Cardeal Patriarca, envia uma carta ao Ministro da Educação Doutor Caeiro da Mata, nela juntando a sua preocupação pelos efeitos da Reforma dos Liceus: «Leio nos jornais que V.Exa. declarou ter pronta a Reforma dos Liceus e que esta sairia brevemente publicada.

Permita-me que volte ao assunto importantíssimo, para a Igreja e para o Estado do ensino da Religião e da Moral»....«O regime ainda em vigor representa apenas uma tentativa generosa mas insuficiente, para introduzir o ensino religioso na escola pública, chamando a Igreja a colaborar com o Estado na obra de educação nacional. É anterior à Concordata; na altura em que foi introduzido, foi-me dito que era preciso esperar pela Concordata para aperfeiçoar e concluir a obra começada»....«Mas já não se compreenderia se a reforma do ensino que se anuncia não tomasse as medidas necessárias para que o ensino religioso e moral seja eficazmente ministrado.

¹⁶⁰ MILZA, Pierre, 1986, *Op. Cit.*, p. 113. “Titulaire de la chaire de philosophie des Universités de Palerme (1906-1914), de Pise (1914-1917) et de Rome (à partir de 1917), le philosophe sicilien se rattachait, comme son maître Benedetto Croce, au grand courant idéaliste d’inspiration hégélienne. Collaborateur pendant près de vingt ans de la revue *La Critica*, il avait développé un *idealisme actualiste*, dont il crut voir la réalisation historique dans le fascisme. Entre 1914 et 1920, il mit en forme les thèmes essentiels de sa pensée politique, notamment sa théorie de *l’Etat éthique*. L’Etat, incarnation juridique de la Nation, était à ses yeux l’entité à travers laquelle les valeurs morales se transformaient en lois civiles. Seule l’instauration d’un Etat totalitaire lui paraissait pouvoir garantir le respect de la liberté de l’individu car, écrivait-il, *le maximum de liberté coïncide toujours avec le maximum de force de l’État*”.

¹⁶¹ TARCHI, Marco, 2013, “O passado fascista e a democracia na Itália”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *O passado que não passa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 48. “Apesar de deixar à monarquia grande parte das suas prerrogativas, incluindo o controle efetivo das Forças Armadas, e de garantir à Igreja Católica considerável espaço de manobra, o fascismo expressou a sua vocação totalitária infiltrando-se na sociedade civil”.

Ora estas condições faltam presentemente: – faltam quanto aos tempos do ensino, quanto às garantias pedagógicas e disciplinares, quanto à situação material e moral dos professores»....«E confio em que V.Exa., que tão eloquentemente tem definido os princípios da civilização cristã, resolverá definitivamente um problema em que está empunhada a honra de Portugal e a salvação da mocidade portuguesa»....«Este ponto de uma eficaz formação cristã nas escolas portuguesas é o ponto basilar de toda, a obra educativa. Deve ser o mais cuidadosamente tratado na nova reforma. Pede-o o 93% da mocidade portuguesa. Se fosse desprezado ou só minimizado, o Estado português trairia as suas promessas e as suas obrigações. Toda a sua obra acabaria por ruir tragicamente. Portugal terminaria por perder a sua alma cristã tradicional»¹⁶². Sobretudo a Mocidade Portuguesa, que o Ministro Carneiro Pacheco instituiu em 1936, tal como ele disse pela defesa do Estado, preocupou muito a Igreja Católica, pela relação estrita que esta organização juvenil teve inicialmente com a *Hitlerjugend*¹⁶³. A “recristianização” necessária, após a experiência da I República Portuguesa exigia um cuidado especial sobre a educação juvenil, também porque, entre os anos de 1934 e o 1935, com a nomeação de Eusébio Tamagnini¹⁶⁴, a Ministro da Instrução Publica, a escola se

¹⁶² CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *Op. Cit.*, Documento nº 43, Lisboa 24 de Junho de 1946, pp. 245-247.

¹⁶³ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp. 569-570. “A partir de 1935, os Alemães aumentaram os seus esforços para estabelecerem contactos entre a *Hitlerjugend* e o movimento de juventude português, até ao ponto de obterem um virtual monopólio nos intercâmbios entre a Mocidade Portuguesa e movimentos de juventude estrangeiros, chegando mesmo a influenciar a evolução dela. Promotores desse processo de aproximação foram, da parte alemã, os representantes diplomáticos da Alemanha em Portugal, o representante do partido Nazi em Portugal, W. Berner (mais tarde substituído pelo *Auslandskommissar für Spanien und Portugal*, F. Burbach), e o director do Gremio Luso-Alemão, Roth, em colaboração estreita com o *Reichministerium für Volksaufklärung und Propaganda* de Joseph Goebbels, e da parte portuguesa, os ministros da Educação Eusébio Tamagnini e Carneiro Pacheco, o presidente da Acção Escolar Vanguarda (a partir de Janeiro de 1935), António Almodôvar, o primeiro comissário nacional da Mocidade Portuguesa, Nobre Guedes, e o director dos serviços de intercâmbio da mesma organização, José Soares Franco”.

¹⁶⁴ PIMENTEL, Irene Flunser, “O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX”, em *História*, Ano XX, n. 3, Junho de 1998, p. 23. “Em Maio de 1936, o professor Gonçalves Pereira proferiu, no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, uma conferência onde rejeitou as limitações quantitativas da população ao mesmo tempo que defendia as limitações qualitativas, para evitar o nascimento de *seres inferiores, tarados, degenerados, incapazes*. Para aumentar a população portuguesa, sugeriu a introdução, pelo Estado, de medidas assistenciais, de protecção às famílias numerosas e de *valorização demográfica em harmonia com as sãs indicações eugénicas*. Para propagandear estas ideias e responder à *necessidade de se criar uma geração mais forte*, foi fundada, em 9 de Dezembro de 1937, a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, inaugurada durante as Comemorações Centenárias da Universidade de Coimbra com a presença de representantes de vários países, entre os quais o alemão Eugen Fischer, director do Instituto de Antropologia Kaiser Wilhelm, de Berlim (*Diário de Coimbra*, 10/12/37). No discurso inaugural da sociedade, Eusebio

caracterizava por uma contribuição “educativa” fundada no eugenismo. De facto, o novo Ministro¹⁶⁵ atuou com uma forte seleção para o apuramento da raça, sobretudo nos Liceus do país em que o acesso foi regulado por uma série de exames médico-anthropomórficos e de testes psicológicos e de medição da inteligência¹⁶⁶. Também neste caso podemos encontrar as origens de um comportamento muito cauto que Salazar, com vagar, constrói na relação com a Igreja Católica. Não obstante, a nomeação de Carneiro Pacheco, para o Ministério da Instrução Pública, que é favorável à cristianização da escola, os propósitos educativos dos católicos, têm que enfrentar as reais condições de organização das comissões escolares, que se ocupam da revisão dos conteúdos dos programas dos livros de textos. Salazar nomeia um número elevado de católicos dentro da Comissão principal do Conselho Superior de Instrução Pública, dando assim a ilusão aos católicos de poderem guiar e endereçar os ideais religiosos e os programas escolares. Mas a situação verdadeira é bem diferente, porque a consistência específica dos católicos nas várias subcomissões é praticamente inexistente, sendo a composição de cada comissão muito heterogénea na conotação ideológica, como, por exemplo, monárquicos, republicanos e burocratas do aparelho estadual. De facto, sobretudo os textos destinados aos Liceus continuavam a ser de clara matriz liberal e os grandes personagens indicados como heróis da Gloriosa História de Portugal, frequentemente estavam ligados ao período liberal ou republicano¹⁶⁷. Como sublinha Bruno Cardoso

Tamagnini traçou um quadro negro de Portugal, onde, segundo ele, os *indivíduos inferiores* se multiplicavam, prejudicando o nível geral da massa”.

¹⁶⁵ Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação foi Ministro da Instrução Pública entre 23 de Outubro de 1934 e 18 de Janeiro de 1936, data em que foi substituído por Carneiro Pacheco, que a 11 de Abril de 1936 inaugurava o Ministério da Educação Nacional.

¹⁶⁶ RODRIGUES, Jorge de Sousa, 2004, *O ‘Assalto’ dos católicos nacionalistas ao aparelho escolar portuguesas (1930-1942)*, Évora V Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, Igreja, Estado e Sociedade Civil, p. 12, nota de rodapé 48. “Muitas medidas de Eusébio Tamagnini derivaram da sua forte militância a favor do eugenismo, da selectividade para apuramento da raça, e do elitismo. Nos anos lectivos de 1934-35 e de 1935-36 foram criados os exames de admissão aos liceus e todos os alunos entrados nestes estabelecimentos de ensino tiveram de submeter-se a medições antropomórficas, testes psicológicos e de inteligência. Por outro lado notou-se uma intensificação da obrigatoriedade do comemorativismo nacionalista obrigatório nos liceus e escolas técnicas: sessões solenes de abertura, 1º de Dezembro, semana colonial, aniversário da entrada de Salazar no governo, 28 de Maio e outras, numa clara tentativa de exacerbação da formação nacionalista e colonial”.

¹⁶⁷ *Ibidem*, pp. 10-11. “A secção do Ensino Secundário, respeitante aos liceus, também sofreu alteração da sua composição, e teve alguns professores agregados para efeitos de apreciação de livros. Os acontecimentos relacionados com o concurso de livros, aberto em 1931, demonstram que ainda havia um longo caminho a percorrer, até que os conteúdos do ensino servissem os objectivos do alegado ressurgimento nacional, evocados pelas correntes nacionalistas, e, em especial pelos nacionalistas católicos. O concurso arrastou-se até 1934, sendo depois anulado devido a uma grande diversidade de irregularidades. De uma maneira geral, não foram cumpridos os parâmetros previamente definidos para

Reis: «Recorda-se que Salazar tivera de aceitar o *status quo* em termos de separação Igreja/Estado para poder aceder ao governo em 1928, porque um dos grupos mais importantes no seio dos militares que tomaram o poder em Maio de 1926 era o dos que consideravam que o laicismo era tão constitutivo da república com que se identificavam como um chefe de Estado não hereditário. Ora, apesar do seu poder crescente Salazar não queria alterar esse *status quo* sem se assegurar de algo que lhe parecia essencial para garantir a viabilidade do seu projecto político: que não aparecesse como clerical, tal como não podia permitir-se ser apresentado como monárquico. É que se necessitava do apoio de católicos e monárquicos, não podia alienar os laicos conservadores e republicanos que tinha aceite colaborar com ele o que davam um importante suplemento de legitimação ao regime que ele queria estabelecer e consolidar, tornando bem mais complicada a tarefa de mobilização de descontentamentos por parte da oposição republicana tradicional - afastada do poder em 1926 -, onde pesava o anticlerical, e que procurava mobilizar precisamente esses fantasmas»¹⁶⁸. Por isso, não obstante a Concordata ter favorecido a penetração religiosa no sistema educativo português, os programas de estudos destinados à Instrução Cívica e Moral, fatigavam-se a conter as contribuições ideológicas de natureza religiosa. Isso confirma uma atitude de Salazar muito preocupada em conservar uma matriz nacionalista e patriótica, que também na escola era procurada pelo ditador. A contribuição religiosa deveria substituir os ideais da I República perigosos ao regime estado-novista, dando uma “nova” cara ao nacionalismo patriótico por meio da “proteção” da fé. Mas, como em todos os outros sectores do estado Novo, Salazar prezava cumprir as suas transformações de forma lenta e gradual, a pouco a pouco, sem impor grandes mudanças improvisadas. Como salienta António Nóvoa: «As preocupações com a formação moral e cívica dos alunos atravessam todo o currículo, prolongando-se numa vertente curricular autónoma (Educação Moral e Cívica, Organização Política e Administrativa da Nação, Religião e

aprovação. Por outro lado, não foi utilizado qualquer condicionalismo ideológico na análise dos livros, à excepção de um relator agregado à secção, Alfredo Pimenta, um monárquico radical, que criticou muito severamente a orientação dos livros de História e Filosofia que lhe foram distribuídos. No ensino técnico desta época, os conteúdos exclusivamente profissionais não causavam problemas de maior na aprovação, mantendo-se os livros já aprovados há anos. Pode, portanto, concluir-se que, apesar das medidas tomadas para o controlo do aparelho escolar e das orientações definidas pela Comissão Central do CSIP, a passagem de Cordeiro Ramos pelo Ministério, não obstante ter durado vários anos, não conseguiu alterar, de forma mínima, a essência dos conteúdos expressos nos programas e manuais, que continuaram a ter nítida influência liberal e republicana”.

¹⁶⁸ REIS, Bruno Cardoso, “A Concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de Março de 1937”, pp. 189-190, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XII, 2000, pp. 185-220.

Moral) e, sobretudo, nas atividades da Mocidade Portuguesa. A força do Estado Novo reside na capacidade para se apropriar de *valores atemporais* que, uma vez reintegrados no ideário nacionalista, traduzem uma efetiva *invenção da tradição*¹⁶⁹. O cariz de um espírito nacionalista, através da utilização de personagens históricos, torna-se um objetivo pedagógico de prioridade e a criação de uma Alma Nacional, não pode prescindir do desenvolvimento de um sentimento nacionalista coletivo. A disciplina e a ordem são a perspetiva educacional funcional ao equilíbrio estabilizador, que se manifesta no carácter autoritário do Estado Novo, no qual os ideais religiosos têm o papel de dar unidade moral dentro da sociedade. Ser bom cidadão equivale a ser um bom cristão, os preceitos da Igreja ajudam a disciplinar eticamente as novas gerações e com o apoio da Mocidade Portuguesa ao aparelho escolar Salazar lacra no sistema educativo a relação recíproca entre sentimento nacionalista e princípio religioso, relação em que o primeiro adquire os crismas da moralidade cristã e o segundo dota-se daquelas virtudes cívicas, que são úteis ao bem comum da Nação. O Decreto-Lei n.º 27 031 de 4 de Dezembro de 1936 afirma claramente no 1º artigo, 1ª alínea, que: «a Mocidade Portuguesa deve abraçar integralmente a juventude portuguesa, assumindo a responsabilidade de promover entre os seus filiados, além que a educação física e militar, também a educação moral». Na 2ª alínea é especificado que: «a Mocidade Portuguesa cultivará entre os seus filiados a educação cristã de base». Portanto, face aos jovens, a moral a promover dentro da organização é necessariamente cristã. Deste modo, Salazar põe fim à esperança dos católicos de clericalizar o aparelho educativo estatal e assim, não é a Doutrina Moral da Igreja Católica a ser reconhecida oficialmente, mas sim, a Doutrina Moral Cristã. Sintomáticas são as palavras que Carneiro Pacheco pronuncia a 24 de Maio de 1936 a respeito do papel que a Mocidade Portuguesa deve ter dentro da escola: «Por isso a escola e a Mocidade Portuguesa terão também uma finalidade interior, dirigida à energia moral, para formarem, e em caso nenhum desfazerem, a estrutura cristalina de almas guiadas pela elevada preocupação do seu destino. Integrar-se-ão ambas na orientação espiritual que o Estado Novo, em nobre fidelidade ao passado e com larga visão do futuro, constitucionalmente definiu: contra o paganismo e pela moral cristã.

¹⁶⁹ NÓVOA, António, 2005, *Evidentemente. História da Educação*, Porto, ASA Editores, p. 115.

Deus e Pátria andam juntos desde que Portugal nasceu...»¹⁷⁰. Após ter relato as palavras de Carneiro Pacheco, Luís Viana continua na sua análise: «Esta Moral Nacionalista e Religiosa virá, anos mais tarde, no I Congresso da MP (que ao tema da Formação Moral destinará a sua secção B), a ser, de forma clara, defendida por alguns dos participantes no encontro. Encontra-se neste caso o congressista da Beira Alta, Melo e Castro, que afirma ser necessário promover este tipo de educação na MP e na Escola. Tarefa que no, seu entender, até nem seria muito difícil já que o português, aliava à sua condição tradicional de cristão o facto de ser *estruturalmente nacionalista* (*I Congresso da MP*, p. 130)»¹⁷¹. Isto é, segundo Marcelo Caetano, condição de cristão que deve conformar-se às orientações ideológicas definidas pelo Estado Novo¹⁷².

Salazar tinha procurado o apoio da Igreja para fortalecer o Estado Novo, mas, embora não permitindo aos expoentes católicos intrometerem-se na vida política do país, procurava evitar o seu distanciamento das posições ideológicas do regime, dando garantia de plena expressão religiosa na sociedade¹⁷³. A marginalização política da Igreja contrapõe-se, porém, às denúncias de oposição que provêm do mundo católico, para com o Estado Novo. A “recristianização” da sociedade, posta em ato, após as limitações da I República Portuguesa, exige uma restauração religiosa, em razão de trazer de volta uma autonomia perdida anteriormente. Este objetivo pressupunha o superar das divisões internas, que tinham distinguido as diversas posições em oposição ao governo republicano. Neste sentido a Acção Católica tornava-se a resposta à unificação dos vários movimentos religiosos que, por meio da sua dinamização, podiam combater as ações repressivas do Estado contra a religião. A iniciativa da Igreja de criar

¹⁷⁰ VIANA, Luís, 2001, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu. Lá vamos contando...(1936-1974)*, Lisboa, EDUCA, p. 81.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Ibidem*, p. 82. “Até Marcelo Caetano, quando em esforço retórico de explicar as diferenças entre a MP e uma organização católica, reconhece que a formação moral da MP é inspirada nos princípios cristãos de acordo com a orientação definida pelo Estado e em respeito dos valores tradicionais da maioria dos seus filiados católicos”.

¹⁷³ REBELO, José, 1998, *Op. Cit.*, pp. 142-143. “Como explica na mesma intervenção pública de 23 de Novembro de 1932, três razões poderiam justificar essa incursão, em princípio inconveniente, da Igreja, ou de estruturas a ela ligadas, em domínios de ordem temporal: a negação, por parte do Estado, das liberdades fundamentais; o encorajamento de práticas objectivamente anti-religiosas, a coberto de uma aparente neutralidade oficial; a ausência de limitações morais ao exercício das actividades políticas. Visto que nenhuma dessas condições se verificaria, já, na sociedade portuguesa, o Centro Católico teria perdido a sua razão de ser”.

em Portugal um movimento de ação¹⁷⁴, contra o laicismo repressivo, tomava inspiração da falência que a Acção Católica tinha sofrido em Itália, após que Mussolini, com a intenção de *fascistizzare* o movimento católico, em 1931, tinha fechado todos os círculos de juventude católica, acusando-os de exercitarem uma atividade política. A criação da Acção Católica em Portugal nasce pela vontade de definir um sistema de reorganização do catolicismo português, sobretudo como utilização de ponto de partida para redefinir o quadro social no qual os católicos tinham perdido terreno anteriormente à chegada do Estado Novo. Como bem evidencia António Costa Pinto: «A Acção Católica Portuguesa (ACP) foi criada em 1933 pelo episcopado e seria, por muitos anos, uma garantia de uma autonomia colaborante com o salazarismo e as suas instituições, particularmente nas corporativas. Estreitamente dependente da hierarquia e interpretando-se com algumas organizações governamentais, os organismos católicos constituíram um poderoso instrumento de socialização conservadora, com pólos esporádicos de dissidência, particularmente a partir de 1945»¹⁷⁵. O apelo à união e à disciplina confirma aquele aspeto tão procurado por Oliveira Salazar, que com a instituição da Mocidade Portuguesa dava à escola uma estrutura concretamente disciplinada, coadjuvada pelo aspeto moral da religião cristã. A hierarquia católica, em face aos conflitos sócio-políticos vividos durante a I República, encontrava uma sistematização clara dentro do regime autoritário do Estado Novo, onde a restauração cristã acompanhava um processo nacionalista de regeneração moral de Portugal inteiro. Como sublinha Manuel Braga da Cruz, na I Semana Social Católica em Lisboa em Junho de 1940 participaram muitos professores universitários empenhados no movimento da Acção Católica. Entre estes, o Professor Feras Vital resumia muito bem os propósitos sociais de uma organização preocupada em preservar o bem comum de um país ameaçado externamente pelo conflito mundial: «o erro liberalista, que divinizando o Homem e a liberdade, esqueceu o Bem Comum; o erro nacionalista e totalitarista que divinizando a Nação ou a Raça esquece o Homem e a sua dignidade de Pessoa, espiritual e livre; o erro marxista e comunista que, divinizando, não o Homem

¹⁷⁴ CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *Op. Cit.*, pp. 370-371. “A saída de Lino Neto assinalara, porém, o termo do Centro enquanto organização política dos católicos, e selara um ciclo evolutivo de todo o movimento democrata-cristão em Portugal. Absorvido pela ditadura salazarista, sob o ponto de vista político, e pela Acção Católica, sob o ponto de vista social e religioso, o partido dissolvia-se como tal. Restavam os seus efeitos na Igreja e no Estado Novo. O que o fascismo reprimira em Itália, embora sem conseguir ao silêncio, era no Portugal de Salazar reincorporado em sentido inverso”.

¹⁷⁵ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em *Op. Cit.*, p. 41.

ou a Nação, mas a classe proletária, vê, em certos casos, no ódio não uma paixão condenável, mas uma virtude meritória»¹⁷⁶. A II Semana Social, realizada em Março 1943, visava ao tema da reconstrução de uma sociedade, que se orientava por meio de um humanismo cristão que, pelo bem comum e da pessoa humana, tinha que basear-se, na justiça, na paz, na liberdade e no pluralismo, na integridade e segurança dos Estados e no respeito pelos Tratados internacionais. Claramente, como se pode notar, em menos de três anos mudam profundamente os conteúdos ideológicos expressos oficialmente pelo mundo católico; se na I Semana podemos encontrar uma apreciação implícita e indireta pelo Estado Novo, não podemos encontrar as mesmas conclusões pelo êxito discursivo da II Semana Social. Menos ainda pela III Semana Social Católica realizada em 1949, após o fim do II Conflito Mundial, que influi no reforçar do tema de reconstrução moral da sociedade, relativamente aos conteúdos da II Semana Social Católica que se realiza em 1943 em pleno conflito mundial. A III Semana Social Católica no começo de 1949, propõem-se de tomar em consideração a temática do trabalho em perspectiva moral e em concreto surge um pedido participativo dos trabalhadores no lucro das empresas, a condenação do trabalho de menores e da discriminação feminina, a formação dos trabalhadores e o direito à greve. A metamorfose ideológica, entre a I Semana e a III Semana é substancial, tal como se pode notar, pois, há um progressivo afastamento da Igreja Católica das posições do Estado Novo, até chegar à III Semana Social Católica, onde se podem constatar argumentações que tranquilamente poderiam ser objeto de reivindicações de carácter marxista¹⁷⁷. Nos anos '30 os católicos entraram no sistema corporativo com a intenção principal de o cristianizar, enquanto que nos anos de transição e nos seguintes do pós-guerra, a ação dos católicos, sobretudo dos operários, desenvolveu uma ação sindical paralela ao sistema corporativo, que por meio das entidades associativas, entre as quais

¹⁷⁶ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, p. 97.

¹⁷⁷ *Ibidem*, pp. 95-96. "O jornal *O Trabalhador*, na prática órgão da acção católica operária (JOC e LOC), passou assim a ser publicado semanalmente, traduzindo esse crescente mal-estar, com frequentes críticas ao funcionamento do sistema corporativo. Viria por isso a ser encerrado em 3 de Junho de 1948. Acusado por uma nota oficiosa da Subsecretaria de Estado das Corporações em Fevereiro desse ano, de usar *estilo marxista*, constantemente visado pela censura, resistiu primeiro a uma tentativa de compra, para sucumbir a uma suspensão oficial no dia 9 de Julho de 1948, sob o pretexto de que *prejudica a alma da Nação*. E o P. Abel Varzim, seu animador, viria a ser vítima de pressões governamentais para ser afastado dos cargos que exercia de director do Secretariado Económico-Social da Acção Católica (extinto por isso), de professor do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, e de Assistente Geral da LOC. Pressões essas a que a hierarquia da Igreja cederia para evitar males maiores, e assim salvar a JOC e a LOC e evitar um conflito entre a Igreja e o Estado que se anunciava *inevitável*".

a Juventude Operária Católica e a Liga Operária Católica organizou as suas atividades¹⁷⁸. «A entrada do P. Abel Varzim para Assembleia Nacional como deputado, significara o culminar dessa estratégia»¹⁷⁹. Sobretudo com o advento do progressismo católico¹⁸⁰ inicia-se um período de crise na colaboração recíproca entre Estado Novo e Igreja Católica, no qual os processos de transição vividos durante e no pós guerra, entre os quais a industrialização, a urbanização, a emigração e a secularização, requeriam novas instância sociológicas que se manifestavam inevitavelmente também no âmbito religioso. Como afirma Carlos A. Moreira Azevedo: «A questão social tinha avivado a atenção da Igreja para os fenómenos de mudança operados na sociedade e o movimento da Acção Católica tinha formado muitos militantes no discernimento, na capacidade de *ver em ordem a julgar e agir*. Era fundamental perceber as razões de uma cristianização da sociedade portuguesa, como ainda se falava, e estabelecer uma estratégia pastoral que correspondesse ao momento. É a época de alguma deserção do clero. Os últimos anos 50 e primeiros anos 60 foram de crescente número de posições anti-regime»¹⁸¹. As dificuldades sociais e políticas, que se verificaram durante a guerra favoreceram o desenvolvimento, no seio do mundo católico, da corrente do progressismo¹⁸², a qual contribuiu no pós-guerra para uma caída exponencial do apoio católico ao regime do

¹⁷⁸ REZOLA, Maria Inácia, “Católicos operários e sindicatos”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, pp. 101-102. “De facto, sobretudo a partir da criação dos movimentos operários da Acção Católica Portuguesa (Liga Operária Católica e Juventude Operária Católica) será em torno destes organismos que se congregarão os principais *ideólogos* do catolicismo social e será a partir deles que esta corrente do catolicismo se difundirá”.

¹⁷⁹ CRUZ, Manuel Braga da, *Op. Cit.*, p. 95.

¹⁸⁰ VIEIRA, José Manuel, 2005, *O Catolicismo Progressista em Portugal (1968-1974)*, Tese de Mestrado, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, p. 10. “Proseguimos com a definição do conceito de *catolicismo progressista* procurando caracteriza-lo e desenvolvê-lo, o que nos remeteu para um clarificar de sentido, bem como para uma explicitação sobre a sua origem, *nos compagnons de route*, em França, durante a segunda guerra mundial, onde católicos e comunistas lutaram lado a lado na resistência ao nazismo. O conceito teve franco acolhimento e desenvolvimento no seio de alguns sectores católicos, nomeadamente juntos de militantes da Acção Católica e outros afins”.

¹⁸¹ AZEVEDO, Carlos A. Moreira, 2002, “Momentos e temas em confronto nas relações Igreja – Estado em Portugal. Desde a Vigência da Concordata de 1940”, em *Actas das X Jornadas de Direito Canónico 24 – 26 Abril de 2002*, Lisboa, Universidade Católica Editora, p. 13.

¹⁸² ALMEIDA, João Miguel, 2008, *Op. Cit.*, p. 17. “Entre finais da década de 50 e a de 70 do século XX, o termo *católico progressista* adquire conotações diversas em França e Portugal. No primeiro país, o *progressismo católico* enfraquece, pois não só continua a ser visto com suspeição pelo catolicismo conservador, como a expressão deixa de ser usada pelas correntes católicas mais radicalmente à esquerda, as quais se dividem em *cristãos críticos* e *cristãos marxistas*. Em Portugal, pelo contrário, a relutância inicial de alguns opositores católicos à expressão é ultrapassada e o termo generaliza-se. Abrange posições políticas num espectro que vai da extrema-esquerda a um sector do PS e posturas perante a instituição católica que tanto podem representar um projeto de transformação radical das suas estruturas como conciliar uma fidelidade à Hierarquia com um compromisso político à esquerda”.

Estado Novo. Assiste-se a uma conciliação interclassista, que dentro da Acção Católica toma forma em oposição ao regime e de facto com a chegada do progressismo reforça-se uma oposição católica ao Estado Novo, que nas diferentes convicções políticas se junta num movimento oposicionista à ditadura de Salazar. É preciso considerar que este movimento torna-se fundamental para o manter vivas as esperanças daquela parte do país que não se identifica com os métodos e com a ideologia do Estado Novo, sobretudo no fim da II Guerra Mundial, quando o nacionalismo estado-novista revive uma segunda juventude, por meio dos portugueses que agradecem a Salazar o facto de ter protegido Portugal e tê-lo deixado fora da catástrofe da guerra.

O que Salazar afirmava categoricamente era a impossibilidade de conciliar ao mesmo tempo dois conceitos incompatíveis entre si, nomeadamente, autoridade e liberdade¹⁸³; da mesma forma a religião era uma expressão de fé que trazendo consigo conceitos como humildade, obediência e sacrifício tinha que ser uma religião útil às exigências da realidade social e política de um Estado, que na sua poderosa mensagem autoritária tinha de impor a necessária obediência ao respeito e à tutela da ordem constituída. Mas entre os católicos, a oposição ao regime estado-novista estava destinada a crescer¹⁸⁴, também por outras razões ligadas ao subdesenvolvimento do país, acompanhado pela condenação moral, devido, às guerras coloniais até ao limite do colapso em Angola, Guiné e Moçambique, nos começos dos anos '60. A legitimidade do Estado Novo consolidada também, por meio dos princípios da Doutrina Social da Igreja, começava a dar signos de decaimento, mesmo até por causa também do mundo católico, que gradualmente se ia afastando e transformando em oposição. Por exemplo, Dom Sebastião Soares de Resende, Sagrado Bispo de Beira, um dos maiores resistentes católicos, junto ao Padre Abel Varzim, manifesta a suas opiniões a respeito das conferências quaresmais de 1962, intituladas «Por um Moçambique melhor», as quais

¹⁸³ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, p. 50. "Autoridade absoluta pode existir. Liberdade absoluta não existe nunca".

¹⁸⁴ FERREIRA, António Matos, 1988, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal contemporâneo (1820-1958)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, p. 74. "Contudo no final da guerra, sobretudo a partir dos movimentos juvenis, vai aparecer uma nova geração de militantes católicos, que, encontrando um forte apoio em certos assistentes diocesanos ou nacionais, constituirá referência para uma nova fase da ACP. Esta fase conhecida também pela dos congressos, arranca em 1948 com o I Congresso Nacional dos Professores Primários Católicos, realizado em Fátima, de 31 de Julho a 3 de Agosto. Seguido em 1950 da Juventude Independente Católica Feminina e do I Congresso dos Homens Católicos, passando pelo celebre Congresso da JUC em 1953. Esta fase termina praticamente com o não menos conhecido Congresso Nacional da JOC/JOCF. Estes encontros mobilizaram milhares de participantes que, numa esfera de problemática social e religiosa, não deixam de levantar dificuldades ao regime político".

são organizadas com a clara intenção de suportar ideologicamente os protestos pela guerra em Angola¹⁸⁵. O mesmo bispo durante o Concílio Vaticano II, na aula Conciliar de 28 de Setembro de 1965, propõe a condenação de todos os regimes, inclusive o português, que «oprimem os cidadãos quando estão em desacordo com a ordem política, económica ou social existente ou mesmo quando se recusam a considerar esta ordem como a melhor possível»¹⁸⁶. Esta situação continua ao longo da governação de Salazar e Caetano, sobretudo no período de Marcelo Caetano, o qual foi marcado por uma discussão política cheia de pressões em face aos aspetos sociais, económicos e culturais, que o país enfrentava no quadro de uma crise estrutural dos princípios éticos e morais, sobre os quais se fundava o nacionalismo exasperado, que justificava o prosseguimento da guerra colonial. Como salienta José Manuel Vieira, também neste caso é determinante a contribuição dos católicos em oposição: «A luta contra a guerra colonial representava, sem dúvida um fenómeno, reconhecido na sociedade portuguesa no terceiro quartel do século XX, segundo A. Barreto, pela singular tomada de posição de numerosos militantes e de activistas em múltiplos grupos da sociedade, em várias regiões do País, protagonistas com um papel decisivo na transformação social, moroso processo de luta contra a longa ditadura do Estado Novo. Nesta perspectiva, também vários grupos de católicos se associavam à luta pela transformação social e política do País, nomeadamente contra a guerra colonial, guiados pela máxima todo o cidadão e todos os grupos intermédios devem contribuir para o bem comum»¹⁸⁷.

Claramente, a dissensão católica não foi a única contribuição determinante para o fim do Estado Novo, mas, com certeza é muito interessante evidenciar um par de fatores, que de pontos de força na base da ideologia estabilizadora da sociedade estadonovista e sempre por meio do mundo católico, se tornaram pontos de fraqueza. Antes de tudo, o apoio inicial que Salazar teve, sustentado pelos católicos, ao longo da ditadura, foi-se tornando gradualmente menor, não só por causa do catolicismo progressista, mas por causa do mundo católico em geral que, olhando ao pós Mussolini, consideravam providencial, em caso de queda do Estado Novo, a formação de um partido de centro como o da Democracia Cristã, que, na Itália, recolheu a herança das instâncias católicas

¹⁸⁵ FREIRE, José Galdes, 1976, *Resistência Católica ao Salazarismo – Marcelismo*, Porto, Telas, p. 50.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ VIEIRA, José Manuel, 2005, *Op. Cit.*, pp. 20-21.

a nível político e conseqüentemente social¹⁸⁸. Outro ponto, que julgamos interessante evidenciar, é o espírito de abnegação e disciplina exigido por Salazar, que era reforçado ideologicamente, por meio da integridade moral dos valores religiosos, revestindo de sacralidade patriótica o espírito de sacrifício e de privação pessoal de cada português, para o alcançar de forma colaborativa o bem comum. O mesmo bem comum que, mais de uma vez Salazar invocava pelo bem-estar da Nação, será invocado pelos próprios católicos, como razão fundamental pela qual justificar o fim da ditadura do Estado Novo português.

¹⁸⁸ FONTES, Paulo, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, p. 63. “Desde o início do seu pontificado em 1922, que Pio XI definia com redobrado vigor o projecto de restauração da ordem social cristã. Para tal, fez da ideia de *acção católica* uma nova proposta de apostolado que progressivamente se institucionaliza nos países de tradição católica: em 1933, na Itália; em 1925, na Polónia; em 1926, na Espanha; em 1927, na Jugoslávia e Checoslováquia, e em 1928, na Áustria.

No entanto, a ideia da necessidade de uma *acção* católica como instrumento de *regeneração* da sociedade não surgia isolada. Inscreve-se, pelo contrário, no contexto do chamado *catolicismo integral*, em renovada afirmação com o catolicismo social”.

II

CONSOLIDAÇÃO PAPEL EDUCACIONAL DO PARTIDO EM ITÁLIA

2.1 *Opera Nazionale Balilla*

Desde o início o fascismo procurou atrair o consenso ativo das forças juvenis, por isso muito antes da Marcha sobre Roma¹⁸⁹, em 1920 foi criada, dentro do *Fasci di Combattimento*, a primeira organização juvenil chamada *Avanguardia Studentesca* que, uma vez considerada demasiado autónoma, foi substituída, em 1921, pela *Avanguardia Giovanile Fascista*, que reuniu estudantes e jovens simpatizantes do fascismo entre os catorzes e os dezoitos anos. Depois, em 1922, os primeiros grupos de *Balilla* reuniram os jovens entre oito e catorzes anos, enquanto que, em 1923, eram criados a nível universitário os *Gruppi Universitari Fascisti*. Mas, é apenas com a criação da *Opera Nazionale Balilla*, em 1926, que o fascismo consegue delimitar a massa juvenil sob um ponto de vista institucional entregando esta organização sob a dependência do Ministério da Pública Instrução¹⁹⁰, por via da direta vigilância da Presidência do Conselho¹⁹¹. De facto, com a instituição da *Opera Nazionale Balilla* todos os jovens dos oito até aos dezoito anos têm o dever de passar a fazer parte desta organização, como *balilla* até aos catorze anos e como *avanguardisti*¹⁹² até aos dezoito anos de idade¹⁹³ e

¹⁸⁹ A Marcha sobre Roma ocorreu em 28 de outubro de 1922.

¹⁹⁰ O Ministério da Pública Instrução, fundado em 1861 pelo Governo Cavour, foi suprimido por Mussolini a 12 de Setembro de 1929 substituindo-o com o Ministério da Educação Nacional até 29 de Maio de 1944, quando o Governo Badoglio voltou à denominação originária.

¹⁹¹ BETTI, Carmen, 1984, *L'Opera Nazionale Balilla e l'educazione fascista*, Florença, La Nuova Italia.

¹⁹² Archivio di Stato di Piacenza, Podestà Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/Decalogo dell'Avanguardista/b. 14, 8 de Maio de 1926, «1º L'avanguardista é soprattutto disciplinato. 2º L'avanguardista che risultasse assente a quattro adunate generali senza motivo é espulso. 3º É assolutamente proibito all'avanguardista de fare giudizi o osservazioni sugl'ordini dei propri comandanti, di cercare in qualsiasi modo di menomarne la dignità, e di attaccarlo nascostamente a mezzo di lettere anonime, o di far sottoscrivere lettere ai compagni per poi presentarle al direttorio. 4º L'avanguardista che avesse giusti motivi di lamentarsi di un comandante o di un compagno, può presentarsi personalmente al segretario Politico a fare le proprie osservazioni o a perorare la propria causa. Il segretario Politico porterá in direttorio la controversia per essere esaminata. 5º Fra l'avanguardista e i propri superiori deve correre quella cordialità che vi é fra buoni amici; ma l'avanguardista deve trattare il proprio superiore con quel rispetto che é dovuto al grado. 6º É obbligo dell' avanguardista, sia in divisa, che in borghese di salutare romanamente i propri superiori. 7º É assolutamente proibito all'avanguardista e ai comandanti di indossare la divisa senza averne ricevuto l'ordine. 8º L'avanguardista in divisa in squadra o fuori in borghese terrá quel contegno corretto atto a mantenere il buon prestigio dell'avanguardista. 9º É assolutamente vietato all'avanguardista di valersi della divisa o della tessera per commettere qualsiasi violenza. 10º L'avanguardista che derogherá da queste norme sará senz'altro espulso».

¹⁹³ As meninas até catorze anos entravam a fazer parte como *Piccole Italiane*, até dezoito anos como *Giovani Italiane*.

por meio do regulamento de 1927 organiza-se e subdivide-se, ulteriormente, os jovens em esquadras de onze pessoas. Cada três esquadras formavam um manípulo, cada três manípos formavam uma centúria, cada três centúrias formavam uma coorte e cada três coortes formavam as legiões. As esquadras eram comandadas por um chefe de esquadra, os manípos por um chefe de manípulo, as centúrias pelos centuriões e as legiões pelos senhores da milícia¹⁹⁴. A *Opera Nazionale Balilla*, além de ampliar-se ulteriormente englobando os meninos e as meninas dos seis aos oito anos denominados *Figli della Lupa*, em Novembro de 1929 tornou-se responsável também pelo enquadramento das *Piccole Italiane* entre oito e catorze anos e das *Giovani Italiane* entre catorze e dezoito anos, que foram tiradas ao partido para passarem a estar sob a dependência da *Opera Nazionale Balilla*. A responsabilidade de *Opera Nazionale Balilla* não se limitava só ao enquadramento juvenil, as suas atividades abrangiam também a gestão direta das escolas rurais, das creches, das colónias, dos cruzeiros e de todos os serviços assistenciais que distribuía bolsas de estudo, refeições, até chegar à ativação da ajuda aos estudantes menos capazes nas horas extraescolares. Pelo menos na idade da pré-adolescência podemos individuar uma penetração capilar da *Opera Nazionale Balilla* na sociedade italiana em geral e provavelmente também as pessoas que não eram fascistas teriam tido interesse em matricular os próprios filhos, usufruindo de todos os serviços assistenciais que esta organização podia oferecer na sua amplitude estrutural¹⁹⁵. Daqui que numerosas fossem as atividades, fosse a nível local, fosse a nível nacional, envolvendo os jovens da *Opera Nazionale Balilla* que, além de proporcionar as várias exercitações desportivas e de inculcação ideológica, davam a oportunidade de participar nas coreografias da parada do regime durante as cerimónias oficiais, como por exemplo nos tantos esperados *Campi Dux*, onde todos os *avanguardisti* desfilavam em presença de Mussolini. Os vários acampamentos e excursões organizados regularmente serviam por um lado para incrementarem as atividades gímnicas e desportivas e por outro lado, para sacralizar, sob a forma de uma verdadeira catequese, os vários encontros conjuntos entre *Figli della Lupa*, *Balilla*, *Avanguardisti* e *Giovani* e *Piccole Italiane*, que se preparavam moral e fisicamente ao longo de todo ano, através dos eventos da leva fascista, que programava a mistificação dos ritos de passagem às categorias superiores quando se

¹⁹⁴ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2665, 29 de Outubro de 1937.

¹⁹⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, 25 de Setembro de 1936.

atingiam os limites de idade¹⁹⁶. Não é um acaso que, inicialmente, segundo a necessidade do fascismo de promover a assistência na educação física e moral da juventude, a escola tivesse sido o lugar privilegiado onde o regime quis plasmar física e moralmente os italianos do amanhã, para conformarem os jovens nos princípios e na disciplina da doutrina fascista. Com a *Opera Nazionale Balilla* o regime consegue envolver rapidamente a inclusão juvenil, por via do importantíssimo papel, que lhe é atribuído no espaço da escola italiana. Em 1927 a *Opera Nazionale Balilla* torna-se responsável pela educação física¹⁹⁷ nas escolas primárias, situação que, além da possibilidade de hierarquizar e disciplinar as novas gerações, implica ainda a de controlar com proximidade aquilo que é operado pelos professores¹⁹⁸, com o objetivo de concretizar melhor o programa de fascização do Estado¹⁹⁹.

Parece que o regime, no começo do seu caminho, tinha considerado ser melhor concentrar o seu esforço de inculcação ideológica mesmo nas próprias mãos da *Opera Nazionale Balilla*, por meio de uma propaganda ramificada que, partindo da escola, pudesse erguer aquele conjunto de sistema e de valores educativos que o fascismo queria espalhar entre os jovens. A ação educativa levada pela *Opera Nazionale Balilla* trazia ainda, além de um adestramento físico e militar, um boicote constante ao ensino religioso, através do obstrucionismo assíduo do seu primeiro presidente Renato Ricci²⁰⁰. Não obstante e embora a educação religiosa fosse teoricamente uma competência da autoridade eclesiástica que, por isso, tinha o direito de escolha dos capelões militares enviados nas legiões escolares da *Opera Nazionale Balilla*, Ricci conseguiu obstaculizar a nomeação do inspetor central pela assistência religiosa até o Outubro de 1928, podendo assim inserir nas legiões os religiosos que ideologicamente mais apoiavam a doutrina do fascismo.

A estratégia principal de Ricci, usada para radicar a doutrina fascista dentro da escola, deu-se por meio da *Opera Nazionale Balilla*, que, com a atividade desportiva, possuía o monopólio do adestramento físico e que, para ganhar também força de um

¹⁹⁶ DOGLIANI, Patrizia, 2008, *Il fascismo degli italiani. Una storia sociale*, Turim, UTET.

¹⁹⁷ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/b. 14, 16 de Novembro de 1927.

¹⁹⁸ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Provveditorato agli Studi/b. 13, 20 de Setembro de 1927.

¹⁹⁹ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Servizi Vari/Serie II/b. 250, 11 de Julho de 1929.

²⁰⁰ Presidente da *Opera Nazionale Balilla* de 1926 até a constituição da *Gioventú Italiana del Littorio*. a 29 de Outubro de 1937.

ponto de vista moral, procurava destruir o sentimento religioso partindo do mesmo meio escolar. Portanto a necessidade do regime de educar física e moralmente o Homem Novo fascista de amanhã era interpretada por Ricci, de um ponto de vista moral, como uma luta contínua contra o sentimento religioso, que deveria apoiar-se e integrar-se constantemente no adestramento físico da juventude²⁰¹. Esta situação explica como e porquê Ricci continuava a sua obra de erosão mesmo ainda depois da nomeação do representante do Inspetorado Central pela assistência religiosa. De facto, o sistemático obstrucionismo de Ricci, além de radicar-se no contexto escolástico, atingia as atividades organizativas da *Opera Nazionale Balilla* também no horário extra-escolar, nomeadamente durante as celebrações da Santa Missa. Um obstrucionismo que Ricci manteve ao longo da sua presidência na *Opera Nazionale Balilla* com o objetivo de converter o ensino religioso católico, num ensino religioso caracterizado pelos fortes traços patrióticos. Não é por acaso que, em 1931, a proposta que fez a Mussolini, para conferir aos capelões militares o grau de oficiais da *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*²⁰², estava direcionada para garantir a fidelidade ao regime dos religiosos empregados nas legiões escolares, para poder delimitar a assistência religiosa na moldura do espírito fascista²⁰³.

Ricci, Mussolini²⁰⁴, Gentile²⁰⁵ e muitos outros fascistas, achavam que a mistificação religiosa do Estado era uma contribuição importante para construir e erguer

²⁰¹ BETTI, Carmen, 1984, *Op. Cit.*.

²⁰² A Milícia Voluntária pela Segurança Nacional nasce em Janeiro de 1923 sob deliberação do *Grande Consiglio del Fascismo*, pela necessidade do *Partito Nazionale Fascista*, há pouco tempo no poder, de enquadrar os *squadristi* numa milícia bem organizada e reconhecida institucionalmente pelo Estado.

²⁰³ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2666, 24 de Setembro de 1931.

²⁰⁴ MUSSOLINI, Benito, 1938, "Doutrina do Fascismo", em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 15. "Como toda a concepção política sólida, o Fascismo é acção e pensamento: acção em que está imanente uma doutrina e doutrina que, surgindo de um dado sistema de forças históricas, está nele inserindo e aí opera internamente.

Possui, portanto uma forma correlativas às exigências de lugar e de tempo e, simultaneamente, um conteúdo ideal que a eleva a fórmula de verdade na história superior do pensamento.

É impossível agir espiritualmente no mundo, como vontade humana, dominadora de vontades, sem um conceito da realidade transitória e particular sobre a qual é preciso actuar, e da realidade permanente e universal, que é a razão de ser e da vida da primeira. É preciso conhecer o homem para poder conhecer os homens; e para conhecer o homem, é necessário conhecer a realidade e as suas leis. Não há concepção de Estado que não seja fundamentalmente uma concepção da vida: filosofia ou intuição, sistema de ideias que se desenvolve numa construção lógica ou se concentra numa visão ou numa fé, mas sempre, pelo menos virtualmente, uma concepção orgânica do mundo".

²⁰⁵ GENTILE, Giovanni, 1937, "A Filosofia do Fascismo", em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 37. "Como todo o movimento espiritual de amplitude, o Fascismo tem uma filosofia própria. Todavia, quem procurar um volume onde esta possa estar exposta no todo ou em parte, não o encontrará, e quem a

aquela concepção metafísica capaz de dar à doutrina ideológica do regime, aquele sentido de responsabilidade ética com o qual se podiam vestir os princípios do fascismo²⁰⁶. Daqui a necessidade de substituir-se ao sentimento religioso, após ter englobado a carga mística e autoritária que a religião exprimia *a priori* na sua essência de base²⁰⁷. Por isso, a instrumentalização do sentido do divino torna-se útil para enraizar e forjar os princípios da “religião” fascista, por meio dos quais se pode regular e controlar os ritmos de vida de cada cidadão²⁰⁸. Entre estes os jovens aparecem colocados numa situação objeto de disputa entre a política de doutrinação, que o regime encara a nível escolar e aquela proposta nas atividades do *Partito Nazionale Fascista*²⁰⁹. Apesar da convicção na necessidade em pôr os jovens numa condição de educação totalitária

expuser em proposições ocasionais e separadas extraídas dos vários e diversos escritos do Chefe e dos seus seguidores autorizados que pareçam susceptíveis de ordenação sistemática, corre o risco de erguer uma filosofia à sua imagem e semelhança, mas sem verdade e sem vida.

A filosofia de Mussolini não está tanto no que ele disse, mas no que fez (sabe-se que as ideias de um homem se patenteiam, mais do que nas palavras, nas acções). Acima de tudo, há que considerar que as acções e palavras têm um significado enquanto expressões de um espírito que é aquilo que é porque possui um carácter, uma nota fundamental, um princípio, em suma; é deste que importa partir para entender acções e palavras singulares, a razão de ser de cada uma delas, sentir onde está a tónica quando o homem fala e a sua finalidade quando age.

Mussolini é um génio político. Toda a sua filosofia reside, pois, na doutrina política (pensamento e acção); contudo, não há ideia que não expresse ali a vida do espírito e não possua a energia lógica de uma concepção do mundo e do homem no mundo, concepção que *in nuce* é filosofia própria e autêntica. Daí, a sua originalidade e força, a sua potência histórica. Assim, quem quiser apreender a filosofia do Fascismo, ou seja, a sua orientação geral e o seu modo de entender a vida, em suma, quem queira compreender a essência da fé fascista, deve olhar para o conceito fascista do Estado”.

²⁰⁶ GENTILE, Emilio, 1996, *The sacralization of politics in fascist Italy*, Cambridge, Massachusetts and Londres, Harvard University Press, p. 42. “The cult of the fatherland, centered upon the glorification of war, served to prepare the atmosphere for the establishment of the cult of the lictor as the state religion. Once in power, the Fascists accelerated the symbiosis between the national and the Fascist religions, which had originated in the *squadristi* militia. To make the irrevocable and revolutionary change of government that had come about with the March on Rome immediately perceptible symbolically, they began converting the symbols of the state into Fascist symbol”.

²⁰⁷ CHABOD, Frederico, 1963, *História do Fascismo Italiano*, Lisboa, Editora Arcádia, pp. 122-123. “É certo que o clero não favoreceu a marcha sobre Roma. Mas, uma vez consumado o facto, a Igreja adapta-se a ele rapidamente. Os católicos aceitaram imediatamente o governo de Mussolini. [...] Até aos últimos anos, até cerca de 1938, não pode verdadeiramente dizer-se que a Igreja tenha atacado o fascismo. De vez em quando, é certo, manifestavam-se contrastes...; poucos meses depois da assinatura dos Pactos Lateranenses, por exemplo, Mussolini, num dos seus frequentes rasgos, pronunciou na Câmara, em 14 de Maio de 1929, palavras assaz graves: *...no Estado, a Igreja não é soberana nem sequer livre...*”.

²⁰⁸ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 17. “O Fascismo é uma concepção religiosa onde o homem é encarado sob o ponto de vista da sua relação com uma lei superior, com uma vontade objectiva que transcende o indivíduo particular, elevando-o a membro consciente de uma sociedade espiritual. Quem, na política religiosa do regime fascista, se deteve em considerações de mera oportunidade, não compreendeu que, além de ser um sistema de governo, o Fascismo é também e acima de tudo um sistema de pensamento”.

²⁰⁹ Archivio di Stato di Piacenza, Podestà Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Provinciale degli Enti Autarchici/b. 2, 27 de Novembro de 1927.

consagrada e construída nos dogmas do fascismo, eram muito diferentes as interpretações que rodeavam a atuação prática da preparação totalitária. Se, por um lado, a *Opera Nazionale Balilla*, via decreto de 12 de Setembro de 1929, chegava a obter o completo controlo dos jovens no meio escolar, por outro lado eram muitos os opositores desta organização²¹⁰ que consideravam o partido a única instituição capaz de completar ideologicamente a formação totalitária do Italiano Novo, que devia representar o fascista perfeito do futuro do regime. Não podemos esquecer que esta perplexidade para com a *Opera Nazionale Balilla* parecia legitimar-se também de um ponto de vista estritamente estrutural, porque, além de continuar o boicote que esta organização fazia contra o ensino católico religioso e a tentativa de substituir-se-lhe, a penetração da *Opera Nazionale Balilla* no mundo escolástico estava maioritariamente concentrada no adestramento físico dos jovens *ballilla* e *avanguardisti*, falhando bastante o objetivo da educação moral da juventude, útil à realização daquela integração totalitária da sociedade italiana dentro do Estado fascista. Há muito tempo que o *Direttorio Nazionale*²¹¹ do partido considerava a escola uma instituição demasiado perigosa no âmbito da competição pela formação ideológica dos fascistas do futuro²¹². O problema maior estava na acusação que o partido fazia à *Opera Nazionale Balilla* de não ser capaz de guiar ideologicamente os jovens no meio do contexto escolar. Os hierarcas do partido consideravam o contexto escolar um ambiente de socialização inadequado para fornecer o contingente dos jovens necessários ao renovamento do *Partito Nazionale Fascista*. Aliás, a preocupação maior do partido era a de perder no caminho, as novas forças juvenis fascistas²¹³ que, uma vez deixada a escola, podiam

²¹⁰ Desde 1926, ano de criação da *Opera Nazionale Balilla*, até 1937, ano em que todas as organizações juvenis passam definitivamente sob a responsabilidade única do *Partito Nazionale Fascista*, por meio da criação da *Gioventù Italiana del Littorio*, o presidente da *Opera Nazionale Balilla*, Renato Ricci, teve de encarar constantemente os protestos dos secretários do partido, começando por Augusto Turati (30 de Março 1926 – 8 de Outubro de 1930), passando por Giovanni Giurati (8 de Outubro de 1930 – 12 de Dezembro de 1931) junto com o secretário dos *Gruppi Universitari Fascisti*, Carlo Scorza, até Achille Starace (12 de Dezembro de 1931 – 7 de Novembro de 1939), que apesar de concordarem com Ricci, na necessidade de interpretar a doutrina do fascismo como uma fé religiosa destinada à formação física e espiritual dos jovens, ao contrário de Ricci, julgavam o partido, qual único sujeito legitimado a enquadrar ideologicamente os jovens dentro do aparelho educativo fascista.

²¹¹ O *Direttorio Nazionale*, órgão consultivo e executivo composto por hierarcas do P.N.F., era presidido pelo secretário do partido e constituído por três ou quatro vice-secretários, mais oito ou nove componentes e por um secretário administrativo.

²¹² Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, 14 de Julho 1927.

²¹³ A partir de 1927 Giuseppe Bottai tinha considerado necessário enfrentar na revista *Critica Fascista* o debate animado pela centralidade dos jovens na capacidade do fascismo de poder renovar a sua

ingressar, por exemplo, nas atividades das organizações católicas. Por isso já em 1930 o partido começava a exercer a sua ingerência no mundo escolástico, fosse no âmbito académico, fosse no pré-universitário. Por meio da instituição dos *Fasci Giovanili di Combattimento* o *Partito Nazionale Fascista* adquire, de um ponto de vista ideológico, um controlo bem alargado do mundo juvenil no interior do meio escolar²¹⁴. Parece não ser um acaso que os *Fasci Giovanili di Combattimento*, nascidos em 8 de Outubro de 1930 sob a responsabilidade do partido, fossem controlados diretamente por Carlo Scorza²¹⁵ que, recobrando o papel de secretário dos *Gruppi Universitari Fascisti*, é encarregado pelo partido de alargar o controlo dos estudantes entre catorze e dezoito anos, de forma a que fique adequadamente salvaguardada, de um ponto de vista físico e moral a correta preparação da Nova Geração fascista²¹⁶. Assim os *Gruppi Universitari Fascisti* podem organizar sedes onde recrutar os estudantes entre catorze e dezoito anos, além de terem o enquadramento exclusivo dos jovens entre os dezoito e os vinte e um anos, competência diretamente atribuída com a criação dos *Fasci Giovanili di Combattimento*. Contudo, não obstante a queixa de Ricci, consciente de perder forças juvenis tiradas à *Opera Nazionale Balilla* e a intervenção de Mussolini²¹⁷ no afirmar a exclusiva competência da organização presidida por Ricci, no enquadramento ideológico dos jovens entre catorze e dezoito anos, Scorza, o secretário dos *Gruppi Universitari Fascisti*, continuou a sua obra de subtração do elemento escolástico

doutrina ideológica periodicamente. O diretor da revista era favorável a uma participação intelectualmente ativa dos jovens, que pudesse renovar periodicamente a elaboração da doutrina fascista começando pelas instituições até chegar a novos mitos de renovação doutrinária. Segundo Bottai (Ministro da Educação Nacional entre 15 de Novembro 1936 e 5 de Fevereiro 1943) isto era fundamental, para evitar que o fascismo nascido como força revolucionária em contraste ao liberalismo, como o liberalismo uma vez ao poder, se tornasse um acervo de ideias convencionais estáticos onde o papel dos jovens era apenas o de participar aos adestramentos físicos do *Partito Nazionale Fascista*.

²¹⁴ Embora o fascismo tinha construído a sua ditadura por meio da contribuição fundamental dos jovens, Mussolini não podia concordar com Bottai em deixar as novas gerações de efetuarem uma revisão continua até total da doutrina do fascismo. Enquanto Bottai era convencido que a escola, em lugar do partido, tinha a tarefa de plasmar a consciência humana e política dos jovens, Mussolini não podia conceder aos jovens um papel doutrinário criativo, por isso a fundação em Outubro de 1930 dos *Fasci Giovanili di Combattimento* parece uma concessão, que o *duce* faz ao partido, para limitar aquela ação de crítica ideológica que os jovens pudessem adquirir no meio escolar.

²¹⁵ Carlo Scorza soldado voluntário volta da I Guerra Mundial com três medalhas ao valor. Com muita raiva por causa da vitória mutilada adere ao fascismo participando à Marcha sobre Roma com as esquadras fascistas da primeira hora. Convicto apoiante de métodos violentos contra os adversários do fascismo foi o último secretário do partido de 17 de Abril a 25 de Julho 1943.

²¹⁶ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 34, 23 de Outubro de 1930.

²¹⁷ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Segreteria Particolare del Duce/Carteggio Riservato/b. 33, 3 de Junho de 1931.

juvenil, mantendo as sedes abertas ao recrutamento dos estudantes nas escolas médias. Este episódio salienta emblematicamente a relação entre Estado e partido pondo em evidência a situação das forças e do equilíbrio, que já em 1930 estava emergindo a nível estrutural no aparelho fascista. Podemos, portanto, começar a compreender, qual era a verdadeira situação no interior do regime fascista, para adquirir a primazia na exclusividade da construção ideológica do Homem Novo e quais eram realmente as forças que conseguiram exercitar o efetivo controle das novas gerações. Emerge prepotentemente a vontade do *Partito Nazionale Fascista* que, mantendo as sedes destinadas ao recrutamento dos estudantes médios, não mostra nenhuma preocupação em seguir contra a vontade do *duce*, mesmo intervindo para tutelar as prerrogativas existenciais pelas quais foi instituída a *Opera Nazionale Balilla*, nascida para educação física e moral da juventude. Parece adequado imaginar que neste momento com o bem-estar de Mussolini, que só por meio de palavras se preocupa em redimensionar as prerrogativas pedagógicas do partido, a instrução pré-militar juvenil se encarrega de um sentido cultural maioritariamente agressivo. Os ideais patrióticos intrínsecos às hierarquias do *Partito Nazionale Fascista* prefiguram um perigo imaginário de combate pelo qual o fascismo é perenemente exposto. Para aguardarem as qualidades físicas e espirituais intatas, os jovens eram submetidos pelo partido a uma contínua alerta ideológica atenta e pronta a se defender de uma alegada insidiosa propaganda inimiga adversa ao fascismo²¹⁸. Para manterem integras as qualidades espirituais e morais do Italiano Novo era preciso impor, desde o começo, um credo na ideologia do regime que fosse animado pela honra e pela fidelidade para com um Estado, do ponto de vista ético, totalmente fascista. É desta forma que o partido se torna a instituição principal encarregada de incentivar nos jovens, aquele sentimento nacionalista que, na escola, só se consegue saldar a um nível embrionário.

Com Achille Starace²¹⁹, que em 1931 se torna secretário do *Partido Nazionale Fascista*, o partido confirma aquele papel político educativo iniciado oficialmente em

²¹⁸ VIVARELLI, Roberto, 2008, *Fascismo e storia d'Italia*, Bolonha, Il Mulino

²¹⁹ PINTO, António Costa, 2012, "Partido único, governo e decisão política nas ditaduras da era do fascismo", em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, p. 222. "Durante os primeiros anos do regime, Mussolini receava que o radicalismo e a falta de disciplina do partido comprometessem a consolidação do poder fascista. Saneamentos, o encerramento do partido a novos membros e a restrição do acesso ao Estado e ao governo caracterizaram esta ditadura durante a década de 20 do século XX. Todavia, ao longo dos anos 30, o PNF, então liderado por Starace e que tinha sido provido de uma estrutura mais *disciplinada*

1930 com a instituição dos *Fasci Giovanili di Combattimento*. Provavelmente, em discussão não estava a razão pela qual a *Opera Nazionale Balilla* não fosse capaz de realizar a inculcação ideológica necessária à educação ético-política da sociedade italiana, o que era posto em discussão era o próprio contexto em que a *Opera Nazionale Balilla* era criada para operar. Ou seja, a escola tinha perdido aquele fascino doutrinário em que o regime tinha direcionado os esforços ideológicos no seu começo, porquanto ela não era mais considerada adequada para continuar a garantir aquela função pedagógica capaz de justificar a sua supremacia ético-político-educativa²²⁰. A mesma *Opera Nazionale Balilla*, criada para agir no contexto escolástico, já vinha a sofrer um retrocesso mesmo antes da criação dos *Fasci Giovanili di Combattimento* em 1930. Já em 1929 contemporaneamente à supressão do Ministério da Instrução, a *Opera Nazionale Balilla*, diretamente dependente da Presidência do Conselho, passava à dependência do recém-nascido Ministério da Educação Nacional, sob a responsabilidade de um subsecretário responsável pela educação física juvenil. Esta denominação, além de redimensionar institucionalmente a *Opera Nazionale Balilla*, por ser subordinada à figura de um “simples” subsecretário em lugar da figura do Presidente do Conselho, subordinava-a também ideologicamente fazendo-a perder em concreto a prerrogativa educativa ética pela qual fora também criada, a da assistência à educação moral²²¹, já que estava mutilada na sua nova condição institucional, onde apenas lhe restava como campo de ação só o da assistência à educação física da juventude. Por outro lado, o *Partito Nazionale Fascista* começava a lacrar o seu domínio alargado dentro da sociedade italiana²²², o controle na escola era o que faltava para permitir ao

[tanto] horizontal [como] verticalmente, transformou-se numa poderosa máquina usada para moldar a sociedade civil e para promover a socialização ideológica do culto do *duce*”.

²²⁰ Não obstante os cinco milhões e meio de inscritos que a *Opera Nazionale Balilla* pudera contar no ato da sua dissolução em 1937, pode-se relevar que a grande maioria deles provinham por uma classe social de nível baixo; provavelmente os vários serviços assistenciais de que esta organização dispunha encorajavam a adesão regular daquela parte de população juvenil extra-escolar, que se alistava mais por interesse material do que pela convicção ideológica.

²²¹ A *Opera Nazionale Balilla* foi instituída por meio da Lei nº 2247, de 3 de Abril de 1926, para promover a assistência e a educação física e moral da juventude.

²²² PINTO, António Costa, 2006, “O regime fascista italiano”, em ROSAS, Fernando – OLIVEIRA, Pedro Aires, *As ditaduras contemporâneas*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 31-32. “O PNF foi, assim, recuperando organizações de enquadramento de massas para si, ainda que inicialmente sob dependência dos ministérios. A *Opera Nazionale Dopolavoro*, inicialmente integrada no Ministério da Economia, e que em 1927 era a maior organização do regime, foi alvo de alguma rivalidade entre o novo Ministério das Corporações e o PNF, passando para o controle deste último. Algo de semelhante se passa com as organizações de juventude. Inicialmente voluntárias e sob a direcção do PNF, estas passaram para o controlo do Ministério da Educação, em 1929. Poucos anos depois, com o partido sob a direcção de

partido de ter um domínio total das forças juvenis. A assistência à educação física e moral da juventude, inicialmente exercitada pela *Opera Nazionale Balilla* na escola, era entregue definitivamente nas mãos do partido o qual respondia àquela exigência de fascização totalitária da sociedade italiana, pela qual também a escola tinha de se adequar. A fé na doutrina do fascismo era melhor veiculada por meio do partido que conseguia enraizar melhor aquela fusão necessária entre o sentimento de tipo “religioso” e o espírito fascista. As diretivas emanadas pelo secretário do *Partito Nazionale Fascista* foram utilizadas para reforçar ulteriormente a sobreposição do ideal fascista no ideal “religioso”. Starace, o secretário do partido, utilizou esta estratégia, quer para redimensionar ulteriormente o papel da *Opera Nazionale Balilla*, quer para reforçar o espiritualismo doutrinário do fascismo, apresentando-o como substituto natural do sentimento religioso sobrepondo-se a todo o aparelho litúrgico tradicional²²³ que, por meio do ritualismo, se tornava útil para evocar e propor *ex novo* o ritualismo sagrado da “religião” de Estado. De facto, enquanto uma parte política antirreligiosa do partido devinha útil para reforçar o controlo ideológico subtraído às organizações católicas, por outra parte, a partir de 1933 o *Partito Nazionale Fascista* aumentava o seu poder, prejudicando ulteriormente a *Opera Nazionale Balilla*, por meio das nomeações dos capelões militares destinados à escola, que passavam a ser escolhidos diretamente pelos secretários federais do partido²²⁴.

A *Opera Nazionale Balilla*, criada para suprir a necessidade do Estado em criar a fascização estrutural da escola e das Novas Gerações, chegava à conclusão do seu percurso pedagógico dentro do regime fascista. Os últimos anos de existência desta

Starace, estas regressaram ao PNF, que as fundiu numa organização única, a *Gioventù Italiana del Littorio*, em 1937. O monopólio de socialização política da Juventude passou não só por tensões variadas entre partido e Estado, como também com a Igreja Católica, com intermitentes dissoluções (e tolerância) das organizações juvenis da Acção Católica. No caso das organizações sindicais, o PNF, que possuía inicialmente sindicatos próprios, manteve um controlo indirecto, sendo a interferência de vários organismos partidários reconhecidos pelo aparelho corporativo. A complementaridade Estado-partido foi grande nas organizações femininas, dos *Fasci Femminili* às *Massaie Rurali*, onde o partido, após muitas hesitações, investiu bastante nos anos 30”.

²²³ GENTILE, Emilio, 2002, *Il mito dello Stato Nuovo. Dall’ antigiolittismo al fascismo*, Roma-Bari, Editori Laterza.

²²⁴ Desde 1933, o *Partito Nazionale Fascista* intensificou a sua estratégia de conquista da educação juvenil, elaborando uma política difamatória sutil para com Renato Ricci e denunciando a incapacidade da *Opera Nazionale Balilla* de fornecer, ao partido, um número suficiente de jovens para renovar o seu contingente. Com a nomeação direta dos capelões militares de confiança do partido, legitimava-se oficialmente a queixa que o *Partito Nazionale Fascista* fazia à *Opera Nazionale Balilla*, acusando-a de facilitar a dispersão ideológica dos jovens, em favor do ingresso nas organizações católicas da massa estudantil.

organização foram caracterizados por investigações e acusações por parte do partido, pela gestão clientelar e arrivista de Ricci acusado de especular economicamente com o dinheiro destinado à *Opera Nazionale Balilla*. Ricci foi demitido por Mussolini em 27 de Outubro de 1937, por meio do decreto que abolia definitivamente a *Opera Nazionale Balilla*, delegando, assim, a submissão completa das organizações juvenis ao partido. Antes de abolir a *Opera Nazionale Balilla* e de despedir Ricci, Mussolini tinha motivado, sem equívocos, a sua decisão a Galeazzo Ciano em 17 de Setembro de 1937: «chi é contro il partito é contro me e ne avrá rotte le reni»²²⁵.

2.2 *Gioventú Italiana del Littorio*

Logo a seguir à Marcha sobre Roma, a exposição da bandeira nacional tornou-se obrigatória para os municípios e para os gabinetes governativos, juntando a esta medida a sacralização da bandeira²²⁶ nas cerimónias militares e nas celebrações de praças. Mussolini estendeu o culto da bandeira nas escolas entregando à responsabilidade dos estudantes modelo a custódia da bandeira, de forma a que, aos sábados, ela pudesse desfilar nos institutos acompanhada pelas saudações romanas e pelos cantos patrióticos de toda a escola. Depois do culto da bandeira foi introduzida a memória pelos caídos representada por uma árvore, símbolo vivente, memória na qual os estudantes deviam participar plantando nas avenidas chamadas de *Rimembranze*²²⁷ uma árvore em memória de cada soldado morto na cidade ou na aldeia. A esta sacralização da Pátria entregue nas mãos dos estudantes acrescentava-se também a participação da guarda de honra aos monumentos da cidade.

Todas estas iniciativas rituais punham em evidência a capacidade do fascismo em criar uma coligação simbólica entre mundo dos vivos, escola e memória pelas vítimas da guerra, concretizando assim uma conexão culturalmente ideológica entre fascismo e os que caíram mortos, heroicamente, defendendo a Itália. A Pátria vem mistificada por meio das práticas dos rituais que o fascismo entrega à escola, confiando nas mãos dos estudantes o património espiritual de uma Grande Nação. O culto do tricolor torna-se até quotidiano e em 1923 é o eixo litúrgico em torno do qual o fascismo lembra à sociedade italiana a sacralidade da Pátria, que na escola se enriquece

²²⁵ “Quem é contra o partido é contra mim e vai ter os rins quebrados”.

²²⁶ Istituto per la Storia della Resistenza e dell’Etá Contemporanea di Bergamo, Brasi Giovanni/Documenti Tedeschi e Fascisti/Partito Nazionale Fascista/s. 1 – b. 4, Anno 1923.

²²⁷ Recordação em memória.

de novos feriados laicos, como o feriado do Estatuto do 20 de Setembro e do 4 de Novembro, o feriado do 24 de Maio, para lembrar a entrada da Itália na I Guerra Mundial e o feriado do 21 de Abril, o Natal de Roma. A crescente participação das massas nas celebrações pela Grande Guerra legitimava o fascismo no desenvolvimento de uma “religião” da Pátria, em que o simbolismo da revolução fascista glorificava os caídos da I Guerra Mundial. O Homem Novo crescia num contexto de fé patriótica, onde o culto das origens dava legitimidade e voz à revolução empreendida pelo fascismo na sociedade italiana²²⁸. A regeneração espiritual dos italianos evocava as ambições de ressurreição da Pátria através da obra de reconstrução do *duce*. Mussolini, atento à orientação totalitária de uma Nova “Religião” fascista, marca com a Marcha sobre Roma o início de uma Nova Era²²⁹, instituindo os ritos e rituais nacionais do fascismo²³⁰.

Em 1926 o Ministro da Instrução Pública Pietro Fedele pediu a Mussolini para, em todos os atos e documentos destinados à escola, permitir a honra de juntar ao ano escolar a data da revolução fascista, porquanto, segundo ele, a escola vivia uma vida nova a partir do momento em que a revolução fascista a regenerou²³¹. Nesta situação o fascismo incentivou o seu carácter de religiosidade laica, apresentando-se como uma teologia política fundada na cega obediência a um chefe infalível portador de uma fé bem definida e fundada sobre uma Nova Ordem. A institucionalização da “religião” fascista devinha uma força moral, que dava aos Italianos Novos o prazer de respeitar a ordem e a disciplina. Na sacralização do Estado ético o mito mussoliniano devia aparecer como representação de um sujeito místico, onde o restabelecimento do carácter

²²⁸ GENTILE Emilio, 2001, *Op. Cit.*

²²⁹ Ferro António, 1927, *Op. Cit.*, p. 74. “E o Ditador, na sua letra violenta, impulsiva, escreve no retrato que me destina: *Ao jornalista António Ferro – com amizade romana – Ano II. – Mussolini. Ano II!...O mundo, para Mussolini, ressuscita com o fascismo*”.

²³⁰ STERNHELL, Zeev – SZNAJDER, Mario – ASHÉRI Maïa (dir.), 1995, *Nascimento da Ideologia fascista*, Venda Nova, Bertrand Editora, pp. 354 – 355. “Ao longo de todo o Verão e Outono de 1922, Mussolini e os seus homens proclamam a vontade de liquidar o regime em vigor e de o substituir por um sistema que será uma solução de radical alternativa à democracia bem como ao socialismo. É esse o conteúdo dos dois famosos discursos-programas de Mussolini, pronunciados a 20 de Setembro de 1922 em Udine e a 4 de Outubro em Milão. Estas duas arengas preparam o terreno para o discurso de Nápoles, no qual Mussolini chama as suas tropas a marcharem sobre Roma”.

²³¹ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/Gabinetto/b. 4198, 9 de Novembro de 1926.

dos italianos e o culto da romanidade²³² eram representados por meio de um modelo pedagógico, que o fascismo queria propagandear através da sua “religião”.

Entre o ano de 1926 e o de 1929, após ter subordinado os conceitos de romanidade e de catolicidade à causa fascista, era necessário favorecer a integração das massas ao serviço da Nação. Por isso, a instituição da *Opera Nazionale Balilla*, em 1926, além de assumir as prerrogativas de assistência à educação física e moral da juventude, aparece uma pretensão para quebrar definitivamente o último baluarte de influência que a Igreja Católica guardava na sociedade italiana, há tempo estruturalmente *fascistizzata*. Um ano depois da instituição, em 1926, da *Opera Nazionale Balilla*, foram fechadas todas as associações da Ação Católica e da Federação Universitária Católica Italiana. Por isso, não espanta que uma vez cumprido na escola a ação de boicote operada pela *Opera Nazionale Balilla* para com o ensino religioso, Mussolini decidisse extinguir esta organização, para concentrar o rumo das forças juvenis sob a responsabilidade mobilizadora do partido. Uma vez alcançada a fascização da escola, pode dizer-se que a “religião” fascista tinha substituído e sobreposto completamente a religião católica em cada lugar da sociedade italiana. A adoção²³³ do livro único conforme aos ideais doutrinários, a introdução na vida escolástica da liturgia do fascismo²³⁴, a politização dos cursos, sobretudo os universitários e das bibliotecas escolares, a fascização do pessoal do ensino, obrigado a prestar juramento ao fascismo e a entrega partidária de cargos locais aos mestres elementares, completaram a obra de domínio e propaganda política, estruturalmente totalitária, que o regime fascista seguia há muitos anos na escola italiana²³⁵.

A renovação das forças juvenis, herdeiras da revolução fascista, parece empreender um caminho moral de tipo didático, em que a escola na sua função educativa suporta o completar ideológico de política educativa, que o fascismo põe em

²³² EATWELL, Roger, 2010, “The nature of ‘generic fascism’. The ‘fascist minimum’ and the fascist ‘matrix’”, em IORDACHI, Constantin (ed.), *Comparative fascist studies. New perspectives*, Londres e Nova Iorque, Routledge, p. 146. “The cult of *Romanità* told Italians that they were not a divided nation, but the proud descendants of ancient Rome. Such myths were also about more everyday behavior – for example, the importance of: great leaders, authority, fulfilling one’s duty, and the dangers of decadence and miscegenation. In a world of declining traditional authority, especially religion, some fascists saw such myths as an important form of social indoctrination”.

²³³ Por meio da Lei nº 5 em 7 de Janeiro de 1929 se institui a adoção do livro único a partir do ano escolar 1930-31.

²³⁴ Comemorações e celebrações de personagens e acontecimentos que tiveram contribuído na instauração do fascismo.

²³⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, ano escolar 1936-1937.

ação no período que se segue à Marcha sobre Roma. Apesar disso, entre o ano de 1923 e o de 1925 os principais beneficiários do enquadramento ideológico juvenil são as instituições de cariz desportivo, tais como o *Comitato Olimpico Nazionale Italiano* e o *Ente Nazionale per l'Educazione Fisica*, enquanto que a preparação espiritual dos jovens italianos, desejada pelo fascismo, sobretudo nessa altura, adquire um desempenho brando devido a muitos jovens *avanguardisti* que, frequentemente, possuíam uma dupla inscrição, entre as organizações que mais disputavam o enquadramento das atividades juvenis, como a dos escoteiros e a da Igreja Católica²³⁶. Próprio a este sentido, parece ser necessário o favorecimento, dentro do contexto escolar, do nascimento da *Opera Nazionale Balilla*, para enquadrar, desde logo, as novas gerações, por meio de um adestramento obrigatório, que se tornasse útil ao regime para dar novo entusiasmo a quem no futuro teria integrado e substituído os fascistas da primeira hora. Ou seja, após a Marcha sobre Roma, a exuberância das esquadradas fascistas, não esgotava a exigência de mobilização contínua que Mussolini procurava para alcançar os seus objetivos de governo, mas, antes, alimentava aquela necessidade de adestramento pré-militar, adestramento no qual o projeto educativo físico e espiritual, não pudesse aceitar, em nenhum instante, a simbiose com outras organizações juvenis, que não fossem instituídas pelo Estado fascista. Por isso, além de proibir a todos os *avanguardisti* a dupla inscrição, foi proibida a sua entrada nas Escolas Militares enquadradas por oficiais do Exército Régio²³⁷. A exigência em normalizar o processo de enquadramento juvenil, para dar continuidade de mobilização às forças revolucionárias da Marcha sobre Roma, necessita de uma moldura institucional capaz de associar os sentidos culturais que o fascismo quer estabilizar a nível ideológico, conjuntamente com o adestramento físico-militar útil ao alcançar das aspirações expansionistas do ditador italiano. Se tomarmos em consideração a necessidade de fortificar as raízes ideológicas que o fascismo quer apurar após do 28 de Outubro de 1922, reparamos de imediato que Bottai, convicto apoiante do revisionismo fascista, concordava com Mussolini na necessidade de dar um corpo maior à doutrina filosófica do fascismo. Mas, enquanto que por Bottai esta doutrina tinha de ser criativa e apta, em qualquer momento, à pronta modificação da arquitetura global do Estado ético, por Mussolini ela devia ser uma doutrina monolítica e intransigente no seguir dos dogmas

²³⁶ MARCHESINI, Daniele, 1976, *La scuola dei gerarchi*, Milão, Feltrinelli.

²³⁷ AQUARONE, Alberto, 2003, *L'organizzazione dello stato totalitario*, Turim, Einaudi.

do fascismo²³⁸. De facto, se por um lado, a escola era útil a enfatizar e fixar aqueles conceitos ideológicos de política educativa do regime fascista, por outro lado, porém, qual melhor contexto da escola podia tornar-se substrato fértil para o revisionismo tão desejado por Bottai, dentro daquela concepção mítica de Estado que, se renovando a si mesmo, renova, também, aquela ideia de revolução contínua, sobre a qual o fascismo tinha fundado as próprias origens²³⁹. Mas, nessa concepção criativa do Estado fascista, onde tudo podia ser posto em discussão, de forma perfeitável e repensável, arriscava-se a não se cumprir aquela transformação do Italiano Novo que Mussolini desejava, feita de profunda admiração pelo *duce* e devoção religiosa à causa fascista; aliás, trata-se da formação de uma nova classe dirigente que, para ser completamente devota à “religião” fascista, requeria uma competência educativa exclusiva para o propor às novas gerações uma ligação indissolúvel aos preceitos ideológicos fascistas. Portanto, apesar da criação da *Opera Nazionale Balilla*, em 1926, parecer endereçar-se ao alvo do revisionismo de marca *bottaiana*²⁴⁰, no conceder à escola, relativamente ao papel mais rígido do partido, o adestramento pré-militar dos mais jovens, a escolha de Mussolini parece evidenciar o desejo em dar eficácia ao desenvolvimento físico e espiritual das novas gerações, para construir as qualidades ideológicas exclusivas do espírito fascista, desenvolvimento a partir do qual o partido quer apropriar-se no futuro para aumentar a sua mobilização totalitária. Não esqueçamos que, em 9 de Janeiro de 1927, eram dissolvidas as organizações dos grupos de escuteiros católicos, após, um ano antes, Mussolini, depois de ter falado com o seu interlocutor²⁴¹ sobre as negociações da Concordata, ter prometido que com a criação da *Opera Nazionale Balilla*, o Estado não teria tido alguma pretensão em atribuir apenas a si próprio o monopólio da educação juvenil. Contudo, a Santa Sé, preocupada com a situação, decidiu de suspender as negociações

²³⁸ GUERRI, Giordano Bruno, 1996, *Giuseppe Bottai, Fascista*, Milão, Mondadori.

²³⁹ GENTILE, Emilio, 2002, *Il mito dello Stato Nuovo. Dall'antigiulittismo al fascismo*, Roma-Bari, Laterza.

²⁴⁰ GENTILE, Emilio, 2005, *Op. Cit.*, p. 259. “According to Bottai, after taking over the government fascism had to change its methods and its way of thinking:

The revealed religion has reached the point of writing its codex and building its temple. Doctors and builders are required. The old hierarchy is suddenly insufficient: the gesture, that could send hundred upon hundreds of men into the fray once, is by now only a grotesque grimace; the leaders of yesteryear are for the most part puppets that abuse a power they no longer possess; sharp commanding words are no longer enough, they do not convince any more [...]

We ask for vivid, dynamic discipline that will seek and bring out new values; that will build a hierarchy deserving of the new and heavy tasks of fascism. We know this is long and hard work and no one is asking for it to be done in one day: the task at hand is to replace an entire class of man, clearly deserving credit for their past work with a new class, a new ruling *elite*”.

²⁴¹ O interlocutor pessoal de Mussolini para a Concordata foi o jesuíta Pietro Tacchi Venturi.

pela Concordata, condição que não preocupou minimamente Mussolini, o qual, em 9 de Abril de 1928, ordenou a dissolução total de todos os grupos escoteiros a nível nacional²⁴².

A *Opera Nazionale Balilla*, criada, a 3 de Abril de 1926, em prol da assistência à educação física e moral da juventude estava já dando os seus frutos, será esta mesma organização o órgão que delimitará o campo dos protestos da Santa Sé que retomará as negociações, com o Estado fascista para a Concordata, depois de, em 14 de Maio de 1928, ter reformulado o Decreto-Lei de 9 de Abril de 1928, em que se tornavam isentos da dissolução aquelas organizações juvenis que se propunham as atividades de prevalência religiosa, com a finalidade de assistência religiosa e sacramental e que desenvolvessem as suas atividades num domínio marcadamente distinto ao da *Opera Nazionale Balilla*. Daqui a ilusão de que a Concordata de 1929 teria limitado a repressão fascista, salvando pelo menos as organizações da Acção Católica, que contrariamente será dissolvida, por meio do Decreto-Lei de 29 de Maio de 1931, a que se seguirá o sequestro de todos os círculos católicos²⁴³. Podemos, portanto, dizer que a *Opera Nazionale Balilla* veio desenvolver, ao longo da sua existência, uma dupla função de desenraizamento e enfraquecimento, por um lado, das organizações juvenis estranhas ao regime que podiam roubar aquele espaço de enquadramento ideológico, para com as novas gerações, por outro lado uma função de deslegitimação da própria escola, enquanto instrumento à mão daquela corrente revisionista que, próprio no meio escolar, queria desenvolver o ponto central de coesão pedagógico-educativa do Estado fascista. De facto, é bom lembrar-se que a *Opera Nazionale Balilla* tinha nascido para remediar as carências educativas que a escola tinha demonstrado até então e com a sua criação se instaurava um duplicado institucional a nível escolar. Já em Janeiro de 1927 o Ordenamento Técnico Disciplinar da *Opera Nazionale Balilla* se preocupava com: «a) difundir nos jovens um sentimento de disciplina e de educação militar; b) a instrução pré-militar; c) a instrução gímnico-desportiva; d) a educação espiritual e cultural; e) a instrução profissional e técnica; f) a educação e assistência religiosa»²⁴⁴. Como é fácil intuir, a *Opera Nazionale Balilla* tinha nascido para subtrair à escola aquela primazia de enquadramento ideológico, que teria podido ser a mais severa revisora de uma doutrina

²⁴² SICA, Mario, 2006, *Storia dello scoutismo in Italia*, Roma, Edizioni Fiordaliso.

²⁴³ PENNACCHINI, Piero, 2012, *La Santa Sede e il fascismo in conflitto per l’Azione Cattolica*, Cidade do Vaticano, Libreria Editrice Vaticana.

²⁴⁴ OSTENC, Michel, 1981, *La scuola italiana durante il fascismo*, Roma-Bari, Laterza.

fascista e que, contrariamente, Mussolini queria apresentar como uma Nova Religião aos Novos Fiéis, únicos Novos Dignos Herdeiros da continuação da Revolução do fascismo. Trata-se de legitimar a instituição das escolas como polos de preparação cultural e centros de propaganda da *Opera Nazionale Balilla*, os quais sistematicamente teriam invadido, gerido e delimitado o espaço educativo, espaço que, ao invés de ser o ponto de partida para um revisionismo da doutrina do fascismo, com a *Opera Nazionale Balilla*, pelo contrário, torna-se garantia de codificação estática dos preceitos mussolinianos no contexto escolar. De facto, a organização pré-militar, dentro da *Opera Nazionale Balilla* estava a tornar-se cada dia mais importante. Já em 1930, Ricci, presidente da *Opera Nazionale Balilla*, obtinha, por Mussolini, a autorização para construir um mosquete para o uso dos *balilla* e dos *avanguardisti*, enquanto esperava dotar de mosquetes cada um dos ginásios dos *avanguardisti*, que se prestavam a serem adestrados pré-militarmente, por meio da ajuda de setores militares marítimos, aéreos, motociclistas, esquiadores, alpinos, fuzileiros, ciclistas e pessoal de primeiro socorro, até chegar a Dezembro de 1934, altura em que a Cultura Militar foi inserida constantemente entre as disciplinas de estudo da escola, regulamentando a instrução pré-militar dos jovens *avanguardisti*²⁴⁵. Como se pode notar o adestramento pré-militar estava a acrescentar um cariz guerreiro, aliás estava a formar, desde a primeira adolescência, aquele cidadão-soldado que Mussolini aspirava criar. Não esqueçamos que mesmo em Janeiro de 1935, o geral De Bono estava encarregado de preparar a guerra colonial pela conquista da África Oriental e que o advento bélico teria envolvido um número elevado de homens e meios militares, que ultrapassou o número de recursos utilizados pela Itália durante a I Guerra Mundial²⁴⁶. Por isso, podemos individuar uma confluência de intentos belicosos, que Mussolini opera dividindo e criando antagonismo dentro do meio escolar em benefício do partido, que ao invés de criar um corte na continuidade entre um e outro, se torna substrato fértil para dotar o *Partito Nazionale Fascista* daquele intercâmbio geracional, pronto a sacrificar-se para a *escalation* bélica, que se está aproximando. Por esta razão, a escola, por meio da *Opera Nazionale Balilla*, torna-se o reflexo do *Partito Nazionale Fascista*, considerado por Mussolini, o instrumento idóneo e principal para *fascistizzare* à sua imagem as Novas Gerações. O

²⁴⁵ NELLO, Paolo, 1978, *L'avanguardismo studentesco alle origini del fascismo*, Roma-Bari, Laterza.

²⁴⁶ Em África, entre o Fevereiro de 1935 e o Maio de 1936, partiram 17989 oficiais, 361979 soldados, 67113 operários, 61100 quadrupedes, enquanto vinha deslocado um movimento complexo de materiais de 50707 toneladas com um consumo de carburantes diário de 300 toneladas.

adestramento de prevalência físico fornecido pela *Opera Nazionale Balilla* devia ser útil para completar, de um ponto de vista estético, aquela formação moral da doutrina fascista, que revivia e se renovava no reorganizar do espírito guerreiro das esquadras de ação fascista da primeira hora. O papel da *Opera Nazionale Balilla* parece o de um tirocínio político em preparação à substituição dessas esquadras pioneiras no panorama ideológico do fascismo, em que as Novas Gerações serão geridas pelo *Partito Nazionale Fascista* considerado o educador moral e político da nação²⁴⁷. A decisão de Mussolini de pôr fim à existência da *Opera Nazionale Balilla*, com o contemporâneo nascimento da *Gioventú Italiana del Littorio*, sob a dependência do partido, demonstrava o interesse do *duce* em acomodar as iniciativas de reordenação do partido por parte de Starace; razão que dava maior garantia àquela imagem de supremacia que o *duce* queria dar de si aos Italianos Novos. Para confiar a *Gioventú Italiana del Littorio* ao partido, Mussolini precisava de uma estabilidade institucional, que entre os anos de 1926, ano de criação da *Opera Nazionale Balilla* e o de 1937, ano de criação da *Gioventú Italiana del Littorio*, se teria alimentado de uma Geração Incontaminada, que não aderisse aos preceitos do fascismo por medo ou comodismo, mas que acreditasse cegamente no *duce* com fé absoluta na Nova Religião de Benito Mussolini²⁴⁸. Cria-se, assim, um exército militante de jovens fascistas, crescidos no misticismo “sadio” de quem se responsabilizava com o contribuir para o bem da coletividade fascista, demonstrando dedicação à causa, pronto a sacrificar qualquer interesse pessoal e contra um mundo dominado pelo materialismo e o egoísmo individualista. O espírito ativista do partido, necessário ao prosseguimento da revolução, apropria-se daquela colocação institucional, que o coloca numa posição privilegiada para prescrever as diretivas de enquadramento ideológico do setor juvenil. Uma vez que no meio escolar é superado o perigo de doutrinação clerical, substituído pelo conceito de fascismo como Religião de Estado e uma vez alcançado o patamar de adestramento pré-militar destinado às novas gerações, as razões que levam à supressão da *Opera Nazionale Balilla* em favor da

²⁴⁷ CAPORILLI, Pietro, 1939, *Il fascismo e i giovani*, Roma, Angelo Signorelli.

²⁴⁸ MOSSE, George L. – BRAUN, Emily – BEN-GHIAT, Ruth, 1999, *A estética no fascismo*, Lisboa, Edições JSC, p. 28. “As sociedades democráticas e socialistas, declarava o Duce, definiram a felicidade em termos puramente materiais e produziram populações *bem alimentadas e gordas*, mas espiritualmente desprovidas. O fascismo, por outro lado, seria uma *revolução moral* que daria alimento à pessoa global”.

Gioventú Italiana del Littorio, tal como afirma Mussolini: «sono così evidenti che ritengo superfluo illustrarle»²⁴⁹.

Com a instituição da *Gioventú Italiana del Littorio*, no primeiro de Outubro de 1937, o partido é oficialmente o único responsável pedagógico pela educação destinada às forças juvenis do regime. As organizações juvenis, conforme à opinião do secretário do *Partito Nazionale Fascista* Achille Starace, com a passagem à direta responsabilidade do partido, adquirem um papel fundamental no aparelho do Estado fascista, um papel de enquadramento físico, moral e espiritual, necessário para compactar harmoniosamente os Filhos do Povo Italiano, numa milícia civil pronta a servir com coragem a causa fascista²⁵⁰. Em 28 de Outubro de 1937 foi publicado o decreto de dissolução da *Opera Nazionale Balilla* e no dia a seguir os secretários federais do *Partito Nazionale Fascista* assumiam o comando da *Gioventú Italiana del Littorio* nas variadas sedes territoriais; quanto ao que concerne aos dirigentes da *Opera Nazionale Balilla*, embora conservassem os encargos que já possuíam, a nível hierárquico passavam a estar sob a dependência da recém-nascida *Gioventú Italiana del Littorio*, organização diretamente subordinada ao partido²⁵¹. Com este estratagema Mussolini, sem modificar os comitês organizativos da *Opera Nazionale Balilla*, subordinava-os à autoridade do partido, ou seja, sem modificar as competências dos homens da *Opera Nazionale Balilla* entregava as associações juvenis *Figli della Lupa*, *Balilla*, *Avanguardisti*, *Piccole* e *Giovani Italiane*, inteiramente nas mãos do partido por meio da sua subordinação à *Gioventú Italiana del Littorio*. De facto, o ordenamento da *Gioventú Italiana del Littorio* dava ao secretário do *Partito Nazionale Fascista* o poder de emanar e modificar o estatuto desta nova organização, de que o lema de fundação era mutuado pelo juramento, introduzido por Mussolini, nos *Fasci di Combattimento*: *Credere, Obbedire, Combattere*²⁵².

A *Gioventú Italiana del Littorio*, além de encarar a preparação espiritual, desportiva e militar das massas juvenis, tinha a tarefa de gerir o ensino da educação física nas escolas elementares e médias, a instituição e o funcionamento de cursos,

²⁴⁹ “São assim evidentes que retenho supérfluo de ilustra-las”. Comentário que Mussolini acompanha ao Decreto-Lei de 27 de Outubro de 1937, que ao mesmo tempo suprime a *Opera Nazionale Balilla* e a substitui com a *Gioventú Italiana del Littorio*.

²⁵⁰ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2665, 29 de Outubro de 1937.

²⁵¹ SPINOSA, Antonio, 2002, *Starace. L'uomo che inventò lo stile fascista*, Milão, Mondadori.

²⁵² Acreditar, Obedecer, Combater.

escolas, colégios, academias, a assistência nos acampamentos e nas colônias climáticas, o patronado escolástico e a organização de viagens e cruzeiros. Até aqui parece que, com a instituição da *Gioventù Italiana del Littorio* nada muda, substancialmente, no que diz respeito à atividade educativa e de gestão administrativa desenvolvida pela *Opera Nazionale Balilla*, mas, se analisarmos melhor o projeto político educativo, que o partido consegue cumprir por meio da *Gioventù Italiana del Littorio*, podemos notar como a mudança pedagógica era radical. Para começar o controle direto do partido para com o ensino religioso, além de reduzir a trinta minutos, a cada quinze dias, a instrução religiosa nas escolas, obrigou os capelões militares a ensinar na presença de um comandante da *Gioventù Italiana del Littorio*. Delegando definitivamente os destinos da educação juvenil nas mãos do partido, Mussolini, provavelmente, queria compactar e disciplinar as forças juvenis, evitando assim um dualismo interno, que podia prejudicar perigosamente as relações entre *Partito Nazionale Fascista* e *Opera Nazionale Balilla*. O partido dava, deste modo, uma maior garantia ao salvaguardar da organização e do estilo de vida típicos da organização das esquadras fascistas²⁵³, que tinha caracterizado a ascensão do regime até o cumprimento da Marcha sobre Roma. A necessidade do regime, uma vez alcançado o poder, era a de estabilizar, de um ponto de vista cultural, a doutrina fascista na consciência dos italianos²⁵⁴. Isso explicaria porque no começo o esforço cultural fascista se concentrou no mesmo ambiente escolar, onde o regime procurava atingir ideologicamente as consciências de uma parte alargada das forças juvenis. Com certeza a escola, como temos visto, veio a ser um espaço fértil para combater frontalmente o campo de ação da religião católica, ação que podia impedir seriamente o nascimento de uma Nova “Religião” fascista que, com a introdução de

²⁵³ CHABOD, Frederico, 1963, *Op. Cit.*, p. 111. “A verdadeira novidade é constituída pelo facto de que, enquanto as ditaduras do século XIX faziam apelo ao exército regular e realizavam o *golpe de Estado* com o apoio dele, as do século XX, fascista ou nazista, apoderam-se do Poder graças a uma organização militar própria, especialmente preparada e destinada a conservar-se ao lado do exército regular.

Do ponto de vista político, o facto tem consequências assaz graves. Vimo-lo já no momento da subida do fascismo ao poder: a organização militar dos *camisas negras* deu ao fascismo uma *força de choque* desconhecida dos velhos partidos políticos”.

²⁵⁴ PINTO, António Costa, 2006, “O regime fascista italiano”, em ROSAS, Fernando – OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *Op. Cit.*, p. 28. “Quando, na segunda metade dos anos 30, foi eliminada o que restava da herança liberal, e o Partido Fascista, sob a direcção de Starace, ensaiou a conquista da sociedade civil, Mussolini aproximou-se, então, do culminar do seu poder pessoal e da utilização de recursos carismáticos, com uma máquina partidária, estatal e cultural, trabalhando para o *culto do Duce*. Movimento que vários historiadores do fascismo caracterizaram como a passagem de um fascismo *autoritário* à hegemonia de um fascismo *totalitário*, cuja coexistência atravessou a consolidação da Ditadura de Mussolini”.

novos símbolos e novos rituais, queria monopolizar a vida quotidiana dos italianos. A instituição da *Gioventù Italiana del Littorio* em 1937 parece refletir o alcançar do objetivo final de mistificação, que o fascismo tinha construído desde os primórdios da sua ascensão ao poder. A criação desta organização não era o início de um processo de formação coletiva de uma “religião” fascista, mas sim a sua consagração oficial²⁵⁵. Conceder ao partido a competência político-educativa das forças juvenis, significava instituir um mestre-guardião único e severo no perseguir dos preceitos, que esta Nova “Religião” tinha doado ao Italiano Novo.

A este ponto a escola estava pronta para ser entregue nas mãos belicosas do *Partito Nazionale Fascista*. Não é por acaso que em 24 de Outubro de 1937 pouco tempo antes de ter nascido a *Gioventù Italiana del Littorio*, o secretário do partido Achille Starace obtinha de Mussolini, que à recém-nascida organização fosse atribuída a plena competência na preparação pré-militar da juventude, deixando à milícia a preparação pós-militar. Desde a sua criação as atividades da *Gioventù Italiana del Littorio* foram sendo acrescentadas e entre estas emergiram novas manifestações periódicas, como o *Scudo del Duce*, o *Trofeo del Bersagliere*, o *Trofeo della Montagna* e o *Trofeo del Federale*. Parece provável que todas estas manifestações desportivas²⁵⁶ tenham sido inventadas com o objetivo de potenciar o espirito de competição entre os inscritos, na moldura de um sentimento de pertença comum às atividades do partido através da *Gioventù Italiana del Littorio*. Na prática, com a instituição da *Gioventù Italiana del Littorio*, Mussolini alicerçou definitivamente as bases de recrutamento juvenil do partido²⁵⁷, num Estado, como o fascista, que se preparava para enfrentar uma Nova Guerra. De facto, desde o começo da sua ascensão, o fascismo tinha construído o seu sucesso político sobre o mito renovador assente na memória das vítimas da Grande Guerra, associando a esta memória os mortos caídos em prol da implantação da

²⁵⁵ Com o Decreto-Lei de 27 de Outubro de 1937, nº 1839 à G.I.L. cabe: A) A preparação espiritual, desportiva e pré-militar da juventude. B) O ensino da educação física nas escolas primárias e secundárias conforme aos programas concordados com o Ministério da Educação Nacional. C) A instituição e funcionamento de cursos, escolas, colégios, academias, que têm afinidade com os princípios da G.I.L. D) Assistência desenvolvida através dos campos, colonias climáticas e sindicato escolar e com outros meios proporcionados pelo Secretário do Partido. E) Organização de viagens e cruzeiros. Como se pode notar o ensino da educação religiosa não era mais mencionado, a atividade dos sacerdotes da G.I.L. (que passavam a serem nomeados pelos federais do partido), além de ser vigiada e regulada pelos instrutores da organização recém-nascida, vinha reduzida a trinta minutos cada duas semanas.

²⁵⁶ BACCI, Andrea, 2002, *Lo sport nella propaganda fascista*, Turim, Bradipolibri Editore.

²⁵⁷ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Servizi Vari/Serie II/b. 271, 21 de Junho de 1938.

revolução fascista, enquanto fautores da grande renovação espiritual capaz de regenerar o carácter dos Italianos Novos²⁵⁸.

A *Gioventú Italiana del Littorio* representava o elo de conjugação entre pensamento e ação, representava aquela ponte necessária, que era preciso erguer entre o Estado e os jovens da sociedade fascista, enquanto capaz de concretizar verdadeiramente o conceito de Homem Novo. Por meio da *Gioventú Italiana del Littorio* o indivíduo vem plasmado ativamente na formação coletiva das Novas Gerações criadas no mito de uma Sociedade Nova e ao abrigo da qual o partido cuida das suas almas. Já em 1938, para tutelar a ortodoxia doutrinária do fascismo, foi entregue a todos os inscritos da *Gioventú Italiana del Littorio* o prontuário intitulado *Il primo libro fascista*²⁵⁹, onde estavam ilustradas minuciosamente as ramificações múltiplas do *Partito Nazionale Fascista*.

A evolução totalitária de uma rígida disciplina moral devia infundir, através do partido, uma pedagogia coletiva, em que o sentido da socialidade fascista, se animava por aquela base moral sobre a qual se podia erguer uma hierarquia militar bem organizada e por meio da qual se preparavam os jovens para combater. Os lemas como *Me ne frego, Indietro non si torna*²⁶⁰ e o mesmo *Credere, Obbedire, Combattere*, eram usados para despertar nos jovens o desejo de virtude revolucionária, útil à perseguição do Mito de um Estado Novo, enquanto objetivo comum que pudesse espalhar na juventude um sentimento de pertença coletiva por algo de místico. A chegada do fascismo, sobretudo numa sociedade variegada²⁶¹ como aquela italiana²⁶², tinha

²⁵⁸ GENTILE, Emilio, 2007, "Mussolini as the prototypical Charismatic Dictator", em PINTO, António Costa – EATWELL, Roger – LARSEN, Stein Ugelvik, *Op. Cit.*, p. 122. "Most Italians applauded Mussolini without being fascists and without thinking of him as a charismatic leader. They were influenced by a state of mind which made them inclined to welcome the arrival of a *new man*, a *regenerator of the nation*, a dictator able to impose discipline within his own party, as long as he ensured law, order, and progress for the nation".

²⁵⁹ *O primeiro livro fascista*.

²⁶⁰ Estou-me nas tintas, Para trás não se volta.

²⁶¹ GRIFFIN, Roger, 2007, *Op. Cit.*, p. 196. "The factors that generated the acute malaise of the Italian fin-de-siècle are familiar from any standard text book on the Risorgimento and its aftermath: the diverse histories, traditions, cultures, and dialects of Italy's component regions; it's deeply entrenched social divisions; the acute poverty, anarchy, and feudal conditions of large areas of the South; the rapid and poorly planned industrialization and wild capitalism of the North West corner of the country (the *industrial triangle*), out of step with economic conditions elsewhere; the comparative weakness of the technocratic, industrial classes and new 'bourgeoisie' within the political class; the widespread illiteracy; the rudimentary educational system, and inadequate social infrastructure in much of the peninsula and especially in the islands; the arch-conservatism of the Catholic Church, still a major source of social cohesion and norms, and its class' out of touch with the living conditions and needs of the growing masses; the state's repressive use of the police and the military to quell public disorder and its refusal to

representado o “domesticar” da massa, ou seja, do Estado que eticamente se colocava num patamar superior àquele dos interesses individuais²⁶³, por meio da união de diferentes classes e culturas provinciais diversas, num interesse hegemónico comum; daqui que, o regime fascista, para arregimentar-se precisava do partido, que, por meio de organizações agressivas, como a da *Gioventú Italiana del Littorio*, podia fazer confluir e disciplinar o esquadrismo violento²⁶⁴ dos fascistas da primeira hora, colocando-o ao serviço de um Estado de partido, onde os jovens representavam uma Milícia Nova e apaixonada pelos dogmas do fascismo²⁶⁵. A intransigência fascista entregava à *Gioventú Italiana del Littorio*, além da finalidade educativa para com os jovens relativamente à sua formação física, moral e cultural, também a preparação política e guerreira dos seus “discípulos”. Mas, apesar da multiplicidade educativa da *Gioventú Italiana del Littorio*, a política militar dominava e devinha prioritária em todas as atividades envolvidas por esta organização²⁶⁶. No aceitar das iniciativas de Starace, Mussolini, provavelmente, achava o partido a única instituição capaz de transfundir concretamente os esforços ideológicos do fascismo. A *Gioventú Italiana del Littorio* de

address the underlying causes of the unrest. The cumulative effect was a yawning gap between the *legal* and *real* Italy which hampered the nationalization and democratization necessary to make the *actually existing* nation an effective source of personal and collective identity”.

²⁶² COLLOTTI, Enzo, 1992, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 42. “O fascismo, regime interclassista, tem necessidade de utilizar uma gama muito variada de valores e de possibilidades, consoante os destinatários da sua mensagem”.

²⁶³ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, pp. 18-19. “Essa personalidade superior é a nação, porque é Estado. Não é a nação que cria o Estado segundo o velho conceito naturalista que serviu de base à exaltação dos Estados nacionais no século XIX. Antes, a nação é criada pelo Estado, que dá ao povo consciente da própria unidade moral uma vontade e, portanto, uma existência efectiva. O direito de uma nação à independência deriva, não de uma consciência literária e ideal do próprio ser, nem tão-pouco de uma situação de facto mais ou menos inconsciente e inerte, mas disposta a demonstrar o próprio direito, isto é, de uma espécie de Estado já *in fieri*. De facto, como vontade ética universal, o Estado é criador do direito”.

²⁶⁴ Archivio Storico Comunale di Lodi/Quaderni ILSRECO (Istituto lodigiano per la storia della Resistenza e dell'età contemporânea) n. 6, ONGARO, Ercole, *Dove é nata la nostra Costituzione. Lettura scenica*, 1998.

²⁶⁵ GENTILE, Emilio, 2005, *Op. Cit.*, p. 179. “Squad members who were least tied to reactionary elements had some harebrained subversive plans to keep fascism as a form of wild rebellion. They were opposed to transforming the party and to providing an ideological definition. Mussolini instead felt that fascism was facing a decisive change in its history: the spirit of war had to give way to the spirit of peace, selfish and special interests had to be overcome and expelled from fascism, the local fervor of the many Italian *Peretolas* defended by squad leaders opposing his policies were to be replaced by those seeking to *de-provincialize* and project Italy as a *national entity*, a single block beyond the seas and beyond the Alps”.

²⁶⁶ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Segreteria Particolare del Duce/Carteggio Riservato/b. 32, 15 de Fevereiro de 1939.

reflexo magnificava Mussolini, exaltando o seu papel sociopolítico de encantador carismático das massas juvenis²⁶⁷.

Pelo menos em aparência, o partido tinha alcançado a conquista totalitária das consciências, o processo de transformação do carácter dos italianos, na visão totalitária do fascismo tornava-se uma verdadeira “Religião”, que renovava a grande força da Estirpe Imperial Romana. A italianidade fascista ambicionava apresentar-se como “Religião” Universal depositária dos destinos do mundo, a grandeza da sua doutrina assentava no culto da romanidade, grandeza da qual o fascismo representava a prova vivente. A Nova “Religião” de Estado fundava as suas raízes históricas bem antes do difundir-se da cristandade, Mussolini tinha conseguido apresentar o fascismo como “Religião” dos Pais da *Lupa Romana*, religião pela qual os Novos Filhos deviam mostrar eterna devoção. Tal evolução requeria uma assimilação constante da consciência cívica anti- burguesa, onde o partido concentrava e incrementava entre os jovens aquele espírito de moralidade totalitária que lutava contra o materialismo económico e individualista²⁶⁸. Para afirmar todos estes princípios a *Gioventú Italiana del Littorio* tornou-se o campo principal de ação no protesto contra a mistura do interesse político com o interesse privado, aliás eram os mesmos jovens que incitavam o partido a preservar a integridade dos costumes políticos, estendendo o veto ao exercício de atividades industriais e comerciais em simultaneidade com cargos públicos. A obra de doutrinação da *Gioventú Italiana del Littorio* ampliou-se, de um ponto de vista cultural, por meio de encontros de cultura fascista, em teatros, cinemas, transmissões radiofónicas, bibliotecas e propaganda juvenil. Os jovens da *Gioventú Italiana del Littorio* eram os artífices da exaltação do conceito de um Homem Novo, que aspirava a identificar-se com os fins superiores do Estado fascista, o qual desde o princípio visava realizar um indivíduo dotado de uma educação moral necessária ao subordinar da egoística satisfação pelo interesse individual. Os jovens da *Gioventú Italiana del Littorio* representavam aquela revolução espiritualista, que por meio do cidadão-soldado

²⁶⁷ ADINOLFI, Goffredo, 2011, “O Sistema Político do Estado Novo”, em Freire, André (org.), *O Sistema Político Português, séculos XIX-XXI: Continuidades e Rupturas*, Lisboa, Edições Esfera do Caos. “É um facto que o PNF estava instrumentalizado por Mussolini para a conquista e a gestão do poder, funcionando simultaneamente como um meio fundamental para a mobilização das massas”.

²⁶⁸ SPIRITO, Ugo, 1934, *Capitalismo e Corporativismo*, Florença, Sansoni.

concretizava a realização do indivíduo livre de sentimentalismos, de cálculos egoísticos e de interesses materiais tipicamente burgueses²⁶⁹.

Mas, bem cedo, a ditadura de partido tinha apresentado a sua conta; em 1939 saía o *Secondo libro del fascista*²⁷⁰, onde explodia a inteireza do fanatismo racista²⁷¹ de Starace contra os judeus. Em Agosto do mesmo ano, o secretário do *Partito Nazionale Fascista* entregava nas mãos de Mussolini, uma relação, de veracidade duvidosa²⁷², que sustentava o desejo da maioria dos italianos, de entrar em guerra contra as democracias ao lado da Alemanha nazi. Nesta situação, entre Mussolini e Starace, é possível duvidar acerca de quem é o manobrado e quem é o manobrador, mas sem dúvida Starace, depois de Mussolini, é certamente neste momento o segundo homem mais poderoso de Itália²⁷³. Provavelmente, Mussolini, estando ciente do poder adquirido por Starace, em 31 de Outubro de 1939, nomeia Ettore Muti, o novo secretário do partido que, por quase dois anos, até a 7 de Julho de 1941, vai cumprir este cargo até à nomeação de Adelchi Serena como secretário do *Partito Nazionale Fascista*. De facto, não parece casual que Mussolini tivesse demitido Starace da secretaria do partido na própria véspera da Itália entrar em guerra, no II Conflito Mundial; em vez de ser uma simples coincidência parece, antes, uma decisão bem meditada para evitar a ingerência perigosa que Starace podia ter sobre as forças juvenis, durante o período extremamente delicado como o da II Guerra Mundial. Frequentemente Starace foi pintado como homem incapaz, até cretino, mas parece que atrás de uma ostentação grosseira e exibicionista dos costumes fascistas, tinha construído pacientemente a arquitetura do partido segundo o gosto de Mussolini. Durante os oito anos em que Starace teve a condução do partido, ele demonstrou um ativismo brilhante, que conduziu a resultados importantes relativamente ao perfil da organização militar, enquadrando os jovens, ordenadamente, na paixão pela disciplina, mostrando o uniforme em estilo impecável e prontos a obedecer cegamente às ordens superiores. Aliás, o Cidadão-Soldado que Mussolini precisava para dar ação ao seu projeto de conquista pessoal, estava bem longe do jovem fascista revisionista tão aclamado por Bottai que, em nome da renovação cíclica do fascismo, podia até pôr em

²⁶⁹ STARACE, Achille, 1939, *Gioventù Italiana del Littorio*, Milão, Mondadori.

²⁷⁰ Segundo livro do fascista.

²⁷¹ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, 20 de Março de 1939.

²⁷² DE FELICE, Renzo, 2008, *Mussolini il Duce. II. Lo Stato Totalitario (1936-1940)*, Turim, Einaudi, pp. 704-705.

²⁷³ SPINOSA, Antonio, 2002, *Op. Cit.*

discussão total a doutrina do fascismo. Parece que Starace sabia bem onde estava a pisar e fez de tudo para contrastar a corrente revisionista do fascismo, dando ao partido o enquadramento juvenil que Mussolini procurava, ou seja, um Homem Novo pronto a sacrificar-se totalmente por um *duce* Super-Homem infalível e inalcançável.²⁷⁴ Por meio da criação da *Gioventú Italiana del Littorio* o *Partito Nazionale Fascista* tornou-se o único sujeito responsável pela formação político-educativa dos jovens, situação que, além de aumentar o poder, colocava o partido numa posição privilegiada dentro do regime²⁷⁵. Foi precisamente durante o período bélico que a *Gioventú Italiana del Littorio* chegou ao ápice de uma potencialidade nunca antes alcançada. Enquanto que a Itália fracassava militarmente no segundo conflito mundial, os financiamentos da *Gioventú Italiana del Littorio* continuavam a subir de 344 milhões de liras (cerca de 180.000 euros), em 27 de Julho 1940, para 1.130 milhões de liras (cerca de 580.000 euros) em Dezembro de 1942 e o orçamento de 1943-44, já aprovado com igual importância ao de 1942, só não se realizou devido à queda do regime fascista. Durante a guerra Mussolini preocupou-se muito com as atividades da *Gioventú Italiana del Littorio*. Em 26 de Agosto e em 17 Outubro de 1940 dois grupos da *Gioventú Italiana del Littorio* marcharam da Liguria região no norte-oeste da Itália, até o Veneto região situada no norte-est. Entre 7 e 10 de Outubro os jovens dessa marcha participaram nas exercitações militares junto às formações especiais de organizações juvenis alemãs, espanholas, húngaras, romenas e búlgaras. Em 1941 houve uma iniciativa ítalo-alemã em que a *Gioventú Italiana del Littorio* participou no desfile da *Giovinezza* à frente de ministros, diplomatas, hierarcas e oficiais do Estado-Maior. Ainda em 1941 a *Gioventú Italiana del Littorio* tornou-se até responsável pela assistência, educação e preparação ao trabalho profissional dos órfãos de guerra, competência até então desenvolvida pela *Opera Nazionale per gli Orfani di Guerra*, que passava a concluir a sua existência; assim Mussolini punha também, os colégios militares, sob o controlo direto da *Gioventú Italiana del Littorio*, onde, como de costume, estavam presentes um alto número de órfãos de guerra. Em Junho de 1942, os *Ludis Juvenis* surgiram a conclusão de encontros teatrais, de cinema e de pintura, onde os jovens da *Gioventú Italiana del Littorio* respondiam à hospitalidade recebida em Weimar, dada pela *Hitlerjugend*, no

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2665, 1º de Dezembro de 1937.

encontro internacional de jovens. Em Setembro de 1942, em Milão, organizaram-se os campeonatos internacionais da juventude europeia, onde participaram jovens italianos, alemães, húngaros, belgas, eslovacos, espanhóis, noruegueses, búlgaros, finlandeses, croatas e dinamarqueses. Em 1943 abriram-se novos colégios de partidos para órfãos de guerra em Turim, Lecce, Milão, Pádua, Florencia, Spoleto, Teramo, Pontinia e Tagliacozzo. Parece que o esforço do *duce* em ampliar a orgânica da *Gioventú Italiana del Littorio* era proporcional às derrotas militares, derrotas que o fascismo ia encontrando ao longo da II Guerra Mundial²⁷⁶. Além disso, se pensarmos na rápida substituição, em menos de dois anos, de dois secretários de partido, antes Muti e depois Serena, também neste caso podemos evidenciar uma necessidade de controlo autoritário, urgentemente procurado por Mussolini, para com o partido e a *Gioventú Italiana del Littorio*, para recuperar o controlo absoluto que o ditador italiano tinha perdido durante a secretaria de Starace. Provavelmente, o destino de Starace estava já decidido à partida, a escolha de Mussolini em entregar as organizações juvenis nas mãos do partido, por meio da *Gioventú Italiana del Littorio*, parece circunscrita na vontade de adestrar militarmente e fortificar ideologicamente os jovens tornando-os prontos para o sacrifício extremo. Deixar Starace controlar as forças juvenis em campo durante o período do conflito mundial, teria significado tolerar a ingerência de um outro chefe que, embora não tivesse o mesmo carisma de um *duce condottiero*, podia ameaçar seriamente, pelo menos de um ponto de vista operativo, a completa autonomia de ação dos propósitos belicosos de Mussolini. Por estas razões se pode afirmar que, o ato de instituir a *Gioventú Italiana del Littorio* sob a dependência do partido, foi um estratagema que Mussolini utilizou para acelerar, entre os jovens, a convicção e a crença no Mito de um Estado Novo que, para ser construído, necessitava da fé incondicionada de um Homem Novo forjado e regenerado nos valores da Revolução fascista²⁷⁷. Homem Novo que torna-se o interlocutor ideal e privilegiado para o qual o *duce* pode evocar enfaticamente, a purificação extrema do povo italiano, declarando que é chegada «l'ora delle decisioni: IR-RE-VO-CA-BI-LI!»²⁷⁸.

²⁷⁶ MARCHESINI, Daniele, 1976, *Op. Cit.*

²⁷⁷ ADDIS SABA, Marina, 1973, *Gioventú Italiana del Littorio. La stampa dei giovani nella guerra fascista*, Milão, Feltrinelli.

²⁷⁸ Ênfase com a qual, em 10 de Junho de 1940, Mussolini comunica do balcão de *Piazza Venezia* em Roma, a entrada em guerra contra França e Grã-Bretanha, tendo chegada “a hora das decisões: IR-RE-VO-CÁ-VE-IS!”.

2.3 Mobilização e espírito de sacrifício dos jovens

A imagem de Mussolini procurou impor-se como a de uma figura mística a imitar nas suas virtudes cívicas e de combatente. Mussolini é o protetor da Pátria, no qual se identifica o guerreiro valoroso dotado de qualidades sobre-humanas, e que encarna fisicamente o exemplo vivente do italiano Novo, a que se deve conformar um Homem Novo crescido e educados nos credos da “religião” do fascismo. Mussolini aparecia como o Homem capaz de garantir a autoridade necessária para conferir a solidez física e moral nas Novas Gerações, o chefe político que tal se tornou, não por mecanismos dinásticos da política, mas pelas qualidades carismáticas que fizeram dele o verdadeiro *condottiero*²⁷⁹. Entre 1923 e 1926 as biografias que falavam de Mussolini concentraram-se na apresentação de um *duce* homem político incomparável, lutador e dominador das massas²⁸⁰. O fascismo nascido nas cinzas da I Guerra Mundial constituía um instrumento poderoso de mobilização dos jovens em torno do qual rodeava a inculcação ideológica da pedagogia fascista. A imagem do *duce* era a do *princeps iuventutis*²⁸¹, um modelo estético no qual inspirar a própria vida. O *duce* era o testemunho vivente de como deveria ser o Homem Novo Italiano, aquele que representando uma personalidade firme e excecional, encarnava fisicamente o padrão espiritual do fascista verdadeiro. O Italiano Novo para tornar-se assim, devia imitar Mussolini nas suas qualidades morais e viris, qualidades que este *condottiero* tinha resumido na mistificação da sua pessoa.

A emulação do *duce* começava pelo conceito de culto das origens, sobre qual se pretendia fundar e infundir o culto do fascismo, através de uma ideia de legitimação profética da doutrina fascista como guia espiritual votado ao alcance de uma Sociedade Nova, sociedade onde Mussolini devinha o Novo Messias de uma Nova Itália, Nação pela qual os jovens, mártires da fé, estavam prontos a imolar-se²⁸². No que se refere ao

²⁷⁹ GENTILE, Emilio, 1996, *Op. Cit.*, p. 33. “Among the many initiatives designed to create an official state liturgy, the Fascist government gave strong support to state and patriotic symbols, reinstating uniforms for members of its government. *The new state loves decorum and wishes to restore the dignity of formalities...Mussolini has an eye on something more concrete than sartorial reform: he wants a restoration of symbols*, announced *L’illustrazione italiana*. Fascist passion, a Fascist journalist wrote a few weeks after the March on Rome, *has given all the reconsecrated symbols a fervent human and divine soul that beats as one within fifty million Italian breasts*”.

²⁸⁰ DOGLIANI, Patrizia, 2008, *Il fascismo degli italiani. Una storia sociale*, Turim, UTET.

²⁸¹ PASSERINI, Luisa, 1991, *Mussolini immaginario*, Roma-Bari, Editori Laterza.

²⁸² MILZA, Pierre, 1969, *Fascismes et idéologies réactionnaires en Europe (1919-1945)*, Paris, Librairie Armand Colin, pp. 15-16. “Cet esprit antipacifiste, le fascisme le transpose également dans la vie des individus. La fière devise des squadristes *je m’en fous*, écrite sur les bandeaux d’une blessure, n’est pas

potencial de mobilização juvenil que o partido podia desencadear na sociedade italiana, não parece casual que um dos mais convictos apoiantes da religiosidade do fascismo fosse o próprio Carlo Scorza, secretário dos *Gruppi Universitari Fascisti*, única organização escolar do regime que durante a existência inteira do fascismo ficou sempre sob a dependência do *Partito Nazionale Fascista*, sem nunca passar sob a responsabilidade da *Opera Nazionale Balilla*. É interessante notar como os *Gruppi Universitari Fascisti* exercitavam um controle territorial ramificado não só a nível escolar, mas ainda a nível extraescolar, vigiando os jovens que terminada a escola ingressavam no mundo do trabalho. De facto eram os estudantes universitários do *Gruppi Universitari Fascisti* que tinham a tarefa de organizar os *Campionati Littoriali*²⁸³ do trabalho que, a cada ano, se repetiam em todas as províncias italianas e de onde teriam saído os campeões locais de cada profissão, participando estes, depois, nas finais nacionais em Roma. Mais de uma vez, aconteceu que, mal a competição ficava concluída, os campeões regionais tivessem retrocedido na classificação por desqualificação, apenas por não estarem regularmente inscritos no *Partito Nazionale Fascista*²⁸⁴. Esta situação, não obstante o período dourado da *Opera Nazionale Balilla* decorrido no contexto político-educativo italiano destinado aos jovens, mostraria como o partido, desde o começo do fascismo, tinha uma posição privilegiada no enquadramento ideológico²⁸⁵ a nível juvenil, posição de privilegio que, por meio dos *Gruppi Universitari Fascisti*, lhe permitia, mais do que à *Opera Nazionale Balilla* concentrada no âmbito escolar, estender o controlo sobre as forças juvenis alheias ao mundo escolástico.

Carlo Scorza, comandante da *Gioventù Italiana del Littorio* e secretário dos *Gruppi Universitari Fascisti*, convencido apoiantes²⁸⁶ do culto do chefe e do fascismo como religião, propunha aos “apóstolos” do *duce* uma missão heroica, onde o objetivo

seulement un acte de philosophie stoïque, ou le résumé d’une doctrine politique, elle est l’éducation au combat, l’acceptation des risques que comporte celui-ci ; elle est un nouveau style de vie italien. Ainsi le fasciste accepte et aime la vie, il ignore le suicide ; et le tient pour lâche ; il comprend la vie comme un devoir, une élévation, une conquête : la vie qui doit être élevée et pleine : vécue pour soi, mais surtout pour les autres, proches et lointains, présents e futurs...”.

²⁸³ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, 13 de Maio de 1934.

²⁸⁴ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, 1 de Maio de 1936.

²⁸⁵ Uma das provas dos jovens trabalhadores, que participavam dos *Campionati Littoriali*, era demonstrar o conhecimento da fé na disciplina fascista.

²⁸⁶ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Segreteria Particolare del Duce/Carteggio Riservato/b. 33, 14 de Julho de 1931.

principal era o de instaurar uma Nova Ordem, que levasse ao cumprimento ideológico dos esforços da reivindicação fascista. A fé nos dogmas do fascismo manifestava-se através da devoção e da dedicação pela causa fascista, a qual deveria ser procurada quotidianamente sem medo de recorrer, se necessário fosse, ao sacrifício extremo²⁸⁷. O mito de fundação do regime era a base da sua própria legitimidade²⁸⁸, a revolução fascista, para ser perpetrada, necessitava do espírito de sacrifício dos jovens, que continuavam a homenagear o martírio²⁸⁹ de quem, antes deles, se tinha imolado pela glória e a grandeza da Pátria Italiana. As visitas aos campos de batalha, aos monumentos e aos cemitérios de guerra moldavam um contexto concreto do que significava exortar a memória daqueles que, com amor se sacrificaram pela honra da Itália²⁹⁰. A mística de sacrifício extremo e a fé no fascismo como religião, contornavam a figura do *duce*, modelo ideológico a que os jovens deviam-se conformar-se. Aos jovens da *Gioventú Italiana del Littorio* foi ensinado que, para se tornarem verdadeiros fascistas, deviam recusar o instinto hedonístico individualista, com o fim de alcançar, por meio do sacrifício e abnegação de si mesmos, a essência espiritual dentro da qual descobririam o valor e o sentido de serem Homens²⁹¹. Procura-se, assim, um sentimento de anulação da própria pessoa, necessário para o eternizar da grandeza da Estirpe Italiana, por meio de uma regeneração constante das Novas Gerações²⁹² unidas na fé da “Religião” fascista. A realização do projeto fascista previa uma inclusão e uma

²⁸⁷ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 16. “Assim, não se poderá compreender o Fascismo nos seus vários aspectos práticos, como organização de partido, sistema de educação e disciplina, sem o encararmos, antes de mais, à luz do seu modo geral de conceber a vida: *modo espiritualista*. Para o Fascismo, o mundo não é o mundo material conforme aparece à primeira vista, no qual o Homem é um indivíduo separado de todos os outros, governado por uma lei natural que, instintivamente, o leva a viver uma existência de prazer egoísta e momentânea. O homem do Fascismo é o indivíduo que é nação e pátria, lei moral que une conjuntamente indivíduos e gerações numa tradição e numa missão, que suprime o instinto da vida encerrada no breve instante do prazer para instaurar no dever uma vida superior liberta dos limites do tempo e do espaço: uma vida em que o indivíduo, através da abnegação de si mesmo, do sacrifício dos seus interesses particulares e até da própria morte, realiza aquela existência inteiramente espiritual onde reside o seu valor de homem”.

²⁸⁸ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Nazionale Arditi d’Italia/b. 5, 20 de Janeiro de 1927.

²⁸⁹ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Nazionale Arditi d’Italia/b. 5, 2 de Novembro de 1928.

²⁹⁰ Gentile, Emilio, 2008, *Op. Cit.*

²⁹¹ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, 7 de Março 1937.

²⁹² MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 18. “Não estamos perante uma raça ou uma região geograficamente individualizada, mas face a uma estirpe que se perpetua historicamente, uma multidão unificada por uma ideia que é vontade de existência e de poder: consciência de si, personalidade”.

identificação do indivíduo dentro da massa ao serviço dos fins superiores do Estado²⁹³. O ideal educativo do fascismo devia permear o indivíduo, através de lemas como *Credere, Obbedire, Combattere*, que deviam infundir a nível juvenil a prontidão do pensamento individual finalizada pela ação coletiva. Não é por acaso que os jovens enquadrados na *Gioventù Italiana del Littorio* tinham o apelido de organizados²⁹⁴, termo, em si mesmo, implicitamente pertencente a um mecanismo global, onde os jovens faziam parte de um sistema totalizante que regulava as convicções, as atitudes e a vida quotidiana de cada um deles.

O Italiano Novo, na lembrança²⁹⁵ das ações cumpridas pelas esquadras fautoras da revolução fascista, torna-se o Cidadão-Soldado pronto a defender, armado, a sua Nação. Uma vez criada a Itália fascista era preciso defende-la até a morte e os jovens eram os extremos defensores da coesão e disciplina de um Estado que, em uníssono, se fortificava nos campos de competição desportiva como se fossem campos de batalha. As grandes paradas uniformizavam as massas que ofereciam à audiência um espetáculo teatral, onde cada movimento era estudado nos mínimos detalhes. A saudação ao *duce*, os desfiles e os cantos da revolução fascista eram sacralizados, consagrados e coreografados solenemente por milhões de jovens em camisa negra. A rádio difusão nacional permitia sincronizar as manifestações juvenis, primeiro, a nível nacional e depois, a nível imperial²⁹⁶. A doutrina do fascismo, acompanhada pelo mosquete, alcançava a ênfase da mobilização coletiva e o Italiano Velho, medíocre sem heroísmo e sentimentos idealísticos, deixava espaço de ação ao Italiano Novo, pronto a sacrificar a vida pelos valores éticos da “religião” fascista. As solicitações ideológicas que levaram

²⁹³ *Idem*, pp. 17 – 18. “Anti-individualista, a concepção fascista é a favor do Estado; e é pelo indivíduo, na medida em que este coincide com o Estado, consciência e vontade universal do homem, na sua existência histórica. Repele o liberalismo clássico, que surgiu da necessidade de reagir contra o absolutismo e esgotou a sua função histórica desde que o Estado se transformou na própria consciência e vontade populares. O liberalismo negava o Estado no interesse do indivíduo particular, o Fascismo reafirma o Estado como a realidade verdadeira do indivíduo. E, se a liberdade deve ser a prerrogativa do homem real e não do abstracto fantoche em que pensava o liberalismo individualista, o Fascismo é pela liberdade. E é pela única liberdade que pode ser uma coisa séria, a liberdade do Estado e do indivíduo no Estado, uma vez que, para o fascista, tudo está concentrado no Estado e nada existe de humano ou de espiritual, e muito menos tem valor, fora do Estado. Neste sentido, o Fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todos os valores, interpreta, desenvolve e potencia a totalidade da vida do povo”.

²⁹⁴ NELLO, Paolo, 1978, *Op. Cit.*

²⁹⁵ GRIFFIN, Roger, 1991, *Op. Cit.*, p. 73. “The *squadrista* myth was conflated with that of *Romanità*, which invited Italians to see themselves as having directly inherited the virtues of the Italic race.”

²⁹⁶ ROCHAT, Giorgio, 2008, *Le guerre italiane 1935 – 1943. Dall’impero d’Etiopia alla disfatta*, Turim, Einaudi.

à mobilização juvenil eram o resultado de uma pedagogia mística, que premiava o espírito de sacrifício dos jovens envolvidos nas manifestações celebrativas. O fascismo interpretava a mobilização das forças juvenis, para forjar o carácter²⁹⁷, o gosto pelo desafio, o menosprezo pela vida cómoda²⁹⁸ e a conquista pela primazia²⁹⁹. A fascização das massas utilizava o vigor físico dos jovens para operar nelas a transformação moral necessária à preparação ideológica para o combate, por isso, o fascismo preferia incentivar aqueles desportos atléticos que, pela luta despertavam o prazer da competição³⁰⁰. Por esta razão, podemos imaginar que as mobilizações oficiais nas marchas e nos desfiles se tornavam uma espécie de prémio, onde esta massa de jovens ostentava o orgulho fascista com ardor durante as numerosas celebrações do regime. O que deveria emergir era uma atitude de colaboração coletiva para reforçar aquele espírito de sacrifício, abnegação, tenacidade e coesão úteis à solidariedade entre camaradas. Uma disciplina interior totalizante, guiada por uma única vontade e com um único fim: a criação do fascista perfeito, o Homem Novo educado e integralmente devoto ao fascismo religião, pronto a combater e a morrer por um Mundo Novo, do qual, ele mesmo, era o artífice protagonista, através da sua contribuição doada à Nação com grande coragem e devoção extremas. A nacionalização das massas passa pela fascização das mentes, o cidadão-soldado antes de servir a Itália deve mostrar em público a sua fidelidade ao regime, o modelo estético do Italiano Novo realiza assim a renovação física e moral dos italianos. O desenvolvimento harmonioso das “virtudes” pedagógicas da doutrina fascista espelha-se na ambição, entre camaradas, dos homens prontos a se sacrificarem para garantir, assim, a perpetuação do Estado. As sentinelas da revolução fascista estavam prontas para combater os inimigos da Pátria e uma vez

²⁹⁷ Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/b. 14, 4 de Maio de 1926.

²⁹⁸ MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, pp. 16-17. “Esta concepção positiva da vida é uma concepção ética, evidentemente; abrange toda a realidade, bem como a actividade humana que a domina. Nenhuma acção escapa ao julgamento moral: nada há no mundo que possa despojar-se do valor que a tudo cabe atribuir em relação aos fins morais.

Portanto, tal qual a concebe o fascista, a vida é séria, austera, religiosa, inteiramente concentrada num mundo sustentado pelas forças morais e responsáveis do espírito. O Fascismo despreza a vida cómoda”.

²⁹⁹ DE FELICE, Renzo, 2005, *Breve História do fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias, p. 95. “O fascismo faz suas as recriminações do pós-guerra pela vitória mutilada e promove a expansão da Itália para o Mediterrâneo e para a África. Mas, sobretudo, pretende afirmar claramente a consciência de que a guerra revelou os Italianos a si próprios fazendo-se, desta forma, intérprete dessa tomada de consciência”.

³⁰⁰ BACCI, Andrea, 2002, *Op. Cit.*

derrotado e aniquilado o sentimento burguês na sociedade italiana, era preciso que direcionassem os seus olhos para além dos confins nacionais; o clima de guerra teria favorecido aquele sentimento de purificação extrema necessária e capaz de superar a crise dos valores interiores, que o fascismo continuamente propagandeava, para difundir nos jovens o desejo de resgatar a honra da Itália no mundo inteiro. Por isso, a doutrina política e social do fascismo era contra o pacifismo³⁰¹ que, à partida, era contra a luta e o sentimento de sacrifício. Só a guerra podia fermentar e confluír aquelas energias humanas úteis ao despertar e perpetuar da nobreza espiritual do povo italiano.

O espírito fascista permitia aos jovens exprimir os sentimentos historicamente idealistas, que davam a possibilidade de redesenhar heroicamente as virtudes morais do Italiano Novo. O fascista verdadeiro recusa o suicídio e ama a vida cheia de desafios, pois, o seu sentimento de pertença espiritual e moral ao Estado vai para além da realidade material do indivíduo e a fé no fascismo impõe-lhe um atitude severa e disciplinada, aquela de um soldado que multiplica as suas forças por meio de uma camaradagem que se liberta das fraquezas interiores, fortificando, deste modo, as qualidades essenciais ao alcance da integridade moral, necessária à construção de uma Nova Ordem, onde o objetivo do regime é o de unir as massas no auxílio à imagem de um *duce*, único *condottiero* capaz de guiar a Pátria Italiana. A partir do ano de 1931 o fascismo beneficiou com a introdução do elemento sonoro nos cines jornais. Foi assim que, a partir de 1932, a imagem do *duce* veio a difundir-se amplificando-se através dos novos meios de comunicação de massa, potenciados à disposição do regime. Foi, precisamente, durante 1932 que a imagem de Mussolini³⁰² foi exaltada de forma maciça e além da rádio e do cinema, também pela multiplicação de estátuas e perfis pictóricos acompanhados por obras arquitetónicas³⁰³ em forma de M, obras a que, no momento da sua inauguração, Mussolini não faltava, presenciando-as pessoalmente. Também com os

³⁰¹ MUSSOLINI, Benito, 1938, "Doutrina do Fascismo", em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 16. "Concepção espiritualista, portanto, surgida também da reacção geral do século contra o positivismo do Ocidente fraco e materialista. Antipositivista, mas positiva: nem céptica, nem agnóstica, nem pessimista, nem passivamente optimista, como são em geral as doutrinas (todas negativas) que colocam o centro da vida fora do homem, o qual pode e deve, com a sua livre vontade criar o seu mundo. O Fascismo quer o homem activo e empenhado na acção com todas as suas energias, virilmente consciente das dificuldades e pronto para enfrentá-las. Concebe a vida como uma luta, pensando que cabe ao homem conquistar a existência verdadeiramente digna dele, criando em si próprio, antes de tudo, o instrumento (físico, moral, intelectual) para a edificar. Isto aplica-se tanto ao indivíduo singular como à nação e à humanidade".

³⁰² Archivio Centrale dello Stato di Roma/Presidenza Consiglio dei Ministri/Gabinetto/b. 2664, 20 de Maio de 1936.

³⁰³ GENTILE, Emilio, 2007, *Fascismo di pietra*, Roma-Bari, Laterza.

milhões de postais e de selos que reproduziram a sua imagem³⁰⁴, o ditador italiano conseguiu penetrar nas casas de todos os italianos. A proliferação da imagem de Mussolini fez do *duce* um Super-Homem com mil rostos: lavrador, piloto de avião, atleta, homem dominador das últimas invenções tecnológicas, aliás um Homem *faber* por excelência, capaz de fazer qualquer coisa e sempre pronto para a ação. Ainda, em 1932 teve início o culto de comparação do *duce* com os grandes *condottieri* do passado, em particular, na ocasião do cinquentenário da morte de Giuseppe Garibaldi, chegando até em 1936, à do nascimento do Império³⁰⁵, onde Mussolini foi acostado a Napoleão e a César Augusto. Foi o próprio culto da romanidade, celebrando em 1937 o bimilenário do nascimento de César Augusto, uma ocasião aproveitada por Mussolini para reconfirmar a eternidade e a universalidade de Roma que, sob a sua guia, adquiriu novamente a Missão “Civilizadora” que a cidade tivera no Mundo Antigo. Não é por acaso que a exposição em homenagem a César Augusto coincidiu com a reabertura da exposição dedicada à revolução fascista. A intenção era a de celebrar uma simbiose entre romanidade e fascismo, ou seja, a de celebrar uma renovação concreta e visível do Império Romano, onde um Novo Império era guiado por um *duce*, que na sua pessoa³⁰⁶ resumia as qualidades e as virtudes integrais dos grandes *condottieri* que guiaram Roma na conquista do Mundo Antigo³⁰⁷. Mussolini é apresentado como o *duce* que consegue levantar novamente a Itália; após séculos de decadência moral, o projeto totalitário do fascismo, direcionado pela construção ideológica do Italiano Novo, suscita entre os jovens o ardor e a vontade de cumprir ações heroicas que, em nome de uma grande força espiritual unificadora, os mobilizam em união³⁰⁸.

³⁰⁴ Ferro António, 1927, *Op. Cit.*, p. 75. “Saio do Palácio Chigi. Mussolini, na rua, em milhares de retratos, olha-me em tôdas as vitrines... Correspondo ao olhar e pasmo do milagre. Benito Mussolini governa o seu país apenas com os olhos, artigos únicos da nova constituição italiana”.

³⁰⁵ PAYNE, Stanley G., 2003, “Fascism as a ‘generic’ concept”, em KALLIS, Aristotle A. (ed.), *The fascism reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge, p. 95. “The Ethiopian War (1935-36) set off a *rivoluzione culturale* and *svolta totalitaria* in which the Fascist regime tried to shape the fascist *new man* by instituting *fascist customs*, *fascist language*, and racial legislation”.

³⁰⁶ Istituto per la Storia della Resistenza e dell’Etá Contemporanea di Bergamo, Cortinovis Giovan Battista/Documenti Fascisti/s. 4 – b. 1, 23 de Setembro de 1932.

³⁰⁷ OTTAVIANI, Giancarlo, 2007, *La cattura del consenso. Aspetti della politica culturale del fascismo. Le veline (1935-1943)*, Poggibonsi-Siena, Lalli Editore.

³⁰⁸ GENTILE, Giovanni, 1937, “A Filosofia do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Op. Cit.*, p. 41. “A imanência e radical imediação dos valores universais da vida humana à consciência e vontade de cada indivíduo foi a ideia que relampejou na mente genial de Benito Mussolini perante o espectáculo da mais florescente e prometedora juventude a morrer pela pátria, daquela juventude que ele, desdenhando agora a triste companhia dos antigos companheiros de fé, individualistas, de facto pacifistas e neutralistas, com ímpeto e ardor de apóstolo tinha chamado às armas, à guerra, por uma

A “religião” fascista consagra-se por meio de uma mobilização juvenil constantemente repetida, ela torna-se a componente essencial da mentalidade e do carácter do Italiano Novo, pela qual o indivíduo adere completamente aos dogmas da fé fascista. Aliás, endurecer os corpos e as almas dos jovens tornou-se o objetivo para o alimentar de um ódio constante para com os que ao fascismo não quisessem conformar-se³⁰⁹. As ambições do regime eram a de criar um Homem Novo, que nos valores da italianidade interpretava uma ação militante de um partido, que fazia crescer os jovens no menosprezo pelos inimigos da Nação. A mobilização totalizante reeducava o processo de apropriação do patriotismo *tout-court*; não era suficiente ser nacionalista, era preciso sê-lo dentro de um clima heroico do fascismo. Os colégios fascistas tornam-se a obra *omnia* que entrega as novas gerações ao partido e a essência da doutrina do fascismo traduz-se no encontro entre virtudes morais e espirituais, onde as qualidades físicas e a severidade da disciplina contribuem para caracterizar a ênfase pedagógica do projeto fascista. O fascista perfeito entrava nos colégios na idade de oito anos para cumprir os estudos iluminados pela luz das idealidades fascistas³¹⁰, enquanto que os ensinantes, além de serem crentes nos ideais fascistas, eram docentes assinalados pelo regime, que se tinham distinguidos por comportamentos heroicos. O colégio fascista representava o meio de educação coletiva mais poderoso à disposição do regime, para dar a um jovem a possibilidade de fazer parte de um grupo especial. Muita importância era atribuída na educação dos órfãos de guerra³¹¹ que, além de serem numerosos, eram, eles mesmos, portadores de um papel educativo institucional dentro dos colégios, uma vez que representavam para os outros jovens a prova vivente de quem se sacrificou pela Pátria Italiana³¹². Um papel pedagógico que se pode definir *autopoietico*, e que o regime utiliza com grande cinismo. Por um lado, tira os órfãos da influência ideológica que podiam receber nos orfanatos religiosos, por outro, despem-nos de uma condição social desgraçada dentro da sociedade, para vesti-los dentro dos colégios, com um papel

Itália presente, orgulhosa da sua força e da sua missão, a uma competição que decidiria a sorte da Europa e do mundo”.

³⁰⁹ Archivio Storico Comunale di Lodi/Quaderni ILSRECO (Istituto lodigiano per la storia della Resistenza e dell'età contemporânea) n. 10, COCI, Laura – OTTOBELLI, Isa – CATTANEO, Francesco (a cura di), *Perché non accada mai più*, 2002.

³¹⁰ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/b. 2667, 1º de Março de 1940.

³¹¹ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Servizi Vari/Serie II a/b. 251, 18 de Agosto de 1940.

³¹² GERMANI, Gino, 1975, *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*, Bolonha, Il Mulino.

educativo que, se não prestigiado, pelo menos, é impregnado de respeito e autoridade. A regeneração totalitária do fascismo recorre para uma arregimentação coletiva e ao mesmo tempo selecionada das massas juvenis, onde o esforço posto em campo pelo partido é direcionado para o enquadrar das consciências juvenis desde a infância. O problema da criação de uma nova classe dirigente forjada à imagem e semelhança do *duce* impõe a prática da ideia fascista como religião, que acompanha os jovens além da idade da adolescência. A instituição da *Scuola di Mistica Fascista*³¹³, em nome da sacralização suprema do Estado, qual autoridade política, moral e espiritual, maximiza o conceito religioso de Nação Grandiosa, ao qual os hierarcas³¹⁴ do futuro devem consagrar-se. A única interpretação verdadeira do fascismo religião torna-se a prática quotidiana da fé, onde a obediência e a dedicação total fazem do partido uma instituição estruturalmente semelhante àquela de uma ordem militarizada religiosamente laica, onde a contribuição individual é necessária para cristalizar o credo fascista na sociedade italiana, tão necessitada de regeneração. O laboratório de criação do Homem Novo substitui-se, quer à Igreja Católica na obra de coletivização dos dogmas do fascismo, quer à família na seleção procurada para criar uma casta bastante alargada de jovens super fascistas. Uma falange selecionada nem pouco nem muito numerosa, que representa a obra-prima pedagógica do *Partito Nazionale Fascista*, a apoteose de um esforço ideológico destinado à criação do fascista perfeito³¹⁵.

Nesta situação pode perceber-se que o controle das massas juvenis por parte do partido era enormemente potenciado durante os anos cruciais do II Conflito Mundial. Neste caso as palavras do próprio Mussolini, a um mês da decisão irreversível tomada pelo *Grande Consiglio del Fascismo*³¹⁶, resultavam sem equívocos. A 24 de Junho de 1943 Mussolini declarava que o partido, além de ser uma criatura que amava e defendia zelosamente, estava levando a cabo a função para qual era proposto³¹⁷. Talvez seja mesmo com estas palavras de Mussolini que se conclui a pretensão pedagógica de criação do Italiano Novo, provavelmente o projeto totalitário tinha fugido das mãos do

³¹³ GENTILE, Emilio, 2001, *Op. Cit.*

³¹⁴ Istituto per la Storia della Resistenza e dell'Età Contemporanea di Bergamo, Colombo Mario/Candidati a podestà/s. 2 – b. 1, 2 de Setembro de 1942.

³¹⁵ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti/b. 13, 28 de Fevereiro de 1937.

³¹⁶ A 25 de Julho de 1943 o *Grande Consiglio del Fascismo* depõe Benito Mussolini, permitindo que o Marechal Pietro Badoglio institua um novo governo.

³¹⁷ Archivio Centrale dello Stato di Roma, Ministero della Cultura Popolare/b. 80, 24 de Junho de 1943.

ditador italiano, que teve de lidar com a agressividade do *Partito Nazionale Fascista* que, nas suas várias facetas de educação juvenil totalitária, alcançou proporções megalómanas, que prejudicaram perigosamente a sua governabilidade. Já entre o ano de 1942 e o de 1943, a contribuição do Estado a favor da *Gioventú Italiana del Littorio* chegou à cifra de um bilhão e cento e trinta milhões de liras³¹⁸, enquanto que a importância económica que o *Partito Nazionale Fascista* depositava para os *Gruppi Universitari Fascisti* alcançou³¹⁹ 54 % do orçamento total das contas.

A pretensão de educação político-religiosa do Italiano Novo chegava ao fim, o partido tinha abafado economicamente e atrofiado burocraticamente³²⁰, um Estado sangrado pela guerra e irremediavelmente transtornado pelos preocupantes insucessos militares.

³¹⁸ O financiamento à volta de 580.000 euros foi aprovado em 24 de Dezembro de 1942 por meio do Decreto-Lei nº 1538.

³¹⁹ GENTILE, Emilio, 1995, *Op. Cit.*

³²⁰ PINTO, António Costa, 1992, *Op. Cit.*, p. 46. “Em Itália, o partido era uma realidade com muito mais peso e com tendências totalitárias, mas ficou muito aquém na *fascização* das instituições e da sociedade italiana, tornando-se num regime de *compromisso* no qual o totalitarismo ficou no domínio das veleidades”.

III

CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL EDUCACIONAL DO MINISTÉRIO DA – INSTRUÇÃO PÚBLICA/EDUCAÇÃO NACIONAL – EM PORTUGAL

3.1 Ensino escolar: educação vs instrução

Com a chegada do Estado Novo são postas em ação diversas medidas restritivas no que se refere ao aparelho escolar, medidas que possuem um objetivo contrário aos ideais republicanos e liberais que caracterizaram a escola durante a I República Portuguesa³²¹. Enquanto que com a I República se desenvolve um aparelho escolar profundamente laico promotor de informações e conteúdos científicos racionais, para o Estado Novo o desenvolvimento do ensino racional é considerado um perigo, uma vez que quebra os equilíbrios fundamentais e não contribui para manter íntegros os bons hábitos tradicionais portugueses³²². O Ministro da Instrução Pública³²³, José Alfredo Mendes de Magalhães, em 1926, vê no analfabetismo do povo uma garantia concreta dos equilíbrios hierárquicos da sociedade portuguesa e o próprio Salazar considera a classe camponesa, por meio da sua condição humilde, o único grupo social capaz de entender o sentido verdadeiro da Revolução Nacional³²⁴. O próprio Marcelo Caetano,

³²¹ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (Nova História de Portugal)*, Lisboa, Editorial Presença, vol. XII, p. 498. “A imagem do professor como *sacerdote da religião educativa* é muito forte durante a I República. O Estado Novo (re)contextualiza-a no quadro das novas realidades políticas, desvalorizando as bases técnicas e científicas do professorado e insistindo na sua *dimensão missionária*”.

³²² BARROS, Júlia Teresa Leitão de – HENRIQUES, Raquel Pereira, 1987, “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933”, em PINTO António Costa, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia: 1926 – 1959: colóquio*, Lisboa, Fragmentos, vol. II, p. 149. “Uma facção mais conservadora vai progressivamente manifestar-se contra o desenvolvimento do ensino, considerado inclusivamente o analfabetismo como uma necessidade à manutenção dos *bons* hábitos tradicionais portugueses. [...] A alfabetização representava um perigo para a estruturação da sociedade: *sabendo ler e escrever, nascem-lhes ambições (...). Felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada. A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa reside nesses 75 por cento de analfabetos*”.

³²³ *Idem*. “Alfredo Pimenta, Virgínia de Castro e Almeida, Pacheco de Amorim, o próprio ministro da Instrução em 1926, entre outros, fazem parte desta corrente que considerava o povo como o único culpado por não saber ler, devido ao seu profundo desinteresse por tal matéria, e nunca por dificuldades de ordem económica e/ou social”.

³²⁴ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 123. “Os dirigentes do Estado Novo sabiam que contavam com o apoio incondicional do campesinato analfabeto, *órgão eminentemente sadio do corpo social*, e, portanto, não o menosprezavam. Em 1926, o ministro da Instrução, Alfredo de Magalhães, admitindo embora que o cargo lhe não recomendava o elogio dos analfabetos, confessou que confiava cegamente neles. E para Salazar, os camponeses, graças a processos misteriosos, compreendiam a Revolução Nacional melhor do que qualquer outro grupo social: [...] *o povo português aprende por intuição notável o sentido profundo da transformação que se opera e tem por natureza ou educação*

em 1928, reivindicava a sua oposição à escola única, porque, segundo ele, era impossível de realizar, uma vez que esta ia contra à representação das hierarquias sociais rígidas e imutáveis, onde, dentro da sociedade, cada classe social tinha diferentes capacidades inatas, adequadas à sua particular utilidade³²⁵. Por isso, era necessário desenvolver no aparelho escolar as virtudes cívicas e morais consideradas as bases primárias da educação, que garantiam a capacidade de formar adequadamente o carácter dos Novos Portugueses. A educação conotava-se com aquele horizonte moral, útil ao preservar dos bons costumes que tinham de consagrar o espírito nacionalista e patriótico de uma Nação empobrecida, fosse eticamente, fosse economicamente, à causa da política falimentar da I República Portuguesa. O conceito de Pátria ligado ao passado histórico forma um binómio fundamental a inculcar fortemente nas novas gerações, enquanto sentimento marcado de oito séculos de gloriosa História de Portugal, e por isso no Decreto-Lei n.º 21 103 de 15 de Abril de 1932 se considera o ensino da História Pátria essencial à formação do espírito nacionalista³²⁶. Sobretudo nas escolas primárias rurais, por meio da Lei n.º 1918 de 27 de Maio de 1935, se evidencia a necessidade de incrementar a ligação dos filhos dos camponeses à terra, por meio de noções educativas que se referem à agricultura, deixando para segundo plano o conteúdo instrutivo, potencialmente despertador de novas pretensões de mobilidade social e capaz de quebrar os equilíbrios de estabilidade social do Estado Novo. A política do regime, pronta a criar uma mentalidade Nova fundada no espírito patriótico e nacionalista, procura limitar a aprendizagem do saber que pode cultivar nos alunos uma consciência crítica rebelde para com a Nova Ordem Constituída.

secular o sentido de um destino nacional que nada tem que ver com a modéstia dos seus recursos e o baixo nível da sua instrução”.

³²⁵ BARROS, Júlia Teresa Leitão de – HENRIQUES, Raquel Pereira, 1987, “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933”, em PINTO, António Costa, *Op. Cit.*, p. 149. “Em 1928, Marcelo Caetano vem sintetizar toda a ideologia nacionalista, opondo-se à escola única reivindicada pelos republicanos, demonstrando que era absurda e completamente impossível de concretizar, porque a hierarquia social é rígida e imutável, porque a capacidade intelectual é hereditária e não aleatória, porque cada facção social tem a sua origem e conseqüentemente as suas necessidades específicas”.

³²⁶ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *O Estado Novo e as mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa, Camara Municipal-Biblioteca Museu República e Resistência, p. 38. “A Carneiro Pacheco, ex-monárquico, colega de Salazar na Universidade de Coimbra, auto-definido como *anti demo-liberal* e *antidemocrático*, dirigente da Comissão Central e da Comissão Executiva da União Nacional, membro do Conselho Superior de Instrução Pública, caberá a ofensiva pela educação nacionalista-corporativa de que o salazarismo precisa. Com Carneiro Pacheco, a Escola torna-se realmente *a oficina das almas* e criam-se espaços que coadjuvem esta moldagem espiritual, essencial no processo da nova mentalidade do novo homem”.

Com a Constituição Corporativa³²⁷, entrada em vigor a 11 de Abril de 1933, inicia oficialmente o regime autoritário do Estado Novo. O nacionalismo corporativista funda-se no supremo direito prioritário em alcançar os objetivos de um Estado corporativo, que traz consigo o conceito de Nação que, por sua vez, integra todas as células da sociedade. O regime do Estado Novo tinha como fim o de criar uma coligação direta entre o Estado, a sua componente natural que residia na família e a escola. O objetivo era o de alcançar o bem comum, por meio de uma ação transversal que preconizasse a formação de um cidadão pronto a servir o interesse da Nação, evitando, assim, além do individualismo liberalista, também o conflito e a luta de classes³²⁸. A primeira reforma no que refere ao ensino escolar, chega a 17 de Maio de 1927 e com a separação dos sexos põem-se fim ao ensino misto³²⁹, enquanto que, em 1929, por meio do Decreto-Lei n.º 16 730 é declarado que o papel principal da escola é o de aprender a ler, escrever e contar. O ensino escolar tem que promover uma profunda revisão necessária à renovação espiritual de Portugal; a Educação Nacional torna-se o eixo no qual formar a personalidade dos portugueses, para valorizar as faculdades físicas e espirituais de cada um, úteis ao perseguir dos deveres coletivos de natureza cívica e moral.

O sistema escolar propõe três níveis de ensino: o primário, o secundário, composto por dois ciclos e o superior universitário. O período de escolaridade torna-se ensejo para marcar a condição solitária dos indivíduos que, por meio de uma união solidária, podem perseguir e realizar concretamente os valores de mútua colaboração

³²⁷ A Constituição Política da República Portuguesa publicada em suplemento ao Diário de Governo de 22 de Fevereiro de 1933, objeto de Plebiscito em 19 de Março de 1933, entrou em vigor em 11 de Abril de 1933.

³²⁸ ROSAS, Fernando, 1986, *Op. Cit.*, p. 33. “Socialmente a organização corporativa assegurara a *renovação e desenvolvimento* num ambiente de *paz social*. Negando a luta de classe, não deixara de paternalmente acorrer em protecção das *classes operárias* (organização dos Sindicatos Nacionais, subsídios de desemprego, lançamento das bases da previdência social, início da contratação colectiva, habitação social, obras públicas para absorver o desemprego, estabilidade dos preços dos bens essenciais, política empresarial de assistência...); opondo-se à *rivalidade cega* do liberalismo económico, operara a concertação e a organização dos diversos sectores patronais da produção e do comércio internamente entre si”.

³²⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2843, 28 de Abril de 1938, «O fim da educação é ajudar o indivíduo a realizar-se plenamente segundo a sua própria natureza a suas aptidões particulares. Ora a natureza da mulher e as funções que correspondem às suas aptidões são diferentes do homem. A instrução pode ser igual para homem e para mulher; a educação, não, porque o homem e a mulher não são iguais: são complementares».

necessários ao desenvolvimento da sociedade estado-novista³³⁰. A função didática isolada não é de nível suficiente para proporcionar uma orientação pedagógica sem defeitos, mesmo quando não tem uma função educativa, pois, não se oferece como uma ciência do Homem que possa auxiliar ao mesmo tempo um cariz de equilíbrio entre educação do espírito e aprendizagem cognitiva. Por isso, já a partir de 1931, se assiste a uma política de centralização administrativa do sistema educativo suportada por um incremento das inspeções periódicas. Em 1932, com o Decreto-Lei n.º 27 279, pede-se aos professores a ação de disciplinar a consciência e de formar o carácter dos jovens ensinando-lhes que a autoridade é absolutamente necessária, para neles despertar o mais fervoroso amor pela Terra Portuguesa³³¹. Mas, com a abolição do ensino gratuito, ao invés de espalhar as temáticas de integração moral coletiva, a importância que o Estado Novo dá à política educativa na escola é só ideal, pois, de facto, favorece o analfabetismo³³², pela razão de que os filhos dos pobres não podem aceder ao ensino primário³³³.

Não admira que em 1936, quando Carneiro Pacheco tomou posse como ministro, este mude o nome do Ministério da Instrução Pública para Ministério da Educação

³³⁰ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 52. “A opção por um ensino mais pragmático, mais técnico, e ligado à profissão de origem dos progenitores (como um legado de ofício), tem implícita a defesa das actividades tradicionais e a crítica do mundo urbano e das suas múltiplas ofertas de trabalho: *Precisamos convencer o povo de que a felicidade não se consegue buscando-a através da vida moderna e dos seus artificios, mas procurando a adaptação de cada um às características do ambiente exterior*”.

³³¹ MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 150. “E, como não fazia sentido transmitir muitos conhecimentos a alunos que apenas viriam a desempenhar trabalhos servis, tudo o que ultrapassava as aptidões mais elementares passou para um sistema *complementar*, que, encerrado em 1932, não voltou a abrir. O Decreto-Lei n.º 27 279 definia claramente a nova ortodoxia: *O ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal*.”

Sobre isto criou-se, por influência directa de Salazar, um sistema de ensino primário de segunda ordem: os chamados *postos de ensino*. Estes definiam-se como a *escola aconchegada da terra pequenina, onde uma maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício [de recursos], inimiga da restante terra portuguesa*. Os *postos* destinavam-se a ministrar uma educação barata em milhares de pequenos lugarejos disseminados pelo País: inicialmente não se exigiam quaisquer habilitações académicas ao pessoal docente; mas exigia-se *idoneidade moral e intelectual*”.

³³² MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p.52. Excerto do discurso proferido por Salazar em 11 de Maio de 1935 na sede da Liga 28 de Maio: “Leio muitas vezes nos jornais uma frase de súplica: é preciso ensinar a ler o Povo. E penso: mas ler o quê? A instrução, as más leituras...”.

³³³ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 116. “Vale a pena recordar as ideias educacionais de Salazar. Nessa área, a sua grande preocupação consistia em formar um escol nacional. Em 1933 dizia a António Ferro: *Considero [...] mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas*”.

Nacional, justificando a sua decisão como necessária à afirmação nacionalista³³⁴ do «primado da *educação* sobre a *instrução*»³³⁵. Desta forma, parece claro que antes de proporcionar conteúdos nocionais de cariz racional, a escola tenha tido uma função educativa baseada nos princípios autoritários do regime úteis à convivência quotidiana na sociedade estado-novista³³⁶. Limitando o saber racional e dando espaço à causa ideológica³³⁷, a criação da Obra das Mães pela Educação Nacional, no mesmo ano da posse de Carneiro Pacheco como ministro, parece direcionada a ter uma maior incidência no meio rural, com o fim de estimular, a nível social, a ação educativa sustentada pelo Estado Novo³³⁸. A Obra das Mães pela Educação Nacional, instituída pelo Decreto-Lei n.º 26 893 de 15 de Agosto de 1936, tinha como objetivo primário, além da educação integral da mulher³³⁹, enquanto pilar fundamental da educação familiar útil à manutenção da ordem social, o objetivo de estimular a ação educativa da

³³⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 12 de Setembro de 1939, «Exm^o. Snr. Professor Doutor Carneiro Pacheco, Digm^o. Ministro da Educação Nacional. Dicionário de Academia. Aproveito esta oportunidade para afirmar a Vossa Excelência que o trabalho das comissões académicas a que pertenço tem animado todo ele, do mais fervoroso espírito nacionalista. Dicionário, gramática e Vocabulário Ortográfico serão provas de nacionalismo consciente e activo, pois, desde vez, o culto da língua aparece indissolivelmente ligado ao culto da Nação. Não quero terminar com dizer a Vossa Excelência que os trabalhos a que estou entregue desde há um ano, e aos quais, mesmo eu consagro 14 a 16 horas por dia, só ante ontem foram interrompidos por uma pequena viagem de algumas horas. E foram-no para minha satisfação inteira, como português que se orgulha de o ser pois em toda a parte, tive ocasião de verificar em ordem espiritual e em extraordinário progresso material, o que se deve a Salazar e aos seus eminentes colaboradores. Nunca viajei com tão grande alegria e tanta comoção! Queira Vossa Excelência aceitar as minhas respeitadas homenagens e considerar-me, agora servidor muito dedicado e amigo muito grato. O Secretário do Ministério da Educação Nacional, Rebêlo Gonçalves».

³³⁵ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 459.

³³⁶ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Histórias das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, p. 77. “Segundo a frase preferida de Carneiro Pacheco, foi também atribuída à escola primária a incumbência de colocar cada um no seu lugar e de dar um lugar para cada um”.

³³⁷ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 28. “É, aliás, no esforço de consolidar a educação com o aparelho ideológico que se criam a Mocidade Portuguesa (Lei 1941, 1936), nela se estabelecendo a obrigatoriedade de inscrição (Dec. 27279, Nov. 1936) e a Obra das Mães para a Educação Nacional, OMEN (Dec. 26893, Set. 1936). No mesmo sentido insere-se a sucessiva regulamentação dos programas das Escolas do Magistério Primário por forma a *integrar os alunos na atmosfera ideológica vigente* e todo o sistema de vigilância ideológica na formação, recrutamento e inspecção dos professores e do trabalho pedagógico”.

³³⁸ *Ibidem*, p. 52. “A OMEN vai dirigir o seu protagonismo neste âmbito: a formação das mulheres rurais para a defesa da integridade dos princípios lusos, no sentido de fixação à terra e de uma acção social educativa. Esta orientação não é apenas motivada ideologicamente mas resulta também da fragilidade organizativa e de influência da OMEN, no espaço urbano, ainda que surja no discurso das dirigentes unicamente como opção nacionalista”.

³³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-4, Programa dos cursos de agentes de educação familiar, 31 de Dezembro de 1957, «Obra das Mães pela Educação Nacional. É necessário que o pessoal docente procure desenvolver na rapariga o espírito rural e o amor pelas coisas do campo cultivando as tradições nacionais, regionais, e o espírito de família».

família, assegurando a cooperação entre esta e a escola³⁴⁰. Não é por acaso que, para Carneiro Pacheco, a única maneira pela qual a escola podia contribuir, para evitar o progressivo desamparo dos campos, devido ao incremento do fluxo nas cidades, era promovendo insistentemente as maravilhas da vida rural³⁴¹. Neste contexto, Salazar surgia representado como «um filho do campo» com saudades do «murmúrio das águas de rega» e da «sombra dos arvoredos»³⁴²; o Chefe do Estado Novo defendia, assim, os valores rurais, em nome de uma autoridade paternalista que era necessária ao evitar da alegada crise moral, crise que a vida nas cidades podia favorecer no seio da sociedade civil. A escola de vida do Estado Novo torna-se território de socialização que, do contexto familiar se desloca para a escola, enquanto lugar de uma aprendizagem contínua capaz de preservar integralmente os valores históricos funcionais ao processo de estabilidade ideológica do regime³⁴³. O processo de persuasão ideológica procura introduzir os textos de educação moral e cívica, que se distinguem pelo elogio a uma sociedade harmonicamente radicada na ordem, composta por elementos diferentes mas perfeitamente complementares. O elogio de uma sociedade organicista em que os grupos sociais colaboram perfeitamente, contrasta com o medo pelas disfunções do conflito e da desordem, já que tudo o que é desvio é considerado anormal³⁴⁴. Nos textos escolares são estigmatizados todos os comportamentos julgados pouco úteis e contrários ao bem comum, como por exemplo, a greve, os tumultos, os ócios, a preguiça e apresentam elevados os valores de caridade humana, que na exaltação da vida rural,

³⁴⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 123. “Segundo os seus estatutos de 1936, cabia à OMEN estimular a acção educativa da Família, assegurar a cooperação entre esta e a Escola, e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais”.

³⁴¹ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 141. “António Correia de Oliveira sintetizou muito bem o ponto de vista oficial num poema que posteriormente viria a ser incluído no livro único do Estado Novo: Minha Terra, quem me dera – Ser humilde lavrador; – Ter o pão de cada dia, – Ter a graça do Senhor; – Cavar-te por minhas mãos – Com caridade e amor”.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 27. “Desde as primeiras letras, o ensino primário elementar visa «disciplinar consciências, formando o carácter (...) uma das mais famosas obras da escola primária (Dec. 16 077, Out. 1928). Transversal a todos os currícula, esta acção elege, em todos os graus de ensino, disciplinas que, pela sua natureza, proporcionam um campo *vocacionado* para a doutrinação: Português, História de Portugal, Corografia de Portugal e Colónias, Moral e Educação Cívica”.

³⁴⁴ PAULO, Heloisa, 1994, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 117. “Na verdade, o que podemos afirmar é que toda uma vertente de acção dos órgãos de propaganda do Estado Novo se destina à elaboração de uma gama de referências da chamada *cultura popular*, e reelaborada dentro do ideário do regime, sem, contudo, deixar de ter em conta os referenciais já citados, como as noções de ordem, cidadania e sociedade. A intenção é retratar a *alma portuguesa*, dando corpo a um ideal de *Lusitanismo*, que agrega desde o *aldeão*, o *campino* ao *colono* de África ou ao *marinheiro dos Descobrimentos*”.

contribuem à continuação das certezas seculares, enquanto resultado de uma sociedade eticamente saudável e bem organizada. Neste padrão, proposto aos alunos, é interessante notar que já em 1933, com a criação do Boletim Escola Portuguesa, na sua primeira página, são mencionados os objetivos de «um órgão animador que fique porfiando na vitória dos ideais e da doutrina da Escola Nacional»³⁴⁵, mas o que mais emerge é que em todos os outros boletins seguintes são exaltadas as capacidades de Salazar que, enquanto Chefe de um governo, tem conseguido impor a ordem e instaurar a segurança num país, que antes do Estado Novo vivia na desordem política e económica. Nesta Nova Ordem, criada por Salazar, apresentada como socialmente harmoniosa, parece que o papel da escola era o de juntar ao modelo educativo da Nação, o aspeto glorioso que, de um ponto de vista intelectual, reproduz o amor pátrio por Portugal. Os Novos Portugueses devem ser o exemplo e o orgulho de um glorioso passado, que foi construído com sacrifício e devoção à Pátria, por meio de relações de obediência para com uma hierarquização de tipo paternalista e conservadora³⁴⁶.

Os professores, que devem contribuir para um modelo educativo nacional, são julgados através de um comportamento moral irrepreensível capaz de garantir a perpetuação dos princípios de teor nacionalista³⁴⁷. A instrução fica subordinada à obediência necessária às exigências de cooperação educativa³⁴⁸ e por esta razão, os professores orientam os alunos ao cumprimento das regras, que realizam os fins superiores do Estado Novo determinado em disciplinar a massa na ruralidade, com o

³⁴⁵ Boletim do Ensino Primário Oficial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 22 369 de 30 de Maio de 1933.

³⁴⁶ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 509. “O Estado Novo edifica um modelo de escola e de educação que não tinha memória na instrução pública portuguesa. O conservadorismo nacionalista constrói uma tradição baseada na referência a valores ditos imutáveis e na revivificação de certas práticas sociais. A ideia de tradição impõe-se como dimensão totalizante das representações sociais e como discurso legitimador das decisões políticas e programáticas. Produzida através de consensos sucessivos, a norma tradicional é investida da força de uma evidência, que hegemoniza os modos de pensar e de actuar”.

³⁴⁷ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 146. “Tratava-se, na prática, de introduzir no currículo primário os *bons costumes* e, para tanto, era preciso distinguir entre *boa* e *má instrução*, isto é, em última análise, entre *bons* e *maus* portugueses. Não é difícil imaginar como se utilizavam estes objectivos: *bons* eram a instrução e os professores nacionalistas e *maus* os correspondentes laicos, republicanos ou bolchevistas. Nem sequer havia necessidade de negar o valor da instrução: bastava separar o *trigo* do *joio*”.

³⁴⁸ NOVOA, António, 1992, *Op. Cit.*, pp. 498-499. “O Estado Novo vai coagir os professores a uma adesão incondicional aos seus princípios ideológicos e a um empenhamento activo na concretização dos seus projectos políticos. Numerosos testemunhos confirmam os esforços de submissão do professorado, que se iniciaram por uma destruição da imagem dos professores republicanos: os *rebeldes insubmissos*, *eternamente insatisfeitos*, *inimigos da ordem social*, *evangelizadores da desordem e da dissolução nacional*, numa palavra os *camaradas primários*, foram estigmatizados no interior do sistema de ensino”.

intuito de mantê-las afastadas das ambições da sociedade urbana³⁴⁹. O ressurgimento de Portugal substancia-se na celebração de personagens e acontecimentos históricos, que na épica discursiva identificam idealmente a referência a uma Nação composta por uma “Raça” que alcançou resultados únicos e grandiosos. Um estilo de narração romaneado que não deixa espaço à reflexão racional do pensamento científico e em que os exemplos utilizados incidem nos sentimentos mais íntimos e ao mesmo tempo coletivos, como aqueles provocados pelos heróis que sacrificando a vida têm doado a Portugal uma vitória histórica, motivo de orgulho para cada português³⁵⁰.

O processo educativo por parte do Estado Novo estrutura-se, no acesso à escolarização, como reação contra uma tentativa de democratização da cultura. Além dos conteúdos, que deixavam pouco espaço e margens de discussão e reflexão, é preciso ter em conta que com o Estado Novo o processo educacional que pretende alcançar a educação integral dos jovens, para assegurar a continuação da sociedade estado-novista, procura uma seleção *a priori* da elite do futuro; além de fechar muitas escolas no meio rural e de reduzir os anos de ensino obrigatório, o regime centraliza o seu poder por meio do controlo ideológico dos professores³⁵¹.

Não obstante esta vontade do Estado Novo, em impor um conteúdo ideológico educativo, parece que o percurso de sistematização estado-novista no aparelho escolar sofre um processo longo e difícil, fosse por assuntos³⁵² que estavam claramente em

³⁴⁹ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, pp. 138-139. “No contexto português, ser-se educado segundo a posição social significava, acima de tudo, aceitar a condição rural. Na verdade, atónica nos valores do campo tornar-se-ia um dos trechos-chave da ideologia oficial. Em 1934, o primeiro Congresso da União Nacional determinava taxativamente que o *ensino devia prender o homem à terra, dando-lhe elementos para nela viver e a valorizar*”.

³⁵⁰ “MARTIM MONIZ Fidalgo e capitão do exército de Afonso Henriques, autor de feitos notáveis na Batalha de Ourique, teve acção preponderante na conquista de Lisboa em 1147.

Segundo a lenda, ter-se-á atravessado numa das portas e com a ajuda do machado, terá permitido aos companheiros a entrada no castelo. Trespasado pelas lanças mouriscas, morreu por Lisboa cristã”.

Praça Martim Moniz em Lisboa: inscrição sobre o monumento em homenagem.

³⁵¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/2402, 23 de Fevereiro de 1938, «Ao Exm^o. Snr. Chefe do Gabinete de S. Ex^a. o Ministro da Educação Nacional. Exm^o. Snr. tenho a honra de enviar a V. Ex^a. a inclusa cópia de parte de um ofício recebido da Comissão Concelhia de Pinhel, pela qual dou conhecimento a V. Ex^a. das informações prestadas por aquela Comissão acerca do espírito nacionalista do professor, Dr. Ernesto da Trindade Pereira, conforme foi solicitado por esse Gabinete, no ofício nº. 1165, de 18 de Dezembro do ano findo. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex^a. os meus cumprimentos da mais elevada consideração. A bem da Nação, o Secretário Geral da Comissão Central da União Nacional, Ruy de Moraes Vaz».

³⁵² MATOS, Sérgio Campos, 1990, *História, Mitologia, Imaginário Nacional*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 34. “Nos programas de História geral (5.ª classe) de 1934, já em pleno Estado Novo mantêm-se temas tão controversos para o regime como *Socialismo; Carlos Marx* (5.ª classe), a *Evolução das ideias políticas e sociais do séc. XIX* (curiosamente, este ponto é uma novidade em 1934, em substituição de *O segundo*

contradição com os ideais do regime, fosse por uma ambiguidade de Salazar que, provavelmente, para utilizar a corrente republicana como recurso de legitimação importante à estabilidade do seu regime, considera útil preservar também, no seu trabalho educativo, um resíduo de laicidade, resíduo este que na escola estado-novista continua a permanecer, quer por meio de intervenções diretas quer indiretas. Tal como acontece no eugenismo de Eusebio Tamagnini que, primeiro como Ministro da Instrução³⁵³ é um componente assíduo das comissões pedagógicas e depois, até 1942³⁵⁴, consegue ainda ter um papel primário nas revisões dos programas escolares destinados ao Liceu. De facto, é curioso ver como na mesma comissão fique, além de Eusébio Tamagnini, também presente Marcelo Caetano, que sempre procurou uma cristianização da escola. Para mais, pouco tempo antes do começo do ano letivo 1942-43 o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros lamenta que a três meses do início do ano escolar, ainda não tenha recebido os resultados de revisão dos programas liceais, de modo a que lhe seja possível organizar e imprimir os novos livros³⁵⁵. Só a 29 de Julho de 1942 Marcelo Caetano pode comunicar ao Diretor Geral do Ensino Liceal António Augusto

império [francês] e a constituição do império alemão. A unificação da Itália e a formação dos novos estados), ou Desenvolvimento da instrução popular e alargamento do direito operário (estes dois últimos da 7.ª classe), o que mostra que até bastante tarde (pelo menos até à reforma de 1936) o projecto de doutrinação ortodoxa e sistemática de Salazar ainda não se estruturara completamente”.

³⁵³ Eusébio Tamagnini foi Ministro da Instrução Pública entre 4 de Outubro de 1934 e 18 de Janeiro de 1936.

³⁵⁴ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Secção Pedagógica-30/3524, 26 de Janeiro de 1942, «Lº 24 Nº 37 – Proposta – Tenho a honra de propor a V.Exª. seja constituída, como abaixo se indica, a Comissão que fará a revisão dos programas dos liceus. Presidente: António Augusto Riley da Motta. Vice-Presidente Secção de Letras: Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães. Vice-Presidente Secção de Ciências: Doutor Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação. Vice-Presidente Secção de Canto Coral, Educação Física e Educação Moral e Cívica: Doutor Marcelo José das Neves Alves Caetano».

³⁵⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Secção Pedagógica-30/3524, 22 de Junho de 1942, «Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação Nacional. Excelência: Como consequências da representação que, em 4 de Fevereiro p. p., o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros tomou a liberdade de dirigir a Vossa Excelência, obteve informação de que estava em estudo uma revisão dos programas do ensino liceal. Em virtude de tal informação, os editores de livros para o ensino liceal nada prepararam até hoje para o próximo ano lectivo. Visto que se está já a pouco mais de 3 meses do início do ano lectivo de 1942-43 e como não são conhecidos os resultados da referida revisão de programas, aos editores organizar e imprimir os novos livros, de acordo no início do próximo ano lectivo, além de que, há ainda a considerar que as existências de alguns dos actuais compêndios adoptados, por serem diminutas, não poderão abastecer eficientemente o mercado. Nesta conformidade, o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, cumprindo a sua fundamental missão corporativa determinada pelo Artº 42º do Estatuto do Trabalho Nacional que lhe confere poderes para tutelar os interesses dos Editores perante o Estado, toma a liberdade de insistir de novo perante Vossa Excelência para que os Editores sejam informados acerca dos programas a vigorar no próximo ano lectivo, isto com o fim de evitar que a instrução seja lesada por carência de compêndios. A BEM DA NAÇÃO, pelo GRÉMIO NACIONAL DOS EDITORES E LIVREIROS, O Presidente da Direcção».

Riley da Motta, que os novos programas estão entregues no Ministério da Educação Nacional³⁵⁶. Todos estes elementos levariam a pensar que Salazar quisesse promover a sua mudança ideológica no aparelho escolar de maneira gradual, sem quebrar o equilíbrio composto heterogeneamente, útil para conter dos protestos que podiam quebrar a consolidação ideológica do regime, aliás, procurando de satisfazer um pouco todas as correntes ideológicas, onde o eugenismo de Tamagnini e o cariz cristão de Caetano representavam os extremos de duas maneiras opostas de pensar à organização ideológica da escola. A mesma coisa acontece com os livros destinados à escola primária, onde o processo de aprovação demora muitos anos. De facto, os poucos livros aprovados oficialmente em 1932, pelo Ministro da Instrução Cordeiro Ramos, que tiveram de incluir mensagens com teor altamente nacionalista, conservador e de obediência à ordem³⁵⁷, foram declarados inidóneos a 24 de Novembro de 1936, por meio do Decreto-Lei n.º 27 279 que, no artigo 15, determinava que a adoção do livro único «põe termo a uma sobrevivência de anarquia pedagógica do demoliberalismo, que cada autor, algumas vezes desconhecido, permitia proclamar, em estranha pluralidade de conceitos fundamentais, a sua verdade, contra os interesses da acção formativa elementar e até nos domínios do indiscutível para a unidade moral da Nação»³⁵⁸. Esta medida coloca a atenção sobre a real auto-obstrução que o regime consegue desenvolver pela adoção do livro único. Os textos destinados à segunda classe só serão publicados em 1944 e os destinados à terceira só em 1951, mas, o que mais surpreende, além do

³⁵⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Secção Pedagógica-30/3524, 29 de Julho de 1942, «Exmº Senhor Dr. António Augusto Riley da Motta, Digmº. Director Geral do Ensino Liceal. Em resposta ao ofício de V. Exª. de 22 do corrente, Lº. 24, Nº. 37, Secção Pedagógica, tenho a honra de informar que os programas de *Educação Moral e Cívica*, *Canto Coral* e *Educação Física* já foram entregue a Sua Exª. o Ministro da Educação Nacional. A bem da Nação, O COMISSÁRIO NACIONAL, Marcelo Caetano».

³⁵⁷ MINEIRO, Adélia Carvalho, 2007, *Valores e ensino no Estado Novo. Análise dos livros únicos*, Lisboa, Edições Sílabo, p. 175. “O regime salazarista aproveitou ao máximo as potencialidades que o livro único poderia oferecer e a confirmá-lo estão o conjunto das disposições legais que foram sendo publicadas nesse sentido. Logo em 1932, sendo ministro da Instrução Cordeiro Ramos, em anexo ao Decreto-lei n.º 21 014, de 19 de Março, surge um conjunto de máximas para serem inseridas nos *poucos* livros aprovados oficialmente, tais como: A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios. Respeita a velhice: ela é depositária da experiência. Nunca ponhas o teu interesse acima do da tua família, porque tu passas e a família fica. Se tu soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida. Sejam as memórias da Pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade. Mandar não é escravizar: é dirigir. Quanto mais fácil for a obediência, mais suave é o mando. No barulho ninguém se entende, é por isso que na Revolução ninguém se respeita”.

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 176.

enorme atraso de publicação, é a utilização continuada que se faz destes textos, que apenas deixarão de ser utilizados somente entre 1967 e 1973, confirmando também na escola, pelo marcelismo, uma evolução ideológica na continuidade do regime salazarista³⁵⁹.

3.2 Educação religiosa de base

O obstrucionismo³⁶⁰ aos valores religiosos, exibido na I República Portuguesa, vira-se, agora, no Estado Novo, para uma sólida colaboração funcional à unidade nacional³⁶¹, por meio de imprescindíveis virtudes cívicas e morais. É interessante evidenciar que esta vontade de cristianizar a escola, sobretudo nos primórdios do Estado Novo, tem que ter em conta a resistência dos ideais republicanos que, até 1930, puderam contar com a alternância de ministros de ideologia republicana e que vão abafar o papel do Ministério da Instrução, situação esta que favorece uma defesa dos valores republicanos dentro da legislação, que nesta altura se refere ao ensino³⁶². Não é

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 177. “Os livros únicos manter-se-ão até 1967, 1972 e 1973, respectivamente, um período demasiado longo, cremos. A manutenção por tantos anos do livro único evidencia o imobilismo do regime”.

³⁶⁰ CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *Op. Cit.*, pp. 242-243. “A República, matricialmente maçónica e jacobina, desencadeou, logo após a sua implantação, uma vasta campanha anti-religiosa. O enfeudamento prático de significativos sectores da hierarquia católica e das ordens religiosas ao regime monárquico e às forças conservadoras, nomeadamente ao partido nacionalista, favoreceu, não só junto dos dirigentes republicanos, que o agitaram como propaganda antimonárquica, como também e sobretudo junto das massas populares dos centros urbanos, a identificação da religião como ideologia monárquica.

Longe de pretenderem contrapor as massas católicas aos seus líderes religiosos, aproveitando politicamente fermentos sociais inovadores e populares no mundo católico, distinguindo nele possíveis apoios políticos, os republicanos preferiram antagonizar o catolicismo no seu todo ideológico e social, com os evidentes riscos de se privarem de uma importante base de apoio à partida. Não eram poucos, de facto, os católicos que, tendo inicialmente aderido e exultado com a proclamação do novo regime, dele se foram progressivamente afastando pela política religiosa prosseguida. Fomentando o anticlericalismo como propaganda antimonárquica, permitiram que se tomassem como inimigo principal do espírito e da revolução republicanas as próprias instituições religiosas, mais do que as instituições monárquicas, a ponto de se reconhecer que a Revolução mais parecia feita contra a Igreja Católica do que contra a Monarquia”.

³⁶¹ ALMEIDA, João de, 1932, *O Estado Novo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, p. 171. “É pois um dever que se impõe reorganizar o ensino, e sobretudo, orientar a educação moral na mística da grandeza expansiva da raça, feita do espírito de abnegação e do maior sacrifício, – que deriva da fé nos destinos da Pátria e do sentimento católico, que pressupõe a existência de Deus criador e senhor do Universo – integra-lo no ambiente nacionalista, característico de acção dos nossos maiores e que assim viveria como produto do meio português”.

³⁶² RODRIGUES, Jorge de Sousa, 2004, *Op. Cit.*, p. 5. “Entre 1926 e 1930 saiu numerosa legislação relacionada com o ensino, mas a sua natureza era híbrida do ponto de vista ideológico e muito contraditória. As opções variavam em função de quem ocupava o cargo da Instrução e dos que constituíam as comissões governamentais. Durante todo o período da Ditadura Militar assistiu-se a uma luta pela hegemonia no aparelho escolar, a exemplo do que se passava na sociedade, em geral, e,

por acaso que, a alternância ideológica dos diferentes ministros tivesse produzido uma legislação contraditória, que só começava a endereçar-se no alvo da cristianização escolar, com a segunda nomeação, a 21 de Janeiro de 1930, de Cordeiro Ramos como Ministro da Instrução Pública. De facto, com a nomeação de Cordeiro Ramos são escolhidos, entre os novos reitores dos liceus, professores expoentes do movimento católico. Contudo, com a criação da União Nacional, em 30 de Julho de 1930, embora Salazar fosse favorável aos princípios da religião cristã, são postas fora da lei todas as organizações políticas e também, as católicas³⁶³. Provavelmente, é por meio da intervenção de Cordeiro Ramos que os católicos podem continuar a exprimir e exercitar a atividade “política” mesmo no meio escolar. Sem esquecer que, além de adquirirem lugares com responsabilidade de gestão, pelo facto de que Cordeiro Ramos transformar os reitores em agentes fiscalizadores do poder central³⁶⁴, a remodelação do Conselho Superior de Instrução Pública, composto por vinte e quatro vogais, prevê a designação de catorze nomeados pelo governo, artifício que permite a Salazar de nomear estes vogais entre os membros do Centro Académico da Democracia Cristã e do Centro Católico Português³⁶⁵. Desta maneira, os católicos, não obstante a supressão das

particularmente, no governo. Os principais confrontos deram-se entre os defensores de uma cocepção republicana autoritária e aqueles que pretendiam uma nova ordem institucional”.

³⁶³ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, p. 19. “Não é pois de estranhar a atitude colaborante que patenteia a Igreja com a instauração do novo regime que, nos terrenos político, social, educativo e colonial, abre perspectivas particularmente apreciáveis à Igreja e à sua acção.

Mas nem todos os católicos avaliam da mesma maneira a situação. Algumas reservas se exprimiram no campo católico, tanto de tipo político como de tipo social.

As primeiras surgiram da dissolução do partido do Centro Católico, determinada, por um lado, pela criação da União Nacional, em 1930, como única organização política consentida, e por outro lado, pelo lançamento em Portugal, da Acção Católica, em finais de 1933”.

³⁶⁴ RODRIGUES, Jorge de Sousa, 2004, *Op. Cit.*, p. 6. “Com a entrada de Gustavo Cordeiro Ramos para a pasta da Instrução Pública, em Janeiro de 1930, iniciou-se uma transformação total do sistema de ensino em Portugal. Durante a vigência dos vários governos a que pertenceu foi tomado um vasto conjunto de medidas, fundamentalmente direccionadas para o controlo de todo aparelho escolar pelo ministério. Entre elas, teve especial importância a transformação dos reitores em agentes e fiscalizadores do poder central. Nessa linha, foram nomeados, em Maio de 1930, diversos reitores que pudessem assegurar maior fidelidade ao Governo. Os casos mais paradigmáticos foram os da nomeação de alguns professores militantes ou simpatizantes do Centro Católico, como são os casos de José de Sousa Vieira, professor do Liceu de Castelo Branco, para reitor do Liceu Passos Manuel, e de Manuel Cristiano de Sousa para reitor do Liceu Camões”.

³⁶⁵ *Ibidem*, pp. 6-7. “Outra medida significativa foi a remodelação total do Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP). A sua Comissão Central ficou constituída por vinte e quatro vogais, sendo dez eleitos por diversos organismos, e os restantes *Catorze nomeados pelo governo, de entre as individualidades de merecimento nas letras, nas ciências, nas artes ou em outros ramos da actividade nacional*. Este artifício de linguagem viria a servir para, no dia seguinte, serem nomeados vários destacados militantes do CADC e do CCP, ou pessoas que, de um modo geral, se identificavam com as posições defendidas pelos centristas”.

organizações políticas e sindicais, conseguem manter um espaço de ação dentro do aparelho escolar, seja este um espaço ideológico de ação, através da sua presença no Conselho Superior de Instrução Pública, seja de gestão, por meio da nomeação dos reitores liceais. Contudo, o processo de inserção católica na escola torna-se mais complicado, mostrando um período de adaptação que, entre 1930 e 1933, encara a dificuldade concreta no dever de substituir os enunciados de representatividade laica quer republicana, quer liberal, que ainda existem em muitos textos destinados ao ensino primário. Também nos liceus, nos primeiros anos de ensino da disciplina Instrução e Moral Cívica, ainda se narram as gestas dos heróis nacionais valorizados pelo pensamento liberal e republicano³⁶⁶. De facto, os católicos, embora tivessem a maioria no Conselho Superior de Instrução Pública, demoravam a entrar nas variadas secções menores que, heterogeneamente compostas, tinham de receber as orientações gerais do ensino. Só em 1933, após a substituição gradual dos membros das secções, foram aprovados os livros que incluíam os valores de cariz religioso e que tinham de exaltar os acontecimentos heroicos de uma Nação sacralizada, por meio da Doutrina Cristã. Ao contrário de muitos regimes, o Estado Novo aceita entusiasticamente o papel educativo da religião dentro da escola, que bem se faz acompanhar com a ênfase nacionalista das descobertas que exaltavam a História do Império Português³⁶⁷. Como sublinha Luís Reis Torgal: «o exemplo típico da história (Passado ao serviço da história Presente: procurava fortificar a ideia de um Estado forte, uno, corporativo, cristão, imperial, nacionalista, sem diversidades partidárias»³⁶⁸. O elemento religioso na escola também parece útil ao regime para fortificar a ideia defensiva do Estado Novo, ideia que, com o

³⁶⁶ *Ibidem*, pp. 8-9. “Logo em 1930 saíram novos programas dos liceus, mas foram elaborados por uma comissão que tinha sido nomeada pelo ministro anterior. Dos seus nove membros, apenas um era claramente afecto aos católicos nacionalistas, a reitora do Liceu D. M^ª Amália, Maria Guardiola, que viria a ser uma figura central do sistema educativo e da vida política nos anos seguintes. Em 1930, no entanto, a sua presença na comissão de elaboração dos novos programas não foi suficiente para uma alteração substancial destes. Mesmo a introdução da Instrução Moral e Cívica nos primeiros anos dos liceus regeu-se pela tradição liberal, tendo como objectivo do estudo das vidas exemplares de homens célebres, entre os quais se encontravam os heróis nacionais e os homens da ciência estrangeiros. A disciplina não tinha nenhum compêndio próprio, o que por si só demonstra que não passava de um projecto de intenções. Por outro lado, a exaltação nacionalista nos programas de História e Português não ultrapassava aquilo que vinha sendo habitual desde século XIX, tendo orientação claramente liberal e republicana”.

³⁶⁷ TRINIDADE, Luís, 2008, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS, p. 264. “A autarcia ruralista, o ensimesmamento religioso, não eram formas ideológicas concorrentes da grande celebração historicista dos Descobrimentos; ambas as dimensões funcionavam de forma complementar. O regresso à terra e a Deus eram os descobrimentos do século XX”.

³⁶⁸ TORRAL, Luís Reis, 1989, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, p. 32.

Ministro Carneiro Pacheco quer tornar-se uma ideia ofensiva do Estado Novo em prol da educação nacional³⁶⁹. De facto, esta data parece crucial pelo enquadramento religioso no aparelho escolar, já que, com a posse de Carneiro Pacheco em 1936, o Estado Novo substituía o ABC por Deus, enquanto que os republicanos se orgulhavam de ter substituído Deus pelo ABC³⁷⁰. Desta forma os valores nacionalistas trazidos pelo Estado Novo coincidiam com os valores conservadores de matriz religiosa, por isso, o papel da Doutrina Cristã tornava-se o de um valor adjunto no curriculum educativo e, neste sentido, o ensino escolar era eficaz quando suportado pelos bons costumes da moral, onde os mandamentos religiosos carregavam de sacralidade atemporal, os ditames ideológicos úteis à estabilidade da ordem social constituída. Como sublinha António Costa Pinto: «Estreitamente dependente da hierarquia e interpretando-se com algumas organizações governamentais, os organismos católicos constituíram um poderoso instrumento de socialização conservadora»³⁷¹. Enquanto que a Igreja desenvolvia um papel de legitimação ideológica do Estado Novo, que, se servindo dos alicerces atemporais da religião procurava congelar os seus ideais conservadores, ao mesmo tempo ganhava força nos contextos da sociedade estado-novista, que o regime mais procurava valorizar a um nível idealístico, como por exemplo, na escola e no meio rural. Neste rumo de reforço da Igreja Católica no aparelho escolar parece direccionar-se o artigo 21 da Concordata Portuguesa, de 1940, que na 1ª alínea especifica que: «O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristã, tradicionais do País. Consequentemente, ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizerem, não tiverem feito pedido de isenção». O mesmo artigo na alínea 3ª especifica também que: «Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela; em nenhum caso poderá ser

³⁶⁹ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 5.

³⁷⁰ MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, pp. 147-148. “A reforma de Carneiro Pacheco, de 1937, corou todas as tentativas anteriores de cristianizar a escola e realizou as aspirações mais reaccionárias quanto à redução do currículo escolar e à supremacia da religião no ensino. E a religião inculcava nas crianças valores que correspondiam ao ideal salazarista da relação entre as classes sociais. Ensinava a crianças, não apenas a amar o Menino Jesus no presépio, mas também a respeitar os pais, os professores e os governantes. Deus, aliás, aparecia nos livros de leitura da escola primária na versão do Supremo Juiz e Governante, e a insistência na sua onipotência e onisciência nada tinha de accidental. A religião era o áspero freio que impedia as piores aberrações do espírito e desordens da sociedade”.

³⁷¹ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 41.

ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas»³⁷². Não é segredo que a posição ideológica dos professores³⁷³ destinados à escola preocupasse tanto o Estado Novo, quanto a Igreja Católica; a imprensa católica como *As Novidades* e *A Voz*, mais de uma vez se tinham queixado sobre a necessidade de purgar a escola de todos os professores comunistas considerados perigosos, porque podiam destruir «as mais sagradas tradições portuguesas»³⁷⁴. Não obstante os resultados alcançados na escola³⁷⁵, a Igreja Católica continuava a mostrar as suas perplexidades, como evidência Rita Almeida de Carvalho: Cerejeira numa carta de 24 de Junho de 1946 endereçada ao Ministro da Educação Doutor Caeiro da Mata, no que refere à Reforma dos Liceus que tinha de sair em breve, insiste na necessidade de fortalecer a educação cristã na escola³⁷⁶. A orientação religiosa da escola, começada em 1936, parece reforçar-se realmente só a partir de 1947, ano em que fica institucionalizado o ensino da Religião e Moral sob a direta responsabilidade de professores sacerdotes da Igreja Católica³⁷⁷. Assim, além da convergência dos preceitos religiosos, que já existiam em disciplinas como a História, o Português e a Filosofia, junto à disciplina de Educação Moral e Cívica, o ensino da Religião Moral acrescenta à educação nacionalista aquela componente religiosa útil ao desenvolvimento de uma mentalidade cristã que, na dimensão cívica do Estado Novo, encontra o seu complemento didático. De facto, com o ensino da Religião e Moral, os professores

³⁷² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros-29A, Concordata de 1940 entre Santa Sé e Portugal.

³⁷³ Sobre a ideia do professor demagogo da escola, cf. PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, p. 136.

³⁷⁴ MÓNICA, Maria Filomena, *Op. Cit.*, p. 146.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 147. “O que valorizava o currículo, à margem dos textos de leitura, ou antes, neles integrada, era, assim, a doutrina cristã; só por ela o saber se tornaria frutuoso e útil. Para aprender a ler tinha de se ler alguma coisa e esse *alguma coisa* devia ser o catecismo”.

³⁷⁶ CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *Op. Cit.*, pp. 245-247.

³⁷⁷ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, pp. 511-512. “Após uma fase de hesitação inicial define-se por volta de 1936 uma perspectiva educativa que subalterniza a dimensão cívica, consagrando a orientação religiosa do sistema de ensino. A partir de 1947 institucionaliza-se o ensino da Religião e Moral sob a alçada da Igreja:

Não pode, com efeito, emprender-se verdadeira obra educativa, mormente em país de tradição católica, sem pôr como base dela o ensino da Religião e Moral. Só o tentá-la, abstraindo deste ensino, falseava e ofendia a consciência religiosa da quase totalidade do país, instituindo um laicismo que é a negação prática de Deus, de Cristo e da Igreja, na explicação da origem e fim do homem e na fundamentação do sentido e valores da vida.

O ensino da Religião e Moral exprime-se na convergência com outras disciplinas (História, Português, Filosofia, etc.), mas também com práticas educativas não abrangidas pelo currículo formal. Neste âmbito, o destaque cabe à fundação em 1936 da Mocidade Portuguesa, a qual, a partir de meados dos anos 40, assume por inteiro a coordenação das actividades circum-escolares”.

desta disciplina (sacerdotes, preferivelmente o pároco da freguesia) adquirem uma posição primária, relativamente a tudo que tem que ver com a educação integral dos alunos, quer por meio do papel importantíssimo que possuem no Conselho Pedagógico de cada escola secundária, quer pela ação educativa extracurricular que lhes competem administrar a cada aluno individualmente e a cada turma coletivamente: «Ao Conselho Pedagógico cumpre: reunir-se mensalmente, a fim de estruturar o plano de acção psico-pedagógico e psico-social, conveniente ao meio escolar (colóquios, sessões de estudo, folhetos, cartazes...;) tomar conhecimento dos casos indicados pelos delegados e assistentes (os professores de Religião e Moral) das turmas, e distribuí-los pelos vogais da especialidade para efeitos de solicitar a esclarecida colaboração dos Encarregados de Educação. Não deve a acção do Professor de Religião e Moral limitar-se ao exercício da docência, cumpre-lhe também: ser assistente do aluno para efeito de o acompanhar na sua perfeita integração escolar e na formação da sua personalidade; dedicar a última aula do mês ao exame de consciência sobre o comportamento colectivo da turma; dar ao ensino da disciplina de Religião e Moral um sentido formativo, isto é, activo, sugerindo a criação de grupos de trabalho de acção social (escolar ou não) e cultural»³⁷⁸. A escolha do Estado Novo, a de confiar aos sacerdotes uma parte importante da educação espiritual dos alunos na escola, poderia parecer como uma rendição à Igreja Católica, no que diz respeito à gestão educativa dos jovens, mas, se analisarmos melhor a situação, o regime, com estas medidas, procurava resolver, contemporaneamente, dois problemas: o da garantia de formação ideológica idónea dos professores e o da educação, que o regime achava adequada a ser corretamente proporcionada à futura elite do governo³⁷⁹. Se, por um lado, os professores com maior responsabilidade ética tornavam-se os sacerdotes que ensinavam Religião e Moral e que, com certeza, eram animados por princípios conservadores úteis ao *status quo* da sociedade, por outro lado, os alunos, sobretudo dos liceus, onde se formava a futura elite do Estado Novo, eram educados nos princípios de solidariedade cristã e de ecumenismo, cujos ideais resultavam dobrar ideologicamente os do regime estado-novista, como reforço dos princípios ensinados

³⁷⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Lical/Consultas, Circulares, Normas, Regulamentos-29/227, 25 de Agosto de 1948.

³⁷⁹ ROSAS, Fernando, 2003, *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 89-90. “Salvo os conflitos e distâncias criados, já no período final do regime, no marcelismo (e induzidos sobretudo pelas posições do Vaticano), a Igreja institucional sempre fez, e só fez, o que o regime esperava que ela fizesse”.

em Educação Moral e Cívica, tal como o do espírito de colaboração cívica e o de construção do bem comum.

Já nos primórdios do salazarismo, a política educativa destinada à escola trazia consigo uma depreciação da imagem dos professores, sobretudo no meio rural, onde foram substituídos por regentes escolares de baixo nível cultural, ou seja, professores que, para serem reconhecidos moral e intelectualmente idóneos ao ensino, precisavam apenas da aquiescência do padre ou do cacique local³⁸⁰. Portanto, e para tal, nos termos do art. 25º do Decreto-Lei n.º 37 039 de 25 de Agosto de 1948, reforça-se a influência educativa que os sacerdotes católicos adquiriam dentro do aparelho escolar e que já tinham há muito tempo no meio rural, influência que, nos liceus, devinha muito mais importante, uma vez que, como sublinha Goffredo Adinolfi, os investimentos pedagógicos feitos nos liceus eram muitos maiores do que os feitos no ensino primário, onde o objetivo principal era só o de fornecer as habilidades mínimas, para aprender a ler os livros de educação cívica e moral do Estado Novo, enquanto que, nos liceus, o objetivo era o de formar a elite, que no futuro, estaria apta a fazer parte do grupo dirigente do regime³⁸¹. Provavelmente, esta escolha do Estado Novo, a de ampliar a influência da Igreja Católica no ensino liceal, era maturada também pelas pressões internacionais que, para o fim da II Guerra Mundial, exigiam uma descolonização dos países ocupados, o que preocupava bastante a ditadura de Salazar. Por isso, os sacerdotes³⁸² podiam salvaguardar, entre os jovens portugueses, aquela convicção difusa em um imaginário coletivo de um Portugal que, na sua dimensão missionária, se erguia protetor e civilizador daqueles países sobre os quais no passado tinha construído o seu Império, mas que, no presente, eram apresentados idealisticamente, como territórios

³⁸⁰ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo*, Coimbra, Tenacitas, p. 95. “Mónica (1978: 208) considera que *os regentes não passavam de indivíduos pobres e semi-analfabetos, incapazes de encontrar outro emprego não manual, que haviam conseguido, graças às suas boas maneiras, carácter submisso e prendas semelhantes, levar o padre ou uma figura influente da terra a interessar-se pela sua sorte*”.

³⁸¹ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Op. Cit.*, pp. 132-133.

³⁸² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/2402, 4 de Junho de 1961, «MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO LICEAL. Secção Pedagógica Lº 43 – Pº 345. OFÍCIO CIRCULAR Nº 38. Aos Exmºs. Reitores dos Liceus: Comunico a V. Exª que Sua Excelência o Subsecretário de Estado, em despacho de 23 do corrente, autorizou a Liga Intensificadora da Acção Missionária a fazer conferência nos liceus, com fim de formar a consciência missionária, desde que os conferentes combinem, previamente, com os senhores reitores as datas e horas em que deverão ser realizadas. A bem da Nação. Direcção-Geral do Ensino Liceal».

irmãos e definidos, assim, como continuação natural de um Portugal Ultramarino³⁸³. Assiste-se, então, a uma comunhão ideológica que cobre e une duas esferas jurisdicionais, a do Estado Novo e a da Igreja Católica, que, por meio da escola, cumprem a sua ação educativa, começando no meio rural das aldeias, passando pelos liceus das cidades, até chegarem aos territórios do ultramar português. De facto, embora o segundo pós guerra fosse um período em que o Vaticano³⁸⁴ se mostrava sensível às exigências de democratização que se apresentavam internacionalmente³⁸⁵ e que em Portugal alcançaram o ápice³⁸⁶ dos protestos na década dos anos '60³⁸⁷, mesmo com a chegada das guerras coloniais, a posição oficial da Igreja portuguesa continuou a ter uma estrita correlação com os ditames ideológicos do Estado Novo, através de uma

³⁸³ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/2315, 2 de Janeiro de 1956, «Exmo. Senhor. Eu. P. João Baptista, Sacerdote da Ordem Franciscana, iniciei, por ordem dos Superiores, uma campanha de propaganda Missionária, na cidade de Lisboa. Ora, depois de alguns trabalhos, cheguei à conclusão de que o melhor meio de tornar esta obra patriótica e religiosa mais conhecida é o trabalho entre a Juventude estudante e por isso eu desejava estender a minha actividade aos Liceus, Escolas e outras repartições de ensino, para o que venho pedir a devida autorização a V. Excia. Não prejudicarei os estudos pois darei apenas uma pequena sessão de Cinema juntamente com uma palestra sobre os trabalhos realizados pelos nossos Missionários nas Províncias Ultramarinas. Agradecendo, desde já, o bom acolhimento do meu pedido subscrevo-me com o maior respeito. De V. Excia.ato. e obrigado».

³⁸⁴ ALMEIDA, João Miguel, 2008, *Op. Cit.*, p. 50. “A discrepância entre a sintonia do cardeal-patriarca e do episcopado português com o Estado Novo e as posições do Vaticano face à democracia tinha-se tornado notória no final da II Guerra Mundial”.

³⁸⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10, Protestos de estudantes estrangeiros contra a pressão exercida sobre estudantes portugueses em 1962.

³⁸⁶ ACCORNERO, Guya, 2009, *Efervescência estudantil. Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, p. 78. “A 24 de Março de 1962, data estabelecida para a celebração do Dia do Estudante e em consequência da sua proibição, começou uma extensa e duradoura crise académica que, prolongando-se até Junho, se encontrou com uma paralela grande agitação operária sobretudo a partir de 1 de Maio”.

³⁸⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10, Apelo dos estudantes de Lisboa em 1967, «Que sabe a população de Lisboa do que se passa na Universidade? Mais de 60 colegas nossos estão presos na PIDE. Sofrem torturas diárias. Carlos Morim foi obrigado a permanecer oito dias e meio sem dormir, Arginaldo Cabral esteve 120 horas de pé; quando caia no chão era espancado. A maior parte deles sofreram espancamentos. Alguns enlouqueceram, como Guine Azevedo; outros tiveram graves perturbações mentais, com Maximino Vaz da Cunha, outros ainda tentaram suicidar-se durante os interrogatórios, engolindo os vidros partidos dos óculos, como Fernando Boeta Neves. E tudo isto porque eram colaboradores das Associações Académicas. Porque queriam uma democratização do ensino. Porque desejavam que a Universidade se abrisse às pessoas de todas as condições económicas. São problemas gravíssimos sobre os quais a censura governamental levanta uma barreira de silêncio. Leia as publicações dos estudantes. Informe-se do que se passa na Universidade. População de Lisboa solidarizai-vos com os ESTUDANTES: DAI-NOS A VOSSA COLABORAÇÃO ACTIVA!».

união de valores tradicionais recíprocos que, também no aparelho escolar, conseguiram homogeneizar de forma colaborativa os interesses ideológicos em comum³⁸⁸.

3.3 Dinamismo da Mocidade Portuguesa na escola

A preocupação maior de Salazar, após ter construído os alicerces de estabilidade do seu regime, era a formação da elite que iria consolidar a alma do Estado Novo. Como evidencia Daniel Melo: «Para a concretização deste particular entendimento da inculcação ideológica, eram precisos homens. Por intermédio da organização corporativa, todo um escol devidamente apetrechado deveria ativar este processo de construção de identidade de uma nova sociedade. A formação da elite tornava-se o aspecto central para a eficácia da ideologia, uma prioridade que, segundo Salazar poderia legitimamente menorizar a alfabetização do povo»³⁸⁹. A importante tarefa de formar a elite era necessária para conseguir a corporização de um Estado, que fundando o seu espírito nacionalista nas tradições do povo lusitano, realizava uma união patriótica útil ao alcançar do bem comum funcional à preservação da ordem constituída.

No aparelho escolar a construção ideológica educativa tornava-se mais importante do que a instrução racional científica, por isso, a Mocidade Portuguesa, por meio das suas atividades de envolvimento físico e dos seus boletins educativos, podia enquadrar os jovens, de alma e corpo, na causa comum pelo Bem da Nação. Com a nomeação de Carneiro Pacheco para Ministro da Instrução Pública em Janeiro de 1936, a política educativa do estado Novo reforçava o seu carácter nacionalista dentro do aparelho escolar, por meio da instituição da Organização Nacional da Mocidade

³⁸⁸ ROSAS, Fernando, 2003, *Op. Cit.*, p. 89. “Não obstante manter-se o regime de separação, na prática, ao abrigo da Concordata ou para além dela, a religião católica recebe o estatuto constitucional de *religião da nação portuguesa* e a Igreja um regime de privilégios como se fora oficiosa. Beneficiária de isenção fiscais praticamente totais e de um monopólio de facto no tocante à sua acção religiosa na educação (nas escolas em geral e nas organização de enquadramento das mulheres, das jovens e da família em especial), no serviço social, nos hospitais, nas cadeias ou nos quartéis (cria-se uma hierarquia paralela de capelães militares nas Forças Armadas), a Igreja Católica assumir-se-á como o principal instrumento de difusão ideológica dos valores do regime e de legitimação espiritual do poder estabelecido. Designadamente no tocante à política colonial e no apoio espiritual à guerra colonial, após 1961. Apesar da dissidência e da oposição de muitos católicos e até de alguns bispos, a hierarquia enquanto tal nunca se constituirá, até a substituição do cardeal Gonçalves Cerejeira, como pólo de resistência, de denúncia dos abusos ou de alternativa ao regime, mas como sua empenhada colaboradora. Os contenciosos que teve com o Estado respeitaram sempre a conflitos de competências e de fronteiras, onde o essencial, isto é, a comunhão ideológica e o apoio político, nunca esteve em causa”.

³⁸⁹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 53.

Portuguesa³⁹⁰. A decisão do novo ministro residia na necessidade de «dirigir a ofensiva do Estado Novo pela educação nacional»³⁹¹, muito embora a Mocidade Portuguesa tivesse nascido para abranger toda a juventude escolar e não escolar, concretamente era apenas nos Liceus que se concentrava a sua ação³⁹². A Mocidade Portuguesa nascia para salvaguardar ideologicamente a elite de um regime composta essencialmente por ex estudantes liceais, que representavam a elite de uma elite já selecionada *a priori*, visto que a totalidade dos estudantes inscritos nos liceus chegava apenas ao valor de 0,2% da inteira população portuguesa³⁹³.

Com esta medida, Salazar põe em segundo lugar a juventude não escolar, dando à Mocidade Portuguesa um fundamento estudantil que, por meio do Liceu, se enriquece da componente elitista, que a irá caracterizar no Estado Novo ao longo da ditadura. Este cariz elitista era bem conhecido também entre os professores, que se tornavam o instrumento ideológico e político do Estado Novo, atuando pela formação do espírito nacionalista da juventude. Como afirmava em Março de 1940 na *Revista Labor* o Professor Falcão Machado do Liceu de Lamego: «É diferente a missão do liceu. Aqui não se formam operários profissionais como no ensino técnico. É uma escola de trabalho, mas a classe de trabalhadores é outra. A cultura geral é ministrada no liceu só no liceu esta cultura geral é que há-de fazer dos diplomados pelas universidades não um proletariado científico, mas um estado – maior social, uma elite no corpo da Nação». Já em 1939 durante o I Congresso da Mocidade Portuguesa será evidenciado o papel importantíssimo, que esta organização terá no desenvolvimento formativo – espiritual da juventude; com unanimidade será aprovado que: «A Mocidade Portuguesa deve propor-se, como um dos seus objectivos fundamentais, a formação moral da juventude, a qual deve ser encargo de todos os dirigentes, ainda que, em especial orientada por

³⁹⁰ A Organização Nacional Mocidade Portuguesa foi criada pelo Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, em cumprimento do disposto na Base XI da Lei n.º 1941, de 19 de Abril de 1936 a fim de estimular em toda a juventude escolar ou não o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares.

³⁹¹ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 5.

³⁹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1E, Reforma do Ensino Liceal de 14 de Outubro de 1936, «Art. 103. Os liceus, sem prejuízo de execução do plano de estudos, prestarão colaboração constante à organização nacional denominada Mocidade Portuguesa, no que respeita ao desenvolvimento da capacidade física dos alunos, à formação do seu carácter, à devoção à Pátria, ao sentimento da ordem, ao gosto da disciplina e ao culto do dever militar. Art. 162. A organização nacional denominada Mocidade Portuguesa (M.P.) e Mocidade Portuguesa Feminina cooperará com os liceus, nos termos prescritos no artigo 103».

³⁹³ ADINOLFI, Goffredo, *Op. Cit.*, p. 135.

instrutores especializados»³⁹⁴. Desde a sua criação, os relatórios produzidos pelos liceus e as escolas técnicas continuam a valorizar como preciosa a atividade da Mocidade Portuguesa, exaltando a contribuição de enriquecimento pedagógico, que esta organização consegue colocar na sua ação escolar. A Mocidade Portuguesa garantia, assim, aquela plenitude educativa que o Estado Novo procurava na escola, porque considerado o contexto, em que teria cultivado os elementos de maior valor do seu regime. Esta necessidade de completude ideológica, fornecida no contexto liceal com a Mocidade Portuguesa, pode ser destacada, indiretamente, das palavras do novo Diretor-Geral do Ensino Liceal Riley da Motta que, em Maio de 1940, ao tomar posse deste encargo, no que se refere à educação liceal afirma: «ela é no nosso país, dentro da imperfeição relativa das actividades culturais da nação, a menos imperfeita, a mais disciplinada nas pessoas e no funcionamento, a mais regular na parte material e na espiritual». Não é, pois, por acaso que, e sempre por razões de completude ideológica educativa³⁹⁵, a 8 de Dezembro de 1937 (um ano e meio após a criação da Mocidade Portuguesa) fica instituída a Mocidade Portuguesa Feminina, através do Decreto-Lei n.º 28 262. Para reforçar este conceito de complementação recíproca do papel na sociedade entre homens e mulheres³⁹⁶, ao longo de 1937, são enviados para as escolas conjuntos de imagens destinadas à explicação durante as horas de ensino da Moral, onde se pode observar a representação de um lar no qual o pai fica sentado à cabeceira da mesa, enquanto a mãe serve a comida. Esta intenção de complementaridade entre o papel da mulher e o do homem, procurado também na relação entre Mocidade Portuguesa e

³⁹⁴ I Congresso da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, Lisboa, 21 de Maio de 1939.

³⁹⁵ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre, p. 142. “Art. 5.º – A educação social cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho colectivo, o gosto da vida doméstica e o de servir o Bem Comum ainda que com sacrifício, e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientado para o cabal desempenho da missão da Mulher na Família, no meio a que pertence e na vida do Estado

A MPF consagrar-se-á, em activa cooperação, à nova Renascença Pátria, tomando como guias ideais da sua acção os grandes exemplos das rainhas D. Filipa de Lencastre, Mãe e educadora da Ínclita Geração, e D. Leonor, fundadora das Misericórdias”.

³⁹⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 2 de Março de 1937, «Toda a escola deve enformar de tendências nacionalistas papel em que a natureza lhe destinou: a melhor virtude da mulher, mesmo instruída, é assegurar largamente o futuro da raça e, como diziam os helenos, ela deve ficar no lar como o coração no peito. Atendendo à função social da mulher, devem as escolas primária e secundária sofrer diferenciações consoante os sexos. Devem criar-se escolas profissionais para raparigas, de acordo com as actividades que lhes são mais própria».

Mocidade Portuguesa Feminina, pode encontrar-se também nas palavras de Salazar³⁹⁷. Pode perceber-se como a Mocidade Portuguesa entrava num projeto corporativo que o Estado Novo queria impor em Portugal e neste caso, o contexto a ser corporizado era o da escola. Por um lado, com a obrigação da juventude em se inscrever na Mocidade Portuguesa, preservava-se no aparelho escolar aquela ideia de hierarquização e de interdependência dos papéis individuais, onde cada um tinha de ser conscientemente pré-destinado, aceitando *a priori* a sua posição na sociedade estado-novista. Por outro lado, com a estrita ligação que a Mocidade Portuguesa tinha com o Liceu, criava-se a classe dominante deste sistema corporativo, que teria preservado o *status quo*, controlando e parando a mobilidade social das classes subordinadas. Parece que a intenção de Salazar era, principalmente, a de criar, por meio do sistema corporativo, um aparelho burocrático que, através de um sistema de controlo poderoso estruturalmente bem organizado, conseguisse proteger a ordem constituída³⁹⁸. O próprio Marcelo Caetano, em 1950, lamentava que: «Portugal (era) um Estado corporativo em intenção: não de facto»³⁹⁹, provavelmente porque Salazar, desde o começo, tinha construído as bases do seu regime gradualmente, sem impor grandes subversões a um povo conhecido pelos seus brandos costumes. A mesma atitude foi destinada à Mocidade Portuguesa; de tal é sintomático o facto de que o II Congresso seja somente organizado em 1956, vinte anos depois a sua criação⁴⁰⁰. Não é por acaso que os interrogativos que referem a

³⁹⁷ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 27. “A mulher casada como o homem casado é uma coluna da família base indispensável de uma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, a mulher não é escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, *não é inferior à do homem*. Nos países ou nos lugares onde a mulher concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína...Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua...E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa...Não sei, afinal, *qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil*”.

³⁹⁸ SCHMITTER, Philippe C., 1999, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, p. 166. “O corporativismo português dá-nos a impressão de um misto surpreendente de mentiras e visão política. Sempre contraditórias, as suas instituições são muitas vezes criadas *para não existir*, depois existem *para não funcionar*, até que, por fim, descobrimos que se tornaram consistentes, embora não sejam aquilo que afirmam ser. Uma observação mais atenta leva-nos a suspeitar que isto era mais ou menos aquilo que se pretendia que fossem desde o início e que, portanto, o sistema é forte e ao mesmo tempo ridículo.

MANUEL LUCENA”.

³⁹⁹ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 94.

⁴⁰⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, 23 de Dezembro de 1955, «Ordem de Serviço à Organização Nacional “Mocidade Portuguesa”. Integrado nas comemorações do XX aniversário da fundação da M. P. parece conveniente se efectue um congresso dos seus dirigentes e de todos quantos autorizadamente possam dar o seu contributo à revisão do caminho já andado, no sentido das necessárias correcções, da actualização da sua orgânica e

relação entre Mocidade Portuguesa e aparelho escolar propõem, mais uma vez, problemas de tipo organizativo e de completude da ação educativa proposta na

das suas técnicas. Assim, determino: Artigo 1º. – O 2º. Congresso Nacional da M. P. reunir-se-á em Lisboa, em Abril de 1956. Artigo 2º. – A Comissão executiva do Congresso será constituída pelo Comissário Nacional Adjunto, T.te C.el, Rui Ribeiro Viara, presidente Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, Director do Centro Universitário de Lisboa, e Licenciado José Hermano Saraiva, professor efectivo dos Liceus e antigo graduado da M. P., vogais, servindo o último de Secretário Geral do Congresso. Artigo 3º - A secretaria geral da M. P. assegurará os serviços de secretaria do Congresso. Artigo 4º. – À Comissão Executiva compete a preparação e realização do Congresso. § 1º. Na fase preparatória, elaborar-se-á a relação dos temas do Congresso, em harmonia com a divisão em dois grupos organização e acção. § 2º. No primeiro grupo incluir-se-ão quatro a seis temas, rigorosamente delimitados e, se possível, formulados com forma interrogativa sobre a organização actual, lições que a experiencia havida permite colher e sua valorização no futuro. § 3º. – No segundo grupo, incluir-se-ão, também sob a forma de questionário, temas referentes a cada uma das mais importantes formas de actividade da M. P. – educação física, instrução geral, educação moral e formação portuguesa, consideradas no triplo aspecto da lição da experiencia, eficiência dos métodos actuais, sugestões para o seu aperfeiçoamento. Artigo 5º. À Comissão Executiva compete a elaboração da lista dos congressistas, nos termos seguintes: § 1º. – São congressistas correspondentes facultativos: a) todos os dirigentes da M. P., b) todos os professores de qualquer grau de ensino, c) os antigos graduados da M. P., por intermédio da respectiva “Liga”. § 2º. – São congressistas correspondentes obrigatórios: a) os Sub-Delegados Regionais e os Directores de Centros Escolares, Extra Escolares, da Milícia, Universitários e Especializados, b) os directores de estabelecimento de ensino secundário. § 3º - São congressistas efectivos: a) os Comissários adjuntos, o Assistente nacional e o Comandante geral da Milícia, b) o Secretário Inspector, c) os Directores dos Serviços e Inspectores, d) os Directores dos Centros Universitários, e) os Delegados Provinciais e seus adjuntos, f) a Direcção da Liga dos Antigos Graduados da M. P., g) as individualidades indicadas pelo Ministério da Educação Nacional. Artigo 6º. – O Congresso comportará duas fases. Regional e nacional. § 1º. – Na fase regional, presidida pelo Delegado Provincial, todos os trabalhos serão escritos, e iniciar-se-ão pela recolha das comunicações sobre os temas propostos. § 2º. – Essas comunicações considerar-se-ão obrigatórias para os congressistas obrigatórios e facultativas para as restantes individualidades convidadas a participar no Congresso. § 3º. – Em presença das comunicações, elaborarão as delegações provinciais os seus relatórios, um por cada tema, devendo a extensão ser limitada a 1000 palavras dactilografadas, e tendo uma conclusão de carácter pratico no máximo de cem palavras. Artigo 7º. – Os temas e as instruções para as suas respostas serão enviados às individualidades que, nos termos precedentes, podem ser congressistas. Artigo 8º. – O Congresso funcionará em sessões de estudo e sessões plenárias, e dividir-se-á em duas secções: a) I secção – A organização, b) II secção – A acção. § 1º. – Em cada secção haverá um relator por cada tema proposto, encarregado de, em face dos relatórios provinciais, elaborar um relatório geral sobre o referido tema. § 2º. – O secretário geral do Congresso servirá de relator geral, competindo-lhe a elaboração dos relatórios das conclusões gerais de cada uma das secções do Congresso. Esses relatórios devem basear-se nos relatórios gerais referentes aos temas, e nas conclusões das comunicações apresentadas nas sessões de estudo. § 3º.- Nas sessões de estudo serão discutidos os relatórios gerais referentes a cada tema do Congresso, as comunicações individuais escolhidas pela Comissão Executiva, e as efectuadas pelas individualidades convidadas nos termos da alínea h) do § 3º. do Artº. 5º. desta Ordem de Serviço. § 4º. – Nas sessões plenárias serão discutidas as conclusões gerais do Congresso. Artigo 9º. – A discussão de cada relatório será precedida de uma exposição sucinta do relator geral. § 1º. Os co-relatores das teses provinciais poderão falar duas vezes em cada sessão e pelo período de 10 minutos. § 2º. – O relator geral poderá tomar a palavra quando o desejar. § 3º. – Os outros congressistas poderão falar uma vez em cada sessão pelo prazo máximo de 10 minutos. Artigo 10º. – As votações far-se-ão por sentados e levantados sendo o presidente voto de desempate. Artigo 11º. – Na sessão do encerramento serão anunciados os votos do Congresso, podendo os presidentes das Secções e o relator geral falar pelo prazo máximo de dez minutos. Artigo 12º. – Aprovados os votos do Congresso, o Comissariado Nacional poderá indicar quais os que merecem estudo desenvolvido em vista no Congresso da União Nacional comemorativa do XX aniversário da Revolução Nacional. O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Baltazar Rebello de Souza».

escola⁴⁰¹. E há também quem, tal como o responsável da Mocidade Portuguesa do centro nº 7 de Évora, que na sua intervenção ao congresso, proponha uma resolução colaborativa psicopedagógica e psicotécnica lembrando o eugenismo de Eusébio Tamagnini⁴⁰².

Esta queixa tinha origem na situação que emergia entre os estudantes do ensino secundário; sobretudo nos liceus, existia uma incapacidade em sustentar conceitos básicos de teor científico, ou seja, aquela incapacidade em sustentar uma abstração intelectual, que pudesse permitir a compreensão dos processos cognitivos, úteis para o satisfazer de uma exigência de desenvolvimento económico que, obrigatoriamente, se vinha desencadeando após a II Guerra Mundial. Isto sem esquecer que, nos meados da década de '50 a taxa de escolarização dos portugueses entre os cinco e os catorze anos

⁴⁰¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, Abril de 1956, «Ministério da Educação Nacional – Organização Nacional Mocidade Portuguesa – II Congresso Nacional – ORGANIZAÇÃO – A MOCIDADE PORTUGUESA E A ESCOLA – a) Quais devem ser os graus de ensino abrangidos pela MP? b) Como pode a M. P. completar a acção educativa da Escola?».

⁴⁰² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, 24 de Abril de 1956, «A Mocidade Portuguesa perante os problemas da Psicologia aplicada (Acção de coordenação, estímulo, pesquisa e orientação) – Sendo M. P. um organismo destinado a mobilizar no sentido formativo e cívico (em colaboração com a Família, a Escola e a Igreja) a juventude nacional, ela pode prestar os mais relevantes serviços no sentido psico-pedagógico e psico-técnico.

Em Portugal ainda não é conhecido o valor médio do cociente da inteligência da juventude.

Há, incontestavelmente, vantagens em ser conhecida uma escala, de aplicação fácil, que possa auxiliar na escola a formação de classes homogéneas.

Cada aluno, a partir da Escola Primária, deveria ter a sua ficha psíquica e somática, que o acompanharia na vida escolar.

A formação de classes homogéneas nas sedes dos concelhos, teria consequências de largo alcance:

- a) facilitaria o rendimento dos melhores dotados;
- b) daria desenvolvimento satisfatório às crianças de cociente de inteligência normal;
- c) permitiria a recuperação dos díbeis ou dos atrasados mentais;
- d) canalizaria os anormais irrecuperáveis para os asilos especiais.

No campo psico-técnico, será possível actuar também eficazmente junto da juventude por intermédio da “Mocidade Portuguesa”.

A criação de alguns Postos de psicologia experimental, de carácter provincial (se não pudesse ser distrital) junto das Delegações Provinciais, seria medida de larga repercussão Social.

A selecção profissional impõe-se, seja nas actividades privadas, seja nas actividades do Estado.

Depois desta rápida exposição e reconhecida a possibilidade e o dever, que assistem à Organização “Mocidade Portuguesa” na hora alta do impulso a dar à juventude para o caminho dos grandes ideais, tenho a honra de propor a criação de Serviços Psico-pedagógicos.

Esses serviços, destinados a prestar à Escola e às Famílias importantes serviços direi mesmo, a modificar beneficentemente o aspecto pouco edificante do quadro actual, ocupar-se-iam dos seguintes problemas:

- a) Mensurações para determinação de maturidade da inteligência para aprendizagem da leitura (Trabalho sério apresentado no Estado de São Paulo no Brasil, pelo Dr. Lourenço Filho).
- b) Organização de uma escala de testes para determinação do cociente de inteligência. Utilidade imediata: constituição de classes escolares homogéneas.
- c) Organização de ficha psíquica e somática, para cada filiado, que acompanharia desde a Escola Primária.
- d) Serviços psicotécnicos destinados a orientação profissional».

era a mais baixa de Europa, situação esta que explica os dados de comparação europeia, que, em 1961, colocam Portugal no último lugar, junto à Espanha e à Grécia, no que diz respeito às verbas destinadas ao aparelho escolar⁴⁰³. O próprio ex-ministro da Educação, Francisco de Paula Leite Pinto⁴⁰⁴, que deu sinais de abertura à procura social de educação, que os processos de democratização internacionais procuravam, queixou-se abertamente, em 1966, sobre a política contra a escola defendida pelos políticos portugueses: «Foi sempre na oposição que os políticos portugueses do princípio deste século XX reeditavam a frase de Martens Ferrão: *Tudo pode esperar, excepto a escola*. No poder reeditavam, porém, a frase do bispo [Alves Martins]: *O tesouro não pode suportar tantas despesas*. Pois afirma categoricamente que se não acabarmos com a frase rançosa e vergonhosa de que o Tesouro não pode dar prioridade às despesas com a educação não poderemos ir longe no futuro que para o ocidente consiste numa contínua ascensão no caminho da prosperidade»⁴⁰⁵. Aliás a crise na escola era originada pela sua incapacidade⁴⁰⁶ em preparar adequadamente os Homens de amanhã, que tinham de garantir o progresso do Estado Novo em face às novas mudanças internacionais. Não é por acaso que as preocupações endereçadas ao aparelho escolar estivessem bem assentes no II Congresso da Mocidade Portuguesa que, em 1956, formulava em cartaz, as suas preocupações relativas a um contributo eficaz da ação educativa na escola⁴⁰⁷. Como sublinha Luís Reis Torgal: «Apesar de, a M.P. abranger «toda a juventude

⁴⁰³ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 470. “As análises comparadas que se desenvolvem a partir de meados do século XX, sob a égide de organizações internacionais, tornam visível a ausência de uma política de investimento na educação em Portugal. Citem-se apenas dois trabalhos da UNESCO:

– Um estudo referente ao final dos anos 50 em que se apresentam as despesas com o ensino em percentagem do rendimento nacional. Num conjunto de 70 países de todos os continentes, Portugal surge em 66.º lugar com um valor de 1,4%.

– Um quadro das despesas com o ensino em percentagem do produto nacional bruto, por volta de 1960. Num conjunto de 72 países de todos os continentes, Portugal surge em 66.º lugar com um valor de 1,9%.

Esta situação é acompanhada por uma retórica abundante insistindo na necessidade de *continuar* uma política de investimento na educação. A consulta de diversa documentação oficial é muito elucidativa: as referências constantes à *insuficiência das verbas* e à utilidade de *incrementar as despesas com a educação* têm uma tradução muito limitada na prática”.

⁴⁰⁴ Francisco de Paula Leite Pinto foi Ministro da Educação de 7 de Julho de 1955 a 4 de Maio de 1961.

⁴⁰⁵ NÓVOA, António, 1992, *Op. Cit.*, p. 468.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, “Elogiando as realizações do Estado Novo (que *pouco valem se não houver homens capazes de as manter e fazer progredir*), o discurso de Leite Pinto é portador de uma crítica à forma como continuaram a ser encaradas as despesas com a educação”.

⁴⁰⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, Abril de 1956, «Ministério da Educação Nacional – Organização Nacional Mocidade Portuguesa – II Congresso Nacional – A ACÇÃO – ACTIVIDADES GERAIS – Os métodos de instrução geral em vigor permitem uma acção educativa eficaz?».

escolar ou não», o certo é que ela foi uma organização essencialmente escolar e sobretudo *liceal*, ou seja, do ensino secundário tradicional, de sete anos (que se sucediam aos quatro da escola primária), dirigido em linha recta para o ensino universitário»⁴⁰⁸. Parece que, além de canalizar na universidade uma pequena percentagem⁴⁰⁹, 0,07% masculina e 0,02% feminina, da população total⁴¹⁰, de percentagem em si já reduzida, dos estudantes liceais, a intenção do Estado Novo era a de, por meio da Mocidade Portuguesa, isolar o Liceu no sistema educativo. De facto, com o aumento da procura de escolaridade secundária, que no fim da II Guerra Mundial aumentava a cada ano, o Estado Novo, por meio da reforma do ensino técnico em vigor no ano escolar de 1948-49, consegue confluir o incremento de pedido de acesso à instrução secundária nas escolas técnicas que apresentam, no que diz respeito às escolas liceais, um teor maioritariamente profissionalizante, útil a uma sociedade que deve lidar com os processos de democratização e modernização internacionais. Para além disso, o Estado Novo garantia o cariz elitista sobre o qual se fundava o regime, criando assim, entre os estudantes liceais, a elite da elite, pois, aqueles que adquiriam prestígio no meio liceal eram os estudantes que mais participavam nas atividades da Mocidade Portuguesa e que podiam permitir-se até ausentarem-se das atividades didáticas sem nenhum prejuízo⁴¹¹. Com a Mocidade Portuguesa consegue-se, por um lado, não obstante o

⁴⁰⁸ TORGAL, Luís Reis, 2009, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 1, p. 215.

⁴⁰⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1H, 23 de Maio de 1953, «Ministério da Educação Nacional. No aspecto pedagógico, o que antes de mais importa é obstar o que o afluxo de alunos provoque a depressão do nível dos estudos. Seria menos justo deixar de reconhecer que entre nós se tem realizado um esforço sério no sentido de conjurar o perigo. Procura-se impedir que nas Universidade ingressem candidatos que, por mal dotados ou mal habilitados, constituam um estorvo à boa marcha do ensino e causem prejuízo à conveniente preparação académica dos que podem e querem aprender. O estabelecimento do exame de aptidão e o carácter que a última reforma do ensino liceal imprimiu aos cursos do 3º ciclo testemunham inequivocamente a preocupação de reservar as escolas superiores àqueles que se mostram aptos para receber o respectivo ensino e a preservar, através de cuidada selecção dos alunos, a altura mental e cultural dos cursos».

⁴¹⁰ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milão, Franco Angeli, p. 135.

⁴¹¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Ordens de Serviço-1/3826, 19 de Maio de 1941, «Exmº. Snr. Reitor do Liceu de Passos Manuel. Para os devidos efeitos, comunico a V. Exª. que, por despacho de 12 do corrente, S. Exª. O Sub-Secretário de Estado autorizou a relevação das faltas dadas pelos alunos mencionados abaixo, por motivo de serviço da Mocidade Portuguesa: Joaquim A. Vieira Vilela, nº10, 1º ano, turma a, aulas do dia 1 de Maio. Manuel Ferreira Martins, nº 83, 5º ano, turma c, aulas do dia 1 de Maio. Renato Félix Santos, nº 103, 4º ano, turma c, aulas do dia 1º de Maio. Manuel Jorge R. Ricciardi, nº 76, 1º ano, turma c, aulas do dia 1º de Maio. António F. de Sousa, nº 57, 1º ano, turma c, aulas 1º de Maio. Alexandre Moita Deus, nº 31, 2º ano, turma b, aulas 1º de Maio. A Bem da Nação. Direcção Geral do Ensino Liceal. O Director Geral, António Augusto Riley da Motta».

incremento de acesso à escolarização secundária, o reforçar daquela autonomia do ensino liceal no panorama escolar, por outro lado, o prestigiar dos seus filiados dispensados de justificar a falta às aulas, uma vez que o professor tinha de considerá-los como se estivessem presentes⁴¹². Mas, o que mais se realça, sobre este contexto de valorização prestigianete, é a impossibilidade dos professores explicarem os novos assuntos dos programas, se os alunos afiliados à Mocidade Portuguesa não estivessem presentes na aula⁴¹³.

Esta vocação do Liceu pouco profissionalizante, mas muito prestigiosa pode ser encontrada também nas revistas do regime a uso pedagógico. Em 1958 na «Carta a um pai»⁴¹⁴, o Reitor do Liceu Pedro Nunes afirma: «Grande programa é o nosso, senhor, fazer do vosso filho um chefe esclarecido». O mesmo conceito continua a ser repetido em 1971, nas palavras de um professor liceal com uma experiência de mais de trinta anos, que na revista *Labor* explica as finalidades do Ensino Liceal: «O liceu não deve considerar-se simplesmente uma escola de cultura geral, pois esta designação é extremamente vaga e confusa, e uma cultura geral também a adquirirem os alunos das atuais escolas técnicas e certamente os do ciclo preparatório. Ainda muito menos se pode considerar o liceu como uma escola que habilita diretamente para o exercício de certos empregos ou profissões, como alguns julgam e aplicam, concorrendo assim com as escolas técnicas. Entendo que temos de assentar para o liceu numa finalidade bem concreta e definida: a de dar a formação intelectual e cívica necessárias **para todos aqueles que irão frequentar os cursos superiores**, bem como uma certa preparação para os mesmos»⁴¹⁵.

Não é, pois, de admirar que também em pleno marcelismo os objetivos do Ensino Liceal fossem praticamente idênticos, sobretudo se considerarmos que Marcelo Caetano sempre foi promotor de um paralelismo coerente⁴¹⁶ da Mocidade Portuguesa,

⁴¹² Com as adequadas proporções, este sistema lembra o dos *College* e *Campus* Universitários dos Estados Unidos da América, onde os estudantes que excedem nas atividades desportivas, embora faltem regularmente a atividade didática, são sistematicamente premiados a nível escolar.

⁴¹³ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Consultas, Circulares, Normas e Regulamentos-6/1269, 22 de Setembro de 1940, «O professor do liceu não pode dar mateira nova do programa, se os elementos inseridos na M.P. não estiverem nas aulas».

⁴¹⁴ *Revista de Pedagogia e Cultura. Palestra*, nº 1, Janeiro de 1958.

⁴¹⁵ *Labor*, Volume XXXV, Março de 1971.

⁴¹⁶ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 27. “Um aspecto que desde já é necessário clarificar prende-se com a circunstância de, em termos de objetivos e de valores (ou ideais), a Mocidade Portuguesa ter mantido ao longo da sua existência um grau de coerência assinalável. Só esta constância doutrinária explicará, talvez, factos curiosos que é justo salientar. De entre estes avulta a circunstância de ser Marcelo

através dos princípios perenes que, por cerca quarenta anos, distinguiram os valores desta organização.

3.4 Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar: relatórios médicos escolares

A exaltação da vida virtuosa dos camponeses representa a imagem de um povo associada à renovação da “Raça” Portuguesa⁴¹⁷, exaltação que contribui para incentivar uma produção simbólica de valores tradicionais, apresentando os portugueses como os herdeiros de uma Nação historicamente prestigiosa⁴¹⁸. As virtudes morais e cívicas, que necessitam de serem treinadas integralmente desde a infância, refletem-se nas funções sociais, desenvolvidas por cada indivíduo, tornando-se num conjunto de energias morais e físicas. O nível espiritual do povo, educado no meio escolar, atinge aspetos de assimilação, de uma propaganda educativa que, nos primórdios do Estado Novo, tem que conformar uma condição de luta imaginária, apresentada como real e essencial para o bem de Portugal. Uma procura de estabilização identitária dissimulada nas crenças, que norteiam uma Alma Nacional autenticamente legitimada, nos valores perenes de uma Nova Ordem⁴¹⁹. Não obstante isso, sobretudo no começo do Estado Novo, as tentativas de completude estética do regime são válidas apenas sob um ponto de vista teórico. As boas intenções de concretizar o ensino da Educação Física, por meio do Decreto-Lei n.º 14 417 de 12 de Outubro de 1927 e que institui a disciplina de Cultura física na escola, sobretudo no ensino primário, têm de lidar com a redução de financiamentos que o Estado Novo destina à escola. O ensino da Educação Física torna-

Caetano o autor mais citado ao longo de todo o período quer nas várias publicações da Mocidade Portuguesa quer nas intervenções dos seus dirigentes. As intervenções de Marcelo Caetano, compiladas no seu livro *Missão dos Dirigentes*, que conhecerá sucessivas reedições, funcionarão como base ideológica da Organização ao longo de toda a sua existência”.

⁴¹⁷ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 39. “A associação entre nação e povo confere especificidade própria a uma raça, uma teorização corrente no período de emergência do Estado Novo: Uma das características dos Estados autoritários nos anos 30 é o apelo ao nacionalismo extremado através do ideal de raça”.

⁴¹⁸ *Ibidem*, p. 40. “A fonte de inspiração reside na leitura fornecida pela ciência etnográfica oitocentista. Tratava-se de recuperar aquele povo *concebido pelos etnógrafos do século anterior* e ajusta-lo à criação do *ideal salazarista de uma Nação rural, rica em folclore, cultura popular e tipicidade*”.

⁴¹⁹ *Ibidem*, p. 32. “Apesar do conjunto limitado de *ideias-forças* presentes na *educação popular* salazarista, estas expandiram-se na mais diversas formas, na intenção de servir uma ideologia nacional exclusivista:

Tratava-se, portanto, de dar corpo a uma ideologia única e dominadora, capaz de se estender, pela simplicidade do seu travejamento, a todas as esferas da vida e a todos os campos da formação do Homem. Falar em *educação popular* é aqui, acima de tudo, falar na difusão e penetração de uma ideologia indiscutível, de tipo *nacional*”.

se praticamente facultativo, ou seja, uma escolha dos professores que se julguem idóneos e preparados para lecionar esta disciplina. Contudo, o Estado Novo, enquanto consolidava o seu regime, continuava a propor, ideologicamente, como íntegros os propósitos de completude estética que, nas palavras de Leal de Oliveira (militar doutorado em Educação Física), em 1931, mostrava com clareza na obra «A Educação Física Escolar e Militar na Bélgica e alguns dos seus aspectos em Portugal», como preparar adequadamente os futuros professores de Educação Física a partir do ensino primário: «deverão os futuros inspectores de educação física do ensino primário realizar conferências doutrinarias e técnicas, organizar cursos de férias e publicar instruções pedagógicas claras e precisas, sistematizando em elementos muitos simples e de fácil assimilação a educação física primária, que assim entraria progressivamente nos costumes escolares. Primeiro cuidar-se-ia da educação física nas escolas das cidades – começando pelas mais importantes – que é onde a criança tem maior necessidade de exercícios físicos metódicos»⁴²⁰. Mas, como é possível imaginar, eram as escolas no meio rural, acolhedoras daqueles valores atemporais que o Estado Novo exaltava, que na prática não conseguiam, por falta de espaço devido à falta de sustentação material, efetuar a atividade física assim desejada pelo Estado Novo. É bom lembrar que, embora o regime tivesse instituído a separação dos sexos, no meio rural, em muitas localidades, as escolas continuavam a administrar a coeducação dos alunos⁴²¹. A amplitude de propostas teóricas era reduzida pela carência logística, carência respeitante aos meios que tinham a obrigação de assegurar aquele rigor operativo da Educação Física finalizando, assim, a completude pedagógica. Em 1931, após, em 1930, a escolaridade obrigatória ter sido reduzida a três anos, o regime tinha alimentado uma perspectiva escolar, onde nos centros maiores eram mantidos os professores mais qualificados, enquanto que nas aldeias se criavam lugares de ensino mantidos à custa de uma pequena gratificação⁴²². Aliás, o organicismo, tão procurado por um Estado que aspirava ao

⁴²⁰ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 57.

⁴²¹ *Ibidem*, p. 36. “Em 1928, apesar de estar legislado o regime de separação de sexos, era permitida a coeducação nas localidades com uma só escola ou em situações cuja distância entre escolas obrigasse os alunos a realizarem longos percursos”.

⁴²² *Ibidem*, pp. 94-95. “Ainda em 1931, com a criação dos postos de ensino, para serem ministrados os conhecimentos do 1.º grau do ensino primário elementar, com o objectivo de resolver o problema do analfabetismo e o da escolarização das crianças dos meios rurais, foram admitidos regentes, designados pelo Ministério da Instrução Pública, que possuísem *idoneidade moral e intelectual*. Novoa (1987: 559) salienta a falta de formação profissional destes indivíduos que pela sua tarefa recebiam uma simples gratificação”.

corporativismo denunciava, em contextos como o da escola, uma organização fragmentária, na distinção que se verificava entre as intenções do Estado e a situação real do país. Ainda, em 1942 cerca de um terço das escolas primárias do país continuava a conservar o regime de coeducação, não obstante os acesos debates que caracterizavam este assunto⁴²³. Provavelmente para remediar o vazio operativo da Educação Física na escola, a 5 de Setembro de 1942, por meio do Decreto-Lei n.º 32 241 nasce a Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar: «Esta Direcção-Geral, que vem substituir a Direcção-Geral de Saúde escolar, tem entre outras as seguintes competências: tomar todas as iniciativas no capítulo da educação física; conhecer e intervir directamente nas delegações desportivas, introduzir disciplina nos desportos bem como cuidar da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa e da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho; prestar colaboração às actividades desportivas existentes nas escolas; sujeitar a exames médicos os desportistas de qualquer organização desportiva». Com esta intervenção o Estado Novo procura vigiar a atividade desportiva no meio escolar, dando-lhe um suporte operativo através da Mocidade Portuguesa e um controlo estrito por meio dos médicos escolares, que se tornam médicos – inspetores. Em 1943 Quintino da Costa autor do artigo «A educação física, na escola primária elementar» declarava no Boletim do Instituto Nacional de Educação Física: «É de crer que o legislador tivesse em seu espírito cometer à *Mocidade Portuguesa* esse encargo, e para tanto lhe concedeu *um dia útil em cada semana* (Decreto-Lei nº 26.611) devendo a actividade física consistir *essencialmente em marchas e jogos*, como diz o regulamento desta Organização Nacional»⁴²⁴. E no mesmo ano Celestino Marques Pereira em «Aspectos Diferenciados da Educação Física» declarava que a Educação Física promovida por meio da Mocidade Portuguesa fosse uma «lógica continuação histórica dos meios físicos de avigoramento dos primeiros

⁴²³ *Ibidem*, pp. 37-38. “A defesa do regime de separação de sexos continuou a ser de tal forma radical que os defensores da coeducação passaram a ser conotados com os regimes comunistas: *Moralmente, a coeducação só encontra defesa nos sequazes dos princípios abertamente comunistas ou nos que lhes aceitam a essência, embora enjeitem algumas consequências que mais concretamente ferem a sua sensibilidade afeiçoada pela civilização cristã.*

O princípio da coeducação tornou-se, praticamente, num dogma do socialismo e numa condição indispensável da Escola Única; e somente confinado a este âmbito restrito, e como bandeira de parcialidade política, revive na hora actual.

No entanto, em 1942, 2598 das 7962 escolas primárias existentes no país continuavam a funcionar em regime de coeducação, não respeitando as decisões emanadas nos diplomas legislativos”.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 58.

tempos da nacionalidade e de todos os períodos em que a vitalidade da raça se impôs, impondo Portugal à consideração do Mundo»⁴²⁵.

Após ter considerado estas declarações coevas à fundação da Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar, parece não ser a promoção da Educação Física a cuidar da Mocidade Portuguesa, mas exatamente o contrário. Na verdade, as variadas atividades desportivas tinham lugar principalmente durante a semana nas horas das aulas de ginástica efetuadas sob a direção da Mocidade Portuguesa que, além disso, aos sábados realizava as marchas e os jogos úteis ao enriquecimento das atividades destinadas à ginástica infantil. Mas, como é bem possível imaginar, eram poucas as escolas primárias que conseguiam beneficiar do precioso contributo da Mocidade Portuguesa que, também na atuação das atividades relacionadas com a Educação Física, continuava a manter uma ação operativa essencialmente liceal⁴²⁶. Não é por acaso que, em 1944, no II Congresso da União Nacional, se realçava uma situação problemática do ensino da Educação Física no ensino primário e a causa principal deste problema, para os seus relatores, continuava a ser apontada na falta de idoneidade dos professores incapazes de lecionar a disciplina. A preparação inadequada dos professores tornava-se um alibi, que o Estado Novo usava para justificar com persuasão a quase total ausência da disciplina de Educação Física no ensino primário. Como é possível deduzir pelos relatórios dos médicos escolares, a tentativa por parte do Estado Novo em efetuar o completamento estético no ensino primário, por meio da Educação Física, era frequentemente impedida por condições de pouca higiene e de falta de espaço, até chegar às condições precárias dos alunos acusados de terem um baixo nível de educação sanitária⁴²⁷. Não admira, pois, que o próprio Quintino da Costa, no Boletim do Instituto

⁴²⁵ *Ibidem*, p. 132.

⁴²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1E, Reforma do Ensino Liceal de 14 de Outubro de 1936, «Art. 163. Em cada liceu, e com raio de acção que for determinado pelo respectivo Comissariado Nacional, constituir-se-á, por intermédio da Direcção Geral do Ensino Liceal, junto das instalações de educação física a sede de uma delegação local da M.P. ou da M.P.F., a cujos serviços o reitor designará, dentro das possibilidades, as dependências e pessoal necessários».

⁴²⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-5/17, 30 de Abril de 1943, «Excelentíssimo Senhor Director Geral da Educação Física e saúde escolar: Nos termos da legislação em vigor, cumpre-nos levar ao conhecimento de Vossa Excelência, os resultados das inspecções realizadas no 2º período do ano lectivo corrente (1942-1943). Escola Ferreira Borges – Esta escola está instalada num pequeno palacete que quando muito teria talvez instalações suficientes para uma população de 600 alunos (três turmas de 200). É actualmente frequentada por 1774 estudantes de ambos os sexos, segundo informações fornecidas pelo seu director, que amavelmente nos acompanhou durante a nossa demorada visita às

Nacional de Educação Física, em 1952, no artigo «O problema da Educação Física Nacional» declarasse: «Apesar de quanto se tem feito, o panorama da escola primária é desolador no capítulo da Educação Física. Nem a complexidade da solução pode justificar tamanho atraso»⁴²⁸. Esta situação deficitária devida mais à falta de programas eficazes, mais do que à inadequada preparação dos professores, pode encontrar-se também, em 1957, nas palavras de Nozes Tavares que, na obra «A Educação Física nas Escolas do Magistério e do Ensino Primário», nos relata: «Nas escolas primárias, aparte os esforços dedicados da O. N. da Mocidade Portuguesa, não se efectua qualquer ginástica escolar. Não porque o moderno professor primário, não conheça a técnica do

suas dependências. Os inconvenientes de ordem pedagógica e higiénica que resultam de semelhante facto, poderá Vexa. avaliar facilmente se verificar que das 14 divisões que hoje servem de salas de aulas, apenas meia dúzia são verdadeiramente aproveitáveis para esses fins. Na realidade, não falando de material escolar que é francamente mau (carteiras, etc.), e olhando apenas à disposição, dimensões, etc., dessas salas, observa-se que há aulas no sótão, em casas esconsas, com iluminação superior (uma tem além disso iluminação anterior. Através uma rosácea com vidros de vários cores), e nas caves, onde durante o dia é preciso ter sempre lâmpadas eléctricas acesas. Se a este quadro, já bastante sombrio, acrescentar-mos que, por vezes, é necessário improvisar e dar aulas na biblioteca, na sala dos professores, etc., que não tem material pedagógico próprio para um tal fim, e tivermos em vista que os alunos nestas condições ficam colocados nas mais diversas posições em relação à luz, etc., o quadro tornar-se-ia ainda mais negro se tivéssemos em consideração que tudo nesta escola tem realmente um carácter provisório. De facto, nem as próprias instalações chamadas higiénicas são dignas desse nome e merecem permanecer mesmo a título provisório. Isto é claro, dizemos a Vexa., atendendo a que este relatório tem um carácter confidencial. Mas, continuando... Embora semelhantes à de muitas outras escolas (sobretudo técnicas e primárias) da capital, essas instalações são não só insuficientes em números, como estão mal apetrechadas, pessimamente situadas, etc., A reclamação a que já este ano lectivo deram origem, conforme já tivemos ocasião de referir em officio, justifica-se absolutamente. Só admiramos o facto de a não recebermos há mais tempo o que se explica, talvez, atendendo ao baixo nível higiénico da maioria da nossa população escolar e extra – escolar. Só a baixa educação sanitária de uns, a falta grave de compreensão de outros e, sobretudo, o espírito acomodaticio e pobreza de outros, digo, de muitas, poderá, na verdade, explicar a sua tolerância e permanência. Ocorre-me, no entretanto, acrescentar para que Vexa., possa fazer do caso – que está longe de ser único – uma ideia mais concreta a descrição resumida do pavimento inferior desta escola: A cave, que abrange todo o andar inferior do edifício conta apenas para a sua iluminação natural com a luz que atravessa as portas que deitam para o pateo e com a de umas pequenas janelas colocadas ao nível da rua. De resto, do lado destas janelas há ainda a notar o portão de uma dependência térrea que servia, outrora, aos donos do palacete, de garage. E, é precisamente nesta garage, que tem apenas duas portas largas, (uma do lado do pateo e outra do lado da rua), que estão situadas as retretes, as urineis e o vestiário. Numa sala contígua, que serve dos jogos e associação dos alunos pretendia-se também fazer um ginásio, mas é evidente que o nosso parecer foi contrário a tal projecto. A noção que há do valer da ginástica e, conseqüentemente, de préstimos da saúde não se pode evidenciar mais claramente. Numa sala, embora ampla e assoalhada, mas situada numa cave e portanto, mal iluminada, onde ainda se sente cheiro das instalações higiénicas e com janelas colocadas de modo a deixarem entrar as poeiras da rua seria pernicioso e contraproducente montar um ginásio, que deve ser para os sãos o que um hospital é para um doente – uma verdadeira casa de saúde. O inspector da 1ª área da saúde escolar».

⁴²⁸ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 59.

ensino da ginástica escolar e dos jogos escolares primários, mas simplesmente porque o programa de ensino primário não é suficientemente claro»⁴²⁹.

Se, por um lado, é possível perceber o precioso contributo que a Mocidade Portuguesa conseguia dar no contexto escolar ao suporte dos exercícios físicos, por outro lado, evidencia-se uma incapacidade do Estado Novo em fazer cumprir os seus programas de Educação Física. Como sublinhava, em 1959 o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Baltasar Rebelo de Sousa: «para permitir a obrigatoriedade da disciplina da Educação Física no ensino primário era preciso, além de diminuir drasticamente a taxa de analfabetismo, melhorar as condições dos edifícios e das aulas»⁴³⁰. De facto, os relatórios dos médicos escolares continuavam a testemunhar as carências das estruturas destinadas à Educação Física, cujos motivos de higiene⁴³¹ não poupavam nem sequer os ambientes utilizados pelos estudantes liceais e ainda, nos liceus, o serviço médico-pedagógico relatava casos de doenças contagiosas entre os alunos⁴³². Apesar das condições precárias, como no caso do Liceu Gil Vicente, as

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 135.

⁴³⁰ Secção solene de abertura do ano letivo 1959-60 no Instituto Nacional de Educação Física.

⁴³¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-5/17, 30 de Abril de 1943, «Liceu Gil Vicente: Um dos Médicos escolares prepara-se para fazer um trabalho sobre as ametropias encontradas entre os alunos do liceu, nestes últimos anos. Ofereceu-nos – para que os possamos distribuir por alguns liceus onde não existem – os mapas que resumem o seu trabalho sobre antropologia escolar recentemente publicada. O outro médico escolar –Dr. Paiva Beléo – acompanhou-nos numa pequena visita ao ginásios e instalações sanitárias do liceu. Estas são antigas e em numero reduzidos (8) relativamente à população escolar que frequenta o liceu. São pouco convidativas e estão longe – mesmo as dos professores – de apresentarem o aspecto irrepreensível das instalações sanitárias modernas do Liceu Filipa de Lencastre, por ex. O ginásio principal é amplo, mas encontra-se abandonado sob o ponto de vista higiénico».

⁴³² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-4/18, 19 de Abril de 1943, «LICEU NACIONAL ANTERO DO QUENTAL. RELATÓRIO DA VISITADORA ESCOLAR. II Trimestre 1942- 1943. Número de visitas efectuadas 34. Número de visitas a alunos doentes 27. Número de visitas a alunos que desistiram 3. Número de visitas a – fim – de averiguar as condições habitacionais 3. Durante este trimestre o maior número de visitas foi efectuado a alunos doentes, pois que quasi todas as faltas dadas pelos alunos foram motivadas por muitas gripes e bronquites. SERVIÇO MÉDICO – PEDAGÓGICO: Auxiliei o Exº Médico nos diversos tratamentos, que constam do seu relatório. No presente trimestre apareceram vários casos de doenças contagiosas neste Liceu como sarampo, sarampo benigno, parotidite epidémica e tosse convulsa. Esta última mereceu-me especial atenção, pois como existiam muitas bronquites, necessário se tornou a minha constante vigilância junto dos alunos dos primeiros anos, mais acessíveis a doenças desta natureza. Os meus principais cuidados, pois, foram de molde a evitar a propagação da tosse convulsa por contágio, dado que diligencieei sempre averiguar se os alunos que apareceram com tosse mais impertinente, tinham alguma pessoa de família atacada que os pudesse contagiar. Dêste processo resultou alguma eficiência, visto que vários alunos tiveram de ser afastados do meio liceal por determinação do Exº médico, até, que passado o praso estipulado de afastamento e depois de nova observação o Exº médico os julgasse em condições de recomeçarem os seus estudos. SERVIÇOS DE SECRETARIA: – Foi por mim prestada aos alunos a minha cooperação no sentido de elaborarem os seus

queixas dos médicos escolares destinam-se aos professores, acusados, implicitamente, de serem a origem didática de um ensino incorreto da disciplina de Educação Física⁴³³. Tudo isso, parecem explicar-nos o efetivo desenvolvimento desta disciplina na escola e porque razão é só em 1964 que, pelo contributo apoiante do Governo, se consegue organizar o I Curso de Informação de Educação Física e porque, no discurso de abertura, o Diretor do Instituto Nacional de Educação Física, o Professor Noronha Feio, lamenta a exiguidade dos vinte e cinco professores convidados a participar neste primeiro evento: «torna-se evidente que perante 25000 professores do ensino primário existentes e distribuídos pelos vários distritos do País, a atual iniciativa se apresenta muito aquém das necessidades. Modesta, sem dúvida, traduz, também qualquer coisa de concreto no sentido de se tentar fazer algo num sector onde há a fazer o ensino da Educação Física»⁴³⁴. Nota-se, de imediato, que a percentagem de professores envolvidos, na iniciativa bastante tardia do Estado Novo, era de um por mil da totalidade dos professores do ensino primário, mostrando por parte do regime, uma retórica demagógica querendo transferir a sua responsabilidade para os professores que eram culpados injustamente e sem justificação. O completamento estético, que o regime queria levar a cabo, por meio da Educação Física, ao longo da ditadura, mostrava sérias incapacidades realizadoras, sobretudo a nível do ensino primário, onde o Estado Novo procurava disciplinar desde a infância a educação integral dos Homens de amanhã. Neste contexto pouco feliz no que se refere à sua dimensão organizadora e às condições higiénicas das estruturas escolares concretamente destinadas às atividades físicas, parece que a verdadeira preocupação do Estado Novo, mais do que incentivar a preparação atlética dos alunos, para complementá-la com aquela moral, era a de monitorar e inspecionar todas as atividades desportivas que fora da escola pública conseguissem envolver os jovens. Se analisarmos o Decreto-Lei n.º 31 908, de 9 de

requerimentos para relevação de faltas por motivo de doença. A VISITADORA ESCOLAR, Leonor Mesquita».

⁴³³ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-5/17, 30 de Abril de 1943, Liceu Gil Vicente, «Ao fundo da sala, por ex. há um estrado, que serve de palco em dias de festa, debaixo do qual se observa a poeira aos montes...É pernicioso todo e qualquer exercícios respiratórios feito em tais condições... Os vestuários do ginásio também nos pareceram muito rudimentares. Ao lado do ginásio pequeno deparamos com uma sala de aula – com as respectivas carteiras e quadro preto – a qual parece ser aproveitada pelos professores para marcarem as faltas dos alunos, mas seria talvez melhor utilizada para explicar os próprios exercícios físicos. A sua necessidade, melhor execução, benefícios e consequências das boas e más técnicas».

⁴³⁴ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 61.

Março de 1942, podemos notar que nele vem claramente especificado que: «todas as organizações, associações ou instituições que tenha por objecto a educação cívica, moral e física da juventude, têm o dever de cooperar com a Organização Nacional Mocidade Portuguesa»⁴³⁵. A ação do Estado Novo, no que refere às atividades físicas dos jovens, parece mais uma ação que limita e contém, sobretudo no meio escolar, onde, por exemplo, a prática de basquetebol é considerada pela Mocidade Portuguesa um desporto violento e por isso motivo de proibição para os seus filiados até o décimo-sexto ano de idade⁴³⁶. Parece que esta ação além de limitar e conter a atividade desportiva, munia-se de um cariz de inspeção que, através dos médicos escolares, permitia averiguar a idoneidade física e moral dos jovens atletas⁴³⁷. Mais de uma vez acontecia que a autorização fosse negada pelo medo de se perder os afiliados da Mocidade Portuguesa⁴³⁸. Esta atitude de inspeção, que o Estado Novo impunha em caso

⁴³⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, Maio de 1945. Decreto conteúdo na Ordem de Serviço nº 71 enviado à Mocidade Portuguesa e às Direcções-Gerais do Ensino Superior e dos Desportos.

⁴³⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-7/3239, 4 de Junho de 1943, «Exmº. Sr. Mário de Carvalho, Dgmº. Delegado desta Direcção Geral no PORTO. Em resposta ao ofício nº. 49-D de 13 de Maio último que V. Exª. Se dignou enviar a esta Direcção Geral, tenho a honra de lhe comunicar o despacho que ele obteve na Mocidade Portuguesa. Referindo-me ao ofício de V. Ex.ª de 20 dêste mês, tenho a honra de informar que se o candidato à pratica de Basket-Ball não é filiado da M. P. e não frequenta qualquer estabelecimento de ensino oficial ou particular, lhe pode ser concedida autorização, desde que o Centro de Medicina Desportiva do Porto o considere em condições de se dedicar a essa modalidade desportiva. O Basket-Ball é considerado pela M. P. como um jogo violento, pelo que os seus filiados apenas podem concorrer a campeonatos depois dos 16 anos. A Bem da Nação, Direcção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar. O chefe da Repartição».

⁴³⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-4/18, 1º de Outubro de 1943, «Exmº. Senhor Director Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar. Tendo-nos solicitada pelo Alentejo Foot-Ball Club, em seu ofício nº. 27 de 19 do corrente, informação acerca de dois requerimentos enviados e a sua remessa a essa Direcção Geral com a mesma finalidade, afim – de, em seguida, serem submetidos ao despacho de Sua Exª. O Ministro da Educação Nacional, transcrevo a seguir os pareceres dados pelas Direcções dos Serviços de Educação Física e Desportos de Saúde e Higiene desta Organização: “Não concordo com a concessão do pedido, visto tratar-se de uma competição com indivíduos de idades muito superiores. Acho conveniente que seja ouvida a Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene. O Director Interino dos Serviços de Educação Física e Desportos, Carlos de Campos Andrada – Capitão. Para que a Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene se possa pronunciar, necessário se torna um exame médico – desportivo que no presente caso não existe. Além disso é de absoluta necessidade que sejam estabelecidas directrizes e doutrina sobre as condições de idade, peso e tipologia, na constituição das diversas equipas, muito especial nas que entraram em competição ao mesmo jogo. Os tempos de treinos e de provas também necessitam de regularização, pois que não poderá ser o mesmo para adultos (no caso do seu completo desenvolvimento físico) e para jovens (ainda na evolução do seu desenvolvimento). O Director dos Serviços de Saúde e Higiene, Cordeiro Lobato”. A Bem da Nação».

⁴³⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-4/18, 8 de Setembro de 1943, «Exmº Director Geral da E. Física, Desportos e S. Escolar. “Em princípio não concordo que menores de 18 anos representem Clubes,

de autorização, a participar às atividades desportivas, não acabava com o exame médico escolar, mas continuava depois durante a realização das manifestações desportivas: «Para conhecimento dessa Associação e dos clubes seus filiados se transcrevem a – seguir as instruções dimanadas da Exm^o Direcção Geral de Educação Física, Desportos e de Saúde Escolar. A concessão só pode ser dada a cada um dos jogadores de per si, mediante exame médico que inclua as observações de exame clínico que deverão ficar arquivadas pelo médico e de cujo resultado deve ser dado conhecimento à Exm^a Direcção Geral de Desportos. A vigilância ao longo dos torneios em que esses menores tomem parte, poderá ser exercida pelo Delegado provincial da Mocidade Portuguesa, o qual poderá requisitar à Exm^a Direcção Geral os serviços dos médicos escolares quando o entenda necessário e eles estiverem nos limites possíveis»⁴³⁹. Pode perceber-se uma relação, entre médicos escolares e Mocidade Portuguesa, de estrita colaboração sobre as atividades desenvolvidas singularmente com vista a tornarem-se um conjunto recíproco. De facto enquanto que a Mocidade Portuguesa gere a organização geral da atividade desportiva, além de salvaguardar a educação moral, cívica e física da juventude, o médico escolar gere os relatórios pessoais de cada indivíduo. Desta forma, o regime beneficia de um controlo integral que, na colaboração recíproca, consegue inspecionar tanto o jovem, quanto a associação onde pratica desporto. Todas estas considerações parecem confirmar que, não obstante o regime, em muitos decretos e discursos, dava muita importância ideológica ao incentivo da Educação Física e ao desenvolvimento das atividades desportivas, em concreto fazia cumprir, assim, uma política de inspeção repressiva, proibindo ou vigiando a participação nas atividades de desporto extra escolares, enquanto no meio escolar tinha uma atitude de obstrucionismo interno, sobretudo no ensino primário, onde faltavam as condições basilares para praticar a Educação Física. Não admira, portanto, que a situação do ensino primário em 1971 estivesse ainda igual e como evidenciava o Sub-Secretário de Estado da Juventude e Desportos, Augusto Ataíde, na entrevista ao Diário Popular: «Reforma do Sector Juventude e Desportos», onde declara necessário lecionar a Educação Física no ensino primário apoiando os professores com «cursos de actualização e formação,

porque sendo facultativa a inscrição na M. P. a partir dos 14 anos, pode suceder que muitos jovens abandonem a Organização para se filiarem em Clube Desportivos. O Director dos Serviços de Saúde e Higiene – Cordeiro Lobato”. A Bem da Nação».

⁴³⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares-4/18, 8 de Maio de 1943.

apetrechamento das escolas primárias com material ginnodesportivo e da colocação de professores orientadores»⁴⁴⁰. Pela primeira vez, ao longo da ditadura, um expoente do regime deixava de culpar demagogicamente os professores, reconhecendo a falta do Estado Novo, no abastecimento de estruturas adequadas e no correto enquadramento formativo, relativamente à implementação efetiva da Educação Física no meio escolar.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 62.

IV

CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO HOMEM NOVO EM PORTUGAL

4.1 Família, célula básica da sociedade

A família torna-se artífice de uma adesão cívica a uma Nova Ordem, em que o objetivo principal é o de inculcar às novas gerações os valores principais, que dominam a estrutura ideológica do regime. O Homem Novo é o resultado concreto de uma educação que, dentro do lar, se identifica por uma atitude de humildade caracterizando uma unidade hierárquica, que se reflete na cooperação orgânica da sociedade estadonovista⁴⁴¹. O regime do Estado Novo tinha como objetivo principal a criação de um Estado orgânico que se realizava, por meio de uma conexão ideológica direta entre o Estado e a sua componente natural que residia na família⁴⁴². O ditador português possui uma visão orgânica de sociedade, que ele mesmo define como saudável, uma hierarquia harmoniosa que toma em conta a religião, o trabalho e a família, esta última considerada a célula social núcleo originário sobre qual construir as freguesias, os municípios, e até a Nação⁴⁴³. Pelo Estado Novo a família constitui a célula básica na composição orgânica⁴⁴⁴ da sociedade. Os valores do cristianismo trazem no seu interior o respeito pela mulher e o amor pelos filhos, valores estes funcionais à conservação e ao desenvolvimento da “Raça” Portuguesa, enquanto os alicerces de uma educação fundada na disciplina e na harmonia social, para conseguir o começo de uma ordem política e administrativa que o Estado Novo constitui entorno à família, a sua célula básica. Desta maneira, o regime salazarista livra-se daquela matriz totalitária, onde o Estado cumpre a sua obra de regeneração nacional, por meio da construção dum “novo”

⁴⁴¹ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 25. “A família, território à escala micro-social do poder do chefe e da ideologia oficial, é erigida como base social do regime. Entre uma e outro, estabelecem-se analogias de ordem, governo, de conceitos de bem, de defesa”.

⁴⁴² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2069, 28 de Abril de 1938, «Na base do Estado Corporativo está a família. Em Portugal como disse o Doutor Oliveira Salazar, *pretende-se construir o Estado Social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade*».

⁴⁴³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D, 12 de Setembro de 1938, «Salazar deu ordem com uma ditadura financeira perfeita, no Abril 1928 com a chamada ao Poder como Ministro das Finanças».

⁴⁴⁴ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, «A família constitui na orgânica do Estado Português contemporâneo a célula basilar».

mito conservador que, em defesa da família, se torna oportuno para, com ela, constituir uma relação direta, através do auxílio de uma proteção paternalista⁴⁴⁵.

A herança integralista de um Portugal rural, símbolo de valores imutáveis, entre os quais a obediência à autoridade, a solidariedade humana de cariz cristã, o amor pela terra e pelo trabalho, faziam parte daquele património cultural e espiritual, que contribuía para construir a imagem de um Portugal arcaico e que vivia na lembrança de um passado nostálgico. A ordem e a tradição devinham fundamentais dentro de uma família, onde a hierarquização se centrava entorno da figura do *pater*⁴⁴⁶, uma família que, orgulhosamente, se mostrava ponto de partida do Estado social corporativo, uma instituição moral que por meio da religião católica, do nacionalismo e do ruralismo tradicionalista, se contrapunha ao cosmopolitismo considerado moralmente ameaçador e tradicionalmente sem raízes.

Numa perspetiva social a importância da família residia na capacidade de estabelecer uma ordem moral indivisível que trazia um ambiente de paz baseado sobre o amor e a virtude, um agregado sólido e invulnerável às dinâmicas de mobilidade social, pronto para preservar os valores considerados atemporais típicos da cultura lusitana. A ordem política era garantida por meio de uma família considerada célula elementar de uma organização primária da sociedade, núcleo originário de um Estado corporativo, fonte de conservação e perpetuação da “Raça” Lusitana⁴⁴⁷. A importância da família manifesta-se pela criação de um indivíduo social que encontra sentido e consciência do seu papel, através de um conjunto de relações ligadas entre si, sob a orientação de um chefe familiar, onde pai, mãe e os filhos têm que colaborar reciprocamente, para enfrentar uma unidade indestrutível e indivisível, que pudesse garantir a estabilidade e continuidade da Pátria, através das instituições genuinamente portuguesas. A Constituição portuguesa de 1933, no título IX, ocupava-se da «educação, ensino e cultura nacional»; neste tópico a família era o fator essencial, onde os avós, os pais, os

⁴⁴⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2069, 16 de Março de 1938, «A família, porque a considera a célula elementar da vida colectiva, a Constituição Portuguesa consagra um carinho e interesse especiais».

⁴⁴⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 29 de Abril de 1938, «Ainda depois da formação da *civitas* ou do Estado, o *pater-familias* foi, durante muitos séculos, dentro do seu lar, o chefe civil e militar, o juiz e o sacerdote».

⁴⁴⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2069, 16 de Março de 1938, «No art. 12º da Constituição diz-se que: O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, disciplina e harmonia social e como fundamento de ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município».

filhos e os netos constituíam a célula basilar da família tradicional⁴⁴⁸, depositária de um patriotismo conservador, através do qual se procura construir as virtudes morais e cívicas orientadas pelos princípios da Moral Cristã.

A trilogia, Deus, Pátria e Família, funcionava como uma trindade axiológica, em que a cristandade do lar familiar vinha a ser a sustentação ideológica base, para preservar a sociedade estado-novista longe dos ideais materialistas que, por um lado, podiam acentuar as aspirações de mobilidade social e por outro, podiam favorecer a procura de satisfação pessoal, que tinha de ser abafada pela privação pessoal e pelo espírito de sacrifício⁴⁴⁹. Por isso torna-se legítima uma intervenção extensiva do Estado, no favorecer de um conjunto de políticas sociais que podem, por um lado, representar a família como micro protótipo de poder do chefe na sociedade estado-novista e por outro, afirmar que a família, sozinha, não está apta à formação e constituição de um Homem Novo útil à causa de Renovação Moral do País, uma vez que, potencialmente fragilizada na sua integridade de base, fica sujeita à causa de possíveis efeitos deletérios, que podem desembocar a favor do comunismo⁴⁵⁰. O Estado Novo corporativo, nacionalista e autoritário afirma, por um lado, que a família é a célula básica da sociedade portuguesa, por outro, que não está pronta para enfrentar a exigência educativa e por isso, é incapaz de exercitar uma função formativa suficiente, a qual tem que ser suportada pelo Estado.

A oficina das almas, que Salazar tenta plasmar, visa alcançar a composição de um Estado nacionalista e corporativo, em que a formação espiritual, essencial ao processo de criação do Homem Novo, se veste de um autoritarismo conservador que, desde o começo, tem que ser cultivado no interior do lar familiar. Salazar tinha

⁴⁴⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, «Com efeito, Família legítima é a que resulta de sucessivos matrimónios: dos avós, pais, filhos, etc. que subsistem unidos no mesmo lar. É esta a família tradicional, que, em toda as sociedades normais, se considera a maior força de conservação social, a depositária das tradições do patriotismo, das virtudes morais e cívicas, das crenças e dos sentimentos de ordem, economia, previdência, solidariedade e de heróicas dedicações».

⁴⁴⁹ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 25. “Aconchegadinha, pequenina – até arquitectonicamente – a casa portuguesa é o ninho, o centro de defesa face aos males exteriores, a salvaguarda de valores. O mesmo discurso de poupança, frugalidade, ruralismo, isolamento, atravessa a governação”.

⁴⁵⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2339, 12 de Maio de 1938, «É porque a família constitui um sólido baluarte de resistência que os socialistas, sobretudo os bolchevistas incluíram como um dos principais números do seu programa a destruição da família: pela ampla liberdade dos divórcios, depravação dos costumes, equiparação dos filhos legítimos aos ilegítimos, proibição da declaração da legitimidade nos assentos do registo civil».

confiança na possibilidade de alcançar um sentimento nacional baseado na ordem cívica e no culto do Chefe. O projeto do Homem Novo tinha que ser cuidadosamente controlado, de facto, em nome da reconstrução de uma Sociedade Nova, podiam estragar-se as intenções conservadoras de um regime que queria guiar os jovens ao gosto da disciplina e à devoção pela Pátria. A doutrinação fascista de massa, além de dar um cariz revolucionário, podia aumentar a desordem pública⁴⁵¹, colocando em discussão o papel basilar da família, que podia perder a sua consistência social e cair no anonimato do Estado ético totalitário. Embora não se possa negar que no começo o ponto de referência do regime salazarista era, sem dúvida o Estado italiano, a ideologia estado-novista, baseada na obediência e na exaltação do magnífico passado histórico do Império Português, não procurava, como no caso de Mussolini, o sacrifício extremo da massa, necessário às tentativas de conquista do ditador italiano, mas antes, procurava de perpetuar os valores funcionais à preservação do *status quo*, onde a família tinha um papel ativo e fundamental, para uma conservação concreta de uma sociedade organicamente organizada⁴⁵². A retórica heroica dos mitos do passado subordinava o indivíduo a um contexto histórico, dentro do qual se tornava paladino de um mundo antigo e prestigioso, detentor de uma herança cultural que se preservava ao longo dos séculos. Não era um acaso que a família fosse o primeiro lugar onde aprender esta atitude protecionista de valores tradicionais, resultante de um regime fortemente centralizado na figura de Salazar, Chefe paternal, de um povo que tinha de ser e permanecer, o filho eternamente devoto de um prestigiado nacionalismo passadista.

Salazar utiliza uma retórica fundada numa Nova Ordem, que nova não é! A difusão ideológica dos valores do regime legitimam uma abordagem essencial no enquadrar do típico bom português, que tem de lutar para dar continuidade e um novo

⁴⁵¹ MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Op. Cit.*, p. 96. "O Estado Novo não precisou de ser expansionista, nem de recorrer à guerra para unificar a Nação. Não havia territórios a reclamar no Adriático, nem a humilhação de Versailhes a reparar. Portugal tinha as mesmas fronteiras desde o século XII e um vasto império desde o século XVI. Sem se declarar *pacifista*, Salazar era *pacífico*. O seu objectivo consistia em manter Portugal arredado das lutas europeias e em conservar a herança recebida, não em aumentá-la ou engrandecê-la".

⁴⁵² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2550, 25 de Abril de 1938, «A importância da família manifesta-se, na ordem moral, como o mais belo e perfeito ambiente de paz, de amor e de virtude – é no seio da família que o individuo se cria, se educa e se prepara para formar a Nação, para servir o Estado e para os fortes combates da vida -; na ordem política, porque é garantia de estabilidade e continuidade das instituições e das pátrias, na ordem económica, porque é a mais pura fonte dos factores morais da produção, e, finalmente, na ordem social, porque é a célula social irredutível, o alicerce da sociedade, núcleo originário da freguesia, do Município e, portanto da Nação».

esplendor aos valores do glorioso passado, para pôr fim ao período de decadência moral, em que Portugal supostamente tinha caído antes da chegada do Estado Novo. Uma das imagens exemplares utilizadas por Salazar é o «carregamos uma pesada cruz» ou ainda, «subimos a colina da redenção», dando a perceção de um percurso sacrificial em contínuo aperfeiçoamento, em que todos devem participar para a construção de uma Nova Ordem Social de Renovação Moral⁴⁵³. A família é o instrumento por meio do qual começar a combater a morte dos valores, que propiciam a desagregação social dentro da sociedade, uma recomposição dos mecanismos relacionais que, na restrição pessoal do indivíduo e em nome da purificação da “Raça” Lusitana, no lar familiar aprende um conjunto de valores nacionalistas simbólicos⁴⁵⁴. A defesa da família contorna um espaço onde o Mito da Salvação se expressa no grande esforço de Ressurreição Nacional, um espaço considerado sacro pelo Estado Novo, meio através do qual se podem divulgar os princípios conformes às medidas educativas do regime. A formação nacionalista da infância, património espiritual da Nação, fundamenta-se no espírito orgânico e cooperativo do lar familiar onde o fim comum se reconhece como parte de uma grande comunidade, que recusa a luta de classe e o materialismo capitalista⁴⁵⁵.

A educação integral do Homem Novo é sustentada por um regime, onde o ressurgimento nacional surge garantido por uma disciplina firme dos jovens portugueses que, no interior da família, desde pequeninos, aprendem aquela matriz autoritária, útil ao fortalecimento dos valores tradicionais para cultivar como virtudes necessárias o inculcar do amor por Deus e pela Pátria. O amor pelo trabalho, o culto do Chefe e a aceitação das classes sociais são resultados de uma devoção que começa no lar familiar, uma estruturação que, no seu interior, além de ser hierárquica, ao mesmo tempo, reflete também um espírito associativo, que faz da família portuguesa um organismo unitário e compacto, funcional ao corporativismo estado-novista. O fim do Homem Velho significa a negação das ambições individuais, para deixar o espaço à modéstia, ao bom

⁴⁵³ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 10. “Salazar é fundamentalmente o Messias que veio à Nação degenerada pelo liberalismo e anticlericalismo, o comunismo a grande heresia dos tempos modernos: Salazar, o Salvador, o Redentor da Nação”.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, p. 24. “Salazar tem sobre o espaço doméstico a perspectiva de um cientista político e, mesmo, social, encarando-o como território primordial pelas funções de reprodução material, pelos processos de socialização que nele se desenvolvem e também como lugar de (re) produção do simbólico”.

⁴⁵⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direção-Geral Ensino Lical/Manuais Escolares-15/2550, 25 de Abril de 1938, «As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com suas liberdades jurídicas fundamentais, são os organismos componentes da Nação».

senso, à moderação, ao trabalho honesto, onde a chegada ao Homem Novo encontra a sua referência sistemática na exclusividade da Alma Lusitana e nos valores tradicionais⁴⁵⁶ da Casa Bem Portuguesa. Como explicado no art. 12º da Constituição, preservar a “Raça” Portuguesa e a sua harmonia dentro do lar familiar torna-se a tarefa de base da Nova Ordem⁴⁵⁷. A grandeza da família na sua obra de ação educativa tem que ser coadjuvada e isso acontece por meio do auxílio dos valores religiosos que fornecem exemplaridade moral. A religião ajuda o Estado Novo a sustentar os ideais nacionalistas e conservadores, através de um autoritarismo rigidamente estruturado entorno de conceitos de respeito e obediência, uma vez que a religião consegue plasmar as pessoas logo na infância, preconizando o ideal salazarista, por meio da aceitação das classes sociais, onde as crianças podem interiorizar o respeito das hierarquias, respeitando Deus e os pais dentro da família. Neste contexto, a tarefa da religião torna-se a de legitimar a autoridade política, onde a rigidez hierárquica beneficia, assim, de uma percepção eterna e imutável, algo de estático que mantem a separação natural entre as classes sociais e impede, rigorosamente, a mobilidade social. Os elementos políticos da sociedade devem ser, antes de tudo, orgânicos⁴⁵⁸, o conceito de Homem Novo substancia-se por meio de ideais nacionalistas pouco revolucionários, que devem assegurar a ordem social: resolver os conflitos e as divisões nacionais, recusar a ditadura do proletariado e o materialismo capitalista, “casar-se” com a Igreja, em nome de um corporativismo católico⁴⁵⁹, qual resposta ideológica que o Estado Novo procura para dar

⁴⁵⁶ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 101. “Os valores de conduta social são os valores que enformam a ideologia do Estado Novo, transparecendo a cultura popular como uma cópia do modelo da cultura dominante, um fato feito à medida:

Os ideais de família, o amor do lar, a dignidade da mulher, a moral profissional, o sentimento da responsabilidade, o da previdência, a segurança no trabalho, a dignidade própria e alheia, a admiração pelas instituições militares e o respeito pelas judiciais, a compreensão do dever do imposto e, em geral, a inteligência das grandes linhas que orientam a vida das comunidades “.

⁴⁵⁷ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, p. 26. “Cabia ao Estado assegurar a *defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social e como fundamento da ordem política e administrativa*” (art. 12.º).

⁴⁵⁸ *Ibidem*. “Mais do que o liberalismo, era, porém, o comunismo o principal inimigo da família, tanto para o regime como para a Igreja Católica.

Dois anos depois, Salazar explicou, no célebre discurso comemorativo do décimo aniversário do 28 de Maio, onde introduziu a norma *Deus, Pátria, Família, Autoridade, Trabalho*, porque não se discutia a família:

Aí nasce o homem, aí se educam gerações [...]. Quando a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem homens diante do Estado isolados, estranhos, sem arrimo e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos; perde-se um nome, adquire-se um número – a vida social toma logo uma feição diferente!”

⁴⁵⁹ PINTO, António Costa, 1992, *Op. Cit.*, p. 53. “Dando como facto indiscutível que o regime de Salazar não se baseou na *cultura do fascismo* mas na do corporativismo católico, nem num partido da mesma

solidez à sua Nova Ordem Social. A colaboração dentro do lar familiar e o trabalho acompanhado por um espírito cristão tornam-se as bases sólidas do Estado Novo, onde a educação infantil pré-escolar cumpre inicialmente à família, para promover e assegurar um serviço nacional diante à Pátria carregado de lealdade, orgulho e nobreza, uma doutrina que, no “prazer” do sacrifício pessoal, em nome da preservação da glória nacional, alimenta o gosto pelo entregar-se com grande dedicação cívica ao bem comum⁴⁶⁰. Com certeza, não estamos perante ao Homem Novo que imaginava António Ferro, o Homem sem retórica, esbanjador de gestos e de ação que vive ativamente o seu tempo, num século dinâmico e de corridas, que ele mesmo define como um século *Grand Prix*⁴⁶¹. Aliás a missão educativa da família e do Estado tem que ser de colaboração dirigida a uma unidade moral, uma formação educativa que, já nos primeiros anos de vida, consegue plasmar uma mentalidade corporativa, onde a educação cívica tem que se alimentar de um espírito genuinamente patriótico, onde as relações sociais não devem ser, de modo algum dinâmicas, mas, pelo contrário, tornar-se a cola estrutural do estaticismo extremo. O culto dos heróis históricos acrescentavam um espírito de pertença ancestral que permitia de salvaguardar, no seu aspeto maioritariamente conservador, a autoridade do chefe de família, autoridade de onde provinha a imagem entorno da qual o Estado Novo defendia esta estrutura de valores no interior dos lares familiares. Conceitos como, a Missão Histórica da Nação Portuguesa, o Ideal Cristão, o grande Império Português, tinham que limitar as paixões individuais, para favorecer o respeito pelas tradições, dentro das quais cada pessoa podia estimular o próprio ardor cívico⁴⁶². A organização hierárquica no interior da família tornava-se o

natureza, apenas ao nível de certas características do Estado se podem observar semelhanças com o fascismo italiano”.

⁴⁶⁰ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 57. “*Deus, Pátria, Família*, não pode ser meramente transitória, tem de ser assimilada como totalidade vivencial, constitutiva dos corpos e dos espíritos. *Revolução tão extensa e tão profunda, ou não chega a ser nada ou se opera pela lenta absorção de princípios novos que inspiram a vida dos homens, e estará tanto mais adiantada quanto mais a sentirmos dentro de nós* (Salazar, 1934, Antologia, 1954:25). Não se trata simplesmente de vigiar pela disciplina, pela ordem, mas de criar cidadãos que interiorizam de tal modo, a norma, que eles *são* a norma. Esta é uma questão precoce no pensamento de Salazar. Em 1930, diz já que *o Estado tem o dever de integrar a juventude* (...) (citado por Arriaga, 1976:12). Em 1935, insiste: *É essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de patriotismo, desinteresse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria, respeito absoluto pela alheia*”.

⁴⁶¹ FERRO, Antonio, 1927, *Op. Cit.*, p. 74.

⁴⁶² GIL, José, 1995, *Op. Cit.*, pp. 50-51. “Num discurso célebre (o de 26 de Maio de 1936, em que se comemorava os dez anos do novo regime), Salazar enuncia *as grandes certezas da Revolução Nacional*,

primeiro grau de enquadramento da população, que entorno a Salazar, o «Pai da Nação»⁴⁶³, constituía uma lógica de sobrevivência do regime, por meio de um conjunto de virtudes morais que contribuíam para manter vivo o espírito de devoção, para a edificação de uma sociedade em que: «A Nação cumpre-se, não se discute»⁴⁶⁴.

A família é o instrumento de partida utilizado por Salazar para encarnar o papel de preservação de estabilidade e coesão inicial do Estado Novo⁴⁶⁵. A criação de um Homem Novo que ambiciona ser o espelho fascizante do Homem Futurista pronto para a ação, desdenhoso do perigo, pouco se encaixa num padrão de referência adotado pelo Homem Novo Português que, dentro do lar familiar, infantiliza a sua vocação rebelde e arriscada, considerada perigosa e desestabilizadora pela sociedade, para se completar em perfeita harmonia naquela atitude social que, no seio da família, se substancia, ao mesmo tempo, por uma cooperação hierárquica e recíproca e que no exterior, se traduz no amor pela disciplina e pelo trabalho corporativo. Tudo isso é lacrado por um espírito cristão, componente fundamental no cimentar do cariz conservador e nacionalista, que Salazar quer promover na sociedade do Estado Novo, para garantir as bases sólidas sobre quais perpetuar ideologicamente o seu regime⁴⁶⁶. Por meio da família, desde logo, as novas gerações aprendem a atitude de base, composta pela modéstia e pela virtude, fundamental ao reconhecimento e à inserção nos mecanismos da vida quotidiana do Estado Novo. A repressão dos impulsos e das ambições pessoais pode exprimir-se e desabafar-se apenas na exaltação dos mitos nacionais, no orgulho de pertença à “Raça” Lusitana, em que este exclusivismo se torna um fator funcional à salvaguarda dos

que resume assim: *Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.*

Estes temas são explicitados um após outros. O objectivo do discurso é expor os princípios sobre os quais se ergue a obra do Estado Novo. Tratava-se de *reconstruir o sentido perdido da vida humana e fazê-lo penetrar na família e na sociedade, na organização política, no funcionamento da administração, na economia particular e pública, na formação moral dos homens*”.

⁴⁶³ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 10. “O chefe da nação é, pois, a imagem terrena do Deus pai. Todos são seus filhos”.

⁴⁶⁴ ROSAS, Fernando, 2003, *Op. Cit.*, p. 94.

⁴⁶⁵ GIL, José, 1995, *Op. Cit.*, p. 52. “Mostra-te pequeno e tornar-te-ás grande. O que significa esta pequenez a que os portugueses são convidados a aderir?”

O modelo familiar dá-nos a verdadeira medida da invisibilidade; porque no fundo a invisibilidade representa apenas uma questão de tamanho. Congelando o movimento de morte-ranascença na diminuição do devir-invisível, Salazar transforma-o num devir-pequeno. O devir-pequeno constitui o estado permanente que corresponde à norma moral do regime: o estado que define o tamanho que o português deve ter”.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 54. “Salazar transfere os valores da moral cristã para o plano cívico e político, retirando-lhes todo o carácter religioso. Substitui a transcendência divina pela transcendência do princípio nacional, mas conserva o próprio princípio da transcendência”.

comportamentos tradicionalistas, exemplos de abnegação e amor incondicionado pela Pátria Portuguesa⁴⁶⁷. A colaboração necessária em defesa da família e da Pátria gera um Homem Novo moralmente forte edificado, na alma e no corpo, por meio da religião e das tradições nacionais e fisicamente robusto, por meio do amor ao trabalho e pela cultura de sacrifício a favor da comunidade. A família assegura o futuro da Nação, seja naturalmente, com a reprodução física, seja ideologicamente, com um autoritarismo conservador e nacionalista capaz de ser transmitido às novas gerações, alimentando uma percepção de segurança necessária à defesa do património espiritual de Portugal⁴⁶⁸. O Homem Novo que a família contribui para plasmar é morigerado, ancorado nos valores atemporais de um Portugal arcaico, que se revitaliza no sentimento da Nação, sentimento no qual os homens do futuro são cultivados no espírito de uma sacralização cívica do amor pátrio⁴⁶⁹. O Estado Novo continua a sua obra de doutrinação das novas gerações, responsabilizando o húmus familiar, com um determinismo histórico-cultural, que fica enquadrado numa moldura nacionalista e conservadora, onde a família participa contribuindo para reforçar os propósitos de coesão e estabilidade social cuidadosamente ponderados por Salazar.

4.2 Formação moral

Estimular a formação moral das novas gerações⁴⁷⁰ era o instrumento mais apto ao fortalecer e manter viva a obra de controlo ideológico, controlo que o regime

⁴⁶⁷ *Ibidem*. “Eis como procede: quando fala, situa-se, pelas suas ideias, pela *elevação do seu pensamento* e pela sua moralidade irrepreensível, acima de todos. Fala às pessoas e diz-lhes: sois bem maiores do que aquilo que pensais; tendes dentro de vós virtudes e qualidades (*consciência nacional, amor pela Pátria, espírito de sacrifício*) que vos elevam acima da vossa condição *mediocre*”.

⁴⁶⁸ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 57-58. “Em 1938, novamente entrevistado por António Ferro, Salazar afirma *Quanto aos homens necessários, competentes, próprios que nos renderão, toda a geração nova responderá pela estabilidade e continuidade da obra encetada. Criada pelas novas instituições, será, por outro lado, o seu fiador. Ela sabe que, acima de tudo, a Nação precisa de um chefe o chefe precisa da disciplina da Nação.* (Ferro, 1978:299) *E olhando, com visível enternecimento, os rapazes da Mocidade: – Quando esta geração chegar à vida poderemos estar tranquilos...* (Ferro, 1978:288)”.

⁴⁶⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 3 de Agosto de 1935, «Em Portugal, mais do que em nenhum outro Estado do mundo, o Governo surge da Nação. E apenas acabada a Reconquista, firmada a independência e delimitado o território, que será o histórico solar da nossa raça, as Côrtes se abrem à classe popular, que pode erguer nelas a sua voz ao lado da Nobreza e do Clero».

⁴⁷⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 123. “Mas como *só uma mentalidade nova faria ressurgir Portugal* e como se tornara necessário integrar a *educação religiosa, cívica, nacionalista, estética e física num sistema de educa integral*, tinha-se reformado a escola, cuja principal finalidade era *moldar as crianças na idade plástica que é a primeira juventude*, sacrificando um *enciclopedismo pretensioso ao robustecimento do corpo, à energia da vontade, ao espírito de iniciativa, à constituição do carácter.*

procurava de estabilizar⁴⁷¹, para afastar e neutralizar as sugestões intelectuais de uma Europa que renascia das cinzas de um sistema liberal em crise e considerado obsoleto. Os protestos que, podiam nascer desta situação, podiam tornar-se a causa de instabilidade social, que na prática quotidiana podia desembocar em manifestações revolucionárias. Por outro lado o fascismo e a sua doutrina predicavam abertamente o insurgir de uma Nova Geração pronta ao sacrifício extremo em nome da Pátria, entendida como Estado ético, em que o individuo se emancipava como cidadão-soldado, continuamente mobilizado dentro de uma multidão militarmente organizada⁴⁷². Mas, a urgência do Estado Novo, sobretudo nos anos '30, não era com certeza a de subverter os equilíbrios de um regime, que nascia titubeante após o golpe militar do 28 de Maio de 1926. A centralização do poder passava inicialmente por um conjunto de valores conservadores integralistas, onde o autoritarismo de base desempenhava um papel preservador, de um ultra nacionalismo ligado a conceitos de ressurgimento nacional e imperial, pronto para preservar uma Nova Ordem apresentada como padrão de referência mundial⁴⁷³. O Homem Novo Português parece mais caracterizado para o conformar-se a um “novo” *status quo*, que legitima a sociedade e os mecanismos de

Como, por outro lado, a própria escola também era insuficiente para fornecer *consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militante, disciplina militar, activa confiança nos destinos de Portugal*, o Estado criara a MP com a missão de despertar *o amor da juventude à Pátria portuguesa* e o propósito de lutar *contra o paganismo e pela moral cristã, contra todo o derrotismo e todo o internacionalismo*”.

⁴⁷¹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 67. “Não há interesse na interacção cultural, apenas se valoriza a conservação de um repositório de usos e costumes, como se se tratasse de uma colecção de museu. O estatismo substitui, doravante, a dinâmica cultural. A defesa da identidade nacional é a justificação central para este discurso. A pretensa necessidade de harmonizar tradição e progresso não esconde a fobia à modernidade (seja ela no aspecto social, coma urbanização, ou ainda no aspecto económico, com a industrialização)”.

⁴⁷² GENTILE, Emilio, 2004, “L’«homme nouveau» du fascisme. Réflexions sur une expérience de révolution anthropologique”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, 2004, *Op. Cit.*, pp. 46-47. “Le squadriste fut la première version du mythe fasciste de l’Italien nouveau : un croyant et un combattant pour la religion de la patrie, dévoué corps et âme au fascisme, champion de vertus viriles, civiques et militaires, jeune, audacieux, courageux, plein de vie et d’enthousiasme, sain dans les instincts et les sentiments, prêt à la violence, non affaibli par le sentimentalisme de l’humanitarisme et de la tolérance. Ses qualités étaient à l’opposé de la sénilité et de la lâcheté de l’homme bourgeois, libéral et démocrate, méprisé car considéré comme rongé par le doute, peureux, tolérant, hypocrite, sans foi, sans énergie, sans volonté de lutte et d’action. La réaction armée contre le socialisme et les organisations du prolétariat fut vécue par le fascistes comme une croisade de régénération et de libération de la nation de ses *ennemis intérieurs*. Pour le fascisme, en effet, les adversaires politiques étaient perçus comme des types anthropologiquement incompatibles avec le nouvelle Italie née de la guerre”.

⁴⁷³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1H, 28 de Maio de 1948, «Gostaria que todos os estudantes fixaram no seu espírito a famosa síntese que antes parece uma legenda a que já foi enunciada no estrangeiro: Portugal que era um país de desordem, passou a ser um país de ordem, num mundo em desordem!».

controles tradicionais⁴⁷⁴, de um regime que sente-se ameaçado pelas dinâmicas políticas que abrangem os processos de modernização de uma Europa, que vê nos movimentos de massa uma nova emancipação cívica e política do povo, situação esta que não se vivia desde os tempos da Revolução Francesa.

Pelo Estado Novo torna-se fundamental conter as manifestações de massa, para estabelecer gradualmente um equilíbrio nacionalista e conservador tão necessário ao regime de Salazar. Portugal surge representado como uma Nação de heróis históricos, nação que teve no mundo uma missão descobridora e evangelizadora, predestinada para cumprir, mais uma vez, com nobreza, uma Nova Renovação Moral. A justificação moral, de uma ordem naturalmente constituída, exige uma contribuição de devoção, antes de tudo humana, isto é, a consciência da existência de uma vida naturalmente hierárquica, onde apenas poucos estão destinados a destacar-se pelo comando. Isto contribui para promover a imagem de Salazar como Chefe Glorioso⁴⁷⁵ de uma Nação guiada pela Providência. O universo legitimador da fé patriótica proporciona uma sistematização moral, centralizada nas atitudes virtuosas de um Homem Novo, que na Casa Lusitana e na Alma Portuguesa procura o seu refúgio.

O período da decadência moral dissolve-se devido aos cidadãos de um Estado que, com amor por Deus e pela Pátria, transmitem na primeira pessoa os valores de

⁴⁷⁴ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 67. “Para resolução do conflito entre tradição e progresso propõe-se um programa político que consiste na nacionalização, por via do tradicionalismo, do mundo português. Este programa é dirigido às entidades públicas e privadas, como um todo. Na habitação, deve vingar a *casa portuguesa*, quer no espaço rural, quer no espaço urbano, no vestuário, deve buscar-se a inspiração na *garridice ingénua das alfaias regionais*; no mobiliário, decoração, arte e alimentação deve atender-se à *nativa inspiração artística*, presente nas pequenas indústrias populares. Acrescente-se que as artes plásticas populares devem também ter um reconhecimento cultural, por via dos museus regionais, concursos periódicos e da orientação e protecção oficiais. As artes rítmicas (música e dança) são consideradas o expoente da cultura popular, e têm os seus correspondentes agentes promotores organizados nas filarmónicas, orfeões e ranchos. A cultura *espiritual* ganha, por isso, especial relevo, o que terá a sua correspondência prática nas actividades culturais protegidas pelo Estado”.

⁴⁷⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2843, 27 de Abril de 1938, «1ª – Que acontecimento se comemora hoje? O décimo aniversário do princípio da Restauração de Portugal, por Salazar. 2ª – Antes de Salazar, dizei: como eram os Governos em Portugal? Sem autoridade. 3ª – E os cidadãos? Sem confiança no futuro. 4ª - Como estavam as finanças? Sem dinheiro e sem crédito. 5ª – Como estava a Nação? Humilhada pela Sociedade das Nações. 6ª – Como estava a instrução? Sem disciplina e sem Ideal. 7ª – Como era a vida económica? Reinava a desordem. 8ª – Depois de Salazar, dizei: como são os Governos? Com autoridade fundada no bem público. 9ª – E os cidadãos? Com fé no futuro da Pátria. 10ª – Como são as finanças? Restauradas com dinheiro e com crédito. 11ª – O que resultou da restauração das finanças? A Marinha de Guerra, a Aviação, os Portos e as estradas. 12ª – Como está a Nação? Forte no interior, engrandecida no estrangeiro, e mais sólida e digna que nunca a aliança inglesa. 13ª – Como está a Instrução? Com disciplina fundada nos Ideais supremos, Deus, Pátria, Família. 14ª – Como é a vida económica? Ordem e actividade na paz e confiança».

verdade que encorajam a fidelidade e o espírito de abnegação por uma causa comum. O rigor espiritual encontra uma homogeneização cultural identitária da consciência histórica e o nacionalismo exclusivista⁴⁷⁶, do Estado Novo, carrega-se de dignidade cristã⁴⁷⁷; o privilégio de fazer parte é sobretudo moral e servir a Pátria quer dizer servir também a vontade de Deus. O espaço vital dos jovens tem que ser forjado, por meio de uma intervenção intensiva e extensiva, por um regime que através da moralização do culto do Chefe favorece a obediência às hierarquias e a imobilidade das classes sociais. A diligência virtuosa do Homem Novo reside no saber dosar o seu destino na sociedade e aceitar o próprio papel socialmente estabelecido. Não é por caso que a formação moral do Estado Novo visa assegurar a fidelidade dos jovens ao longo do futuro, uma garantia de conservação nacional, onde as novas gerações têm que alimentar a continuidade com o passado e com as tradições⁴⁷⁸. Um desenvolvimento harmonioso dos valores nacionalistas simbólicos do viver o espírito de ser português, que alimentam aquela autoconsciência nacional, que dá a percepção de um Portugal presente no seu corpo social, inteiramente reproduzido em nome do passado nacional e da memória

⁴⁷⁶ MATOS, Sérgio Campos, 2008, *Consciência Histórica e Nacionalismo. Portugal, Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, p.26. “Era o nacionalismo conservador e exclusivista que acabou por se impor duradouramente durante o Estado Novo”.

⁴⁷⁷ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 68. “Só assim se pode compreender a referência a uma *mentalidade nativa* em oposição a uma *mentalidade civilizada*. A restrição do conceito sai reforçada pela especial associação com o elemento religioso; o catolicismo é a referência para distinguir a verdadeira da falsa cultura popular, ou melhor, para proclamar aquela que é politicamente aceite da que o não é, tendo a identidade nacional como pano de fundo”.

⁴⁷⁸ CARVALHO, Maria Manuela, 2005, *Poder e ensino*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 72-73. “Carneiro Pacheco assegurava que faltava cumprir o artigo 43, alínea 3.º da Constituição e defendia maior intervenção do Ministério da Instrução Pública que, para marcar o novo espírito, deveria ser designado por Ministério da Educação Nacional. Chamava também a atenção para o papel da escola como *força espiritual dinamizadora* e promotora da *unidade moral da Nação* e para os livros de História:

Se encararmos a escola como força espiritual dinamizadora da Nação, havemos de reconhecer que a educação nacionalista ainda está por começar, até nas ideias elementares da unidade moral da nação e da sua independência. Os livros de história carecem da maior atenção por parte do Estado, não só para que neles se exalte a ideia de Pátria como ideia força mas para que neles realmente se faça a história sem omissão de nenhum aspecto crítico da vida nacional. Pois então a reacção antiliberalista, construtiva, por exemplo, não é cousa que a história haja de registar?

Assim, se até 1935 o Ministério da Instrução foi o palco da integração das diferentes correntes da direita e da tentativa de equilíbrio entre os vários projectos educativos, em 1936, passado o tempo da luta pelo poder, era a altura de deixar em segundo plano os que eram oriundos tanto do republicanismo conservador como do nacional-sindicalismo e procurar impor inequivocamente a nova orientação com um grupo coeso que defendesse coerentemente um ensino nacionalista e cristão. O próprio Salazar defendera, embora noutro contexto, a actuação dos católicos no terreno político e afirmara que *Ter a posse do poder e não ter a posse das consciências é ter um poder precário que a primeira convulsão fará ruir*”.

coletiva⁴⁷⁹, uma identidade cultural que se reconhece nos mitos históricos que têm garantido a sobrevivência de um vasto Império. A matriz autoritária e nacionalista do Estado Novo completa-se esteticamente, por meio de uma formação moral que para consolidar-se a nível estrutural, necessita, além que da “delicadeza do coração”, também da saúde do corpo. A hierarquização, a disciplina e a obediência, para com os superiores, persistem somente se acompanhadas por uma condição física saudável. A educação moral do Estado Novo tenta de modelar as novas gerações numa única moldura ideológica, em que as características morais de cada indivíduo devem ser plasmadas e direcionadas, de maneira a que a formação moral do regime possa torna-se ponto de partida, para auxiliar uma atitude educativa, pela qual o Homem Novo alcança um equilíbrio entre espírito e corpo, através de uma alma estável e sólida capaz de edificar um corpo forte e robusto no físico e na ética⁴⁸⁰. Esta sintonia perfeita é considerada fundamental para assegurar a energia e a firmeza moral, importantes para qualificar positivamente os indivíduos dentro da sociedade estado-novista e para, ao mesmo tempo, o povo português poder beneficiar de uma renovação física e moral, útil para o compactar de um sentimento comum de adesão a uma única causa. A educação moral cria uma hierarquia bem estruturada, o Homem Novo é antes de tudo um homem, no qual a virtude chega antes da inteligência e do vigor físico, qualidades estas, que sem a virtude, resultam difíceis de controlar. A educação física e intelectual têm que estar associadas à formação moral, porta-voz de um Mundo Antigo, em que a perseverança, a energia, a vontade e o domínio de si mesmo, criam um conjunto de atitudes essenciais à

⁴⁷⁹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, pp. 102-103. “A tendência industrializante precisava de uma componente estabilizadora, garantida pela retórica. Essa retórica do mesmo centrava-se, precisamente, na perspectiva ideologizada da cultura popular, entendida como um contra-poder (face à modernidade) socialmente integrador. Era esta que permitia manter o elo ao passado e, portanto, preservar um elemento de continuidade onde os portugueses se pudessem rever historicamente numa nação com uma herança viva, ainda presente”.

⁴⁸⁰ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 75. “Durante o período em que vigorava o Estado Novo foram publicados diversos livros e manuais na área da Educação Física, muitos deles com conotações aos ideais do regime. Nos finais dos anos quarenta e início dos anos cinquenta, Alberto Feliciano Marques Pereira, professor do Instituto Nacional de Educação Física, publicou um conjunto de manuais na área da Educação Física, para o ensino primário, denominado a colecção de *Manual de Ginástica Infantil*. A colecção estava dividida em três partes: a primeira focava *os aspectos pedagógicos e técnicos da educação física*; a segunda *o programa de exercícios*; e a terceira *os esquemas – exemplos de lições – tipo de ginástica*.

Os manuais de Alberto Feliciano Marques Pereira, para além de apresentarem propostas de trabalho na área da Educação Física, procuravam, através de provérbios, máximas e ilustrações, confrontar as situações de aula com a vida quotidiana. Para além destes aspectos, o discurso incidia no desenvolvimento de qualidades morais através da Educação Física e nos valores que o professor primário e o aluno deviam respeitar”.

construção das bases sólidas de uma sociedade harmoniosa detentora de um passado histórico, mítico e poético. O cariz nostálgico, dos tempos que foram, cristaliza-se no presente e o Homem Novo Português é o exemplo vivente da grandeza de Portugal, laborioso, cheio de fé, brilhando por grandeza moral, exemplo concreto da continuidade lusitana. O amor pela disciplina é inculcado aos jovens pela estratégia de uniformização e controlo social do regime, onde a ação ideológica do Estado Novo se impregna de um clima moral repleto de abnegação⁴⁸¹; o dever de ser português é principalmente uma missão moral, último baluarte para evitar a decadência moral de Portugal do futuro.

A temática nacionalista, qual fator central da tradição, estimula a exaltação das consciências, sobrepondo o carácter moral ao temperamento físico; a virtude do heroísmo, herdada sapientemente pelos mitos do passado, neutraliza os instintos primordiais em favor de comportamentos que no passado se tornaram lições de moral e padrão de conduta. O Homem Novo, atribuído de senso nostálgico, encarna as expectativas de resistência às transformações da sociedade, que preocupam muito Salazar, o qual não hesita em contrapor um inimigo imaginário, substanciado nos defeitos do carácter português, quando pouco cuidadoso com as noções de “Raça” Lusitana e de Nação Gloriosa. O organismo social orgânico e compacto possui as armas, para combater a dissolução, a desordem, o declino e a ruína social⁴⁸². A pertença à “Raça” Lusitana torna-se aquele *unicum*⁴⁸³ moral que bem organizado pode difundir-se energicamente na sociedade estado-novista, desenvolvendo uma centralização do poder que regula um controlo ideológico rigoroso. Os cultos dos grandes Homens servem para sustentar um constante culto do Chefe e o enquadramento moral torna-se funcional nas várias mensagens de salvação que Salazar quer marcar; ele é apresentado

⁴⁸¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 2 de Maio de 1938, «De longa data vinham exemplos de quanto podem fazer os portugueses pela salvação do seu país. Bem dura fora a prova a seguir a 1640 e não houve desfalecimentos que impedissem ao cabo de quase vinte oito de anos de lutas, o triunfo definitivo de Portugal. Era com essa abnegação heróica do povo que o Ministro contava ao lançar o seu apelo. Compreenderam-no os bons portugueses e a atitude de expectativa mais ou menos confiante do começo, veio a transformar-se num verdadeiro acto de fé, preparando uma mentalidade nova».

⁴⁸² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 17 de Outubro de 1934, «A posse do Estado é condição necessária para Salvar a Nação da ruína total e da desordem, não é factor suficiente de renovação material ou moral nem por si só pode garantir estabilidade, o futuro da obra realizada. Esta há-de afirmar-se na renovação da educação – Palavras do Senhor Presidente do Conselho no prefácio do livro *Salazar*».

⁴⁸³ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Op. Cit.*, p. 136. “Questa manifestazione rientrava in un discorso molto più ampio di riscoperta di quell’ autentico carattere portoghese che si tentava assiduamente di riconoscere in una serie di atteggiamenti e gusti, al fine di individuare, o inventare, una tradizione secolare dell’*unicum* lusitano”.

aos jovens como o guia português, o ídolo extremo a venerar, aquele que a Providência enviou para salvar Portugal do abismo⁴⁸⁴. O amor pela Nação tem que preceder ao amor pelo Estado, este último seria um castelo derrocado se não fosse suportado por jovens, que no amor pela Pátria renovam o esplendor de um glorioso passado. Por isso os sinónimos de Salvador e Redentor indicam as características morais de um Chefe no qual os jovens têm que se inspirar. O Homem Novo é aquele capaz de compreender os seus limites morais, os quais, embora sendo perfectíveis, nunca poderão alcançar as qualidades inatas, de um Chefe mistificado pela propaganda nacional, predestinado a guiar Portugal⁴⁸⁵.

O Homem Novo, como Salazar, tem que ser moralmente metuculoso, sóbrio, e redescobrir aquele património cultural, espiritual e social, que reconhece no salazarismo a sua liturgia nacionalista, na qual a ordem e a autoridade são idealizadas patrioticamente. O desejo de redescobrir uma sociedade sem corrupção funda-se sobre valores nacionalistas e conservadores, que se carregam de um sentido cívico intrínseco moralmente axiológico. Ir contra o Estado Novo pode pôr em dúvida a moralidade de uma pessoa. A construção ideológica do Homem Novo, antes de ser um discurso político é um enunciado moral. A coragem exemplar das Novas Gerações não é de estar pronta para o sacrifício extremo, mas a de consolidar o regime através de um nacionalismo exasperado, portador de conceitos éticos e morais funcionais à preservação dos valores atemporais, valores estes com os quais se acrescenta um espírito de participação a uma verdadeira Missão Histórica, que no conformismo patriótico se carrega de nobreza⁴⁸⁶. Perseverança, vigor, tenacidade, são as virtudes

⁴⁸⁴ REBELO, José, 1998, *Op. Cit.*, Lisboa, Livros e Leituras, p. 133. “Ungido, esposo e extremado defensor da Pátria, ao ponto de *ter perdido o hábito de amenizar a dureza das coisas e de buscar no mundo do sentimento aquela parte de verdade que o coração ensina e só ele compreende*, Salazar apresenta-se como imperador-filósofo descrito por Kantorowicz: *espelho das virtudes políticas, possuindo tudo e não desejando nada e, por isso, capaz de simbolizar a justiça e as outras virtudes. Por mim*, declara Salazar em 28 de Maio de 1930, no célebre discurso da Sala do Risco, comemorativo do 4.º aniversário da Ditadura Nacional, *toda a gente sabe que, além de ser útil à minha Pátria, nada pretendo e nada quero – nem honrarias, nem satisfação de vaidades, nem sequer agradecimentos, que aliás da parte dos povos vêm sempre tarde para os que governam*”.

⁴⁸⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 15 de Maio de 1938, «Conjugando o momento nacional com o momento internacional, bem podemos dizer: estávamos numa viragem da história lusitana. Foi nesse instante nacional, que chamaram ao poder o Dr. Salazar e pediram a um homem, que nunca fora político, o remédio político, suficientemente enérgico para salvar a Nação. E a nação levantou-se da triste e vil tristeza e, uma vez mais, se mostrou ao mundo, com aquelas energias de outrora, afirmando novo triunfo criador».

⁴⁸⁶ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 39. “Os dois factos mais obsessivamente invocados para o caso português consistem na afirmação de Portugal como a mais antiga nação europeia e na exaltação dos

morais do Homem Novo, dar continuidade aos valores, que fizeram grande Portugal, são, em suma, as suas prerrogativas factuais.

A formação moral, conservadora e tradicionalista, paradigma das virtudes nacionais, marca na vida dos portugueses uma devoção cívica da qual ninguém se pode eximir; a contribuição religiosa traz consigo a componente ecuménica⁴⁸⁷, que funciona como agregador para cimentar um espírito de pertença comum, por via do qual o Estado Novo cria os alicerces, que constroem a sua solidez ideológica. Tudo isso situa o indivíduo dentro de um projeto humano, civicamente ecuménico e patriota, um projeto que além que assegurar, a cada um, um certo papel na vida do regime, dá também às novas gerações, as certezas existenciais que se tornam valores de referência ao longo da vida. A construção mítica, gloriosa e às vezes trágica dos heróis, impulsiona um nacionalismo mítico, dentro do qual cada um se sente um pequeno herói que, com o seu contributo, mesmo quando mínimo, adicionado ao dos outros, se torna fundamental para o levar a cabo da obra de restauração moral, tão necessária após o desastre da I República Portuguesa⁴⁸⁸. O caos coletivo que tinha caracterizado o período precedente ao Estado Novo era um caos, além de económico, também moral. O Homem Novo é porta-voz de um gene nacional virtuoso, que inexoravelmente tem de pôr fim ao martírio moral da Alma Portuguesa e da sua Nação.

A ideologia de conservação do Estado Novo estrutura uma idealização lendária nacional e ao mesmo tempo universal, por meio da evangelização religiosa e de um espírito da “Raça” Portuguesa, onde o papel da coletividade social é incentivado pelos símbolos atávicos, que fazem referência a um determinismo biológico culturalmente nacionalista chamado de determinismo rácico⁴⁸⁹; determinismo este que, por meio da componente religiosa, se conota com aquela expressão moral genuína e livre de qualquer cariz totalitário. Assim, Salazar define a identidade étnica do povo lusitano, que deve purificar a sua “Raça”, através de uma redenção simbólica cheia de devoção e

Descobrimientos enquanto obra original do *contacto de culturas* e revelação da vocação universalista do *ser português*, visível na singular capacidade de miscigenação”.

⁴⁸⁷ Sobre a vontade de restaurar a sociedade portuguesa seguindo a doutrina e o espírito cristão, veja-se CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *Op. Cit.*, pp. 258-263.

⁴⁸⁸ REBELO, José, 1998, *Op. Cit.*, p. 134. “O governante que quer ser justo, que pretende renovar, sem subscritos a mentalidade dum país, não pode sentir vacilar a sua mão no momento em que vai articular uma disposição, ou em que vai proferir um despacho que podem favorecer ou prejudicar o homem que ele conhece de perto, a quem aceitou um jantar, com quem falou no seu gabinete...”, diz Salazar, em resposta a António Ferro que o questiona sobre o isolamento a que ele se remeteria”.

⁴⁸⁹ Sobre as condições de favorecimento do conceito de determinismo rácico, ver MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, p.332.

sacrifício cívico. O Homem Novo caracterizado por uma obediência cega aos preceitos do Estado Novo teria sido iluminado, por Salazar, por meio duma missão “apostólica”, missão à qual era chamado a tomar parte, pela salvação moral de Portugal⁴⁹⁰. A sua fé patriótica na Grande Nação Lusitana contribui para preservar um *status quo*, que legitima o imaginário nacionalista do regime de Salazar, obcecado pela estabilidade e pela durabilidade da Nova Ordem Social Constituída, e considerada constantemente em perigo.

Os princípios gerais de orientação do Homem Novo são os da obediência à autoridade⁴⁹¹ constituída, em nome de uma causa mítica e ao mesmo tempo nobre; defender o Estado Novo significa defender a Pátria Portuguesa e a sua “Raça” Lusitana, filha de uma Missão Civilizadora no mundo, combatida em defesa da Fé Cristã e do Império Português, que tanto prestígio deu ao seu povo, desde então encarregado de uma missão única a nível planetário⁴⁹². A síntese do sentimento de amor pela Pátria, que é ao mesmo tempo coletivo e individual, dá-se através de uma visão imperial, em que se criam as condições simbólicas, para enquadrar as novas gerações dentro de um aparelho ideologicamente patriótico, e onde o “eu” nacional se identifica na missão transnacional de Portugal. Cada um é chamado a salvaguardar a grandiosa imagem de um Portugal, ao mesmo tempo, nacional e universal, onde a consciência de se ser portador vivente de valores inestimáveis favorece, de um ponto de vista ideológico, a constituição de uma moralidade cívica, que se substancia num património espiritual comum, pelo qual cumprir com fé patriótica é o dever de ser português. Um nacionalismo poético⁴⁹³

⁴⁹⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 6 de Maio de 1938, «É com grande devoção patriótica que junto a minha voz ao coro de louvores à obra tão inteligente, tão fecunda, tão nacionalista e de tanto sentido cristão que o eminente homem de Estado soube realizar nestes primeiros dez anos do seu governo. É o entusiasmo natural de quem sente o valor da obra que se realizou e cujo desenvolvimento se foi acompanhado pare e passo com o entusiasmo daqueles a quem os negócios da Pátria não são indiferentes. Assim lemos com enternecimentos o apelo patriótico que fez, abrindo os olhos de todos para a situação dolorosa do País, apontando-lhe ao mesmo tempo o caminho a seguir; caminho de sacrifício, ao cabo do qual estaria afinal a salvação».

⁴⁹¹ REBELO, José, 1998, *Op. Cit.*, p. 133. “Salazar assume-se como a cabeça de um *corpo místico*, o Estado, expressão temporal da Nação atemporal.

Cabeça de um *corpo místico* que tudo resolve e tudo decide, invocando esse *alto dom da Providência* que é autoridade”.

⁴⁹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D, 29 de Junho de 1938, «É todo Portugal que entra no ciclo assombroso das Navegações e Conquistas, que, pela maravilhosa extensão do comércio e pelo proselitismo religioso e civilizador, nos conferem, durante mais dum século, a hegemonia na História do Universo».

⁴⁹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D, 29 de Junho de 1938, «Sentindo esta profunda solidariedade na gigantesca empresa de dar mundos ao

suportado por um regime tencionado a construir a imagem mítica de um Homem Novo, que está determinado em reforçar a legitimidade moral da missão portuguesa patriótica e ao mesmo tempo, universalista. No que respeita ao passado, a obra de civilização para a qual o salazarismo contribui, reformula-se ao “contrário”: desta vez é Portugal em si mesmo que precisa de ser moralmente renovado. O Homem Novo Português torna-se fator de uma restauração moral interna de Portugal, a sua é uma obra “missionariamente caseira”, que o Estado Novo exige e encoraja, para dar ordem e dignidade à metamorfose destruidora dos valores morais, causada pela agitação económica e social, que tinha caracterizado o projeto político falimentar da I República Portuguesa.

4.3 Educação da vontade

Salazar, mais de uma vez, apontou para o perigo desestabilizador que residia na fraqueza do carácter e que podia influir poderosamente de modo negativo no destino da Nação⁴⁹⁴. As forças dos sentimentos juvenis queriam-se plasmadas no espírito nacionalista que visava criar, no futuro, homens espiritualmente educados, para cumprir com abnegação o papel de cada um dentro da sociedade. Em específico, a fraqueza do carácter influía negativamente sobre a vontade que, quando cultivada incorretamente, podia afastar a pessoa dos deveres morais da Nação. Como dizia Salazar em 1934: «não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral»⁴⁹⁵. A preocupação maior residia em resolver a pretensão de reconhecimento dos direitos sociais, considerados a causa principal no insurgir de efeitos nocivos, porque, ao invés de responsabilizar a pessoa no dever a cumprir, a situava numa posição diametralmente oposta, aliás sujeito de direito que, por meio dos protestos, mostrava a sua dissensão contra a ordem constituída. Esta situação não podia ser aceite pelo Estado Novo, que fundava a sua força de equilíbrio⁴⁹⁶ no conformismo social.

mundo, o génio de Camões consagra na sua epopeia, não feitos individuais, mas os de toda a Nação – os dos Lusíadas».

⁴⁹⁴ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 28 de Abril de 1938, «Isto importava ainda sacrifício, porque era necessário voltar aos hábitos perdidos de ordem, de unidade, de moralidade».

⁴⁹⁵ ROSAS, Fernando, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, em *Análise Social*, XXXV (157), 2001, p. 1037.

⁴⁹⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Junta Nacional de Educação/Secção Pedagógica-17/240, 19 de Novembro de 1937, «O Estado é uma grande corporação ou super-corporação de que fazem parte todos os cidadãos e todas as classes e corporações menores; e, desde que a sua finalidade é

O regime condenava uma liberdade moral geral, que inevitavelmente teria esfacelado os valores de base da sociedade estado-novista. No íntimo das novas gerações, a predisposição autoritária dava uma direção fortificadora ao carácter, uma robustez da vontade conseguida por meio de princípios sólidos e de fortes convicções. A vontade considerada a alma do carácter tinha de ser orientada tenazmente, para tornar-se uma força indispensável ao enquadrar das ideias, dos sentimentos e até dos desejos das novas gerações. As forças dos ideais tinham que representar-se por uma força coletiva, em que a coragem e o heroísmo de cada um tinham de cumprir-se nas pequenas coisas, para poderem criar um espírito de colaboração global⁴⁹⁷. O esforço de cada um tinha de ser orientado e reflexivo, nunca repentino ou sem sentido; a ideia de uma sociedade ordenada devia encontrar-se na autodisciplina, no autodomínio meticulosamente regulado, para criar um carácter acostumado a ganhar as tentações de ambições pessoais⁴⁹⁸. A educação da vontade servia para preparar os jovens do Estado

o Bem Comum, não é admissível que o Estado constitua a ditadura de uma classe sobre as outras, nem que se preocupe somente com os interesses da produção material. Tem de patrocinar outros interesses, – morais, culturais, artísticos, religiosos, familiares, e outras corporações, muito necessárias sob o aspecto da civilização espiritual. O Estado corporativo não se limita a substituir os egoísmos individuais pelos egoísmos das classes operárias».

⁴⁹⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Junta Nacional de Educação/Secção Pedagógica-6/3922, 5 de Maio de 1938, «Prestamos a homenagem devida a quem, utilizando tão bem as energias adormecidas, mas não mortas, deste povo heróico, soube marcar-lhe de novo o lugar de grandeza moral que lhe compete entre as nações do mundo, mas que a homenagem não se reduza a discursos que passam. Não nos fiquemos na contemplação apenas do que está feito. A geração de há dez anos acompanhou o Chefe na obra de ressurgimento; as crianças de seis e sete anos que vós éreis naquele tempo, transformaram-se nas mulheres que hoje já sois. Nada compreendeis então do que se passava a vosso lado; hoje que compreendeis, embebei-vos bem no sentido de sacrifício que representam para os vossos País a obra de ressurgimento que está feita e aderindo aos princípios de ordem e de disciplina que do Chefe descem até vós através das escolas que frequentais ou das instituições a que pertenceis, colaborai com Ele, na grande obra que está começada do Engrandecimento de Portugal».

⁴⁹⁸ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 30. “A mesma pedagogia doutrinária recheia os livros escolares. A produção discursiva, mais do que iconográfica, neste domínio, é profícua em modelos. Desde a Emilita que *é muito esperta e desembaraçada e gosta de ajudar a mãe*, que sabe varrer, arrumar as cadeiras e limpar o pó e cuja mãe diz, sentenciosa e alegremente, *quando fores grande hás-de ser boa dona de casa*, (*O Livro da Primeira Classe*, Ministério da Educação:55), á Filomena que, na sala de aula, confrontada com os projectos profissionais das colegas, se diferencia de uma menina que quer ser professora e de outra que *gostava de ser missionária para ir ensinar os pretinhos*, gritando e batendo as palamas *Pois eu...quero ser dona de casa como a minha mãe!* (idem:85). Deparamos em abundantes textos com meninas exemplares, como aquelas que, em vésperas de exames, demonstram os dons culinários trocando receitas na aula, sob a asa protectora da professora, que elogia a modéstia da que se cala, mas *é muito boa cozinheira* (*Livro de Leitura da Terceira Classe*, 1958:149-150). Este paradigma é sempre percorrido pela figura tutelar da mãe, constantemente afadigada nos trabalhos de casa e feliz por essa fadiga. Note-se, aliás, que se, por vezes, muito raramente, aflora o consentimento de alguma mobilidade social, através do trabalho, da modéstia e do sacrifício, tal sucede referenciado, em exclusivo, ao masculino. É o caso do *menino, destinado pela humildade do seu nascimento a ser um operário (...) tornou-se professor*

Novo que, no serviço à Pátria, continuavam o esforço necessário para preservar o *status quo*. Na educação da vontade tinha-se que orientar as consciências das novas gerações, para evitar a exuberância da puberdade através de um espírito de sacrifício e dedicação que, antes de tudo, se concentrava no adquirir das inibições necessárias úteis para acionar os mecanismos de escolhas. A escolha, que nas crianças era resultado do instinto, podia ser veiculada para reprimir os impulsos e favorecer o desenvolvimento dos bons ditames tão preciosos ao regime. As metáforas “educativas” utilizadas pelo Estado Novo chegavam ao paradoxo autoritário: «com uma vergastinha e algumas cenouras faz-se de um macaco tudo quanto se quer; substituímos estes móveis grosseiros por móveis mais elevados, e temos o essencial numa educação moral aplicada a um ser humano»⁴⁹⁹. Todas as inclinações individuais, entre as quais os sentimentos, as ideias e os desejos tinham de ser enquadrados numa síntese mental que reunia os dotes de uma pessoa responsável e plenamente consciente das importâncias das suas ações, para alcançar um objetivo mais elevado que o removia do isolamento e lhe permitia, conjuntamente, fazer parte de um projeto coletivo.

O ato voluntário, educado no espírito coletivo, adquiria aquela importância vital considerada elemento essencial, para forjar um Homem Novo poderoso, determinado no cumprir dos deveres de vida nacional. Por meio de uma educação da vontade o imperativo ideológico do Estado Novo era o de criar homens vigorosos e obedientes, que construíam relações entre pessoas, nas quais o fim primário era o de sustentar o projeto político de patriotismo cívico do regime. Uma forma de amor incondicional pela Pátria, que na componente nacionalista dava ênfase aos valores ideológicos autoritários⁵⁰⁰. A aquisição do princípio ético na ideologia do regime relativizava um antagonismo entre a Igreja Católica e o Estado Novo que se transformava numa mútua colaboração⁵⁰¹; os dois podiam elevar uns conjuntos de valores comuns proporcionados

(*Leituras para o Ensino Primário*, Quarta Classe:22-23). Aos textos básicos, acrescenta-se a orientação das tais disciplinas mais especificamente orientadas para o *enquadramento na ordem ideológica vigente*”.

⁴⁹⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2060, 28 de Dezembro de 1933.

⁵⁰⁰ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 31. “Sob a égide de Salazar, o Salavador, o Redentor da nação, no respeito incondicional ao pai da nação *devemos a Salazar obediência pronta e patriótica*, representado nos manuais escolares trajando a armadura de D. Afonso Henriques, se educam as meninas e os meninos, as mulheres e os homens do Estado Novo”.

⁵⁰¹ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 511. “No quadro da reestruturação curricular é mister referenciar as disciplinas de Educação Moral e Cívica e, mais tarde, de Religião e Moral cuja criação se justifica pela vontade de fomentar *a verdadeira*

ao cariz da sociedade estado-novista. Salazar, naturalmente inclinado por uma vocação autoritária, trazia um ponto de viragem revelador de uma formação católica, que nunca foi sujeita a discussão. A ordem autoritária do Estado Novo caracterizava-se por um perfil político de um ditador, que além de ser um Grande Chefe, tinha um passado político nas fileiras de um partido cristão. A firmeza exemplar de atitude, de um homem que quer criar nos jovens a procura contínua de uma camaradagem cívica de tipo protecionista, não pode aceitar as tendências de enquadramento ideológico “religioso” da doutrina fascista, perigosas para um regime que quer satisfazer a preservação da “Raça” Portuguesa⁵⁰², a qual pode apenas salvar-se por meio de um Homem Novo civilizado e civilizador ou seja, por meio de um homem completamente entregue ao sentido de cooperação patriótica em prol da Grande Nação Lusitana⁵⁰³. A educação da vontade, apresentada como uma lição moral de Salazar, tornava-se uma orientação do bem cumprir, um ato de fé patriótica, que coroava aquela participação cívica e ao mesmo tempo espiritual do Homem Novo ao bem comum da sociedade estado-novista. O sentimento de uma ação cheia de sentido, apenas quando atuada para o concretizar do bem comum; o valor real do indivíduo era inexistente, se não passasse a fazer parte de um padrão nacionalista. No interior das hierarquias a função espiritual monopolizava o credo quotidiano, o Homem Novo Português aceitava com prazer a disciplina funcional

vida cristã que compreende todas as manifestações da vida humana integral e de contribuir para a formação de uma mentalidade cristã, por razões políticas, religiosas e morais”.

⁵⁰² MELO, Daniel, 2001, Op. Cit., pp. 30-31. “Aproveitando o caldo cultural místico representado nas teses tradicionalistas e contra-revolucionárias, o Estado Novo elaborou uma *singularíssima filosofia da história*, em que o período medievo era considerado a *idade de ouro* do mundo ocidental, os *Descobrimientos portugueses* a missão espiritual de difusão dos valores daquela época e Salazar o herói redentor capaz de estabelecer a ligação com esse passado histórico. [...] No respeitante ao capítulo da expansão ultramarina, existe um conjunto considerável de fontes históricas, além de obras patrióticas de mitificação da história, centradas nos *grandes feitos* e *heróis ilustres* e ignorando *as grandes mutações sociais da história de Portugal*. Como corolário lógico desta perspectiva, dedica-se um outro núcleo bibliográfico ao império colonial português, a *realização mais exaltante do nosso génio ecuménico*. Algumas destas obras já foram elaboradas no contexto da vaga anticolonialista do pós-guerra, nomeadamente após deflagrar o caso de Goa, e denotavam um *implícito reconhecimento da superioridade rácica do colonizador em relação ao colonizado”.*

⁵⁰³ Regulamento da Mocidade Portuguesa: Art. 3.º – A MP abrange todo o Império Português e pode estender-se aos grandes núcleos de portugueses no estrangeiro, com observância do seguinte: O território continental considera-se dividido em províncias, e estas divididas em regiões, com centros de instrução com sede nas cidades ou ainda em vilas que o Comissariado Nacional venha a reconhecer possuidoras de elementos bastantes para os fins da organização. Nas ilhas adjacentes consideram-se equivalentes às províncias do continente os actuais distritos administrativos. As províncias ultramarinas terão a divisão que as circunstâncias indicarem como mais convenientes por acordo entre o ministro das Colónias e o da Educação Nacional, mas a orgânica será tanto quanto possível a mesma que a da metrópole. Para os núcleos portugueses no estrangeiro serão oportunamente estabelecidas regras de organização, por acordo entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o da Educação Nacional”.

a uma organização lógica e racionalizada por um Estado Novo que, em nome dos princípios de justiça social, desenvolvia uma proposta de resolução educacional simbólica que, na epopeia da missão civilizadora de Portugal, dirigia o heroísmo português, por meio de uma unanimidade nacional, que se identificava numa valorização reatualizada do orgulho pelo antigo fogo imperialista⁵⁰⁴. O espírito de perpetuação da sociedade sobrevive ao limite humano do indivíduo e a educação da vontade conduz a um ideal de homem corajoso que, sem temor, reconhece os seus limites, procurando na solidez de uma sociedade orgânica aquele equilíbrio moral que dá sentido à sua existência. A identidade cultural, que o acompanha, radicaliza a estruturação de uma consciência mítica comum, a qual, através de conceitos como Pátria, Nação e Missão Civilizadora, se cristaliza no interior de uma sociedade que, pela centralização do poder, se serve da construção ideológica de um Homem Novo, enquanto paradigma de herói nacional, que na narrativa dos heróis condensa os preceitos do conservadorismo tradicionalista. O Homem Novo de Salazar torna-se um modelo de herói quotidiano que, no exemplo de homem enérgico, cheio de vontade virtuosa, quer contribuir para o progresso de uma sociedade autêntica, assente nos valores tradicionais e forjada no espírito de colaboração mútua⁵⁰⁵.

Para Salazar era na obediência, que residia a virtude fundamental, por meio da qual se podia alcançar a verdadeira liberdade. O espírito da tradição tornava-se uma nobreza intelectual pela qual se podia fortalecer um sentimento de dignidade humana, que orientava as atitudes de um Homem Novo, espiritualmente educado no hábito de sacrifício, considerado uma fonte interior de grandeza moral, que permitia alcançar uma virtude de vigor pessoal tão útil aos princípios autoritários da sociedade estado-

⁵⁰⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1H, 28 de Maio de 1948, «Antes de mais devemos ter a consciência de que nos podemos orgulhar de ser portugueses. Primeiro por uma razão histórica, porque somos filhos da gloriosa Nação que em plena Renascença alargou o horizonte geográfico, levou a civilização europeia a quatro Continentes, uma palavra deu novos mundos ao mundo».

⁵⁰⁵ CARVALHO, Maria Manuela, 2005, *Op. Cit.*, p. 77. “A fixação de um calendário comemorativo e a realização de cerimónias várias fez a escolas participarem na criação do consenso legitimador do novo regime que era obtido pela mobilização de valores impostos pela reconstrução e actualização do passado.

Em síntese, em 1936, no Ministério da Educação triunfa o grupo que se mostrava decidido a colocar a escola ao serviço da *unidade moral da nação*. Nesse desígnio uniram-se entorno do ministro aqueles cuja opinião se vinha a afirmar desde a institucionalização do Estado Novo como os mais integrados no novo espírito e os mais aptos a colaborar na construção da nova educação. O sistema educativo assentava em princípios não liberais e no que era considerado como a tradição religiosa e imperial do país e deveria contribuir para a implantação do novo modelo de sociedade que se queria estabelecer”.

novista⁵⁰⁶. Os esforços colaborativos, persistentes e abnegados tinham que conferir ao povo português, uma libertação da concorrência e do conflito entre as classes sociais que, numa continuidade laboriosa e cooperativa, tinham de contribuir para a hegemonia da ordem e pela consolidação do regime autoritário. O Homem Novo tinha que encaixar-se na ideia de hierarquização social espontânea e harmoniosa, de uma sociedade rigidamente estruturada, por meio de um autoritarismo que o Estado Novo desenvolvia através de uma retórica discursiva preocupada com a desordem e com a agitação social⁵⁰⁷. O espírito de sacrifício pretendido por Salazar tinha que concretizar-se por meio de uma restrição pessoal funcional e necessária à salvaguarda da integridade da essência Lusitana e de uma Nação, que tinha que purificar a sua “Raça”, através de uma redenção simbólica, de cada um, comparável, até, à paixão de Cristo⁵⁰⁸. O regime carrega-se ideologicamente, de uma conotação que se aproximava da encarnação de uma Ordem Suprema, onde o Estado devia ser sólido e a sociedade bem ordenada, deste modo, a igualdade entre os homens não podia existir, e a obediência à hierarquia e à disciplina, não precisavam de nenhuma justificação. Esta cultura de obediência gerava uma estabilidade social baseada no respeito pelas hierarquias e no temor a Salazar, aliás, a Nação era o Estado, e o Estado era Salazar⁵⁰⁹. Desta forma, o

⁵⁰⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2550, 28 de Abril de 1938, «No título I, estabelece os princípios, já expressos na Constituição, da unidade moral, política e económica da Nação, cujos fins e interesses dominam os dos indivíduos e grupos que a compõem».

⁵⁰⁷ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, p. XXVIII. “O liberalismo, afinal, fizera vir ao de cima os piores *defeitos do povo português*. Percebe-se, ao longo das entrevistas, e precisamente como inseparável do tema da *regeneração das almas*, ser este um dos tópicos preferidos do ditador. A despeito das suas *qualidades* – ser *bondoso, sofredor, dócil, trabalhador, inteligente...* – pesavam no espírito enfermiço do povo alguns *defeitos tradicionais* que a não serem corrigidos impediriam a obre de renascimento em curso: o sentimentalismo, o horror à disciplina, o individualismo, a falta de persistência e tenacidade, a inconstância, a superficialidade, a improvisação. Sendo certo que, *quando enquadrado, convenientemente dirigido, o povo português dá tudo quanto se quer*. Havia pois que tomar conta dele, contrariar-lhe os instintos perniciosos, desenraizar-lhe da lama e do carácter esses aleijões espirituais, educa-lo, moldá-lo, discipliná-lo, renovar-lhe a mentalidade, *salvá-lo de si próprio*. Em suma, *adaptar o temperamento nacional a uma nova concepção de vida colectiva*. Essa era a tarefa de fundo”.

⁵⁰⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, «1. O dever de imitar a Jesus Cristo. – Jesus Cristo, Verbo divino feito homem pela encarnação, é o modelo do homem perfeito. No desempenho da sua missão de redentor e salvador da humanidade, ensinou aos homens os preceitos ou mandamentos que têm de cumprir a as virtudes que devem exercitar para alcançarem a salvação».

⁵⁰⁹ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, p. XXVI. “Um *poder pessoal largo, bem compreendido e bem dirigido* a ser usado só por *homens raros, moralmente excepcionais, de grande disciplina interior, vontade firme e inteligência rara*. Era um auto-retrato. Esses, os verdadeiros chefes, investidos na sua superior missão por graça da Providência, governavam sós, no seu supremo e virtuoso isolamento por sobre a pequenez dos homens e das coisas comuns. E só respondiam, dirá Salazar, mais tarde, em outras confidências, perante si próprios ou a *autoridade suprema, se ela existir*”.

Homem Novo substancia-se por uma identidade cultural em sua essência defensora da sua Nacionalidade e da sua História, identidade cultural que, por meio da educação da vontade, racionaliza o papel do Homem Novo dentro de uma sociedade, na qual contribui diligentemente para preservar corporativamente a Nova Ordem Constituída⁵¹⁰.

4.4 Preparação na escola sob o aspeto moral e intelectual

Em 1928 a constituição ideológica de uma nova classe de professores tornou-se uma exigência procurada pelo regime que, sobretudo na escola primária, necessitava do modelo do mestre que, além da preparação física, desse assistência aos valores do exemplo de virtude e de empenho moral⁵¹¹. Entretanto, em 1931, o objetivo principal do Ministério da Instrução Pública era o de suportar a escolarização das crianças, para conferir-lhes uma idoneidade moral e intelectual rigorosamente apropriada ao sistema autoritário do Estado Novo⁵¹². A aplicação ideológica enche de deveres o respeito das crianças para com a Pátria Portuguesa, um dever que, perante a Nação, é o de uma dívida a saldar, por meio de uma nova obra de fortalecimento espiritual dos homens de amanhã, caracterizada por uma dedicação contínua, a uma Terra-Nação unida em Estado há muito tempo do que os outros países⁵¹³.

⁵¹⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 28 de Abril de 1938, «Salazar, em Coimbra, vivia só, caminhando invariavelmente de casa para as aulas e das aulas para casa. Fora desta trajectória, só poderia encontrar-se, quando um dever estrito, ou uma amizade digna, lhe impunha uma obrigação. Homem sério, vivia a vida em linha recta. Homem de vontade, vivia a vida como energia. Homem inteligente, vivia a vida com método. Homem religioso, vivia a vida na intuição do máximo ideal humano, quer para vida, quer para morte».

⁵¹¹ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 101. “Em 1928, já no decorrer do Estado Novo, foi efectuada uma remodelação da organização das Escolas Normais Primárias, tendo os cursos de formação dos professores do ensino primário sofrido alterações. Os primeiros três anos do curso destinavam-se à formação em ciências da educação, sendo o último ano de opção entre o ensino primário elementar e o ensino primário infantil. A disciplina de Educação física foi incluída no 9.º Grupo, juntamente com a disciplina de *Higiene e Puericultura*. A colocação no mesmo grupo destas três disciplinas revela que a influência da Educação Nova ainda estava presente nestas escolas de formação de professores primários”.

⁵¹² NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 497. “A nomeação de regentes escolares, em 1931, tendo como único critério a *idoneidade moral e intelectual*, é um caso paradigmático da política do Estado Novo”.

⁵¹³ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, «Quando em Espanha não havia ainda senão Catalães, Castelhanos, Leoneses e Navarros; em França Provençais, Gascões, Borguinhões; na Alemanha Suebos, Austríacos, Saxões, Hanoverianos; em Itália tantos pequenos estados rivais quantas cidades, e não se fazia bem ideia do que fosse ser espanhol, francês, alemão, italiano, porque estas palavras França, Espanha, Alemanha, Itália designavam apenas vagos agrupamentos naturais e não grupos organizados – em Portugal havia só Portugueses, ser português tinha uma significação definida e precisa».

Em 1938, data que coincide com o décimo aniversário da entrada em governo de Salazar, o Secretariado da Propaganda Nacional compõe um conjunto de preceitos ideológicos denominados «A Lição de Salazar», com o fim de exaltar os valores trazidos pelo regime⁵¹⁴. Os valores apresentados aos alunos tinham de seguir os esquemas mentais úteis à sua prática na vida quotidiana, por meio de aulas na escola, onde o conteúdo doutrinário tinha que revelar um processo de persuasão ideológica, que acostumava os jovens, desde pequeninos, a conhecer Portugal através da fé em Deus e na Pátria⁵¹⁵. As condições de exaltação patriótica exigiam aquela qualidade positiva de consciência e responsabilidade, razão de incentivo moral para alcançar um espírito individual lúcido, que na rigidez do carácter fundava a sua força⁵¹⁶. O fervor nacionalista conotava-se na construção constante de uma necessidade urgente em salvaguardar a ordem constituída; a formação de um carácter educativo simbólico e celebrativo tornava-se a coreografia do empenho moral contido nas lições de Salazar. A função prática⁵¹⁷ dos professores era a de criar um decoro moral das novas gerações, instaurar um sentimento coletivo de adesão que, na pureza da vida interior, encontrava o prazer de uma vida saudável. O entusiasmo por uma ética intelectual dos comportamentos produzia a proliferação dos ideais cheios de nobreza e riqueza morais, que serviam para fortalecer o espírito da “Raça” do futuro⁵¹⁸.

⁵¹⁴ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 74. “Em 1938, por ocasião do décimo aniversário da entrada de Salazar para o Governo, o Secretariado da Propaganda Nacional editou um conjunto de sete cartazes, denominados de *A Lição de Salazar*, para exaltar a sua acção no desenvolvimento do país. Estes cartazes foram expostos em todas as escolas primárias, sendo posteriormente comentados pelos professores aos seus alunos”.

⁵¹⁵ *Ibidem*. “Um dos cartazes representava um lar de uma família portuguesa, tendo sido denominado de *Deus, Pátria, Família: A trilogia da Educação Nacional*.”

Deus estava expresso no crucifixo colocado num pequeno altar da sala e na luz que alumina toda a sala. *A Pátria* estava simbolizada no castelo que se avistava pela janela aberta da sala. O castelo era o símbolo de um passado histórico, da época gloriosa do povo português: A bandeira que surgia no castelo representava o respeito e o futuro da nação. Também a criança vestida com a farda dos lusos representava o respeito e o futuro da nação”.

⁵¹⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 17 de Outubro de 1934, «A União Nacional, no seu I Congresso, proclama que é necessário educar e instruir o povo português, com intensidade e economia, numa campanha abecedista, violenta, se preciso fôr; que é necessário formar pelo ensino médio uma espiritualidade dirigida, activa, optimista e depurante, que a criação enfim duma ciência portuguesa».

⁵¹⁷ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, *Op. Cit.*, p. 83. “Em relação ao professor primário, o discurso procurava salientar o modelo do professor perfeito, onde a isenção, o respeito, a competência e o exemplo eram valores que devia revelar o desempenho da sua tarefa”.

⁵¹⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 28 de Abril de 1938, «E, se assim é, heis-de convir em que esta campanha de 10 anos é uma Campanha tão nacional como qualquer outra fecunda campanha lusitana e que mais uma vez, e agora em plena crise

A escola gerava traços marcantes, linhas mestras que estruturavam uma visão orgânica da sociedade que, na criação do estilo português, moldavam os espíritos dos jovens, pela via da formação de uma personalidade intelectual insuspeitamente nacionalista. A herança pátria mantinha-se protegida na defesa do cariz nacional, um projeto de dominação simbólica que, por meio dum determinismo fatalista, encorajava uma missão imortal do povo português, para criar na escola uma narrativa transmissora de valores autênticos fundada na glorificação de um grande passado. O desenvolvimento do espírito português encarnava um sentido de missão ética pela qual a educação escolar tinha que desenvolver um papel de indicação de uma certa maneira de ser, um heroísmo romântico que visava à criação de um Homem Novo, por um lado, humilde e respeitoso, por outro lado, envolvido nas qualidades psíquicas de cariz moral dirigidas ao Bem da Nação. A escola tinha que criar as condições de qualidades pedagógicas necessárias à criação dos Homens do Estado Novo, participando ativamente na educação integral dos alunos, por via de uma educação patrioticamente perfeita com a qual podiam alcançar aquela atitude de cidadania exemplar⁵¹⁹.

O Homem Novo delineava-se numa perspectiva relacional que, na ideologia do regime, previa uma formação dos professores, como agentes acompanhadores de valores de vida quotidiana e que em nome de sentimentos mais nobres educavam os alunos no amor pela Pátria e pela sociedade do Estado Novo⁵²⁰. A preparação, sob o aspeto intelectual e moral, visava à formação dos homens de amanhã, prontos para reforçar os valores morais, que na ideologia do Estado Novo eram úteis para o desenvolver em espírito de colaboração as tarefas quotidianas. O espírito e a alma, socialmente adaptados ao meio ambiente natural-cultural, contribuem para manter preservadas as tradições de um povo, que são herdadas pela continuidade de um credo

mundial, Portugal, por virtude do esforço inteligente e firme e honesto dum Português e das virtudes da Raça, pôde erguer com orgulho e com maestria a cerviz altiva de Aljubarrota e dos Oceanos».

⁵¹⁹ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 83. “A criança era vista como o futuro da Nação, por isso tornava-se pertinente inculcar-lhe diversos valores morais, de maneira que cumprisse os deveres para com *Deus, Pátria e Família*”.

⁵²⁰ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 510. “A partir da referência aos hábitos das famílias portuguesas, às práticas cristãs e às crenças populares, o Estado Novo reinventa uma ideologia fortemente integradora. Ao nível da educação esta atitude traduz-se numa espécie de glorificação do banal, visível, por exemplo, na importância concedida à condecoração dos professores do ensino primário, apresentados também como heróis educativos. Este *agora* transporta, igualmente, uma dimensão atemporal, de algo que sempre foi e portanto sempre será”.

patriótico comum integrado por valores éticos e religiosos⁵²¹. A valorização ética da pessoa tem que combater o facciosismo das opiniões; as diretrizes culturais da tradição definem uma cooperação dentro da escola portuguesa harmoniosamente organizada, onde os homens do futuro superam a fraqueza e os defeitos da condição individual, para desenvolver-se num espírito intelectual e moral fundado na percepção da verdade axiologicamente inculcada pelo Estado Novo⁵²². O saber teórico é praticamente dirigido ao aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas, isto é, uma composição do espírito unitária pronta aos vários graus de hierarquia, pelo equilíbrio funcional de todos os níveis sociais. A compreensão de um equilíbrio social constituído confere utilidade e necessidade à construção de uma pessoa bem “envergada”, com aptidões mentais vigiadas e moldadas no espírito nacionalista. O intelecto moral dos alunos tem que receber uma penetração íntima e profunda dos valores que eles mesmo reconhecem no interior de um sistema cultural, caracterizado por uma conduta irrepreensível, que se torna o apoio para a completação perfeita do organismo social. A ênfase orgânica procurada pelo Estado Novo cumpre-se com um espírito de resistência, que precisa de uma envergadura moral para cultivar nos jovens as tendências comportamentais consideradas virtuosas⁵²³.

A organização da sociedade do futuro impõe a constituição ideológica de um Homem Novo animado pela importância daquelas disposições hereditárias que, no orgulho patriótico, evitam o egoísmo e que a escola consegue afirmar por meio de um sentimento de colaboração modesta e altruísta. Trata-se de um ponto de vista disciplinar que, conjuntamente à prática do ensino, limita as veleidades do espírito juvenil, tirando

⁵²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10, 29 de Abril de 1935, «A formação espiritual e nacional tem como objectivo específico a valorização humanística dos alunos, a progressiva tomada de consciência dá origem a valor de comunidade nacional, e uma implantação mais fecunda dos valores religiosos, base de uma aceitação e práticas conscientes das normas morais».

⁵²² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 27 de Abril de 1938, «Na gloriosa empresa dos nossos descobrimentos, da conquista e da colonização, andam entretrecidos um calvário de esforços titânicos e sofrimento, um caudal de sangue e lágrimas, uma epopeia de actos de abnegação e heroísmo, um dispêndio gigantesco de fazenda, de suor e de vidas. E nós já sabemos tudo isso desde os nossos primeiros passos na escola».

⁵²³ MINEIRO, Adélia Carvalho, 2007, *Op. Cit.*, p. 248. “Para melhor se justificar a *autoridade* aparece a *hierarquia*. O Governo tem um chefe que *superiormente* o dirige, depois da já se ter afirmado em outro texto de cariz doutrinário *que Deus está acima de todos*. À autoridade compete a manutenção da *ordem* na colectividade para que tudo funcione *utilmente*. Assim *Que nunca falte a autoridade para manter a ordem*. Ao Estado se deve ainda *a grandeza e a prosperidade* de Portugal.

Quanto ao *patriotismo*, chama-se a atenção para a Bandeira Nacional, como símbolo da Pátria, pelo que além do *respeito* ficam ainda as obrigações de amar e servir a Pátria. Individualmente, cada cidadão deve ainda nortear-se pelo *bem servir*, antes de pensar em si próprio”.

fortemente proveito da maleabilidade do ser, prática à qual a escola pode juntar uma condição de noção interior sobre o que é permitido e legal no sistema da sociedade estado-novista. Dentro da escola, a recusa e o sancionamento dos comportamentos proibidos, ajudavam a construir uma organização, cuidadosa no controlo das opiniões pessoais e enraizada por um espírito considerado limpo, quando a contribuição da pessoa era utilizada para o fim de servir a todos. Esta ideologia, animada por uma orientação nacionalista e sem qualquer dúvida moral, servia como um hábito adquirido, que na função de governação pública substituía a ação pelo pensamento superior do Estado, enquanto força de legitimação intelectual constituída por comportamentos uniformes, que classificavam a diversidade como uma tentação contra a ética moral⁵²⁴. A escola aplicava esta forma ideológica corretiva para subalternizar o indivíduo ao grupo e o grupo à Nação, onde as condições pedagógicas se caracterizavam por uma simplificação e uniformização de cada tarefa, numa função rigorosamente definida. A gratificação moral e ideológica, para pequenas tarefas cumpridas, substancia uma perspectiva de redução dos estímulos individuais e um aumento do controlo ideológico, por meio de um simbolismo moral que cria, nas consciências dos alunos, um sentido de dever ao trabalho dirigido a um determinado fim coletivo, que pertence ao cumprimento das obrigações de cada um úteis ao fortalecimento cívico da Pátria⁵²⁵.

O Homem Novo do futuro é quem constrói corporativamente um projeto de defesa do prestígio nacional, uma conservação ética dos valores comuns que, por meio da escola, vive sintonizado com o aparelho institucional concebido por Salazar⁵²⁶. A transmissão da memória histórica regula a lógica relacional sustentadora de raízes culturais consideradas moralmente altas. Através de uma dialética retórica da Nação é possível canalizar uma consciência coletiva, que na ausência de corrupção e desordem

⁵²⁴ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 47. “Por outro lado, o contributo português para o mundo radica na partilha da sua mensagem espiritual, e no que ela favoreceu para a aproximação entre os povos. A partilha espiritual é assim entendida como um factor de igualdade, uma outra forma de democracia, deixando implícito que o modo de comunicação baseado no interesse material conduz inevitavelmente ao desequilíbrio, à subordinação de um povo a outro”.

⁵²⁵ MINEIRO, Adélia Carvalho, *Op. Cit.*, p. 248. “O respeito e a obediência são indispensáveis para se atingir a harmonia, a paz tão querida ao corporativismo. Respeito nos deve merecer a Bandeira Nacional, bem como o hino Nacional”.

⁵²⁶ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p. 563. “Note-se, porém, que o chefe de governo, de harmonia com a sua visão elitista e desmobilizadora da sociedade, remetia a organização da juventude não escolar para um segundo plano, atitude que se reflectiria na posterior organização da Mocidade Portuguesa, que, embora teoricamente abrangendo toda a juventude, permaneceria um fenómeno essencialmente escolar”.

social prefigura a imagem consolidada de uma sociedade estado-novista, garantia de coesão e estabilidade social, por meio da qual se pode admirar a obra política de um regime construtor de uma ordem social muito equilibrada⁵²⁷. O cariz pedagógico contribui para construir na escola uma candidez intelectual dos valores inculcados, planejando um discurso de poder identitário, onde a proteção colaborativa, de um sistema tradicionalista e conservador, mantém bem firme o espírito de obediência à disciplina e ao conformismo patriótico, útil à contribuição cívica individual, ao respeito pelas hierarquias sociais e ao amor pelas tradições nacionais genuinamente portuguesas.

4.5 Corporativismo nas cidades, ruralismo nas aldeias

A construção ideológica de um Homem Novo português modela um nacionalismo mítico e poético⁵²⁸, no qual consagrar os ideais conservadores, úteis à constituição de uma sociedade orgânica⁵²⁹. A distinta marca nacionalista de um regime extremamente elitista⁵³⁰, fortemente centralizado sobre a imagem de Salazar, pode encontrar-se também, na necessidade de alcançar uma economia corporativa livre de qualquer influência estrangeira⁵³¹, para poder salvaguardar a integridade dos valores culturais e rurais do país⁵³².

⁵²⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, 28 de Abril de 1938, «O que está feito não é apenas uma obra que interesse exclusivamente Portugal; é uma obra que tem um significado político europeu e mundial, porque é uma brilhante lição aos Povos de todos os Continentes».

⁵²⁸ ROSAS, Fernando, 1986, *Op. Cit.*, p. 159. “Obviamente este sistema de valores influenciava mais ou menos marcadamente diversos domínios da política governamental que aqui não cabe sumariar, desde a educação à política de previdência, onde o paternalismo patronal e social era chamado a substituir os esquemas da assistência pública. E todo ele surgia envolvido numa retórica nacionalista de conteúdo oposto à dos industrialistas: conservadora e passadista, recrutando os seus heróis entre santos e cavaleiros, cultores daquelas virtudes de antanho que o Estado Novo redescobria como seus *esteios fundamentais: o espírito cristão, o amor da Pátria e do Trabalho, a construção da Família*. Como proclamava António Ferro, *o futuro terá como alicerces naturais o culto do passado, das tradições*”.

⁵²⁹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, pp. 70-71. “A cultura popular oficialmente dirigida obedecerá a um propósito de centramento do homem português nas fontes da sua pertença social e simbólica, delimitadas através do *regionalismo* ou da *vida regional*, e terá, por isso o seu equivalente de preparação teórica na etnografia. A finalidade é assumidamente político-ideológica: criar *uma nova mentalidade política* ao serviço do enquadramento corporativo. Eis o passo final: o corporativismo como doutrina intrinsecamente nacional”.

⁵³⁰ *Ibidem*, p. 71. “O corporativismo transforma-se numa espécie de interpretação mimética da sociedade portuguesa e os seus dirigentes numa vanguarda esclarecida”.

⁵³¹ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 99. “Ainda Mussolini era socialista, já em Portugal se defendia o regresso a economia nacional e corporativa contra a economia internacional e liberalista”.

⁵³² ROSAS, Fernando, 1986, *Op. Cit.*, p. 157. “Eram a exaltação do mundo rural (da qual decorria a caracterização económica do país *essencialmente agrícola*), das *zonas rurais, eternamente esquecidas*» em favor dos centros citadinos açambarcadores de benesses. Como lembrava Antunes Guimarães, para

Quando, em 1926, a ditadura militar toma o poder, após dois anos de transição, Salazar entra para o governo⁵³³. Em 1933, o novo regime oficializa, por meio, da Constituição, a transição corporativa começada em 1930⁵³⁴. Não obstante o preservar formal dos direitos e das liberdades dos cidadãos, por regulamentação governamental, o interesse comum tornar-se o interesse prioritário, pelo qual deve ser subordinado cada interesse pessoal⁵³⁵. A participação corporativa dos indivíduos no interesse público do Estado veste de uma função diferente o poder político que, de simples guardião das liberdades pessoais, se torna repartidor de promoção cívica coletiva, relativamente à integração dos cidadãos na colaboração patriótica pelo bem comum da sociedade. Inverte-se o conceito de autonomia e independência do cidadão que, até então tinha distinguido o seu valor nominal; agora ele torna-se digno de representar o Estado apenas e só se pertence a um determinado grupo social, onde os indivíduos têm que existir como membros de uma família ou de uma comunidade de residência ou como pertencentes a uma classe profissional⁵³⁶.

quem a família rural e a aldeia eram o esteio da estabilidade e da harmonia social e as depositárias das virtudes pátrias. Salazar, que António Ferro cognominara de *ministro lavrador*, dizia que *nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara (...) não há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo*. Daí a condenação do terrífico mundo das cidades, das fábricas, da proletarianização, isto é, da agitação social e do caos: *o homem das cidades, modelado, esculpido na própria luta com os outros é (...) a encarnação do próprio egoísmo*".

⁵³³ PINTO, António Costa, 2008, "O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX", em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, pp. 34-35. "Foi na sua dupla qualidade de especialista de finanças e de membro do Centro Católico que o seu nome foi invocado sucessivas vezes para ministro das finanças, imediatamente depois do golpe de 1926. E foi, como é conhecido, nesta qualidade que entrou para o governo da ditadura militar, em 1928. A sua ascensão no governo, deveu-se inicialmente aos amplos poderes que negociou à entrada, como ministro das finanças, só depois se virando para as instituições políticas".

⁵³⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C, 31 de Julho de 1930, «O Estado Nacional será o Estado constituído, nos seus órgãos, funções e fins, com os princípios da independência portuguesa, da ordem sólida, da autoridade firme, da liberdade regulada, da tradição irremovível, da restauração marítima, da expansão agrícola e colonial e da formação dos Poderes Públicos pela própria Nação organizada. Por sua vez esta última é a coordenação dos organismos públicos ou privados, morais ou económicos, existentes foras dos Poderes do Estado e das suas representações e delegações legítimas».

⁵³⁵ PINTO, António Costa, 2008, "O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX", em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, Lisboa, ICS, pp. 31-32. "As instituições do sistema político do «Estado Novo» foram definidas no fundamental pela Constituição de 1933. Uma constituição que por representar um compromisso inicial com o republicanismo conservador seria como congelada nos seus princípios liberais e reforçada na sua dimensão autoritária e corporativa. Deste modo os direitos e as liberdades dos cidadãos foram formalmente mantidos, mas eliminados por regulamentação governamental. A liberdade de associação foi mantida, mas os partidos eliminados, também por regulamentação, nunca tendo a *União Nacional* o estatuto formal de partido único, muito embora o seja, a partir de 1934".

⁵³⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2339, 27 de Setembro de 1949, «Foi ainda o Senhor Dr. Oliveira Salazar quem, no seu célebre

Salazar quer promover uma filosofia antiliberal, autoritária, nacionalista e cristã⁵³⁷, em que os mecanismos de controlo social são altamente poderosos⁵³⁸ e se exercem por meio de uma elite, que se move na sua sombra, que ele mesmo cultiva em conteúdos e tons formais⁵³⁹. A mesma propaganda constrói a imagem de um Chefe,

discurso de 30 de Julho de 1930, lançou as bases da reforma constitucional. Neste discurso, que muito convém ler, encontram-se os princípios fundamentais da revolução política, que haviam de enformar o direito público do Estado Novo Português, a saber: 1º. A primeira realidade na ordem política é a Nação; 2º. Todos os interesses pessoais ou colectivos estão subordinados aos supremos objectivos da Nação – sacrificar tudo por todos, e não sacrificar todos por alguns; tudo pela Nação, nada contra a Nação - ; 3º. O Estado deve ser forte, embora limitado pela moral, pelo direito e pelas garantias e liberdades individuais; 4º. A educação tem de ser dominada pelos princípios do dever moral, da liberdade civil e da fraternidade humana, a juventude deve integrar-se no amor da Pátria, da disciplina e dos exercícios vigorosos; 5º. Deve haver a verdadeira e real harmonia entre os três poderes. O Poder Legislativo deve ter a atribuição e soberania de fiscalizar a Governação e fazer as leis; o Poder Executivo, exercido pelo Chefe do Estado com os Ministros nomeados livremente por ele, deve ter independência, estabilidade, prestígio e força; 6º. A sociedade política deve ser constituída pelos grupos naturais necessários à vida individual: - a família, a classe, a profissão, a agremiação económica, e os corpos administrativos - ; 7º. As actividades produtoras deixam de ser meros instrumentos de interesses particulares, para se tornarem elementos do complexo económico nacional, sujeitos às necessidades e interesses superiores da Nação».

⁵³⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Lical/Manuais Escolares-15/1470, 27 de Dezembro de 1933, «É esse espírito cristão que o Estado Novo procura introduzir em a nossa organização corporativa, sem o que ela não dará os frutos desejados. É o espírito associativo e caritativo, que outrora dominou, e ainda hoje faz florescer essas modelares instituições – as Misericórdias – que o nosso Estado Corporativo procura insuflar em as nossas típicas e originais Casas do Povo, Casas dos Pescadores e Grémio da Lavoura».

⁵³⁸ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 255. “Resultado de um amplo processo negocial, de eliminações, integrações e compromissos, em 1933 é plebiscitado e aprovado o novo texto constitucional que define Portugal como uma República *unitária e corporativa*. A necessidade de não romper a plataforma de apoio ao regime faz com que formalmente o novo texto constitucional se apresente moderado. No entanto, uma vez garantida a situação, alguns desses compromissos serão desvirtuados e a moderação dá lugar ao radicalismo. Assim, por exemplo, se existe na Constituição de 1933 um compromisso entre princípios liberais e corporativos, os primeiros serão *pervertidos por regulamentação posterior*, enquanto os segundos serão *limitados e secundarizados*. No que diz respeito aos princípios liberais, resultado do compromisso com o republicanismo conservador, traduzem-se no facto de os direitos e liberdades serem formalmente mantidos no texto constitucional. No entanto em breve é promulgada legislação que instaura a censura prévia, reforça os poderes da polícia política, limita a liberdade de associação e reunião”.

⁵³⁹ FERREIRA, Nuno Estêvão – CARVALHO, Rita Almeida de – PINTO, António Costa, 2012, “O «império do professor»: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, pp. 131-132. “Auxiliado por uma administração centralizada, por um aparelho de Estado pesado e por uma pequena elite administrativa qualificada, proveniente de um sistema universitário altamente elitista, Salazar concentrou grande parte da decisão política na sua pessoa. Frio e distante dos seus ministros e apoiantes, cultivando um reduzido círculo de *conselheiros políticos*, Salazar imprimiu á gestão governamental e política um estilo próprio, cuja primeira característica era uma quase obsessiva minúcia informativa e centralizadora de tipo generalista. Ao contrário dos ditadores que concentravam as áreas centrais na sua pessoa, no geral a política externa, segurança interna e forças armadas, Salazar acrescia a estas, pelo menos na fase em análise, a concentração da decisão sobre as áreas mais *técnicas*. Alguns destes traços afirmaram-se desde a sua tomada de posse como ministro das Finanças, ainda no período da ditadura militar, nomeadamente no campo do orçamento e das contas gerais do Estado.

predestinado a guiar Portugal, para alcançar a Revolução Nacional⁵⁴⁰, meio para o qual preservar o país do capitalismo e dos movimentos revolucionários, incentivando uma economia rural numa sociedade caracterizada por uma urbanização sem industrialização⁵⁴¹.

Uma vez presidente do Conselho, o seu visto atento estendeu-se praticamente a toda a produção legislativa, muito para além das necessidades de controlo comuns a outros sistemas políticos ditatoriais. Apesar de se rodear de ministros com uma forte competência específica, Salazar não lhes dava grande margem de decisão autónoma. Por outro lado, o grau de informação a que este tinha acesso, mesmo de escalões hierárquicos abaixo do nível ministerial, era muito significativo. Como se referiu anteriormente, a concentração de poder na sua pessoa é evidente na acumulação formal de pastas. Salazar foi ministro das Finanças entre 1928 e 1940, sendo ainda titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1936 e 1947 e, para garantir o controlo sobre os militares, do Ministério da Guerra entre 1936 e 1944.

Assim, a história das relações entre Salazar e os seus ministros durante o período em questão é marcada pela concentração da decisão política na pessoa do ditador e pela redução da independência dos ministros e do Presidente da República. Uma das primeiras manifestações deste processo foi a rápida eliminação da colegialidade do Conselho de Ministros. No salazarismo, o poder executivo foi dividido entre o presidente do Conselho e os seus ministros, mas a extensão da autoridade dos segundos foi claramente limitada. Fosse para evitar ser ultrapassado pelos seus ministros ou a fim de proporcionar uma *maior solenidade*, algumas decisões foram legalmente reservadas ao Conselho de Ministros. No entanto, o chefe do governo realizou muito poucas reuniões de gabinete e *começou, usando uma delegação tácita, a despachar todos os processos como se tivessem ido a Conselho, mesmo aqueles cuja resolução tinha alcance político e projecção na opinião*".

⁵⁴⁰ PAULO, Heloisa, 1994, *Op. Cit.*, p. 32. "No período que vai do plebiscito da Constituição de 1933 às eleições legislativas de 1934, ou ainda, até às primeiras eleições autárquicas de 1937, surgem um pouco por todo o país jornais publicados pelas respectivas Comissões Distritais da União Nacional com objectivo de apelar aos leitores para o voto, como é o caso, a nível regional, do *Jornal da Guarda*. Em 1935 a União Nacional edita folhetos como *O Retorno do Chefe*, um opúsculo sobre Salazar, *O cidadão do Estado Novo, Revolução Moral e Estado Novo*, reunindo discursos pronunciados na Covilhã, em Viana do Castelo, Santo Tirso ou radiodifundidos, que são parte integrante de uma campanha de doutrinação corporativa posta em prática pela Comissão de Propaganda, criada em 1935, e que funciona junto à Comissão Central da União Nacional. No ano seguinte, é esta Comissão que organiza a Exposição Comemorativa do Ano X da Revolução Nacional, um *Monumento do Estado Novo, de linhas sóbrias e solenes, onde, num ambiente de recolhimento, a concentração dos espíritos melhor deixará perceber o que de notável tem sido a REVOLUÇÃO NACIONAL, sabiamente mantida e conduzida pelos grandes portugueses, General Carmona e Dr. Oliveira Salazar*".

⁵⁴¹ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, pp. 39-40. "Na verdade, o que podemos afirmar é que toda uma vertente de acção dos órgãos de propaganda do Estado Novo se destina à elaboração de uma gama de referências da chamada *cultura popular*, e reelaborada dentro do ideário do regime, sem contudo, deixar de ter em conta os referenciais já citados, como as noções de ordem, cidadania e sociedade. A intenção é retratar a *alma portuguesa*, dando corpo a um ideal de *Lusitanismo*, que agrega desde o *aldeão*, o *campino* ao colono de África ou ao *marinheiro dos Descobrimentos*, e que marca algumas das mais importantes realizações do SPN e do SNI em Portugal e no exterior.

Para promover o impacto desta nova perspectiva, recuperam-se dos contextos literário e etnográfico os estereótipos da *portugalidade* e procede-se à sua actualização. Criadores modernistas como Almada Negreiros, Canto da Maia e Cotinelli Telmo trabalharão essa imagem do *ser nacional*. O ponto de partida reside na *política do espírito*, iniciada por Ferro, via SPN, em 1933. Para a autora, era já então clara a vitória da vertente moderna que considerava a arte revolucionária no plano estético e conservadora no plano político. A fonte de inspiração reside na leitura fornecida pela ciência etnográfica oitocentista. Tratava-se de recuperar aquele povo *concebido pelos etnógrafos do século anterior* e ajustá-lo à criação do *ideal salazarista de uma Nação rural, rica em folclore, cultura popular e tipicidade*. Por fim, restava *nacionalizar* as figuras e (obras) de um conjunto de personalidades destacadas da cultura histórica nacional, como Gil Vicente, Luís de Camões, Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Columbano Bordalo

O Estado Novo, que se considera um Estado de Direito, conserva um bicameralismo imperfeito⁵⁴², uma Assembleia Nacional com função legislativa e uma Câmara Corporativa com função meramente consultiva⁵⁴³. Os princípios do Estatuto do Trabalho Nacional de 1933⁵⁴⁴ determinam o corporativismo de natureza económica e social em Portugal⁵⁴⁵ que, com a instituição do Instituto Nacional do Trabalho e

Pinheiro, Amadeu Souza-Cardoso e Soares dos Reis (todos eles, e outros mais, denominando os prémios literários e artísticos do SPN/SNI), para se tornar evidente o reencontro da nação com os seus valores mais perenes, com a sua identidade, comprovando paralelamente a *grandeza do Novo Portugal do Dr. Salazar*".

⁵⁴² AMARAL, Diogo Freitas do, 2012, "Corporativismo, fascismos e constituição", em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, p. 85. "Sabe-se que, nos primeiros tempos do Estado Novo, e até mais tarde, foi discutida a questão de saber se um Estado Corporativo não devia ter apenas uma Câmara Corporativa – como em Itália, sem qualquer Assembleia Nacional designada pelo sufrágio de base individualista (*um homem, um voto*). Mas a natureza compromissória da Constituição de 1933 acabou por exigir, do primeiro ao último dia da sua vigência, um *bicameralismo* imperfeito: uma Assembleia Nacional formada pelos representantes eleitos pelos cidadãos, através do voto individual; e uma Câmara Corporativa formada pelos representantes das autarquias locais, das famílias e dos organismos corporativos, designados através de um voto orgânico ou institucional.

É curioso, porém, assinalar que, ao contrário da Itália ou da Espanha, só a Assembleia Nacional – de recorte formalmente demo-liberal – tinha competência deliberativa; a Câmara Corporativa, verdadeira alma e espelho de um regime corporativo, nunca passou da competência meramente consultiva (talvez porque muitos dos seus procuradores eram dirigentes sindicais e patronais, bem como professores universitários, uns e outros, em princípio, mais difíceis de controlar politicamente do que os deputados, todos eleitos em listas da União Nacional)".

⁵⁴³ PAULO, Heloisa, 1994, *Op. Cit.*, pp. 35-36. "O poder, teoricamente depositado nas mãos do Presidente da República, eleito por sufrágio directo dos cidadãos, pelo menos até à ameaça configurada na candidatura de Humberto Delgado, encontra na figura do Presidente do Conselho o seu elemento de controlo, o que, na prática, apenas significa a supremacia de Salazar não só sobre os Presidentes, mas sobre a própria Assembleia Nacional, eleita de igual forma por sufrágio directo, encarregada de legislar e aprovar leis, orçamentos, autorizar empréstimos, declarar estados de excepção ou a suspensão das garantias constitucionais. Apesar de ser um Estado Corporativo, a função da Câmara Corporativa, que actua junto à Assembleia Nacional é de simples consulta, limitando-se a relatar e dar parecer sobre todas as propostas ou projectos de lei e sobre todas as convenções e tratados internacionais, o que irá gerar insatisfações nos meios que defendem um corporativismo mais puro e activo, como os integralistas".

⁵⁴⁴ ROSAS, Fernando, 2012, "O corporativismo enquanto regime", em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coords.), *Op. Cit.*, p. 27. "Efectivamente, o regime vai criar, com o pacote legislativo-corporativo pioneiro de Setembro de 1933 os *organismos primários da pirâmide corporativa*, destinados á regulação das relações do capital com o trabalho: os *Sindicatos Nacionais (SN)* para enquadrar operários industriais e empregados dos serviços privados (aos funcionários públicos era vedado o direito de associação sindical), os *Grémios* patronais da indústria, do comércio e da lavoura, as *Casas do Povo* e as *Casas dos Pescadores*, respectivamente para o conjunto de patrões e trabalhadores do mundo rural e das pescas".

⁵⁴⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2069, 16 de Março de 1938, «A Constituição trata dos organismos corporativos, no Título IV. no artº. 16º., considera como atribuições do Estado autorizar, promover e auxiliar a formação dos organismos corporativos, e classifica-os em morais, culturais e económicos».

Previdência, torna-se um sistema poderoso nas mãos de Salazar para controlar e limitar fortemente os direitos sindicais dos trabalhadores⁵⁴⁶.

Recusando ser classificado como totalitário, o Estado Novo, que se define subordinado ao Direito e à Moral, escolhe um sistema económico baseado num corporativismo que, além de cristão, é de tipo associativo. Com esta orientação, teoricamente fundada sobre os princípios de justiça social, o Estado Novo coroa as ambições éticas e factuais, através do apoio da Igreja Católica, apoio que o regime procura para dar solidez à sua Nova Ordem Social, ainda que nem todos os católicos elogiem a validade do corporativismo português, no tocante ao respeito dos princípios de associação cristã⁵⁴⁷. A esta altura o sistema do Estado Novo tem estruturado a sua

⁵⁴⁶ ROSAS, Fernando, 2012, “O corporativismo enquanto regime”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coord.), *Op. Cit.*, p. 27. “Sobre o conjunto tutelava política e ideologicamente o todo poderoso Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), órgão do Estado pertencente ao Subsecretariado de Estado das Corporações, também criado nesse ano I do regime corporativo. Era o supremo garante da *disciplina social*. Os Sindicatos nacionais tendencialmente de inscrição obrigatória, normalmente de base distrital e profissional, eram verdadeiros coletes de força da actividade sindical, estreitamente policiados pelo Governo através do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). As suas direcções geralmente *cozinhas* pelo INTP, estavam sujeitas a prévia homologação governamental, podendo ser total ou parcialmente demitidas por livre decisão do Governo, tal como o próprio sindicato dissolvido. Praticamente sem capacidade financeira, não lhes era reconhecida liberdade de se federarem sectorial, regional ou nacionalmente, dependendo tal iniciativa da prévia autorização do Governo. Proibido constitucionalmente o direito à greve, os sindicatos nacionais seriam historicamente um *não parceiro* nesta decretada harmonia corporativa entre o capital e o trabalho”.

⁵⁴⁷ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, pp. 255-256. “Quanto aos princípios corporativos cristãos, eles acabarão por ser as primeiras vítimas do hibridismo ideológico e dos compromissos do texto constitucional, esbatendo-se e limitando-se o seu alcance. Essa realidade não passa despercebida a sacerdotes como Boaventura Almeida, o grande animador do Sindicalismo Católico; ou a Francisco Inácio Pereira dos Santos que, tal como Manuel Rocha e Abel Varzim, se encontrava á época a estudar na Universidade Católica de Lovaina.

Pereira dos Santos é particularmente acutilante nas suas críticas: o corporativismo português afasta-se em mais do que um ponto do modelo corporativo apresentado pela Igreja, não correspondendo aos seus ensinamentos sociais. Antes de mais porque, em seu entender, é fortemente estatista *uma vez que os organismos corporativos estão submetidos à estreita tutela do poder central*. Embora os princípios consignados nos textos constitucionais e na restante legislação pareçam ter sido directamente bebidos do corporativismo cristão, Pereira dos Santos nota que *as realizações e as disposições de detalhe nem sempre estão de acordo com o ideal que os princípios traduzem*. E aponta aspectos desse desajuste: a questão da interdição do direito de associação, a completa negação do direito à greve, a excessiva tutela do Estado sobre os sindicatos nacionais etc. No fundo, diz tratar-se de um corporativismo de Estado e não se um corporativismo de associação como é proposto pelos ensinamentos da doutrina social da Igreja. Ideias e críticas partilhadas, desde logo, pelos seus colegas Abel Varzim e Manuel Rocha, mas também por outros sectores da igreja portuguesa.

Apesar de tudo e mesmo mantendo o princípio de separação – *o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião* (art. 46) – a Constituição atribui à religião católica um lugar privilegiado enquanto religião da nação portuguesa. Os de mais aspectos relativos às relações Igreja-Estado são vagos mas apontam, tendencialmente, para a liberdade de culto e da actividade da Igreja. Assim, a Constituição de 1933 garante *a liberdade e inviolabilidade de crenças e*

base corporativa de apoio para garantir-se na sua estabilidade⁵⁴⁸. Aparentemente mantém a imagem de um governo que se baseia sobre o Direito e o consenso popular dos seus cidadãos, os quais podem eleger os representantes na Assembleia Nacional que, porém, são todos escolhidos entre os componentes da União Nacional⁵⁴⁹, aliás, este último é o único partido reconhecido pelo governo, os outros partidos não existem, a não ser como simples correntes de opinião⁵⁵⁰.

O processo de instauração do Estado Novo é intencionado a difundir-se em todo o país, o problema maior reside em impor-se nas áreas rurais, que o Estado Novo valoriza ideologicamente em contraposição ao modelo socioeconómico urbano⁵⁵¹. O objetivo é o de dar uma “nova” organização ao poder periférico, por meio de um “novo”

práticas religiosas; garante a liberdade de ensino; reconhece a personalidade jurídica das associações e organizações religiosas e reconhece a liberdade de culto público”.

⁵⁴⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2550, 28 de Abril de 1938, «Os indivíduos e os organismos corporativos serão obrigados a exercer a sua actividade com espírito de paz social, pertencendo a função de Justiça exclusivamente ao Estado».

⁵⁴⁹ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, Lisboa, ICS, p. 32. “Presidente da União Nacional, será Salazar quem escolherá os deputados ao parlamento. Mantendo a clássica separação de poderes, a constituição deu muito poucos poderes à câmara dos deputados e nenhuns à corporativa, autonomizando o governo de qualquer controlo. Teoricamente os membros da câmara corporativa deveriam ser designados pelas corporações, mas na realidade seria Salazar quem nomearia a grande maioria. Mantendo a constituição um presidente da República eleito por sufrágio directo e um presidente do conselho de ministros, Salazar apenas respondia perante o primeiro. Este seria, durante os primeiros anos, a única ameaça institucional ao poder absoluto de Salazar. Sempre ocupada por um geral, a presidência da República foi uma herança da ditadura militar que iria colocar problemas ao ditador, particularmente após 1945. Em resumo, a sua definição como uma *ditadura constitucionalizada*, para empregar uma frase da época, reflectia a realidade do regime. Reduzidas a mero *conselho consultivo*, quer a câmara dos deputados, quer a corporativa concentrarão, tal como o partido único, o *pluralismo limitado* do regime”.

⁵⁵⁰ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 253. “A esse respeito é significativa a constituição, em 1930, da União Nacional. Concebida não como um partido mas como uma frente política congregadora das diferentes forças de apoio ao regime, irá representar um esvaziamento de todos os outros partidos políticos”.

⁵⁵¹ ROSAS, Fernando, 1986, *Op. Cit.*, pp. 150-151. “No diagnóstico económico e social do país com vista à definição de uma estratégia de desenvolvimento: desde o I Congresso da Indústria Portuguesa, em 1933, os industrialistas insistem em apontar o *erro de um Portugal exclusivamente agrícola que dominou a economia portuguesa, durante alguns decénios*. Ideia que Araújo Correia transportaria precisamente nestes termos para o I Congresso da União Nacional, em 1934, ao responsabilizar tal conceito por se ter descurado o desenvolvimento do país em termos industriais, pedindo ao Congresso a redefinição da correlação entre os dois sectores. A isso respondiam explicitamente os agraristas defendendo a realidade do país *essencialmente agrícola* como fonte de todo o progresso: *no campo agrícola e agrário estão as bases mais seguras da nossa reconstrução económica e social. Os alicerces mais sólidos da nossa indústria e do nosso comércio estão na terra portuguesa*. Ou seja, haveria que traçar *uma política económica essencialmente agrícola*, como o deputado Garcia Pereira propunha para Base primeira de um *Plano de Acção Económica e Social* por ele apresentado na Assembleia Nacional em 1935. *É preciso honrar o campo* diria o chefe do Governo em síntese lapidar numa alocução em que esconjurava o *predomínio da cidade*”.

método de administração regional, de uma sociedade estado-novita que se apoia em um conjunto de relações paternalistas funcionais à vida de um Estado, onde pelo menos o 80% dos portugueses vive nas áreas rurais do país⁵⁵². A evolução de relações entre poder central, que toma as decisões e as periferias muda o significado do sistema político na década dos anos '30, num país em que os interesses regionais eram trazidos à atenção do poder central, por um conjunto de intermediários locais chamados os influentes. Ou seja o poder central alimenta-se daqueles votos que, no momento das eleições, são trazidos pelos influentes, os quais são trocados por favores concedidos por parte do aparelho do Estado⁵⁵³. O influente é aquela pessoa que na sua área de origem goza de um poder e de uma estima importantes e que lhe permitem de alcançar um estatuto social privilegiado, o qual lhe dá a possibilidade de exercer um controlo da rede de comunicação, entre a comunidade à qual pertence e a administração central. Uma posição de privilégio que recebe energia vital das relações sociais pessoais, que estes notáveis de província conseguem desenvolver. Com o Estado Novo, este equilíbrio entre poder central e elites periféricas reordena-se⁵⁵⁴: além de fazer parte de uma elite de poder por meio do seu prestígio social, o influente chega, assim, a ser ele mesmo parte da influência autoritária do Estado Novo⁵⁵⁵, aliás, a relação privilegiada, que

⁵⁵² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/1470, 27 de Dezembro de 1933, «Os indivíduos que estão presos às freguesias onde nasceram e habitam, ao conselho e província a que pertencem, por laços de vizinhança que estabelecem entre eles uma forte e duradoura coesão, um espírito de regionalismo e independência, que dá a esses núcleos territoriais uma grande unidade moral. A Nação vale pelo que valerem esses núcleos territoriais, e o Estado deve aumentar, radicar e estimular essas relações de vizinhança, que criam núcleos territoriais mais ou menos independentes e característicos».

⁵⁵³ RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real”, em *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 (1.º), p. 124. “As eleições constituem a mesa de negociações do sistema: o influente dá ao Governo a legitimidade do voto em troca dos favores que a Administração lhe permitirá fazer, fundando assim a sua *influência*”.

⁵⁵⁴ ADINOLFI, Goffredo, 2012, “O Sistema Político do Estado Novo”, em FREIRE, André (org.), *O Sistema Político Português Séclos XIX-XXI: Continuidade e Rupturas*, Coimbra, Almedina, p. 131. “A UN é instituída a partir do Ministério da Administração Interna, sob o estreito controlo dos Governadores Civis que, conhecedores das dinâmicas das estruturas caciquistas dos seus distritos, recuperam para o novo regime a antiga elite liberal (Ramos, 1986), tentando recompor a pirâmide da distribuição do poder”.

⁵⁵⁵ PINTO, António Costa, 2012, “Partido único, governo e decisão política nas ditaduras da era do fascismo”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, p. 229. “Curiosamente, a primeira instituição a ser criada foi a União Nacional (UN), em 1930, o partido único fundado pelo governo no âmbito do Ministério do Interior, legitimando a eliminação dos partidos que tinham sobrevivido à I República, incluindo os que, como o Partido Católico (PC), apoiavam a ditadura. Inicialmente composta por notabilidades locais republicanas conservadoras, a UN rapidamente atraiu monárquicos, católicos e até alguns dissidentes do Movimento Nacional-Sindicalista (MNS) de Rolão Preto – um movimento fascista que desafiara Salazar antes de ser proibido, em 1934”.

precedentemente residia na “contraposição” ao Estado, agora torna-se uma posição de influência direta do Estado que ele mesmo exerce no interior da organização estadual⁵⁵⁶. Por esta razão, a monopolização dos influentes conforma-se à necessidade de um Estado que, para difundir o seu controlo, procede à institucionalização de um número de influentes de que necessita, institucionalização que, porém não se cria do nada, mas que se apoia naquelas situações de domínio de elites, as quais permitem ao Estado Novo usufruir, em cada território, de uma posição de controlo direta, porquanto os intermediários se tornam parte integrante do aparelho administrativo central⁵⁵⁷.

O Estado Novo procurava os seus representantes políticos e administrativos no interior das elites tradicionais, que gozavam de um prestígio socialmente reconhecido e que acrescentavam na comunidade um poder de cariz estritamente oligárquico⁵⁵⁸. Por isso, para o Estado Novo, controlar os influentes significava controlar a população⁵⁵⁹. Nas aldeias, o Estado autoritário estrutura-se confundindo-se dentro das dominações político-sociais dos intermediários influentes dos territórios rurais⁵⁶⁰; assim o regime pode controlar as estruturas sociais, económicas e culturais de uma comunidade camponesa sem a necessidade de as modificar. O Homem Novo parece filho de uma “Nova Ordem” de tradição, de um Portugal rural e católico, símbolo de valores imutáveis, onde se defende, nas áreas rurais do país, a difusão dos ideais conservadores, que o Homem Novo ritualiza e reutiliza num conjunto contínuo de trocas e de relações assimétricas, mas recíprocas, entre grupos subordinados e elites, que garantem a estabilidade social da comunidade à qual pertencem⁵⁶¹. A apropriação política das elites

⁵⁵⁶ RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real”, em *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 (1.º), p. 125. “É o estádio supremo da *influência: a influência monopolista de Estado! O trunfo original do influente já não é domínio de uma aldeia e dos seus votos. São antes a própria relação privilegiada com o poder central ou a sua posição na organização estatal que lhe permitem o exercício da *influência*”.*

⁵⁵⁷ *Ibidem*. “A Administração faz os *influentes* de que precisa. Mas, claro, não os faz do nada: institucionaliza apenas dominações possíveis. O que mudou não foram tanto as origens sociais dos *influentes*, como as formas do seu poder”.

⁵⁵⁸ *Ibidem*, p. 133. “Ao fim e ao cabo, a falta de representatividade democrática do Estado Novo correspondia plenamente a uma original ausência de democraticidade e de cidadania numa sociedade que, largamente rural, se conservava oligárquica”.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 134. “Através dos *influentes*, o regime contactava e controlava os campos e as vilas do país interior e comprometera-se por isso a não perturbar as estruturas sociais, económicas e culturais que permitiam essa mediação, isto é, as bases desses poderes periféricos”.

⁵⁶⁰ *Ibidem*, p. 125. “Os *influentes* devem ter beneficiado do efeito de *irresponsabilização* que terá tido a centralização autoritária do salazarismo”.

⁵⁶¹ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 37. “O *Estado Novo*, mesmo durante a *época do fascismo*, foi profundamente conservador e confiou mais nos

locais, por meio do Estado Novo, duplica assim, de forma autoritária, o prestígio social que está na base dos seus domínios⁵⁶².

Salazar tinha percebido que a relação direta entre Estado Novo e sociedade portuguesa ficava resolvida começando a partir das aldeias, das vilas e das pequenas cidades, com poucos discursos oficiais, agindo concretamente nas relações face às elites locais e sem cumprir nenhuma revolução, antes pelo contrário, consolidando o poder pessoal e o sentido de patriotismo cívico, das pessoas que já gozavam de prestígio e influência no interior de cada comunidade⁵⁶³. Aliás, o importante era não quebrar os equilíbrios do poder que desde sempre caracterizavam estas áreas rurais do país⁵⁶⁴. O ruralismo das aldeias era preservado por meio de uma re-funcionalização do papel social dos influentes nas comunidades camponesas⁵⁶⁵, situação que reforçava um poder baseado no prestígio elitístico que se originava da tradição⁵⁶⁶, um poder conservador que inibia também, no contexto rural, os propósitos revolucionários da direita radical.

instrumento de enquadramento tradicionais, como a Igreja e as elites de província, do que em organizações de massas”.

⁵⁶² RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real”, em *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 (1.º), p. 126. “O mistério, a expectativa perante o que Lisboa fará, cuidadosamente cultivados pelos *influentes*, poderão ter feito aparecer estes, aos olhos das populações silenciosas, como uma espécie de xamãs políticos, dotados de altos poderes de mediação com aquilo que o País sentia como o sobrenatural salazarista”.

⁵⁶³ *Ibidem*, p. 135. “Mas a tirania de Salazar esteve longe de enveredar pela política de reformas arbitrárias ou de grandes transformações motorizadas pelo aparelho político que caracterizaram os sistemas totalitários. Preocupou-se, pelo contrário, com a manutenção de um *statu quo* sociopolítico cujo conteúdo de dominação de classe não convém escamotear se se quer realmente explicar alguma coisa do que foi o Estado Novo. O imobilismo era a chave do regime, e isso estava de alguma forma relacionado com o modo como ele se inscrevia no social”.

⁵⁶⁴ SCHMITTER, Philippe C., 1999, *Op. Cit.*, pp. 29-30. “Dada a sua ideologia manifestamente tradicionalista, se não reaccionária, o facto de exaltar as virtudes da sociedade pré-industrial e a sua pretensão de promover uma *tertium via* entre o capitalismo e o socialismo, o regime português tem sido *identificado* como uma *dictature de notables* e as suas supostas origens de classe, *pelo menos de início*, levaram a que fosse apelidado de *ditadura dos latifundiários*”.

⁵⁶⁵ RAMOS, Rui, *Op. Cit.*, p. 133. “Controlar os influentes era controlar a população, o povo calado, que, como disse Castela dos Galegos, apenas protesta emigrando”.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 135. “A lentidão e a tibieza com que se desenvolveu o oficial programa corporativo, ou a cautela que houve em não fomentar a sério qualquer movimento de massa de apoio, que poderia levar à radicalização, são sintomas de uma espécie de *malthusianismo fascista*, que não era tanto a falta de ousadia ou a austeridade do ditador, como antes a necessidade de pactuar com uma base de apoio que, de tão conservadora e tão tradicional, temia tudo o que fosse revolucionarismo, mesmo que claramente de direita extremíssima”.

V

PAPÉL PRIMÁRIO NO ENQUADRAMENTO DA JUVENTUDE EM PORTUGAL

5.1 Acção Escolar Vanguarda

Em 1933 o Estado Novo ainda estava em plena fase de consolidação institucional, por meio da promulgação da Constituição de 11 de Abril de 1933 o regime inaugurava oficialmente a sua estrutura doutrinal⁵⁶⁷. A elaboração institucional de uma consciência política unitária visava a realização de uma sólida organização corporativa da sociedade portuguesa que, no fortalecimento da união nacional, subordinava o interesse individual pela cooperação necessária para o alcançar do bem comum nacional⁵⁶⁸. Não obstante os tons pacatos que o ditador de Coimbra procura dar ao seu regime, como por exemplo, durante a comemoração do dia 28 de Maio de 1933, quando

⁵⁶⁷ AMARAL, Diogo Freitas do, 2012, “Corporativismo, fascismos e constituição”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coord.), *Op. Cit.*, pp. 84-85. “O carácter corporativo da Constituição de 1933 e do regime por ela institucionalizado traduziu-se em três aspectos essenciais:

- 1) O artigo 5º, na sua versão original, dizia: *O Estado Português é uma República unitária e corporativa;*
- 2) O mesmo preceito continuava: (...) *baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.* Recorde-se que, nos termos do artigo 5º, § 3º, eram considerados *elementos estruturais da Nação* os cidadãos, as famílias, as autarquias locais e os organismos corporativos;
- 3) A participação dos referidos elementos estruturais na feitura das leis fazia-se de forma dupla: através do *sufrágio individual* dos cidadãos para a eleição dos deputados à Assembleia Nacional e, por outro lado, por meio do *sufrágio corporativo* para a designação da maioria dos procuradores à Câmara Corporativa (alguns também nomeados pelo Governo). Quanto à participação dos elementos estruturais da Nação na vida administrativa do país, traduzia-se nas regras seguintes:
 - a) Pertence privativamente às famílias eleger as Juntas de Freguesia;
 - b) As Juntas de Freguesia concorrem para a eleição das Câmaras Municipais e estas para a eleição dos Conselhos de Província (mais tarde, Conselho de Distrito);
 - c) Na Câmara Corporativa estarão representadas as autarquias locais e os organismos corporativos”.

⁵⁶⁸ CARDOSO, José Luís, 2012, “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coord.), *Op. Cit.*, p. 102. “A organização corporativa do Estado Novo foi concebida pelos seus mentores com o propósito de se alcançarem objectivos de equilíbrio e harmonia social. Ao Estado ficava sempre reservado um papel primordial, considerando-se indispensável a sua função de regulação e controlo organizado. Deste modo, a institucionalização do Estado Novo respeitou o princípio básico da submissão do indivíduo aos interesses superiores da nação, assim como a defesa da sua permanente integridade moral e espiritual, tendo em vista os supremos interesses da salvaguarda da ordem e da estabilidade social”.

Salazar «discursa calmamente no Coliseu dos Recreios»⁵⁶⁹ em Lisboa, não se pode esquecer que contemporaneamente três mil apoiantes do Nacional-Sindicalismo desfilam pelas ruas de Braga⁵⁷⁰, manifestando o descontentamento para com o Estado, que procura limitar aquele tipo de ativismo mobilizador, que tem caracterizado o sucesso do fascismo na Itália. Ainda que, se por um lado, também o Estado Novo, como os outros regimes, tinha remodelado uns dos aspetos organizativos do fascismo⁵⁷¹, por outro lado, via no Nacional-Sindicalismo, de clara inspiração fascista, um perigo pela estabilização estrutural de um regime muito variegado no seu interior. Além de razões de estabilização estrutural do Estado Novo, Salazar procurava modelar o seu regime, por meio de um elitismo controlado que, para ser alcançado, necessitava de um partido único sem movimento de massa⁵⁷². A marginalidade⁵⁷³ da direita radical tornava-se,

⁵⁶⁹ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 230.

⁵⁷⁰ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, pp. 19-20. “1933 é assim um ano de conflito latente entre os nacionais-sindicalistas e Santa Comba. Enquanto que 3000 aderentes do movimento desfilam nas ruas de Braga nas Comemorações do 28 de Maio, Salazar discursa calmamente no Coliseu dos Recreios demarcando-se dos que gritam *mais, mais, dos sempre febris, excitados, descontentes*, (...) e vai continuando fria e firmemente a lançar, pedra a pedra, a máquina institucional do Estado Novo resolvendo, pelo caminho, o problema do *Comando Único*, expressão que ouviremos bastante nos anos 33 e 34”.

⁵⁷¹ PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 47. “Como outros regimes, o salazarismo enviou missões de estudo a Itália e adquiriu modelos, que alterou e adaptou. Os estatutos do corporativismo, a propaganda, a organização oficial de juventude e de mulheres, são exemplos de instituições criadas com base no modelo fascista, e significaram a adopção de certos requisitos da política de massas, por parte de regimes essencialmente reaccionários. Mas essas instituições mantêm-se, por um lado, limitadas e em coexistência com outras, não visando a um domínio exclusivo, por outro lado, desconhecem o controle do partido fascista. Não é por isso de estranhar que o exemplo do salazarismo fosse o *passapartout* das afinidades quer de ditadores, quer de movimentos de direita radical do período, muitas vezes sinceramente, outras vezes desejosos de cuidar a identificação com o fascismo”.

⁵⁷² PINTO, António Costa, 1994, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa Editorial Estampa, pp. 195-196. “No capítulo sobre o partido do salazarismo, logo na sua introdução, este fascista italiano notava que os seus interlocutores oficiais *ficaram perplexos quando eu perguntei através de que princípios e por que meios se pretendia formar a classe dirigente*. Resumido o processo de formação do partido, Papini reconhecia a existência de um partido único mas não compreendia por que razão não se lhe dava nenhum dinamismo. A UN quedava-se, em sua opinião, por uma *ossatura débil*, espécie de *conselho de sábios, longe das massas*. Nenhuma atribuição *que faça participar o povo na vida do Estado, que o faça viver num clima de tensão ideal*.

A sua organização não tinha militância. Nenhuma obrigação unia os nela inscritos, *nenhuma disciplina os une, não têm nenhum dever. Ignoram o carácter militar do fascismo italiano e do Nacional-Socialismo Alemão*”.

⁵⁷³ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 20. “Descrevemos a situação política no verão de 1933.

Particularmente activo ao longo dele, o movimento N/S encontra-se em Setembro numa posição dificilmente sustentável. Passada a euforia dos banquetes e manifestações, a clarificação por parte do

assim, uma componente imprescindível no alicerçar dos limites, entre identificação totalitária, que Salazar queria evitar e Estado baseado no Direito, que o Estado Novo adquiriria oficialmente através da Constituição de 1933.

A instituição da Acção Escolar Vanguarda, em 23 de Janeiro de 1934, parece direccionada para o corroborar da função organizativa de enquadramento estabilizador, que aguardava o partido único União Nacional na sociedade estado-novista⁵⁷⁴. De facto, embora os objetivos principais desta organização fossem a defesa de uma Nova Ordem e de um Estado totalitário⁵⁷⁵, a criação desta organização juvenil, estritamente ligada ao aparelho do Estado Novo, tornava-se útil para controlar, no seu interior, as filas juvenis de um movimento que, no fascismo revolucionário, se afirmava por meio de uma política estética feita de saudações romanas e comícios políticos, que mais pareciam acampamentos de camaradas, tal como iria acontecer em 27 de Abril nas Manifestações do Terreiro do Paço em apoio a Salazar. Não é por acaso que durante o discurso inaugural da Acção Escolar Vanguarda, em 28 de Janeiro de 1934, perante Salazar, Ferro pinta o Chefe do Estado Novo, como um revolucionário e que, ao longo do mesmo ano, os filiados deste movimento começam a criar uma mística fascista entorno à imagem do ditador português⁵⁷⁶.

poder e vice-versa é inevitável. Da hostilidade latente Salazar vai combater frontalmente o movimento, utilizando sabiamente, não só as armas típicas de quem discute (?) por cima das secretárias do poder, como as próprias hesitações no seio do N/S.

Mas, talvez mais importante que a repressão directa, que por si não resolveria o problema, é a arma da hábil cisão e integração progressiva que vai fazer ruir o movimento. Esta surgirá inevitável em Novembro de 33, data em que parte da direcção cinde de Rolão Preto. A caminho do salazarismo partirão muitos N/S da primeira hora, como Amaral Pyrrait, Múrias, José Cabral, Supico, etc”.

⁵⁷⁴ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 21. “A A.E.V. surge aqui, em consonância com o Nacional-Sindicalismo, próxima do sector (ordeiro) do **Revolução Nacional**. Este grupo estará presente nestas manifestações ao longo de 1934 e continuará tentando até à sua dissolução justificar o seu espaço. Seriam a milícia de Salazar. Uma leitura atenta dos números do seu porta voz (Março e Agosto de 1934) denota a **pressão milícia no interior do aparelho salazarista**. A caminho da União Nacional, respondendo a Lopes Mateus, (seu dirigente), o **Revolução Nacional** justifica a sua existência em relação complementar com o partido único”.

⁵⁷⁵ PINTO, António Costa, 1994, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa Editorial Estampa, p. 252. “O primeiro presidente da AEV foi um jovem N/S junto dos estudantes de Oliveira Silva, e a sua actividade à frente da AEV estava muito ligada ao grupo do *Revolução Nacional*. O seu órgão central, *Avante!*, era escrito pelos colaboradores do SPN e a sua retórica aproximava-a das suas congéneres estrangeiras. O objectivo de criar a elite juvenil do *Estado Novo* era explicitamente apontado e os delegados do PNF italiano e do Partido Nacional Socialista Alemão em Portugal escreviam nele artigos de divulgação sobre as organizações juvenis fascistas. A AEV tinha um carácter voluntário e iniciaria treino militar alguns meses após a sua fundação”.

⁵⁷⁶ *Ibidem*. “Ao longo de 1934 os seus filiados começaram a participar em manifestações de apoio ao regime e a criar uma mística de tipo fascista em volta do *chefe* Salazar”.

A Acção Escolar Vanguarda era a primeira organização criada oficialmente pelo regime, para combater o perigo do comunismo⁵⁷⁷, chamado na sessão de apresentação desta organização «a grande heresia da nossa idade»⁵⁷⁸. Todavia, nas intenções de Salazar, parece que a função primária, desta organização escolar, fosse a de facilitar o controlo do Estado Novo sobre os jovens mais extremistas que apoiassem o Estado Novo, bem como a de criar incompreensões e cisões dentro do movimento nacional-sindicalista⁵⁷⁹, suportado pelos intelectuais nacionalistas, que recebiam o apoio através de uma maioria de estudantes de convicção integralista de base, que acreditavam na necessidade de uma progressiva fascização do regime salazarista. A Acção Escolar Vanguarda parece quase uma concessão temporária, que Salazar faz à direita radical portuguesa, de forma a iludir⁵⁸⁰ as várias esperanças de quem, nos movimentos fascistas internacionais, vê uma doutrina revolucionária capaz de oferecer uma visão organicista da sociedade que, por um lado, quer combater o demo-liberalismo fundado no capitalismo e na divisão partidária e por outro lado quer contrastar a luta da classe proletária. De facto, como vimos nos capítulos anteriores, era na escola que Salazar queria lacrar a sua “revolução” educativa, onde o ditador teria crescido e cultivado a sua elite. Mas o ideal de Homem Novo futurista, que provavelmente era o ideal dos apoiantes do fascismo português, não era com certeza o mesmo de um Chefe de uma Nação que, perante as perguntas do próprio Ferro, respondia de forma pouco revolucionária, aliás, a única revolução deveria ser a da forma de colaboração administrativa no serem portugueses⁵⁸¹. Ou seja, no esconjurar do próprio germe

⁵⁷⁷ *Ibidem*. “Inaugurada com a presença de Salazar e de vários dissidentes do N/S em Janeiro de 1934, a AEV definia-se como uma organização destinada a combater o comunismo no meio juvenil”.

⁵⁷⁸ Secção de apresentação do movimento Acção Escolar Vanguarda em 28 de Janeiro de 1934 no Teatro São Carlos de Lisboa.

⁵⁷⁹ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 252. “A Acção Escolar Vanguarda, primeira organização paramilitar de juventude criada pelo regime, foi uma resposta governamental ao N/S. Fundada pelo Secretariado de Propaganda Nacional em finais de 1933, a AEV teria uma vida bastante curta, desaparecendo dois anos depois para dar lugar à Mocidade Portuguesa, o movimento oficial de juventude do salazarismo, bem menos politizada que este primeiro esboço, virado sobretudo para a neutralização da mobilização N/S junto dos estudantes”.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, p. 253. “A criação da AEV parece confirmar um passo em frente, uma cedência aos que exigem mais no processo de fascização, uma abertura à criação de um dinamismo de massas e de um voluntarismo fascista. A sua queda virá confirmar que, em 1934, Salazar não estava disposto a permiti-lo e muito menos apoiá-lo para além dos limites inerentes ao mero expediente tático”.

⁵⁸¹ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, p. 78. “Nós somos um povo de hábitos simples. A inexistência de grandes massas concentradas de operariado desenraizado da terra, a nossa vida familiar, a facilidade com que somos vizinhos uns dos outros, obrigam-nos a uma comunhão de interesses e de sentimentos que atenua as crises, que nos liberta desse egoísmo feroz dos grandes meios, onde os homens vivem sozinhos no meio da multidão na floresta da própria civilização”.

revolucionário que ameaçava as raízes dos valores tradicionais da sociedade portuguesa, germe que, segundo Salazar, havia caracterizado o êxito falimentar, que conduziu à dissolução política e financeira da I República Portuguesa, causa de derisão e aniquilamento da imagem de Portugal a nível internacional⁵⁸².

A revolução verdadeira não era aquela que visava a construção de um novo Estado, fundado sobre uma Nova Ordem, mas, antes, aquela que visava a construção de um “novo” Estado, que por meio do Estado Novo, fundasse novamente, a imagem de uma Nação famosa por, no passado, ter dado “Novos Mundos” ao mundo inteiro, através dos grandes descobrimentos⁵⁸³. O desafio “revolucionário” autêntico é o de redescobrir Portugal, redescobrir os valores tradicionais que fazem desse país uma Nação Verdadeira⁵⁸⁴, redescobrir a pureza da realidade rural, onde os bons portugueses, com virtude e trabalho duro, podem reconstruir a reconquista moral do bom nome de Portugal no mundo⁵⁸⁵.

⁵⁸² FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, p. XVIII. “Todos os que temos, pela inteligência, pela voz do sangue ou simplesmente pelo instinto do coração, a consciência da nossa unidade e independência, da nossa grandeza passada, da nossa colaboração na obra civilizadora da Europa, dos nossos interesses actuais na África, na Ásia, na Oceânia, sentimos – ferida aberta na alma – o riso mundial, a troça de povos em nada superiores a nós, a não ser na sua linha exterior, por causa da nossa agitação revolucionária, da nossa incapacidade governativa, das nossas irregularidades de administração, do nosso atraso e do nosso descrédito”.

⁵⁸³ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Lical/Manuais Escolares-15/2843, «Corações de Portugal – Os portugueses têm sido, em todas as épocas da História, os iniciadores e os realizadores de empresas e proezas inauditas, que lhes têm grangeado sempre a admiração do mundo inteiro».

⁵⁸⁴ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, pp. XIX-XX. “Os homens que foram educados e vivem exclusivamente entre a escola, a repartição pública e o café – e nós temos recrutado aí a máxima parte dos nossos homens públicos – não devem zangar-se se pensamos deles que teem uma formação defeituosa. Eu não digo, como muitos, que é falsa a vida da cidade; é como é, viva e real nos seus artificios e defeitos; digo que é incompleta, sobretudo se se quere por ela ajuizar da vida nacional, e se se supõe ser vida da cidade a vida, na cidade, de uma classe. Quando se desce da capital à província, da cidade à aldeia, do club, da redacção do jornal, do salão de festas ao campo, à fábrica, à oficina, o horizonte das realidades sociais alarga-se a nossos olhos e tem-se uma impressão diferente do que seja uma nação. A distância que nos separa a nós, homens de café, familiares das repartições públicas, chegados aos ministérios, participando da onipotência do Poder, talhando idealmente as reformas, lançando as linhas dos grandes planos, decidindo quasi da sorte do mundo – a distância que nos separa da verdadeira nação é enorme”.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, pp. XVIII-XIX. “Ora há portugueses suficientemente orgulhosos da sua qualidade de portugueses para sentirem tudo isso como afronta pessoal, e para, chegada a ocasião, tirem do seu orgulho ferido a paciência, a tenacidade, a força necessária para procurar implantar no País a ordem e a boa administração, fomentar o progresso material, revolucionar a educação e dar à Nação e à sua política um tal aprumo e dignidade que possam reconquistar para Portugal o bom nome e respeito de todos. Êsses portugueses sabem quem, sem exageros, sem agressividade, sem declarar quixotesicamente guerra ao mundo, os países, como os indivíduos, podem, pelo seu trabalho e pelas suas virtudes, ter direito os pobres a estar diante dos ricos, os pequenos diante dos grandes, de pé, de cabeça levantada e até de chapéu na cabeça”.

Não parece casual que os elementos de mobilização que caracterizavam a Acção Escolar Vanguarda constituíssem o resultado de uma estruturação organizativa, que no voluntarismo e no militarismo, marcava os seus princípios fundadores⁵⁸⁶. Podemos dizer que também estes princípios de mobilização física, tal como os de mobilização conceptual (luta contra o marxismo e contra o demo-liberalismo), podiam disfarçar as reais intenções de Salazar, que com a ajuda do voluntarismo queria criar na vida da cidade a solidez colaborativa do corporativismo social do Estado Novo, que no modelo rural encontrava a sua alma especular e o seu padrão ideal-natural; enquanto o militarismo permanecesse de propósitos fascistas, continuava ainda, contudo, a ser uma prerrogativa exclusivamente escolar, de uma organização que nunca chegará a superar os dois mil filiados, situação facilmente controlável⁵⁸⁷ e sobretudo experimento real, para testar concretamente a futura criação de uma organização escolar paramilitar muito mais importante, como a da Mocidade Portuguesa, que acabará sendo a organização juvenil mais valorizada pelo regime salazarista.

A ação experimental da Acção Escolar Vanguarda como organização escolar de enquadramento juvenil, não era o único motivo pelo qual Salazar tinha criado e tolerado uma organização de inspiração fascista, no seio do regime do Estado Novo. Não se pode negar que, não obstante a instituição de um partido único, a sociedade estado-novista gozasse de um «pluralismo limitado»⁵⁸⁸, que colocava o regime de Salazar fora do alvo totalitário, numa posição autoritária, onde a mobilização e a militância política atingia níveis muitos baixos, onde o partido único não era o depositário da ideologia do regime, mas “apenas” uma organização que, no Estado Novo, detinha uma função paralisadora da vida política em Portugal. Devidamente, enquanto a Acção Escolar Vanguarda desenvolvia uma função de enquadramento juvenil era, ao mesmo tempo, usada por Salazar para embrulhar as tentativas de revolução fascista, que o Nacional-Sindicalismo

⁵⁸⁶ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 20. “Vangurdistas: o vosso nome significa uma posição: é ainda para além das primeiras linhas no sítio em que se observam atentamente os movimentos do inimigo, que se dá o alarme aos combatentes, se ferem as primeiras escaramuças e, gloriosos de vós! Se receberem os primeiros golpes. É preciso ser digno deles. Salazar”.

⁵⁸⁷ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 252. “Após a dissolução do N/S em Julho 1934, a actividade da AEV decaiu e em finais desse ano já dava poucos sinais de vida, demonstrando o pouco interesse governamental em dar continuidade à organização nos moldes em que esta funcionava”.

⁵⁸⁸ PINTO, António Costa, 1992, *Op. Cit.*, p. 27. “Por *pluralismo limitado*, entende-se a sobrevivência de grupos de interesses, associações políticas, religiosas, etc., em grupos variáveis, que contrastam com a forte dominação, senão monopólio, imposto pelo partido totalitário após a tomada do poder, nos regimes fascistas”.

pensava ativar na sociedade portuguesa, apoiando inicialmente Salazar à chefia do Estado Novo. Obviamente, tal como foi dito anteriormente, o ditador português não teria aceitado o desenvolvimento de uma falange de inspiração fascista, que podia provocar na sociedade portuguesa uma ação desestabilizadora⁵⁸⁹. Se, por um lado, as queixas, em Maio de 1933, de Rolão Preto, chefe do Nacional-Sindicalismo, que acusava os republicanos conservadores de manobrar a União Nacional contra o seu movimento⁵⁹⁰, podiam ser uma estratégia utilizada para encorajar o afastamento de Salazar, por meio de exponentes do Exército ligados ao Nacional-Sindicalismo⁵⁹¹, por outro lado, é inegável que, com a instituição da Acção Escolar Vanguarda, em Janeiro de 1934, Salazar continua a sua obra, começada em Novembro de 1933, com a desagregação do Nacional-Sindicalismo que separou uma parte dos quadros diretivos de Rolão Preto⁵⁹². De facto, após as primeiras ruturas no Nacional-Sindicalismo, o processo político estado-novista fortalece-se entorno de Salazar, como Chefe legítimo, a que muitos nacional-sindicalistas recorrerão pondo em evidência a sua liderança absoluta. Entre outros, parece emblemático o caso do nacional-sindicalista Manuel Múrias, chamado para dirigir o jornal «Revolução Nacional», que estreou em 1934, onde nos artigos publicados Rolão Preto foi sistematicamente criticado⁵⁹³.

⁵⁸⁹ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 48. “O voluntarismo e o verbalismo fascizantes da A.E.V., a relativa autonomia que dispunha face ao aparelho de estado, ao nível ideológico e político, causavam algumas preocupações”.

⁵⁹⁰ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 130. “Em Maio de 1933, perante os ataques de diversos sectores da Ditadura ao N/S, Rolão Preto acusava os republicanos conservadores de manobrar a UN contra o Nacional-Sindicalismo”.

⁵⁹¹ *Ibidem*, pp. 130-131. “Tratava-se no entanto de um expediente tático perante o poder, ao mesmo tempo que apostava num eventual afastamento de Salazar por pressão militar.

A correspondência interna da organização revelava uma distanciação clara perante Salazar e uma aposta no seu afastamento por uma personalidade militar afecta ao Nacional-Sindicalismo. Mas muitos militantes, fundamentalmente na província, eram sinceros salazaristas e perante algumas referências a desacordos com a chefia da Ditadura manifestaram a sua surpresa”.

⁵⁹² *Ibidem*, pp. 244-245. “O Directório saído do Congresso representava um equilíbrio dificilmente operativo, e a cisão deu-se na sequência da sua reunião de 26 de Novembro de 1933. A orgânica proposta por José Cabral implicava a eliminação de Rolão Preto e de Alberto de Monsaraz dos seus lugares de chefia. Os relatos da reunião e alguns extractos da sua acta confirmaram a cisão. José Cabral justificou a demissão de Preto e Monsaraz como uma imposição de Salazar para a sobrevivência do movimento”.

⁵⁹³ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, pp. 20-21. “A cisão no seio do Nacional-Sindicalismo marca em termos políticos a abdicação de grande parte do movimento de um **projecto autónomo** e o reconhecimento **in extremis** da liderança de Salazar. Em Março 1934 surgirá o jornal **Revolução Nacional**, dirigido por Manuel Múrias, em volta do qual se tentará a unidade do nacional-sindicalismo em torno do *Chefe* Salazar. Integrados definitivamente no Estado Novo, estes tentarão ainda reivindicar um espaço político próprio. A polémica com Rolão Preto será constante nas suas páginas assim como as provas de fidelidade a Santa Comba, o que não os impedirá também de serem dissolvidos ordeiramente em Agosto do mesmo ano”.

Pode notar-se, através da Acção Escolar Vanguarda, um completamento da obra de repressão gradual⁵⁹⁴, que Salazar iniciara contra o Nacional-Sindicalismo, quer subtraindo as mentes deste movimento, quer enquadrando os jovens nacionalistas apoiantes da doutrina do fascismo na Acção Escolar Vanguarda. Não admira, pois, que logo na estreia pública da Acção Escolar Vanguarda, em 28 de Janeiro de 1934, no Teatro S. Carlos, estejam presentes, além dos representantes da *casa del fascio* e do partido nazista em Portugal, também os dissidentes da área nacional-sindicalista⁵⁹⁵. Mas as intenções educativas de Salazar estão bem definidas desde o momento constitutivo desta organização juvenil, que deve ficar limitada ao contexto escolar. Não parece casual que, ao lacrar a cerimónia de teor aparentemente fascista, seja o próprio Salazar, que encara um discurso pouco agressivo e mobilizador, especificamente preocupado com a valorização do papel educativo da escola: «os estudantes estão aqui, e os vossos professores onde estão? Onde está a escola, a sagrada oficina das almas, sobretudo a universidade, a fábrica espiritual portuguesa, que há-de educar os homens para governar e ser governados, e fazer a própria ciência do governo para maior glória e progresso da nação? Onde está?»⁵⁹⁶. A crítica direta do sistema educativo, ainda por cima do universitário, marca o raio de acção de uma organização cujo ativismo nacionalista deve limitar-se a vigiar o ambiente didático; ou seja, um ambiente onde o Estado Novo quer afirmar solidamente, o enraizamento daquele sentimento nacionalista conservador, que na tradição histórica lusitana possa fundar os pressupostos pela criação de uma nova elite capaz de preservar os valores coletivos, em que se possam reconhecer todos os portugueses.

⁵⁹⁴ *Ibidem*, pp. 69-70. “Em 1934 tudo parece indicar que, para Salazar onde se é inflexível é no *Comando Único*. A prática política do N/S é secundária. Integrada no processo de cisão deste último, a A.E.V. surge neste movimento de integração no qual se podem distinguir duas fases: numa primeira a cisão, isolando o setor que põe em causa o essencial (o Poder) e abrindo espaço à prática N/S no seio do Estado Novo. Num segundo momento declara-se a extinção total e indiferenciada dele, aquando da nota oficiosa de Julho de 34. Neste segundo momento, para utilizar as palavras de João Medina, Salazar dizia aos camisas azuis, tanto aos que se moviam filialmente sob a sua batuta como aos que tinham caído no total *resvaladouro da agitação*. **Ou vocês ou eu** (...). Entre o primeiro e o segundo momento existiu a A.E.V., **a sua morte datará** deste último”.

⁵⁹⁵ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *Op. Cit.*, p. 235. “Além dos representantes da casa do fascio e do partido nazi em Portugal (W. Berner, colaborador presente nas páginas do órgão da A.E.V.). Presentes ainda dirigentes N/S dissidentes de Rolão Preto e uma representação fardada de estudantes do movimento conduzidos por João Assis que discursará”.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p. 236.

O antiparlamentarismo democrático, o antiliberalismo capitalista e o anticomunismo de base proletária, que residem nesta organização, podem ser considerados um meio, para caracterizar um movimento juvenil, que fomenta as bases de apoio de uma elite recém-nascida que, através do substrato integralista, consegue saldar um espírito patriótico-nacionalista constantemente procurado por Salazar⁵⁹⁷. Podemos portanto dizer que no ano da sua fundação em 1934, não obstante as pequenas dimensões, a Acção Escolar Vanguarda tinha todas as condições para tornar-se um verdadeiro partido no panorama ideologicamente heterogéneo do Estado Novo: detentora de uma ideologia, apoiada por um órgão de propaganda, um jornal, uma pequena milícia em perfeito estilo fascista e guiada por dirigentes apoiantes do fascismo com procedência nacional-sindicalista⁵⁹⁸. Aliás, pouco antes de ser apagada por Salazar, já no fim de 1934, pode dizer-se que, durante este ano, a Acção Escolar Vanguarda estava no ápice do consenso, de facto, são muitos os jovens que pedem a abertura de secções extra-escolares e não esquecemos que é mesmo através da mobilização dos jovens, que o *Partito Nazionale Fascista* conseguiu realizar a ascensão da ditadura de Mussolini na Itália. Não é de subavaliar o facto de que em 1934, em pleno fermento vanguardista, António Eça de Queiroz⁵⁹⁹ tenha podido ostentar a possibilidade de

⁵⁹⁷ LÉONARD, Yves, 1998, *Op. Cit.*, p. 77. “Por diversas vezes, Salazar sublinhará a tradição histórica *com oito séculos de existência* na qual deseja inscrever este nacionalismo”.

⁵⁹⁸ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *Op. Cit.*, pp. 234-235. “Entre Novembro de 1933 e Janeiro do ano seguinte, o projecto de criação desta esconde-se um pouco aos olhos do investigador, encerrada que está nas salas do S.P.N. Na sua criação desempenha um papel importante, além do próprio Ferro, António Eça de Queirós, subdirector e chefe dos serviços externos do mesmo, e o verdadeiro fundador da A.E.V., como o primeiro se encarregará de publicitar numa entrevista ao semanário francês 34.

O seu lançamento foi rápido. Em Dezembro, em reuniões estritas, cria-se a estrutura dirigente. Em 22 de Janeiro de 1934 *chega aos ouvidos* do D.N. que entrevista o seu presidente e expõe o programa da organização. A 27 publica-se o primeiro número do seminário *Avante!*, título do seu órgão central. No dia seguinte realizar-se-á a inauguração em S. Carlos, o seu baptismo político e ideológico, onde se apresentará com o esqueleto organizativo definido e já *fardada*.

Anunciada largamente na imprensa, nela estão presentes as mais salientes personagens do aparelho de Estado (ministros, militares, reitores, etc.), da U.N. e do S.P.N., bem como representantes diplomáticos com especial destaque para o alemão e italiano (a quem os jovens vanguardistas homenagearão abrindo alas à sua passagem)”.

⁵⁹⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10, «Secretariado da Propaganda Nacional. Exmo^o Snr. Presidente do Conselho. Na incerteza de poder hoje conversar com V.Ex^a e dado pequeno espaço de tempo que me resta para organizar uma parada da A.E.V., no dia 28 de Maio, tomo a grande liberdade de pôr este meio, expor a V.Ex^a o que tencionava dizer-lhe e pedir-lhe. 1^o) Desejo realizar no 28 de Maio o programa seguinte: a) Desfile do maior número possível de vanguardistas fardados. Desfile realizar-se durante ou logo a seguir à parada militar que terá lugar na Avenida Liberdade. b) Assistência de todos os filiados à manifestação que se realizará durante a noite de 28 no Coliseu, sendo pronunciado um discurso pelo Dr. Ernesto de Oliveira Silva, Presidente do

recrutar pelo menos mil e quinhentos filiados vanguardistas dentro de uma organização elitista que fica e ficará limitada exclusivamente no contexto escolar. Podemos imaginar o impacto e as proporções que poderia ter atingido a Acção Escolar Vanguarda se Salazar tivesse autorizado a abertura das secções extra-escolares em Portugal inteiro, onde teriam podido ingressar todos os jovens que pediam o alargamento da Acção Escolar Vanguarda mesmo aos que não eram estudantes. Parece que a atividade da Acção Escolar Vanguarda foi limitada, já no fim do ano 1934, para evitar uma fascização maciça da sociedade estado-novista, em que a dinâmica anti-conservadora intrínseca nesta organização juvenil podia ameaçar seriamente, o projeto educativo de reconstrução tradicionalista de um passado glorioso, que deveria servir para fixar num único ideal nacionalista a heterogeneidade política da sociedade portuguesa. Neste caso, como na Itália, que sentido poderia ter tido um esforço revolucionário mobilizador de interpretação fascista, para alcançar aquela estabilização social tão procurada por Salazar no começo do Estado Novo? Sobretudo no caso em que devia prevalecer a imagem de um modelo ditatorial apoiado, formalmente, por um Estado de Direito, onde a constante procura do bem comum, que era funcional à proposta de um modelo ruralista atávico, teria sido necessária para reforçar um aparelho de controlo ultraconservador capaz de congelar e abranger as inspirações individuais de emancipação social? Torna-se claro o potencial ativista⁶⁰⁰ que esta organização podia

Côrpo Directivo da A.E.V. c) Finda a dita sessão, manifestação de tódos os filiados percorrendo algumas ruas principais de Lisboa com archotes em homenagem do Govêrno. Tenho duas formas de realizar esta manifestação: 1ª) – Com os filiados de Lisboa em número aproximado a 1000; 2ª) – Com o auxilio de mais uns 500 filiados da Província o que daria o número aproximado de uns 1500 vanguardistas. António Eça de Queiroz».

⁶⁰⁰ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 117. “500 filiados na Acção Escolar Vanguarda, atravessaram na passada sexta-feira as ruas principais de Lisboa, em formatura militar.

Pela primeira vez apareceram em público os camisas verde – negras e os bivaques pretos, que 500 estudantes envergaram com aprumo e galhardia.

Não foi preciso dizer aos vanguardistas quais as responsabilidades que pesam sobre todo aquê que enverga um uniforme. Parece que logo pela primeira vez que o vestiram, se compenetraram que precisavam de honrá-lo, de impô-lo por meio dum porte irrepreensível e decididamente moço.

A marcha correcta que executou, o seu aprumo garboso, a certeza forte dos seus passos provou perfeitamente que os rapazes tinham consciência dessas responsabilidades.

Por isso deram à capital portuguesa um espectáculo de disciplina e de força que impôs de começo as camisas verde – negras.

Às camisas verde – negras, uniforme austero que exige aprumo, intrepidez e carácter, é dedicado este décimo primeiro panfleto.

Elas vão abrir na vida política portuguesa uma nova estrada, de conciliação e de fé, direita aos objectivos distantes da revolução nacional, latente em todos os corações dos que legitimamente representam o espírito imorredouro da grei.

Por isso impõe deveres. Impõe a adesão ardente a uma disciplina de restauração nacional”.

expressar, na capacidade concreta de mobilização juvenil, bem como no dirigir e no endereçar das escolhas ideológicas de uma ditadura que, em 1934, ainda procurava uma estabilização bem definida. Não é por acaso que a mobilização que animava a milícia vanguardista foi considerada, mais de uma vez, excessivamente exuberante⁶⁰¹. Os episódios que distinguem a militância vanguardista são os de uma força nova de cariz totalitarista, que não tem medo de desafiar a ordem constituída, nem mesmo perante os representantes das Forças Armadas⁶⁰². Podemos considerar a limitação imposta por

⁶⁰¹ *Idem*, p. 46. “Somos pela luta e contra a vida cómoda – como disse o nosso mestre Mussolini só a acção retempera as almas e dignifica o homem, seguindo este princípio os jovens vanguardistas retemperavam-se frequentemente na pancadaria, saindo, não amiudadas vezes, retemperados da refrega, o que não deixava de causar perturbações internas. Os apelos à disciplina e contra os excessos são frequentes, com este título um artigo de Galamba de Oliveira, dirigente da organização, apontava no **Avante!**: não é à pancada que se conseguem adeptos. A força, a violência mesmo, são muito boas para último medicamento e só em último recurso devem ser empregues, valendo mais meia dúzia de vanguardistas cômnicos dos seus deveres e dispostos a todos os sacrifícios pelo ideal, do que muitos mais indisciplinados”.

⁶⁰² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D, 14 de Maio de 1934 «Cópia duma exposição apresentada pelo 2º sargento – artífice, Manuel das Dôres. Para os devidos efeitos venho expor a V.Exª o seguinte: No dia 12 do corrente, às 23 horas, quando saía do edifício da Escola Industrial de Machado de Castro, onde frequento um curso nocturno, encontrava-se junto a esta Escola um grande grupo de rapazes alguns dos quais envergavam camisas verdes, donde saíam constantes vivas e môrras, constando-me que pertenciam à Acção Escolar Vanguarda. Mal cruzei os portaes, um dêle entregou-me um prospecto que guardei, seguindo o meu destino, à pressa para alcançar um colega que já ia um pouco adiantado, atravessando o grupo, donde um outro me oferecia mais um prospecto, que não aceitei dizendo-lhe que já tinha. Como ele insistisse repeti o mesmo, acrescentando: Também sou um defensor da situação. Ao mesmo tempo que isto se passava, ouvi dizer em voz alta: - fora... môrra...êsse também pertence a mesma seita, ao que observei: a mesma seita não!... Venho com traje civil mas sou militar, sargento do Exercito, e procurei mostrar a minha identidade. Acto continuo aproximou-se de mim um sujeito, forte, dizer: isso não é suficiente, e se é sargento então ainda pior, agredindo-me com dois sôcos, tendo-me tombado de encontro a um gradeamento pelo que me senti magoado. E reparando que se aproximavam alguns do grupo para auxiliarem o que tinha batido, procurei defender-me levando a mão à algibeira para fazer uso de uma pistola, cuja licença me foi concedida, mas de repente caíram todos sobre mim, agarrando-me, desarmando-me e tirando-me mais alguns objectos, que tinha em meu poder, continuando a ser agredido a sôco, até que apareceu um do grupo, aluno da referida Escola, que me reconheceu e disse: deixam-no, porque esse conheço eu, é sargento de Metralhadoras, ao que ouvi outro dizer em seguida: áh!... é sargento!... então lá vai um por minha conta, tendo sofrido mais dois socos. Então deixaram-me, a pedido dos que me reconheceram, continuando a gritaria, enquanto eu procurava os objectos que faltavam, os quais me foram entregues, à excepção da pistola que estava em poder de um deles, o qual se recusou a entregar-me. Em face disto procurei o chefe daquele grupo fazendo-lhe sentir o que se passava, pedindo-lhe que me entregasse a arma, da qual possuía respectiva licença, pretendendo-lhe mostrar. Respondendo-me que não ma entregava e que estava em poder de uma autoridade. Então exigi que justificasse quem era, para me acompanhar até junto de quem de direito, a-fim-de ser resolvido o caso. – Que não eram precisas justificações, bastando a divisa que possuía, agredindo-me também a sôco e à bofetada, empurrando-me, dizendo que nada mais precisava de mim. Insisti, pedindo que me atendessem, pelo menos como militar, ao que muitos responderam: isso aqui não vale nada, continuando a levar sôcos empurrões até que saí daquela massa enorme, sendo acompanhado a alguns metros de distancia, e ao mesmo tempo apontado, com vivas e môrras, chamando-me comunista, bandido, etc.».

Salazar à Acção Escolar Vanguarda, já no fim de 1934, como necessária ao evitar daquela conotação totalitarista que o Estado Novo podia adquirir devido à pressão de uma milícia violenta⁶⁰³, que esta organização estava exercitando no seio da sociedade estado-novista⁶⁰⁴. Não admira, portanto, a rápida dissolução da Acção Escolar Vanguarda, que poderia ter sido substituída com maior eficácia pela Mocidade Portuguesa, por via de um controlo ideológico menos irrequieto que, partindo também do sistema educacional escolar, teria legitimado os valores nacionalistas de orgulho patriótico. Assim, Salazar, sem renunciar ao adestramento físico e moral dos jovens, não teria exposto a sociedade portuguesa ao perigo de uma violenta repressão territorial, causada por uma força fascista no começo da sua ascensão. Por isso antes de introduzir oficialmente a Mocidade Portuguesa, a Acção Escolar Vanguarda já tinha perdido, há algum tempo, aquela força mobilizadora juvenil que a tinha distinguido no ano da sua criação⁶⁰⁵. Uma vez esgotada a ação de absorção daquela juventude ideologicamente próxima à direita radical portuguesa subtraída ao Nacional-Sindicalismo, não era mais necessário suportar uma organização que teria podido assumir os conotados e as dimensões de um grande partido nacional ético-totalitarista, como tinha acontecido na Itália fascista e na Alemanha nazis. O autoritarismo salazarista precisava acionar os mecanismos de controlo social mais eficazes de um ponto de vista institucional, por isso sendo a Acção Escolar Vanguarda pronta para a ação militante de inspiração fascista, em vez de se tornar útil ao projeto de estabilização do Estado Novo, poderia ter sido portadora de uma perigosa desordem, difícil de gerir em vista de uma união de interesses comuns entre as várias almas do regime, sobretudo, no caso de ameaça, vinda da eventual criação de um *soviets* ibérico⁶⁰⁶ que, além de ameaçar a integridade do

⁶⁰³ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 125. “A maior parte dos Vanguardistas têm muitas ideias falsas àcerca da A.E.V. Para ser um bom Vanguardista não é necessário passar os dias na sede a pavonear-se da pancadaria em que tomou parte”.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 119. “É vulgar a luta no liceu Rodrigues de Freitas, entre estudantes Vanguardistas e Comunistas. Questões entre estudantes liquidadas a murro limpo e de que se têm saído bem os valorosos rapazes de Vanguarda. Tem o mérito até, de ser excelente escola de energia”.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p. 69. “No caminho que quisemos trilhar, muitas e muitas decepções temos encontrado (...) centenas de rapazes a quem tinham prometido uma vitória fácil, retrocederam perante a indiferença daqueles que julgavam os seus melhores amigos. Assim se queixava com amargura um jovem Vanguardista em Janeiro de 1936. Há um ano que a A.E.V. vejetava à espera das decisões do poder”.

⁶⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros-9I, 2 de Agosto de 1936, «Declaração de Portugal as outras nações. A razão principal é a de que o poder em Madrid só nominalmente pertence ao governo legal e está de facto nas mãos do comunismo, o qual tem no seu programa a anexão de Portugal para a constituição dos soviets ibéricos. Governa, pois, em Madrid uma força político-militar, cuja finalidade de imediata é o esmagamento do

governo ditatorial, poderia trazer, também, uma guerra civil em Portugal. De facto o extremismo de matriz fascista, sobre o qual a Acção Escolar Vanguarda baseava a sua ideologia, não podia ser útil a uma acção nacionalista, conservadora de estabilização da sociedade estado-novista. O que era necessário salvar eram, aquele espírito integralista originário, que já o *Avante!* reivindicava, por meio do qual a Acção Escolar Vanguarda nada tinha de invejar ao fascismo e aquela matriz anti-partidária, que deveria guiar os pressupostos de uma sociedade Nova livre do interesse individual e do facciosismo de parte. Por isso a aventura da Acção Escolar Vanguarda no Estado Novo parece tão intensa quanto efémera, ou seja, parece um mini experimento totalitário, que Salazar controla agilmente, porque de pequena dimensão e habilmente, por meio da moldura escolar que dá a esta organização. É interessante notar como os esforços “inovadores” da Acção Escolar Vanguarda estejam já destinados, de começo, a confluírem e serem controlados por uma estrutura, maior e mais heterogénea como a da União Nacional, criada oficialmente como movimento cívico nascido «para destruir o espírito de partido ou de facção, esteja ele onde estiver»⁶⁰⁷. Numerosos são os comícios onde participam contemporaneamente, os militantes da Acção Escolar Vanguarda e da União Nacional e muitas são as delegações provinciais da União Nacional onde se encontram também delegações da Acção Escolar Vanguarda⁶⁰⁸. Esta situação parece confirmar o elemento mitigador, em que os propósitos revolucionários de um mini partido fascista, como o da Acção Escolar Vanguarda, são sossegados por um processo de desmobilização política que, com a União Nacional, se quer instaurar transversalmente na sociedade estado-novista⁶⁰⁹. A proximidade “física” destas duas entidades provoca uma transição política organizativa em moldura moderadora, sob a qual os jovens militantes de uma direita radical portuguesa inspirada no fascismo devem abrigar-se involuntariamente, sob o papel sentinela que desenvolve a União Nacional. Já em 1932, Salazar, após ter deixado

exercito nacional espanhol, e cuja finalidade segunda é a guerra revolucionaria para a absorção de Portugal. Está, pois, Portugal constituindo em estado de legítima defeza em estado de perigo eminente para a sua independência. Deve ser-lhe reconhecido, pois, todo o direito de adoptar, com a necessária urgência que é muito grande, as medidas de defeza indispensáveis».

⁶⁰⁷ MESQUITA, António Pedro, 2007, *Salazar na história política do seu tempo*, Lisboa, Editorial Caminho, p. 76.

⁶⁰⁸ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 32. “Algumas referências desta unidade A.E.V./U.N. (que vão desde a participação conjunta em comícios ao compartilhar da habitação, muitas sedes de províncias da A.E.V. funcionam em locais da U.N.)”.

⁶⁰⁹ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 220. “Poder-se-ia mesmo arriscar que, se no fascismo italiano o governo controla e dirige a mobilização do partido, a UN foi, ela própria, uma agência estatal de *integração* das elites locais e, ao mesmo tempo, de *desmobilização* política em sentido lato”.

cinco entrevistas a António Ferro, não hesita em dizer, embora evidenciando a afinidade com o fascismo, as grandes diferenças peculiares que o Estado Novo deve manter com o regime de Mussolini⁶¹⁰. Mas não é só isso a limitar definitivamente as aspirações políticas de uma organização já nascida moribunda⁶¹¹. De um ponto de vista constitutivo Salazar diz propor uma ditadura apolítica, resultado, segundo ele, necessário, após o colapso partidário, que caracterizou a I República Portuguesa; trata-se de uma situação muito longe daquela levantada pela Acção Escolar Vanguarda que, no absolutismo político de um Estado ético, guiado por um Chefe mobilizador e apoiado por um partido fortemente autoritário e militarista⁶¹², procura as bases de apoio para o desenvolvimento de uma Nova Revolução Nacional. Provavelmente era o aspeto político contraditório que mais preocupava Salazar, não obstante a admiração pelo fascismo e pelo *duce*, a Acção Escolar Vanguarda reivindicava um aspeto primordial nacionalista que, através do integralismo de António Sardinha⁶¹³, pela sua originalidade nada tinha a invejar ao modelo fascista. É possível que na Acção Escolar Vanguarda, o nacionalismo integralista procurasse a dinamização da componente fascista, para exprimir os princípios de transformação estrutural da sociedade portuguesa que,

⁶¹⁰ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, pp. 49-50. “A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos. Mussolini, como se sabe, é um admirável oportunista da acção: ora marcha para a direita, ora marcha para esquerda; combate a Igreja, mas, pouco depois, é ele próprio que faz o tratado de Latrão para mandar encerrar, meses passados, as associações católicas. Sentimo-lo constantemente, entre o escol que ele soube formar, que o serve com tanta inteligência, e a rua, a que é forçado a agradar, de quando em quando. Não nos esqueçamos de que Mussolini é um italiano descendente dos *condottieri* da Idade Média, e não esqueçamos, igualmente, as suas origens, a sua formação socialista, quase comunista. O seu caso é, portanto, um caso admirável, único, mas um caso nacional. Ele próprio o disse: *O Fascismo é um produto típico italiano como o Bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem.* O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora”.

⁶¹¹ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 255. “O I Congresso da UN marcou a monopolização do espaço político pelo partido de Salazar, legitimando a dissolução do N/S ou de qualquer tentativa de institucionalização de uma componente fascista no seio do *Estado Novo* em formação”.

⁶¹² *Ibidem*, p. 254. “A AEV foi também vítima de remoques que antecipavam já a sua neutralização. Lopes Mateus, fundador da UN e seu principal organizador, diria que esta deveria evitar *exibicionismos ridículos que rebaixem e provocações que irrite*, e rejeitou as milícias armadas, que *o exército não veria com bons olhos*”.

⁶¹³ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 62. “Num artigo sobre a *Ditadura italiana*, afirma-se no **Avante!**: *É preciso repeti-lo, já muito antes de Mussolini nós Portugueses tínhamos uma doutrina nacionalista completa, a que o espírito brilhante de António Sardinha concedeu o melhor da sua actividade*”.

basicamente, deveriam ficar ideologicamente inspirados no integralismo lusitano? Mas, neste caso também, Salazar dificilmente teria podido favorecer os propósitos de realização de um movimento que, embora tivesse nascido para perturbar o sucesso político do Nacional-Sindicalismo, tal como este, era baseado nos valores de um nacionalismo integralista que, na doutrina do fascismo, encontrava o motor mobilizador. Já no primeiro ano da sua atividade, o Presidente Carmona, no Diário de Notícias, convidava implicitamente a Acção Escolar Vanguarda, a moderar e limitar os excessos do vanguardismo militante⁶¹⁴. Uma atitude mobilizadora que, desde o começo e antes do nascimento da Acção Escolar Vanguarda, Salazar já tinha condenado, nos finais de 1932, numa entrevista com António Ferro, na qual declarava a necessidade de adequar aos portugueses medidas mais brandas, não concordando em atuar em Portugal com base nos métodos bastante violentos utilizados por Mussolini em Itália⁶¹⁵. Não admira, pois, que já antes da criação da Acção Escolar Vanguarda, com o ministro da Instrução Pública Cordeiro Ramos, em 1933, tenham sido delineados os princípios de base da Liga da Mocidade Portuguesa, aos quais cada jovem português deveria conformar-se⁶¹⁶. Princípios em aberta contradição com os mobilizadores dos movimentos vanguardista, que na sociedade estado-novista queria criar uma Nova Ordem capaz de esmagar o conjunto de poderes ocultos e das ideologias contrárias à doutrina do fascismo⁶¹⁷. Isso

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 48. “De qualquer modo, ainda em 34, o Presidente Carmona declarava a propósito deste ao **D.N.**: *como se trata de uma força juvenil, de natural e saudável exagero, é necessário carrilá-la e não a deixar cair em excessos que poderiam falsear o seu papel*”.

⁶¹⁵ MEDINA, João, 1978, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo a história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 88. “Daí esta sua confissão: *Concordo com Mussolini...em Itália, mas não posso concordar em Portugal. A violência pode ter vantagens, efectivamente (...), mas não é na nossa raça nem com os nossos hábitos. Em Portugal não há homens sistematicamente violentos*”.

⁶¹⁶ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 73. “No Ministério da Instrução já há muito se pensa na organização da juventude, onde diversos projectos se fizeram desde 1933, na vigência de Gustavo Cordeiro Ramos. Ainda nesse ano acompanhando o lançamento do estatuto do trabalho nacional, projecta-se a **Liga da Mocidade Portuguesa** que tem como objectivos: 1 – *desenvolver e fortalecer em todos os seus membros:*

- a) *O amor da pátria e das suas tradições, glórias e destinos históricos;*
- b) *O ideal agrícola, marítimo e colonial português;*
- c) *O princípio da família, autoridade, ordem e propriedade”.*

⁶¹⁷ *Idem*, pp. 31-32. “(Somos (...), o grão de areia (...) que tem em si dureza bastante para fazer parar os movimentos das engrenagens em cujas rodas se inscrevem as palavras fatídicas da nossa idade – Maçonaria, Democracia, Comunismo (...), o grão de areia provem afinal, de uma vontade robusta que aderiu a uma doutrina. É feito de força de vontade e de mística, é aquele potencial de energia que mobiliza as massas inertes, e, por um milagre, as converte em forças irresistíveis (...). Sejamos duros, cesáricamente duros (...) Organizemo-nos, cada vez melhor, alarguemos as nossas fileiras por uma propaganda cada vez mais intensa, militarizemo-nos, elevemos à pujança completa a seiva da juventude que em nós estua!.

levaria a pensar que o movimento da Acção Escolar Vanguarda nasce ideologicamente preso e que desde o começo, logo na origem da sua criação, existe, *a priori*, um projeto destinado à juventude portuguesa, que se concretiza com a instituição da Mocidade Portuguesa em 1936. Organização esta que, maioritariamente, cumpre as intenções do Estado Novo relativamente à educação da juventude, enaltecendo, como por exemplo, o amor pela pátria e pelas tradições, a exaltação de um ruralismo a redescobrir e saborear de novo e o gosto por um passado histórico glorioso que, na ordem de um autoritarismo baseado na célula familiar, pudesse plasmar um corporativismo *ad hoc* na sociedade portuguesa⁶¹⁸. Tudo isso requer a perpetuação de um arcaísmo social⁶¹⁹, no qual o destino do movimento vanguardista, além de ter vida breve, está condenado a fracassar de partida. Num contexto ainda por estabilizar, como o da sociedade estado-novista, consolidar o projeto da Mocidade Portuguesa mantendo, simultaneamente, em vida a Acção Escolar Vanguarda, teria significado criar um dualismo juvenil que, a partir do contexto escolar, poderia insinuar-se perigosamente na sociedade estado-novista. É óbvio que a Mocidade Portuguesa podia garantir melhor a formação de uma elite conservadora que, na cidade, poderia “tutelar” Portugal face a um “perigo” de modernização económica e social, inimigo daquela manipulação caciquista que, nas áreas camponesas, podia controlar os critérios de corporativismo desmobilizador, que Salazar conseguia lacrar no seu regime, por meio do auxílio da União Nacional, um partido fortemente burocrático e paralisador⁶²⁰. O papel da Mocidade Portuguesa é, portanto, o de abraçar os esforços nacionalistas patrióticos, por meio de uma organização escolar que, porem, não se preocupa de revolucionar o substrato institucional de uma sociedade considerada corrupta, por causa dos alegados poderes ocultos e do facciosismo partidário danoso pelo bem comum. Mas é na preservação da

AVANTE!

Assim se exprime o **Avante!**, em pleno ascenso do mov. Vanguardista, nos princípios de 1934”.

⁶¹⁸ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 29. “A MP surgia, como referiria Baltazar Rebelo de Sousa *como resposta à crise da Família, da escola, à crise religiosa, à crise das comunidades nacionais*”.

⁶¹⁹ ROSAS, Fernando, 2003, *Op. Cit.*, p. 77. “Por outro lado, o subdesenvolvimento económico. A subindustrialização e o arcaísmo social produzem outros efeitos com relevância no bloqueio da mudança política e económica”.

⁶²⁰ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 196. “*Por que não se dota a UN de uma estrutura mais máscula (...), mais fascista, uma organização mais capilar para a transformar num verdadeiro partido de massas, vivo e activo? Um partido, como uma Igreja – lembrava Papini – tem necessidade de reunir os fiéis em cerimónias, ritos, reuniões. Não basta a difusão de opúsculos (que aliás é feita mais no estrangeiro do que em Portugal), especialmente quando os analfabetos abundam. Esta era a pergunta mais interessante (para nós fascistas), mas o delegado italiano queixava-se de que apenas lhe eram dadas respostas cheias de reticências*”.

sociedade mesma, que consegue reconhecer aquele espírito patriótico comum, para criar os pressupostos culturais úteis para inculcar aquele sentimento de colaboração coletiva que, partindo do contexto rural, idealizado pela escola, permite de propor à cidade os valores que contribuem para o enaltecimento das virtudes de um Homem Novo Português. Para este caso, não é entendido necessário acionar uma mobilização militante, tal como fazia a Acção Escolar Vanguarda, mas antes, uma mobilização que deve acontecer partindo de uma perspectiva cultural, para fazer nascer um sentimento de pertença cívica⁶²¹ que, na cisão⁶²²/fusão⁶²³ interna entre Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, conseguia encontrar o seu completamento ideológico⁶²⁴. Nesta situação, o aspeto militante de cariz fascista, que tinha distinguido ativamente a Acção Escolar Vanguarda, deixava lugar a uma mobilização cultural que, por meio de acontecimentos simbólicos, não tinha a necessidade de se renovar quotidianamente, mas bastavam manifestações esporádicas carregadas de sentido patriótico para ficarem indeléveis no património coletivo da sociedade portuguesa⁶²⁵.

⁶²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D, «V. Exa. Senhor Presidente do Conselho dotado de uma rápida assimilação intelectual, de rara inteligência, possuidor de uma percepção extraordinária e profunda, animado por um idealismo sublime; que está conduzindo Portugal à sua Renascença, como condestável indómito, não permitirá que a “Mocidade Portuguesa” continue a ser uma massa sem Fé, sem Amor Pátrio, sem educação moral, anémica e definida, dissoluta. Antes desejará vel-a ardorosamente patriota, nacionalista, crente, cumpridora dos seus deveres cívicos, cheia de fé no seu condestável educada, forte – fisicamente e moralmente –, ordeira, uma Raça Nova, renascida e revigorada. A bem da Nação, Raul Xavier de Fonseca, Porto 29 de Novembro de 1936».

⁶²² PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 201. “Não se sabe se foi discutida no seio do MEN, da MP e/ou da OMEN a possibilidade de integrar a juventude feminina numa única MP, à semelhança da inserção, em 1936, da organização juvenil feminina alemã – BDM – na HJ, estatizada e de filiação obrigatória a partir de 1 de Janeiro desse ano. O certo é que, não tendo nascido *no calor da luta* como o agrupamento feminino falangista espanhol, cuja autonomia e cujo poder foram gradualmente conquistados por Pilar Primo de Rivera, ou como as organizações fascista e nacional-socialista, que perderam progressivamente a sua independência sendo colocadas sob direcção dos dirigentes do partido ou do Estado, a MPF teve desde o início autonomia e uma direcção própria feminina”.

⁶²³ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 58. “A *revolução mental*, a criação do *Homem Novo*, envolve a formação de um novo homem e de uma nova mulher. Um e outro completam-se na diferenciação dos seus papeis, baseada em conceitos de essencialismo biológico, fundamento da cultura e da ordem política do Estado Novo. Não basta, pois, formar, nacionalista, moral e religiosamente os rapazes. O mesmo se impõe para as raparigas. Esta urgência será preenchida pela criação da MPF a 8 de Dezembro de 1937”.

⁶²⁴ *Ibidem*, pp. 58-59. “Sem ambiguidades susceptíveis de minar a especificidade de funções. Antes promovendo culturalmente as fronteiras determinadas pela natureza. A diferença entendida não como discriminação mas como complementaridade no mesmo glorioso destino pátrio”.

⁶²⁵ MELO, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, pp. 289-290. “O regresso das marchas deveu-se às *comemorações centenárias* (da independência e da restauração nacionais), em 1940, uma vez que a sua inclusão no programa oficial era considerada útil para atrair mais visitantes, turistas em especial. Assim, o desfile das marchas voltou a realizar-se na Avenida da Liberdade, enquanto o concurso decorreu em Belém, no espaço da Exposição do Mundo Português. As marchas lisboetas tiveram então oportunidade de

Enquanto que a juventude da Acção Escolar Vanguarda reivindicava uma origem lusitana que se mobilizava por meio da contribuição fascista, a juventude da Mocidade Portuguesa reforçava o conceito de lusitanismo sem, contudo, correr o risco de ser patrioticamente equivocada nas manifestações em que se via envolvida, ou seja, exibia um nacionalismo genuinamente português que fundava as suas raízes na sólida e verdadeira tradição patriótica⁶²⁶. Além disso, pode individuar-se em muitos artigos divulgados pelo jornal *Avante!*, o cariz de matriz lusitana associado à fascização da sociedade estado-novista⁶²⁷. É fácil perceber como, Salazar, nunca teria deixado a Acção Escolar Vanguarda, em Portugal, alcançar as dimensões do partido fascista na Itália ou do nazi na Alemanha, onde a contraposição dos interesses da direita radical portuguesa ameaçava o processo de homogeneização autoritária defendido no projeto salazarista do Estado Novo. De facto o sentimento nacionalista tão caro a Salazar, que desejava o reaportuguesamento da sociedade⁶²⁸, pouco tinha a ver com as aspirações de

mostrar as suas potencialidades no terreno das *Aldeias Portuguesas*, provocando um efeito de *miscigenação* de culturas populares distantes, a rural e a urbana. Uma das manifestações culturais mais reconhecidas de cultura popular urbana era inserida num meio cultural distinto, elucidando exemplarmente o núcleo duro da concepção ideológica do regime para a cultura popular: ruralismo, tradicionalismo, historicismo”.

⁶²⁶ Excertos do discurso que Carneiro Pacheco proferiu, em 24 de Maio de 1936, na Sociedade de Geografia, em Lisboa, intitulado *A formação da Mocidade e a defesa da Pátria*, em ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 132. “Consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militante; disciplina militar, activa confiança nos destinos de Portugal só poderão vincar-se bem na juventude pela vida de uma organização em que ele caiba até aos mais longínquos confins do Império e que, em todos os seus graus e no espírito, seja só portuguesa.

Por isso se instituiu a organização nacional denominada *Mocidade Portuguesa*, que, no dizer da própria lei, *abrangerá toda a juventude, escolar ou não, e se destina a estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar*”.

⁶²⁷ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 60. “Querendo-se autónoma e independente do aparelho de estado, voluntária e militante, é natural que alguns princípios vanguardistas se apresentem próximos do modelo alemão e italiano que representa naturalmente o exemplo positivo. É nesta perspectiva que encontramos alguns pontos, no campo ideológico que, como diria Raul Proença a propósito do integralismo, pagaram na alfândega direitos de importação”.

⁶²⁸ MELO, Daniel, *Op. Cit.*, pp. 36-37. “Salazar consignara (em 1938) a materialização da *arquitectura característica* de cada uma das 21 províncias do império português. Providenciara ainda a elaboração de livros específicos atinentes aos *monumentos de Portugal* e à *casa portuguesa*. A orientação consagrada consistia numa peculiar associação de nacionalismo, historicismo e tradicionalismo, promovida como o regresso à tradição sob o mote do *reaportuguesamento* da capacidade realizadora, mas assente na mera recriação simbólico-formal:

Para os produtores da arquitectura modernista, a Exposição do Mundo Português foi um primeiro campo de outras experiências. E até pelo menos ao final da década de quarenta, o conceito de tradição, sinónimo de *reaportuguesamento*, instalou-se em todos os *ateliers* do país [...] o conceito só teria operacionalidade no plano formal: a revivência do passado resumir-se-ia à familiaridade, a uma nova utilização de elementos ou sinais do património construído que estivessem investidos de um valor simbólico reconhecido socialmente”.

uma organização que, na consolidação do carácter fascista, tinha procurado refundar, por meio de uma Nova Ordem, uma Sociedade Nova, que era capaz de ameaçar os valores de cariz conservador, que valorizavam a herança tradicionalista de um Portugal arcaico a ser preservado, para evitar a desagregação de um país que, antes da chegada do Estado Novo, tinha vivido momentos de profunda crise financeira e institucional. Este aspeto nacionalista conservador adaptava-se melhor aos princípios autoritários que se podiam encontrar em expressões como: «Deus, Pátria e Família». O autoritarismo nacional, no qual teria sido justificada a criação da Mocidade Portuguesa, teria prevalecido sobre aquele conceito de fascismo compartilhado por mais nações, que superava as barreiras nacionais, para propor uma Nova Ordem, que animava as ambições políticas da Acção Escolar Vanguarda. Era necessário proteger o património exclusivista de uma nação, representada através do mito da unicidade “racial”, que além de singular, possuía também uma responsabilidade histórica que lhe impunha a salvaguarda do seu império colonial, sobretudo em vista das Comemorações dos Centenários⁶²⁹. Também, pela preservação do património colonial, podemos notar como a Mocidade Portuguesa garantia melhor aquela união espiritual⁶³⁰ entre povos de raças diferentes, funcional à unidade do Império Português⁶³¹. Por isso, é fácil prever que, uma vez esgotada a ação perturbadora no seio da direita radical portuguesa, o destino da

⁶²⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Públicas Relações-2, 2 de Dezembro de 1940, «Encerramento das Comemorações dos Centenários. Esta esperança confio-a nesta hora ao favor da Providência e ao trabalho e dedicação cívica de todos os portugueses como melhor e mais proveitoso frutos das festas centenárias que acabamos de realizar. Desde o mais extremo Oriente às Américas e destas à generalidade das Nações europeias, apesar dos trágicos momentos que em quase todos, se viviam, por toda a parte se versaram largamente em obras de profunda investigação ou com intuito simplesmente vulgarizados, assuntos ligados à projecção mundial do nosso peso e da sua História, sempre com simpatia e a mais larga compreensão por um esforço que enche séculos e beneficiou o Mundo. Em muitos países a colónia portuguesa ao celebrar de longe as glórias pátrias viu-se cercada do carinho das autoridades e das mais altas figuras locais que assim aumentaram o brilho e solenidade daquelas festas».

⁶³⁰ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 35. “Em Fevereiro de 1939, a MP é criada nas colónias segundo os princípios que a regem na metrópole. Eis o artigo 1.º do Decreto nº. 29 543, que estabelece os seus fins: *À Mocidade Portuguesa das colónias de origem europeia, e à juventude indígena assimilada será dada uma organização nacional e pré-militar que estimule a sua devoção à Pátria, o desenvolvimento integral da sua capacidade física e a formação de carácter que, inculcando-lhes o sentimento da ordem, o gosto pela disciplina e o culto do dever militar se coloque em condições de concorrer eficazmente para a defesa da nação.* Os uniformes, distintivos e a saudação seriam os mesmos em uso na metrópole”.

⁶³¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-42 «Lusitania: Agência Noticiosa da Imprensa Portuguesa. Relatório do Ano de 1956 (Ano XII). O valor desta missão foi lapidariamente expressa pelo sr. prof. dr. Marcelo Caetano, então Ministro das Colónias, ao afirmar na sessão que solenemente inaugurou a nossa agência em 31 de Dezembro de 1944: “sem conhecimento não pode haver compreensão, sem compreensão não é possível a profunda comunhão espiritual em que, na nossa concepção de sempre, consiste afinal a unidade de império”».

Acção Escolar Vanguarda estivesse já traçado; não esquecemos também que, de um ponto de vista sócio-económico, o Estado Novo tinha optado por um sistema corporativo cristão que, também neste caso, estava mais representado pela Mocidade Portuguesa, sobretudo entre as filas da Mocidade Portuguesa Feminina, que desde a sua criação previa um papel importante para a educação cristã tradicional no país⁶³², como componente determinante das suas prerrogativas ideológicas, conforme o artigo 43.º da Constituição Corporativa. Situação pouco evidente entre as filas da Acção Escolar Vanguarda, que excetuando aquele componente integralista que intrinsecamente contém aquele aspeto religioso católico, muito valorizado por António Sardinha⁶³³, pouco ou nada o explicita durante as manifestações milicianas ou nos artigos do seu jornal ou nos preceitos destinados aos jovens vanguardistas⁶³⁴, à exceção do ponto IX, onde porem, mais do que enfatizar o aspeto religioso, se nomeia Deus para remarcar e exaltar a mística providencial do Chefe Salazar.

5.2 Legião e Mocidade Portuguesa

Após ter sido dado fim ao movimento Nacional-Sindicalista, declarado ilegal em Julho de 1934⁶³⁵, pode dizer-se que, simultaneamente, a Acção Escolar Vanguarda é

⁶³² *Ibidem*, p. 142. “Regulamento da MPF – Art. 2º. – A educação moral será a educação cristã tradicional no País, nos termos do § 3.º do artigo 43.º da Constituição Política, em cooperação com a família e os agentes do ensino, tanto oficial como particular”.

⁶³³ DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, 2006, *António Sardinha 1887-1925*, Lisboa, ICS, p. 18. “O poeta de Monforte, a partir de 1911, paulatinamente se deixa seduzir pela fecundidades estéticas que diz encontrar no cristianismo em geral, e nos rituais e tradições do catolicismo em particular, iniciando assim um processo que culminará em 1912 com uma autêntica reconversão e fé católica da infância. O itinerário espiritual que assim se perfila, [...], coincide com a sua própria viragem política norteada, a partir também de meados de 1912, por um claro desejo de regresso à *ordem e à autoridade*”.

⁶³⁴ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 116. “**Preceito do vanguardista** I – Só ama verdadeiramente a sua Pátria quem se dispõe a dar a vida por ela. II – A tua Pátria tem províncias em quatro continentes do Mundo. III – A indisciplina de poucos aniquila a força de muitos. Na disciplina reside o segredo da vitória. IV – Estuda com prazer. Diverte-te com alegria. Sê animoso no sofrimento. V – Obedece aos teus chefes para que amanhã saibas mandar. VI – Na adversidade a maior glória é ter a consciência satisfeita com o dever cumprido. VII – Trabalha com paixão. Luta com lealdade. Vence com honra. VIII – Os nossos Mortos comandam-nos. Honra a tua mocidade seguindo o exemplo que eles te deixaram. IX – Salazar é o Português providencial que Deus nos enviou para maior glória do seu destino. X – O Chefe nunca se engana. Segue-o. XI – Todos os dias lembra-te que a tua Pátria conta contigo para maior glória do seu destino. XII – Devagar mas sempre. Constrói para o futuro, sem impaciências e sem desânimos. XIII – Sê forte, honesto e justiceiro. XIV – Vive a Mocidade de acordo com a doutrina que exprime o teu ideal”.

⁶³⁵ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 264. “A 29 de Julho, em nota oficiosa, Salazar anunciou formalmente ao país a dissolução/ilegalização do N/S”.

conduzida ao ápice do consenso⁶³⁶, de facto, muitos dos jovens, que não frequentavam a escola pediam, junto das sedes do movimento vanguardista, para serem criadas secções extra-escolares⁶³⁷. Mas, logo depois, em Outubro do mesmo ano, pode dizer-se também que o movimento vanguardista já tinha perdido aquele cariz militante que o caracterizava no meio das manifestações públicas que constantemente organizava⁶³⁸. Embora tivesse sido extinta em 1936, para dar espaço à nascente Mocidade Portuguesa, mais concretamente, no fim de 1934, as ambições da Acção Escolar Vanguarda eram já menores, por causa de uma prática militar gradualmente em diminuição⁶³⁹. Uma vez oficialmente extintas as forças Nacional-Sindicalista no panorama estado-novista, parece que a missão da Acção Escolar Vanguarda se esgotou completamente. Não esqueçamos que a milícia dos jovens vanguardistas, que representava uma direita radical portuguesa de inspiração fascista, era suportada pelas declarações oficiais do jornal *Avante!*, nas quais, mais de uma vez, foi vincada a estranheza da relação estrutural do vanguardismo com a causa fascista, vendo no integralismo de António

⁶³⁶ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 47. “Em Julho 34, fim do ando escolar, a A.E.V. parecia estar para durar. Possuía bastantes militantes nas escolas, uma estrutura central, um órgão de imprensa regular, instrução militar etc. Além disso, e bastante mais importante, era activamente apoiada pelo poder, não só material e politicamente (via S.P.N.) como também nos comícios e manifestações. Inauguravam-se secções com a presença de notáveis da U.N., a imprensa afecta ao regime dava-lhe grande relevo... enfim, prometia ter futuro”.

⁶³⁷ *Ibidem*. “Em Março de 34 o **Avante!** Fazia o balanço: – *quatro meses passaram já sobre a primeira reunião do bravo grupo de escolares donde saíram os delineamentos do movimento vanguardista das escolas (...). Está vencida, com honra, com galhardia, a 1.ª etapa do mov. vanguardista. Em todas as escolas de Lisboa funcionam células. A mocidade extra escolar dirige-se-nos constantemente, pedindo para ingressar nos nossos quadros, e sugerindo a maneira de criarmos uma secção para todos os rapazes que não sejam estudantes. Lá iremos rapazes! (...). Por enquanto é preciso alargar a nossa organização às terras de província, onde haja uma escola. Se a A.E.V. já pode ufar-se da acção que tem desenvolvido no país, não pode de forma alguma considerar-se satisfeita!”.*

⁶³⁸ *Ibidem*, p. 49. “Nos princípios do ano lectivo seguinte, em Outubro de 34, o sucessivo esvaziar e a apatia crescente na base da organização torna-se patente: a sua presença na rua apaga-se, o **Avante!** denota a quebra. A pesar de haver uma tentativa de reorganização em princípios de 35, o aparelho de estado parece esperar, bloqueando os projectos na burocracia, passando a A.E.V. a uma posição de expectativa em relação a ele. Estão votados ao abandono”.

⁶³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10, 29 de Abril de 1935, «Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar, Digníssimo Presidente do Conselho. Desejo apresentar o seguinte facto: Na parada do 28 de Maio de 1934, a A.E.V. um total superior a 1500 vanguardistas, desfilam garbosamente, patrioticamente, bravamente entre a admiração do povo. Pois, hoje, Vossa Excelencia não recrutará em Lisboa, mais de 200! Em toda a província – mas só com muito trabalho – não desfilarão no próximo dia 28 de Maio, mais do que 500...se desfilerem! Uma das formas para combater esta apavorante deserção está sem duvida no AVANTE!, jornal indispensável à mocidade e bem querido dela, quando corresponder, é sua verdadeira função, dentro de Imprensa doutrinaria, não descurando os importantes problemas de educação física e desporto, problemas estes, que estão dentro do espírito da mocidade, como atributos máximos para a sua formação nacionalista. A BEM DA NAÇÃO, Carlos Cilia, C/V. Exª. Rua Gonçalves Crespo, 62».

Sardinha⁶⁴⁰ a ideologia legítima capaz de preservar a antiga tradição nacionalista lusitana. No mesmo ano da sua criação pode notar-se uma distinção no seio da Acção Escolar Vanguarda, entre os princípios que guiam a ideologia deste movimento e os princípios que deveriam guiar uma ação militante⁶⁴¹, que constantemente diminui e se afasta do pensamento oficial do vanguardismo. Já em Novembro de 1934 Rui Santos escreve no *Avante!* que: «Sob o aspecto de reacção o nacionalismo português opõe-se muito mais ao individualismo dos demoliberais, do que do internacionalismo dos anarquistas ou ao dos comunistas»⁶⁴². Por isso, o papel ideológico da Acção Escolar Vanguarda torna-se cada dia mais problemático, ainda por cima numa altura em que se proclamam os propósitos de criação da Legião Portuguesa. Após a vitória da Frente Popular na Espanha, em Fevereiro de 1936, que derrota o governo de direita no poder, cresce em Portugal um alarmismo em torno da ameaça à integridade da soberania nacional ameaçada, alarmismo vivido por muitos portugueses⁶⁴³ devido à provável situação de guerra civil em Espanha. A ameaça comunista conjunta à iberista provocava um alarmismo geral destacado pela imprensa portuguesa que, preocupada, encorajava e propunha como adequada, a formação de uma milícia patriótica anti-comunista capaz de proteger a soberania nacional do perigo iminente do assim chamado «iberismo

⁶⁴⁰ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *Op. Cit.*, p. 246. “A presença integralista é sem dúvida, aquela que marca ideologicamente o movimento vanguardista. Sempre assinalada, recomendada aos militantes. Sardinha, o seu vulto principal, é o grande Mestre do Avante!”.

⁶⁴¹ PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *Op. Cit.*, p. 38. “Esta ideia, de uma certa pujança organizativa e de acção, é reforçada pelos elementos identificativos da vanguarda; o seu estandarte, as suas braçadeiras, e seu uniforme – camisas verdes, calças ou saias e bivaques negros, o bilhete de identidade da A.E.V., o distintivo do movimento e o uniforme de combate. Outro elemento importante na identificação da Acção Escolar Vanguarda e na sua propaganda, eram os cartazes de grandes dimensões, de carácter anti-comunista, que os vanguardistas colocavam nas escolas e nas ruas. Em relação aos *órgãos de apoio à A.E.V.*, jornal *Avante!* e outros, encontram-se desenvolvidos em apêndice”.

⁶⁴² PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *Op. Cit.*, p. 246.

⁶⁴³ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 42. “Cuidados talvez justificados: para além dos ataques constantes e ferozes que a imprensa espanhola afecta à Frente Popular desencadeou, a partir de Fevereiro, contra Salazar e o Estado Novo, começaram a ocorrer em Espanha, a partir da segunda quinzena de Maio, numerosas manifestações e comícios contra o Estado Novo. Nos meios diplomáticos foi avançada a hipótese de *acções concretas, inclusivamente militares* vindas do País vizinho contra o regime português. Em Março 1936, o embaixador português em Espanha aludiu a uma conspiração envolvendo *certos elementos portugueses em conjugação com elementos espanhóis (...)* para provocarem a revolução em Portugal, na certeza de que o *Governo espanhol auxiliará, secretamente, uma mudança política em Portugal*, uma vez que *Azaña está em íntimas relações políticas com o Dr. Afonso Costa*”.

soviético»⁶⁴⁴. Neste contexto, nota-se que a dissolução da Acção Escolar Vanguarda e a criação da Mocidade Portuguesa, em 11 de Abril de 1936, parece não ser casual; de facto, ainda que, a Legião Portuguesa fosse criada posteriormente, a 15 de Setembro de 1936⁶⁴⁵, por meio do Decreto-Lei n.º 27 058, as pressões sobre Salazar para a formação de uma milícia anti-marxista já existiam há tempo⁶⁴⁶. Não obstante Salazar tivesse relutância em criar uma milícia em Portugal⁶⁴⁷, a conjuntura ibérica preocupava o Estado Novo, que considerava a convivência ibérica de dois governos ideologicamente opostos uma grave ameaça à sobrevivência do governo português⁶⁴⁸. Portanto, a concreta realização da Organização Nacional Mocidade Portuguesa, em 1936, após o projeto inicial da Liga Nacional da Mocidade Portuguesa, podia apresentar-se como o contrapeso justo e necessário para o impedimento daquela fascização, que Salazar queria evitar no Estado Novo. Isso porque, ter em vida a Acção Escolar Vanguarda e na mesma altura, instituir a Legião Portuguesa, teria sido como incentivar uma coligação de inspiração fascista no seio da sociedade estado-novista, entre juventude escolar e

⁶⁴⁴ *Ibidem*, p. 45. “Jorge Botelho Moniz, um dos principais apoiantes da causa nacionalista espanhola em Portugal, foi quem lançou publicamente a ideia da criação da Legião Portuguesa. No seu inflamado discurso proferido no comício de 28 de Agosto, evocou claramente a situação espanhola para justificar a criação da Legião Portuguesa, identificando a luta contra o comunismo com a defesa da soberania nacional face ao *iberismo soviético*: *Olhemos o que se passa em Espanha e não percamos tempo (...) Para melhor nos defendermos, precisamos atacar (...) Constituamos uma grande legião de voluntários, apta para o combate, pela ideia e pela espada – uma grande legião disciplinada e forte, enquadrada por chefes combativos (...) Nós racionalistas somos legião e somos portugueses. Constituamos a Legião Portuguesa*”.

⁶⁴⁵ *Ibidem*, p. 46. “A 15 de Setembro, o Conselho de Ministros aprovou o Decreto-Lei que cria oficialmente Legião. No seu preâmbulo salientava-se o *alarme* da população portuguesa *ante os perigos que têm corrido outros povos* na luta contra esse *inimigo de especial virulência* que se tentava *instalar no corpo social das nações*. Daí que essa mesma *população, alarmada* quisesse *tomar para si maior quinhão de responsabilidade na sua própria defesa pela palavra, pelo exemplo, pela acção*”.

⁶⁴⁶ *Ibidem*, pp. 43-44. “O alarmismo reinante nos meios oficiais a respeito da conjuntura externa e sobretudo a respeito da Guerra Civil de Espanha transpirava também para a imprensa e para as primeiras páginas dos jornais portugueses. Foi neste contexto de *formação de um consenso público* em torno da *ameaça comunista* e, conseqüentemente, da *ameaça iberista* que começaram a surgir os primeiros apelos à mobilização dos portugueses, à sua união, contra os perigos do comunismo internacionalista e da sua ameaça à soberania nacional. Já em Janeiro de 1936 o *Diário da Manhã* afirmava que a *ofensiva maçónica-comunista é um facto* e que *as ordens de Moscovo aos seus satélites vieram ao mesmo tempo para a Espanha e para Portugal*. Após a vitória da Frente Popular, nas eleições de Fevereiro, nas páginas do *Diário da Manhã* começou a ganhar consistência a ideia da criação de uma força de voluntários patrióticos, com o objectivo de defender a soberania nacional e de proteger a Nação desse inimigo que era o comunismo”.

⁶⁴⁷ *Ibidem*, p. 46. “Salazar que, (...), sempre manifestara a sua relutância para com o milicianismo, acabou por aquiescer e por permitir a criação da Legião Portuguesa”.

⁶⁴⁸ *Ibidem*, p. 45. “Quando deflagrou o conflito entre a Frente Popular e os nacionalistas, a 18 de Julho, Oliveira Salazar sabia, pela experiência de 1931-1933 e pelo agudizar das tensões vividas desde Fevereiro de 1936, que o triunfo da Frente Popular Espanhola e, portanto, o surgimento de dois regimes distintos e contraditórios no território peninsular poderia comprometer o futuro do Estado Novo”.

juventude extra-escolar, aliás criando assim, por meio da Legião Portuguesa, aquelas secções de enquadramento extra-escolar, que os jovens que não eram estudantes há muito tempo haviam pedido, para ingressarem nas filas da Acção Escolar Vanguarda. Para contrabalançar as aspirações totalitárias de uma direita radical portuguesa, que com o militarismo juvenil tinha demonstrado concretamente uma ação perigosamente eficaz no alcançar dos ideais revolucionários, era necessária uma força mais sóbria na ação, mas, mais eficaz no inculcar de um sentimento de pertença patriótica à Sagrada Pátria Portuguesa, que abrangesse toda a sociedade. Não é por caso que a Mocidade Portuguesa nasce como organização juvenil, que quer abranger toda a juventude, quer seja escolar, quer não, dividindo-a em Lusitos, entre os sete e os dez anos, em Infantes, entre os dez e os catorze anos, em Vanguardistas entre os catorze e os dezassete anos e em Cadetes, dos dezassete em diante⁶⁴⁹. Desde o começo, esta organização contrapõe-se à dos militantes da Legião Portuguesa que, para serem admitidos, deviam já ter alcançado a idade de dezoito anos, observando-se, porém, a exceção dos estudantes que até o cumprimento dos vinte e seis anos podem ficar nas filas da Mocidade Portuguesa⁶⁵⁰. Isso confirmaria a ação de limitação⁶⁵¹ interna que Salazar dá, desde logo, à Legião Portuguesa, concentrando na Mocidade Portuguesa os jovens que frequentam o ambiente escolar, sobretudo o Liceu, onde o Estado Novo atinge os indivíduos componentes de um futura elite, que frequentemente ingressam no Ensino Superior. Mas também nos seus princípios inspiradores encontramos, desde logo, grandes diferenças, que delimitam e marcam indissolúvelmente o destino destas duas organizações. Como podemos notar, a Mocidade Portuguesa nasce para, na juventude, «estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares»⁶⁵², enquanto que a Legião Portuguesa nasce

⁶⁴⁹ Artigo 6º, Regulamento da Mocidade Portuguesa.

⁶⁵⁰ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, p. 185. “Na prática, a lei fixava o limite da idade dos elementos da Mocidade Portuguesa em 26 anos e não nos 18 iniciais que deveriam marcar, segundo Costa Leite, o momento de passagem dos filiados na Mocidade Portuguesa para os quadros da Legião”.

⁶⁵¹ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 292. “As relações entre a LP e as restantes instituições do regime não foram pacíficas, nomeadamente coma UN e a MP. Salazar manteve a MP separada da Legião, e todas as propostas de a colocar sobre a sua dependência foram rejeitadas”.

⁶⁵² Artigo 1º, Regulamento da Mocidade Portuguesa.

idealmente para defender o património espiritual da Nação⁶⁵³, mas concretamente para combater a ameaça comunista⁶⁵⁴. Pode notar-se imediatamente que os princípios inspiradores que motivam o nascimento da Legião Portuguesa são mais genéricos e menos delineados, como, por exemplo, no caso da defesa do património espiritual da Nação, aliás algo abstrato e pouco definido, uma vez que se observa mais ligado ao momento de contingência trazido pela ameaça comunista e anarquista que, como vimos, nasce por contraposição à alegada criação de um Estado fantoche em Portugal, por parte da Espanha⁶⁵⁵. Contudo, se analisarmos os princípios inspiradores da Mocidade Portuguesa vemos que estes são definidos com mais clareza, como na devoção pela Pátria através dos deveres morais, que, através da atividade física, permite alcançar aquele sentimento de ordem civil e militar, útil ao fortalecimento do carácter modelado no amor pela disciplina.

Mas, também de um ponto de vista do género, com a instituição da Mocidade Portuguesa Feminina, em 8 de Dezembro de 1937⁶⁵⁶, no caso da Organização Nacional Mocidade Portuguesa assistimos a um completamento ideológico⁶⁵⁷, que não

⁶⁵³ SILVA, Josué da, 1975, *Legião Portuguesa força repressiva do fascismo*, Lisboa, Diabril Editora, p. 45. “O grito de alarme foi dado a 29 de Agosto de 1936, no gigantesco comício do Campo Pequeno – e nesse dia histórico, nasceu a Legião Portuguesa, disposta a não permitir que se discuta Deus, que se ofenda a Pátria ou se negue a Família, três sagradas realidades, sobre as quais se alicerça desde a nascerça, a secular Casa Lusitana”.

⁶⁵⁴ *Ibidem*, p. 39. “A Legião portuguesa nasce, portanto em 1936 e em circunstâncias políticas muito especiais. À partida, os leaders salazaristas vão jogar com dois factores de enorme importância: explorando a ignorância política da grande maioria dos portugueses hão-de chamar a este corpo de milícias, erguido para defender *Deus, Pátria e Família*, todos os exaltados por ideias primárias de nacionalismo; e logo, ainda sobre essa ignorância, explorar o horror ao comunismo. Os acontecimentos que ocorrem na Europa parecem reforçar a posição da grande burguesia, dos aristocratas, da alta finança, dos latifundiários, enfim, de toda uma casta que pretende manter a qualquer preço os seus privilégios e, se possível, reforça-los; e que por outro lado, sente esses privilégios subitamente ameaçados com, por exemplo, a escolha do povo espanhol. O momento era, pois, par actuar. E é naturalmente com o segundo argumento, o do *horror ao comunismo*, que o regime vai esgrimir com maior pertinácia”.

⁶⁵⁵ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 293. “Uma vez terminada a Guerra Civil de Espanha, a LP temia a secundarização, pressionando Salazar para que não a extinguisse, pois *há muito a fazer ainda no nosso revigoroamento patriótico, e a Legião julga por isso que a sua missão não deve ter terminado*. Salazar não a dissolveu mas a sua presença diminuiu então irreversivelmente”.

⁶⁵⁶ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 202. “A MPF foi efectivamente regulamentada, em 8 de Dezembro, pelo Decreto nº. 28 262, que, no artigo 9, estabelecia a obrigatoriedade de inscrição na MPF a todas as portuguesas, estudantes ou não, desde os sete anos até aos 14 anos, e às que frequentavam o primeiro ciclo dos liceus, oficiais e particulares. O estatuto estipulava também que a organização tinha por fim formar uma mulher *nova*, através da educação moral, cívica, física e social”.

⁶⁵⁷ *Ibidem*. “Em 8 de Novembro, Carneiro Pacheco abordou, na abertura das aulas do Liceu de Dona Filipa de Lencastre, o tema da *educação da mulher portuguesa*, que, segundo ele deveria incluir uma *verdadeira formação moral* para dar-lhe *uma superioridade na educação dos filhos* e habilita-la *para a acção social à roda de si*”.

encontramos na Legião Portuguesa. De facto a Mocidade Portuguesa Feminina nasce como organização que «cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho coletivo, o gosto da vida doméstica e as várias formas do espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado»⁶⁵⁸. Com esta medida o Estado Novo estabelece as bases para o completar do esforço ideológico para com a juventude⁶⁵⁹, criando, em concreto, os pressupostos futuros que, através dela, conseguem saldar a relação entre escola, família e sociedade, útil à formação ideal de um Homem Novo que, para moldar-se, precisa daquela contribuição feminina, autêntico pilar sobre o qual construir e consolidar o sentimento patriótico-nacionalista português⁶⁶⁰. Além disso, enquanto que a Legião Portuguesa tinha sido uma milícia voluntária⁶⁶¹ que, embora nascida para defender o Estado face a uma eventual ameaça externa, por enquanto se entregava ao manter da ordem pública, a Mocidade Portuguesa teve delineadas tarefas mais nobres, de um ponto de vista intelectual, tarefas em que a sua função, além da de permear e unir o contexto escolástico com o familiar, se cumpria no reaportuguesamento da sociedade⁶⁶². A

⁶⁵⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Obras das mães pela Educação Nacional/Relatórios-32/3865, 3 de Janeiro de 1956, «Uma cultura e costumes masculinos imprimem na mulher um cunho materialista que é deformação da verdadeira personalidade feminina.

Resguardar a rapariga dos perigos desse materialismo, conservando-a fiel à sua dignidade cristã, porque fiel à sua personalidade feminina, julgamos ser melhor modo de prepará-la para o fim que a Mocidade Portuguesa Feminina tem em vista: “o cabal desempenho da sua missão na família, no meio a que pertence na vida do Estado”. A Bem da Nação, A Comissária Nacional, Maria Guardiola».

⁶⁵⁹ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, pp. 202-203. “A direcção da MPF caberia à OMEN, que delegava a chefia num comissariado nacional à sua escolha, constituído, a partir de 24 de Dezembro de 1937, por Maria Guardiola (comissária nacional), Maria Luísa Vanzeller e Maria Fernanda d’Orey (comissárias nacionais adjuntas). O *território da metrópole* subdividia-se, hierárquica e geograficamente, em *províncias* e *regiões* com, respectivamente, *divisões* e *alas* que, por seu turno, se desdobravam em *centros*. Nestes, as filiadas eram agrupadas, numericamente, em *quinas* (cinco filiadas), *castelos* (cinco *quinas*), *grupos de castelos* (quatro *castelos*), *bandeiras* (três *grupos de castelos*) e *falanges* (duas *bandeiras*)”.

⁶⁶⁰ Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina. Art. 3º – A educação cívica inspirar-se-á no imperativo do Bem Comum e nas grandes tradições nacionais, para que em cada filiada se defina e fixe a consciência do dever e da responsabilidade da Mulher Portuguesa na continuidade histórica da Nação.

⁶⁶¹ SILVA, Josué da, 1975, *Op. Cit.*, p. 28. “Com este intuito, e apesar de nada se haver oficialmente definido, no curto espaço de alguns dias, mais de duas dezenas de milhares de cidadãos, por acto consciente e voluntário, se inscreveram para formar a Legião Portuguesa e pedem ao Estado que a reconheça e discipline”.

⁶⁶² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-8/3705, «Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, Lisboa, Fevereiro de 1969.

Ao comemorar-se o Centenário do nascimento de Gago Coutinho, desejámos recordar as suas declarações para os jovens de então, associando-nos, assim, às homenagens prestadas à memória do Grande Português que foi.

Dedicamos esta recordação aos rapazes da M.P., nomeadamente aos da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos, onde se encontram, em fraterno convívio e fecunda actividade de portugesismo, jovens

formação moral para ser completa, deveria enriquecer-se daquela Formação Portuguesa⁶⁶³ que, inevitavelmente traçava um estilo de vida tradicional e conservador, representado nas horas escolares, através do lar familiar, por meio da Lição de Salazar⁶⁶⁴, que propõe conjuntamente, uma Mulher e um Homem Novos como o tipo-ideal de família portuguesa, enquanto célula irredutível do sistema socioeconómico do regime. É evidente que a construção ideológica do Homem Novo é mais eficaz, por meio do nacionalismo conservador da Mocidade Portuguesa, do que por via do nacionalismo revolucionário da Legião Portuguesa que, na área da direita radical portuguesa⁶⁶⁵, de inspiração fascista, constrói e justifica os pressupostos pela sua fundação⁶⁶⁶. Efetivamente poucos dias antes da instituição da Legião Portuguesa, Salazar tinha recebido as pressões da direita radical que, em nome de uma mística em torno da Pátria, queria concretizar em Portugal uma força miliciana anticomunista que, contrariamente à da Espanha teria sido capaz de propor uma defesa bem organizada, no

da Metrópole e das Províncias Ultramarinas, possuídos do alto ideal de uma Pátria que a todos une sob a mesma bandeira».

⁶⁶³ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Op. Cit.*, Milão, Franco Angeli, p. 130.

⁶⁶⁴ OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *Op. Cit.*, p. 74. “A *Família* era representada pela mulher que preparava a refeição e esperava a chegada do marido do trabalho; pelos filhos que esperavam ansiosamente o regresso do pai; pelo chefe de família que chegava a casa cansado do trabalho do campo; pela mesa de refeição a ser utilizada; e pela casa humilde, mas asseada e arejada”.

⁶⁶⁵ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, pp. 46-47. “A conjuntura internacional e o constante agitar da ideia de *ameaça comunista* vieram conferir a nível interno um novo peso àqueles sectores sociais e políticos situados mais à direita do regime salazarista, a quem Salazar desferira rude golpe com a ilegalização do Movimento Nacional-Sindicalista em Julho de 1934.

Tinha partido deste já referido sector da direita radical a maior parte das anteriores tentativas de criar em Portugal uma organização miliciana. Sector que constituía uma verdadeira *família política*, radical, fascista, miliciana e que adquiria ao longo dos anos 20 e 30 diversas expressões institucionais. Foi o caso do Centro Sidónio Pais (1920) e do Partido Nacional Republicano Presidencialista (1921), criados ainda sob o espectro do sidonismo; da Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, fundada em 1918, que desempenhou um papel político importante nas vésperas do 28 de Maio e que estava ainda activa em 1936; do nacionalismo Lusitano, criado em 1923, primeiro partido fascista português e em cujos objectivos se previa a constituição em todas as cidades de uma milícia fascista de voluntários; da Milícia Lusitana e da União Nacional, movimentos criados já depois do 28 de Maio e que representaram tentativas por parte da direita radical de dominar a Ditadura Militar; da Liga Nacional 28 de Maio, criada em finais de 1927 e reorganizada em 1930. Uma família política que *atravessa transversalmente o espectro político da direita*, que conta com *um número significativo de jovens oficiais* e com *pólos locais organizados em alternativa ao partido governamental* (a União Nacional entretanto criada) e que se veio a *unificar*, em 1932, no Movimento Nacional-Sindicalista (MNS), chefiado por Rolão Preto”.

⁶⁶⁶ *Ibidem*, p. 49. “Se, por um lado, a Legião foi uma milícia autorizada governamentalmente e organizada, sob o ponto de vista administrativo, de cima para baixo, por outro, na base da sua criação estiveram, sem dúvida, os desejos e aspirações da direita radical, nomeadamente de sectores ligados à organização corporativa, de homens oriundos do nacional-sindicalismo e do grupo dos tenentes envolvidos no 28 de Maio de 1926”.

caso a avançada marxista tivesse ultrapassado os limites do território português⁶⁶⁷. A esta se juntava, ainda, uma outra proposta dirigida a Salazar, que visava a sua fusão com a Mocidade Portuguesa como forma de criar um organismo miliciano comandado por um único general⁶⁶⁸. Claramente, este projeto não podia ser compartilhado por Salazar que, numa situação dessa natureza, teria que desviar o esforço nacionalista da Mocidade Portuguesa orientado pelo gosto da ação cívica coletiva e finalizado na construção de um ideal comum que, no tradicionalismo português, teria concretizado as suas intervenções de ação social no serviço a um Estado conservador⁶⁶⁹, trocando-o por um nacionalismo que, na mística de um Estado ético, teria confluído em ativismo de cariz totalitário, que tinha caracterizado na violência as operações territoriais dos esquadrões fascistas em Itália, bem como as dos nacional-socialistas na Alemanha. E ainda, como teria sido possível conciliar o papel suavizante da mulher⁶⁷⁰ com o completar ideológico⁶⁷¹ do conceito de Homem Novo Português, num contexto ditatorial suportado por uma milícia militarizada semelhante aos modelos italiano e alemão? Só a formação moral, física e intelectual da Mocidade Portuguesa podia exprimir aquela

⁶⁶⁷ *Ibidem*, p. 55. “Repara-se, por fim, que no próprio ano de 1936, escassos dias antes da criação da Legião Portuguesa, tinham chegado às mãos de Salazar documentos bem explícitos desta pressão de base da direita radical a que se tem vindo a referir e das suas aspirações milicianas. Tratava-se de um projecto de reanimação da já existente Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, fazendo dela a milícia do regime. No Arquivo de Oliveira Salazar encontra-se uma carta de convite de adesão à Cruzada, com data de 18 de Agosto de 1936. A Cruzada é aí definida como *um organismo estruturalmente nacionalista, de combate ao comunismo, independente, tendendo a criar a mística da Pátria, que afinal, não existe em qualquer das organizações desorganizadas que para aí há formadas ou em via de formação*. Na carta pode ainda ler-se que Portugal necessitava de uma *força bem unida e resoluta, capaz de fazer frente a qualquer eventualidade, pois, não se sabe o que poderá acontecer-nos amanhã. O exemplo de Espanha é edificante. Onde está a força capaz de representar a acção anticomunista? Não existe; e como não existe criemo-la nós, vencendo dificuldades se as houver. O momento não é para hesitações, é para acção*”.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 56. “Ainda a 30 de Setembro de 1936, no dia da promulgação do Decreto-Lei que cria a Legião Portuguesa, uma outra carta, dirigida a Salazar, sugere a criação de um organismo miliciano único que integre a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa, e que seja chefiado pelo general Farinha Beirão”.

⁶⁶⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Lical/Manuais Escolares-15/2622, «**RUMO AO MAR 1936-1946. A MOCIDADE PORTUGUESA – reavivou as adormecidas propensões marinheiras da raça; - popularizou os desportos náuticos, tornando-os acessíveis a todos os jovens; - insuflou na consciência dos seus filiados uma noção exacta sobre a transcendente importância do mar na prosperidade e na manutenção do Império. E A MOCIDADE PORTUGUESA.....SOLTOU O RUMO AO MAR**».

⁶⁷⁰ MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Edições Afrontamentos, p. 161. “Suave imagem de um país antigo, tradicionalista, resignado e humilde, a dona de casa é muito mais do que uma metáfora ou uma imagem literária. Figura recuperada do velho ciclo de uma nação mítica, diligente e virtuosa, a dona de casa tem a força de uma ideia política a que Salazar dá forma institucional”.

⁶⁷¹ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 203. “Segundo a idade, as filiações eram adjectivadas de *lusitas* (7 a 10 anos), *infantas* (10 a 14), *vanguardistas* (14 a 17) e *lusas* (17 a 25), que, a partir dos 21 anos, integrariam o Corpo de Serviço Social”.

procura de formação integral, que o Estado Novo disponibilizava por meio de um sentimento de pertença à Pátria Portuguesa. Assim, através a exaltação do lar⁶⁷², cria-se uma dinâmica intrafamiliar, onde a Mulher Nova Portuguesa é detentora daquele carácter educativo, que é capaz de fortalecer o espírito de lealdade e capacidade administradora, funcional ao enobrecimento cívico da sociedade portuguesa⁶⁷³. Por meio da sua predisposição natural para acudir, a organização moral e social da sociedade torna-se promotora de um esquema cultural virtuoso, onde a existência individual se eleva ao serviço do amor e do engrandecimento de Portugal⁶⁷⁴. Por isso, torna-se fundamental o papel de complemento ideológico da Mocidade Portuguesa Feminina, que enriquece as qualidades do Homem Novo Português dotando-o de docilidade e gosto pela ordem⁶⁷⁵, acrescentando os valores de um tradicionalismo lusitano, que repudia *a priori* a violência⁶⁷⁶. A valorização de um ideal integral de reaportuguesamento promove uma ação coletiva, na qual todos os jovens são chamados a dar, espiritual e fisicamente, as suas contribuições; neste contexto, a dignidade e o pudor femininos contribuem, esteticamente, para moldar moralmente a construção de um escol intelectual do país, que procura constituir a sua elite nos preceitos de uma mente sã num corpo sã⁶⁷⁷. Quer-se uma sociedade saudável, rica de moças e moços

⁶⁷² NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 24. “O slogan *a mulher para o lar*, lançado pelo regime nos anos 40, pretende representar não uma condenação, mas uma libertação”.

⁶⁷³ *Ibidem*, p. 25. “Em casa a mulher governa segundo os princípios que Salazar aplicará na governação: cuidar, zelar, poupar”.

⁶⁷⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-4, «Boletim para Dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina, nº4-1956. Direcção dos Serviços de Formação Moral e Nacionalista:

1.ª) A consciência moral. O carácter. Deveres gerais de caridade, de justiça e de solidariedade. A soberba, a avareza, a cólera, a gula, a preguiça, a inveja, a maleficência, a calúnia, a leviandade, a perfídia, a teimosia e outros defeitos em oposição às virtudes que dignificam o homem.

Principais deveres para com a Família e a Pátria».

⁶⁷⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-4, 19 de Dezembro de 1956, «A M.P.F. é estruturalmente composta por Centros que agrupam nas escolas, ou fora delas, as filiadas. Por isso além de cuidadosa assistência moral com que nos esforçamos por criar em todos os nossos lares a espiritualidade duma família cristã, estamos a abrir lares universitários de feição mais moderno e independente, onde as raparigas possam começar a exercitar-se nos seus deveres e responsabilidades de futuras donas de casa. Lares que sejam escola de arranjo e de alegria, em que a beleza da ordem não ande separada da beleza moral».

⁶⁷⁶ PAULO, Heloisa, 1994, *Op. Cit.*, p. 63. “Quanto ao homem português, é atribuído um carácter especial, “dócil”, que faz com que *a sentimentalidade do povo português – grave defeito para além e certos limites, mas defeito com que há de contar-se – repunha a violência erigida em sistema de governo*, mas a quem não se nega a necessidade, nem o gosto pelo ordem”.

⁶⁷⁷ Excerto do discurso que Carneiro Pacheco proferiu, em 24 de Maio de 1936, na Sociedade de Geografia, em Lisboa, intitulado *A formação da Mocidade e a defesa da Pátria*, em ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 132. “Ter-se-á sempre presente a máxima de Juvenal – *mens sana in corpore sano* –

portugueses que, na educação tradicionalista redescubram os valores genuínos, úteis para guiarem os futuros chefes na elite do regime. Quer-se um Homem Novo que sirva a Nação e que se consagra a si mesmo por meio de um trabalho autoeducativo, gerador do processo pedagógico, indispensável ao modelar e encontrar, de novo, do carácter patriótico português⁶⁷⁸.

Eis a ligação entre família, sociedade e escola que, subtilmente permitia à Mocidade Portuguesa de forjar de forma mais eficaz os homens de amanhã. De facto, de um ponto de vista intelectual, é possível destacar um grande abismo nas atividades, que eram destinadas, quer aos legionários de sexo masculino, quer aos de sexo feminino. Por exemplo, enquanto que, tal como vimos, a missão da Mocidade Portuguesa era a do renascimento daquele sentimento de reaportuguesamento da sociedade, onde a Mulher Nova desenvolve uma função de génese natural-cultural, função na qual o Homem Novo tem a tarefa de reforçar na sociedade esta prerrogativa⁶⁷⁹, na Legião Portuguesa as tarefas atribuídas às tropas dos legionários, além de serem próprias do treino militar e de

que à educação atribui uma função complexa e harmonizadora de todas as faculdades: físicas, morais e intelectuais”. Discurso de Carneiro Pacheco em 24 de Maio de 1936

⁶⁷⁸ ARRIAGA, Lopes, *Op. Cit.*, p. 84. “Também em Portugal, desde há nove séculos oriundo da estirpe famosa dos lusitanos, perpetuará a sua independência a educação física e moral da sua infância – o dinamismo da *Mocidade Portuguesa!*”.

⁶⁷⁹ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, pp. 59-60. “Na publicação do Secretariado de Propaganda Nacional, sobre a Mocidade Portuguesa Feminina, reafirma-se univocamente a diferenciação de campos:

A Mocidade Portuguesa Feminina nasceu do mesmo grande pensamento patriótico que criou a Mocidade Portuguesa Masculina; mas, sendo irmãs, são diferentes; cada uma destas Organizações tem as suas finalidades. No entanto, não se podem ignorar nem perder de vista, porque ambas se hão-de encontrar na vida e será da fusão do ideal de ambas que surgirá um Portugal maior.

Ambas têm como divisa – Querer!

Mas enquanto a Mocidade Portuguesa Masculina adentra com a sua instrução pré-militar defensores para a Pátria, a Mocidade Portuguesa Feminina lembra às filhadas que

Para as batalhas da vida,

A Fé – a Paz – e o Bem

São as armas de combate

Que o nosso arsenal contém

(Do hino Mocidade Lusitana)

Enquanto a Mocidade Portuguesa Masculina prepara com a sua educação política e social colaboradores activos dos homens de Estado, a Mocidade Portuguesa Feminina habilita-se para prestar a sua colaboração dentro do lar, na família, que o seu amor, o seu trabalho e o seu espírito cristão tornarão a base sólida do Estado Novo.

E assim, ao lado dos rapazes da Mocidade Portuguesa, que são a esperança e o esteio do Império, as raparigas, arvorando a mesma bandeira

...são as sentinelas

da alma de Portugal!”.

defesa civil⁶⁸⁰, intelectualmente são mais modestas, sem contar que as atividades destinadas às legionárias são tarefas, que subalternizam o papel feminino diante do masculino, confinando-as unicamente aos hospitais, onde o trabalho mais importante é o de enfermeira⁶⁸¹. Não admira, pois, que existisse uma boa dose de rivalidade⁶⁸² entre as duas organizações, animada por um antagonismo que ultrapassava a preparação atlético-militar. Por isso, Salazar, prologando até ao cumprimento dos vinte e seis anos de idade⁶⁸³ a permanência dos estudantes do Ensino Superior entre as filas da Mocidade Portuguesa, impedia que estes entrassem nas filas da Legião Portuguesa à idade de dezoito anos, criando assim, inevitavelmente, uma milícia⁶⁸⁴ paralela elitista que, por razões ligadas ao nível de instrução escolar recebida, sentia-se intelectualmente superior a uma milícia que dispunha de representantes menos preparados de um ponto de vista escolar⁶⁸⁵.

⁶⁸⁰ Conforme ao Decreto-Lei de 4 de Março de 1940 os Legionários deveriam saber usar metralhadoras ligeiras, metralhadoras e morteiros, fazer defesa passiva, ser sapadores, observadores, enfermeiros, maqueiros, rancheiros, corneteiros e saber conduzir transmissões.

⁶⁸¹ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, p. 86. “No *Boletim da Legião Portuguesa* de Abril de 1938, a legionária Maria de Jesus apelou à adesão das mulheres à Legião Portuguesa preocupando-se, contudo, em salientar como as funções da Legião masculina e feminina eram diferentes. Assim as legionárias *têm o seu lugar nos hospitais, fazendo unicamente serviços que lhe são próprios, como por exemplo: enfermagem, costura, cozinha, etc.*”.

⁶⁸² *Ibidem*, pp. 185-186. “Segundo Costa Leite, importava quanto antes tomar medidas para ultrapassar esta situação: *desenvolvida a milícia da Mocidade por efeito da prorrogação de idade e do espírito, que se procura desenvolver nos rapazes, da independência e da hostilidade para com a Legião, mais tarde ou mais cedo as duas organizações tenderão a considerar-se rivais*”.

⁶⁸³ *Ibidem*, p. 185. “Na opinião de Costa Leite, esta situação trazia duas graves consequências: por um lado, fazia com que a Legião se visse privada do concurso de *elementos de valor pela idade e pela cultura que naturalmente, ultrapassada a idade militar, viriam aumentar e valorizar os seus quadros*; por outro, e esta era a questão mais grave, o facto de na Mocidade permanecerem jovens até aos 26 anos permitia-lhe a manutenção de uma verdadeira milícia própria: *a questão da idade foi assim levantada pela Mocidade Portuguesa para assegurar a constituição da sua milícia [...] com o desenvolvimento forçado desta, a Legião e a Mocidade já não são forças complementares e podem, embora o não sejam ainda no espírito da legião, vir a ser forças rivais*”.

⁶⁸⁴ *Ibidem*, p. 186. “Costa Leite salientou a Salazar que a Legião Portuguesa *é a única formação política de voluntários reconhecida por lei*, pelo que *não parece que seja de aconselhar que a Mocidade, instituição pré-militar, desenvolva a sua milícia, crie, para desenvolver esta, espírito de hostilidade contra a Legião, se divorcie completamente desta na sua actuação, se furte por todas as formas a colaborar connosco. O resultado, mais tarde ou mais cedo, não poderá deixar de ser lamentável*”.

⁶⁸⁵ *Ibidem*. “E a respeito do “espírito de hostilidade” para com os legionários que supostamente seria incutido aos rapazes da Mocidade, Costa Leite citou as palavras inseridas num número do *Boletim da Mocidade Portuguesa* de 1937 que classificavam a Legião Portuguesa como *uma triste realidade, uma anomalia social lamentável* e queixou-se do facto de elementos da Mocidade não saudarem os oficiais de milícia da Legião. Referiu que a questão foi posta à Mocidade Portuguesa pelo capitão Humberto Delgado, simultaneamente adjunto militar da Legião e membro do Comissariado da Mocidade, e que este *com espanto seu, viu adoptada pelo Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa a doutrina de que os rapazes da Mocidade não deviam saudar os graduados e oficiais da Legião, por se tratar de organizações diferentes*. Mas o que mais indignou Costa Leite foi o argumento do comissariado da

Também na questão da sua visibilidade nas cerimónias públicas, Salazar, em mais do que uma ocasião, favoreceu o protagonismo da Mocidade Portuguesa, relativamente à da Legião Portuguesa, tal como aconteceu durante as comemorações do 28 de Maio de 1938, quando à Mocidade Portuguesa foi consentido construir em Lisboa um grande acampamento nacional, enquanto que à Legião Portuguesa foi permitido somente um desfile na cidade do Porto⁶⁸⁶.

Enquanto a Legião Portuguesa era um órgão voluntário no qual se podia entrar com a idade de dezoito anos, a Mocidade Portuguesa era uma organização obrigatória⁶⁸⁷ que acompanhava os filiados, desde a idade de sete anos, educando os jovens na disciplina do corpo⁶⁸⁸ e do espírito de acordo com a aprendizagem quotidiana do amor pela Pátria. Esta aprendizagem precoce inculcava nos mais jovens, um sentimento de pertença às “cores” da Mocidade Portuguesa, sentimento pelo qual dificilmente nasceria uma identificação, na idade da pós-adolescência, nos jovens da Legião Portuguesa. Os ex filiados da Mocidade Portuguesa, para se tornarem os alegados legionários do futuro, além de passar a ter que fazer parte de uma organização, onde a preparação intelectual era mais modesta, deviam, também, trocar de estatuto sociocultural, isto é, passar do estatuto de oriundo herdeiro de uma prestigiada estirpe de lusitanos, para o estatuto de soldados de uma milícia encarregada, basicamente, de manter a ordem pública.

Mocidade Portuguesa, que justificou a decisão dos membros da Mocidade não saudarem os legionários pelo facto *dos rapazes da Mocidade, muitos serem alunos de escolas superiores, e haver entre os graduados da Legião gente modesta e sem a mesma categoria intelectual e social*”.

⁶⁸⁶ *Idem*, p. 188. “Idêntica situação se viveu por ocasião do 28 de Maio de 1938 quando, no dizer de Costa Leite, *por todas as formas se impediu que a Legião pudesse realizar no Jockey Club a festa que tinha preparado*. E na verdade, nas comemorações deste ano, o maior protagonismo foi assumido pela Mocidade Portuguesa, que realizou um grande acampamento nacional, em Lisboa, enquanto a Legião Portuguesa se viu remetida para um desfile realizado na cidade do Porto”.

⁶⁸⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1E, 20 de Maio de 1938, «Estatuto do Ensino Liceal, Art. 164. É obrigatório para todos os alunos matriculados, tanto do ensino oficial como do particular, a inscrição nos quadros da M.P., ou da M.P.F.».

⁶⁸⁸ NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Op. Cit.*, p. 513. “A disciplinação dos corpos exprime-se também numa vertente curricular, através da cadeira de Educação Física, cuja direcção e inspecção de ensino é entregue pela Reforma de 1947 à Mocidade Portuguesa e numa vertente médico-assistencial, através da importância concedida aos serviços de saúde escolar, que vão esquadrihar os hábitos sociais e as práticas familiares sobretudo dos alunos originários dos meios mais desfavorecidos. A abordagem da saúde encontra-se na encruzilhada das vivências corporais, morais e sociais, configurando intervenções que atravessam todos estes domínios: os programas liceais de 1948, por exemplo, são bem explícitos quanto à necessidade de uma colaboração íntima entre o professor de Religião e Moral e o médico escolar”.

É possível individuar uma ação perturbadora⁶⁸⁹ dirigida à Legião Portuguesa, ação bem enraizada na sociedade estado-novista por meio da Mocidade Portuguesa, uma ação silenciosa que, na doutrinação patriótica, quer física, quer moral da juventude, consegue esmagar, logo a partir da infância, as aspirações de orientação fascista, daquela facção mais extremista da direita portuguesa⁶⁹⁰. A fé patriótica da Mocidade Portuguesa reforçava-se também neste dualismo interno, em que a Legião Portuguesa se tornava uma espécie de alter-ego moral e militar, também pela diferença de idade. Uma organização que relativamente à Mocidade Portuguesa, não só era composta por elementos mais velhos, como, também, estava ideologicamente “mais envelhecida”, sobretudo, a partir de 1943, quando as fases finais da II Guerra Mundial estavam marcando o começo do fim do fascismo. Apropriadamente, nesta altura a assiduidade participativa dos legionários estava já em diminuição gradual e «desde a morte de Mussolini desapareceram subitamente de numerosas lapelas os emblemas da Legião»⁶⁹¹. Não é por acaso, que sobretudo após 1945, se assiste uma apatia geral, que se difunde dentro desta organização já órfã de uma ideologia saída derrotada, do segundo conflito mundial. Esta situação empobrecia ideologicamente uma organização inspirada por uma mística fascista, que visava a constituição de uma Nova Ordem e estava, agora, notavelmente redimensionada após a II Guerra Mundial. Mas, já em 1940, é possível notar uma clara direção na orientação do Estado Novo, quando este começa a recusar, totalmente aquela matriz fascista que tinha inspirado, pelo menos teoricamente, o eixo institucional dos primórdios do regime. Além da extinção da Acção Escolar Vanguarda e da clandestinidade do Nacional-Sindicalismo nos anos anteriores, a nomeação de Marcelo Caetano, em 1940, como Comissário da Mocidade Portuguesa, reforçava o cariz católico e religioso no seio da sociedade estado-novista, ao passo que as aspirações totalitárias da direita radical portuguesa eram, também,

⁶⁸⁹ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, pp. 186-187. “Não é, portanto, de estranhar a necessidade do estabelecimento de um acordo formal entre a Legião e a Mocidade que procurasse, de algum modo, atenuar as difíceis relações entre os dois organismos. O acordo foi assinado a 8 de Novembro de 1940, pouco depois de Marcelo Caetano ter sido nomeado Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. O Boletim da Legião Portuguesa saudou a assinatura do acordo, afirmando que ela permitia *firmar em novas e fecundas bases a estreita ligação dos dois grandes organismos nacionalistas*. Significativamente, o primeiro dos nove pontos que compunham o acordo dizia respeito à polémica questão das idades de transição entre um organismo e outro. O pedido de Costa Leite junto de Salazar para que fosse estabelecido o limite dos 21 anos para a permanência na Legião não foi atendido”.

⁶⁹⁰ MARCHI, Riccardo, 2009, *Folhas Ultras. As ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, ICS, p. 21. “De facto, marginalidade, elitismo, crítica à classe política estado-novista, com salvaguarda de Salazar, são factores característicos do meio intelectual da direita radical portuguesa”.

⁶⁹¹ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, p. 162.

fortemente mitigadas entre as fileiras da Legião Portuguesa⁶⁹². Já, em 1941, quando o equilíbrio do segundo conflito mundial era fortemente posto em causa e a derrota fascista era ainda uma miragem, podemos evidenciar uma condição ideológica contraditória dentro desta organização, se por um lado, os legionários foram adestrados diretamente pelo Chefe da Missão Italiana de Polícia (honrado pessoalmente por Salazar que recebeu o relatório⁶⁹³ das atividades efetuadas em Portugal), por outro lado, ainda em 1941, foi instituída a Legião Portuguesa antifascista e antinazis, para evitar que Portugal se tornasse um feudo do nazi-fascismo, tal como tinha acontecido em França por meio dos apoiantes de Vichy⁶⁹⁴. Podemos, pois, notar um esvaziamento ideológico muito significativo da Legião Portuguesa que, nascida para fazer ressaltar o espírito revolucionário fascista e visando a criação de uma Nova Ordem, deve, agora, reestruturar-se pelo bem do patriotismo português e reivindicar a sua autonomia ideológica em um antifascismo que combate aqueles que “ingenuamente” tinham acreditado numa ideologia de procedência estrangeira. Não faltam, também ataques indiretos aos apoiantes germanófilos, considerados poucos idóneos para o participar da construção ideológica do Estado Novo, porque definidos, sem sequer serem cientes,

⁶⁹² PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 290. “A MP foi rapidamente *cristianizada*, coexistindo com outras organizações juvenis, fundamentalmente católicas, após uma campanha de críticas promovida pela hierarquia da Igreja.

A autorização da criação de uma milícia como a L.P., essa sim voluntária e mais politizada, por parte do Ditador é dificilmente dissociável da conjuntura de radicalização provocada pela Guerra Civil de Espanha”.

⁶⁹³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Interior-8C, «Missione Italiana di Polizia. A S. E. il Capo del Governo. Non avrei mai sperato che alla fine della mia permanenza in questo meraviglioso grande paese avrei potuto conseguire l’altissimo onore di consegnare direttamente a V.E. il resoconto della nostra modesta opera. Missão Italiana de Policia em Portugal – Lisboa, 25 de Abril 1940 – XVIII^o - Ilustríssimo Senhor Ministro do Interior. Excelência, o encargo que a V. Ex. num primeiro momento me confiou, e isto é o de explicar à P.V.D.E. os sistemas da Policia Italiana, no que respeita a defesa do País. Na primeira relação que tive a honra de entregar a V Ex. em 5 de Junho de 1938, e que agora me permito de apresentar novamente em copia, eu dizia que o meu programa teria sido aquele de estudar num primeiro tempo a organização da Policia internacional portuguesa considerada nos seus vários aspectos, e desenvolver num segundo momento um curso de conferencias teórico – praticas sobre o funcionamento dos mesmos serviços na Policia Italiana. Não posso deixar também de me referir à Legião. A Legião que deveria constituir a Guarda Armada subsidiária do Regime, com a Milicia Voluntaria é para a Italia o presidio do Fascismo, poderia dar maior rendimento na absoluta confiança do Estado Novo».

⁶⁹⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-21, 10 de Julho de 1941, «Que nenhum Português deixe de alistar na Legião Portuguesa – e aí, ingressar nas fileiras Anti – Nazis – cujas actividades, por agora, numa relativa clandestinidade – visam a frustrar que os vendilhões da Pátria a tornem num Feudo do Nazi – Fascismo, como a França dos «Fantoques de Vichy», e convertam a nossa Legião Portuguesa numa Quinta Coluna Nazi – Fascista às ordens dos assassinos de Roma e de Berlim! PORTUGUESES!!! TODOS PARA A “LEGIÃO PORTUGUESA ANTI-NAZI E ANTI-FASCISTA”!!!».

como traidores de Portugal, já que representam um perigo para a união nacional e para a perpetuação da sociedade lusitana⁶⁹⁵. É neste contexto que a Mocidade Portuguesa adquire aquele valor de pureza lusitana que, em relação à Legião Portuguesa, a coloca numa posição privilegiada, pureza lusitana que, de um ponto de vista ideológico, se afirma *in toto* genuinamente portuguesa. À Legião Portuguesa contrapõe-se uma Mocidade Portuguesa bem ancorada no contexto social do Estado Novo, guardiã daquele património histórico-nacional, no qual a juventude portuguesa pode exprimir aquele sentimento patriótico que no lusitanismo funda as suas raízes culturais. A Mocidade Portuguesa interpreta e divulga o mito de uma autenticidade genuinamente lusitana, detentora de um nacionalismo tradicionalista que retraça oito séculos de fidelidade a uma Pátria que, no seu destino, possui uma Missão Histórica⁶⁹⁶. Os

⁶⁹⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros-2E3, «A conquista da Europa segundo o Ministério das Informações da Gran Bretanha. A embaixada da Gran Bretanha comunica-nos o plano Nazi para a conquista da Europa. Este “plano decenal” compreende a anexação da Áustria e da Checo – Eslováquia em 1938; da Polónia e da Hungria em 1939; da Roménia, Jugoslávia e Bulgária, em 1940; Dinamarca, Holanda, Bélgica, Ucrânia, Suíça e Norte da França em 1941, a da Gran Bretanha, Escandinávia e Portugal antes de 1948. O original de estampa foi descoberto pela Policia checa. Cada “germanófilo” não é com certeza, traidor consciente contra a sua pátria, mas cada um se torna instrumento da influência alemã, que trabalha sem descanso para a dominação dos países independentes. Pode-se assim deduzir que cada “germanófilo” em Portugal é um inimigo de Portugal, sem o saber”. 20 de Abril de 1940. O Director do Serviço de Censura, Alvaro Salvação Barreto Major».

⁶⁹⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-8/3705, «DIA da MOCIDADE, 1º de DEZEMBRO de 1960.

INDEPENDÊNCIA – Antes de 1640 a independência de Portugal contava já 5 séculos de existência. Havia nascido em Guimarães em 1128, firmara-se após a batalha de Ourique em 1139 e fora reconhecida internacionalmente em 1143, pela paz de Zamora. Éramos, então, um pequeno povo. Um século depois, com a chegada ao litoral do Algarve, estabelecíamos para todo o sempre as nossas fronteiras europeias, que são hoje as mais antigas de todas as fronteiras da Europa. No fim do século XIV, o Mestre de Avis e Nun’Alvares ganham no campo de batalha de Aljubarrota a primeira grande vitória da Independência Nacional e o povo de lavradores e soldados transforma-se em povo de navegadores e parte à descoberta do Mundo – para o entregar à civilização cristã – sob o comando do Génio e da Vontade do Infante D. Henrique.

Mais um século passou, descobriram-se as ilhas do Atlântico, as duas costas de África e o caminho marítimo para a Índia. Descobriu-se o Brasil e a Terra Nova e um Português fez a primeira viagem de circumnavegação. A Fé e a Cultura Cristãs chegam a toda a parte onde chegam os Portugueses. O primeiro Bispo africano é do Congo e foi baptizado pelos Portugueses. O primeiro grande centro de irradiação de cultura ocidental no Oriente é em Goa – e é Português. Tudo isto no curto espaço de um século. Tudo isto mercê da independência de Portugal posta ao serviço da Fé e da Humanidade. [...]

MOCIDADE – O jovem de hoje, em Portugal, é o herdeiro e o continuador de uma obra gloriosa, realizada ao longo de mais de oito séculos, não só em proveito da Nação Portuguesa, mas de toda a Humanidade. [...] Aqui estamos a provar que não acreditamos não tão falada «Crise da Juventude». A maioria dos rapazes do nosso tempo não alinha com a infeliz minoria dos que não foram educados no culto da Honra, do Dever, do Serviço, do Sacrifício. Mas nós fomos educados nesse culto e aqui o vimos proclamar, alegres e descontraídos, com a alegria e a descontração de quem tem a consciência tranquila e espera vencer na vida.

reagrupamentos em que são subdivididos os afiliados da Mocidade Portuguesa lembram nomes de claro significado histórico, uma devoção à Pátria, que por meio de termos⁶⁹⁷ como Castelos, Quinas e Bandeiras lembram um passado histórico glorioso, nunca desatualizado⁶⁹⁸, feito de personagens ilustres⁶⁹⁹, que encham de responsabilidade cívica o orgulho comum de ser portugueses.

Como se disse profeticamente, em *O Século*, de 26 de Maio de 1938, «se a Legião é o presente, a Mocidade é o futuro»⁷⁰⁰. A formação nacionalista da Mocidade Portuguesa, baseada sobre o *unicum* lusitano, será um ponto de apoio ideológico

Isto acontece com os jovens de todo o mundo, mas acontece, sobretudo, connosco, jovens de Portugal, que somos filhos de um País cuja bandeira não distingue raças e que dá ao Mundo um exemplo único de altiva firmeza e fidelidade ao verdadeiro sentido de civilização.

Nós temos, assim, mais deveres de que todos os outros jovens do Mundo; a honestidade, a lealdade, a generosidade, o amor ao trabalho, ao esforço e à aventura – são atributos de toda a mocidade. Mas a Mocidade Portuguesa exige mais: - exige que todas essas qualidades, que nos são próprias por serem juventude, sejam postas ao serviço de uma Pátria que vai do Minho a Timor e que do Minho a Timor se há-de manter engrandecida e livre, graças a todos os sacrifícios que por ela tenhamos que fazer. E aconteça o que acontecer, nós jamais nos esqueceremos do que somos: - Rapazes da Mocidade Portuguesa, Rapazes de Portugal».

⁶⁹⁷ Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa instituída por Decreto-Lei nº 26611 de 19 de Maio de 1936. Art 11º – Dentro de cada ala e dentro de cada um dos escalões respectivos, os filiados da MP serão agrupados nas seguintes formações: a) Quinas, composta por 5, com um chefe; b) Castelos, compostos de cinco Quinas; c) Bandeiras, compostas de 12 Castelos; d) Falanges, compostas de 2 Bandeiras.

⁶⁹⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Diversos/13-1501, 3 de Fevereiro de 1954, «Liceu Nacional de Chaves, Ao Director Geral do Ensino Liceal. Era e é pensamento desta reitoria decorar algumas salas deste Liceu com fotografias sobre motivos portugueses. A ideia foi exposta e aprovada em Conselho Escolar. Tinha-se em mente a decoração da sala destinada às meninas, da sala de jogos da M.P. e a colocação de um friso de fotografias ao fundo das salas de aula e nos intervalos das janelas.

O valor educativo e pedagógico da intenção não necessita de encarecimento. Pôr sob os olhos dos alunos, em boas fotografias, as recordações do passado glorioso da Nação, os recantos belos e os mais castiços costumes nacionais, além de quebrar a monotonia da desnudez das paredes, constitui um permanente incentivo ao amor pela história e coisas portuguesas».

⁶⁹⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 5-1958 – PATRONO DO MÊS D. CARLOS I. Um dos nossos maiores monarcas – pela sua inteligência, espírito de «servir» a bem da comunidade e esclarecida consciência do valor português – foi El – Rei D. Carlos I. [...] Ao subir ao trono em 1889, D. Carlos encontrou a Nação dividida e enfraquecida por um largo período de permanentes lutas políticas, a cobiça estrangeira ameaçava perigosamente a integridade do Império, era nulo o prestígio internacional do País.

Sobrepondo-se à confusão partidária e aos seus mesquinhos interesses, entrega-se de alma e coração á tarefa de tornar indiscutível a presença portuguesa em África. É decisivo então, o seu esforço no desenrolar do glorioso movimento da ocupação efectiva dos territórios de Angola e Moçambique, que coroa o plano da Descoberta, fazendo surgir as figuras heróicas de Mouzinho de Albuquerque, Paiva Couceiro, Rodrigues Galhardo, Caldas Xavier, António Enes e Azevedo Coutinho, entre muitos outros. [...] **LINHA DE RUMO – A DEFESA DOS SUPERIORES INTERESSES DA LUSITANIDADE IMPÕE COMPREENSÃO DAS DIMENSÕES MUNDIAIS DO NOSSO PAÍS E O CUMPRIMENTO INTEGRAL DO DEVER, COM ESPÍRITO DE «SERVIÇO E SACRIFÍCIO» E DESPREZO DE TODOS OS SECTARISMOS PARTIDÁRIOS».**

⁷⁰⁰ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 43.

fundamental ao regime, ao longo da ditadura, propondo, também, neste apoio, uma atitude e um sentido típicos no definir da originalidade do carácter português⁷⁰¹. Podemos confirmar que, através da Mocidade Portuguesa, aquele papel de autenticidade lusitana, única e original, que o Estado Novo quer inculcar na construção ideológica do Homem Novo Português, se enriquece com o teor feminino que, por meio da Mocidade Portuguesa Feminina, é incutido na garantia de continuação saudável em governar Portugal⁷⁰². É, pois, através de uma Mulher Nova que, com o seu papel de proteção materna⁷⁰³, se constrói um contributo essencial para a Educação Nova Integral, idealizada nos exemplos históricos que tanto contribuíram para a glória do passado português⁷⁰⁴. Com a dedicação de Novas Heroínas, se propõe e se perpetua o exemplo de virtude do *unicum* lusitano que, embora possua um carácter exclusivista, não se carrega daquela aceção totalitária que, por exemplo, teria podido prevalecer no caso de um protagonismo juvenil de inspiração fascista⁷⁰⁵. Assim, podemos notar um

⁷⁰¹ ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Ai confini del fascismo*, p. 136.

⁷⁰² NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 61. “*Como sinal de subordinação hierárquica e de patriótica solidariedade a MPF adopta a saudação romana e, para expressão coral da sua missão lúsiada o hino da Mocidade Portuguesa (Estatuto, art.º 16)*”.

⁷⁰³ *Ibidem*, p. 8. “Este protagonismo exerce-se no campo de batalha ideológica que serão o lar e a família, lugar de transmissão dos valores, de permanência de tradição, de culto ao nacionalismo, modelo reprodutor da obediência ao chefe, espaço exemplar da *revolução mental e moral urgente aos portugueses de hoje e a uma cuidadosa preparação dos portugueses de amanhã* como diria Salazar. Daí a intromissão aberta ou subtil no espaço privado, íntimo, familiar, de modo a de preparar as mães que prepararão, física e espiritualmente, as gerações futuras da Pátria”.

⁷⁰⁴ SECRETARIADO PROPAGANDA NACIONAL, 1950, *Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e Actividades*, Lisboa, Ilustrações de Mitza, pp. 7-8. “Queremos que a rapariga portuguesa seja virtuosa e culta, forte de corpo e de espírito.

Que ela possa vir a ser dentro do Lar a auxiliar do marido, a sua companheira inteligente e sensata, a educadora e orientadora dos filhos, e que possa fazê-lo em plena consciência dos seus deveres para com Deus e para com a Pátria.

E queremos ainda, na hipótese de ela não vir a constituir um Lar, que a sua cultura e as suas virtudes lhe proporcionem uma independência digna na vida, útil a si, à Família e à Sociedade, por isso que a felicidade não se encontra na própria vida de cada um, mas na colaboração que se presta à Obra que é de todos.

Assim foi sonhada a M. P. F. ; assim a temos visto passar da aspiração dum sonho à realidade prática das suas criações.

A M. P. F. não é uma Obra como outra qualquer, a que um decreto dá existência, mas que nem sempre tem uma alma a animá-la !

A M. P. F. tem uma alma, que lhe tem sido carinhosamente transmitida por todos aqueles que da M. P. F. têm feito uma obra de amor.

Obra de amor ao serviço do que maior amor merece : o engrandecimento de Portugal !

Obra de amor, eminentemente nacional e cristã, que trabalha para o momento presente, mas que passa ainda além do tempo que a cada um é dado viver, para trabalhar para o futuro, o amanhã da Pátria, que não viveremos, mas que queremos glorioso, como glorioso foi o seu passado, que outros viveram !”.

⁷⁰⁵ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 292-293. “Enquanto a MP foi rapidamente despolitizada e cristianizada e, se ignorarmos os primeiros meses, foi programada para ser assim, a LP tinha de facto um

esvaziamento progressivo das iniciativas da Legião Portuguesa que, em prol do antifascismo e do antinazismo, vai reforçando uma função ideológica finalizada exclusivamente para o controlo da ordem pública⁷⁰⁶ e de militância ativa apenas durante os breves períodos eleitorais no pós-guerra⁷⁰⁷. Parece, portanto, que os adestramentos da polícia fascista eram funcionais não para o reforçar da ideologia do fascismo nos legionários, mas, sim para o reforçar do sentimento de consciência anti-ideológica, ou seja, a contribuição do fascismo italiano deu-se como um instrumento utilizado pelo Estado Novo destinado ao incremento da convicção anti-comunista⁷⁰⁸, que devia animar esta organização nascida para defender o regime de uma eventual ameaça soviético-iberista. Provavelmente, a colaboração de graduados do fascismo italiano era útil a Salazar, ao fazer confluir aquele cariz repressivo do fascismo entre os jovens de uma organização como a da Legião Portuguesa, mais do que favorecer e espalhar uma atitude repressiva de cariz totalitário entre os afiliados da Mocidade Portuguesa. De facto a Legião Portuguesa era nascida, oficialmente, para integrar a Mocidade Portuguesa⁷⁰⁹, contudo, desde logo, foi claro o projeto de standardização daquele

carácter milicial, era mais politizada e dotou-se de um discurso, de uma estrutura organizativa e de uma composição social, típica de uma milícia fascista”.

⁷⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-21, «Comando Geral Serviço de Informação. No dia 11 corrente, por 23 horas, estava numa taberna de Paredes, Bragança, a jogar o chinchão, Onofre Moreira, operário das minas de Paredes. A certa altura este sujeito meteu mão ao bolso para tirar o tabaco, mas em lugar de tabaco tirou meia vela de DINAMITE, da qual me apoderei imediatamente. Perguntando-lhe qual a proveniência daquele explosivo, respondeu que nós da Legião Portuguesa, éramos uns gatunos e que não tínhamos nada que ver com tais coisas, dizendo mais que ia mandar tocar os sinos a rebate para o povo se revoltar contra mim e os meus companheiros. Bragança 28 de Fevereiro de 1939. José Monteiro, Legionário nº 44/5660».

⁷⁰⁷ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 291. “A LP obteve um destaque na memória colectiva sobre o *Estado Novo* inversamente proporcional ao peso escasso que desempenhou no regime. Os seus 30.000 filiados, *fardados, enquadrados e instruídos*, dominaram a coreografia do regime, juntamente com a MP, entre 1936 e 1939. Com o final da Guerra Civil de Espanha e o regresso discreto dos voluntários portugueses que lutaram ao lado de Franco, a presença da LP, mesmo a coreográfica, reduziu-se significativamente, cumprindo funções de provocação e informação durante os breves períodos eleitorais, no pós-guerra”.

⁷⁰⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-21, «Os legionários são soldados de Portugal e, por, isso mesmo, soldados sempre prontos a combater o comunismo seu inimigo em toda a parte. Aqui mesmo não deixará de tentar perturbar os espíritos, confundir as situações para, no momento oportuno desenvolver o ataque. 10 de Julho de 1941. O Presidente da Junta Central».

⁷⁰⁹ CRUZ, Manuel Braga da, 1988, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, p. 140. “A Legião Portuguesa vem efectivamente a ser autorizada, *em complemento da Mocidade Portuguesa*, a 30 de Setembro de 1936, depois de numerosas adesões à ideia lançada um mês antes no Campo Pequeno. Surge como instituição para-militar, movida pelo anticomunismo, como *força armada com função política*. A sua primeira Junta Central toma posse a 9 de Novembro desse mesmo ano, e as suas

portuguesismo que a Mocidade Portuguesa deveria acionar na sociedade estado-novista⁷¹⁰, onde as perspetivas de enquadramento pré-militar reservadas a ela, além de serem muito mais prestigiadas do que as de ordem miliciana reservadas à Legião Portuguesa, não se carregavam ideologicamente do aspeto miliciano agressivo de inspiração fascista, mas se concentravam no alvo da defesa nacional⁷¹¹.

Aliás, já tempos antes da criação da Legião e da Mocidade Portuguesa, as analogias culturais que se estabeleciam com um país amigo como a Itália, tornaram-se oportunidades de retórica para o afirmar do cariz pioneiro como intrínseco ao povo lusitano. Como no caso de Azevedo Nunes, reitor da Universidade Técnica que, inaugurando a sala italiana, em 20 de Fevereiro de 1935 e sublinhando a irmandade de dois povos assente na herança deixada pelos romanos que se estabeleceram na velha Lusitânia, teve ocasião de afirmar que a doutrina e os métodos da organização social e governativa da Itália de Mussolini era uma herança da História portuguesa, observada na capacidade suprema de guiar os povos, expressada, primeiro, por D. Carlos e posteriormente, por João Franco e Sidónio Pais⁷¹². Esta originalidade lusitana parece

forças são oficialmente apresentadas com as da Mocidade Portuguesa, numa parada, a 28 de Maio de 1937”.

⁷¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros-9I, 4 de Junho de 1937, «O súbdito inglês Snr. Cor. Poppe Director em Lisboa da Companhia dos Telefones, procurou-me para conversar sobre assunto de escutismo. O Snr. Poppe perguntou-me então o que é que eu lhe poderia dizer sobre o assunto. Respondi-lhe que nada lhe podia dizer de concreto, senão que a Mocidade Portuguesa se tinha imposto à admiração pública pelo brilho de sua apresentação nos últimos festejos do 28 de Maio e palavras recentes de V, Ex^a preconisavam o enquadramento da nossa Juventude na Mocidade Portuguesa».

⁷¹¹ RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *Op. Cit.*, p. 184. “Desde logo, no Decreto-Lei que instituiu a Mocidade Portuguesa, em Maio 1936, onde se previa a existência de uma *milícia constituída pela Mocidade Portuguesa* cujo comando-geral seria *confiado a um oficial superior do Exército ou da Armada*; depois, no Regulamento da Mocidade Portuguesa, promulgado em Dezembro de 1936, estava também regulada a existência de uma milícia da Mocidade Portuguesa formada pelos seus cadetes (dos 17 anos em diante) embora se recomendasse uma *pronta colaboração* com a Legião Portuguesa. Neste regulamento também se podia ler que *os estudantes filiados na Mocidade Portuguesa poderão ser mantidos nos seus quadros até à conclusão do curso, mas nunca além dos vinte e seis anos*; por fim, a Lei 1961, de Setembro de 1937, relativa ao recrutamento militar em geral, atribuiu à Mocidade Portuguesa a *preparação da juventude para a defesa nacional*. A lei considerava a existência de dois escalões etários, um dos 7 aos 18 anos, confiado exclusivamente à Mocidade Portuguesa e outro, dos 18 até à idade de incorporação, onde *será ministrada a instrução pré-militar, incluindo a defesa passiva das populações contra ataques aéreos*”.

⁷¹² IVANI, Mario, 2008, *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra l'Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, Bolonha, CLUEB, pp. 168-169. “La sala italiana venne inaugurata il 20 Febbraio 1935 alla presenza di varie autorità politiche e accademiche. A quella data risultavano già attive la sala francese e quella tedesca. Nel discorso inaugurale il rettore dell’*Universidade Técnica*, Azevedo Neves, indicò il suo modelo di riferimento:

Oggi si inaugura il gabinetto italiano. È la pátria da cui vennero i romani, che si stabilirono nella vecchia Lusitania e ci trasmisero monumenti, língua e civiltá, il corpo, l’espressione e l’anima, é l’Italia rinnovata

coincidir perfeitamente, ao longo da ditadura, com o pensamento de Salazar que, mais de uma vez, tinha remarcado a sua distância ao regime de Mussolini, muito embora sem negar os seus pontos de afinidades. De facto, enquanto a ideologia fascista se torna útil ao Estado Novo no desenvolvimento do seu carácter autoritário, paradoxalmente torna-se útil, também, ao aumento da distância para com o próprio fascismo, para reforçar aquele portuguesismo que, desde o começo, é maioritariamente garantido pela Mocidade Portuguesa, na forma de um sentimento que, além de oferecer um vívido sentido lusitano, puro, genética e genuinamente intrínseco, se carrega do teor cristão, tradicional e nacionalista que, não obstante exalte o amor pela Pátria, não cai na armadilha do totalitarismo ditatorial⁷¹³.

5.3 Relação inicial entre Mocidade Portuguesa e *Hitlerjugend*

A conceptualização mística e patriótica pode destacar-se a nível embrionário na imagem do herói estado-novista, que proposto de forma mítica aos filiados da Mocidade Portuguesa celebra o tipo-ideal de Homem Novo, que sacrifica tudo pela Pátria e pelo interesse nacional. Uma mística onde Salazar é representado como um guia físico e espiritual, próximo àquele de Afonso Henriques e que tal como este, segura uma espada e um escudo em nome dos princípios e valores tradicionais, que veiculam a imagem de um herói lusitano, detentor de uma força transcendente, transmitida na herança dos

dei nostri giorni, che, nell'estremo occidente delle vecchie terre latine, stabilisce un nuovo centro destinato a diffondere il valore della scienza e dell'esperienza dei suoi maestri e a intensificare il sentimento, che fa vibrare due cuori fratelli. È un evento in cui si coniugano i principi utilitari della scienza con l'affettuosa amicizia bimillenaria dei popoli. L'Italia crea qui un importante centro di diffusione della sua scienza economica e finanziaria, dei metodi e processi, che la guidano nell'organizzazione della vita nazionale. Il faro che Mussolini ha acceso per formare la nuova Italia, abbaglia il mondo.

Ciò malgrado, l'origine delle dottrine e dei metodi dell'attuale organizzazione sociale e governativa italiana – secondo Azevedo Neves – andava rintracciata nella storia portoghese: nel re D. Carlos innanzitutto, figura eminente all'origine dell'attuale concezione della suprema politica di guidare i popoli, a cui si doveva l'intuizione della forma politica maturata poi con Salazar, uomo di scienza che, al pari di Mussolini, avrebbe studiato le dinamiche sociali individuando la terapia adeguata per annullare i vizi e sublimare le virtù; nella dittatura di João Franco, che costituí una prima, concreta tappa, e nove anni piú tardi, nel 1917, nella dittatura carismatica di Sidónio Pais. Mussolini, Salazar e Hitler incarnavano l'ideale preconizzato da *El-Rei* D. Carlos: *Portogallo, Italia e Germania sono i tre paesi in cui nuove dottrine adeguate al rispettivo contesto, trionfano per mano dei tre grandi uomini*".

⁷¹³ PINTO, António Costa, 2008, *O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX*, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, p. 44. "Durante a guerra, ainda que alguma plebe do regime se tivesse entusiasmado com o Eixo, a maioria era devota a Salazar e à Igreja Católica. A *Legião Portuguesa* foi a única instituição a declarar fé na Alemanha nazi, ficando mais discreta a partir de 1943, já que a Mocidade Portuguesa tinha sido *catolicizada* nos anos 1930".

séculos através dos seus personagens considerados dignos na História de Portugal⁷¹⁴. O mito do carácter único nacional, relativamente aos outros povos, torna-se o ensejo para enfatizar um processo auto-rácico, onde se desenvolve uma constante histórica que procura valorizar conceitos de eugenismo a um nível embrionário, como o de povo, raça, unicidade, descendência prestigiada, génio nacional e nação⁷¹⁵. Um conjunto de valores que se reúnem entorno de uma alma nacional pura, genética e intelectualmente reconhecida dentro de um determinismo rácico a proteger zelosamente, a preservar e a perpetuar como a condição cultural mítica na qual deve identificar-se cada português. Neste sentido é possível individuar no Estado Novo, relativamente à ditadura italiana e à alemã, uma diferença de fundo notável, que visa construir com sucesso uma identidade de natureza exclusiva que, no conceito de raça, povo, nação e unicidade procura as suas raízes. Enquanto que, na Alemanha, o poder hitleriano se caracteriza por um teor biológico, que triunfa por meio de uma repressão jurídica da alteridade⁷¹⁶ e na

⁷¹⁴ MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Op. Cit.*, p. 169. “Guardadas as distancias que decorrem dos contextos históricos em que se movem e das acções que empreendem, há, no entanto, inegáveis pontos de contacto com dois outros perfis heróicos da História de Portugal que então se desenvolvem – e são aliás erigidos em patronos da Mocidade Portuguesa – Nuno Álvares e o Infante D. Henrique. Tal como no caso dos patronos da organização paramilitar da juventude, corporizou-se do chefe do Estado Novo, a imagem de uma certa rectidão, de total desinteresse solipsista e misógino pelos valores mundanos e pelo feminino, e exclusiva dedicação aos superiores interesses da Pátria. Além destas referências míticas essenciais, poder-se-á admitir que a imagem pública de Oliveira Salazar se construiu, em parte, pela justaposição de múltiplos elementos, disseminados por certos vultos históricos de maior projecção (Afonso Henriques, Nuno Álvares, D. João III). A aproximação com Afonso Henriques através da celebre imagem, tão difundida através de um postal, em que Salazar empunha um escudo e uma espada, bem como a controversa (casual ou fictícia, pouco importa) semelhança com uma das figuras de último plano dos painéis de Nuno Gonçalves, evidenciam, sem dúvida, a preocupação de fazer reviver na veneração ao dirigente do Estado Novo os atributos de antepassados míticos, sejam eles os do herói – fundador do Estado (não pretendia o regime instaurar nos anos 30 uma restauração dos valores e tradições originais?)”.

⁷¹⁵ MATOS, Sérgio Campos, 2008, *Op. Cit.*, p. 96. “Em quase todas estas ideias (com a excepção da última) se projectava a consciência do presente e, implícita ou explicitamente, uma perspectiva do futuro, expressão que, de algum modo, garantia a confiança na nação e nas suas virtualidades originais. Em todas elas está implícita uma consciência histórica bem enraizada num tempo longo.

Não podemos aprofundar o tratamento de cada um destes tópicos. Importa, todavia, conhecer as representações que se foram tecendo acerca do carácter nacional, uma das noções – chave que desde a afirmação da sensibilidade romântica permitiu a historiadores, arqueólogos, etnólogos, jornalistas e literatos captar, num certo sentido de globalidade, o todo nacional (outras nações cumpriram função similar. Organismo, índole, génio nacional, nação, raça, povo)”.

⁷¹⁶ PIMENTEL, Irene Flunser, 2008, “A polícia política nos primeiros anos do salazarismo. 1933-1945”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Op. Cit.*, pp. 338-339. “No regime nazi, o juiz não se limitava a aplicar a lei, mas passou a vigiar a salvaguarda do *bem* e da *saúde* da *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo), elevada como valor supremo. O delito deixou de ser encarado como uma violação do direito e passou a ser considerado um atentado à integridade comunitária, através do decreto sobre o *sentimento são do povo* (*gesundes volksempfindem*), de 28 de junho de 1935. A defesa da *sanidade* do povo passou a ser o critério de julgamento, ao qual o juiz

Itália, o conceito de latinidade romana é utilizado por Mussolini, para fixar sob a guia de um único *condottiero*, o orgulho nacional de um país étnica e culturalmente muito variegado⁷¹⁷. Em 16 de Janeiro de 1933, Salazar, em vez de criar, reforça, apesar de negar esta necessidade, os conceitos nacionalistas, em contraposição a outros povos⁷¹⁸,

recorria, para condenar acções não previstas pelo Código Penal. Em 1933, foram criados *tribunais especiais*, de cuja decisão não se podia recorrer, e em 24 de Abril foi fundado em Berlim, para julgar *casos de traição*, o *Volksgerichtshof* (VGH – Supremo Tribunal do Povo), que reforçou os poderes do procurador e amputou os direitos da Defesa. Paralelamente, como se viu, a Gestapo foi habilitada a realizar *obra profiláctica*, ou seja, a decidir o internamento, num campo de concentração, de qualquer pessoa que considerasse susceptível de pôr em perigo a perenidade e a segurança da comunidade racial do Povo e do Estado”.

⁷¹⁷ FERRO, António, 1927, *Op. Cit.*, pp. 59-60-61. “Guiado pelo acaso, chego na hora íntima dos parabéns. Celebra-se a grande data do Fascismo, o primeiro aniversário da marcha sobre Roma, marcha grandiosa e pueril com versos de D’Annunzio e música de Puccini. [...] O *taxi* que me conduz ao hotel rompe dificilmente a multidão, a multidão prosternada, petrificada em éxtase. [...] O Corso Umberto, *condottiere* que não se resolve a morrer e que possui, tôdas as tardes, as mais lindas mulheres de Roma, vive uma hora feliz, uma hora onde cabe um ano de triunfo e de glória...

O céu azul, azul como poucas vezes, aconchega Roma, pinta-a de felicidade... O Sol, o Sol italiano, o grande, *ardito*, é também o grande fascista, o único *fascista* que não usa camisa negra...

São nove horas da manhã. Para os lados da Piazza del Popolo vai um rumor de Aleluia e um resmungar de tambores... Começa a aquecer. O Sol, festivo e alegre, içou mais umas tantas bandeiras de luz... Oiço agora cantar o céu. Tenho medo. Não me atrevo a erguer os olhos. Receio a *atérrissage* do Sol, do Sol entusiasmado, do Sol fascista... Olho, por fim, tímidamente. Não é o Sol mas são tresentos Sóis, tresentos aeroplanos! Aglomeram-se, de preferência, sobre a Piazza Venezia, sobre a Altar da Pátria onde repousa, ao ar livre, acarinhado pela Saudade de todos, velado pela cidade inteira, o túmulo do Soldado Desconhecido.

Aproxima-se o cortejo. O fascismo vai passar, finalmente, em carne e ôsso, perante os meus olhos curiosos, esfomeados... Primeiro o clássico esquadrão, um esquadrão de carabineiros. A seguir o Directório Nacional, os membros do govêrno, os comandantes das colunas que marcharam sobre Roma. Todos os maiores do Fascismo se parecem com Mussolini... O ditador está à frente dum govêrno constituído pelos seus retratos...

O cortejo continua a passar. Agora são os mutilados – ruínas de Itália – as legiões da milícia nacional, a girândola dos estandartes fascistas de toda a Itália, os sindicatos fascistas, associações patrióticas, várias corporações e, por fim, a longa cauda do Fâscio, o povo, o povo liberto, o bom povo romano que empurra, feliz e contente, as rodas do carro, do carro do novo César...”

⁷¹⁸ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, pp. XXXIX-XL-XLI. “Só nós tivemos Vasco da Gama, João de Castro, Afonso de Albuquerque, os triunfos, as glórias fulgurantes da Índia; por detrás de nós, comerciantes ingleses, incomparavelmente menos ilustres, criaram para a Inglaterra, sem dar por isso, um grande Império. Só nós tivemos D. João I, a *ínclita geração de altos infantes*, D. Afonso V, para estender Portugal para além do estreito e conquistar o norte de África; mas quem domina e vende os seus produtos em Marrocos é a França e a Espanha. Só nós tivemos Pedro Álvares Cabral, as missões dos jesuítas, o Brasil, mas ainda que essa seja a nossa corôa mais valiosa de país colonizador e a nossa colônia de portugueses mais numerosa, vão-se os nossos compatriotas ficando ligados ao comércio e às profissões mais humildes, batidos em muitos Estados por alemães e italianos. Só nós ensinamos os caminhos dos grandes oceanos a todos os povos da terra, fomos ao comércio e à pesca primeiro que muitos outros; e compramos agora o bacalhau à Noruega e embarcamos as nossas mercadorias em navio ingleses e da pequena Holanda. A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heroicos, correremos o risco de parecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende.

Eis porque uma directriz nova deve ser dada, aproveitando as formidáveis qualidades da raça e neutralizando alguns dos seus principais defeitos. Uma mentalidade nova fará surgir Portugal.

Peço desculpa de ter escrito êste Prefácio. Não é que me envergonhe de o haver feito; é que me roubou tempo de que eu precisava para outras coisas.

já existentes no imaginário coletivo de todos os portugueses, chavões de puro sentimento lusitano que irá a utilizar ao longo da ditadura, sobretudo no meio escolar, para fortalecer o amor patriótico por Portugal⁷¹⁹. Deste modo, os valores simbólicos que representam o nacionalismo político de Salazar tornam-se o elo comum⁷²⁰ a todas as correntes que compõem o aparelho de governo estado-novista⁷²¹. De facto, nenhuma destas correntes teria alguma vez criticado, por exemplo, afirmações legitimamente autoritárias como: «Nada contra a Nação, tudo pela Nação». Implicitamente o facciosismo de grupos apoiantes ou de oposição, teria sido considerado um comportamento, antes de mais, antinacionalista⁷²², que poderia pôr em questão as raízes de uma Nação, que deveria permanecer inalterada por via de um «sentimento profundo da realidade objectiva da Nação Portuguesa»⁷²³.

A homogeneidade estrutural do nacionalismo português pede uma participação total à glorificação da Pátria, bem diferente da glorificação do Estado ético e totalitário do caso italiano e do caso alemão. Salazar procura dar ao seu regime uma imagem

16 de Janeiro de 1933

Oliveira Salazar”.

⁷¹⁹ Melo, Daniel, 2001, *Op. Cit.*, p. 46. “O nacionalismo (português) adquire no pensamento salazarista a importância de uma verdade revelada, ideologicamente estruturadora da acção política. É nele e por ele que se enquadram as linhas de força de uma identidade portuguesa, e, concomitantemente, da *praxis* política do Estado Novo. O nacionalismo, motor da história de Portugal e do seu contributo para o mundo, surge, assim, como uma herança fatalmente a prosseguir:

Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social, terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade”.

⁷²⁰ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, p. XXXII. “Nós temos, asseveramo-lo, um único fim – engrandecer a Pátria, realizar o interesse nacional”.

⁷²¹ *Ibidem*, pp. XXXI-XXXII. “Ora, dado o caso da inegável influência da opinião nas mutações ministeriais ou na marcha da governação, uma única diferença de vulto será notada – é que num regime não partidário podem não aproveitar do facto os que se arvoram em dirigentes numa campanha ou lúdico representantes da opinião pública; mas isto que muito lhes interessa a eles, não interessa à Nação. E quando se veja, experimentalmente, não serem os caminhos que hoje lá levam, os que no Estado novo conduzem ao Poder, não tenhamos dúvida de que grandes transformações se operarão nos costumes, mais calma se notará nas discussões e maior dose de seriedade no estudo dos problemas”.

⁷²² *Ibidem*, p. XXIX. “Aos homens de governo compete realizar, até onde seja humanamente possível, esta ideia-máter de anti-partidarismo e de política nacional, afastando, sendo preciso, a actividade de alguns para no fim servir a todos.

Tenho notado que as dúvidas levantadas acerca da possibilidade dum vida constitucional sem partidos políticos, provêm principalmente da dificuldade em que os hábitos adquiridos nos puseram de compreender que uma máquina funcione diferentemente do modo como durante mais de um século foi vista funcionar. Está tão enraizado em nós o espírito de grupo e tão pouco o de nação, que soluções políticas, absolutamente lógicas dentro da orientação nacionalista, não chegam a ser compreendidas e são muitas vezes criticadas por aqueles mesmos de cujo espírito se não pode duvidar”.

⁷²³ CRUZ, Manuel Braga da, 1989, “Salazar e a política”, em AA VV, *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, p. 61.

materna, a de uma Pátria Mãe que, por meio das mulheres⁷²⁴, renova a sua “raça” e que, através da Mocidade Portuguesa Feminina, sobretudo nos primeiros anos do regime, põe um limite às influências do eugenismo que a Mocidade Portuguesa podia ter sofrido, até ao começo da II Guerra Mundial, através dos frequentes intercâmbios com a *Hitlerjugend*⁷²⁵. Quando a Mocidade Portuguesa é instituída, em 1936, Salazar tem a intenção de dotar o Estado Novo de uma organização juvenil semelhante àquelas já existentes na Itália⁷²⁶ e na Alemanha⁷²⁷ e não é por acaso que o primeiro Comissário

⁷²⁴ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 11. “Mas as mulheres são, teoricamente, menos desiguais. Duquesas, mães de família, proletárias, burguesas, a todas o mesmo destino – **a mulher mãe**, o mesmo domínio – **a mulher casa**, a mesma missão – **a mulher pátria**.”

É com esta massa, uniforme pela capacidade de procriação, que o chefe procura a relação. De devotamento, de entrega. *Apaixone-mo-nos pelas ideias de Salazar* (A Escola Primária, n.º 278, Abril 1940) mas a paixão invoca-se apenas em termos espirituais, de mobilização das almas para a acção dos corpos. No nosso país, a ambivalência entre distanciamento e cumplicidade com o chefe revela aspectos estreitos. Se Salazar é nome que, quase deixou de pertencer a um homem para significar o estado de um espírito de um País, na sua ânsia de regeneração legítima *duma política sem política, duma política de unidade* (Ferro, 1978:66), nem por isso deixa de ser um homem, como qualquer português médio, remediado com *um fato simples de alfaiate modesto; um casaco sem carteira* (Ferro, 1978:65) e a sua casa é uma casa portuguesa *uma casa modesta, despretensiosa* (idem)., na qual Salazar faz cumprir rigorosamente as virtudes de poupança que recomenda à nação, através das mulheres”.

⁷²⁵ *Ibidem*, p. 58. “Podemos dizer que os dois grandes construtores do enquadramento organizativos das juventudes, o ministro Carneiro Pacheco e a deputada Maria Guardiola, personificam, simbolicamente, as forças em presença: Carneiro Pacheco, atraído pelo exemplo germanófilo, advoga, mais ou menos explicitamente, o monopólio estatal sob a organização juvenil, o anseio de, à semelhança do que sucedera na Alemanha, extinguir as organizações católicas juvenis, nomeadamente o Corpo Nacional de Escutas e a Associação de Guias de Portugal. Maria de Guardiola, profundamente católica, punha por uma relação de estrutura juvenil, duplamente umbilical, ao Estado e à Igreja. E afirma-o, inequivocamente, desde o primeiro momento da MPF., organização consagrada à *Virgem Maria, Padroeira de Portugal*”.

⁷²⁶ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 24. “Mas, e admitindo ter sido a Organização Nacional Balilla aquela onde a MP mais foi *beber* a sua inspiração, o curioso é que a criação desta coincide quase no tempo com a extinção daquela. De facto a 27 de Outubro de 1937, o Duce criava a Juventude Italiana do Littorio (GLI) que absorvia a Balilla já que as estreitas ligações desta com o Ministério da Educação faziam com que não cumprisse cabalmente os desígnios para que tinha sido criada (Tannenbaum, 1975, p. 161). A nova organização era incorporada na dependência directa do Partido Fascista de forma a servi-lo nos desígnios bélicos que se aproximavam (Williams, 1994, p. 140 e Vittoria, 1981, p. 460). Ironia suprema esta em que o Partido Fascista Italiano pretende recrutar para as suas fileiras a juventude que andara a educar durante um decénio na Organização Balilla e se vê na necessidade de criar uma outra organização para servir esse fim...”

Esta última reflexão não é senão a manifestação, pela nossa parte, de alguma surpresa face ao que acabamos de expor. Surpresa tanto maior quanto de entre as organizações que, sumariamente, estudámos para compararmos com a Mocidade Portuguesa, a que mais similaridades apresenta é aquela que será extinta por não servir o ideário fascista! Como conciliar, portanto, esta constatação com a ideia, comumente divulgada, de que a Mocidade Portuguesa se não foi uma organização fascista foi, pelo menos, um dos artefactos fascistas do Estado Novo?”.

⁷²⁷ *Ibidem*, p. 21. “Quando comparamos a MP à Juventude Hitleriana somos levados em crer que, apesar dos muitos contactos estabelecidos entre as duas juventudes, são muito maiores as diferenças do que as similaridades. De facto se é possível encontrar algumas semelhanças no que à coreografia diz respeito já no que se refere a conteúdos e objectivos o panorama parece ser bastante diferente. Na verdade as

Nacional da Mocidade Portuguesa tenha sido o próprio Francisco José Nobre Guedes⁷²⁸, a quem, entre 1936 e 1940, foi atribuída esta tarefa. Sendo simpatizante do III Reich se inspirou diretamente no modelo alemão da juventude hitleriana, de facto, o ideal de patriotismo, em que se motivou o nascimento da Mocidade Portuguesa, foi o de encontrar nas origens portuguesas o «próprio coração da raça»⁷²⁹. Já antes de 1936 o discurso de regeneração da raça que trouxe o nacional-socialismo, embora com medidas menos drásticas, foi aceite com parecer favorável pelo eugenista Eusébio Tamagnini⁷³⁰ que, entre Outubro de 1934 e Janeiro de 1936, assumiu o cargo de ministro da Instrução Pública, que no I Congresso de Antropologia Colonial, em 1934, desaconselhou publicamente a mestiçagem, porque podia afastar as raças do ambiente geográfico originário⁷³¹.

Sobretudo, em 1939, em Portugal, assiste-se a um incentivo de imitação de um modelo de política demográfica e racial de cariz fascista que, baseando-se no conceito de latinidade, propõe um fortalecimento do conceito de família e de paternidade, o qual relativamente ao modelo racial nazi, se ampara mais sobre uma dimensão espiritual do que biológica⁷³². Da mesma forma, parece que, nestes anos, as relações entre a

proximidades parecem residir tão só no facto de, como refere Koch, a Juventude Hitleriana, à semelhança da MP, surgir baseada no pressuposto de que era necessário completar a Escola (1975, pp. 250-251) e de que para esse efeitourgia dedicar especial atenção à educação física e ao desporto (Heyes, 1993, p. 28)".

⁷²⁸ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, pp. 50-51. "O primeiro comissário, Nobre Guedes (Maio de 1936 e Agosto de 1940), combatera na guerra mundial e ingressara como graduado na extinta Legião Portuguesa. Foi também ministro de Portugal junto do Governo do Reich, e, posteriormente, embaixador em Berlim. Interessado pelos problemas da juventude, deslocou-se várias vezes à Alemanha onde proferiu conferências sobre a organização da juventude portuguesa".

⁷²⁹ *Ibidem*, p. 90. "O ideal que ilumina a Mocidade Portuguesa tem as suas raízes e as suas origens no próprio coração da raça".

⁷³⁰ PIMENTEL, Irene, "O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX", em *História*, Ano XX, n. 3, Junho de 1998, p. 22. "Em 15 de Junho de 1932, realizou-se entretanto, em Coimbra, por iniciativa de Eusébio Tamagnini, director do Instituto de Antropologia da universidade, uma reunião preparatória para a criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos".

⁷³¹ *Ibidem*, p. 23. "Eusébio Tamagnini interveio no mesmo congresso, desaconselhando a mestiçagem com o argumento darwinista de que as raças dependiam do ambiente geográfico, do qual não se deviam afastar".

⁷³² IVANI, Mario, 2008, *Op. Cit.*, p. 231. "Nei primi mesi del 1939 alcuni aspetti del dibattito in corso tra gli specialisti lusitani comparvero sulla stampa del nord del paese. Il *Comércio do Porto* del 5 Febbraio pubblicò un lungo articolo sulla politica demografica e razziale del fascismo, a firma di un fittizio corrispondente da Roma (*R.M.*), che, facendo leva sul ben noto leitmotiv della comune latinità, proponeva implicitamente un modello per l'Estado Novo. Nel contempo, gli argomenti proposti miravano a interpretare il razzismo italiano in chiave spirituale, negandone la dimensione *biologica* e allontanandolo in tal modo dal modello nazista. L'esperienza fascista insegnava che la battaglia demografica era orientata non solo all'aumento della popolazione ma al rafforzamento della famiglia e,

Mocidade Portuguesa e a *Hitlerjugend*, relativamente à Mocidade Portuguesa Feminina, tiveram um papel diverso no patamar biológico e moral. Enquanto que, a Mocidade Portuguesa nasce, como diz o ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco, através de uma educação pré-militar⁷³³, a Mocidade Portuguesa Feminina nasce sob a responsabilidade da Obra das Mães pela Educação Nacional, gozando de uma autonomia que nunca será incluída sob o domínio da Mocidade Portuguesa⁷³⁴. Além disso, enquanto que a Mocidade Portuguesa, não obstante as palavras do Comissário Nacional Nobre Guedes⁷³⁵ de clara orientação germanófila que, em 1940, será nomeado ministro de Portugal na Alemanha, nasce como organização de tipo paramilitar e entre o ano da sua fundação e o eclodir da II Guerra Mundial consolida as relações de intercâmbio com a *Hitlerjugend*⁷³⁶, a Mocidade Portuguesa Feminina nasce sob a égide da Obra das Mães pela Educação Nacional, como homologa da organização italiana da *Opera Nazionale per la Maternità e Infanzia*⁷³⁷, querida pelo regime fascista para proteger e tutelar as mães em dificuldade e para garantir o nascimento e a multiplicação de um Homem Novo Italiano herdeiro do futuro do regime⁷³⁸. Provavelmente é nesta

con un espressione estrema, potremmo dire della paternità. Gli obiettivi perseguiti erano puramente e inconfondibilmente una tradizione romana e latina

⁷³³ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 5. “Carneiro Pacheco avisa que a hora não é para objecções, mas para acção e que não se é português só por se ter nascido em Portugal... . O apelo à defesa da pátria dirige-se, em primeiro lugar, aos novos. São eles que, através de uma educação pré-militar, deverão preparar-se para merecerem a honra de serem portugueses”.

⁷³⁴ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 58. “No âmbito da OMEN, da qual se autonomizará, completamente em 1950”.

⁷³⁵ VIANA, Luís, *Op. Cit.*, p. 6. “Apesar do aviso do comissário nacional Nobre Guedes – A Mocidade Portuguesa não pretende fazer dos seus filiados um corpo de Exército de soldadinhos de chumbo – a primeira Mocidade Portuguesa é paramilitar, abraçando modelos estrangeiros”.

⁷³⁶ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p. 573. “A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em Setembro de 1939, afinal, pôs fim à aproximação entre a *Hitlerjugend* e a Mocidade Portuguesa”.

⁷³⁷ *Ibidem*, p. 555. “A instituição da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), criada em Setembro de 1936), uma iniciativa de algumas mulheres da alta sociedade, não teve uma grande ressonância em termos organizativos, muito menos da sua congénere italiana, a *Opera Nazionale per la Maternità e l’Infanzia*, cuja política de propaganda de procriação tinha uma grande envergadura”.

⁷³⁸ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 14. “Em Itália, processa-se uma política de incentivo do casamento, incluindo a promoção de casamento colectivos, celebrados, pela primeira vez, em Outubro de 1933, (modelo que inspirará as *Noivas de Santo António* no nosso país, a partir dos anos quarenta), de isenção de impostos aos pais de família, de concessão de abonos aos chefes de família (apenas aos homens), de licenças de parto, seguros de maternidade, prémios *di natalità*, legislados em 1939, apoio a famílias numerosas, honorificação das mães prolíficas, e de obrigação de impostos aos celibatários dos 26 aos 65 anos, cuja receita revertia para a *Opera Nazionale per la Maternità e Infanzia*, e de pressão social sobre as casadas sem filhos, classificadas como *morbidamente egoístas*. A imposição *nascimentos, mais nascimentos* intensifica-se com o desenvolvimento da guerra”.

contraposição que se encara a diferenciação do relacionamento, que o Estado Novo teve com o regime italiano e com o alemão, nomeadamente na separação conceptual que a organização juvenil portuguesa teve, desde os primórdios, entre Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina⁷³⁹. Enquanto que, nos intercâmbios com a *Hitlerjugend*, podemos reconhecer uma Mocidade Portuguesa envolvida em atividades principalmente paramilitares e desportivas do que culturais⁷⁴⁰, na Mocidade Portuguesa Feminina podemos ver uma abordagem diversa, que a coloca numa posição privilegiada, no relacionamento com a contraparte feminina do regime fascista⁷⁴¹. Desde a criação da

⁷³⁹ *Ibidem*, p. 59. “Daí o acautelar de *contaminações* que adviriam de desvios para militaristas e físicos na formação da juventude feminina, e a prevenção em definir o carácter não miliciano da MPF e o tipo de desporto conveniente às futuras esposas e mães: *A MPF não é uma milícia feminina com aspirações masculinas: é uma organização de raparigas, que não deixam de ser raparigas. Correctas e arrumadas, respeitam a ordem, obedecem às suas dirigentes e são prova de disciplina, mas sem rigidez* (SPN, s/d: 59). *Por isso, a ginástica, os jogos e os desportos estão no campo de acção da MPF, mas dela são banidos as competições atléticas, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino* (§ único do art.º 4 do Regulamento – SPN, s/d: 7).

Assim, nas manifestações públicas da mocidade, nas paradas, desfiles ou nas bancadas, as raparigas ocuparão sempre territórios rigidamente separados, facto que a imprensa ressalta, no testemunho da educação para a feminilidade”.

⁷⁴⁰ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp. 572-573. “Nessa altura os dirigentes da organização alemã de juventude tinham elaborado um extenso plano de trabalho para o ano de 1939, que consistia nas actividades seguintes:

Visita de um grupo de 50-100 graduados da *Hitlerjugend* e 18-20 anos de idade às instalações da Mocidade Portuguesa;

Convite a um grupo de velejadores da Mocidade Portuguesa para participarem na regata internacional de barcos à vela em Postdam em Setembro;

Envio de um grupo de estudo de 7 delegados da juventude hitleriana às festividades do 28 de Maio, cujas impressões vão servir de base para preparar a participação da *Hitlerjugend* no Acampamento Internacional da Juventude, em 1940, por ocasião dos centenários;

Envio, a pedido de Nobre Guedes, de 20 graduados da Mocidade Portuguesa à Alemanha para frequentarem cursos especializados de motocicleta, marinha e voo sem motor;

Envio de um grupo de 10 filiados da *Motor-HJ* para coadjuvarem a direcção da Mocidade Portuguesa na criação de uma *motor-mocidade*;

Convite a 30 filiados da Mocidade Portuguesa para assistirem ao *Reichsparteitag* (dia do partido do Reich) em Nuremberga;

Visita de Nobre Guedes à Alemanha para estudar os métodos da *HJ*”.

⁷⁴¹ PIMENTEL, Irene Flunser, 2007, *Mocidade Portuguesa Feminina. Educada para ser boa esposa, boa mãe, católica e obediente*, Lisboa, A Esfera dos Livros, p. 105. “Em Outubro de 1937, os jornais publicaram uma nota oficiosa sobre o regresso de Itália de uma delegação de dirigentes da Obra das Mães pela Educação Nacional e de futuras comissárias nacionais da MPF, constituída por Palmira Morais Pinto, Maria Guardiola, Fernanda d’Orey e Maria Luísa Vanzeller. Não são conhecidos os motivos dessa viagem, mas é sintomático que, à semelhança desta viagem a Itália, a MPF não tenha realizado sequer uma à Alemanha, o que parece indicar ter havido uma proximidade e um relacionamento privilegiados iniciais com o fascismo italiano, cujo modelo organizativo os governantes portugueses não desconheciam”.

Mocidade Portuguesa, já em Agosto de 1936⁷⁴², a *Hitlerjugend* conseguia conquistar as simpatias dos seus afiliados e algum tempo antes da criação da Mocidade Portuguesa, Almodôvar, que presidiu a Acção Escolar Vanguarda, teve a tarefa de realizar os primeiros contactos com as organizações juvenis italiana e alemã. Desde então se criou uma proximidade maior com a *Hitlerjugend*⁷⁴³, uma vez que a viagem à Itália resultou num vaivém de uma festa para outra, sem a possibilidade de se alcançar uma visão suficientemente clara do modelo de atuação das organizações juvenis inseridas na *Opera Nazionale Balilla*⁷⁴⁴. Esta relação de proximidade da Mocidade Portuguesa Feminina, relativamente à realidade juvenil italiana, parece ter um papel mais importante do ponto de vista ideológico, no limitar daquela conceptualização de “raça” que, no Estado Novo, ganha uma direção mais social e espiritualista, relativamente à conceptualização física e biológica alemã⁷⁴⁵. Além de proporcionar uma abordagem de natureza metafísica mais semelhante à abordagem italiana, que delinea o conceito de “Raça” Itálica⁷⁴⁶, por meio de uma renovada funcionalização ideológica de sentimentos

⁷⁴² KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp. 571-572. “A este respeito, é muito significativo que a Mocidade Portuguesa, numa fase em que a organização ainda só existia no papel, não desse o seu primeiro *acte de présence* em Portugal, mas na própria Alemanha. Em Agosto de 1936 um grupo de 29 filiados, seleccionado por entre alunos do Colégio Militar e filhos de dirigentes da Mocidade Portuguesa, participou num campo internacional de juventude em Berlim no âmbito das XI Olimpíadas. Em seguida, o grupo empreendeu uma viagem de uma semana através da Alemanha, sempre acompanhado por filiados da juventude hitleriana. A máquina de propaganda alemã mostrou grande habilidade ao impressionar o grupo português durante essa viagem, não escapando à sua atenção os pormenores, como, por exemplo, a presença *casual* de postais com retratos de Carmona e Salazar nas montras das papelarias em Dresden. A atenção especial dada à Mocidade Portuguesa não deixaria de ter efeitos positivos (do ponto de vista alemão): Carneiro Pacheco, ao agradecer ao ministro da Alemanha em Lisboa o acolhimento aos portugueses, assegurou-lhe que *a semelhança dos nossos objectivos sociais e os esforços comuns na defesa da civilização cristã são a garantias de que essa obra de aproximação será sólida e está destinada a ter larga projecção no futuro*”.

⁷⁴³ *Ibidem*, p. 571. “Regressando a Portugal, Almodôvar elaborou um relatório e descreveu as suas impressões nas páginas do *Diário da Manhã* e na revista *Escola Portuguesa*. É difícil dizer até que ponto a experiência dele influenciou os projectos então estudados no Ministério da Instrução Pública, porque alguns meses depois do regresso de Almodôvar, na sequência de uma ampla remodelação ministerial, Eusébio Tamagnini deixou a pasta de Educação a favor de Carneiro Pacheco, que veio a apresentar um novo projecto de organização da juventude da sua própria autoria. Sem dúvida, porém, a viagem de Almodôvar foi a base de contactos mais intensivos entre a *Hitlerjugend* e a organização sucessora da Acção Escolar Vanguarda, a Mocidade Portuguesa”.

⁷⁴⁴ *Ibidem*. “Durante quinze dias, foram levados de uma festividade a outra, sem ficarem com qualquer visão prática da organização da juventude italiana”.

⁷⁴⁵ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 12. “A política natalista alemã, complexa e de base eugenista, não encontra analogia em nenhum dos outros regimes ditatoriais seus contemporâneos”.

⁷⁴⁶ GENTILE, Emilio, 2004, “L’«homme nouveau» du fascisme. Réflexions sur une expérience de révolution anthropologique”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, 2004, *Op. Cit.*, p. 49. “Mussolini avait emprunté à Gustave Le Bon, auteur lu et admiré, la conception de la race comme

culturais, o conceito de “Raça” Portuguesa exprime-se, também, por meio de uma idealização cultural e social da maternidade⁷⁴⁷, papel fundamental da Mulher Nova que com a sua contribuição abrangente e complementar de um ponto de vista ideológico, cria as bases capazes de elevar a Nação Portuguesa ao novo patamar de Pátria Mãe, em que a mulher revela-se irrenunciavelmente preciosa no seu papel de mãe e de dona da Casa Lusitana⁷⁴⁸. Não só, Salazar⁷⁴⁹ considera, assim, a mulher um apoio moral da família⁷⁵⁰, como, através da Mocidade Portuguesa Feminina, procura criar também uma nova elite política feminina, para a qual ele⁷⁵¹ é o modelo moral a seguir incondicionalmente, enquanto modelo de amor “doméstico” a ser transmitido à sociedade estado-novista, capaz de, novamente, elevar com orgulho os dotes “caseiros” de uma Nação, que entorno da família constitui o seu corporativismo social, económico e político. Esta formação integral⁷⁵² da Mulher Nova, através da Mocidade Portuguesa

caractère d'un peuple, constitué par l'histoire autour d'un noyau dur de principes, d'idées et de valeurs, bases de la civilisation”.

⁷⁴⁷ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, p. 60. “O separatismo encontra-se, pois, estabelecido, doutrinária e estruturalmente, desde a origem. O alcance da acção da OMEN toca, na maior parte, as mulheres do presente, junto das quais é preciso colmatar as insuficiências de preparação, e contrariar as influências funestas dos tempos desalmados da República. Mas a projecção para o futuro, a formação das mães de amanhã, no âmbito da educação integral, só se consubstanciará, plenamente, na concretização do que os estatutos lhe atribuem: *organizar a secção feminina da MP, contribuindo para a educação nacionalista da juventude portuguesa e para preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais”.*

⁷⁴⁸ *Ibidem*, p. 26. “Esta analogia das duas economias, a macro e a micro, insistente nas décadas de trinta e quarenta, será retomada em 1958, em pleno período de campanha presidencial, quando da candidatura oposicionista do General Humberto Delgado incentiva quebra de silêncios. Uma *Comissão de Mães* dirige-se às mulheres da Nação recordando a analogia com o governo do Chefe: *Salazar quis governar Portugal, como vós quereis governar a vossa casa: com a família unida e forte. Salazar quer Portugal livre e independente como vós quereis a vossa casa: sem a intromissão de estranhos impertinentes. Vós quereis, em vossa casa, a família unida em volta do chefe. Salazar quer a mesma coisa nesta pequena casa lusitana.*

Salazar permanecerá sempre atento à questão feminina. A troca de correspondência com as dirigentes femininas do regime (troca inédita noutros países) evidencia-o”.

⁷⁴⁹ Com as devidas proporções pode-se comparar Salazar com a Rainha Elizabeth Tudor, que em 1558 herdou um país na bancarota e após quarenta e cinco anos do seu reinado, a Inglaterra tornou-se uma potência económica mundial.

⁷⁵⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 123. “Depois da reforma da escola, *oficina dos pais de amanhã*, era necessário corrigir e suprir as deficiências nos de hoje através da criação da OMEN, que nascera para restaurar na família a consciência da sua indeclinável missão de educar os portugueses de amanhã, para glorificar a maternidade, fortalecer os laços morais e elevar o nível de cultura em princípios elementares de higiene e em regras sociais de cooperação entre famílias”.

⁷⁵¹ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), *Op. Cit.*, pp. 60-61. “No cinto de cabedal, o S, o mesmo S da mocidade masculina, referência do culto ao *Pai da Nação*, Salazar”.

⁷⁵² *Ibidem*, p. 68. “Com a formação nacionalista extensiva e intensa para dirigentes e a massa de filiadas relacionada com a formação moral e religiosa A MPF procura despertar nas suas filiadas o desejo de bem

Feminina, vem sendo utilizada para garantir aquela continuidade de amor e fidelidade à Pátria que, do lar familiar, se estende no tecido social estado-novista como a condição de estabilidade sobre a qual se pode constituir um espaço vital a partir do qual servir Portugal para poder reconquistar o seu prestígio. Esta proximidade, entre Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, diferenciada da do contexto juvenil alemão e italiano⁷⁵³, parece uma estratégia útil à defesa “conjugal” da Nação, na qual, nos primeiros anos de vida, à parte masculina compete a especialização física, enquanto que à feminina compete uma estruturação institucional, que garanta a promoção de uma dinâmica assistencial humanitária⁷⁵⁴ e onde ambas as partes participam na construção de um sistema educativo patriótico-nacionalista finalizado para o reaportuguesamento da sociedade. Daqui a valorização de um contexto tradicionalista criado para fixar os conceitos de identidade nacional historicamente enriquecidos que, na continuação de um passado glorioso⁷⁵⁵, moldam em unicidade cultural o sentido das atividades ideologicamente complementares da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina. De facto, este cariz de defesa patriótica, de teor militar e combatente por parte da Mocidade Portuguesa e de teor social e caritativo por parte da Mocidade Portuguesa Feminina, pode perceber-se facilmente nas palavras de Salazar que, entrevistado por António Ferro, explica o papel complementar da mulher e do homem na sociedade portuguesa: «Deixamos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa»⁷⁵⁶. Assim, o elemento unificador, destas duas entidades juvenis justapostas, conseguia reformular uma convergência de diferentes prerrogativas, que na contínua procura do bem comum nacional encontrava a sua razão de colaboração patriótica.

servir – como bem serviram a Pátria e o próximo as grandes mulheres que lhes são dadas por exemplo (SPN, s/d: 29)”.

⁷⁵³ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 374. “Além do facto de a MPF, inicialmente a cargo da OMEN, ter permanecido sob direcção autónoma feminina sem se subordinar à MP ou ao partido estatal – UN –, lembre-se também que a organização portuguesa se assumiu como *tradicionalmente feminina* e que, através dela, as jovens não se incluíram, em consequência, como na Alemanha e na Itália, no mundo da juventude”.

⁷⁵⁴ *Ibidem*, p. 202. “Mas a *formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família*, faziam parte de um *programa integral que excedia as possibilidades da família e da escola*, razão pela qual ele tinha incumbido a OMEN de formar a secção feminina da MP”.

⁷⁵⁵ PAULO, Heloisa, 1994, *Op. Cit.*, p. 91. “O Estado Novo mostra à Nação os seus momentos de glória no passado, recortados em datas e personagens de acordo com a versão oficial da História, e apresenta-se como forja de um novo tempo, o restaurador, em fim, do mesmo período áureo que toma como referência para as suas celebrações”.

⁷⁵⁶ FERRO, António, 1933, *Op. Cit.*, p. 133.

Não obstante o contínuo relacionamento de intercâmbio com a *Hitlerjugend* até o começo da II Guerra Mundial, a Mocidade Portuguesa⁷⁵⁷ nunca alcançou um enquadramento de teor racista⁷⁵⁸ que, na pretensão de uma expressão juvenil, de uma raça alemã alegadamente superior, levou o III Reich a organizar militarmente a sua juventude. A vontade de preservar a “Raça” Portuguesa⁷⁵⁹, não prevê nenhum tipo de aniquilamento físico ou moral de quem quer que seja, pelo contrário, é um discurso de autoproteção⁷⁶⁰ que, em vez de assumir uma atitude ativa, requer uma reflexão defensiva acerca dos valores que, na construção nacionalista de uma Nova “Era” Portuguesa, colocam o acento na colaboração sistemática de um Homem Novo e de uma Mulher Nova que, unidos, salvaguardam aquele espírito patriótico e tradicionalista com o qual o Estado Novo concretiza a sua ordem. A educação integral do Homem Novo alcança-se na integração da sua componente feminina, que na sociedade estado-novista, opera uma ação social de restauração nacional conduzida por um profundo espírito cristão⁷⁶¹. Também, neste caso, na Mocidade Portuguesa Feminina, pode notar-se um

⁷⁵⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, 10 de Outubro de 1955, «A Organização Nacional Mocidade Portuguesa, acerca da qual podem ser fornecidos mais completos elementos de informação, é, acima de todas elas, um organismo oficial, dependente do Ministério da Educação Nacional, na qual podem ou devem estar filiados todos os jovens portugueses sem distinção de raças, credos ou ideologias políticas, com excepção do comunismo. A bem da Nação, O Secretário Inspector, Júlio Barão da Cunha».

⁷⁵⁸ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 22. “O cariz militar da MP não será nunca tão vincado e jamais se assumirá como expansionista ou racista”.

⁷⁵⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Saúde e Desporto Escolar/Actividade Desportiva-4/18, 26 de Agosto de 1943, «Exm^o. Sr. Presidente da Direcção de Club de Foot-Ball “Os Belenenses”, Encarrega-me o Exm^o. agradecer o seu ofício n.º.222 . de 13 de corrente, e de lhe comunicar que conta com a colaboração do vosso prestigioso clube para o desenvolvimento do índice físico e moral da raça portuguesa. Aproveito o ensejo para testemunhar a V. Ex^a. a minha subida consideração.

A bem da Nação, O Chefe da Repartição».

⁷⁶⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2843, «O Corvo – Propriedade do Centro E. N.º 1 – Ala N.º 3 da M.P. – Redacção: LICEU DE ÉVORA – 1º de Dezembro de 1956. Abertura Solene das Actividades de M.P. – Com Centros espalhados nas mais longínquas Províncias Ultramarinas e com acampamentos que reúnem filiados de todo o Império, a O.N.M.P. contribui para que os filiados dessas províncias estreitem ainda mais os laços de amizade já existente entre eles e os seus camaradas do Continente, afirmando assim perante o Mundo que são e serão sempre Portugueses, e, se amanhã, qualquer parcela do nosso Império for ameaçada pelo inimigo, como sucedeu e está a suceder com os nossos territórios do Estado da Índia, todos, como um só homem, erguer-se-ão, para fazer face ao inimigo comum».

⁷⁶¹ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 338. “No número um da primeira publicação da MPF, surgido em 13 de Maio de 1939, a presidente da OMEN, condessa de Rilvas, e a comissária nacional da MPF, Maria Guardiola, apresentaram os inimigos a combater – o *egoísmo*, o *materialismo* e o *feminismo* – e o tipo de futuras mulheres que pretendiam criar – *disciplinadas, fortes, viris sem ser masculinas, com espírito profundamente cristão e nacional*, orientadas para a *acção no Lar, na família e na sociedade*. O lugar de honra desse primeiro número foi atribuído à padroeira da MPF e de Portugal, Nossa Senhora de Fátima, pois a *história das nações é escrita pelos homens, mas vem do céu a inspiração e a graça que*

elemento complementar e distinto em relação à Mocidade Portuguesa que, na raiz católica⁷⁶², permite completar o assunto patriótico e nacionalista, que em parte, pode justificar uma maior proximidade inicial da Mocidade Portuguesa Feminina com a juventude feminina italiana, relativamente à proximidade que a Mocidade Portuguesa teve com a *Hitlerjugend*. De facto, como dito anteriormente, o primeiro Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa foi o próprio Nobres Guedes, que nunca escondeu⁷⁶³ a suas simpatias germanófilas e que em pleno segundo conflito mundial deixou este cargo para assumir o papel de embaixador de Portugal na Alemanha. Em contrapartida, a Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina será Maria Guardiola, que por mais de trinta anos desenvolverá este cargo, dando, desde o começo, um cariz fortemente católico à ideologia de base desta organização⁷⁶⁴. Podemos individuar, desde a sua criação, uma adesão total da Mocidade Portuguesa Feminina a um dos lemas mais queridos a Salazar: «Deus, Pátria e Família», por meio de um enquadramento ideológico totalmente abrangente, que as filiadas desta organização recebem numa medida mais predominante, do que os colegas masculinos. Provavelmente, a nomeação de Marcelo Caetano⁷⁶⁵, em 1940, como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, foi ditada pela vontade de um enriquecimento ideológico da parte masculina desta organização, também por um ponto de vista religioso que, com o Comissário anterior Nobre Guedes, atraído pelo modelo germanófilo de educação juvenil, se arriscava seriamente a ficar num patamar secundário. De facto, com a Mocidade Portuguesa, por

ajudam a realizar e tornam grandes os feitos desses homens!. Depois de *pregar os olhos lá em cima*, a filiada devia ser a *semeadora deste ideal* em Portugal, seguindo os *exemplos daquelas que enchem tão bem a nossa história linda*: as padroeiras terrena Dona Leonor e Dona Filipa de Lencastre”.

⁷⁶² *Ibidem*, p. 374. “Por outro lado, o carácter laico, politizado, mobilizador e *totalizante*, no sentido de invadir o espaço privado, de intervir no seio da família e de eliminar as instituições intermédias – Igreja e família –, particularmente evidente na Alemanha, só em parte existiu no caso português. Em Portugal, a Igreja foi apaziguada através da incorporação da componente católica na MPF, a família foi enaltecida e resistiu quando o seu âmbito foi invadido”.

⁷⁶³ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 29. “É bem conhecida a ligação da Igreja Católica aos assuntos educacionais pelo que não é difícil entender a reacção que esta entabula quando, nos primeiros anos da sua vigência, a Mocidade Portuguesa parece caminhar no sentido de monopolizar os jovens”.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 376. “Essa colaboração contou com a figura de Maria Guardiola e de outras dirigentes da MPF, que desde logo introduziram na organização a componente católica, através da actividade de Formação Moral, que suplantou a Formação Nacionalista, ministrada nos anos trinta e quarenta. O lugar central dado à *recristianização* nas organizações femininas e de juventude foi, por seu turno, também reforçado por figuras da Igreja, entre as quais o arcebispo de Mitilene e o padre Gustavo de Almeida, que asseguraram a presença dessa instituição no seio da MPF”.

⁷⁶⁵ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p. 582. “Foi o futuro comissário nacional, Marcelo Caetano, quem ensaiou primeiro definir um *modus vivendi* com a Igreja”.

um lado apagam-se as pretensões totalitárias da direita radical portuguesa e por outro, centralizam-se os dotes de uma originalidade exclusivista e ao mesmo tempo universal, porque capaz de agregar diversos povos e diversas raças, numa única cultura genuinamente lusitana⁷⁶⁶, que consegue fazer ressaltar, desde logo, os ideais de abnegação patriótica que sustentam uma missão considerada heroica, porque funcional à preservação do Império Português⁷⁶⁷. Esta visão imperial⁷⁶⁸, prerrogativa peculiar do Estado Novo, era bem suportada também pela Mocidade Portuguesa Feminina que, na sua variante de género, contribuía à perpetuação sistemática da “Raça” Portuguesa⁷⁶⁹. O papel da filiada na Mocidade Portuguesa Feminina, dentro da juventude lusitana era, antes de mais nada, o de mulher. Por isso, como nos explica Nobre Guedes⁷⁷⁰, por meio

⁷⁶⁶ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, pp. 131-132. “Discurso de Carneiro Pacheco em Maio de 1936 intitulado *A formação da Mocidade e a defesa da Pátria*. Consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militante, disciplina militar, activa confiança nos destinos de Portugal só poderão vincar-se bem na juventude pela vida de uma organização em que ela caiba até aos mais longínquos confins do Império e que, em todos os seus graus e no seu espírito, seja só portuguesa. Por isso se instituiu a organização nacional denominada *Mocidade Portuguesa*”.

⁷⁶⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-76A, «Exmo Senhor Presidente do Conselho dos Ministros, Exmo Senhor Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Esmos Senhores Delegados Distritais da Mocidade Portuguesa, Exmo Senhor Presidente da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa. Nós os velhos da primeira hora, os que estivemos sempre ao lado de V. Exa Senhor Presidente do Conselho nos bons e nos maus momentos nacionais, que estamos a dar o nosso sangue em Angola, em Moçambique e na Guiné, pela causa sagrada de Deus e da Pátria, não podemos consentir tal e aqui vimos junto de vossas excelências afirmar-lhes o nosso Portuguesismo e o nosso grande amor à Mocidade Portuguesa. Mãos à Obra, dos fracos não reza a história. Do Diário da Manhã de 8 de Setembro de 1965».

⁷⁶⁸ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 22. “Esta cambiante colonial(ista) terá, talvez, contribuído de forma decisiva para o facto de a MP, ao contrário da Juventude Hitleriana, sempre se assumir como não xenófoba”.

⁷⁶⁹ PIMENTEL, Irene Flunser, 2007, *Op. Cit.*, p. 17. “Segundo a comissão nacional, a mulher nascia *para a missão confiada ao sexo*, e, nomeadamente, a de *raça portuguesa* estava vocacionada para a maternidade e para a vida do lar, razão pela qual se devia ministrar às jovens uma educação especificamente feminina”.

⁷⁷⁰ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, p. 213. “Para estas – ao contrário do que se poderia depreender das suas conhecidas simpatias pela Alemanha nacional-socialista onde as jovens praticavam todos os tipos de desportos –, advogava uma educação tradicional e pouco desportiva, recusando modernismos:

Ao modernismo, à desenvoltura, tem de ser marcado limite. E isto cabe à superior direcção da Mocidade Portuguesa Feminina. Está em boas mãos. Definir à MPF a formação moral e espiritual não é difícil: a dificuldade está no resto. A mulher portuguesa deve ser da sua época; desenvolta embora [estas duas palavras foram riscadas a azul pelo censor], deve manter virtudes cristãs e caseiras, [...]. É um problema inteiramente diferente do dos rapazes nos meios a adoptar e nos fins a atingir. E evidentemente que as raparigas da MPF não se confinam só à formação do espírito para o que há instituições privativas; deve procurar a desenvoltura física, através da prática de exercícios mas só certos exercícios. Daqui a qualquer coisa que tenda para a masculinização da rapariga, vai a distância que separa a razão da loucura.

Nobre Guedes acrescentou que ele próprio tinha defendido internamente *o condicionamento apertado dos desportos reservados à mulher*”.

da Mocidade Portuguesa Feminina, o Estado Novo, sobretudo nos primórdios, procura manter a sua independência em relação à Mocidade Portuguesa, diferenciando e justificando, por causa da sua natureza, o papel da Mulher Nova, dentro da sociedade, como o daquela que reproduz e reforça o teor nacionalista originário do lusitanismo, em função do culto ao Chefe⁷⁷¹. O poder simbólico de que ela é portadora, cria os pressupostos de autodefesa necessários ao desenvolvimento da base socioeconómica do regime. Do lar familiar constrói os fortes pilares que suportam os princípios virtuosos, que fazem dela a protagonista essencial, ao mesmo nível do Homem Novo, onde a sua condição de mulher dona-de-casa se torna fundamental à salvaguarda das peculiaridades socioeconómicas da sociedade estado-novista, condição que Salazar exalta pela principalidade dada à importância da célula familiar, que reside na base nuclear da Constituição Corporativa. Por isso, segundo a lógica corporativa do Estado Novo, a mulher que se ocupa carinhosamente do lar familiar não é discriminada, mas, antes, é privilegiada, porque é ela que origina dentro da sociedade aquele mecanismo de consolidação ideológica exclusiva que reside na base do conceito de “Raça” Portuguesa, que na vocação materna do lar familiar gera a primeira camada de pureza nacionalista lusitana⁷⁷². Também neste caso, ao contrário do determinismo fascista⁷⁷³, ampliado de

⁷⁷¹ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 69. “A temática nacionalista domina nas publicações da MPF, através de páginas sobre a história de Portugal, das heroínas e heróis, de santas e santos, e do culto aos chefes: Carneiro Pacheco, precedido pelo primeiro, o maior: Salazar, o D. Nuno do sec. XX que tirou Portugal do abismo, o Salvador, o Redentor, nome que em si encerra uma nação.

No boletim da MPF publicam-se textos de filiadas testemunhando esta devoção: foi Salazar o Salvador de Portugal, o anjo que Deus nos enviou para livrar da desonra e do desequilíbrio, tanto financeiro como moral, o país que desde longas eras serviu de exemplo ao mundo inteiro. A obra de Salazar mostra bem a sua rigidez de carácter e o seu espírito lúcido no qual existe o tacto para o governo de uma Nação. (...) Salazar subiu ao poder: criou escolas, abriu estradas, construiu hospitais, cuidou dos monumentos nacionais. (n.º 16, Agosto de 1940:16) (...) Salazar...baixinho...muito baixinho, só para mim, num reconhecimento místico, eu repetia essa palavra mágica. E ao passo que o ia dizendo, todo o meu coração transbordava de gratidão pelo Salvador do meu querido Portugal. (...) À minha mente exaltada perante tanta abnegação e valor surge a quadra de Silva Tavares: há dois nomes portugueses / para dizer e rezar: / o nome de Santo António / e o de António Salazar (n.º 25, Maio de 1941:16)”.

⁷⁷² *Ibidem*, pp. 24-25. “O simbolismo nacional e nacionalista, fortemente ritualizado do Estado Novo encontra aqui um campo fecundo. O lar – e quem diz família, diz lar – é investido de um poder, no qual e através do qual, as sem poder reproduzem o poder do Estado. A família, território à escala micro-social do poder do chefe e da ideologia oficial, é erigida como base social do regime. Entre uma e outro, estabelecem-se analogias de ordem, de governo, de conceitos de bem, de defesa. Entre uma e outro, há uma mediação protagonizada pela mulher, investida de um poder análogo ao do pai da nação”.

⁷⁷³ GENTILE, Emilio, 2004, “L’«homme nouveau» du fascisme. Réflexions sur une expérience de révolution anthropologique”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, 2004, *Op. Cit.*, pp. 39-40. “En ce qui concerne la femme, par exemple, des études récentes démontrent que conjointement au mythe de l’homme nouveau apparut celui de la *femme nouvelle* auquel furent sensibles principalement les jeunes fascistes. Cette conception d’une nouvelle féminité, sans concession aucune au féminisme

um ponto de vista biológico pelo nacional-socialismo alemão, no qual a alegada pureza genética se torna o ensejo para subalternizar o papel da mulher na sociedade, mostrando-a como uma justificação natural de discriminação intrínseca à condição humana⁷⁷⁴, podemos notar uma originalidade inteiramente salazarista que, em vez de representar a mulher na idealização do conceito de Homem Novo como subalterna, a emancipa, idealizando-a ao mesmo nível. Nesta idealização a Mulher Nova, por meio da Mocidade Portuguesa Feminina, preenche virtualmente aquela distância que termina de ser discriminatória entre família e sociedade, espaço social que a mulher, com o seu amor materno, integra fortalecendo, assim, o conceito de Nação Lusitana⁷⁷⁵. Uma Pátria Mãe de um Império, onde os filhos são todos iguais e têm a mesma importância e que não conhece distinção entre províncias ultramarinas e metropolitanas⁷⁷⁶. Este exclusivismo cultural acompanha aquele sentimento nacionalista de uma Nação que, por meio da herança do passado histórico, pode exibir uma unicidade especial e ostentá-la

dont le fascisme fut l'adversaire résolu, qui émancipait les *citoyennes militantes* de la condition traditionnelle de la femme, ne fut pas la conséquence d'évolutions extérieures et étrangères au fascisme, mais la résultante de choix politiques conscients, inspirés par une vision des mission de la *femme nouvelle*, différents du modèle traditionaliste et cohérents avec la conception totalitaire de l'homme nouveau fasciste”.

⁷⁷⁴ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, p. 12. “Estas diferenças inscritas no sangue, puro ou impuro, marcam o corpo das mulheres, concretamente no modo como os seus ventres são mobilizados: por uma contabilidade de maternidade que vai do multiplicar ao diminuir e ao impedir”.

⁷⁷⁵ *Ibidem*, p. 68. “Nos cursos de dirigentes dos centros primários de 1943 a 1947, esta área compreendia: (...) a importância da juventude no destino de um povo; a formação da juventude; a juventude feminina; o espírito nacionalista – estudo da solução constitucional das quatro aproximações: Estado-Igreja (art. 46. Da Concordata, Acordo Missionário 1940); Estado-Escola (art. 42 da Constituição de 1933); Estado/Família (arts. 12 e 14 da Constituição) a família na estrutura estatal, valor social da família portuguesa e função da política familiar na organização do Estado; Família/Estado/Igreja/Família/Escola (cooperação prevista no art. 42 da constituição); a organização da MPF e da OMEN; a missão da MPF – educação moral, física, cívica e social; a organização da MPF e da OMEN; a missão da MPF – educação moral, física, cívica e social; a organização da MPF; a técnica de formação: a MPF deve tornar as raparigas dignas e continuadoras da obra de ressurgimento que Portugal hoje vive”.

⁷⁷⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-7 «Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Exm^o Senhor Professor Doutor António de Oliveira Salazar, Digníssimo Presidente do Conselho de Ministros. Excelência, Na qualidade de professor de Etnologia julgo que não devíamos procurar fazer simplesmente um Museu Ultramar. Apesar de alguns nos acusassem de que a prova mais evidente do nosso desinteresse e incompreensão pelas culturas africanas se verifica em nunca termos criado museus de arte dos povos com que convivemos, parece-me que criarmos hoje um museu do Ultramar seria estar um pouco em contradição com a nossa tradição histórica e com a política que temos definido. Nós não temos um país com colónias, mas um país com províncias espalhadas por vários continentes. Portanto, o nosso Museu devia ser um Museu do Povo Português, ou do Homem Português, representado pela província metropolitanas e ultramarinas. Lisboa 15 de Abril de 1963, A. Jorge Dias».

em qualquer situação⁷⁷⁷. Uma unicidade que faz com que a Mocidade Portuguesa Feminina se torne um instrumento veiculador, um exclusivismo que, por meio do aspeto feminino, encontra o elo colante que unifica às várias partes do Império, no qual os povos de raças diferentes se unem para ficarem sob uma única bandeira mãe⁷⁷⁸. Por meio da Mocidade Portuguesa Feminina a Mulher Nova torna-se, para todos, o símbolo desta unificação, que fortalece o espírito de pertença coletiva à Pátria Portuguesa. Ela encarna o símbolo da união cultural lusitana por meio do papel protetor, feminino e materno, substrato de unicidade multicultural portuguesa sobre o qual se enaltece ideologicamente a vocação imperial de Portugal⁷⁷⁹. A formação nacionalista privilegia, assim, um aspeto social que caracteriza o aprumo com que a educação feminina vai sendo encarada para cuidar de uma Pátria que, durante as guerras coloniais, foi duramente atingida⁷⁸⁰; as filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina, também neste caso, representam aquela atitude materna⁷⁸¹ que, em África, assume o cuidado moral e

⁷⁷⁷ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, pp. 68-69. “Para o conjunto das filiadas, consignavam-se orientações específicas de formação nacionalista, comum em todas as actividades educativas.

Neste âmbito, celebravam-se grandes figuras de mulheres portuguesas, particularmente, *modelo de esposa, de mãe, de educadora de cristã*, a rainha D. Leonor, cujo V centenário se comemorou, vivamente em 1958; as datas da fundação de Portugal, e em 1940, os oitocentos anos de nacionalidade e trezentos do *seu ressurgimento*; as Descobertas, principalmente as Comemorações Henriquinas em 1960/1961; o centenário de D. Nuno Alvares Pereira, no mesmo ano; as comemorações anuais do 1º de Dezembro e do dia da raça, 10 de Junho; missas, coros em igrejas, exibição de ginástica, competições desportivas, grupos orfeónicos, danças regionais, romagens ao Cabo Rocha, à Praia do Restelo, assinalavam estas datas *motivos para exaltar o amor pátrio, a fidelidade dos grandes ideais, a consciência de responsabilidade perante a comunidade nacional. Motivos de orgulho esclarecido e de energético incentivo moral* (25 anos, 1999:28)”.

⁷⁷⁸ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 145. “A MPF procurava abranger todas as jovens do continente, das ilhas e dos territórios coloniais”.

⁷⁷⁹ MARCHI, Riccardo, 2009, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores, p. 97. “O Império é a Pátria entregue pela gerações passadas às gerações presentes, cujo dever é preservá-la e transmiti-la às gerações vindouras, numa cadeia ininterrupta que constitui a tradição”.

⁷⁸⁰ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, pp. 75-76. “*Menina e Moça*, dirigida por Maria Joana Mendes Leal, editada em 1947, atingido o nº. 300. Auto identificando-se como *revista de carácter cultural*, na realidade, apresenta um pendor ideológico fortíssimo que atravessa todas as secções, relativas a comportamentos e valores, arte, cultura e ciência, na qual se destacam os conselhos pela *boa literatura* e contra o *mau cinema*; culinária, moda e lar. Abundam os textos de carácter religioso e nacionalista, destacando-se o culto de Salazar. Depois da *invasão de Goa* e ainda mais acentuadamente depois o início da Guerra Colonial, a questão *ultramarina ganha peso*”.

⁷⁸¹ *Ibidem*, p. 76. “Insiste na formação e perfil da mulher *moderna*, sempre discreta, amável, bondosa para os criados e inferiores, caritativa para os pobrezinhos, cristã em todos os planos, até no da moda que deve sempre *seguir a moral cristã e a dignidade*. A rapariga, acima de tudo deveria *servir a pátria e como cristã estabelecer o reino de Deus*”.

físico dos seus filhos, vítimas do “terrorismo”⁷⁸² que ameaça a obra de portuguesismo de uma Nação profundamente ferida⁷⁸³.

Esta manifestação de irmandade, entre diversos povos do mundo lusitano, pode ser ideologicamente garantida pelo cuidadoso sacrifício que a Mocidade Portuguesa Feminina desenvolve para manter vivo aquele sentimento comum de pertença a uma “Raça” Portuguesa, para a qual constrói um papel social caritativo capaz de completar ideologicamente aquela formação nacionalista que espalha amor e consolação no Império inteiro⁷⁸⁴. A Mocidade Portuguesa Feminina preserva os valores da tradição lusitana, valores que a Mulher Nova é chamada a fortalecer com morigerado espírito de abnegação, o qual acrescentado à sua missão humanitária de solidariedade patriótica⁷⁸⁵, ajuda acudir, com amor, a integridade da Missão Civilizadora que, por mais de cinco séculos, acompanha a História Sagrada do Império Português.

⁷⁸² *Ibidem*, p. 99. “Neste início da guerra nas colónias, o Brigadeiro Mário Silva, ministro do Exército, diz em discurso inflamado, a propósito de Angola: *O Exército não transige! Vamos combater selvagens. Selvagens que não são portuguesas, porque actuam às ordens do comunismo internacional! Vamos afrontar terroristas que devem ser combatidos da mesma maneira que se combatem animais ferozes*”.

⁷⁸³ PINTO, António Costa, 2000, “Portugal no século XX: Introdução”, em PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madri, Sequitur, p. 26. “À medida a cena internacional se tornou progressivamente desfavorável, o colonialismo transformou-se *gradualmente na quinta essência do regime, e substituiu-se ao corporativismo* no núcleo ideológico central do Estado Novo”.

⁷⁸⁴ PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Op. Cit.*, pp. 326-327. “A delegação da MPF, que partiu em 8 de Agosto de 1950, visitou São Tomé, Angola, Moçambique, o Congo Belga, a Rodésia e a África do Sul. Em Luanda, as filiações e as dirigentes foram recebidas por 3000 jovens angolanos, e, em Teixeira da Silva, assistiram a *uma das mais impressionantes cerimónias* da viagem: ao baptizado de 52 *pretinhos* de que foram madrinhas, ficando *presa por um laço de família àqueles cristãozinhos*.

Em Moçambique, tornou-se clara a intenção do cruzeiro, que servira de facto para preparar o caminho à implantação da organização feminina em África, um propósito mencionado pelo comissário nacional da MP, Luís Pinto Coelho (1947-1951), quando pediu *encarecidamente*, no seu discurso à fundação da MPF, para não desperdiçar *os valores femininos que contamos em terras moçambicanas*.

Depois do regresso a Lisboa, Maria Joana Mendes Leal proferiu uma conferência na qual considerou que o cruzeiro trouxera *a consciência da nossa grandeza como nação* e mostrara que *sem este prolongamento magnífico, a pequena casa lusitana seria bem pobrezinha, que o nosso espírito colonizador foi sempre humano e cristão* e que *os portugueses eram irmãos de todos os homens independentemente da cor, da raça e da religião*”.

⁷⁸⁵ PIMENTEL, Irene Flunser, 2007, *Op. Cit.*, p. 36. “A partir de Janeiro de 1961, *annus horribilis* para o Estado Novo, a extensão da MPF às colónias levou a que o Ministério do Ultramar lhe concedesse um subsídio anual. Passou também a haver uma comissária adjunta para o Ultramar, cargo inicialmente detido por Maria José Salema, e, desde Novembro de 1962, por Maria Ana de Almeida e Luz Silva que se viria a tornar mais tarde a nova comissária nacional da M.P.F. Nesse ano, já estavam organizadas delegacias provinciais em S. Tomé, Cabo Verde, Macau, Timor, Angola e Moçambique. Num balanço de actividades realizado em 1963, por ocasião do seu 25.º aniversário, a M.P.F. repetiu o argumento de que *a formação moral e social* era a sua principal actividade”.

VI

PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO DA MOCIDADE PORTUGUESA

6.1 Contestação dos católicos

O regime salazarista procurou, ao longo da sua ditadura, conciliar o seu aspeto autoritário, com uma série de princípios patrióticos capazes de mitigar na perceção coletiva, um possível teor totalitário, que pudesse prejudicar a imagem associada à política de legitimação popular do Estado Novo. O interesse nacional, que se alcançava pelos contributos em prol do bem comum, celebrava um autoritarismo, que era suportado através de conceitos imprescindíveis como Deus, Pátria e Família, conceitos que traziam consigo, além de uma legitimação institucional do Estado Novo, valores que reforçavam o prestígio moral e político de uma Nação que, através do heroísmo português, tinham engrandecido Portugal e espalhado no mundo a missão moral da civilização cristã⁷⁸⁶. Por isso, não obstante a afinidade ideológica que, no seu exórdio, o Estado Novo encontrou com o fascismo⁷⁸⁷, a originalidade do caso português

⁷⁸⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, «Salazar é um Humanista Cristão, e em toda a sua obra ele tem sido Pensamento em acção, Filosofia viva, Teologia viva, pondo as forças da matéria ao serviço dos fins espirituais do mundo, como disse Charmot repetindo por outras palavras a frase de Croisset.

Salazar trabalha sempre para o Bem Comum, procurando a renovação moral, intelectual e política da Nação, por meio da aplicação da chamada Justiça Social. A economia materialista faliu por completo, por isso é que Salazar atrás das cifras dos seus orçamentos põe sempre a preocupação da espiritualidade e da dignidade humana.

Faz nacionalismo, mas um nacionalismo humanista, como é próprio do character Portugues. Portugal teve sempre a vocação missionária, e ao descobrir novos mundos não o fez por egoísmo, mas para servir a humanidade, e dilatar a Fé de Cristo.

Dr. Gustavo Ribeiro de Almeida, Professor de Moral e Educação Cívica, Liceu da Gurda, 27 de Abril de 1938».

⁷⁸⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, «**O JORNAL**, 29 de Abril de 1938, NUMERO 1757

SALAZAR proclamado BENEMÉRITO DA PÁTRIA

Telegramas de saudação

Cumprimentos de Mussolini

Lisboa, 28 – Em todo o País houve ontem inúmeras manifestações de regozijo, admiração e reconhecimento ao restaurador das finanças de Portugal.

A Assembleia Nacional proclamou Salazar benemérito da Pátria.

Todas as manifestações decorreram na mais elevada fê e mais ardente patriotismo.

Salazar recebeu milhares de telegramas de saudação, entre eles um de Mussolini, redigido nos seguintes termos:

A S. Ex.^ª o Presidente do Conselho,

dr. Oliveira Salazar

Enquanto se cumpre a primeira década da vossa fecunda obra de governo, envio-vos os mais cordeais cumprimentos e votos de prosperidades para o vosso país e os protestos de fortes vínculos duma amizade histórica».

enfaticava-se, sobretudo, por meio de uma simbiose entre valores identitários católicos e nacionalistas que, de um modo atemporal, testemunhavam a grandeza de Portugal no mundo, conferindo ideologicamente ao regime de Salazar a capacidade de perpetuar o progresso espiritual de uma Nação que, por meio da Mocidade, renovava si mesma⁷⁸⁸.

Neste contexto ideológico, quem ganhava destaque era a Igreja Católica, a qual não tinha escondido a sua satisfação pela chegada ao poder de Salazar, o qual tinha garantido resolver as exigências católicas prometendo uma colaboração plena entre Estado e Igreja⁷⁸⁹. Com certeza as relações entre Estado Novo e Igreja Católica, ao longo da existência do regime, não foram privadas de tensões que, como temos visto, se acrescentarão até o fim do regime salazarista, mas como sublinha António Costa Pinto, o elemento religioso de matriz católica foi determinante para imprimir à ditadura aquele teor de pluralismo limitado, útil ao mitigar da experiência totalitária de um aparelho ideológico caracterizado por trechos fascizantes⁷⁹⁰. A própria experiência empírica, do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, tornou-se na referência concreta que gerava os animados protestos fomentados pelos católicos, que queriam evitar o mesmo perigo do Estado português poder vir a encontrar, no acentuar da idolatria de um regime ético⁷⁹¹. Provavelmente, o que mais preocupava os católicos era o perigo de um doutrinação pagão a que os jovens eram expostos ideologicamente, subtraindo, desta forma, as novas gerações aos preceitos cristãos da religião católica. De facto, não obstante a criação da Mocidade Portuguesa, por meio do Decreto-Lei n.º 26 611, de 19 de Maio de 1936, durante o ministério de Carneiro Pacheco, sob os auspícios do

⁷⁸⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 7-1958 – Temos de reagir pela verdade da vida que é trabalho, que é sacrifício, que é luta, que é dor, mas que é também triunfo, glória, alegria, céu azul, almas lavadas e corações puros, e dar aos portugueses, pela disciplina da cultura física, o segredo de fazer duradoura a sua Mocidade em benefício de Portugal. OLIVEIRA SALAZAR».

⁷⁸⁹ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, p. 17. “A Constituição de 1933 limitam-se a sancionar o que já vigorava: um regime de separação do Estado da Igreja, expurgado dos aspectos mais lesivos da liberdade religiosa.

Começou logo por incluir na enumeração dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, *a liberdade e inviolabilidade das crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado dos seus direitos, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico*”.

⁷⁹⁰ PINTO, António Costa, 2000, “Portugal no século XX: Introdução”, em PINTO, António Costa (coord.), *Op. Cit.*, p. 36. “O catolicismo tradicionalista e a Igreja, enquanto ideologia e instituição, foram simultaneamente um dos elementos mais poderosos da ditadura e, por outro lado de limitação à fascização do regime, sendo aliás, o principal elemento motor do *pluralismo limitado do Estado Novo*”.

⁷⁹¹ CRUZ, Manuel Braga da, *Op. Cit.*, p. 42. “Esta preocupação católica pela excessiva estatização da educação manifestava-se também noutros domínios como, por exemplo, a propósito da Mocidade Portuguesa”.

catolicismo social, que animavam os interesses educativos do ministro «ligado a Salazar pelas relações de camaradagem universitária»⁷⁹², até à chegada de Marcelo Caetano, em 1940⁷⁹³, como Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, as relações com a *Hitlerjugend* serão úteis aos protestos dos católicos, para alimentar os temores de fascização pagã, que podiam influenciar perigosamente os destinos de uma ditadura, como aquela salazarista, ainda em fase de estabilização⁷⁹⁴. De facto, não obstante os pressupostos educativos de natureza católica⁷⁹⁵, que residiam na base da fundação da Mocidade Portuguesa, o primeiro Comissário Nacional foi Nobre Guedes, convicto apoiante germanófilo, o qual incentivou os intercâmbios com a *Hitlerjugend*, suscitando os protestos do mundo católico, que denunciava a influência deletéria da *Hitlerjugend* pagã nas confraternizações com a Mocidade Portuguesa cristã. Mas, apesar dos protestos dos católicos, os intercâmbios entre Mocidade Portuguesa e *Hitlerjugend* continuaram regularmente até 1939 e só o eclodir da II Guerra Mundial pôs fim às relações entre as duas organizações⁷⁹⁶. Sem considerar que, ainda em Maio de 1943, o Tenente Coronel Álvaro Salvação Barreto, Diretor Geral da Educação Física, Desporto

⁷⁹² TORGAL, Luís Reis, 2009, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 2, p. 214.

⁷⁹³ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p. 574. “Em 1940, finalmente, o comissário nacional, Nobre Guedes, de reconhecidos sentimentos germanófilos, foi nomeado ministro de Portugal na Alemanha, passando o seu cargo na Mocidade Portuguesa para o mais moderado anglófilo Marcelo Caetano”.

⁷⁹⁴ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 260. “Desde logo, deixa patente o empenho da Igreja na salvaguarda da independência das suas organizações de juventude e a sua pretensão a uma ampla intervenção no domínio da educação/formação. Mas também não esconde os receios da Igreja, ou de alguns dos seus sectores, de eventuais inclinações totalitárias do regime. Receios fundados, conhecidas que são as tendências fascistas de Carneiro Pacheco e do Comissário Nacional da MP, Francisco José Nobre Guedes, um germanófilo assumido. Num discurso proferido perante uma delegação da Juventude Hitleriana, em 5 de Março de 1938, o ministro da Educação não hesita em comparar a Mocidade Portuguesa às organizações juvenis nazis e fascistas. Se ao remodelar o Ministério da Instrução Pública Carneiro Pacheco impõe a obrigatoriedade da existência de um crucifixo em todas as escolas, o seu desejo de que a MP fosse a única organização de formação da juventude deixava patente a intenção de que a educação fosse integralmente controlada pelo Estado”.

⁷⁹⁵ KUIN, Simon, *Op. Cit.*, p. 585. “Na carta em que Cerejeira expressou a sua recusa de dissolver o CNE mencionou mais alguns aspectos da Mocidade Portuguesa que não lhe agradavam: entre outros, a prática, em alguns centros de instrução, de ministrar os exercícios obrigatórios aos domingos. É interessante notar como o cardeal-patriarca enfatiza as contradições entre os princípios e a prática da organização nacional de juventude. Elogia, por exemplo, os princípios de educação católica estipulados no regulamento da Mocidade Portuguesa, porque *obra de educação que não fosse católica era necessariamente anticatólica, o que equivalia a recair na educação laica, que o Estado Novo justamente rejeitou*”.

⁷⁹⁶ *Ibidem*, pp. 573-574. “O Acampamento Internacional da Juventude, projectado no âmbito dos centenários de 1940 e no qual deviam comparecer os movimentos de juventude dos países do Eixo e os seus aliados e, para contrabalançar, organizações de juventude de Inglaterra, foi anulado”.

e Saúde Escolar, estava convidado, na Academia Alemã de Lisboa, para assistir a uma sessão cinematográfica sobre os vários desportos praticados pela juventude alemã⁷⁹⁷.

Esta situação ressalta os esforços de penetração ideológica que a Igreja Católica opera no relacionamento para com a Mocidade Portuguesa, esforços que se vêm premiados, só a partir do ano escolar 1937-38, quando, pela primeira vez, alguns sacerdotes puderam começar a fazer parte dos órgãos diretivos dos centros locais da Mocidade Portuguesa⁷⁹⁸. Todavia, apesar do melhoramento no decidir concretamente sobre os destinos ideológicos da Mocidade Portuguesa, os católicos descontentes continuavam vivos. Não é um acaso o facto do Cardeal Cerejeira, a 28 de Maio de 1938, ter recusado o convite de Carneiro Pacheco para participar na festa de acampamento da Mocidade Portuguesa, alegando as seguintes motivações: «Não obstante tudo o que V. Ex.^a. tem feito pela cristianização da Mocidade Portuguesa – e quero, em especial, salientar ainda agora a designação oficial de um assistente religioso para o acampamento –, não posso dar ainda um testemunho de absoluta confiança à Mocidade Portuguesa»⁷⁹⁹. A razão principal pela qual Cerejeira declinou o convite foi explicitamente declarada pelo motivo de, para a festa da Mocidade Portuguesa, ter sido convidada a juventude hitleriana, situação pouco agradável, de um ponto de vista quer religioso, quer nacional, porque como afirmava o cardeal: «Um estreitamento de relações entre as duas mocidades *seria não só ofensivo e perigoso para a consciência*

⁷⁹⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Actividade Desportiva-4/18, 7 de Maio de 1943 «Deutsche Akademie. Lektotat Lissabon – Academia Alemã. Leitorado de Lisboa. Exmo. Senhor Tenente Coronel Álvaro Salvação Barreto, Digno. Director Geral da Educação Física Desporto e Saúde Escolar. Exmo. Senhor, Tenho a honra de convidar V.^a. Ex.^a. a assistir a uma exibição particular de filmes desportivos, que foram escolhidos em colaboração com o Sr. Hanns Lypka, professor no Instituto Nacional de Educação Física.

Essa exibição realizar-se-á na segunda-feira, dia 10 de Maio, às 21,30 horas, na sede desta Academia.

Mostrar-se-á os filmes:

1.º. “Mocidade sã, povo forte” (resumo da educação física da juventude alemã.)

2.º. “Vida risonha” (10 minutos de ginástica feminina.)

3.º. “Em rochas e gelos dos Alpes de Zillertal” (filme sobre alpinismo.)

4.º. “Esplendor invernal na Austria” (traço de desportos de inverno.)

5.º. “Em águas turbulentas” (um filme sobre o desporto em Kajak.)

Em seguida à exibição destes filmes servir-se-á na sala da Academia um copo d’água.

Com a mais alta consideração subscreve-se.

De V.^a. Ex.^a., Muito atentamente, O Director, Fritz Köhn».

⁷⁹⁸ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), p. 585. “A par das contestações feitas na imprensa católica e pessoalmente pelo cardeal-patriarca, a Igreja tentava influenciar activamente o processo evolutivo da Mocidade Portuguesa, penetrando nos corpos dirigentes dela. Este fenómeno verifica-se a partir do ano escolar de 1937-38, quando pela primeira vez, alguns sacerdotes ingressaram na direcção dos centros locais”.

⁷⁹⁹ *Ibidem*, p. 584.

católica portuguesa, mas também pouco digna da altivez nacional, sabido o inferior conceito que os Alemães têm de nós, filhos (segundo eles) de uma raça inferior negróide»⁸⁰⁰.

Ainda que, Marcelo Caetano, em 9 de Maio de 1937, numa conferência no Porto sobre a educação cristã da juventude, remarque convicto que: «A ética do Estado Novo português é, pois, cristã, mas, isso não deve impedir que os católicos prossigam na sua obra de organização e doutrinação da juventude. Nem hostilidade dos católicos contra a obra educativa oficial, nem hostilidade do Estado contra a acção docente da Igreja – eis a fórmula necessária!»⁸⁰¹, parece ser mesmo esta relação de reciprocidade entre as duas partes que desperta as motivações de protestos continuados por parte dos católicos, os quais levantam dúvidas e perplexidades sobre os acentos de cariz totalitário, que o Estado Novo assume, por meio da Mocidade Portuguesa, no desenvolvimento da educação pedagógica destinada às novas gerações⁸⁰². A desaprovação oficial dos católicos, no que se refere aos métodos utilizados para enquadrar a educação juvenil, não era de menor importância, se pensarmos na necessidade do Estado Novo dar de si uma imagem de um conjunto orgânico, que a Igreja Católica podia seriamente ameaçar, difundindo um dissenso generalizado entre os fiéis, os quais serão convidados em pastoral coletiva, pelo Episcopado, à colaboração mútua «em nome do patriotismo e da religião»⁸⁰³, só em 1940, após a aprovação dos termos da Concordata e do Acordo Missionário. O poder de persuasão coletiva da Igreja Católica parece um instrumento

⁸⁰⁰ *Ibidem*, p. 585.

⁸⁰¹ *Ibidem*, p. 583.

⁸⁰² CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, p. 43. “Ora, lamenta Gonçalves Cerejeira, apesar da orientação cristã que o Ministro tem procurado dar à Mocidade Portuguesa, sucede que, muitas vezes, os seus filiados ainda são impedidos de cumprir os seus deveres religiosos”.

⁸⁰³ *Ibidem*, pp. 45-46. “Satisfazia-se, com a assinatura da Concordata, uma das maiores reivindicações que trazia os católicos empenhados havia um século: a resolução da questão religiosa. Resolução essa que, se não satisfazia por completo as pretensões dos católicos, como futuras exigências o confirmarão, apaziguava as relações da Igreja com o Estado e saldava um longo esforço recíproco para instituir uma mútua colaboração moral, na independência, porém, das respectivas esferas. Colaboração essa que se viria a exprimir emblematicamente nas comemorações centenárias da fundação e restauração, celebrada nesse mesmo ano de 1940.

Em Lisboa é aberta a Exposição do Mundo Português, com o intuito de ilustrar a acção de evangelização e colonização desenvolvida ao longo da história portuguesa. *Povo descobridor, povo colonizador, povo missionário – dirá Salazar nesse ano – tudo é revelação do mesmo ser colectivo, demonstração ou desdobramento da mesma política nacional.* E em pastoral colectiva, o Episcopado convidava efectivamente todos os portugueses a associarem-se *em nome do patriotismo e da religião*, e pedia essencialmente aos párocos que prestassem *colaboração patriótica de harmonia com as autoridades.* A Concordata e o Acordo Missionário, assinados nesse mesmo ano de 1940, consagram esse espírito de entendimento e cooperação”.

eficaz, para alimentar um protesto simbólico para com um Estado que, em palavras, eleva a Moral Cristã a digna guardiã dos valores nacionalistas, mas que, nos feitos, quer relega-la a sujeito pouco participativo do doutrinamento moral dos jovens. A revolução moral e física do Português Novo que abrange os valores da tradição nacionalista, segundo os católicos, denuncia a perda de uma das certezas, que está na base do credo que se tornou desde o começo orgulho do regime salazarista: Deus, Pátria, Família. De facto, apesar de Cerejeira reconhecer a orientação cristã, como pertencente por direito próprio ao Estado Novo, não pode deixar de se preocupar com os incumprimentos dos deveres religiosos, que o regime, segundo o cardeal, leva a cabo através da Mocidade Portuguesa: «falta ainda à Mocidade Portuguesa a assistência eclesiástica indispensável à formação cristã dos seus filiados. O Estado não recebeu missão para substituir-se à Igreja na obra de ensino religioso e moral. Reservá-lo para si, privando-se da cooperação eclesiástica, é coisa directamente anticatólica, alguma coisa de equivalente a pretender celebrar os mistérios cristãos. E impedir praticamente os preceitos dominicais é obra de opressão das consciências. As duas coisas fá-las sistematicamente a Alemanha pagã!»⁸⁰⁴. Portanto, pode-se imaginar qual seria o clima de demonização totalitária, no qual o regime salazarista podia ter-se arriscado a encarnar no seio da opinião pública, sobretudo uma vez que Cerejeira alimentava o descontentamento católico, fazendo-se seu porta-voz na Páscoa de 1938, ao convocar à oração pastoral coletiva o episcopado inteiro, para oficialmente tratar de evitar o perigo que a Nação portuguesa estava passando, pela sua aproximação à experiência do fascismo italiano e do nazismo alemão, que em nome «do culto do Estado, do culto do chefe, do culto da disciplina sem liberdade, do culto da força física, da violência da guerra»⁸⁰⁵, tinham aniquilado e substituído a moral cristã.

A moral religiosa de inspiração católica não pode aceitar um papel marginal dentro de um Estado, que recusa oficialmente o totalitarismo, que para educar os jovens utiliza organizações como a da Mocidade Portuguesa, em que a filiação é plenamente incompatível com o ateísmo e onde a quase totalidade dos jovens que dela fazem parte se declaram católicos⁸⁰⁶. Provavelmente, a Mocidade Portuguesa, em 1936 ano da sua

⁸⁰⁴ *Ibidem*.

⁸⁰⁵ *Ibidem*, p. 44.

⁸⁰⁶ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 30. “Este sentido cristão da Mocidade Portuguesa é uma das duas características fundamentais que a permite individualizar das suas congéneres europeias.

criação, já nascia, nas mãos de Carneiro Pacheco, dotada de pecado original⁸⁰⁷. Surpreendem, pois, as afirmações de elogio de Carneiro Pacheco, proferidas em 1936 aquando do regresso dos jovens da Mocidade Portuguesa a Portugal, após estes terem sido convidados a participar no campo internacional da juventude de Berlim, por ocasião da XI olimpíada, para agradecer o tratamento especial dado aos jovens da Mocidade Portuguesa, sobretudo numa altura em que se revelavam claramente as intenções da Campanha por uma política de População, lançada oficialmente por Goebbels em 1933, a qual, segundo o programa, devia trazer um incremento anual de trezentos mil recém-nascidos útil à regeneração da raça pura alemã, regeneração que visava combater a decadência cultural e étnica da Alemanha provocada por raças judias, negras, ciganas e por pessoas com doenças físicas e mentais⁸⁰⁸. Nessa ocasião, as palavras do Ministro da Educação Nacional, que se seguem os agradecimentos, parecem, se não ingénuas, pelo menos controversas e desalinhas: «a semelhança dos nossos objectivos sociais e os esforços comuns na defesa da civilização cristã são a garantia de que essa obra de aproximação será sólida e está destinada a ter larga

A outra característica decorrerá do facto de a Mocidade Portuguesa, por racionalidade de meios, quer humanos quer materiais, se manter sempre na dependência do Ministério da Educação e de se ver *obrigada* a estabelecer com o Liceu uma relação preferencial. Uma e outra retirariam à MP, como realçou Costa Pinto (1992, p. 30), a tonalidade totalizadora que inicialmente assumira e que nos leva a poder concluir, com Ernst Nolte, que a Mocidade Portuguesa apesar de ter trazido alguns uniformes não trouxe o totalitarismo (1969, p. 338)”.

⁸⁰⁷ MARTINS, Hermínio, 1998, *Op. Cit.*, 38. “O ano de 1936 viu, de facto, a formação de organizações e a promulgação de leis que indicavam claramente um novo nível de *fascização* do regime ou, pelo menos uma fase de desenvolvimento político que ia além do corporativismo cristão tradicionalista e convencionalmente autoritário, que constituía, provavelmente, o *projecto* inicial do regime (e que dele é o estereótipo dominante no plano internacional). Assim, ao lado da *Legião Portuguesa* constitui-se uma organização obrigatória, a *Mocidade Portuguesa*, que, inicialmente, compreendia toda a população escolar e universitária, mas cuja filiação foi, na prática, limitada com base na idade; foram introduzidas provas de fidelidade política, submetidos a purgas os funcionários públicos e as universidades, modernizado o aparelho repressivo e criada uma organização de política cultural e de propaganda”.

⁸⁰⁸ NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *Op. Cit.*, pp. 12-13. “Em Junho de 1933, o ministro do Interior anuncia as bases da concretização da *Campanha por uma Política de População* lançada por Goebbels, ministro de Propaganda. Face à *decadência cultural e étnica*, provocada pelas reças *alienígenas* (judeus, ciganos, negros), por cerca de um milhão de pessoas com doenças físicas e mentais hereditárias e ainda por outros *inferiores e imbecis*, o ministro coloca como necessário o aumento anual de 300 000 nascimentos de crianças alemãs puras (uma taxa anual de 300%) e declara cerca de 12 milhões de pessoas (cerca de 20% da população) como *indignos de procriar* em nome da *regeneração da raça*, etapa para criar a *raça pura*. Desta política resultará a esterilização compulsiva de 400 000 indivíduos de ambos os sexos (judeus considerados como propensos à esquizofrenia e à depressão, ciganos predestinados etnicamente à imbecilidade, negros e alemães doentes psiquiátricos num critério extremamente amplo). As mulheres constituem um pouco mais de metade dos esterilizados mas atingem 90% das vítimas mortais desta campanha”.

projecção no futuro»⁸⁰⁹. É manifesto o enorme abismo, quer de um ponto de vista religioso, quer político e sociocultural, nos ideais que deveriam animar os intentos ideológicos das duas organizações juvenis, dentro da moldura que os dois regimes queriam dar ao Estado ditatorial. Emerge, por isso, desde as origens da Mocidade Portuguesa, uma contradição de base estridente na relação com a Igreja Católica; em lugar de dar maior defesa e estabilidade ao governo ditatorial, pelo contrário, essa relação, pode ameaçar o equilíbrio necessário ao regime salazarista para controlar organicamente a sociedade portuguesa. De facto, como afirma Manuel Braga da Cruz, desde os começos dos anos trinta, as elites católicas exprimiram abertamente os seus dissensos com o nacional-socialismo alemão⁸¹⁰, o qual, por meio do Estado Novo, podia adquirir prosélitos perigosos, no seio da sociedade moralizando pagãmente os jovens portugueses. Por outro lado, parece, que a Mocidade Portuguesa, em si mesmo, tornava-se, para o regime, como um instrumento útil nas mãos de Salazar, para reforçar aquela amizade ideológica, que o Estado Novo nas décadas dos anos trinta reservava ao fascismo italiano e ao nacional-socialismo alemão em particular, por via dos frequentes intercâmbios com a *Hitlerjugend*. Aliás, é a própria Mocidade Portuguesa que, na sociedade estado-novista, lembra aos portugueses esta ligação estreita entre o regime salazarista, fascismo e nacional-socialismo, pelo quanto, ela mesma, era nascida e forjada à imagem e semelhança das homólogas italiana e alemã⁸¹¹; numerosos são os artigos e os editoriais que desde Agosto de 1936 exaltam as qualidades virtuosas da mocidade italiana e alemã, tal como em Novembro de 1936, quando *O Século* e o *Diário de Notícias* relatam a alta voz as fases importantes de uma sessão cinematográfica, onde participam, fardados, a Mocidade Portuguesa e as delegações masculinas e femininas dos *Balilla* e da *Hitlerjugend*: «A sessão abriu com a exibição dos filmes alemães *Olimpíada Branca* e *Hitler Junge Quex*, que ainda há pouco foram apresentados no Odeon. No intervalo, o eng. Nobre Guedes, na qualidade de comissário

⁸⁰⁹ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (3.º), 1993 (n.º 122), p. 572.

⁸¹⁰ CRUZ, Manuel Braga da, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, em *Análise Social*, vol. XXVII (2.º-3.º), 1992 (n.º 116-117), p. 555. “Mas é sobretudo a demarcação do nazismo que vai a suscitar entre as elites católicas a maior veemência. Os ataques ao nacional-socialismo ganham expressão logo nos começos dos anos 30, ainda em plena fase de ascensão e redobram depois com a instalação no poder”.

⁸¹¹ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, pp. 44-45. “As sessões de propaganda nacionalista sucederam-se nesses tempos de má memória que precederam o aparecimento da Mocidade Portuguesa. A preocupação de copiar as organizações fascistas está expressivamente documentada em discursos, declarações, actos públicos e até na Imprensa colaboracionista da época”.

da Mocidade Portuguesa, começou por agradecer aos organismos alemães e italianos que permitiram a realização daquela sessão»⁸¹². Parece que desde logo, o Comissário Nacional Nobre Guedes, além de não esconder as suas simpatias germanófilas, tinha claras as suas ideias sobre as motivações que tinham conduzido ao nascimento da Mocidade Portuguesa e acerca do papel que essa organização devia interpretar fora dos confins nacionais, ou seja, o de reforçar, por meio da juventude, as relações de fraternidade, entre regime português, italiano e alemão. Mas esta procura de fraternidade estava a dar à Mocidade Portuguesa, um acento diferente ao de uma simbiose moral com a religião cristã no interior da sociedade portuguesa, acento que devia ser uma das prerrogativas oficiais, que tinha levado à criação urgente dessa organização juvenil, nascida pela defesa dos valores nacionalistas do Estado Novo. De facto, se por um lado, se declara uma identificação espiritual da Mocidade Portuguesa com a moral cristã, por outro lado, as atitudes desta organização incentivam, ou pelo menos sintetizam, a idolatria e o culto do Chefe, à moda italiana e alemã, que tanto eram demonizados pelos protestos católicos, que parecem bastante justificados, para além das razões que temos visto até agora, também, por pequenos particulares que podem aparecer banais, mas não são, e que, como bem relata Lopes Arriaga, ainda causam discussão no final de 1945, quando o fascismo e o nazismo tinham saído irremediavelmente derrotados após o fim do II Conflito Mundial: «a 15 de Novembro, em plena campanha eleitoral, Barbosa de Magalhães replicava assim ao ditador Salazar: *Portugal depende de Salazar – é a sua fórmula e a dos seus satélites e servidores. E é por isso que os rapazes da Mocidade Portuguesa trazem no cinto, não a letra P designando Portugal, mas a letra S, designando Salazar, da mesma forma, que na Alemanha se dizia Heil Hitler (Viva Hitler) e não Heil Deutschland e que na Itália a saudação oficial era ao Duce e não a esse país*»⁸¹³.

Poderia ser que a Mocidade Portuguesa, nascida para defender o coração da raça, estivesse mesmo a cumprir a sua missão? Se pensarmos no que acontece no ato constitutivo, que vê Salazar ascender à Presidência do Conselho de Ministros em 1932, temos uma ideia melhor dos teores das relações entre Estado e Igreja Católica, que se seguirão a este acontecimento⁸¹⁴. De facto, Salazar, após a sua nomeação, dirige-se em

⁸¹² *Ibidem*, p. 45.

⁸¹³ *Ibidem*, p. 74.

⁸¹⁴ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 253. “Em termos políticos,

homenagem ao Cardeal Cerejeira trazendo, cumprimentos oficiais ao Patriarca de Lisboa e manifestando a intenção de manter boas relações de colaboração entre Estado e Igreja, mas, ao mesmo tempo, com atitude fria e grave, especifica ao amigo de juventude que «os destinos de ambos se separariam completamente a partir de então, defendendo ele *os interesses de Portugal e do Estado, independente e soberano*, e contando para si *os interesses da Igreja* apenas na medida em que se conjugassem com aqueles»⁸¹⁵. Eis que a Mocidade Portuguesa parece lacrar esta relação “puxa-empurra” que intercorre entre Salazar e Cerejeira, ao pautar uma aproximação entre Estado e Igreja em constante modulação. Podia, portanto, o coração da raça frio, gélido e grave, no cumprir da sua missão por Portugal⁸¹⁶, aceitar a “intromissão” de quem lhe lembrava periodicamente, com estima e admiração, a sua missão providencial e com «saúde a *estreita vida comum durante tantos anos, comunhão verdadeira de espírito e de corações*»⁸¹⁷? Apesar do papel “técnico” de apoio nacionalista que a Igreja Católica, por meio da Moral Cristã devia ter na sociedade estado-novista, Salazar não ficou completamente insensível aos pedidos de moderação totalitária, que os católicos avançavam em nome de uma união moral entre o Estado e Igreja. Provavelmente, como afirma Manuel Braga da Cruz, foi «o movimento social católico e democrata-cristão o maior inspirador do salazarismo, ao nível da ideologia económica, política e cultural. Essa inspiração contudo, viria a ser desvirtuada em sentido antidemocrático, e traduzida

assistimos às últimas clarificações no seio da ditadura que se traduzem na afirmação de Salazar como figura cimeira da *nova ordem*. É chegado o momento de apresentar o novo projecto político. Essas definições programáticas expressam-se, desde logo, nas negociações em torno do novo texto constitucional. Mas também, e de forma mais visível, nos discursos que, ao longo desses anos de 1931 e 1932, Oliveira Salazar pronuncia, explicando e definindo as linhas enformadoras do regime, os seus princípios basilares. No final, serão as ideias consagradas na Constituição e na legislação que, ainda em meados de 1933, lançam a organização corporativa (Sindicatos Nacionais, Grémios, Casas do Povo, INTP). É, como veremos, a definição de um Estado social e corporativo, de inspiração cristã, mas também de um Estado forte, intervencionista, artífice supremo da ordem económica, social e, obviamente, política”.

⁸¹⁵ PIMENTEL, Irene Flunser, 2002, “Cardeal Cerejeira”, em VIEIRA, Joaquim (dir.), *Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo do Leitores, p. 45.

⁸¹⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Lical/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, Carlos A. L. Moreira – Antigo Director da Instrução Pública em Moçambique – Professor Efectivo do Liceu Pedro Nunes, Advogado, «Salazar – Organização Política e Administrativa da Nação – Desde 28 de Maio de 1926 até 11 de Abril de 1933 prepara-se o advento de uma Nova Ordem Constitucional exercendo-se uma actividade que atingiu todos os sectores governativos, em novos métodos e com um fim a atingir, fim que se define em luminosa síntese nas palavras do Doutor Oliveira Salazar.

“Tudo pela Nação, nada contra a Nação”».

⁸¹⁷ PIMENTEL, Irene Flunser, 2002, *Op. Cit.*, p. 45.

numa interpretação autoritária»⁸¹⁸. Mas mesmo assim é inegável o papel de campanha de alarme, que os católicos tiveram, na delimitação antitotalitária do teor ideológico do regime salazarista. Basta pensar na criação da Acção Católica Portuguesa⁸¹⁹, em 1933, o mesmo ano em que era instituída a polícia política, na introdução do crucifixo na escola em 1935, gesto de notável importância de um ponto de vista simbólico, tal como, em 1938, quando Carneiro Pacheco pede a Salazar para dissolver o escutismo católico, pretensão que nunca virá a ser formalizada, provavelmente, por causa dos protestos do Cardeal Cerejeira⁸²⁰, situação esta que permitirá ao escutismo católico desenvolver-se paralelamente à Mocidade Portuguesa⁸²¹. Podemos imaginar que esse processo lento e gradualmente cuidado de influência católica, nos ramos da sociedade estado-novista, tenha sido funcional para o equilibrar das relações entre Estado e Igreja, em vista de uma possível Concordata portuguesa, que acabará por se ter em 1940. Como afirma Rita

⁸¹⁸ CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *Op. Cit.*, p. 385.

⁸¹⁹ REZOLA, Maria Inácia, 2008, "A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo", em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, pp. 262-263. "Patuada, ela própria, pelos limites estabelecidos pelo *pacto* Igreja-Estado, concebida enquanto movimento que empreenderá a *reconquista cristã* da sociedade portuguesa, estranha e superior à actividade político-partidária, à ACP são cometidas diversas missões. É óbvia a importância conferida às questões de âmbito religioso e espiritual. A primeira incumbência da ACP é a de formar, esclarecer e fomentar a oração e a reflexão, promovendo para tal reuniões, retiros, cursos de formação, peregrinações, romagens etc. Paralelamente, acentua-se a actividade a desenvolver em nível editorial, através de boletins e revistas próprias e mesmo obras de relevo. Finalmente, a *solução cristã da questão social*. De facto, a par da formação religiosa, a questão social/operária constitui uma das preocupações centrais nos primeiros anos da ACP. Um dos sinais dessa realidade e desejo de aproximação ao mundo operário é a nomeação de Irene do Carmo, uma empregada de escritório, como dirigente nacional da JOCF. Depois, será essencialmente através dos organismos operários da ACP (JOCF, JOC, LOCF e, sobretudo, LOC) que a sua intervenção ocorrerá. Num curto espaço de tempo, a LOC transforma-se numa referência fundamental da classe operária portuguesa".

⁸²⁰ *Ibidem*, pp. 259-260. "No entanto quando, em 1938, o então ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, revela a sua intenção de dissolver o escutismo católico, cuja missão parecia coincidir em muitos aspectos com a da organização estatal da juventude, a Igreja reage. É o próprio cardeal patriarca quem sai a campo e se bate pela independência e autonomia do Corpo Nacional de Escutas. Numa dura carta a Carneiro Pacheco, Cerejeira deixa patente o seu desagrado mas também incompreensão: como era possível considerar o Corpo Nacional de Escuteiros (CNE) como um rival ou *estorvo* ao *desenvolvimento* e a eficiência da Mocidade Portuguesa», quando a organização do Estado tinha carácter obrigatório? Além do mais, acrescenta, as suas funções não são coincidentes e *a terem os Escuteiros de espontaneamente se dissolverem, seria preciso que a Mocidade Portuguesa desse aos seus filiados a formação católica que ainda não dá, para de algum modo justificar o sacrifício. Não quero dizer que, depois disso, devam desaparecer; digo que, sem isso, não deveriam desaparecer*".

⁸²¹ PINTO, António Costa, 2000, "Portugal no século XX: Introdução", em PINTO, António Costa (coord.), *Op. Cit.*, p. 35. "Em Portugal portanto, para além da *catolicização* das organizações oficiais, a igreja resistiu vitoriosamente a todas as tensões de integração. Manteve e desenvolveu a Acção Católica. O escutismo católico nunca foi dissolvido e desenvolveu-se paralelamente à MP. As organizações da Acção Católica ligadas ao sistema corporativo mantiveram a sua autonomia. O sistema de ensino desenvolveu um sector católico privado importante. Venceu, sem grande dificuldade, as resistências conservadoras republicanas e as veleidades fascizantes".

Almeida de Carvalho: «Através do modelo concordatário, a Igreja Católica assume um estatuto de primazia relativamente às restantes confissões religiosas, tanto mais que se trata de um compromisso garantido, não por via do direito interno, mas através do Direito Internacional»⁸²², situação muito relevante, uma vez que, durante o Estado Novo, a Igreja Católica adquire privilégios, garantidos quer a nível nacional, quer a nível internacional, pelo quais se reforça, no imaginário coletivo, aquele sentimento religioso cristão, que invocado por Salazar para suporte dos valores nacionalistas fundadores do Estado Novo, com a assinatura da Concordata, se identifica oficialmente e sem deixar espaço a equívocos, com o sentimento religioso católico. Por isso, a nível cultural popular, a religião católica torna-se suporte imprescindível àquela Nova Ordem⁸²³, que o Estado Novo quer instaurar por meio do salazarismo, que se apresenta como o maior representante e guardião da doutrina católica na sociedade portuguesa⁸²⁴; se, por um lado, podemos entrever os benefícios que o Estado Novo adquire, por meio da Moral Católica, que dá prestígio autoritário à ideologia salazarista, por outro lado, concordamos com Manuel Braga da Cruz, quando afirma que, com a Concordata «a Igreja ganhava com isso crescente reconhecimento público, prestígio e capacidade de influência tanto a nível da sociedade como do Estado, onde muitos católicos adquiriam progressivamente papel de relevo político ideológico»⁸²⁵. Por isso, não nos parece um acaso que, após um começo de influência fascizante, um fervoroso católico como Marcelo Caetano se torne Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, em vez de um fervoroso germanófilo como Nobre Guedes, iniciando, dessa forma, o reforço daquele processo de cristianização⁸²⁶ que contribui para delimitar de um ponto de vista

⁸²² CARVALHO, Rita Almeida de, 2013, *Op. Cit.*, p. 16.

⁸²³ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 272. “Essa colaboração dos católicos com o regime revela-se fundamental no início dos anos 1930. Em primeiro lugar, na contenção da extrema-direita mais radical e nos seus desígnios *fascistizantes*”.

⁸²⁴ *Ibidem*. “Consolidado o regime, a assinatura da concordata permite a Salazar reforçar a sua imagem de protector da Igreja Católica. Imagem da qual retira amplos benefícios traduzidos no apoio dos *católicos portugueses* e na integração e apoio de amplos sectores das elites católicas no regime. Paralelamente, não podemos deixar de reafirmar que a aproximação e *colaboração* com o emergente Estado Novo é também amplamente vantajosa para a Igreja”.

⁸²⁵ CRUZ, Manuel Braga da, “As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940”, em *Análise Social*, vol. XXXII (4.º - 5.º), 1997 (n.º 143-144), p. 821.

⁸²⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-8/3075, 17 de Fevereiro de 1960, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, «Devocionário para a Juventude – Um livro que interessa a todos os jovens. A inquieta mensagem de esperança que no mundo actual confiantemente se depõe numa juventude forte, sã e corajosa, é o ponto de partida para uma grande obra – a ressurreição de Cristo no nosso tempo. Na encruzilhada de ansiedades em que se

ideológico, os destinos de uma organização juvenil que, por sua vez, deve contribuir para o racionalizar e sossegar do teor totalitário de uma ditadura que se declara portadora de um Estado de Direito.

6.2 Relação complementar entre Acção Católica e Mocidade Portuguesa

Como sublinha António Costa Pinto «a estreita associação Igreja – Estado no salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político comum Igreja – regime, desde o corporativismo, ao antiliberalismo e anticomunismo»⁸²⁷. Podemos afirmar, que a criação e o mantimento da Acção Católica Portuguesa, além de ter beneficiado as atividades da Igreja Católica dentro da sociedade estado-novista, ao mesmo tempo, com a sua presença constante, contribuiu para apoiar o regime e criar uma relação de recíproca confiança, entre Estado Novo e católicos, em vista da preparação moral dos jovens portugueses que, com a introdução da Mocidade Portuguesa, se via ameaçada, inicialmente, devido aos intercâmbios frequentes com a *Hitlerjugend*, pelo perigo de nela se acentuar aquele cariz totalitário, que o mesmo Salazar condenava publicamente. Como evidência Paulo Fontes: «a dinâmica da Acção Católica Portuguesa não se confunde com a evolução da sua estrutura, por mais determinante que tenha sido o seu papel. É na articulação da Igreja com a sociedade portuguesa e na evolução do catolicismo que se encontram os principais critérios que determinaram um percurso e permitem avaliar o seu impacto»⁸²⁸. Parece, pois, que a Acção Católica Portuguesa se torna, também, um instrumento nas mãos da Igreja, orientado para o reforço da necessidade em manter intata essa organização, que visa o sucesso do Estado Novo no desenvolvimento da obra

debate, a mocidade de hoje não esquece os princípios morais e virtudes cristãs, que devem orientar a sua Acção valorosa, o seu Caminho rasgado e o seu Pensamento forte. Mais do que nunca firme nas suas convicções e fiel às tradições dos seus maiores, a Mocidade de Portugal confia em Cristo – Caminho, Verdade, Vida.

«Se conseguirdes fazer de cada jovem um cristão tal como a Igreja o idealiza e um *cidadão* tal como a Pátria necessita, crede que fizestes uma obra magnífica, para Deus e para os homens» – disse, um dia, o Cardeal Patriarca de Lisboa, referindo-se à M. P..

Ora foi para isso, para ajudar a «criar um ambiente cristão para o desenvolvimento das virtudes dos seus filiados, despertar neles o sentimento religioso, facilitar e estimular o cumprimento dos deveres pela profissão da sua fé» (Cfr. «*Missão dos Dirigentes*») que a Assistência Nacional da M. P. para a Formação Moral e Religiosa, mais que nunca atenta às necessidades espirituais dos jovens, elaborou o presente livrinho – DEVOCIONÁRIO PARA A JUVENTUDE – (simultaneamente Devocionário, Cerimonial e Hinário) que é mais uma edição do SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA M.P..»

⁸²⁷ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 313.

⁸²⁸ FONTES, Paulo, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974)”, em *Lusitania Sacra*, 2ª Serie, vol. 6, 1994, p. 85.

educacional patriótico-religiosa, que sozinho dificilmente teria conseguido cumprir. De facto como afirma Pedro Ramos Brandão: «Dá altos desígnios à Acção Católica, o próprio Estado devia apoiar a Acção Católica, ela assume inclusive um papel educacional que o Estado não consegue suprir *a Acção Católica formará catolicamente os cidadãos*, afirmando aqui, de forma subjectiva, que a Acção Católica é uma extensão da Igreja na sociedade civil e na política, *a Acção Católica contribui não só para a extensão da vida da Igreja mas ainda para o bem comum da sociedade*»⁸²⁹. Com certeza, depois das críticas para com a Mocidade Portuguesa, por parte dos exponentes católicos, parece que a Acção Católica Portuguesa pode recobrir o papel de sentinela vigiando os perigos de extremismo ideológico de uma organização, que como afirma Lopes Arriaga, do cariz religioso os seus dirigentes fazem-se orgulhosos: «Os dirigentes da Mocidade Portuguesa sabem que a sua missão principal não é formar ginastas, intelectuais, artistas, homens de acção ou homens de pensamento, mas sim – antes de mais nada –, homens de carácter perfeitamente cónscios dos seus deveres para com Deus e para com a concepção cristã da sociedade ocidental»⁸³⁰. Todavia apesar deste orgulho religioso, que caracteriza a Mocidade Portuguesa da sua fundação, Cerejeira convida Salazar a dar espaço à Acção Católica no que se refere às atividades da Mocidade Portuguesa: «Atrevo-me a lembrar que se deixasse livre uma das tardes destinadas à Mocidade Portuguesa. Mesmo se a dita realizar os seus fins»⁸³¹, sublinhando o papel de continuidade pedagógica que a organização católica quer proporcionar no enquadramento ideológico a nível juvenil, «as actividades da Acção Católica não podem ser comparadas às de qualquer outra associação: são os prolongamentos da aula de Religião e Moral»⁸³².

Desde logo, emerge um papel de complementaridade da Acção Católica Portuguesa no que respeita às atividades da Mocidade Portuguesa, papel que a Igreja Católica exige ao Estado Novo, papel que Salazar não pode recusar, tendo em vista a educação nacionalista que o regime quer associar aos valores de teor religioso, úteis à emancipação antitotalitária, de um Estado que se autoproclama delimitado pelo Direito e pela Moral Cristã. Neste contexto, é a própria Acção Católica a organização que, apesar de limitar oficialmente, de um ponto de vista político, as aspirações dos

⁸²⁹ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 80.

⁸³⁰ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 69.

⁸³¹ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 52

⁸³² *Ibidem*.

católicos, após a dissolução do Centro Católico Português, pode, porém, graças à sua existência, interagir diretamente com o Estado Novo, para reivindicar aquela paz e harmonia entre Estado e Igreja prometida por Salazar, assente no espírito de mútua colaboração⁸³³ entre os dois atores⁸³⁴. De facto, na sequência, tão desejada por Salazar, da conversão da atividade política do Centro Católico em «acção puramente social»⁸³⁵, não parece coincidência, que a Acção Católica Portuguesa seja instituída, a 15 de Novembro de 1933, com o intento de unir as organizações do laicado católico português, provavelmente, para antecipar as intenções de Salazar favoráveis a uma dissolução do Centro Católico Português, o que se realizará em Fevereiro de 1934, quando no contexto da demissão de Lino Neto, o Centro Católico termina definitivamente as suas atividades⁸³⁶. Por isso, apesar dos pedidos contidos na «carta papal *Ex Officiosis Litteris*, que exigia da organização um alheamento da política como o único fim de dilatar o reino de Cristo na vida dos homens»⁸³⁷, a criação da Acção Católica Portuguesa pode ser interpretada, também, após a dissolução política do centro católico, como uma necessidade da Igreja Católica, de reorganização a nível social na sociedade estado-novista que, perigosamente, podia direccionar-se ao alvo do totalitarismo ditatorial. Como afirma Irene Flunser Pimentel, em 1936 «o ditador ordenou nesse ano a reforma da educação a cargo de Carneiro Pacheco, a criação da Legião Portuguesa, da Mocidade Portuguesa e da Obra das Mães, e a abertura do campo de concentração do Tarrafal. Silencioso perante o Tarrafal e a organização miliciana para adultos, Cerejeira não deixou de aplaudir o nascimento da OMEN e a imposição do crucifixo nas escolas, embora viesse depois a mostrar-se desconfiado relativamente à

⁸³³ CARVALHO, Rita Almeida de, 2013, *Op. Cit.*, p. 386. “Depois, Salazar invoca novamente a Concordata italiana, na qual se afirma que a Acção Católica desenvolve a sua atividade *fora de todo o partido político*, e o acordo de 1931, que determina que aqueles que pertencem a partidos contrários ao regime instituído não podem ser escolhidos como dirigentes da Acção Católica”.

⁸³⁴ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, p. 20. “Mas resulta também de uma orientação da hierarquia para a Acção Católica, traçada logo em 1931 pelo Cardeal Cerejeira, que a definiu como *organização puramente religiosa* subordinada à hierarquia e independente, isto é, *fora e acima de toda a política dos partidos e dos partidos da política*”.

⁸³⁵ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, p. 24. “Eu fui, na verdade, uns dos fundadores do Centro Católico na sua forma actual, porque senti a necessidade de colocar a Igreja, como sinto hoje a necessidade de colocar a Nação fora da preocupação de regime. Conseguida essa finalidade, e realizadas inteligentemente pelo Poder aqueles condições a que no discurso me referi, acho que a acção do Centro Católico pode com utilidade transformar-se numa acção puramente social”.

⁸³⁶ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 255. “Em Fevereiro de 1934 Lino Neto demite-se, dentro cessa a sua actividade mas nenhuma voz declara oficialmente esse fim”.

⁸³⁷ PIMENTEL, Irene Flunser, 2002, “Cardeal Cerejeira”, em VIEIRA, Joaquim (dir.), *Op. Cit.*, p. 67.

MP»⁸³⁸. De facto, como temos evidenciado, a maior preocupação dos católicos e de Cerejeira que os representava, era o acento de totalitarismo, que o Estado Novo estava a adquirir naquele período, acento que poderia cancelar, no panorama ideológico da sociedade estado-novista, os princípios da Moral Cristã. Não obstante alguns silêncios de Cerejeira, parece que a Acção Católica Portuguesa se torna um instrumento nas mãos dos católicos, útil ao concreto contrastar das conotações ideológicas que pudessem originar um totalitarismo de Estado. De facto, como sublinha Simon Kuin, Cerejeira interpreta o papel da Acção Católica Portuguesa, como um papel de complementaridade com o da Mocidade Portuguesa, papel importantíssimo na sociedade que, segundo o Cardeal Patriarca, se está a tornar perigosamente totalitária. A esse processo, segundo Cerejeira, não está isenta nem sequer a Mocidade Portuguesa, por isso, em 1939, a ataca abertamente, indicando mais uma vez a importância da Acção Católica Portuguesa na sociedade estado-novista: «Um Estado que pretende defender a civilização cristã sem criar condições à reforma interior das consciências realiza mero trabalho de fachada. Ora essa reforma das consciências é função principalíssima da Acção Católica. O Estado Português organizou as suas formações da mocidade e não faltam quem imagine que possa substituir a Acção Católica. Estas organizações, tais quais se encontram actualmente, são incompletas: no aspecto moral e religioso não satisfazem as exigências da consciência cristã. Mas, mesmo quando a Mocidade Portuguesa viesse completada no sentido moral e religioso, avisara Cerejeira, a Acção Católica não teria perdido a sua razão de ser: a Acção Católica é quem melhor prepara o fermento de restauração nacional. Sem ela teríamos em Portugal actos de culto muito luzidos, mas puramente formalistas, vazios de fé e piedade»⁸³⁹. Se pensarmos no exemplo italiano, onde o fascismo quer propor-se como uma Nova Religião e onde os jovens devem servir o ideal nacionalista praticando a fé no culto do *littorio* ou no exemplo da Alemanha, onde assistimos ao monopólio do Estado no enquadramento ideológico dos jovens depois do extinguir das organizações católicas juvenis, as palavras de Cerejeira, no que respeita ao papel da Acção Católica Portuguesa, parecem bem realistas, atendendo à sua capacidade para evitar um efeito de formalismo religioso que, ao serviço do culto nacionalista em nome da Pátria, se esqueça de Deus e gradualmente repropunha a adoração mística pelo

⁸³⁸ *Ibidem*, p. 47.

⁸³⁹ KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (3.º), 1993 (n.º 122), p. 587.

Chefe e pelo Estado Novo. Esse papel de complementaridade da Acção Católica Portuguesa, para com a Mocidade Portuguesa, torna-se fundamental para o compreender das condições de cariz totalitário que o Estado Novo podia ter alcançado no empreender do caminho, que como dizia Salazar, teria trazido uma Nova Ordem a Portugal. Não esqueçamos que, a 7 de Junho de 1931, o jornal, as «Novidades» comentava que «o fascismo entrou num caminho de perseguição que o deslustra. Enquanto o comunismo ameaça extirpar a religião pelo ferro e pelo fogo, o fascismo pretende convertê-la em escrava do seu poderio, que é afinal outra forma de lhe fazer guerra, porventura mais desleal, porque afivela a máscara da protecção». O mesmo jornal, a 8 de Junho de 1931, continua afirmando: «a questão não é política, mas de princípios, os princípios da liberdade de consciência e de tolerância espiritual que o fascismo pretende desconhecer e negar. O fascismo pretende dominar no espiritual, tornando-se o patrão das consciências, substituindo-se, na educação, ao direito dos pais e ao da Igreja. O fascismo pretende negar todo o direito associativo e toda a actividade social que saia fora dos quadros oficialmente estabelecidos: pretende emancipar a actividade económica e social de toda a autoridade moral da Igreja. Numa palavra, a actividade religiosa, a Acção Católica pode existir, desde que não seja dirigida pela Igreja, mas pelo fascismo»⁸⁴⁰. Portanto, à luz desses acontecimentos, a criação da Acção Católica Portuguesa, em 1933, parece uma concessão, que Salazar faz ao catolicismo português, para aplacar as acusações de autoritarismo totalitário que o Estado Novo estava recebendo, sobretudo pela Imprensa católica que, como temos visto, chegou a equiparar o fascismo ao comunismo na sua atitude totalitária para com a religião.

No entanto, é de facto, em 1936, ano de criação da Mocidade Portuguesa, que a Acção Católica Portuguesa adquire um papel “político oficial” no interior da sociedade portuguesa, papel ao abrigo do qual, além da contribuição social no reforço e consolidação da Moral Cristã, é indicada pela Igreja como instrumento indispensável para controlar o perigo de difusão do comunismo na sociedade⁸⁴¹. Daí, qual teria sido o pior marco para o Estado Novo do que o de ser equiparado ao mesmo nível de o de um regime comunista, uma vez que, além de promover um corporativismo cristão,

⁸⁴⁰ CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *Op. Cit.*, pp. 24-25.

⁸⁴¹ CARVALHO, Rita Almeida de, *A Concordata de Salazar. Portugal – Santa Sé 1940*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, Universidade Nova de Lisboa, Dezembro 2009, p. 98. “Contra a difusão ameaçadora do comunismo, haverá que promover, além da religião na escola, o ensino paroquial do catecismo, a boa e eficaz organização da Acção Católica, a boa educação dos jovens nos colégios católicos, e a obra de assistências aos estudantes”.

repugnava a luta de classe⁸⁴² e não queria com certeza revolucionar a sociedade, mas, pelo contrário «fazer viver Portugal habitualmente»⁸⁴³? Essa complementaridade, entre Acção Católica Portuguesa e Mocidade Portuguesa, evidenciada por Cerejeira, parece uma solução a que, também o Estado Novo, recorre para resolver a questão religiosa, sobretudo, após ter dissolvido politicamente o Centro Católico Português. Sobretudo a nível juvenil é necessário manter inativos os aspetos de mobilização que podem prejudicar a estabilidade ideológica e estrutural do regime. Como salienta António Costa Pinto «o regime não compartilhou das tensões de mobilização dos congéneres fascistas e promoveu a apatia. Isolando o pequeno universo urbano, não confiando, sequer na mobilização da sua pequena burguesia, este contou dois grandes agentes no universo do *Portugal profundo*: a notabilidade local e a Igreja»⁸⁴⁴. Este aspeto, apesar dos protestos dos católicos e do Cardeal Cerejeira, confirmaria marcadamente aquela ação complementar da Acção Católica Portuguesa no que respeita à Mocidade Portuguesa, no conformar dos jovens portugueses a uma sociedade ruralizada que, em nome de valores nacionalistas imutáveis, emancipava as qualidades “imortais” do

⁸⁴² Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2339, 19 de Novembro de 1937, Prof. Luís da Cunha Gonçalves, Sócio Efectivo da Academia das Ciências de Lisboa, «Compendio de Organização Política e Administrativa da Nação – O Estado é uma grande corporação ou super-corporação de que fazem parte todos os cidadãos e todas as classes e corporações menores; e desde que a sua finalidade é o Bem Comum, não é admissível que o Estado constitua a ditadura de uma classe sobre as outras, nem que se preocupe somente com os interesses da produção material. Tem de patrocinar outros interesses, - morais, culturais, artísticos, religiosos, familiares, e outras corporações, muito necessárias sob o aspecto da civilização espiritual. O Estado corporativo não se limita a substituir os egoísmos individuais pelos egoísmos das classes operarias. Por isso, justamente preceituam os arts. 14º. e 15º. da nossa Constituição vigente que “ao Estado incumbe autorizar...todos os organismos corporativos, morais, culturais ou económicos, promover e auxiliar a sua formação, e que os mesmos organismos visarão, principalmente, objectivos científicos, literários, artísticos ou de educação física, assistência, beneficência ou caridade, aperfeiçoamento técnico ou solidariedade de interesses. “Acrescenta, ainda, o art. 18º que, nos organismos corporativos, estarão organicamente representadas todas as actividades da Nação. Lógicamente, pois, o art. 1º do Estatuto do Trabalho Nacional, Decreto-Lei nº 23.048, afirma que “a Nação constitui uma unidade moral, política e económica, cujos fins e interesses dominam os indivíduos e os grupos que a compõem”.

As funções do Estado ético e corporativo, porém, não são só as mencionadas nos artigos da Constituição acima referidos. Estas disposições devem ser completadas com outras consignadas nos Títulos II a XIV da Parte I dessa lei fundamental, bem como nos arts. 81º., 91º., 115º. e 132º., que nos mostram a amplitude enorme dos fins e funções do Estado Corporativo, - ao contrário dos Estados democráticos, onde, ao menos em teoria, - poisque é bem diversa a prática, o Estado deve limitar-se a manter a ordem nas ruas, conservando-se alheio à desordem nos espíritos, e, longe de eliminar as causas dos antagonismos sociais, deve manter-se neutral em face da luta das classes e até apoiar nesta luta uma das parcialidades, - o operariado».

⁸⁴³ MEDINA, João, 1977, *Salazar em França*, em PINTO, António Costa, 1992, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 131, nota de rodapé 251.

⁸⁴⁴ PINTO, António Costa, 1992, *Op. Cit.*, p. 131.

virtuosismo lusitano. Se, por um lado, a existência simultânea da Mocidade Portuguesa e da Acção Católica Portuguesa, pode acentuar a disputa interna entre Igreja e Estado pela apropriação e pelo controle dos jovens por meio das organizações da juventude, por outro lado, sobretudo no começo da existência da Mocidade Portuguesa, a Acção Católica Portuguesa parece equilibrar também o teor moral cristão que, entre Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, se encontra fortemente desequilibrado devido ao enquadramento inicial de inspiração germanófila da Mocidade Portuguesa relativamente ao da Mocidade Portuguesa Feminina de matriz profundamente católica. Este tipo de enquadramento ideológico juvenil, que podia ser influenciado por tendências totalitárias devidas aos intercâmbios com a *Hitlerjugend*, muito provavelmente era equilibrado também pela contribuição de uma Acção Católica Portuguesa, que envolvendo nas suas atividades uma porção importante das forças juvenis, como sublinha Paulo Fontes, um «agrupamento dos católicos leigos numa única organização nacional, de tipo predominantemente religioso, não só conferia uma maior visibilidade ao catolicismo e maior força ao apostolado desenvolvido pela Igreja no seio da sociedade, como permitia a formação de uma elite, um *escol* - como se diz na gíria da época – que asseguraria a difusão e penetração dos *princípios cristãos* nos seios dos diversos sectores da vida em sociedade»⁸⁴⁵. Emerge, por isso, um duplo binário de produção de um *escol* juvenil que propõe um sodalício de complementaridade, também neste caso, entre Acção Católica Portuguesa e Mocidade Portuguesa, no constituir daquela classe de jovens, que no futuro formará parte da elite do Estado Novo e da Igreja Católica e que interagirão reciprocamente, protagonizando aquela imobilidade autoritária tão funcional à longevidade do regime salazarista⁸⁴⁶. Se, por um lado, a Acção Católica Portuguesa se torna um elemento mitigador do cariz totalitário da sociedade estado-novista, que podia influenciar também a Mocidade Portuguesa, por outro lado, a sua estrutura hierarquizada e globalizante⁸⁴⁷ contribui para o desenvolver do teor autoritário necessário ao alimentar das perspetivas de um «viver habitualmente»,

⁸⁴⁵ FONTES, Paulo, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, p. 71.

⁸⁴⁶ PINTO, António Costa, 1992, *Op. Cit.*, p. 131. “Intercalando habilmente a administração e o partido que agregava a notabilidade local, o regime conta com as elites tradicionais para manter a ordem social. A coadjuvação da Igreja bastou para manter a província numa ordem que se queria imutável”.

⁸⁴⁷ REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *Op. Cit.*, p. 264. “As directivas da Acção Católica eram, a esse respeito, inequívocas: os católicos devem penetrar, por todos os modos próprios da sua acção, em todas as zonas para as baptizar, para as fazer cristãs”.

que Fernando Rosas chama de «*aurea mediocritas* que o ditador definia como a felicidade possível e conveniente para as aspirações dos portugueses como *a imagem da pátria que se traz no coração: uma casa branca, cheia de sol, num quintal cuidado, em que a vida é pacífica, alegre, operosa e digna*»⁸⁴⁸. Uma combinação ideal destinada à criação de um Homem Novo salazarista⁸⁴⁹, chefe de família⁸⁵⁰ e trabalhador disciplinado, um patriota genuíno, que respeita a religião e a Nova Ordem constituída⁸⁵¹. Aliás, o Homem Novo Português, modelo do futuro, é igualmente compartilhado entre Igreja Católica e Estado Novo, pois, até agora, a Acção Católica Portuguesa e a Mocidade Portuguesa interpretam um papel, ao mesmo tempo, unívoco e complementar no interior da sociedade portuguesa. A Acção Católica Portuguesa replica as prerrogativas da Mocidade Portuguesa, dentro da sociedade estado-novista, no fortalecimento da Nova Ordem, que como evidência Inácia Rezola se estrutura por meio de uma colaboração vantajosa entre Igreja Católica e Estado Novo: «Depois das décadas de perseguição e até, em alguns momentos, ostracismo, podia regressar plenamente à

⁸⁴⁸ FERRO, António, 2003, *Op. Cit.*, p. XXVII.

⁸⁴⁹ *Ibidem*, p. XXIX.

⁸⁵⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Manuais Escolares-15/2622, 4 de Fevereiro de 1938, Carlos A. L. Moreira – Antigo Director da Instrução Pública em Moçambique – Professor Efectivo do Liceu “Pedro Nunes”, Advogado, «Salazar – Organização Política e Administrativa da Nação – A Família – Elevada pelo cristianismo que trouxe o respeito pela mulher e pelos filhos inteiramente entregues no Paganismo ao poder discricionário do pater-familias e do Estado, ela é o primeiro repositório das virtudes ancestrais e o plano base em que se desenvolvem as justas aspirações de desenvolvimento e progresso».

⁸⁵¹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 7-1958 – **SALAZAR** exemplo da juventude – Em 27 de Abril completaram-se 30 anos sobre a data da entrada para o Governo, do Prof. Doutor António de Oliveira Salazar.

Somos ainda muito jovens, mas tomamos plena consciência de quanto tem significado para o País, em constante valorização e progresso, a extraordinária acção de chefia de Salazar, ao longo de tão largo período.

A Nação inteira, e a Mocidade Portuguesa, em nome de todos nós, filiados, teve oportunidade de renovar ao grande estadista, cujo valor pessoal atinge a altura das eminentes figuras históricas que honramos como patronos, a homenagem sincera e o vivo agradecimento que lhe devemos, como participantes dos benefícios amplamente proporcionados à comunidade nacional, nos mais diversos sectores da sua vida colectiva.

Uma outra homenagem e um outro agradecimento queremos, como um só, prestar a Salazar. Sem actos de formalismo externo, sem manifestações generalizadas, não será menos significativa a expressão do nosso sentir.

No âmbito dos nossos corações, na nossa própria intimidade, cada um de nós agradece a Salazar os benefícios individuais que retira de poder construir a sua personalidade à luz de valores autenticamente portugueses e cristãos.

E cada um de nós íntima e comovidamente lhe presta homenagem, reconhecendo-o como Exemplo perfeito e heróico dos Ideais que nos ensinou a amar. Cremos que nenhuma homenagem pode ser mais cara a Salazar do que a nossa promessa pessoal de procurarmos conduzir-nos sempre, como ele o fez, no caminho da honra, do dever, do serviço e do sacrifício».

vida pública, ocupando um lugar de destaque nas cerimónias de Estado, e o catolicismo era decretado religião da nação portuguesa. É neste contexto que nasce a Acção Católica Portuguesa, cuja acção de *conquista cristã* além de permitir reposicionar a Igreja na sociedade portuguesa, se transforma num utilíssimo instrumento da *restauração nacional*, almejada pelo salazarismo»⁸⁵². Pode afirmar-se que essas medidas de “cumplicidade”, entre Igreja Católica e Estado Novo, se lacram simbolicamente no discurso que Cerejeira pronuncia, não por acaso, para celebrar os vinte e cinco anos de fundação da Acção Católica Portuguesa, em 1º de Abril de 1959. De facto, como afirma Pedro Ramos Brandão, por esta ocasião «ao criticar de forma tão aberta a esquerda e em particular o comunismo, está a fazer um grande favor a Salazar, pois Cerejeira fala em nome da Igreja Portuguesa aos católicos do país. É um discurso que chega onde os discursos de Salazar não chegam, para que Cerejeira é perfeitamente explícito em dizer que o comunismo é totalmente antagónico com a religião cristã. Para Cerejeira, um católico jamais poderia ser comunista, ou mesmo de esquerda»⁸⁵³.

Como sublinha Lopes Arriaga a «técnica e formação integral da juventude seguida pela Mocidade Portuguesa tinha como objectivo definido *formar homens de carácter*, considerando que a formação do carácter estava na base de toda a educação; que só depois de assegurada a formação do carácter se podia orientar a educação do jovem no sentido de bem servir Deus, a Pátria, e o próximo»⁸⁵⁴. Uma vez que tudo deve conformar-se a uma moldura simbólica de valores exclusivamente nacionalistas, em especial a Igreja Católica Portuguesa começa, plenamente, a fazer parte do discurso patriótico de Salazar⁸⁵⁵. Não surpreende que Cerejeira tenha a “ousadia” de propor a Salazar «levar as acções da Acção Católica para dentro da escolas, através da substituição da Mocidade Portuguesa para actividades coordenadas pela Acção Católica, assegurando a Salazar que, assim, tanto a Igreja como o Estado, controlariam melhor a juventude do país, por isso esta medida deveria ser levada avante mesmo que tivesse ser à força»⁸⁵⁶. Não é por acaso que Cerejeira faz referência à Acção Católica Portuguesa

⁸⁵² REZOLA, Maria Inácia, 2008, *Op. Cit.*, p. 272.

⁸⁵³ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 79.

⁸⁵⁴ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 69.

⁸⁵⁵ REZOLA, 2008, *Op. Cit.*, p. 272. “É óbvio que, desde início, Salazar estabelece limites à acção e intervenção da Igreja, determinando um regime de separação e delineando, cuidadosamente, as respectivas esferas de influência. Mas as garantias e benefícios que podia usufruir na nova conjuntura eram evidentes, levando a Igreja a renunciar à actividade política e sindical própria e a empenhar-se no fortalecimento da *nova ordem*”.

⁸⁵⁶ *Ibidem*, p. 93.

para substituir adequadamente a nível educativo as atividades da Mocidade Portuguesa. Estas afirmações, do Cardeal Patriarca, além de reforçarem o papel de complementaridade existente entre as duas organizações, indicam claramente, no seio da sociedade estado-novista, uma simbiose harmoniosa entre Estado Novo e Igreja Católica, que vai além da amizade pessoal de dois antigos amigos de juventude, transcendendo uma união que não existe só por razões de teor político e que é, antes de mais nada, uma união densamente povoada de sentidos e significados simbólicos⁸⁵⁷, onde, quer o Estado, quer a Igreja, legitimam de igual modo, como indissolúvel, uma ligação cultural com o passado que, no presente, revive os destinos gloriosos de Portugal e do povo lusitano no mundo inteiro⁸⁵⁸, em nome da Grande Nação Portuguesa e da sua Obra Sagrada de Civilização Cristã.

6.3 Reforma do Ensino Liceal: Cristianização da Escola

Como bem relata António Costa Pinto: «A Igreja Católica portuguesa não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime. Para além de toda a simbologia católica de que o regime se apropriou com o apoio explícito da hierarquia, pode-se mesmo falar de um programa político de *cristianização*, que atravessou todas as instituições, particularmente aquelas mais vocacionadas para a socialização com o aparelho escolar»⁸⁵⁹. Podemos dizer, que este processo de cristianização do ensino português foi iniciado oficialmente por meio da Lei nº 1910 de 22 de Maio de 1935, quando, pela deputada Maria Guardiola, futura Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, surge modificada a 3ª alínea do artigo nº 43 da Constituição de 1933: «o ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo, porem, hostilizar «por» a formação do carácter e de todas as virtudes morais

⁸⁵⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-8/3075, 17 de Fevereiro de 1960, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, «Devocionário para a Juventude – Notas de texto para uma velada – Por A. Alves de Campos. Subordinado aos princípios sagrado de Honra, Dever, Serviço e Sacrifício o ideal da Mocidade Portuguesa tem neste opúsculo um testemunho de Fé, para ser sentido, em unísono, por todos os filiados, nas grandes datas de transcendência patriótico – religiosa».

⁸⁵⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais-8/3075, 17 de Fevereiro de 1960, Serviço de Publicações da Mocidade Portuguesa, «Devocionário para a Juventude – O Milagre de Ourique – Por António Manuel Couto Viana. Episódio teatral sobre o milagre de Ourique – a anunciação, feita por Deus a D. Afonso Henriques, do início de um grande Império, aquele que iria mostrar ao mundo a grandeza do povo português. A espiritualidade sempre presente nos destinos de Portugal, revelada em rápido episódio».

⁸⁵⁹ PINTO, António Costa, 1994, *Op. Cit.*, p. 313.

e cívicas, orientadas pelos princípios da doutrina e da moral cristã, tradicionais no País».

A recristianização da vida social, na política da sociedade portuguesa, passava pela intenção de educar o bom cidadão tornando-o o bom cristão que, com abnegação, orgulho e religiosidade estudava as grandes gestas corajosas dos heróis, que tornaram grande Portugal. De facto, em 1936, a 24 de Novembro, com o Decreto-Lei n.º 27 729, começa oficialmente, com a introdução da disciplina de Moral, um percurso de reforma do ensino primário, com a qual é expressa a vontade de introduzir na escola um «ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais de um vivo amor a Portugal». Sempre no mesmo ano, além de ter sido criada a Mocidade Portuguesa, a 14 de Outubro, já tinha sido aprovada a Reforma do Ensino Liceal, que permitia a introdução da cadeira de Educação Moral e Cívica nos três anos de ensino liceal. Situação que encontra a plena satisfação do Papa e dos católicos portugueses que, por meio do Monsenhor Pizzardo, fazem saber ao Ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco, que sua santidade o pontífice «preocupado com a falsa propaganda do comunismo consolou-se com esse vislumbre de esperança nos programas do dito Curso de Educação Cívica e Moral nas escolas secundárias estatais porque se poderá através de tais cursos fazer com que o ensino religioso coloque uma barreira à perniciosa ignorância religiosa do comunismo»⁸⁶⁰. Não é um acaso que, em Março de 1939, o deputado Querubim Guimarães, durante a sessão da Assembleia Nacional, intervinha dizendo: «O Sr. Dr. Carneiro Pacheco é animado por esse espírito da contrarrevolução que estamos vivendo quando afirma a necessidade de a escola voltar para Deus, em vez de continuar d'Ele afastada»⁸⁶¹. Poucos meses depois, no I Congresso da Mocidade Portuguesa em Lisboa, a 21 de Maio de 1939, virá a ser evidenciada a necessidade de promover uma moral patriótica e religiosa como modelo de educação fundada na Mocidade Portuguesa, bem como na escola⁸⁶². A união moral entre Mocidade Portuguesa e ensino escolar sintetiza a essência de uma educação

⁸⁶⁰ CARVALHO, Rita Almeida de, 2009, *Op. Cit.*, p. 97.

⁸⁶¹ *Ibidem*, p. 95.

⁸⁶² VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 82. “Surge-nos, pois, com evidência, que a Moral da MP, a Moral da Escola e a Educação Cívica são partes que encontravam o todo na Moral Religiosa Cristã”.

nacional que, no fundamento cívico-histórico-religioso, cria os pressupostos de doutrinação ideológica destinada às Novas Gerações⁸⁶³.

Contudo, não obstante as medidas tomadas em favor da Igreja Católica em Portugal, já em 1938, o núncio Ciriaci mostra toda a sua insatisfação ao ministro italiano em Lisboa, o qual comunica ao Ministério dos Assuntos Exteriores as seguintes palavras: «O núncio tem dito repetidamente que Oliveira Salazar nada fez para que a Igreja regressasse à situação anterior à criada pelos governos demo-maçónicos. O clero está desorganizado e corrupto, e ninguém se preocupa. Apesar de correr o boato de um arrefecimento das relações entre Oliveira Salazar e o cardeal-patriarca, eles estão agindo em perfeito acordo [...]. Na realidade Oliveira Salazar, com o seu habitual sistema de governo quer mostrar que não segue uma política clerical, e o cardeal-patriarca apoia-o, e encontra as repetidas advertências do núncio à Secretária de Estado, protege-o junto desta última para manter a sua independência de Roma»⁸⁶⁴. Não sabemos até que ponto Cerejeira quisesse consentir os desejos de Salazar, provavelmente, em vista de uma Concordata, pela qual o bom sucesso pedia, por parte do Cardeal Patriarca, uma boa dose de diplomacia. Mas não se pode negar, como revelam as fontes, que Cerejeira parece muito satisfeito com a orientação cristã, que o Ministro da Educação Nacional estava dando ao ensino escolar: «Antes de mais, gostosamente reconhecemos a boa vontade do Ministério da Educação Nacional em imprimir a todo o Ensino, Oficial e Particular, uma orientação cristã, e benevolência com que, em geral, tem tratado o Ensino da Igreja dentro do condicionalismo e legislação vigentes.

⁸⁶³ *Ibidem*, pp. 80-81. “Assim, para os três primeiros anos (1.º ciclo) o ensino será exclusivamente religioso com a ressalva de um item que seria dedicado à MP. Item este que seria dedicado à explicitação dos objectivos *desta patriótica organização* e que se manterá para os três anos do 2.º ciclo, a par de uma componente muito forte de História Religiosa e algumas noções de educação cívica (mormente política) para o 6.º ano. Quanto à pedagogia a adoptar, retoma-se o desejo de um ensino activo e intuitivo. O ideal preconizado de cidadão identifica-se claramente com o ideal cristão. As qualidades a desenvolver são intrínsecas do espírito cristão. São referidas, por exemplo, a persistência, a vontade, a força de carácter e a capacidade de suportar sem queixume! Qualidades que fazendo parte da vida cristã compreendem, nos termos do próprio diploma (Decreto n.º 27085), *todas as manifestações da vida humana integral*. Estava, deste modo, dada a pedra de toque para o discurso que, a partir de então, será norma nesta área. Tratar-se-á, a partir daí, de, sistematicamente, procurar identificar moral com educação cívica e esta com educação religiosa. Deste processo educativo nasceria (moldar-se-ia) um cidadão de tipo novo que, identificando-se com os princípios cristãos, serviria de forma completa os propósitos do Estado Novo. Esta correspondência abrangeria também a própria MP. De facto sempre que na MP se venha a referir a Moral, esta aparecerá de forma indelével associada à ideia de Moral Cristã. Foi assim aquando da sua regulamentação em 4-12-1936 pelo Decreto n.º 27301 (quando se declara a intenção de promover uma educação cristã) e assim continuará a ser quer nos vários textos legislativos quer nas intervenções de seus dirigentes e/ou responsáveis governativos”.

⁸⁶⁴ CARVALHO, Rita Almeida de, 2013, *Op. Cit.*, p. 114.

Nos últimos tempos tem-se começado a apreciar com mais justiça o Ensino da Igreja, como se evidenciou no recente debate da Assembleia Nacional»⁸⁶⁵.

Todavia, o processo de cristianização da Mocidade Portuguesa ligado principalmente às atividades escolásticas liceais, mostra-se bastante sinuoso, de facto apesar de contemplar «a necessidade de destinar sacerdotes ao ensino da Educação cívica e moral é só a partir de Setembro de 1939, que o cargo de diretor de serviços de formação moral será desempenhado por pessoa de absoluta confiança das autoridades eclesiais»⁸⁶⁶.

Com toda probabilidade, o objeto de disputa, não é o ensino em si, mas sim a inculcação ideológica juvenil que, com a Mocidade Portuguesa nascida para abranger toda a juventude escolar e não escolar, se revela eficaz “apenas” no contexto liceal, onde deve formar-se a elite salazarista do futuro. Parece óbvio que a recristianização da sociedade portuguesa passasse pelo ensino escolar, mas é com a afiliação à Mocidade Portuguesa, que se cria aquele escol que, como temos visto anteriormente, pelo menos até ao rebentar da II Guerra Mundial, se estava, segundo os católicos, aproximando perigosamente às atividades de teor totalitário da *Hitlerjugend*. De facto, o germanófilo Nobre Guedes «dirá que a Escola deve ser o campo principal de actuação da M P» e não parece um acaso que «os centros da MP ao serem criados vão sê-lo, num primeiro momento quase exclusivamente no interior dos Liceus»⁸⁶⁷. A Mocidade Portuguesa representava o elo para a conjugação entre Liceu e Universidade, uma vez que a maioria das matrículas universitárias provinham do Liceu, por isso cristianizar o ensino escolar, sem cristianizar concretamente a Mocidade Portuguesa, teria servido muito pouco para a Igreja Católica, em vista do verdadeiro catolicizar das instituições e dos quadros dirigentes do Estado Novo. Como evidencia Pedro Ramos Brandão: «No que diz respeito à Educação, Cerejeira fez tudo o que pôde para *cristianizar* o ensino português; referimo-nos a todos os graus de ensino, incluindo o ensino superior. De facto, foram feitas várias propostas no sentido de introduzir uma disciplina de Religião e Moral nas universidades. No entanto, a sua grande vitória foi a criação da Universidade Católica, que lhe permitiu criar uma elite de quadros superiores, com um cunho ideológico bem

⁸⁶⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-7, 12 de Setembro de 1938.

⁸⁶⁶ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 31.

⁸⁶⁷ *Ibidem*.

católico. A finalidade destes quadros superiores era a sua colocação em outras universidades e a ocupação de altos cargos políticos»⁸⁶⁸.

Se analisarmos os primeiros anos de atividade da Mocidade Portuguesa, podemos bem notar que, nos liceus do país, a presença⁸⁶⁹ de instrutores militares é bastante alta e escutando as palavras proferidas por Marcelo Caetano, em 1943, tem-se a impressão de que este quase quisesse justificar e ao mesmo tempo negar, uma situação bastante ambígua: «A MP não é uma organização militar. Embora vá recrutar grande parte dos seus dirigentes no Exército, na Armada e na Legião Portuguesa e possua uma milícia, não se confunde com qualquer sociedade de instrução militar preparatória. O seu objectivo não é antecipar a instrução de recrutas, formar pequenos soldados, militarizar o país: limita-se a ir buscar às instituições militares quanto elas tenham de sólidos elementos educativos – aquelas virtudes de sacrifício, de abnegação, de decisão, de disciplina e de aprumo sem as quais não pode compor-se um tipo de homem verdadeiramente viril»⁸⁷⁰. Provavelmente, este cariz fortemente disciplinado de um ponto de vista militar, preocupava bastante os católicos, que consideravam o adestramento físico da Mocidade Portuguesa um perigo para o ensino da religião e da moral católica, uma vez que os jovens deviam tomar em conta as diretivas dos instrutores militares que, com grande probabilidade, dedicavam pouco espaço à formação espiritual dos jovens no sentido religioso. Não surpreende, assim, a preocupação de Cerejeira que, a «26 de Maio de 1945 envia uma longa nota a Salazar, chamando a atenção do Chefe do Governo para o facto de estar próxima uma reforma liceal, devendo aproveitar-se este facto para introduzir nas escolas aquilo que Cerejeira defendia como o melhor para a Mocidade Portuguesa, a que ele chamava de o problema da formação espiritual (religiosa e moral) dos alunos»⁸⁷¹. Apenas um mês depois da demonstração de preocupação incessante de Cerejeira para com a formação espiritual no contexto escolar, o Cardeal Patriarca, a 24 de Junho, «envia cópia de uma carta, remetida na mesma data ao ministro Caeiro de Mata. Cerejeira teve conhecimento que o dito ministro estava a preparar uma reforma para os *liceus*, e não queria deixar que tal reforma se desse sem que nela constassem as prerrogativas há muito exigidas pela hierarquia da Igreja Católica em Portugal. Era importante fazer ver isso ao ministro da

⁸⁶⁸ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 93.

⁸⁶⁹ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, Cfr. Tab. p. 109.

⁸⁷⁰ *Ibidem*, p. 108.

⁸⁷¹ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 62.

tutela e, ao mesmo tempo, dar a conhecer, mais uma vez, a Oliveira Salazar qual era o seu ponto de vista, e forçar para que Salazar pressionasse o seu ministro a introduzir nessa reforma pontos fundamentais que levassem a religião católica para os currículos do ensino secundário, que tornassem obrigatório e com carácter vinculativo para a passagem de ano os exames à disciplina de religião e moral católica. E ainda, introduzir novos conceitos na formação dos professores, fazendo com que estes frequentassem extracurricularmente a igreja com os seus alunos»⁸⁷². O que para nós parece mais relevante, além do reforço religioso católico de um ponto de vista curricular, é justamente a parte final do discurso, onde se pede para envolver extracurricularmente os professores e os alunos em atividades religiosas. De facto, sendo a reforma em questão destinada aos liceus, onde se desenvolviam em prevalência as atividades da Mocidade Portuguesa, imaginamos que a preocupação maior, para Cerejeira, fosse a de cristianizar catolicamente também as horas de formação extracurriculares, em que se passavam, sobretudo, os adestramentos físicos da Mocidade Portuguesa, que eram chefiados pelos instrutores, os quais, na maioria, eram de precedência militar. De facto, o Cardeal Patriarca, durante a posse do cargo de Caeiro Mata como Ministro da Educação⁸⁷³, envia-lhe uma carta, em que denuncia uma situação oposta, ou seja, é a ingerência das atividades de adestramento da Mocidade Portuguesa, que tomam o domínio ideológico, no que respeita ao ensino da moral religiosa: «As actividades da Mocidade Portuguesa não podem, de direito, suprir a acção da Igreja, substituindo-se-lhe; e, na prática, especialmente o sector masculino, nem sequer o tenta. O objectivo da introdução da Religião e Moral não é assim alcançado por falta de organizações e obras que a completem»⁸⁷⁴. A preparação espiritual⁸⁷⁵ da elite do regime de amanhã, antes da

⁸⁷² *Ibidem*, p. 63.

⁸⁷³ O Ministro da Educação Nacional, José Caeiro Mata, tomou posse do cargo, entre 6 de Setembro de 1944 e 4 de Fevereiro de 1947.

⁸⁷⁴ CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *Op. Cit.*, p. 240.

⁸⁷⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, «Ao abrir a sessão destinada aos alunos do 1º ciclo, expliquei em breves palavras o significado da comemoração e pus em relêvo o prestígio de Portugal, comparando a nossa situação com a de outros países e referindo-me à vinda em Lisboa das esquadras alemã, inglesa, italiana e francesa. Fala em seguida o professor do 2º grupo, Figueiredo de Vasconcelos, que começa por descrever o panorama político, social e financeiro de Portugal antes de 28 de Maio de 1926. O conferente alude depois à política de sacrifício, e de verdade, que foi imposta ao país, a partir dessa data que teve como consequência: o equilíbrio do orçamento, a regularização das contas com saldos e pagamentos das dívidas.

Reforma Liceal de Setembro de 1947, parece representar uma situação ideológica oposta àquela preconizada⁸⁷⁶ pela Igreja, ou seja, enquanto que na teoria se enaltecem os princípios de cristianização católica acostados aos de teor histórico-nacionalistas, na prática, com a Mocidade Portuguesa, estes princípios de moralização cristã vêm redimensionados pela praxe de camaradagem⁸⁷⁷, das atividades de adestramento

Compara a acção de Salazar, com a de um chefe de família que, encontrando a casa cheia de dívidas e com despesas superiores aos rendimentos, salva a casa da ruína, pagando as dívidas, regularizando as contas consolidando o crédito.

Refere-se ao que tem sido a acção do Governo de Salazar no campo social e à obra de reconstrução material do país que se tem vindo a realizar com ordem e método.

Frisa que os melhoramentos pouco valeriam se não se procurasse dar ao povo uma melhor compreensão dos seus deveres e direitos, afirmando:

Salazar, além de ser um dos maiores ministros das Finanças dos tempos modernos, na opinião abalisada do “Times”, é um dos maiores educadores do povo.

Refere-se à preocupação que deve haver de formar homens no duplo sentido da palavra – física e moralmente, lembrando a finalidade da Mocidade Portuguesa.

Convida os alunos a que imitem o patriotismo, o desinteresse, a modéstia, o amor ao trabalho, a vontade tenaz, o espírito de sacrifício para o cumprimento do dever e a seriedade do Dr. Oliveira Salazar e termina dizendo:

A época de paz, de prosperidade, de grandeza que êle iniciou há-de ficar em letras de ouro, e êle será para os portugueses uma das maiores figuras da história.

A sessão terminou com a marcha da Mocidade Portuguesa e com o hino Nacional cantados pelo Orfeão menor.

A bem da Nação

O Reitor do Liceu de Jaime Moniz, Ângelo Augusto da Silva

Funchal, 6 de Maio de 1938».

⁸⁷⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/1501, «Exm^o. Senhor Director Geral do Ensino Liceal

Para conhecimento de V. Ex^a. e devido efeitos, tenho a honra de informar que S. Ex^a. o Ministro, por despacho de 27 de Abril último, considerou relevadas as faltas dadas pelos alunos, que participaram na peregrinação da Mocidade Portuguesa ao Santuário da Nossa Senhora do Sameiro, que teve lugar nos dias 12 e 13 do corrente.

Apresento a V. Ex^a. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Ministério da Educação Nacional, em 15 de Junho de 1954.

O Chefe do Gabinete, (Silva Passos)».

⁸⁷⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Consultas, Circulares, Normas e Regulamentos-6/3922, «MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL – DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO LICEAL – Secção Pedagógica

CIRCULAR nº 1213 – Lº 27 – Nº252 – CONFIDENCIAL E URGENTÍSSIMA

DISCIPLINA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Aos Exm^{os}, Reitores dos Liceus :

Para conhecimento de V. Ex^o e devidos efeitos, a seguir transcrevo o ofício confidencial e urgentíssimo, de hoje, do Gabinete de S. Ex^a o Ministro:

“S. Ex^a o Ministro determina a V.Ex^a se digne transmitir, com a máxima urgência, aos directores dos estabelecimentos do ensino dependentes dessa Direcção Geral as seguintes instruções:

1º – Tomar todas as disposições necessárias para evitar a entrada nos edifícios escolares de pessoas estranhas aos corpos docente e discente e funcionários e para evitar que em qualquer hipótese, os trabalhos escolares sofram interrupção;

militarista⁸⁷⁸ desenvolvidas durante as exercitações práticas, as quais, eram assim consideradas importantes, ao ponto de, a participação nelas, conferir autoridade para justificar a ausência dos alunos durante as horas de lição escolar. De facto, ao concluir a sua carta endereçada ao Ministro da Educação Nacional, Cerejeira, não esconde a sua preocupação, para com a educação juvenil que considera em grave perigo, apesar da orientação cristã que o Estado Novo tem dado à educação nacional:

«Senhor Ministro:

Não desconhece o episcopado português, e tem-no na maior conta, tudo o que o Estado Novo tem feito no sentido de facultar o livre exercício da acção da Igreja e favorecer a orientação cristã da educação nacional. E confessa a V. Ex^a o seu reconhecimento pela grande parte com que V. Ex^a tem contribuído para esta obra de restauração da consciência cristã do País.

Mas mentiria a Deus e à Nação se dissesse que as condições estabelecidas pelo Estado correspondem fielmente aos compromissos deste, aos direitos da consciência católica e às necessidades urgentíssimas da juventude portuguesa.

E o perigo para alma portuguesa é tão grave que julga do seu imperioso dever levar esta exposição até V. Ex^a, a cuja inteligência e coração está confiada pelo Estado a sorte da Educação Nacional»⁸⁷⁹. Na mesma carta é bem visível o receio que o Cardeal Cerejeira possui para com a educação destinada aos jovens, que apesar dos esforços de

2º – Dar, em caso de perturbação, aos alunos que se, mantiverem disciplinadamente ao lado das autoridades académicas todas as facilidades que possam contribuir para fazer cessar aquela perturbação.

3º – Estabelecer contacto com os dirigentes locais da M.P. no sentido de evitar ou neutralizar qualquer acção perturbadora dos trabalhos escolares.”

A bem da Nação.

Direcção Geral do Ensino Liceal, em 13 de Novembro de 1945.

O DIRECTOR GERAL, António Augusto Riley da Motta».

⁸⁷⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/3204, «A sessão foi presidida pelo Sr. Governador Civil a que um castelo da M.P., postado em frente do Liceu, prestou à chegada as devidas honras.

No início da sessão, referi-me a vários aspectos da vida pública portuguesa no século XIX e no primeiro quartel do século XX, para em seguida focar o esforço dispendido nos últimos tempos e dizer: “São extraordinários os progressos materiais, e contudo representam uma parte mínima da obra realizada.

A disciplina nos serviços públicos, a consolidação do conceito de grandeza e unidade do Império, a defesa firme dos interesses e ponto de vista nacionais na Sociedade das Nações e nas chancelarias, o fortalecimento do espírito militar na mais nobre acepção da palavra e a reeducação da mocidade baseada no culto do dever e no amor à Terra Portuguesa têm uma importância bem maior porque afirmam as nossas possibilidades e nos dignificam e engrandecem sob o ponto de vista moral.”

O Reitor do Liceu de Jaime Moniz, Ângelo Augusto da Silva Funchal, 27 de Abril de 1938».

⁸⁷⁹ CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *Op. Cit.*, pp. 240-241.

doutrinação social da Igreja Católica, ainda, em plena décadas dos anos '40, teme um acento totalitário da missão educativa do Estado: «Uma concepção totalitária da missão do Estado ameaçaria esta liberdade, sem vantagem para o Estado e com prejuízo para as liberdades particulares. Esperamos que tal concepção não venha a vingar entre nos, e apelamos confiadamente para V. Ex^a. Ela estabelece uma uniformidade que havia de matar a iniciativa e a competência educativa, e feriria gravemente a já tão frouxa formação cristã da juventude»⁸⁸⁰. Eis que a famosa Reforma do Ensino Liceal, durante a sua atuação, se torna uma oportunidade para Cerejeira remarcar a «necessidade pública de educar cristãmente a infância e juventude de um País que no último censo se declarou quase todo unanimemente católico»⁸⁸¹.

A questão central parece concentrar-se na preparação moral dos educadores: «O silêncio da Igreja até agora compreende-se, porque não duvidava da boa vontade dos homens públicos que têm dirigido a educação nacional e sabia as grandes tarefas que impediam sobre seus ombros. Mas já não se compreenderia se a reforma do ensino que se anuncia não tomasse as medidas necessárias para que o ensino religioso e moral seja eficazmente ministrado»⁸⁸². Entre esses educadores, provavelmente, os que preocupam maioritariamente, apesar de Cerejeira não os indicar em específico, são mesmo os instrutores militares que, dentro da Mocidade Portuguesa, detêm um papel importante no enquadrar da camaradagem num alvo mais agressivo e pouco atento aos preceitos da religião católica: «Já tive ocasião de expor, a V. Ex^a. pormenorizadamente as medidas que urge tomar. Tenho consciência de que elas são justas e necessárias. V. Ex^a., que tão eloquentemente tem definido os princípios da civilização cristã, resolverá definitivamente um problema em que está empenhada a honra de Portugal e a salvação da mocidade portuguesa»⁸⁸³. Com a Reforma de 1947⁸⁸⁴, parece que as “súplicas” do Cardeal Cerejeira encontram, indiretamente, uma confirmação favorável, por meio de duas medidas importantes que reformam o ensino da Educação Física, as quais, além de diminuir o número de médicos que ensinam Educação Física, diminuem o cariz militar adotado nas exercitações da Mocidade Portuguesa: «Não o foi por, após 1947, se ter acentuado qualquer carácter *militarizante* dos exercícios ou das actividades da Educação

⁸⁸⁰ *Ibidem*, p. 241.

⁸⁸¹ *Ibidem*, p. 246.

⁸⁸² *Ibidem*.

⁸⁸³ *Ibidem*.

⁸⁸⁴ A Reforma do Ensino Liceal foi promulgada por meio do Decreto-Lei nº 36.508 a 17 de Setembro de 1947.

Física. Bem pelo contrário, o aspecto *militarizante*, embora reconhecido como presente, tende a atenuar-se e até a ser não desejável como quando Maria Cardoso afirma preferir nos exercícios, o emprego do termo *firme* em vez de *sentido* para não se *confundir* este com a ordem militar»⁸⁸⁵. Podemos imaginar que esta situação de “desmilitarização” da Mocidade Portuguesa favoreça a inserção, no corpo docente de Educação Física, de professores que não estão enquadrados de um ponto de vista castrense e que tenham mais consideração pela conceção espiritual da Doutrina Social da Igreja Católica, do que pelo espírito de camaradagem de quartel, favorecido pelos instrutores militares. E, se analisarmos os dados de participação entre o I Congresso da Mocidade Portuguesa, em 1939, e o II Congresso, em 1956, podemos notar como, no I Congresso, a maioria de congressistas militares, em relação aos professores, se inverte no II Congresso, onde os professores congressistas são quase três vezes mais do que os militares⁸⁸⁶. Com certeza o II Congresso segue um processo de autocrítica interno à Mocidade Portuguesa, ou seja, uma reflexão de auto-condenação, provavelmente por ter encarnado, por um período demasiado longo, uma atitude militarizada estridente com o processo de cristianização a inserir na moldura nacionalista da sociedade portuguesa. De facto, quando Cerejeira, numa mensagem enviada a Salazar afirma que «o Estado Novo não se deve tornar um sistema totalitário. Autoritário sim, totalitário, como a Alemanha nunca»⁸⁸⁷, provavelmente, tem nos olhos o exemplo concreto de a quem, a Mocidade Portuguesa, se ia assemelhando no decorrer da suas atividades. É muito interessante e sintomático que, vinte anos depois da sua criação, a polémica sobre a eventual aceção totalitária da Mocidade Portuguesa, não esteja ainda conclusa; de facto, o II Congresso abre com as palavras de Leite Pinto que se mostram preocupadas em desmentir um alegado cariz totalitário dessa organização juvenil do Estado Novo: «Engana-se quem queira ver na organização uma raiz totalitária. Não negarei que a contemporaneidade de certos movimentos políticos estrangeiros pode ter servido de exemplo e estímulo à criação da Mocidade. Não se esqueça, porém, que a grande causa foi, acima de tudo,

⁸⁸⁵ VIANA, Luís, 2001, *Op. Cit.*, p. 62.

⁸⁸⁶ *Ibidem*, p. 31. “Assim no I Congresso da MP, o peso dos militares era bem superior ao dos professores do secundário. Contudo, em 1955, segundo dados do próprio Comissariado Nacional da MP, de entre os 838 dirigentes com cargos de maior responsabilidade que a Organização contaria, 291 eram ocupados por professores e 141 por militares. O peso crescente do corpo docente é também visível no Congresso de 1956 onde nos foi possível identificar cerca de 100 professores para apenas 39 militares”.

⁸⁸⁷ BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Op. Cit.*, p. 52.

patriótica; a consciência do perigo iminente, que deu urgência à necessidade da formação da juventude portuguesa»⁸⁸⁸.

Se, por um lado, a Reforma Liceal de 17 de Setembro de 1947, tinha favorecido a exclusão dos instrutores militares em favor dos professores de Educação Física, por outro lado, tinha imposto à Mocidade Portuguesa um regime de obrigatoriedade⁸⁸⁹, que conferia um teor coercitivo às atividades da Mocidade Portuguesa: «O dr. Silva Gonçalves no prefácio de *MP – reforma ou liquidação?* publicado em 1963 escrevia: *Nestas duas dezenas de anos, praticamente nada se fez para resolver a crise. Esquecido o magistério inultrapassável do segundo comissário nacional foram-se acumulando os erros, a culminar nas machadadas dadas, com mão de mestre nos dias fatídicos de 17 de Setembro de 1947 e de 25 de Agosto de 1948 (obrigatoriedade de inscrição e participação nas actividades segundo os novos Estatutos do ensino Liceal e do Ensino Técnico Profissional)*»⁸⁹⁰. A este ponto, ainda nos anos '60, não surpreendem as palavras do Cardeal Cerejeira, que apesar de reconhecer os esforços de cristianização do ensino oficial e particular, ainda reivindica um aperfeiçoamento do Ensino da Igreja no interior do ensino escolar: «No que vamos dizer não nos move o menor sentimento de hostilidade para com o ensino Oficial, cujos progressos e aperfeiçoamento desejamos. Apenas pretendemos que se faça devida justiça ao ensino da Igreja»⁸⁹¹. De facto como sublinha António Costa Pinto: «Muito embora a catolização das instituições do *Estado Novo* fosse um elemento fundador do Salazarismo, a Igreja temeu a eventual pulsão totalitária de algumas organizações do estado a partir de 1936, e a eventual *integração forçada* das suas organizações de juventude nas oficiais, agora catolicizadas. Este receio, no entanto, não se veio a confirmar. Pelo contrário, o regime *ofereceu* à Igreja o

⁸⁸⁸ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, pp. 109-110.

⁸⁸⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral Ensino Liceal/Diversos-13/1501, «Exmo. Senhor Reitor do Liceu de D. João de Castro – Lisboa
Em referência ao ofício nº, 316, Lº. 1/DG, de 12 do corrente, informo V. Exª. de que, por despacho de ontem, Sua Excelência o Ministro se dignou de concordar com o seguinte parecer desta Direcção Geral: O artº. 13º. da Reforma do Ensino Liceal e o nº. 6 do artº. 290º. do Estatuto determinam que se reservem duas tardes (ou dois períodos da tarde), em cada semana, para actividades da Mocidade Portuguesa. Quer isto dizer que o aluno perde o ano se der faltas durante três semanas. Se agora tem uma só aula por semana, o factor será 1 porque o aluno pode, assim, faltar durante as mesmas três semanas.

A bem da Nação

Direcção Geral do Ensino Liceal, em 20 de Fevereiro de 1954».

⁸⁹⁰ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 105.

⁸⁹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-7, Sobre a planificação em geral do ensino em Portugal, 196?

enquadramento simbólico/ideológico de largos sectores da sociedade, particularmente aqueles mais próximos da sociedade rural tradicional e abriu-lhe espaço social para as suas organizações próprias. Quando Salazar institucionalizou o *Estado Novo* e o seu Partido do Centro Católico foi dissolvido, pressupondo a sua integração no partido único, apontou à hierarquia da Igreja a tarefa da *recristianização* do país, após décadas de secularização republicana e liberal, fechando-lhe, por desnecessária, a esfera política, e abrindo-lhe a esfera social e religiosa»⁸⁹². Por isso, não admira, que ainda em 1966, perto do Marcelismo, o projeto de reestruturação⁸⁹³ da Mocidade Portuguesa desse ocasião ao reiterar de que: «à organização era dada *uma estrutura nova que lhe permitia continuar a servir os altos ideais e valores da civilização cristã que informam a vida portuguesa, com maior validade e métodos mais adaptados às circunstâncias dos tempos presentes*»⁸⁹⁴.

Todas essas considerações fariam pensar que também a Mocidade Portuguesa, como todas as instituições do Estado Novo, foi objeto de um processo tipicamente salazarista, de transformação lenta e gradual dos ramos nevrálgicos da sociedade. Neste caso, especificamente, previu-se um processo de “re-cristianização” nacionalista⁸⁹⁵ metropolitana e ultramarina de Portugal, por meio de um desenho cultural mais amplo,

⁸⁹² PINTO, António Costa, 2000, “Portugal no século XX: Introdução”, em PINTO António Costa (coord.), *Op. Cit.*, pp. 34-35.

⁸⁹³ ARRIAGA, Lopes, 1976, *Op. Cit.*, p. 110. “A chamada reestruturação da M.P. viria a verificar-se em 1966, com o decreto de Galvão Teles, ao tempo titular da pasta da Educação, precedido do discurso sobre *Problemas de Juventude* e Desportos, cargo que também se integrava na nova política”.

⁸⁹⁴ *Ibidem*.

⁸⁹⁵ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 4-1958 – **Porque defendemos Goa** – Há quatro séculos que chegámos a Goa e, cheios de espírito religioso e patriótico, começámos a obra de a lapidar, como a joia preciosa que devesse adornar a Coroa Portuguesa.

Pròdigamente lhe transmitimos a civilização portuguesa, ensinando-a a amar os nossos reis, perpetuando por monumentos de arquitectura nitidamente portuguesa os feitos da nossa raça.

Goa é bem a continuação do nosso velho Portugal; é a imagem viva de um sonho que o Infante, nos rochedos bravios de Sagres, sonhou; não é quimera, mas uma nítida realidade. É a certeza consciente e bela do que andamos pelo mar fora a ensinar a Fé de Cristo e o amor à Terra Portuguesa.

Por isto e por tudo o mais que o coração nos diz, por tudo o que há de mais caro no nosso próprio âmago, Goa é bem nossa e nunca poderemos deixar que estrangeiros ávidos no-la roubem, engolindo no sorvo fatal da ignorância um pedaço, pungente da nossa alma.

A obra começada em Sagres, levada a cabo através de mil perigos e desastres, não pode ruir como um castelo de cartas.

Não! Enquanto houver um português, a bandeira verde e encarnada erguer-se-á na fortaleza de Goa, mostrando ao mundo a força que um ideal e um Direito representam para nós».

expresso em tom histórico-imperialista⁸⁹⁶, ligado ao projeto salazarista de Renascença Moral de uma Grande Nação Lusitana⁸⁹⁷ e pelo qual a Mocidade Portuguesa teve o principal papel de prestigiada embaixadora no mundo, divulgando aquele glorioso⁸⁹⁸

⁸⁹⁶ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 3-1957 – Afonso de Albuquerque, nosso patrono deste mês, constitui um dos mais significativos exemplos de esclarecida consciência dos princípios que nortearam a construção do Império. Neste curto episódio da libertação de Goa, aqui lembrado, distinguimos sem dificuldade a afirmação daqueles valores que, contidos na missão civilizadora que Portugal para si tomou, eloquentemente se concretizaram na luta permanente contra a injustiça e a opressão, na protecção dos legítimos interesses dos povos, no reconhecimento da eminente dignidade da pessoa humana e na igualdade de todos os portugueses, da Metrópole ou de Além-Mar, sem distinções de raça ou de cor, no cumprimento dos deveres e na aceitação dos benefícios atribuídos pelas leis do País. É assim o Portugal que herdámos dos nossos avós – difundido pelo mundo, mas fortemente unido na profunda solidariedade que nos prende a todos, quer tenhamos nascido no Minho, no Algarve, em Goa, ou nas distantes Províncias de Macau e Timor. E assim definimos a nossa **LINHA DE RUMO** – A unidade portuguesa persiste além das simples separações geográficas. Várias raças, vários povos constituem uma mesma Nação – Portugal!».

⁸⁹⁷ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Ordens de Serviço-1/3826, «ORGANIZAÇÃO NACIONAL **MOCIDADE PORTUGUESA** Comissariado Nacional ORDEM DE SERVIÇO N.º 17 (ANO 1949-1950)

O nosso Comissário Nacional determina:

1 – REGULAMENTOS E INSTRUÇÕES

Art.º 1.º - Centros de Estudos e Formação Imperial:

A formação de um *espírito imperial* identifica-se, desde a primeira hora, com os objectivos de *formação integral* da juventude portuguesa que à Organização cumpre realizar, por força de Lei e por mandato da própria consciência da Nação.

A Mocidade Portuguesa fundamenta a sua acção na existência do Império, considerado como unidade indestrutível da Metrópole e de todas as Províncias Ultramarinas e, assim como repele todo e qualquer *imperialismo colonialista ou expansionista* pelo qual um povo pretenda viver à custa do sacrifício de outros povos, consagra a sua obra à defesa do imperialismo espiritual que constitui o «Mundo Português» e que se situa para além de quaisquer perspectivas de ordem colonial.

Através da Agência Geral das Colónias, o respectivo Ministério põe agora à disposição da nossa Organização Nacional facilidades valiosas que nos permitem desenvolver as actividades de formação imperial, por diversos meios, entre os quais se destacam os «Centros de Estudo e Formação Imperial». Não se trata de fomentar uma nova especialização, mas sim e apenas de evitar que a juventude possa julgar ter nascido em um pequeno País e ignorar que pertence à grande comunidade lusitana que se chama Império».

⁸⁹⁸ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Ordens de Serviço-1/3826, «ORGANIZAÇÃO NACIONAL **MOCIDADE PORTUGUESA** Comissariado Nacional ORDEM DE SERVIÇO N.º 4 (ANO 1940-1941)

COMPROMISSO

Filiados da M. P.! Ides afirmar pública e solenemente o vosso propósito de servir os altos ideais que vos guiam.

Dizei:

– Jurais consagrar a vossa vida à consolidação e ao engrandecimento do Império Português, aquém e além mar?

Resp.: Sim!

– Jurais empenhar todos os esforços para cumprir devotadamente os vossos deveres de cristãos e portugueses?

Resp.: Sim !

– Jurais fidelidade aos vossos chefes enquanto vos conduzirem no caminho do trabalho, do dever e da honra?

aspecto de consolidação luso-identitária⁸⁹⁹, que o Estado Novo tem procurado firmar constantemente, ao longo da sua existência, na formação ideológica⁹⁰⁰ de um Novo Homem Português.

Resp.: Sim!

– Estais dispostos a lutar sempre para obter **mais e melhor por Portugal? Resp.: Sim! Mais e Melhor Por Portugal!**».

⁸⁹⁹ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 9-1959 – **A NOSSA CAMARADAGEM** – Como portugueses e como cristãos, nós somos anti-individualistas e anti-totalitários.

Interessa-nos que das nossas fileiras saiam homem generosos, prontos ao sacrifício pelo bem comum, guiados pelo espírito de uma colaboração consciente e devotada, e certos de que o essencial na vida é servir valores que superem a transitoriedade dos interesses individuais.

Todos somos poucos para a tarefa que temos a realizar. Todos temos lugar nessa tarefa, de maior ou menor responsabilidade, mas igualmente honroso. Sempre assim foi, em todos os momentos gloriosos da nossa História. Foi assim em Sagres, entre o Infante, os sábios e os trabalhadores do mar; foi assim nos campos de batalha, e nas naus da Descoberta, entre Capitães e Soldados, Almirantes e Marinheiros; tem sido assim após a «Revolução Nacional», entre todos os portugueses animados do desejo de bem servir a pátria.

A esse sentido de colaboração fraterna e desinteressada, a esse espírito social de disciplina e de unidade, que respeita a liberdade individual e não permite os abusos de egoísmo, chamamos nós, na nossa Mocidade Portuguesa, **Espírito de Camaradagem**.

A ele devemos as nossas vitórias, ganhas na certeza de que cada um de nós auxilia os outros e é auxiliado por todos; a ela devemos a consciência da verdadeira igualdade que nos irmana: ricos, pobres, alunos distintos ou poucos inteligentes, desportistas ou intelectuais, **somos iguais por sermos jovens, por sermos portugueses, por sermos cristãos, por termos a mesma bandeira, os mesmos ideais, a mesma Fé**.

Queremos que este sentimento de camaradagem seja a força motriz, não apenas da vida nos Centros da M. P., como também da vida na sociedade portuguesa de amanhã, constituída por aqueles que hoje são «lusitos» ou «infantes», «vanguardistas» ou «cadetes». Os nossos pais ainda se lembram do que era a sociedade portuguesa quando faltava o actual sentido da colaboração e da unidade.

Por isso, por todo isso, **queremos que o espírito de camaradagem seja cada vez maior, cada vez mais intenso, até se identificar com o próprio ideal da Lusitanidade**: na verdade, o «mundo português» não é mais do que uma grandiosa camaradagem de diversos povos, vivendo em perfeita unidade nacional e cada um de nós contribui para manter e aumentar essa unidade sempre que dá exemplo de espírito social, de boa camaradagem – de «Camaradagem M. P.».

Tenhamos consciência do que é, e de quanto vale, a nossa camaradagem!».

⁹⁰⁰ Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos-7/3239, «MOCIDADE – Jornal de Parede editado pelo Serviço de Publicações do Comissariado Nacional da M.P. – nº 4-1958 – Não nos basta criar homens: é preciso que esses homens venham a ser cidadãos, isto é, portugueses exemplares no serviço incondicional da Pátria e dos ideais que ela representa.

Marcelo Caetano».

VII CONCLUSÕES

7.1 Processos ideológicos

Considerando as duas visões diversas que, nos dois regimes, parecem interessar à construção ideológica do Homem Novo, podemos notar traços peculiares comuns que confirmam aquele teor autoritário que, em ambas as concepções, apesar de começarem com pressupostos diferentes, endereça as duas ditaduras na procura das causas de degeneração do sistema político que as precediam. O cariz antiliberalista de base que acompanha as duas visões que traçam as características de dois Homens Novos acentuadamente distantes na abordagem sistemática, pela exigência de regeneração da sociedade, encontra-se, plenamente, na contribuição individual necessária à causa nacional coletiva, proporcionada, contudo, por métodos radicalmente diversos. A sua ênfase, que reside na recusa de um passado político recente, dispõe os Homens Novos atentos às insidias do futuro, no qual, à crise do sistema liberal pode juntar-se a ameaça comunista que, por meio da revolução proletária, pode subverter a estabilidade da ordem acabada de constituir. Daí que, quer o Homem Novo Italiano, quer o Homem Novo Português, respondam à exigência de reverberar historicamente um passado glorioso, que ambas as ditaduras querem valorizar de um ponto de vista ideológico. Podemos, portanto, afirmar que, o Homem Novo, tanto no fascismo como no salazarismo, se distingue, por um lado, como o representante ativo de uma terceira via que está em contraposição com o individualismo liberalista e a coletivização comunista e por outro lado, como aquele que se torne o guardião “sagrado” dos valores históricos que, no passado, tinham dado celebridade à sua Nação no mundo inteiro. Trata-se de um conceito de universalidade que, em Itália, apresenta o fascismo como testemunha viva do esplendor do passado do antigo Império Romano, resultante da conquista da quase totalidade do Mundo Antigo, enquanto que, o salazarismo se apresenta como o protetor da imortalidade espiritual do Império Português, que abriu Novo Mundos ao mundo. É interessante notar como é nessa mesma atitude nostálgica, para com um passado glorioso, que as duas ditaduras constroem, diversamente, as bases culturais que a nível ideológico marcam estruturalmente as prerrogativas do Homem Novo Italiano e do Homem Novo Português. Apesar de, ambos os regimes, procurarem uma ligação histórica e cultural com o passado, podemos intuir um procedimento inverso de

construção ideológica do conceito de Homem Novo, que no salazarismo interpreta a continuidade temporal de uma Nação que desde a sua constituição, oficializada em 1143, se encontra unida, ao passo que, o fascismo, em Itália, deve interpretar uma rutura temporal *ante litteram*, de uma Nação jovem, unificada somente em 1861, que para poder valorizar comumente, o conceito de italianidade, a todos os regionalismos desunidos, que ao longo dos séculos têm caracterizado a história da península italiana, deve fazer um salto aproximativo de vinte séculos, para poder encontrar uma raiz originária que, no domínio de Roma sobre o Mundo Antigo, desperte novamente aquela paixão e aquele orgulho nacional comum a todos os italianos. São estas duas atitudes, completamente diversas, que direcionam a abordagem nacionalista sob qual a juventude é ideologicamente caracterizada. Por um lado, temos um regime, como o italiano, que apesar de operar, de um ponto de vista histórico, uma rutura cultural para poder promover um credo “religioso” comum a todos os Italianos Novos, porém, tem as suas bases estruturais estabilizadas, graças ao controle territorial bem organizado, adquirido por meio das esquadras dos fascistas da primeira hora, enquanto que, por outro lado, temos o regime salazarista, que, apesar de ter sólidas bases históricas e culturais, património comum e transversal a todos os portugueses, se encontra ainda no começo do seu processo, de estabilização estrutural, necessário para alcançar o controlo da sociedade portuguesa. De facto, enquanto que o fascismo, através do intervencionismo no principio e do futurismo depois, se torna uma doutrina, por meio da qual constitui as bases ideológicas do Estado ético, o salazarismo repropõe aqueles modelos de ruralismo arcaico que, desde sempre, têm distinguido, sistematicamente, os valores de uma sociedade portuguesa que, no conceito de lusitanismo, tem enaltecido o tradicionalismo de base, que tem determinado, com sucesso, o destino de um vastíssimo Império Português. A própria presença, num caso ou ausência no outro, de um império colonial, parece influenciar de forma determinante a abordagem com a qual se inculca concretamente a ideologia do regime às novas gerações. Enquanto que para Salazar é necessário preservar um Império que há muitos séculos pertence a Portugal, para Mussolini a necessidade é exatamente oposta àquela, quer dizer é a de criar um Império, que a Itália, como Nação unida, nunca tinha tido. Também por isso, em Itália, Mussolini promove uma mobilização sem freios e periódica das forças juvenis, que coincide com a persuasão ideológica que, na disponibilidade para o sacrifício extremo sublima a devoção pela causa fascista, mas, em Portugal, Salazar, com a desmobilização das

forças juvenis, almeja preservar o *status quo* de um país que não deve conquistar, mas antes preservar os seus domínios coloniais.

Se pensarmos nos dois tipos de universalismo que animam os dois regimes, podemos notar que, o regime fascista apresenta-se como uma Religião de Estado, na qual os jovens, com extrema devoção, devem mostrar uma fé incondicionada nos dogmas do fascismo, ao passo que, o regime salazarista acompanha a religião católica dentro do patriotismo lusitano, para reforçar aquele conceito de união nacional, pelo qual todos os portugueses devem participar civicamente, como forma de contribuir para o bem-estar da Nação. A imutabilidade dos valores tradicionais da sociedade rural, em que se espelham as prerrogativas culturais da sociedade portuguesa, traz consigo um processo de mudança, que é oposto àquele de, aparentemente alterar tudo, para concretamente não alterar nada, sendo que, assim, é pretendido, aparentemente nada alterar, para concretamente alterar tudo. Re-funcionalizar a ideia de nobreza dos valores arcaicos em favor do regime, como por exemplo, no contexto rural em que, apesar de não se trocar os notáveis locais, se enaltece e se dá prestígio à condição arcaica dos papéis sociais com base no ruralismo hierárquico da família camponesa, significa, segundo a Lição de Salazar, enaltecer aquele contexto virtuoso do qual teriam partido os excelentes navegadores, que teriam dado início ao glorioso Império Português. O fascismo, porém, pensando em uma mobilização global da sociedade italiana, dos campos às cidades, para criar aquele exército composto por cidadãos-soldados de que necessita, não hesita em substituir os notáveis locais por jovens de comprovada fé fascista; esta mobilização juvenil, que acabará por ser, no futuro, funcional para a *escalation* bélica mundial, é antes de tudo funcional à criação de um Império, que se demonstrará efêmero e que prepotentemente passa a propor um universalismo “religioso”, que o fascismo ostenta, notoriamente, por meio do próprio Mussolini, Chefe *Condottiero*, que logo após à conquista imperial, se autoproclama, além de *Dux* do Império, até espada protetora do Islão.

Salazar é um ditador catedrático, frio e meticoloso, que recusa a divinização do Estado e reivindica uma ditadura caracterizada por um pluralismo limitado, fundada no Direito e na Moral, que quer operar um processo de renovação profunda, mas gradual, da sociedade portuguesa, sem, contudo, revolucionar os costumes e as atitudes dos portugueses, mas re-tradicionalizando o país, sob um ponto de vista cultural, através das constantes históricas que, desde de sempre, o têm distinguido. A restauração dos valores

históricos deve contribuir para a Renovação Moral de uma sociedade que, na reconstrução civil de si mesma, reconstitui um Nova Ordem. Daí, a tradição não é um retorno ao passado, mas sim um arremesso retrospectivo que visa re-promover os valores atávicos de uma Nação, sem se exceder com afirmações dogmáticas e antes, utilizando uma atitude doutrinária maioritariamente reflexiva. Quer-se um Império Moral, que considera as colónias, como terras de um prolongamento natural de Portugal, que precisa de Homens Novos, que acreditem num Estado Novo restaurador e que na austeridade dos costumes tradicionalistas, deve renovar a imagem da sua grandeza moral no mundo inteiro.

Mussolini, animado pela questão romana, procura constituir um Império que repropunha, à sua imagem e semelhança, o culto do *Condottiero*, Imperador de Roma Antiga; Império do qual, ele próprio é o emblema vivente e *Condottiero* a quem, os Italianos Novos, devem mostrar uma fé de “eterna” devoção. A lenda viva precisa de alimentar o seu fogo conquistador e fá-lo com o sacrifício de quem está disposto a segui-lo até a morte, nutrindo-se de uma força espiritualmente jovem que, no Mito da *Giovinezza*, se regenera prodigiosa e palingeneticamente, das cinzas da Grande Guerra, altura em que a Itália tem sido humilhada, ao ser depredada da compensação pactuada pela vitória final. O fascismo agita, em seu favor, este sentimento de desforra, que nos italianos jovens encontra a matriz de base perfeita, para desenvolver aquele ardor físico e moral funcional à essência espiritual da fé na “religião” fascista. O fascismo “apropria-se” das almas daqueles que, criados no culto do *littorio*, interpretam o sentido da *Giovinezza*; a juventude italiana participa com altivez nas paradas onde símbolos e rituais da Itália fascista enchem de orgulho, na italianidade, os jovens fiéis a Mussolini. A exaltação do espírito patriótico é conforme ao de uma pretensão religiosa e ao mesmo tempo lendária, o Italiano Novo é o Novo Legionário, aquele que, com audácia guerreira, luta para a divinização da Itália, uma Nova Roma Imperial eterna *caput mundi* recolhida entorno de um nacionalismo “pan-italiano”, que quer superar e agregar numa única cultura e alma nacional, as diversas culturas regionais e provinciais, de um país distinguido por uma história de mil rivalidades territoriais. Por outro lado, temos uma Nação bem consolidada há séculos, sob uma única cultura lusitana, na qual Salazar interpreta o papel de defensor extremo, o Homem que providencialmente encarna aquele sentimento de genuína lusitanidade, que distingue as personagens célebres que, no passado, glorificaram a História de Portugal. Para realizar este projeto útil à causa

nacional, o Homem Novo Português deve ser testemunha viva da autoridade, do prestígio e da história de um país, que deve renovar-se na moral de uma vida austera fundada num nacionalismo que, mediante a pequena contribuição diária de todos, pode alcançar aqueles grandes resultados capazes de enaltecer, novamente, o perdido orgulho pela Nação. O povo português, despojado da sua dignidade, deve pôr fim àquele período de decadência moral, por meio das sinergias cívicas que devem animar o espírito do ser português, restaurando, pela força de vontade e pela dedicação, na pureza do sentimento patriótico, os valores sociais de uma sociedade virtuosa que encorajam os jovens a fazer parte daquele património espiritual coletivo que, ao longo dos séculos, genuinamente tem transmitido com grande orgulho, a defesa do lusitanismo. Neste caso, o conceito de sacrifício, no qual deve participar o Homem Novo Português, não é o de um sacrifício extremo, como aquele a que deve imolar-se o Homem Novo Italiano, em nome de uma guerra com poucos aliados contra o mundo inteiro, mas é sim, o de um sacrifício cívico, que no interesse nacional comum, interpreta a exigência de uma perspectiva de coordenação coletiva, preocupada em lançar na vida económica e social da Nação, uma ação defensiva comum que, através do civismo lusitano, opera um processo de protecionismo patriótico. A consciência do dever e do sacrifício tomam duas direções bem diversas, a fascista, que desde a primeira hora se origina pela extrema agressividade dos homens de camisa negra, deve ser belicamente disciplinada com vista a alcançar novas conquistas, através da contribuição de um Homem Novo Italiano pronto para o combate extremo; a salazarista, de tipo defensiva, deve ser civicamente disciplinada, de forma a que o Homem Novo Português torne seu o espírito corporativo e protecionista, útil à preservação da integridade moral e física da Nação. De um lado, a sede de conquista de Mussolini, do outro lado, a necessidade de preservação de Salazar, ambos encorajando os efeitos autoritários de uma ação política ditatorial, em que os jovens encontram espaço, em Itália, sob a orientação agressiva do *Partito Nazionale Fascista*, que realiza o enquadramento miliciano dos jovens e em Portugal, sob a orientação cívica do Ministério da Educação que, por meio da escola, na ligação entre Liceu e Mocidade Portuguesa, cria e seleciona a elite de amanhã. Podemos entender facilmente as motivações que estão na base das duas escolhas e dos diferentes contextos, dentro dos quais se desenvolve a inculcação ideológica dos dois regimes. No fascismo, encontra-se uma predileção no demandar da responsabilidade para o *Partito Nazionale Fascista*, com o fim de desenvolver nos jovens aquele espírito guerreiro, que

com base nas suas estruturas, o partido pode incentivar através do adestramento militar e por meio de numerosos panfletos que, além de descreverem a sua estrutura orgânica, lembram aos jovens, conjuntamente com o decálogo do fascista perfeito, as várias normas morais, que devem ser observadas como mandamentos religiosos. No salazarismo, não há melhor contexto do que o da escola, para lembrar aos jovens portugueses, as variadas personagens históricas que têm vindo a recobrir de orgulho patriótico a Nação dos Descobrimentos. Nela, os filiados da Mocidade Portuguesa, tornam-se as testemunhas vivas desta continuidade histórica, entre passado e presente, o mesmo é dizer que, no salazarismo, a teoria ensinada entre os assentos da escola torna-se a prática que, através da Mocidade Portuguesa, passa a representar no concreto a pureza do sentimento nacionalista lusitano, que pode, assim, se re-perpetuar na juventude.

Enquanto que o fascismo sente a necessidade de criar um exército de super fascistas, cuja composição é uma mistura de jovens provenientes de vários estratos sociais que, uma vez unidos, estruturam as bases de apoio material ao projeto de mobilização de massa da sociedade italiana, em Portugal, assiste-se a uma contenção na mobilização das forças juvenis a nível escolar, contexto que opera um filtro para seleccionar, dentro da Mocidade Portuguesa, aquela estrita camada de jovens que no futuro formará a elite do regime. Não se observa como um acaso que, enquanto que Mussolini pensa a uniformizar e compactar um exército de jovens italianos sob a responsabilidade única do *Partito Nazionale Fascista*, preparando-os para um combate contra o mundo inteiro, Salazar opere um processo de conflito interno, uma competição “indoor” entre jovens da Mocidade Portuguesa e jovens da Legião Portuguesa, competição que se desenvolverá, não num patamar militar, mas sim, num patamar cultural e intelectual, onde os jovens da Mocidade Portuguesa serão privilegiados pelo regime, porque mais preparados a nível escolar do que os da Legião Portuguesa. Não é, pois, um acaso que, a necessidade de mobilização, que Mussolini procura na massa e em particular entre os jovens, se pautar por um ímpeto, de fidelidade à Pátria e força física, necessário para encarar o inimigo nos campos de batalha. Para Salazar, que não tem nenhuma necessidade em mobilizar os jovens desta forma, o processo deve esgotar-se neste dualismo interno existente entre uma organização, como a Mocidade Portuguesa, apoiada e suportada pelos princípios de protecionismo lusitano, de preservação e participação cívicas ao bem comum nacional, em oposição a uma

organização como a Legião Portuguesa, baseada nos princípios guerreiros do fascismo, que inspiram as veleidades da direita radical portuguesa. É óbvio que, para Salazar, fosse de primordial interesse apoiar uma organização como a da Mocidade Portuguesa, que encarnava os valores conservadores do tradicionalismo lusitano e que melhor contribuía para estabilizar o sistema ditatorial estado-novista, do que uma organização como a da Legião Portuguesa que, em nome das atitudes agressivas do fascismo, teria contribuído, perigosamente, para destabilizar, de sobremaneira, os equilíbrios de uma sociedade, em que o Estado Novo procurava efetuar um processo lento e gradual de estabilização da suas estruturas institucionais.

Temos, assim, duas conceções bastante diferentes no que refere à abordagem do regime sobre a vida quotidiana juvenil: de um lado um Homem Novo Italiano, que se treina com devoção religiosa nos dogmas do fascismo, do outro lado, um Homem Novo Português, que se treina com devoção cívica às prerrogativas históricas do lusitanismo. Ou seja, de um lado, um ditador como Mussolini, que inventa uma ideologia política que quer revolucionar o carácter dos italianos, por meio de comportamentos novos e inéditos e do outro lado, um ditador, como Salazar, que personaliza uma ideologia política que quer apoiar-se e mostrar-se como continuação natural das prerrogativas matriciais que, desde sempre, distinguiram a Alma Portuguesa. A Alma Portuguesa revigora o seu lusitanismo, por meio das diretivas cívicas morais às quais Salazar exige cega obediência. O cariz dos italianos deve revigorar-se seguindo o exemplo de um Novo César que tem fundado uma Nova “Religião”. De um lado, os jovens portugueses são chamados a colaborar ativamente nos interesses corporativos da Nação, do outro lado, os jovens italianos, legionários do presente, estão prontos a conquistar novamente o mundo. A camaradagem portuguesa parece corporizar os jovens dentro um único espírito coletivo de colaboração cívica protecionista da sociedade. A camaradagem italiana apresenta um sistema de organização militar, em que o *Partito Nazionale Fascista* incentiva competições nas quais se demonstra a força física, como, por exemplo, o *Scudo del Duce*, para animar, nos jovens, aquele espírito de confronto agressivo funcional ao desejo de supremacia, um espírito útil ao desenho de conquista mundial desejado por Mussolini. Pensamos que as atitudes fascizantes, que no começo foram utilizadas por Salazar, tiveram um papel de união fundamental para a camaradagem, atitudes que a seguir foram esvaziadas gradualmente dos conteúdos mobilizadores típicos do fascismo em gestação. De facto, tal como temos visto com a

Acção Escolar Vanguarda, estas atitudes de inspiração fascista arriscavam-se a percorrer fielmente, os comportamentos agressivos dos jovens fascistas italianos. Uma vez fechadas as sedes da Acção Escolar Vanguarda, Salazar pôde concentrar a nível escolar a confluência das forças juvenis na Mocidade Portuguesa que, tal como temos visto, apresentavam teores ideológicos culturalmente preciosos e uma camaradagem intelectualmente prestigiada, já que era suportada por um substrato cultural que, de um ponto de vista intelectual, era enaltecido pelo regime. Quer-se um corporativismo global que parta da família, célula básica da sociedade, oficializada na Constituição Corporativa e que percorra transversalmente as instituições sociais e económicas do Estado Novo, em nome de uma união nacional livre de qualquer faciosismo. É nesta união que, corporativamente, devem participar todos os portugueses de boa vontade, uma união que está lacrada, não ao acaso, pelo partido a-partido União Nacional e pelo qual se estratifica burocraticamente um processo de congelamento gradual da sociedade portuguesa, processo este funcional à preservação dos valores atemporais e em que o sacrifício individual está ao serviço da glória de todos. Ao contrário desta ideologia, em Itália, torna-se útil o fermento futurista, que se doutrina no fascismo, para forjar o indivíduo-de-massa, sujeito que, por meio do partido, na massa se confunde e realiza a sua mobilização, a qual adquire o cariz de emancipação social ao serviço de um Estado ético, no qual o cidadão-soldado serve com devoção religiosa a causa fascista que alimenta-se na fé dos dogmas do fascismo.

Em Portugal, a colaboração corporativa, partindo da família, compõe passo a passo, os elementos orgânicos de um regime que vai corrigir, didaticamente, os seus traços somáticos ditatoriais, autoproclamando-se, por fim oficialmente, como Estado de Direito. O Homem Novo Português é corporativamente inserido dentro daquela “revolução” tradicionalista que se caracteriza no modelo de uma restauração de valores que, pela abnegação, o enchem de uma heroica dignidade patriótica, realizada através do sacrifício quotidiano desinteressado dado à causa coletiva nacional. Já, a causa fascista, é algo que se realiza freneticamente, como por exemplo, nas ocasiões em que a multidão, que se concentra nas praças italianas, ficam, simultaneamente, em coligação radiofónica com Praça Venezia, em Roma, onde o *duce*, empossado de pregador, dita aos fiéis do fascismo as homílias da sua Nova “Religião”. Salazar, pelo contrário, em vez de doutrinar o ódio pelo inimigo, como acontece em Itália com o fascismo, incentiva, antes, um corporativismo tipicamente lusitano, amplamente acionado a nível

social, que se caracteriza por uma forte identidade coletiva nacional. Nesta identidade, transversalmente propagada na sociedade portuguesa, qualquer atributo, desde o mais fútil a mais importante, cada acontecimento, desde o menos ao mais significativo, devem ser nacionalmente reconduzidos e reajustados dentro de uma moldura nacional-patriótica onde, até o aspeto religioso cristão e particularmente o católico deve contribuir para aquele traço identitário coletivo, de orgulho nacional que todos os portugueses têm o dever de constantemente ostentar, em qualquer ocasião e a cada momento das suas vidas. De facto, apesar de Mussolini ter acordado com o Vaticano o Tratado de Latrão, assiste-se a uma repressão sistemática, cumprida pelo regime fascista, em prejuízo das organizações da Igreja Católica, primeiro através da agressão e de seguida, pelo fecho das associações juvenis católicas, acusadas de ativismo político contra o fascismo. Mas o fascismo não se satisfaz apenas com a repressão sistemática, que lentamente segue o Tratado de Latrão, quando o ditador italiano é chamado, por Pio XI, de o Homem da Providência; o seu projeto é antes, o de uma apropriação do espaço litúrgico da religião católica, graças aos ritos e às simbologias do fascismo que, espiritual e culturalmente devem substituir os costumes religiosos dos Italianos Novos. Salazar, por seu lado, não quer reprimir a Igreja Católica, nem quer substituir a religião pelo seu nacionalismo, deificando, assim, o Estado, tal como Mussolini pretende fazer em Itália, porém, pede em troca, ao espaço de legitimação dado à religião cristã, sobretudo a católica, na sociedade estado-novista, que se proceda ao incentivo, na população, dos sentimentos puramente patrióticos que, entre os fiéis, contribuam para o seu despertar revigorado na paixão nacionalista, na qual o lusitanismo perpetua a lembrança perene da sua missão civilizadora do mundo, historicamente proposta, no passado, em nome de Deus e de Portugal. Por isso o carácter repressivo a nível sociocultural que, em Itália, Mussolini põe em marcha ao substituir a religião católica pela “religião” fascista, em Portugal, só por acostamento aos valores comuns é que a religião católica pode contribuir para o desenho político do Estado Novo, ou seja relativamente aos seus fiéis, dá-se uma cooptação que o regime opera com a Igreja Católica portuguesa, não sendo, por isso, mero acaso, que se desenvolve entre os fiéis uma difundida equivalência de sentido, pela qual o dizer-se ser católico corresponde ao dizer-se ser salazarista. Esta cooptação do regime com a Igreja Católica, dentro da moldura nacionalista do Estado Novo, permite reevocar e reforçar aqueles valores que, no lusitanismo, estão historicamente permeados no mundo, por meio da sociedade

portuguesa, valores dos quais o Estado Novo se proclama detentor e perpetuador, com o fim de readquirir aquela moral sã, dada como perdida, durante a experiência republicana.

O espiritualismo fascista pretende, ao invés, uma regeneração total dos Italianos Novos, em que, eles próprios, são o emblema de uma transformação histórica que se cumpre, contextualmente no processo de “descristianização” da sociedade italiana, pelo percurso de auto-elevação ao nível religioso, um exército de cidadãos-soldado, guerreiros-legionários, guardiões do culto do *littorio*, que pretende substituir uma instituição como a da Igreja Católica que, há quase dois mil anos, difunde o seu rito litúrgico. São os próprios Italianos Novos que representam, assim, o espírito “religioso” fascista, com um fanatismo, que não se contenta, como em Portugal, na cega obediência a um ponto de vista cívico, tal como Salazar requer na contribuição à sua causa coletiva, mas sim pretende cultivar espiritualmente as almas de uma Nação de modo a que, na reformulação mística da imagem de um Grande *Condottiero* Romano, se re-crie o mito de sacrifício extremo ao serviço de um projeto de redenção nacional. Para Mussolini, o reconhecimento máximo é, provavelmente, o de *Dux* do Império, que se recobre, áureo, de um sentido espiritual, por constituir, materialmente, a ligação entre Roma Antiga e Itália fascista; a honra máxima para quem “recria” uma parte daquele Império, que elevara Roma ao poder supremo de *Caput Mundi*, edificando monumentalmente Addis Abeba, a Nova Cidade Romana do Império fascista. São os Italianos Novos quem, em concreto, permite realizar, o projeto de reapropriação espiritual e material de um passado glorioso, pois, são eles os artífices que realizam essa ligação histórica, enriquecida de um sentido religioso por via do fascismo, que os fiéis do culto do *littorio* conseguem levar a cabo. Em contraste temos um ditador como Salazar, que não ama os excessos, que quer aparecer publicamente o menos possível, severo e morigerado lembrando em mais de uma ocasião, aos portugueses que a sua peculiaridade, está em pertencerem a um povo de brandos costumes, que está chamado a colaborar, antes de tudo, com a parcimoniosa administração de um país geograficamente pequeno e que, apesar do caos financeiro e moral herdado da I República Portuguesa, continua a conservar, no mundo, um vasto Império. É na própria presença de um bem comum, real e quotidianamente visível, que a sensação de pertença a uma causa coletiva concreta reforça o sentimento nacionalista que o Homem Novo Português interioriza, a cada dia, no seu ego espiritual, que no lusitanismo percorre novamente aqueles oito séculos de

História gloriosa de uma Nação, em nome da qual o próprio Salazar ama lembrar aos portugueses, que a sua Nação se estende além dos seus confins europeus, afirmando que «Portugal não é um país pequeno».

A ideologia proposta por Mussolini, apesar de ter uma forte expressão espiritual, para se radicar, precisa de uma compleição fanática, mas tal como acontece no fanatismo religioso, pode conduzir ao ódio pelos outros e à destruição de si mesmo, o que, no fim de contas, terá lugar com a entrada da Itália na guerra do Segundo Conflito Mundial. Enquanto que, a longevidade da ditadura salazarista, permitiu o reforço ulterior do cariz corporativo, transversalmente inculcado na sociedade portuguesa, que Salazar incentiva pelo recurso sistemático àquela moldura nacionalista e patriótica, pela qual os portugueses devem constantemente referenciar-se. Algo de imutável e imutável, um conjunto de valores que, antes de terem um sentido espiritual, possuem já uma matriz “natural”, uma vez que representam o legado que sempre existiu na história de um país que, agora, para se renovar moralmente exige máxima obediência aos preceitos de Salazar. Daí que, o interesse individual equivalha ao interesse comum, para o qual cada Português Novo tem o dever moral de apoiar o regime, que tem demonstrado, que a sua autoridade é legítima e soberana, aliás algo de natural na História de uma Nação, onde o povo participa ativamente na construção da sua soberania; soberania esta que não se deve discutir, mas apenas servir corporativamente, para nela poder intervir organicamente em nome do interesse supremo de Portugal e por ele, cumprir a passagem de sentimento de incerteza vivido em um regime militar provisório, para o de um sentimento, de estabilidade duradoura, vivido em um regime que, não escondendo ser autoritário, reforça e estratifica a adulação da soberania popular, precisamente, pela sua moral autoritária. Trata-se de um sentimento de pertença coletiva que proporciona a percepção de que, para um sistema social cheio de significados históricos e culturais virtuosos, cada pequena contribuição é essencial e funcional. Neste sistema social, disciplinado no amor à Pátria, o conceito fundamental de Nação, sustentado por este amor desinteressado, traz consigo uma honorabilidade que se caracteriza no dever de defender e propagar a ideologia salazarista, enquanto única ideologia capaz de restaurar a moralidade genuinamente lusitana, que havia sido corrompida pelas formas de desagregação social precedentes ao Estado Novo. Forma-se, assim, um *corpus* cultural, onde a doutrina salazarista exercita uma política corporativa integral que, de um ponto de vista moral, social, económico e cristão, dentro uma moldura ideológica nacionalista,

é acompanhada, no ser-se português, pelo dever cívico, proposto por um Chefe ex-professor universitário que, na moderação dos processos de estabilização e desenvolvimento da sua ditadura, encontrará o perpétuo favor de uma ampla parte da Nação, formada por apoiantes convictos. De facto, o mito da Nação que se renova vai além de Salazar, vai além da sua vida, o salazarismo não acaba com a sua morte, como no caso de outras ditaduras e isso testemunha a capacidade do ditador português de “eternizar”, por meio do renovamento daqueles valores arcaicos intrínsecos ao tradicionalismo rural da sociedade portuguesa, uma ditadura que representa Portugal como uma grande Casa Lusitana, que Salazar quer defender na lembrança de uma Nação que sempre ficou unida, muitos séculos antes das outras e que conseguiu desenvolver um sentimento nacionalista íntegro, liberto das lutas intestinas que tinham ensanguentado toda a Europa, ao longo da História. Salazar torna-se, deste modo, o exemplo vivo daquele que pode guiar os Novos Portugueses, dotando-os da consciência de poderem contribuir, através do seu nacionalismo intransigente, mas equilibrado, para a solução lenta, mas gradual, dos problemas, que haviam conduzido Portugal à decadência económica e moral da I República Portuguesa. A elevação moral da doutrina salazarista torna-se a prerrogativa imprescindível à sã continuidade nacional de um Portugal historicamente grandioso. É deste modo que Salazar pode tornar atemporal um conjunto de valores que, moralmente acrescidos de um exclusivismo lusitano, no passado tinham já contribuído para fortalecer e difundir o amor pela Pátria portuguesa. Salazar quer de novo despertar, dentro e fora dos limites da Nação, nos Portugueses Novos do mundo inteiro, aquelas virtudes morais pelas quais, em sincero desejo patriótico, seja possível erguer disciplinadamente a defesa da Pátria, por meio de uma unidade moral e de uma única consciência nacional, capaz de dar novo ímpeto a uma Nova Ordem, renovadora e essencial ao despertar, de novo, da vocação universalista em cada português. O sangue dos portugueses que, no passado, com gestos heroicos, haviam dado a vida por Portugal, serve, agora, para eternizar com nobreza uma Nação que, no salazarismo, vê e vive novamente os factos gloriosos a preservar e ostentar com grande zelo. O tradicionalismo se torna retaguarda retrospectiva dos valores a defender, com vista a conservar, com dignidade, aquela herança sagrada, que difunde e defende com autoridade e com devoção absoluta, o património moral, intelectual e administrativo de uma Nação, que tem guiado espiritualmente povos diversos, sob uma única bandeira e sob um único conceito universalista de “Raça” Portuguesa.

7.2 Instâncias de atuação

No fascismo de Mussolini a construção ideológica do Homem Novo parece identificar-se, desde logo, com o Mito da *Giovinezza*, que funde transversalmente o ânimo guerreiro renovador palingenético na sociedade e que coincide com a exigência principal de dar continuidade a um regime, que toma o comando da Nação através de um chefe portador de uma ideia revolucionária, contrária à de um conceito político revolucionário como o socialista, que ao invés lhe pertencia no seu exórdio político. Aliás o fascismo propõe-se, em si mesmo, como o elemento purificador, no tempo, capaz de perpetuar a revolução iniciada pelas camisas negras, desencadeada ao serviço de um Estado ético, no qual os jovens se tornam os apóstolos de uma Nova “Religião”.

Mussolini recorre, desde logo, à necessidade de infundir nos jovens aquele espírito genuinamente fascista, útil à mistificação daqueles que tinham sido mortos, dando a sua vida pela Pátria na Grande Guerra. A revolução fascista, que quer mudar o carácter, a mentalidade e a moral dos italianos, procura forjar aqueles que, de um ponto de vista ideológico se mostram mais maleáveis; por esta razão, após o êxito favorável da Marcha sobre Roma, os jovens representam o sujeito privilegiado sobre qual operar a continuidade revolucionária, capaz de garantir a obra de sustentação ideológica, que o fascismo necessita para prevalecer no tempo. A conquista do monopólio organizativo da juventude italiana representa uma combinação entre a repressão policial e a mobilização juvenil. Se por um lado, se reprime, por outro lado enquadra-se a juventude nas organizações juvenis do Estado. Podemos notar que esta repressão, pelo menos inicialmente, não prevê as organizações juvenis da Igreja Católica até o 1926, ano da instituição da *Opera Nazionale Balilla*, que tinha sido criada para reorganizar de um ponto de vista físico e moral a educação espiritual, cultural e religiosa da juventude. Parece claro que a penetração ideológica do fascismo, a nível juvenil, começou, apesar de ter utilizado os métodos repressivos das esquadras fascistas, prudentemente de um ponto de vista ideológico, utilizando para tal uma atitude agressiva travestida de traços conservadores, como por exemplo, naquela que, sem ter destituído a monarquia, vai procurando a sua legitimação oficial e vai emancipando juridicamente a Igreja Católica, por meio do Tratado de Latrão, acordo há muito tempo desejado pelo Vaticano.

A própria questão da “educação religiosa” permite compreender a penetração ramificada, que o fascismo desenvolve na sociedade italiana, para incrementar o número de afiliados necessários à fascização espiritual dos jovens. A socialização juvenil

promovida pelo Estado fascista requer um ativismo anti burguês de união transversal entre as classes, princípio de união que, apesar de terem um *modus operandi* distinto, pode ser abstratamente acostado com o da Igreja Católica, ou seja, explorando na solidariedade humana para uma distribuição ecuménica das riquezas. Não admira, pois, que nos anos precedentes à estabilização institucional do fascismo a nível juvenil, as organizações católicas ficassem livres para operarem no território nacional. Não esqueçamos o forte cariz católico da sociedade italiana, o qual poderia ter prejudicado o apreço moral e político, de que o fascismo gozava também entre os católicos conservadores. Podemos relevar que, sobretudo nos começos da sua ascensão, o fascismo estava preocupado em capturar os consensos das novas gerações, que podiam ingressar nas filas ao serviço das forças socialistas, por isso, sobretudo nas áreas camponesas, era preciso encarar aquela agregação sociopolítica de inspiração marxista, que teria podido desenvolver-se, como baluarte útil ao iniciar de uma revolução socio-proletária. Não é por acaso que o fascismo propõe, além do controle territorial bem radicado a nível longitudinal pelas esquadras de jovens fascistas, as associações agrárias que, no contexto rural, enxertam contra as forças socialistas, uma oposição juvenil que alcança o poder substituindo a influência dos velhos notáveis locais. Situação que deixa numa condição subalterna quem, apesar de não concordar com a velha classe liberal, não adere, porém, ao ideal fascista. Por isso, a “religião” fascista, antes de se mistificar a si mesma, em detrimento da religião católica, deveria ter elaborado uma versão capaz de envolver aquele fermento identitário que, na disciplina e na hierarquia autoritária, podia, ideologicamente, enxertar os dogmas úteis ao fortalecimento da constituição miliciana do seu partido. Não é por acaso que, em 1921, ainda antes da Marcha sobre Roma, o programa nacional aprovado pelo *Partito Nazionale Fascista* prevê uma redução das competências do Estado em favor do partido, entre as quais a intervenção na esfera económica e a redução dos poderes do parlamento, prevendo ainda, a seu favor, a autoridade para continuar ativamente a reivindicação italiana que persegue a unidade histórica e geográfica da Itália e que cumpre, assim, a função de baluarte da civilidade latina no Mediterrâneo, reivindicação esta que encaixa perfeitamente com os propósitos principais declarados no primeiro artigo do estatuto do *Partito Nazionale Fascista*, que prevê, além da composição de uma milícia fiel ao *duce* e ao Estado fascista, o potenciamento da revolução fascista acompanhada pela educação política dos italianos. Pensamos que, neste momento, a luta anticatólica teria originado uma ação

repressiva contraproducente no seio da sociedade italiana, de facto, notamos que as intervenções, pós Marcha sobre Roma puderam servir para fascizar as instituições do Estado, por meio da criação, em 1922, do *Gran Consiglio del Fascismo*, órgão encarregado de coordenar as relações entre Estado e *Partito Nazionale Fascista*, isto quer dizer, em concreto, instrumento carregado de estender a influência do partido aos órgãos estatais que, em Janeiro 1923, vão seguir o enquadramento institucional das esquadras fascistas na *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*, a qual não tinha a obrigação de prestar juramento ao rei da Itália, mas apenas ao *duce*. É precisamente neste período que Mussolini começa a sua obra de mistificação do fascismo como religião, em que surge apresentado como um Chefe todo-poderoso, capaz de resolver qualquer problema de teor político, quer nacional, quer internacional; o Homem Novo é o próprio Mussolini, o Super-Homem que se dedica com a mesma tenacidade, sem interrupção, tanto aos problemas diários do Estado como aos da classe popular e é do seu ensinamento que o Italiano Novo deve tomar o exemplo para, no futuro, poder perpetuar o regime, por meio da sua excelência espiritual fascista. É neste momento que o fascismo começa a sua operação de desagregação anticatólica que, como temos visto, se iniciará concretamente com a criação da *Opera Nazionale Balilla* em 1926 e pela qual atuará uma ação sistemática de boicote anticlerical. Após ter tranquilizado os católicos e a hierarquias eclesásticas, graças ao Tratado de Latrão, chegava a hora de funcionalizar culturalmente, em favor próprio, a devoção religiosa de um povo que em 99% se declarava católico. Já, em 1924, Mussolini num discurso em Vicenza, afirma que um povo não pode tornar-se grande se não acostar os seus destinos aos de uma religião, presente na sua vida pública e privada. Naturalmente, a ideia do reforço da autoridade do Estado fascista concomitante à vontade de receber um amplo consenso da população, no qual, determinadamente, também teriam de participar os católicos, não teria sugerido ao *duce*, em 1924, o detalhar específico, fosse qual fosse a ideia de conceito de religião que o chefe do fascismo tivesse em mente. O discurso sobre a romanidade fascista era perfeito, para a substituição gradual do culto da religião católica pelo culto do *littorio*. Assim, não foi por acaso que o Tratado de Latrão, de 1929, contribuiu para levdar o consenso em torno do regime fascista, que alcançará o ápice popular entre 1930 e 1935. Não esqueçamos que, a própria escola será o terreno ideológico em que, por meio da *Opera Nazionale Balilla*, o fascismo efetuará gradualmente esta operação de desagregação ideológica da religião católica, operação

que será sobreposta à ação de doutrinação cristã dos jovens. Por isso, a aparência da *Opera Nazionale Balilla* parece-se com a de uma *escamotage*, bem estruturada pelo regime fascista, para reprimir e substituir dogmaticamente, dentro da sociedade italiana, a atividade religiosa católica, pela ação de mobilização de uma Nova “Religião”. Uma vez que as forças liberais e revolucionárias socialistas, tinham sido sufocadas a nível territorial, no começo da ascensão fascista ao poder, o partido ficara à espera, controlando as forças juvenis do contexto escolar, por meio dos *Gruppi Universitari Fascisti*, para, a seguir, em 1937, por meio da *Gioventú Italiana del Littorio*, ver serem-lhe entregues de volta totalmente, os jovens forjados espiritualmente nos dogmas da “religião” fascista, por meio de uma ação de boicote sistemática da religião católica posta em causa, pela *Opera Nazionale Balilla*. Aliás, o partido assume o papel de enclave originário do sucesso fascista, ao qual no futuro e com juro, se pode oferecer, novamente, uma multidão de jovens prontos para o sacrifício supremo pela Pátria, feito em nome de uma religião que, pelo Mito da Romanidade, converte a transmissão geracional da religião católica, fundindo-a ideologicamente, de modo transversal, nos Homens Novos Italianos, que agora são, os Apóstolos de uma Nova Religião de Estado.

As novas perspectivas “religiosas” coincidem, pela mão de Giovanni Gentile, com a reforma da escola, que Mussolini definirá como a mais fascista das reformas e na qual a religião católica detém um papel intermédio entre a arte e a filosofia, dando-se por isso como propedêutica a uma visão espiritual da vida e da sociedade. A introdução obrigatória da religião católica nas escolas elementares, com a reforma de Gentile, torna-se, de um ponto de vista moral, um exercício propedêutico que no futuro se tornará útil às crianças na aprendizagem do pensamento filosófico, pois, com as escolas médias e superiores de Gentile, a moral encontra um lugar privilegiado, uma vez que as atividades de tirocínio prático são substituídas pelo ensino da filosofia e as disciplinas científicas são submetidas, por grau de importância, às humanísticas, sem contar que apenas os diplomados do Liceu Clássico podem inscrever-se em todas as faculdades universitárias. Não obstante alguém tenha duvidado da afirmação de Mussolini, encontrando um acento marcadamente irónico nas palavras do ditador italiano, provavelmente, esta é a mais fascista das reformas porque, paradoxalmente, apesar de envolver o contexto escolar, vai reforçando indiretamente o papel ideológico do partido na educação juvenil de massa. De facto, se voltarmos a analisar o estatuto do *Partito Nazionale Fascista*, são os *Gruppi Universitari Fascisti*, colocados na direta

dependência do secretário do partido que, além de enquadrar a juventude escolar segundo os dogmas do fascismo, possuem o honroso encargo, de um ponto de vista ideológico, de gerir os cursos de preparação política dos jovens, instituídos junto das federações dos *Fasci di Combattimento*. É fácil imaginar que a distribuição mais homogênea dos *Gruppi Universitari Fascisti*, nas diversas faculdades universitárias fosse a dos estudantes que proviessem do Liceu Clássico, os quais, dentro da reforma Gentile, eram os diplomados mais importantes e prestigiados. Mas, o que parece mais relevante a evidenciar é que, os repertórios filosófico-religiosos aprendidos pelos estudantes ingressados nos *Gruppi Universitari Fascisti*, durante o horário escolar, teriam sido atestados com conteúdos ideológicos aplicativos do partido, o qual como temos visto, por toda a duração do regime terá o controlo total e exclusivo dos *Gruppi Universitari Fascisti*, os quais nunca passarão a ficar sob a responsabilidade da *Opera Nazionale Balilla*. De facto, a atividade dos *Gruppi Universitari Fascisti*, durante a inteira duração do regime, torna-se complementar à do partido e não parece um acaso que, em 1937, ano de dissolução da *Opera Nazionale Balilla*, as organizações juvenis passem para o controle exclusivo do partido, por meio da criação da *Gioventù Italiana del Littorio*, que vai absorver o enquadramento da totalidade das forças juvenis. Os *Gruppi Universitari Fascisti*, além de controlar territorialmente a juventude estranha ao mundo escolar, por meio das competições do trabalho dos *littoriali* e *pre-littoriali*, eram subdivididos em secções especiais que cuidavam das atividades culturais e artísticas, que se realizavam, por meio do estudo da doutrina do fascismo, que abrangia as atividades teatrais, cinematográficas, editoriais e jornalísticas, sem esquecer as atividades desportivas e de organização assistencial, como a cantina e a casa dos estudantes e o serviço médico de ambulatório. Não parece ser um acaso que, em cada cidade mais importante da província, a atividade dos *Gruppi Universitari Fascisti* fosse coordenada por uma gerência formada por um vice-secretário e por cinco membros, os quais eram guiados por um secretário que fazia parte do diretório da *Federazione dei Fasci Giovanili di Combattimento* e que, em 1937, a recém-nascida *Gioventù Italiana del Littorio*, sob a responsabilidade do partido, fosse entregue nas mãos de Carlo Scorza que, além de recobrir o encargo de secretário nacional dos *Gruppi Universitari Fascisti*, no passado tinha sido nomeado inspetor da milícia nacional e encarregado de constituir os *Fasci Giovanili di Combattimento*. Se analisarmos a modalidade de inscrição nos *Gruppi Universitari Fascisti* podemos notar que isso acontecia apenas depois de se ter

conseguido o consenso sobre o *brevet* desportivo e que podiam também ser aceites os oficiais que provinham das academias militares, mas o que mais ressalta é o incremento sistemático dos associados, os quais entre o Junho de 1927 e a 28 de Outubro de 1937, um dia antes da fundação da *Gioventú Italiana del Littorio*, se multiplicam notavelmente, passando de 12.560 até 82.004 unidade. Podemos imaginar a ação ideológica e ramificada, que os *Gruppi Universitari Fascisti* podem ter exercitado, com prestigiada autoridade, nas filas do partido e no contexto escolar, no arregimentar dos jovens na “fé” pela Nova “Religião” fascista, antes e sobretudo após o controlo direto do *Partito Nazionale Fascista* sobre a *Gioventú Italiana del Littorio*.

Tal como tinha acontecido no passado, quando Roma tinha veiculado no Mundo Antigo a cultura clássica helenística e tal como tinha reproposto o Olimpo romano como re-funcionalização do Olimpo grego, os jovens legionários fascistas são os que, “hoje”, com audácia física e espiritual, criam *ex novo* os fundamentos de uma Nova Religião de Estado. A matriz filosófico-religiosa, repleta de conteúdos guerreiros dos dogmas do fascismo, completa aquele processo de radicalização espiritual do indivíduo-de-massa, dentro do regime fascista italiano. Logo a seguir à conquista do Império, o fascismo preparava-se para a conquista do mundo. Em 1938 junta-se mais um elemento, fundamental para o completamento da construção ideológica, do Homem Novo, destinado a integrar-se com aquele significado racista que, além de fomentar o combate e o ódio pelo inimigo, se “enriquece” com aquelas leis raciais, que fazem detonar o fanatismo “religioso” que tem distinguido a “fé” no fascismo dos cidadãos-soldado, criados “religiosamente”, até aquele momento, pelo regime.

Estamos no ato conclusivo, aquele que prepara os jovens italianos para a Nova Guerra Mundial, tão idealizada pelo fascismo; porventura, no começo, as leis raciais foram mantidas na gaveta, para serem promulgadas, no momento “oportuno”, por Mussolini, com o fim de acirrar os ânimos dos jovens soldados, prontos ao sacrifício extremo e cheios de ódio pelo inimigo ou talvez, tenham sido o resultado de um condicionamento obrigatório destinado a saldar as relações com o aliado alemão, escolhido pelo *duce*, para conquistar e impor ao mundo uma Nova Ordem. O que parece mais certo é a exaltação de um modelo que põe o cidadão-soldado na condição de integrar-se como indivíduo-de-massa que, em nome de uma alegada religião fascista, dispõe o Homem Novo Italiano ao serviço de um Estado ético que, por sua vez, está ao

serviço dos interesses de um ditador obcecado pelo desejo incessante de conquista pessoal.

Salazar, apesar de declarar abertamente, desde o começo da ditadura, a sua admiração por Mussolini e as múltiplas afinidades estruturais com o fascismo italiano, não promove o culto da sua pessoa e tão menos a divinização do Estado, mas, porém, representa o Estado Novo como um Estado autoritário limitado pela Moral e pelo Direito. Não pede aos portugueses para se mobilizarem por ele, mas pede, para que se viva habitualmente e com obediência cega, oferecida, sobretudo, aos longos processos de estabilização da sua ditadura. Desde logo, surge valorizado o contexto rural, qual elemento virtuoso da sociedade portuguesa, que no tradicionalismo encontra de imediato um ponto de força para o congelamento de uma sociedade pouco industrializada e pouco politizada. De facto, o virtuosismo rural tão aclamado por Salazar, não tem nenhum sentido político à parte, mas, é sim, um conceito cultural que deve tornar-se património transversal na sociedade portuguesa. Não é por acaso que a União Nacional, o partido único do Estado Novo, nasce oficialmente para combater todos os facciosismos políticos e para unir cada português na “liberdade” cívica destinada ao contribuir para o bem comum da Nação. Deste ponto de vista, podemos imaginar como o aspeto cultural, trazido por Salazar, reforça aqueles conceitos de pertença a uma Nação das mais antigas de Europa que, mesmo na união nacional, tem conseguido expandir-se no mundo, através de um vastíssimo Império. O Império a preservar surge como uma das variáveis que, com a necessidade de estabilização da ditadura, influi naquele imobilismo que se quer enfatizar na sociedade portuguesa. Não é por acaso que é próprio o contexto rural a ser aclamado. Nele, a imutabilidade dos mecanismos arcaicos, situados na base da vida camponesa, são maioritariamente funcionais, relativamente aos mecanismos sociais da vida de cidade, que são mais abertos às novidades.

Muito embora Salazar proclame a sua ditadura como revolucionária, são os substratos conservadores que animam os processos autoritários que, por um lado, reprimem e cooptam os exponentes da direita radical portuguesa e que, por outro lado deixam intactos os sistemas de controlo social, que não preveem nenhuma substituição dos velhos notáveis, já no poder antes da chegada da ditadura salazarista. O Homem Novo Português parece beneficiar dessas “mudanças” em sentido nostálgico, ou seja, é na recuperação do reaportuguesamento que é preciso incluir os esforços de

coletivização ideológica, que o regime interpreta num patamar histórico adaptado à situação contextual do regime do Estado Novo. Os conceitos de exclusivismo lusitano e de Raça Portuguesa, adaptam-se bem à difusão dos valores do nacionalismo português, que o salazarismo quer reforçar a nível ideológico, dando-lhes mais uma direção conservadora, do que uma revolucionária. Quer dizer, o processo de construção ideológica baseia-se mais na necessidade de exaltar a glória do passado, para dar um toque de autoritarismo influente e legítimo a uma ditadura, que não nasce, como em Itália, por meio do apoio organizado de uma multidão de jovens, mas que, lentamente, começa a governar um país partindo da situação financeira.

Tudo deve ser reconduzido numa moldura nacionalista, em uma operação que prevê um imobilismo da sociedade, acompanhado por uma forte dose de isolamento de Portugal do resto de Europa; particularidade, do isolamento, que também surge valorizada, na capacidade que os heróis portugueses do passado tinham tido para tornar Portugal glorioso, ao escolherem, então, isolar-se do continente europeu, para se entregarem à exploração da via no mar alcançando, assim, as célebres descobertas marítimas tão admiradas pelo resto do mundo. O salazarismo propõe-se, deste modo, como legítimo detentor da essência autêntica e genuína da Alma Portuguesa. «Nada contra a Nação, tudo pela Nação» incumbe-se como o contributo cívico institucionalizado na Constituição Corporativa de 1933 e «Deus, Pátria e Família» contribui para nacionalizar a fé religiosa de quem, após anos de crise financeira e moral de um país, não deve mais envergonhar-se de ser português, mas, antes, mostrar-se altivo uma vez que, o Homem que tinha tomado na mão o desastroso destino de Portugal tinha conseguido trazer de volta ao país o prestígio internacional e a ordem nacional. A dissensão pode, por isso, ser equivocada, antes que, de um ponto de vista político, equivocada de um ponto de vista cultural, pois, para contestar o regime de Salazar, não é somente necessário ter uma visão política desconforme à da ditadura, mas é interpretado, pela opinião comum, como uma recusa identitária da compartilha dos valores nacionalistas, que distinguem os traços da diferença no ser-se do povo português. O exclusivismo não admite exceções, nele é preciso aceitar completamente os valores do nacionalismo proposto por Salazar, valores a que até a religião se deve conformar. Apesar de aceitar de introduzir o ensino religioso nas escolas, partindo do ensino primário, este vem integrado num espaço ideológico cultural e simbólico útil ao interiorizar do projeto político de desagregação do dissenso, em função de um consenso

“natural” que reforce os valores indiscutíveis e atemporais do nacionalismo português, onde a religião e em particular aquela católica, serve de apoio ao ensino da disciplina de Moral. De facto, com o Decreto-Lei n.º 27 279 de 24 de Novembro de 1936, torna-se claro o papel institucional, que a religião católica terá na sociedade portuguesa, relativamente ao sustentar dos valores nacionalistas, para constituir ideologicamente a futura elite do regime, partindo do próprio contexto escolar. Como se pode perceber pelo decreto, a introdução do ensino religioso, deve substituir «um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança» e cultivar nela o «ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar e exercer as virtudes morais de um vivo amor a Portugal». E sem equívocos é o discurso de Marcelo Caetano, que em 1943 reassume o papel da religião no que refere à formação moral da Mocidade Portuguesa, dentro da qual os princípios cristãos devem andar a par com a orientação definida pelo Estado.

Cria-se assim uma união recíproca entre Estado Novo e Igreja Católica útil a Salazar para preservar a resistência na mudança política e na modernização económica do país, em nome de um conservadorismo de tipo regressista, perfeitamente alinhado com os ditames nacionalistas do Estado Novo. Portanto, no sistema educacional é incentivada aquela matriz educativa ideológica nacionalista, que enfatiza a exaltação dos acontecimentos históricos, em que se ressaltam os valores da tradição, do serviço à comunidade e à Pátria, onde o amor pela terra, a solidariedade humana em tom religioso e paternalista se tornam um projeto de nobre enaltecimento do sentimento nacionalista, funcional e necessário, para a salvaguarda da integridade cultural da essência lusitana de uma Nação, que deve purificar a sua “raça”, por meio de uma redenção simbólica comparável, até, à paixão de Cristo. Apesar de ter recusado a divinização do Estado, parece que o nacionalismo estado-novista liga-se ao tema da salvação e o recurso às metáforas religiosas é feito por Salazar e por todo o povo português: «ungido de Deus», «salvador da Pátria», «redentor da Nação» ou «carregamos uma pesada cruz» e «subimos a colina da redenção». A mistificação de uma sociedade rígida reproduz uma condição social, que se concretiza através de uma Renovação Moral, onde o indivíduo fica intimamente relacionado com a vida coletiva. Será mesmo a diferente interpretação do relacionamento com a religião católica, que permitirá a Salazar de tomar distâncias ao fascismo, acusado de idolatria do Estado e de promoção de uma orientação pagã da sociedade dominada por um ditador, antes julgado, pelo mesmo Salazar, digno de

admiração, depois, sem mais disso ser merecedor, porque tornado demasiado vaidoso. Não é por acaso que os frequentes protestos dos católicos para com a Mocidade Portuguesa, culpada de ter estreitado e dado continuidade a um duradouro sodalício com a *Hitlerjugend*, tinham já tido efeito a partir de 1940, quando o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa Nobre Guedes, de clara orientação germanófila, foi substituído por Marcelo Caetano, animado por valores nacionalistas de clara orientação cristã. Com o contributo dos valores religiosos na causa nacionalista, Salazar por um lado, legitima providencialmente o seu arremesso no guiar a Nação portuguesa, por outro lado beneficia daquele cariz autoritário e hierárquico, que a doutrina religiosa católica pode acrescentar à autoridade política de governo do Estado Novo, contribuindo para difundir daquela percepção moral e atemporal da sociedade lusitana cristalizada durante os séculos passados. Tudo isso contribui para engrandecer aquela imobilidade social, que adquire um duplo sentido funcional para o sucesso do regime salazarista que, além da necessidade de se estabilizar, deve criar uma elite estrita que, de um ponto de vista político e institucionalmente burocratizado, garanta a continuidade do regime no tempo. Daí que, a função de congelamento da sociedade portuguesa, desenvolvida pela União Nacional, fortemente burocratizada e sem movimento de massa, lacra esta dupla funcionalidade, onde são chamados a tomar parte, sobretudo os notáveis locais que Salazar controla de forma clientelar, evitando os mecanismos revolucionários que podem gerar as revoltas de massa na sociedade. Atenção! Não estamos perante os mecanismos reacionários do fascismo face à repressão do que pudessem ser os efeitos de mudança radical, por exemplo, de uma revolução socialista no seio da sociedade italiana, mas sim, perante uma atitude auto-reacionária para si própria, onde a reforma de teor nacionalista chamada sob o nome de Revolução Moral, deve ser continuamente dosada e calibrada, limitando aquelas variáveis que possam, na verdade, desencadear uma revolução pouco útil à realização da reforma nacionalista concebida e realmente desejada pelo Estado Novo. Não são casuais as afirmações históricas que Salazar pronuncia perentoriamente, entre as quais: «a política é o que aparece»; o que é preciso realizar, segundo o ditador português, não é tanto o processo de mudança, em si, que o regime deveria operar, mas aquilo que na percepção pública parece ter mudado. A estabilização ditatorial beneficia daquela aparência institucionalizada, onde o regime opera a percepção de mudança, que prevê a necessidade de subordinar os direitos dos cidadãos aos interesses do Estado. A revolução salazarista está no “conservadorismo ao

contrário”, o que aparece revolucionário na forma é, em si, contrarrevolucionário nas ações, ou seja, um sistema ditatorial auto-reacionário porque auto-limitante de si mesmo. Uma vez levado a cabo o processo salazarista de nacionalização corporativa dos portugueses, não é preciso colher os frutos da mudança, mas sim, congelá-los, boicotar até quem, convencido da mudança radical da sociedade portuguesa, tem apoiado, ele também, o Estado Novo, porque o considerava, erroneamente, um agente de mudança real, que teria tirado Portugal daquela situação de isolamento a nível europeu. De facto, se por um lado, o nacionalismo exasperado promovido pelo Estado Novo é útil para o reforçar do conceito de Nação única, forte e indivisível na sua identidade cultural e na pertença a uma “raça” plurirracial e a um país com vocação pluricontinental, por outro lado, favorece aquele processo de imobilismo social e económico, que no corporativismo transversal da sociedade estado-novista permite de enaltecer demagogicamente, as virtudes do ruralismo arcaico em prejuízo da industrialização e do progresso tecnológico. A celebração da vida rural permite de inculcar ideologicamente nas pessoas um mito de regeneração virtuosa da sociedade, que deve interromper a decadência moral contrastável com o Novo nacionalismo estado-novista, onde a família, célula base da sociedade, acrescenta aquele cariz “natural”, que Salazar quer hegemonizar a nível cultural, para reforçar a vocação rural e ao mesmo tempo imperialista de uma Nação, na qual viver significa, habitualmente, estabelecer uma relação de continuidade cívica entre vida pública e vida privada, constituindo-se, assim, uma fusão harmoniosa, na componente ontologicamente “natural” de um Estado orgânico, interprete do bem-estar da Nação, onde colaboram, com sentido de abnegação pessoal, todos os cidadãos que acreditam na fundação de uma Nova Ordem salazarista. Se, por um lado, o Estado Novo, sobretudo após o fim do segundo conflito mundial, reforça os consensos por ter evitado a entrada em guerra de Portugal, por outro, deve tomar em conta os ventos de modernismo alimentados pelos processos de democratização apoiados pela opinião pública internacional. De facto, a promover seria a imagem de um regime que, além de ter posto fim à decadência moral interna, tinha contribuído sapientemente para obra de reconstrução moral e financeira de um país que, antes da chegada do Estado Novo, tinha sido objeto de derisão a nível internacional. A preocupação de composição de uma elite capaz de perpetuar o regime salazarista traduz-se numa política repressiva de uma sociedade que está transbordando por todo lado, a começar pela escola, com os protestos e as contestações que se

difundem entre os estudantes, para com um regime que, pouco a pouco, vai perdendo também o apoio espiritual da Igreja Católica que, por um lado, se vai deslocando para posições mais progressistas e por outro lado, é atraída, talvez, pela constituição de um grande partido democrático de centro, como o da *Democrazia Cristiana* que, em Itália, após a queda do fascismo, se preocupa em fazer suas as instâncias políticas do mundo católico. Aliás, no período pós-guerra assistimos a uma fase de transição do regime salazarista, que segue o ideal de estabilização institucional, em que a ditadura deve defender o equilíbrio político-institucional lentamente construído, por meio dos valores nacionalistas na base do Estado orgânico corporativo, sobretudo, porque se vive um período que ameaça “perigosamente” a descolonização mundial. O Homem Novo, defensor dos valores nacionalistas, que animam os deveres morais de participação no bem comum da Nação, adquire, ideologicamente, uma importância maior, dentro do quadro existencial do regime salazarista, enquanto paladino defensor do seu país, que, além de ser perenemente ameaçado interiormente a nível nacional, acrescenta ainda as preocupações internacionais na defesa das possessões coloniais que desenham o Império português. Podemos, portanto, notar uma evolução de transição que acompanha também a inculcação ideológica do Homem Novo. Uma viragem progressiva que, por causa da questão colonial, está a interessar quer o Estado Novo, quer o Homem Novo Português, sobretudo a partir de 1961, ano em que começam as guerras coloniais, até ao ano de 1974, que marca o fim do regime salazarista. Isto porque, se antes, ao Homem Novo português, se lhe pedia um contributo substancialmente defensivo e protecionista, do ponto de vista cívico-cultural, dos valores histórico-nacionalistas do lusitanismo, com o fim da II Guerra Mundial, o regime, com o passar do tempo, passa a pedir um contributo cada dia mais disposto à defesa extrema, com o intuito de evitar a dissolução do seu Império. É fácil, portanto, compreender a relutância na aceitação dos jovens que, crescendo, desde sempre, na sombra de um regime que, em nome do protecionismo cívico, tinha preservado Portugal e os portugueses do enorme desastre da II Guerra Mundial, começa agora a pedir à juventude portuguesa para arriscar a sua vida numa causa que está distante da quotidiana perceção relacional da sociedade. Paradoxalmente, o conceito salazarista de Homem Novo parece aproximar-se, no período final do regime, maioritariamente, de um conceito de tipo mussoliniano que tinha caracterizado o regime ditatorial italiano. Uma evolução guerreira de um conceito defensivo que, acrescentando-se de um ativismo militar, inverte o cariz protecionista dos valores que

compõem o lusitanismo, onde o combate armado e o sacrifício extremo pela Pátria, se tornam atitudes fundamentais para determinar uma inédita contribuição pessoal pretendida ideologicamente ao Homem Novo Português.

FONTES

- Archivio Centrale dello Stato di Roma, Ministero della Cultura Popolare
- Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Segreteria Gruppi Universitari Fascisti
- Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Direttorio Nazionale/Servizi Vari/Serie II
- Archivio Centrale dello Stato di Roma, Partito Nazionale Fascista/Segreteria Particolare del Duce/Carteggio Riservato
- Archivio Centrale dello Stato di Roma, Presidenza del Consiglio dei Ministri/Gabinetto
- Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Nazionale Arditi d'Italia
- Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Federazione Provinciale degli Enti Autarchici
- Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/Decalogo dell'Avanguardista
- Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Opera Nazionale Balilla/Presidenza Comitato Provinciale
- Archivio di Stato di Piacenza, Podestá Bernardo Barbiellini Amidei/Provveditorato agli Studi
- Archivio Storico Comunale di Lodi/Quaderni ILSRECO (Istituto lodigiano per la storia della Resistenza e dell'età contemporânea) n. 6, ONGARO, Ercole, *Dove é nata la nostra Costituzione. Lettura scenica*
- Archivio Storico Comunale di Lodi/Quaderni ILSRECO (Istituto lodigiano per la storia della Resistenza e dell'età contemporânea) n. 10, COCI, Laura - OTTOBELLI, Isa - CATTANEO, Francesco (a cura di), *Perché non accada mai più*
- Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Conselho Superior da Instrução Publica/Actas do Conselho Superior da Instrução Publica
- Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Actividade Desportiva
- Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral da Educação Física, Desporto e Saúde Escolar/Relatórios dos Médicos Escolares

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Consultas, Circulares, Normas, Regulamentos

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Diversos

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Manuais Escolares

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Relatórios dos Professores

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Liceal/Secção Pedagógica

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Direcção-Geral do Ensino Técnico/Relatórios Anuais dos Serviços Medico-Pedagógicos

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Inspeção Geral do Ensino Particular/Espírito Corporativo dos Estudantes, Cariz Nacionalista dos Professores

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Inspeção Geral do Ensino Particular/Forte Representação de Professores Padres Católicos na Escola

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Inspeção Geral do Ensino Particular/Obrigaçao Instituição da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Junta Nacional de Educação/Secção Pedagógica

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Consultas, Circulares, Normas, Regulamentos

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Diversos

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Encontro Desportivo com a Juventude Alemã

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Eventos Desportivos e Culturais

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Mocidade Portuguesa/Ordens de Serviço

Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Obras das mães pela Educação Nacional/Relatórios

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1C/Ordem Lusa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1D/Programa de Instrução Pré-Militar da Mocidade Portuguesa

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1E

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1F/Reforma Ensino Liceal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1H

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-1H/Filhos da Gloriosa Nação

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-4

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-7

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-8/Manifestos dos Graduados da Mocidade Portuguesa.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Educação-10/Criticas à Actividade da AEV

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Interior

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros/29ª/ Projecto de Concordata entre a Republica Portuguesa e a Santa Sé

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-59/Comemoração de Aniversário da Acção Católica

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Presidência do Conselho-66/Pre-Actividade do Movimento para Defesa da Integralidade e Unidade da Nação Portuguesa.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Públicas Relações

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Junta Nacional de Educação/Livro 56/Educação Moral e Cívica

Istituto per la Storia della Resistenza e dell'Etá Contemporanea di Bergamo, Brasi Giovanni/Documenti Tedeschi e Fascisti/Partito Nazionale Fascista/s. 1

Istituto per la Storia della Resistenza e dell'Etá Contemporanea di Bergamo, Colombo Mario/Candidati a podestá/s. 2

Istituto per la Storia della Resistenza e dell'Etá Contemporanea di Bergamo, Cortinovis Giovan Battista/Documenti Fascisti/s. 4

BIBLIOGRAFIA

- ACCORNERO, Guya, 2009, *Efervescência estudantil. Estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974)*, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- ADDIS SABA, Marina, 1973, *Gioventù Italiana del Littorio. La stampa dei giovani nella guerra fascista*, Milão, Feltrinelli.
- ADINOLFI, Goffredo, 2007, *Ai confini del fascismo. Propaganda e consenso nel Portogallo salazarista (1932-1944)*, Milão, Franco Angeli.
- ADINOLFI, Goffredo, 2008, “António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, ICS.
- ADINOLFI, Goffredo, 2012, “Grande Conselho e governo: elite e decisão política na Itália fascista”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS.
- ADINOLFI, Goffredo, “Le destre radicali e il liberalismo portoghese: alle radici di una dittatura”, em *Memoria e Ricerca*, 30/2009, pp. 109-128.
- ADINOLFI, Goffredo, “L’uomo che costruì il consenso al regime di Salazar. L’itinerario politico di Antonio Ferro dal futurismo al salazarismo”, em *Nuova Storia Contemporanea*, nº4, 2007, pp. 43-64.
- ADINOLFI, Goffredo, 2010, “O constitucionalismo e o regime fascista”, em LIMONCIC, Flávio – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ADINOLFI, Goffredo, 2012, “O Sistema Político do Estado Novo”, em FREIRE, André (org.), *O Sistema Político Português Seculos XIX-XXI: Continuidade e Raturas*, Coimbra, Almedina.
- ADINOLFI, Goffredo, “The fascist ministerial elite”, em *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 3, nº 2, 2004, pp. 91-102.
- ALMEIDA, João de, 1932, *O Estado Novo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira.
- ALMEIDA, João Miguel, 2008, *A oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.

- ALMEIDA, Pedro Tavares de – PINTO, António Costa, 2006, “Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política”, em ALMEIDA, Pedro Tavares de – PINTO, António Costa – BERMEJO, Nancy, *Quem governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS.
- AMARAL, Diogo Freitas, 2012, “Corporativismo, fascismos e constituição”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coords.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina.
- ANTUNES, José Freire, 1993, *Salazar Caetano. Cartas secretas (1932-1968)*, Lisboa, Circulo de Leitores.
- AQUARONE, Alberto, 2003, *L'organizzazione dello stato totalitario*, Turim, Einaudi.
- ARRIAGA, Lopes, 1976, *Mocidade Portuguesa. Breve história de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira, 2002, “Momentos e temas em confronto nas relações Igreja – Estado em Portugal. Desde a Vigência da Concordata de 1940”, em *Actas das X Jornadas de Direito Canónico 24 – 26 Abril de 2002*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- BACCI, Andrea, 2002, *Lo sport nella propaganda fascista*, Turim, Bradipolibri Editore.
- BAIÔA, Manuel, 2002, *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Évora, Edições Colibri.
- BARROS, Júlia Teresa Leitão de – HENRIQUES, Raquel Pereira, 1987, “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933”, em PINTO António Costa, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia: 1926 – 1959: colóquio*, Lisboa, Fragmentos, vol. I-II.
- BARTOLOTTI, Mirella, 1975, *O fascismo*, Lisboa, Edições 70.
- BATTENTE, Saverio, 2005, *Alfredo Rocco. Dal nazionalismo al fascismo, 1907-1935*, Milão, Franco Angeli.
- BAUER, Otto, 1972, *Fascismo y capitalismo: teorías sobre los orígenes sociales y la función del fascismo*, Barcelona, Martinez Roca.
- BERGHAUS, Gunther, 1996, *Futurism and politics. Between anarchist rebellion and fascist reaction (1909-1944)*, Nova Iorque – Oxford, Berghahn Books.
- BERNERI, Camillo, 1966, *Mussolini, psicologia di un dittatore*, Milão, Edizioni Azione Comune.

- BETTI, Carmen, 1984, *L'Opera Nazionale Balilla e l'educazione fascista*, Florença, La Nuova Italia.
- BOBBIO, Norberto, 2008, *Dal fascismo alla democrazia. I regimi, le ideologie, le figure e le culture politiche*, Milão, Baldini & Castoldi, 2008.
- BRANDÃO, Pedro Ramos, 2002, *Salazar – Cerejeira a 'força' da Igreja, Cartas inéditas do Cardeal – Patriarca ao Presidente do Conselho*, Lisboa, Editorial Notícias.
- BRANDÃO, Pedro Ramos, 1998, *Pressões da Igreja Católica Portuguesa em Salazar através do Cardeal Cerejeira*, Tese de Mestrado em História Social Contemporânea, Instituto Universitário de Lisboa – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa.
- BRITO, António José de (org.), 1999, *Para a compreensão do fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada Sociedade Editora
- BUCHIGNANI, Paolo, 1994, *Un fascismo impossibile: l'eresia di Berto Ricci nella cultura del ventennio*, Bolonha, Il Mulino.
- CABRAL, Manuel Villaverde, 2000, “A Estética do Nacionalismo”, em PINTO, António Costa – TEXEIRA, Nuno Severino (coords.), *A Primeira República Portuguesa. Entre liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri.
- CAMPI, Alessandro, 2003, *Che cos'è il fascismo? Interpretazioni e prospettive di ricerca*, Roma, Edizione.
- CAPORILLI, Pietro, 1939, *Il fascismo e i giovani*, Roma, Angelo Signorelli.
- CARDOSO, José Luís, 2012, “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coords.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina.
- CARVALHO, Maria Manuela, 2005, *Poder e ensino. Os manuais de história na política do Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CARVALHO, Rita Almeida de, 2013, *A Concordata de Salazar*, Lisboa, Temas e Debates – Círculos de Leitores.
- CARVALHO, Rita Almeida de, 2009, *A Concordata de Salazar. Portugal – Santa Sé 1940*, Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, Universidade Nova de Lisboa.
- CARVALHO, Rita Almeida de, 2010, *António Oliveira Salazar – Manuel Gonçalves Cerejeira. Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo dos Leitores.

- CHABOD, Frederico, 1963, *História do Fascismo Italiano*, Lisboa, Editora Arcádia.
- CIOLI, Monica, 2011, *Il fascismo e la «sua» arte. Dottrina e istituzioni tra futurismo e Novecento*, Florença, Editrice Olschki.
- COLLOTTI, Enzo, 1992, *Fascismo, fascismos*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CRUZ, Manuel Braga da, “As elites católicas nos primórdios do salazarismo”, em *Análise Social*, vol. XXVII (2.º-3.º), 1992 (n.º 116-117), pp. 547-574.
- CRUZ, Manuel Braga da, “As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940”, em *Análise Social*, vol. XXXII (4.º - 5.º), 1997 (n.º 143-144), pp. 815-845.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1998, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1988, *O partido e o estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, Manuel Braga da, 1989, “Salazar e a política”, em AA VV, *Salazar e o salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote.
- DE FELICE, Renzo, 2005, *Breve História do fascismo. Uma síntese da página mais trágica do século XX italiano*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/Editorial Notícias.
- DE FELICE, Renzo, 1978, *Explicar o fascismo*, Lisboa, Edições 70.
- DE FELICE, Renzo, 1975, *Intervista sul fascismo*, Roma, Laterza.
- DE FELICE, Renzo, 1972, *Le interpretazioni del fascismo*, Roma, Laterza.
- DE FELICE, Renzo, 2008, *Mussolini il Duce. II. Lo Stato Totalitario (1936-1940)*, Turim, Einaudi.
- DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha, 2006, *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*, Lisboa, ICS.
- DOGLIANI, Patrizia, 2008, *Il fascismo degli italiani. Una storia sociale*, Turim, UTET.
- EATWELL, Roger, 2010, “The nature of ‘generic fascism’. The ‘fascist minimum’ and the fascist ‘matrix’”, em IORDACHI, Constantin (ed.), *Comparative fascist studies. New perspectives*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- FERNANDES, António Teixeira, 2001, *Relações entre a Igreja e o Estado no Estado Novo e no pós 25 de Abril de 1974*, Porto, Rainho e Neves.
- FERREIRA, António Matos, 1988, *Perspectivas sobre o catolicismo no Portugal contemporâneo (1820-1958)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

FERREIRA, Manuel de Pinho, 2004, *A Igreja e o Estado Novo*, Porto, Fundação Spes.

FERREIRA, Nuno Estêvão – CARVALHO, Rita Almeida de – PINTO, António Costa, 2012, “O «império do professor»: a elite ministerial de Salazar, 1932-1944”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS.

FERRO, António, 2003, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, em ROSAS, Fernando (pref.), Lisboa, Parceria A. M. Pereira – Livraria Editora.

FERRO, António, 1978, *Salazar*, Lisboa, Ed. Do Templo.

FERRO, António, 1934, *Salazar, le Portugal et son chef*, Paris, Bernard Grasset.

FERRO, António, 1933, *Salazar. O homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

FERRO, António, 1927, *Viagem à volta das ditaduras*, Lisboa, Edição da Empresa “Diario de Noticias”.

FONTES, Paulo, “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, pp. 61-100.

FREIRE, José Geraldes, 1976, *Resistência Católica ao Salazarismo – Marcelismo*, Porto, Telas.

GENTILE, Emilio, 2007, *Fascismo di pietra*, Roma-Bari, Laterza.

GENTILE, Emilio, 2001, *Il culto del littorio. La sacralizzazione della politica nell'Italia fascista*, Roma-Bari, Economica Laterza.

GENTILE, Emilio, 2002, *Il mito dello Stato Nuovo. Dall'antigiolittismo al fascismo*, Roma-Bari, Laterza.

GENTILE, Emilio, 2009, *La nostra sfida alle stelle: futuristi in politica*, Roma-Bari, Laterza.

GENTILE, Emilio, 2008, *L'Apocalisse della modernità. La grande guerra per l'Uomo Nuovo*, Milão, Mondadori.

GENTILE, Emilio, 1995, *La via italiana al totalitarismo. Il partito e lo Stato nel regime fascista*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.

GENTILE, Emilio, 2004, “L'«homme nouveau» du fascisme. Réflexions sur un expérience de révolution anthropologique”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *L'homme nouveau dans l'Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, Paris, Fayard.

- GENTILE, Emilio, 2007, “Mussolini as the prototypical Charismatic Dictator”, em PINTO, António Costa – EATWELL, Roger – LARSEN, Stein Ugelvik, *Charisma and fascism in interwar Europe*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- GENTILE, Emilio, 2002, *Storia e interpretazione del fascismo*, Roma-Bari, Laterza.
- GENTILE, Emilio, 2005, *The origins of fascist ideology, 1918-1925*, Nova Iorque, Enigma Books.
- GENTILE, Emilio, 1996, *The sacralization of politics in fascist Italy*, Cambridge, Massachusetts e Londres, Harvard University Press.
- GENTILE, Giovanni, 1937, “A Filosofia do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Para a compreensão do fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada Sociedade Editora.
- GENTILE, Giovanni, 1925, *Che cosa é il fascismo. Discorsi e polemiche*, Florença, Valecchi Editore.
- GENTILE, Giovanni, 1925, *Manifesto degli Intellettuali Fascisti. Di qui il carattere religioso del Fascismo*.
- GERMANI, Gino, 1975, *Autoritarismo, fascismo e classi sociali*, Bolonha, Il Mulino.
- GIL, José, 1995, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio D’Água Editores.
- GONSALVES, Firminiano Cansado, 1975, *A traição de Salazar*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- GREGOR, James A., 2005, *Italian fascism and development dictatorship*, Princeton N J, Princeton University Press.
- GREGOR, James A., 2005, *Mussolini intellectual fascist, social and political thought*, Princeton N J, Princeton University Press.
- GREGORIO, Nídia – GARRIDO, Alvaro – LOPES, Pedro Santos, 1992, *Ideologia, Cultura e Mentalidade no Estado Novo. Ensaio sobre a Universidade de Coimbra*, Faculdade de Letras de Coimbra.
- GRIFFIN, Roger, 2004, *Critical concepts in political science*, Londres, Routledge.
- GRIFFIN, Roger, 1995, *Fascism*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- GRIFFIN, Roger, 2007, *Modernism and fascism: the sense of a beginning under Mussolini and Hitler*, Londres, Palgrave Macmillan.
- GRIFFIN, Roger, 1991, *The nature of fascism*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- GUERRI, Giordano Bruno, 1996, *Giuseppe Bottai, Fascista*, Milão, Mondadori.
- HEYES, Eileen, 1993, *Children of the Swastika*, Connecticut, Milbrook Press.

- INNOCENTI, Marco, 1992, *I gerarchi del fascismo. Storia del ventennio attraverso gli uomini del duce*, Milão, Mursia.
- IVANI, Mario, 2008, *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra l'Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, Bolonha, CLUEB.
- KOCH, Hannsjoachim, 1975, *Geschichte der Hitlerjugend*, Starnberger, Verlag R. S. Schulz.
- KUIN, Simon, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude”, em *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993 (3.º), pp. 555-588.
- LEONARD, Yves, 1998, *Salazarismo e fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- LUCENA, Manuel de, 1976, *A Evolução do sistema corporativo português I-II*, Lisboa, p & r.
- LOPES, Joana, 2007, *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*, Porto, Ambar.
- MALAGODI, Olindo, 2005, *Il regime liberale e l'avvento del fascismo*, Soveria Mannelli, Rubbettino.
- MANDEL, Roberto, 1928, *Benito Mussolini. La giovinezza laboriosa, la virilità costruttiva, l'opera di governo*, Milão, Casa Editrice Sonzogno.
- MARCHESINI, Daniele, 1976, *La scuola dei gerarchi*, Milão, Feltrinelli.
- MARCHI, Riccardo, 2009, *Folhas Ultras. As ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*, Lisboa, ICS.
- MARCHI, Riccardo, 2009, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*, Alfragide, Texto Editores.
- MARQUES, Fernando Moreira, 2003, *Os liceus do Estado Novo. Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa, EDUCA.
- MARTINS, Hermínio, 1998, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, ICS.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O olho de Deus no discurso salazarista*, Porto, Edições Afrontamentos.
- MATARD-BONUCCI, Marie Anne, 2004, “L’homme nouveau entre dictature et totalitarisme (1922-1945)”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, 2004, *L’homme nouveau dans l’Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, Paris, Fayard.

- MATOS, Sérgio Campos, 2008, *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATOS, Sérgio Campos, 1990, *História, mitologia, imaginário nacional. A história no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri.
- MEDINA, João, 1977, *Salazar em França*, Lisboa, Ática.
- MEDINA, João, 1978, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo a história dum conflito 1932/1935*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- MELO, Daniel, 2001, *Salazarismo e cultura popular (1993-1958)*, Lisboa, ICS.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010, *Salazar uma biografia política*, Alfragide, D. Quixote.
- MESQUITA, António Pedro, 2007, *Salazar na história política do seu tempo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- MILZA, Pierre, 1969, *Fascismes et idéologies réactionnaires en Europe (1919-1945)*, Paris, Librairie Armand Colin.
- MILZA, Pierre, 1986, *Le fascisme*, Paris, MA Editions.
- MILZA, Pierre, 1999, *Mussolini*, Paris, Fayard.
- MILZA, Pierre, 2004, “Mussolini, figure emblématique de l’«homme nouveau»”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *L’homme nouveau dans l’Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, Paris, Fayard.
- MINEIRO, Adélia Carvalho, 2007, *Valores e ensino no Estado Novo. Análise dos livros únicos*, Lisboa, Edições Sílabo.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo – PINTO, António Costa, 2000, “Mitos Culturais e Identidade Nacional Portuguesa”, em PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madri, Sequitur.
- MOSSE, George L. – BRAUN, Emily – BEM-GHIAT, Ruth, 1999, *A estética no fascismo*, Lisboa, Edições JSC.
- MOSSE, George L., 1996, *The image of Man*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- MUSSOLINI, Benito, 1938, “Doutrina do Fascismo”, em BRITO, António José de (org.), *Para a compreensão do fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada Sociedade Editora.

- NELLO, Paolo, 1978, *L'avanguardismo studentesco alle origini del fascismo*, Roma-Bari, Laterza.
- NEVES, Helena – CALADO, Maria – MASCARENHAS, João Mário (coord.), 2001, *O Estado Novo e as mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*, Lisboa, Camara Municipal-Biblioteca Museu República e Resistência.
- NOGUEIRA, Franco, 1977, *Salazar, vol. I. A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida Editora.
- NOLTE, Ernst, 1969, *Les mouvements fascistes : l'Europe de 1919 à 1945*, Paris, Calmann-Lévy.
- NOLTE, Ernst, 1966, *Three faces of fascism: action française, italian fascism, national socialism*, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Wiston.
- NÓVOA, António, 1992, “A Educação nacional (1930-1960)”, em ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (Nova História de Portugal – vol. XII)*, Lisboa, Editorial Presença.
- NÓVOA, António, 2005, *As organizações escolares em análise*, Lisboa, Dom Quixote.
- NÓVOA, António, 2005, *Evidentemente. História da Educação*, Porto, ASA Editores.
- NÓVOA, António, 2005, *História da educação portuguesa*, Porto, ASA.
- NÓVOA, António, 1987, *Le Temps des Professeurs*, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ó, Jorge Ramos do, 1999, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa.
- OLIVEIRA, Leal de, 1931, *A Educação Física Escolar e Militar na Bélgica e alguns dos seus aspectos em Portugal*, Lisboa, Cooperativa Militar.
- OLIVEIRA, Jorge Castanheira de, 2002, *A Educação Física na Escola Primária do Estado Novo*, Coimbra, Edições Tenacitas.
- OSTENC, Michel, 1981, *La scuola italiana durante il fascismo*, Roma-Bari, Laterza.
- OTTAVIANI, Giancarlo, 2007, *La cattura del consenso. Aspetti della politica culturale del fascismo. Le veline (1935-1943)*, Poggibonsi-Siena, Lalli Editore.
- PARIS, Robert, 1968, *Les origines du fascism*, Paris, Flamarian.
- PASSERINI, Luisa, 1991, *Mussolini immaginario*, Roma-Bari, Laterza.
- PAULO, Heloisa, 1994, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Livraria Minerva.
- PAYNE, Stanley, 1980, *El fascismo*, Madri, Alianza Editorial.

- PAYNE, Stanley G., 2003, “Fascism as a ‘generic’ concept”, em KALLIS, Aristotle A. (ed.), *The fascism reader*, Londres e Nova Iorque.
- PENNACCHINI, Piero, 2012, *La Santa Sede e il fascismo in conflitto per l’Azione Cattolica*, Cidade do Vaticano, Libreria Editrice Vaticana.
- PEREIRA, Pedro Teotónio, 1937, *A batalha do futuro – Organização corporativa*, Lisboa, Livraria Clássica.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2008, “A polícia política nos primeiros anos do salazarismo. 1933-1945”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, ICS.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2002, “Cardeal Cerejeira”, em VIEIRA, Joaquim (dir.), *Fotobiografias Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *História das organizações femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2007, *Mocidade Portuguesa Feminina. Educada para ser boa esposa, boa mãe, católica e obediente*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX”, em *História*, Ano XX, n. 3, Junho de 1998, pp. 18-27.
- PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1980, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica.
- PINTO, António Costa – EATWELL, Roger – LARSEN, Stein Ugelvik, 2007, *Charisma and fascism in interwar Europe*, Londres, Routledge.
- PINTO, António Costa, “Elites, Partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, em *Penelope*, nº 26, 2007, pp. 161-186.
- PINTO, António Costa – RIBEIRO, Nuno Afonso, 1982, “Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936)”, em *O fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- PINTO, António Costa, 2004, “L’«homme nouveau» salazariste. Élités et centres de socialisation politique dans l’Etat nouveau portugais”, em MATARD-BONUCCI, Marie-Anne – MILZA, Pierre, *L’homme nouveau dans l’Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, Paris, Fayard.
- PINTO, António Costa, 2008, “O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos

Palomanes (orgs.), *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, Lisboa, ICS.

PINTO, António Costa – Martinho, Francisco Carlos Palomanes, 2013, *O passado que não passa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PINTO, António Costa, 2006, “O regime fascista italiano”, em ROSAS, Fernando – OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), *As ditaduras contemporâneas*, Lisboa, Edições Colibri.

PINTO, António Costa, 1992, *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Estampa.

PINTO, António Costa, 1994, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa.

PINTO, António Costa, 2012, “Partido único, governo e decisão política nas ditaduras da era do fascismo”, em PINTO, António Costa (org.), *Governar em ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS.

PINTO, António Costa, 2000, “Portugal no século XX: Introdução”, em PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madri, Sequitur.

PINTO, António Costa, 1995, *Salazar dictatorship and european fascism, problem of interpretation*, Nova Iorque, Columbia University.

POLLARD, John F., 1998, *The fascist experience in Italy*, Londres, Routledge.

POLLARD, John F., 1985, *The Vatican & Italian fascism 1929-1932. A study in conflict*, Cambridge, Cambridge University Press.

PRETI, Domenico, 1980, *Economia e istituzioni nello stato fascista*, Roma, Riuniti.

RAMOS, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, em *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986 (1.º), pp. 109-135.

REBELO, José, 1998, *Formas de legitimação do poder no salazarismo*, Lisboa, Livros e Leituras.

REIS, Bruno Cardoso, “A Concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de Março de 1937”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XII, 2000, pp. 185-220.

REIS, Bruno Cardoso, 2009, “O Catolicismo e o Estado Novo na História Religiosa Contemporânea”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XXI, 2009, pp. 263-282.

REIS, Bruno Cardoso, 2006, *Salazar e o Vaticano*, Lisboa, ICS.

- REZOLA, Maria Inácia, 2008, “A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.), *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, ICS.
- REZOLA, Maria Inácia, “Católicos operários e sindicatos”, em *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. VI, 1994, pp. 101-127.
- ROCCA, Massimo, 1924, *Idee sul fascismo*, Florença, La Voce.
- ROCCO, Alfredo, 1927, *La trasformazione dello stato: dallo stato liberale, allo stato fascista*, Roma, Anonima Editrice.
- ROCHAT, Giorgio, 2008, *Le guerre italiane 1935 – 1943. Dall'impero d'Etiopia alla disfatta*, Turim, Einaudi.
- RODRIGUES, Jorge de Sousa, 2004, *O 'Assalto' dos católicos nacionalistas ao aparelho escolar portugueses (1930-1942)*, Évora V Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, Igreja, Estado e Sociedade Civil.
- RODRIGUES, Luís Nuno, 1996, *A Legião Portuguesa. A milícia do Estado Novo 1936-1944*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROMANO, Sergio, 2004, *Giovanni Gentile. Un filosofo al potere negli anni del regime*, Milano, Rizzoli.
- ROSAS, Fernando – OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.), 2006, *As ditaduras contemporânea*, Lisboa, Colibri.
- ROSAS, Fernando, “Estado e Igreja em Portugal: do Salazarismo à Democracia”, em *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica*, nº 33, dez. 1999.
- ROSAS, Fernando, 2012, “O corporativismo enquanto regime”, em ROSAS, Fernando – GARRIDO, Álvaro (coord.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina.
- ROSAS, Fernando, 1998, “O Estado Novo, (1926-1974)”, vol. VII, em *História de Portugal*, Lisboa, Estampa.
- ROSAS, Fernando, 1986, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSAS, Fernando, “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, em *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031-1054.
- ROSAS, Fernando, 2003, *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Notícias Editorial.

- ROSAS, Fernando, 2012, *Salazar e o poder. A arte de saber durar*, Lisboa, Edições Tinta da China.
- ROSAS, Fernando, 1989, *Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política*, Lisboa, Dom Quixote.
- SALAZAR, António Oliveira, 1922, *Centro Católico Português – Princípios e Organização*, Tese II Congresso do Centro Católico Português.
- SALVADORI, Massimo L., 2007, *L'Italia divisa. La coscienza tormentata di una nazione*, Roma, Donzelli Editore.
- SANTOMASSIMO, Gianpasquale, 2006, *La terza via fascista: il mito del corporativismo*, Roma, Carocci.
- SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1997, *A experiência fascista em Itália e em Portugal*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- SCHIRÓ, Luís Bensaja dei, 1999, *O futurismo italiano. Estética, ideologia, fascismo*, Lisboa, Editorial Caminho.
- SCHMITTER, Philippe C., 1999, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.
- SECRETARIADO PROPAGANDA NACIONAL, 1950, *Mocidade Portuguesa Feminina. Organização e Actividades*, Lisboa, Ilustrações Mitza.
- SICA, Mario, 2006, *Storia dello scautismo in Italia*, Roma, Edizioni Fiordaliso.
- SILVA, Josué da, 1975, *Legião Portuguesa força repressiva do fascismo*, Lisboa, Diabril Editora.
- SIMPSON, Duncan, 2014, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, Alfragide, Leya.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – RAMOS, Rui – MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2012, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- SPINOSA, Antonio, 2002, *Starace. L'uomo che inventó lo stile fascista*, Milão, Mondadori.
- SPIRITO, Ugo, 1934, *Capitalismo e Corporativismo*, Florença, Sansoni.
- STARACE, Achille, 1939, *Gioventú Italiana del Littorio*, Milão, Mondadori.
- STERNHELL, Zeev – SZNAJDER, Mario – ASHÉRI Maïa (dir.), 1995, *Nascimento da Ideologia fascista*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- STERNHELL, Zeev, 1939, *Ni droit ni gauche, l'idéologie fasciste en France*, Paris, Seuil.

- TAMBLING, Jeremy, 1996, *Opera and culture of fascism*, Oxford, Clarendon Press.
- TANNENBAUM, Edward R., 1975, *La experiencia fascista: Sociedad y cultura en Italia (1922-1945)*, Madri, Alianza Editorial.
- TARCHI, Marco, 2003, *Fascismo: teorie, interpretazioni e modelli*, Roma, Laterza.
- TARCHI, Marco, 2013, “O passado fascista e a democracia na Itália”, em PINTO, António Costa – MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *O passado que não passa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- TAVARES, Luís C. Nozes, 1957, *A Educação Física nas Escolas do Magistério e do Ensino Primário*, Braga, Edições Nozes Tavares e filhos.
- TAVARES, Luís C. Nozes, 1948, *A Nova Técnica de Educação Física nos Liceus*, Braga, Oficinas PAX.
- TAVARES, Luís C. Nozes, 1949, *O I Curso de férias do Instituto Nacional de Educação Física*, Braga, Oficinas PAX.
- TESSADORI, Pietro, 2012, “África nos regimes fascista italiano e autoritário português”, em *Locus Revista de História*, vol. 18, n. 1, pp. 111-122.
- TORGAL, Luís Reis, 2004, “A Igreja e o Estado no regime de Salazar entre a separação, a concordata e a polémica”, em *A Igreja e o Estado em Portugal. Da 1ª República ao limiar do século XXI, Actas dos Encontros de Outono 21-22 de Novembro de 2003*, Vila Nova de Famalicão, Museu Bernardino Machado, Editora Ausência.
- TORGAL, Luís Reis, 2009, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaios de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, vols. 1-2.
- TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva.
- TRINIDADE, Luís, 2008, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS.
- VALENTE, Vasco Pulido, 1973, *O estado liberal e o ensino. Os liceus portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.
- VARVARO, Paolo, 2006, *Sul fascismo. Il pregiudizio antiliberale nella costruzione del regime totalitário*, Soveria Mannelli, Rubettino Editore.
- VASCONCELOS
- VIANA, Luís, 2001, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu. Lá vamos contando...(1936-1974)*, Lisboa, EDUCA.
- VIEIRA, Joaquim, 2008, *Mocidade Portuguesa: Homens para um Estado Novo*, Lisboa, Esfera dos Livros.

- VIEIRA, José Manuel, 2005, *O Catolicismo Progressista em Portugal (1968-1974)*, Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- VITTORIA, Albertina, “Scuola e apparati educativi del fascismo”, em *Studi Storici*, 1981, ano 22, Aprile-Giugno, nº 2, pp. 453-463.
- VIVARELLI, Roberto, 2008, *Fascismo e storia d'Italia*, Bolonha, Il Mulino.
- WILHELM, Reich, 1972, *La psychologie de masse du fascisme*, Paris, Payot.
- WILLIAMS, George L., 1994, *Fascist Thought and Totalitarianism in Italy's Secondary Schools. Theory and Practice, 1922-1943*, Nova Iorque, Peter Lang Publishing.